



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA TERRA  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ERNESTO PEREIRA GALINDO

OS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA: UMA APLICAÇÃO À  
INTERPRETAÇÃO DA REDE URBANA DA BAHIA

Rio de Janeiro  
2024

ERNESTO PEREIRA GALINDO

OS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA: UMA APLICAÇÃO À  
INTERPRETAÇÃO DA REDE URBANA DA BAHIA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito para a obtenção do título de doutor em Geografia  
Orientador: Prof. Dr. Claudio Antonio Gonçalves Egler.

Rio de Janeiro

2024

### CIP - Catalogação na Publicação

P158d      Pereira Galindo, Ernesto  
Os dois circuitos da economia urbana: uma  
aplicação à interpretação da rede urbana da Bahia /  
Ernesto Pereira Galindo. -- Rio de Janeiro, 2024.  
391 f.

Orientador: Claudio Antonio Gonçalves Egler.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio  
de Janeiro, Instituto de Geociências, Programa de  
Pós-Graduação em Geografia, 2024.

1. teoria dos dois circuitos da economia urbana.  
2. rede urbana. 3. planejamento. 4. teoria dos  
lugares centrais. 5. regiões de influência das  
cidades. I. Gonçalves Egler, Claudio Antonio,  
orient. II. Título.

ERNESTO PEREIRA GALINDO

OS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA: UMA APLICAÇÃO À  
INTERPRETAÇÃO DA REDE URBANA DA BAHIA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito para a obtenção do título de doutor em Geografia.

Aprovada em: 29/11/2023.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Claudio Antonio Gonçalves Egler (Orientador)  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

---

Prof. Dr. William Ribeiro da Silva  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

---

Prof. Dr. Paulo Pereira de Gusmão  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

---

Prof. Dr. Carlos Antônio Brandão  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

---

Dr. Marcelo Paiva da Motta  
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro lugar o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) por me permitir a oportunidade do doutoramento por meio de licença para estudo. Faço menção especial às pessoas da Jane Souza, em permanente apoio e acompanhamento durante a licença, e do Marco Aurélio Costa, eterno amigo e “orientador” dentro do Ipea a quem devo muito pelos ensinamentos e pelo trabalho que dei com os trâmites junto ao órgão.

Do mesmo modo tenho grande gratidão à administração, corpo de docentes e estrutura do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Represento o reconhecimento nas pessoas do Bruno Ferreira e Thainá Menezes da secretaria do programa, pessoas que certamente têm um lugar no céu pelo comprometimento no trabalho e com a comunidade do programa.

O corpo docente da instituição dispensa elogios por sua qualidade e referência, mas faço deferência aos professores Claudio Egler e William Ribeiro, o primeiro pela aceitação da orientação e paciência frente a todos os problemas de percurso que o discente teve, e o segundo pela coordenação do curso e participação na banca de qualificação oral. Aproveito para agradecer o doutor Marcelo Paiva da Motta, geógrafo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que junto com o coordenador William fizeram parte da banca de qualificação oral, indicando os rumos que esta tese deveria trilhar, em que pese seu desafio assumido.

Gostaria de destacar, sem demérito dos demais, o carinho e consideração que guardo por dois professores que fiz questão de ter como docentes. O Paulo César Gomes, a quem reputo ter ensinado o que de fato é a geografia para um egresso da graduação na arquitetura e urbanismo e de mestrado em departamento de engenharia. Com o professor me vi efetivamente estimulado com a base teórica e formação essencial para o que faço que vim buscar fora de minhas áreas de conhecimento pregressas. O segundo e definitivamente não menos importante foi o professor Roberto Lobato Corrêa, que junto com o professor Geiger são as maiores autoridades no tema que vim buscar na UFRJ. Aproveitei e estimorei ao máximo os momentos de discussão que tive com ídolo tão humilde frente à sua importância e grandeza para a geografia do Brasil.

Não posso deixar de mencionar os professores que tive a honra de terem aceitado ser meus orientadores caso tivesse ido para outras instituições. Os queridos e reconhecidos professores Jan Bitoun (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE), Maria da Encarnação Sposito (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP) e Ester Lmonad (Universidade Federal Fluminense - UFF).

A convivência e trocas com os colegas de turma de doutorado também ajudou a tornar a experiência mais leve viabilizando a trajetória principalmente nos momentos mais difíceis e solitários. Agradeço à Carol, o Rafa, a Rafa, o Marcus, o Luiz, a Thalita e a Taiana por ninguém ter largado a mão de ninguém.

Nos périplos pelas bibliotecas, livrarias e plataformas de periódicos não consegui acesso, pela indisponibilidade ou inviabilidade de preço, a alguns livros mais antigos e raros. Nesses momentos mais uma vez os amigos – agora os espalhados pelo mundo – deram uma mãozinha. Obrigado ao Gui Brady na Itália, ao Lula Suassuna no Reino Unido e ao Germano Batista e a Flavinha Fontoura na Alemanha.

Gratidão é o que posso ter também pelos amigos que me deram pousio no Rio de Janeiro: Daniel Carvalho (Frog), Maria da Piedade Morais, Sandro Pereira, Marcus Vinícius Gomes, Paulo Sousa (irmão de consideração) e, claro, meu amigo irmão para toda a vida Vitor Mihessen, seja no Catete, na Glória ou em Realengo.

A dedicação ao cuidado das filhas, a curatela do pai e ao doutorado termina por exigir seus sacrifícios que cobraram um preço alto tanto na saúde quanto no desgaste familiar. Gostaria muito de agradecer a minha família que queira ou não sempre entra junto nessas trajetórias. Obrigado a minha esposa Malu, e as agora não mais tão pequenas Nina e Mila pelo afeto, carinho e compreensão. Obrigado a meu pai Valdumiro – minha primeira referência acadêmica e governamental –, minha mãe Joinete e minha tia-mãe Maria que estiveram sempre que possível me apoiando e acompanhando na saúde, meus irmão Duda, Ju e meu sobrinho Bruno por sempre acreditarem em mim e por segurarem as pontas com nosso pai, e aos meus sogros, Osvaldo e Maria, e a “Dinda” e meus cunhados Rosa e Paulo pelo amparo e confiança com a irmã e as meninas.

Destaco por fim duas pessoas em especial como o simbolismo da importância dos amigos, com quem dei o ponta pé inicial e também fechei a versão final da tese: minha querida ex-colega de Ipea a doutora em geografia Suzana Rabelo por me incentivar e apoiar a fazer doutorado na área (e ajudar em uma das fases de revisão

da tese) e meu parceiro de pesquisa e para toda a vida Jorge Pedreira Junior que me auxiliou nos cálculos finais da tese. A eles e a todos os que não nos abandonam no caminho o meu muito obrigado.

Considero seriamente que a geografia é a ciência da qual o planejamento é a arte

(Berry, 2002, p.441, tradução livre).

Gostaria de ir mais longe no que diz respeito à planificação, mas, no decorrer da redação, isso me pareceu prematuro. A ambição de uma obra que procura apresentar um corpo de ideias elaboradas de modo pioneiro é provocar um debate teórico e encorajar estudos empíricos que confirmarão ou não a ideia geral e ajudarão a reformulá-la

(Santos, 2004 [1975], p. 11).

Mas chegar perto de uma verdadeira teoria e compreender a sua aplicação precisa são duas coisas muito diferentes. Tudo o que é importante já foi dito antes por alguém que não chegou a descobrir

(Whitehead, 1917, p. 127, tradução livre).



## RESUMO

Milton Santos se resigna por não ter avançado no uso de sua teoria dos dois circuitos da economia urbana para o planejamento, indicando a necessidade de estudos empíricos posteriores para confirmar ou ajudar a reformular sua teoria. Em que pese diversos estudos terem contribuído nesse sentido, não se constatou ter havido um avanço em completude significativamente abrangente para o planejamento do “espaço dividido” entendido como rede urbana. Nesse contexto, apresenta-se o problema científico de como aplicar metodologicamente a teoria dos dois circuitos da economia urbana na rede urbana, enquanto objeto, para o planejamento e políticas públicas enquanto finalidade. Partiu-se da hipótese de adequação do uso de variáveis de ocupação e renda como linguagem conectora e viabilizadora da relação dos princípios teóricos com os procedimentos metodológicos, convertendo as noções e sistema de conceitos da teoria dos dois circuitos da economia em método de aplicação da leitura da rede urbana para uso pelo planejamento e políticas públicas. Para isso, além de revisar a teoria dos dois circuitos, foram resgatadas as diversas acepções de rede urbana, revisitadas as teorias locacionais – em especial a teoria dos lugares centrais de Walter Christaller – , e sintetizados os estudos das regiões de influência do IBGE. O método aproveitasse da maior disponibilidade de dados atuais sobre variáveis socioeconômicas básicas, apoiando-se na análise de componentes principais para avaliar a pertinência de 70 variáveis selecionadas ou criadas para três dimensões básicas de partida (econômica-regional, inter-urbana e socioeconômica), além de uma proxy da participação do circuito inferior nas cidades. O procedimento permitiu também verificar as relações par a par entre as variáveis. Foram definidas categorias de cidades que são analisadas quanto à composição de seus elementos teóricos e consequências na centralidade, verificando também a pertinência do circuito inferior nos efeitos já tidos como limitados na hierarquia da rede urbana. Nesse sentido, fecha-se o ciclo de análise da teoria pelo método, incluindo: os circuitos, os elementos e as categorias de cidades, aplicando-se como ensaio ao subsistema urbano da rede da Bahia comandando pelo arranjo populacional de Salvador. As três dimensões pré-definidas das variáveis e o resultado das três componentes principais se mostraram compatíveis e tentaram refletir os temas abordados por Milton Santos em sua teoria, tendo sido verificado tanto por meio das dimensões das

componentes principais quanto pelo peso dos elementos da teoria em cada categoria de cidade. Observou-se também a relação regional da economia com a centralidade (inter)urbana e suas consequências socioeconômicas, relacionando-as às bases teóricas que explicam os dois circuitos da economia urbana, seus princípios e seus elementos constituintes. Como conclusão considerou-se que o método de fato viabilizou a aplicação da teoria, permitindo apontar indícios da validade geral da teoria frente à realidade atual, sem deixar de indicar as fragilidades e limitações encontradas tanto na teoria dos dois circuitos quanto no método proposto.

**Palavras-chave:** Teoria dos dois circuitos da economia urbana. Rede urbana. Planejamento. Teoria dos lugares centrais. Regiões de influência das cidades.

## ABSTRACT

Milton Santos did not address the use of the theory of the two circuits of the urban economy for planning. Therefore he indicated the need for further empirical studies to confirm or reformulate his theory. Although several studies have contributed in this sense, it has not been found that there has been a significantly comprehensive advance in the planning of “shared space” understood as the urban network. In this context, the scientific problem is: how to methodologically apply the theory of the two circuits of the urban economy in the urban network, as an object, for planning and public policies, as a purpose? In turn, the hypothesis is the adequacy of the use of employment and income variables as a connecting and enabling language for the relationship between theoretical principles and methodological procedures, converting the notions and system of concepts of the theory of the two circuits of the economy into a method of interpretation of the urban network for use in planning and public policies. To this end, the theory of two circuits, the theory of central places and studies of the areas of influence of cities are analyzed. The method takes advantage of the greater availability of current data on basic socioeconomic variables, relying on Principal Component Analysis to evaluate the relevance of 70 variables selected or created for three basic starting dimensions (economic-regional, inter-urban and socioeconomic ), as well as a proxy for the participation of the lower circuit in cities. The procedure also allowed us to verify the pairwise relationships between the variables. Categories of cities were defined and analyzed regarding the composition of their theoretical elements and consequences on centrality, also verifying the evidence of the effect of the lower circuit on the hierarchy of the urban network. In this sense, the cycle of analysis of theory through the method is closed, including: circuits, elements and categories of cities. The method is applied to the urban subsystem of the Bahia network. The three pre-defined dimensions of the variables and the result of the three main components proved to be compatible and attempted to reflect the themes addressed by Milton Santos in his theory, having been verified both through the dimensions of the Principal Components and by the weight of the elements of the theory in each city category. The regional relationship between the economy and (inter)urban centrality and its socioeconomic consequences was also observed, relating them to the theoretical bases that explain the two circuits of the urban economy, their principles and their constituent elements. As a conclusion, it

was considered that the method actually made the application of the theory viable and allowed us to point out evidence of the general validity of the theory, as well as its weaknesses and limitations.

**Keywords:** Two circuitos of the urban economy. Urban network. Planning. Central places. Regions of influence of cities.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Região de mercado num sistema de lugares centrais.....	37
<b>Figura 2:</b> Organização das áreas de mercado pelos três princípios de Christaller.....	38
<b>Figura 3:</b> Os dois circuitos da economia e a rede de centros urbanos. ....	39
<b>Figura 4:</b> Método Rochefort aplicado por Milton Santos.....	40
<b>Figura 5:</b> Método Berry e Barnum aplicado por Lobato Corrêa. ....	41
<b>Figura 6:</b> Cidades dentro de uma rede. ....	42
<b>Figura 7:</b> Saltos hierárquicos da Região de Influência de Juazeiro.....	43
<b>Figura 8:</b> Padrões de interações espaciais em rede. ....	43
<b>Figura 9:</b> Padrões de interações espaciais e sua variabilidade espaço-temporal.....	44
<b>Figura 10:</b> Tipos de Rede.....	45
<b>Figura 11:</b> Ciclo de reprodução do capital e do espaço. ....	46
<b>Figura 12:</b> Ciclos de reprodução do capital e espaço sobrepostos. ....	47
<b>Figura 13:</b> Modelos tradicional e recente de comercialização de produtos Agrícolas. .....	48
<b>Figura 14:</b> Os Elementos dos Dois Circuitos.....	85
<b>Figura 15:</b> Método de Estudo de Redes urbanas.....	148
<b>Figura 16:</b> Rede Urbana do Brasil, REGIC – 2018.....	163
<b>Figura 17:</b> Etapas da definição das regiões de influência e da hierarquia dos centros urbanos. ....	168
<b>Figura 18:</b> Cidade médias baianas por critérios diversos.....	183
<b>Figura 19:</b> Ocupações mais vulneráveis, mais características do circuito inferior.....	213
<b>Figura 20:</b> Distribuição de cidades por categoria .....	229
<b>Figura 21:</b> Média de população por cidade por categoria. ....	229
<b>Figura 22:</b> Distribuição da massa salarial dos elementos do circuito superior por categoria de cidade .....	231
<b>Figura 23:</b> Percentual de ocupações do circuito inferior nas ocupações domiciliares do Censo Demográfico 2010.....	233
<b>Figura 24:</b> Indicador de dependência de exportação (Valor exportado/PIB). ....	234
<b>Figura 25:</b> Variáveis demográficas, econômica e socioeconômicas por categoria de cidade.....	237

<b>Figura 26:</b> Índice de Comando Empresarial Local (ICEL), cidades da rede da Bahia a partir de 500 empregadores via Censo 2010. ....	245
<b>Figura 28:</b> Matriz de correlações par a par de variáveis usadas na ACP separadas por temas. ....	344

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Teorias de Estudo da Rede Urbana. ....	35
<b>Quadro 2:</b> Períodos das teorias de estudo de rede urbana.....	36
<b>Quadro 3:</b> Dimensões de análise das redes geográficas. ....	49
<b>Quadro 4:</b> Territórios, Tipos de investimento e fatos estilizados. ....	151
<b>Quadro 5:</b> Tríade de Haesbaert.....	152
<b>Quadro 6:</b> Arranjos populacionais IBGE adaptados pelo IPEA para a Bahia. ....	181
<b>Quadro 7:</b> Topo da hierarquia urbana de influência baiana na REGIC. ....	182
<b>Quadro 8:</b> Concentrações urbanas baianas do IBGE adaptadas pelo IPEA. ....	184
<b>Quadro 9:</b> Proposta de integração da Teoria dos Dois Circuitos da Economia Urbana. ....	194
<b>Quadro 10:</b> Classificação tentativa dos nós com base no relacionamento .....	196
<b>Quadro 11:</b> Características dos circuitos.....	201
<b>Quadro 12:</b> Ocupações domiciliares enquadradas como circuito inferior.....	206
<b>Quadro 13:</b> Enquadramento de atividades mais recentes.....	208
<b>Quadro 14:</b> Variável de circuito inferior. ....	214
<b>Quadro 15:</b> Variáveis interurbanas.....	215
<b>Quadro 16:</b> Variáveis regionais (econômicas/produtivas). ....	221
<b>Quadro 17: Variáveis socioeconômicas</b> .....	223
<b>Quadro 18:</b> Variáveis e dimensões da classe de cidades proposta. ....	228
<b>Quadro 19:</b> Matriz de Diversificação/Especialização: 20 municípios baianos com maior diversidade de atividades e 20 atividades mais raras. ....	246

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Relações de variáveis de centralidade com os componentes resultantes. .....	226
<b>Tabela 2:</b> Variáveis mais correlacionadas com a participação do circuito inferior.	227
<b>Tabela 3:</b> Resultado da Análise de Componentes Principais (ACP): escores das quatro componentes para o topo da hierarquia urbana.....	241
<b>Tabela 4:</b> Cidades mais dependentes das exportações em 2020. ....	243
<b>Tabela 5:</b> Valor das variáveis alocadas na Análise de Componentes Principais por cidade.....	264
<b>Tabela 6:</b> Pesos de cada variável em cada Componente Principal (ensaio com a variável de circuito inferior).....	340
<b>Tabela 7:</b> Pesos de cada variável em cada Componente Principal (ensaio sem a variável de circuito inferior).....	342
<b>Tabela 8:</b> Variáveis para classificação das cidades e resultado final. ....	345
<b>Tabela 9:</b> Classificação dos arranjos, escores dos componentes principais e relação com a hierarquia REGIC e Concentrações Urbanas.....	389



## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS .....	5
RESUMO.....	9
ABSTRACT .....	11
LISTA DE FIGURAS .....	13
LISTA DE QUADROS .....	15
LISTA DE TABELAS .....	16
1 INTRODUÇÃO .....	20
2 BASE TEÓRICA ANTECEDENTE .....	26
2.1 Rede urbana .....	26
2.1.1 Rede como categoria geográfica .....	26
2.1.2 Rede como cidades não isoladas .....	28
2.1.3 Rede como fluxo.....	29
2.1.4 Rede como relação econômica .....	31
2.1.5 Rede como múltiplas representações.....	34
2.2 Teoria dos Lugares Centrais .....	52
2.2.1 Origens locacionais .....	52
2.2.2 Pergunta fundamental .....	59
2.2.3 Influências .....	60
2.2.4 Teoria e método.....	61
2.2.5 Críticas, aprimoramentos e variações .....	67
3 A TEORIA DOS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA .....	79
3.1 Contexto específico do “Terceiro Mundo” e necessidade de novo paradigma	

3.2	Os Dois Circuitos.....	82
3.3	O Espaço Dividido.....	114
3.4	Teoria adormecida, retomada interrompida e herdeiros.....	137
4	APROPRIAÇÃO TEÓRICA NO BRASIL .....	141
4.1	Apropriação acadêmico-científica .....	141
4.1.1	Análises de rede no Brasil: influências e abordagens científicas e acadêmicas.....	141
4.1.2	Milton Santos: a rede numa visão geográfica totalizante.....	153
4.2	Apropriação e principal contribuição institucional brasileira: a REGIC/IBGE 161	
4.2.1	A REGIC e os resultados de 2018.....	161
4.2.2	Base Teórica das REGICs.....	165
4.2.3	Análise do método da REGIC 2018.....	168
4.2.4	A Bahia na REGIC.....	180
5	PROPOSTA METODOLÓGICA E APLICAÇÃO NA REDE DA BAHIA .....	186
5.1	Diretrizes .....	186
5.2	Proposta Metodológica.....	191
5.2.1	Passo “0”: Organizando as ideias.....	191
5.2.2	Passo 1: enquadramento de atividades nos circuitos: o circuito inferior 198	
5.2.3	Passo 2: tipologias interurbanas (centralidade, responsabilidade territorial e fluxos) .....	214
5.2.4	Passo 3: tipologias produtivas (cadeias e papéis econômicos).....	218
5.2.5	Passo 4: tipologias de condição de vida (caracterização socioeconômica).....	222
5.2.6	Passo 5: Análise de Componentes e pontos de corte para categorias de cidades 224	
5.3	Análise dos resultados da aplicação à rede da Bahia .....	225

5.3.1	Papel do circuito inferior .....	225
5.3.2	Classes de cidades.....	227
5.3.3	Caracterização da classe de cidades .....	231
5.3.4	Caracterização da hierarquia oficial.....	240
5.3.5	Novos indicadores a explorar .....	242
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	247
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	249
ANEXOS .....		264
Anexo 1 - Variáveis por cidade .....		264
Anexo 2 - Código R da Análise de Componentes Principais .....		339
Anexo 3 - ACP: Pesos do ensaio com a variável de circuito inferior.....		340
Anexo 4 - ACP: Pesos do ensaio sem a variável de circuito inferior.....		342
Anexo 5 - ACP: Matriz de correlações .....		344
Anexo 6 - Categorização de cidades .....		345
Anexo 7 - Categorias x Hierarquias de cidades .....		389

## 1 INTRODUÇÃO

A rede urbana não é apenas relacionada ao urbano-cidade enquanto dicotomia com rural-campo. Como já constatado por Santos (1993, p. 125) estaríamos deixando a simples “urbanização da sociedade” para a “urbanização do território”. Além de o urbano não se restringir à cidade, ele rege atualmente todas as relações no espaço. Brenner (2014 [2013], p. 87) também defende esse entendimento de não haver mais espaço para a dicotomia rural/urbano.

Além dessa abrangência do urbano, a própria cidade só consegue ser explicada e entendida enquanto parte de um sistema ou uma rede. Para Moura (2009, p. 24), as cidades não têm sentido de forma isolada e desconectada. Já para Pumain (2001, p. 91), o tamanho das cidades não é uma magnitude que possa ser controlada dentro de uma cidade, para a autora, ele é o produto não intencional da complexa rede de interações que se desenvolvem entre cidades.

Sintetizando o pensamento de diversos autores, Corrêa (1989, 48-53) apresenta noções de cunho econômico para a rede urbana, podendo ser entendida como:

- forma espacial por onde passa a criação, a apropriação e a circulação do valor excedente no capitalismo (Corrêa, 1989, p. 52);
- “cristalização do processo de realização do ciclo do capital” (Corrêa, 1989, p. 53);
- “forma socioespacial de realização do ciclo de exploração da grande cidade sobre o campo e centros menores” (Corrêa, 1989, p. 53); e
- “simultaneamente em um reflexo da e uma condição para a divisão territorial do trabalho” (Corrêa, 1989, p. 48).

Essa acepção econômica da rede urbana, como observa Cantarim (2014, p. 2), reflete em sua importância para o planejamento governamental e proposição de políticas:

O estudo da rede urbana é essencial para se compreender relações econômicas, de dependência e articulação interna e externa ao país. Por conta disso, é considerado importante para a formulação de diagnósticos e proposições de políticas, planos e programas de nível regional, estadual e nacional. Em alguns casos, atores do setor privado também podem se beneficiar de tais estudos, dependendo do segmento do serviço ou bem ofertado (Cantarim, 2014, p. 2).

Uma instituição governamental que se debruça sobre o tema desde a década de 1960 é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizando estudos sobre a rede urbana brasileira. O Esboço Preliminar da Divisão do Brasil em Regiões Polarizadas de 1967, revisado e reelaborado viria a se tornar em 1972 a Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbana, considerada como a precursora dos estudos de Regiões de Influência das Cidades (REGIC) elaborados pelo IBGE. A mesma REGIC tornou-se um estudo periódico, sendo a referência básica para se interpretar a rede urbana no Brasil, mantendo edições até os dias de hoje, com publicações em 1987, 2000, 2008 e 2020.

A REGIC explicitamente “tem o propósito de identificar e analisar a rede urbana brasileira, estabelecendo a hierarquia dos centros urbanos e as regiões de influência das Cidades” (IBGE, 2020a, p. 9), servindo para:

(...) o planejamento da localização de investimentos e da implantação de serviços públicos e privados, (...) quadro de referência para pesquisas de avaliação das condições de acesso da população aos bens e serviços que lhe são disponibilizados. (...) subsidiar a implantação de unidades administrativas de órgãos públicos, a criação de critérios para fomento de investimentos, a decisão de onde instalar uma filial de empresa, ou ainda a identificação de locais mais adequados para o atendimento de serviços de saúde e educação (IBGE, 2020a, p. 7-9).

Teorias como as locacionais – em especial a teoria dos lugares centrais de Christaller (1966 [1933]) –, e posteriormente sob paradigmas da geografia crítica – como a teoria dos dois circuitos da economia urbana – tentam dar conta de apresentar uma interpretação da rede e têm sido usadas, ainda que às vezes apenas como inspiração, para planejar o espaço, como na própria REGIC. Esta interpretação pode-se prestar, entretanto, a diversos fins, tendo sido sempre um desafio manter o rigor acadêmico-científico e ao mesmo tempo ter uso pragmático e amplo no planejamento estatal em seus níveis.

Como grande contribuição teórica, Milton Santos lança o livro Espaço Dividido sistematizando de forma definitiva sua teoria dos dois circuitos da economia urbana. O autor, entretanto, é explícito quanto à limitação do livro em avançar sobre a verificação empírica e as implicações da teoria para o planejamento:

Gostaria de ir mais longe no que diz respeito a planificação, mas, no decorrer da redação, isso me pareceu prematuro. A ambição de uma

obra que procura apresentar um corpo de idéias elaboradas de modo pioneiro é provocar um debate teórico e encorajar estudos empíricos que confirmarão ou não a idéia geral e ajudarão a reformulá-la (Santos, 2004 [1975], p. 11).

Sposito (1999, p. 49) constata, entretanto, que ao menos até o final da década de 1990, não teve:

(...) conhecimento de nenhum outro estudo que procurasse debater/aplicar a teoria dos dois circuitos da economia urbana, embora isso possa ter acontecido em algum momento. Mesmo assim, a impressão que fica é que a teoria, produzida a partir de uma realidade, não fora a ela aplicada pelos geógrafos do terceiro mundo (no Brasil, pelo menos), procurando elaborar contribuições para a sua discussão (Sposito, 1999, p. 49).

Nesse sentido, a melhor exploração da teoria dos dois circuitos da economia poderia oferecer um caminho metodológico de análise das redes urbanas. A proposta desenvolvida nesta tese tem como objetivo, portanto, uma proposição de método de aplicação da teoria dos dois circuitos para uso na análise da rede urbana, valendo-se e viabilizando-se por meio dos dados hoje à disposição. Há que se ter, contudo, sempre cuidado nesse caminho, como destaca Merton (1968, p. 13):

A distinção básica entre redescoberta e antecipações ou prenúncios foi capturada no apotegma de Whitehead [...] chegar muito perto de uma teoria verdadeira e compreender sua aplicação precisa são duas coisas muito diferentes, [...]. Tudo de importante já foi dito antes por alguém que não o descobriu (Merton, 1968, p. 13).

Cabe aqui então reforçar que embora a teoria dos dois circuitos tenha sido desenvolvida a partir de mais de 55 anos atrás culminando com sua consolidação em 1975, a verificação da viabilidade de sua aplicação na análise de rede urbana não foi realizada, ao menos até onde se sabe (correndo sempre o risco de antecipações no sentido de Merton, 1968). A aplicação encontrada ao longo dos anos tem se restringido ao enquadramento, caracterização e ajustes no discernimento dos circuitos ou em escala voltando-se para os desafios intraurbanos, não adentrando na interpretação das redes do “espaço dividido”.

Considera-se como contribuição “inovadora” e justificativa de ineditismo avançar na identificação das implicações socioeconômicas advindas da sobreposição dos elementos e sistema de conceitos da teoria, identificando como o

papel na rede produtiva impacta na rede urbana em sentido mais estrito (enquanto responsabilidade territorial na acepção de Bitoun, 2006) e na condição de vida da população. Consideram-se essas condições por meio principalmente de impactos socioeconômicos de ocupação e renda, e conseqüentemente das atividades econômicas, condizentes com os paradigmas que regeram a seminal teoria de Milton Santos. Apoiando-se em Roberto Lobato Corrêa, reforça-se a importância dessa empreitada: “A rede urbana brasileira que tem passado por grandes transformações, aí se incluindo o aumento do número de centros e a sua extensão territorial, constitui-se em excelente objeto de pesquisa sob a ótica da divisão territorial do trabalho e sua dinâmica” (Corrêa, 1989, p. 51).

Frente a esses desafios, descortina-se o problema científico de como aplicar metodologicamente a teoria dos dois circuitos da economia urbana na rede urbana, enquanto objeto, para o planejamento e as políticas públicas enquanto finalidade. O método proposto, como contribuição principal, será então aplicado na leitura da rede urbana da Bahia. Coloca-se como hipótese a adequação do uso de variáveis de ocupação e renda como linguagem conectora e viabilizadora da relação dos princípios teóricos com os procedimentos metodológicos, convertendo as noções e sistema de conceitos da teoria dos dois circuitos da economia em método de aplicação da leitura da rede urbana para uso pelo planejamento e políticas públicas.

O uso de dados de ocupação e atividades na realidade já foi explorado por diversos métodos ao longo da história da geografia. Conforme resgatado por Ablas (1982 [1978], 53-54) da teoria dos lugares centrais, por exemplo é possível usar o número de profissões ou funções como proxy da centralidade. Rochefort (1957, p. 132), por sua vez, tinha como uma das etapas de seu método a análise da estrutura profissional. O autor já citava uso similar vinte anos antes por Dickinson. Dali a vinte anos, Milton Santos também exploraria a análise de atividades e ocupações em sua seminal teoria, mas dessa vez sem seguir mais a cartilha do método de Rochefort, como tinha feito em Santos (1959), optando por uma crítica à teoria em voga de Walter Christaller.

De fato, da teoria dos lugares centrais de Christaller do início do século passado até a teoria dos fluxos centrais de Taylor do início deste século, boa parte da discussão e desafio se referiu à diferenciação e categorização de atividades. A teoria dos dois circuitos da economia urbana não é diferente. Grande parte do desenvolvimento e explicação teórica de Milton Santos se vale da definição por

exemplificação, com diversas listagens de atividades e ocupações para dar mais clareza ao sistema de conceitos por ele produzido.

Considera-se, entretanto, que atualmente há uma grande diferença relacionada às limitações constatadas por boa parte desses teóricos: a maior e mais abrangente disponibilidade de dados. A falta de dados fez Rochefort lamentar a impossibilidade de verificar o quanto do serviço disponibilizado por um centro urbano era de fato utilizado por sua área de influência (Rochefort, 1957, p. 132-133). Christaller (1966 [1933], p. 142-143), por sua vez, reputava a complexidade dos dados e cálculos para defender o uso de uma proxy supostamente adequada e sintetizadora para testar e aplicar sua teoria: o número de linhas telefônicas (viável à época em detrimento de muitas outras). O autor após sua elegante e reconhecida contribuição teórica, abandona o uso de todos os recursos demandados por sua própria teoria. Santos (2004 [1975], p. 25) aprofundava esse debate refletindo que a insuficiência estatística poderia ser a causa ou a consequência da falta ou debilidade dos conceitos relacionados aos fenômenos a serem estudados.

Evidentemente os dados puramente não tem serventia podendo ter o efeito contrário por meio de correlações e causalidade espúrias. Há que se apropriar de uma teoria aproveitando os dados para um método compatível e condizente com a teoria em uso. Parte-se desse esforço e dos passos dados antes por tantos outros para seguir no caminho do uso de dados de ocupações e atividades para tentar contribuir metodologicamente com a teoria, aplicando-a uma recorte espacial e temporal: a rede urbana baiana capitaneada por sua capital na última década.

Feito esse reforço, considera-se, como premissas, que o papel econômico (na cadeia produtiva) imposto globalmente para cada cidade pelas corporações implica em determinada divisão do trabalho e ocupações que relacionadas ao circuito superior exportador/importador como atividade básica (city forming) traz determinadas tendências de situação/condição socioeconômica relacionadas aos dois circuitos da economia urbana, que geram distintas atrações de pessoas (fluxo pendular, migração, fluxos frequentes), que se reflete em fluxos definidores que, pelo ganho de escala – inclusive com city serving –, gera outros fluxos mais afeitos ao sentido mais restrito de rede urbana, viabilizando tanto a diversificação quanto a especialização de atividades raras, definindo relações urbanas e hierarquia na rede.

O método proposto é construído com base nos princípios da teoria dos dois circuitos, valendo-se das características que distinguem e relacionam esses circuitos



e dos elementos constituintes do seu sistema de conceitos. Neste caso realiza-se uma sistematização categórica de atividades abordando características combinadas de produção, circulação e trabalho. A partir desse enquadramento avança-se ao lado menos explorado dos estudos derivados da teoria: a análise do “espaço dividido”, incluindo a preocupação com os efeitos socioeconômicos, presente na teoria original, embora não tenha sido formulada metodologicamente por Milton Santos.

Nesse sentido, são realizadas análises combinadas de circuitos, (inter)urbanas e regionais (produtivas) de lugares e de redes com suas respectivas implicações socioeconômicas com base nas distinções das redes, industrializações e urbanizações da teoria de Milton Santos, aliadas a dados empíricos. Esquematisações e combinações já realizadas, por exemplo, por Corrêa (2012 [1997], p. 287-293), sistematizadas em conjunto por Catão, Reolon e Miyazaki (2010, p. 235) e posteriormente replicadas por Sposito e Catelan (2014, p. 572) dão pistas dessas dimensões, bem como a própria lógica classificatória de Milton Santos para as cidades. Embora não sejam determinísticas – nem sequer tenham a pretensão de serem probabilísticas/estocásticas – essas análises trazem indícios das consequências da distribuição e relação dos dois circuitos (e das redes, industrializações e urbanizações) na repartição dos ônus e bônus da economia entre a população, refletindo em sua condição de vida.

Para essa tarefa realiza-se uma primeira revisão teórica da noção de rede urbana e da teoria dos lugares centrais (em meio às teorias locacionais em geral), para só então tratar da teoria dos dois circuitos da economia urbana propriamente dita, apontando para esta última seu esquecimento e foco de retomada. Aborda-se em seguida como se deu a apropriação teórica no Brasil, cientificamente pela academia, e técnica e institucionalmente pelo Estado, demonstrando o potencial não explorado do uso da teoria dos dois circuitos para a análise da rede urbana. Finalmente se apresenta uma proposta metodológica de uso da teoria dos dois circuitos para uma pragmática aplicação na leitura da rede urbana tentando captar a essência da teoria, os pontos explícitos do “espaço dividido” e propondo um avanço quanto às implicações socioespaciais dessa leitura para a interpretação do espaço em seu uso para o planejamento. A proposta é aplicada à leitura da rede urbana da Bahia, em seguida analisados os resultados e, por fim, as considerações finais.

## 2 BASE TEÓRICA ANTECEDENTE

### 2.1 Rede urbana

#### 2.1.1 Rede como categoria geográfica

A rede (geográfica) pode ser considerada como uma das grandes categorias tratadas pela geografia. Ao lado da região, do território, do espaço (e mesmo do lugar) em suas várias abordagens ao longo das “escolas” geográficas, a rede pode ser usada para uma interpretação totalizante do mundo. Não à toa, a rede é um dos temas utilizado por Roberto Lobato Corrêa (Corrêa, 1997 [1996]) para retratar sua trajetória (geográfica), mais uma vez ao lado do espaço e da região, e um dos primeiros temas de dedicação de estudo de Milton Santos (Santos, 1959).

Apesar de as diversas “fases” ou “escolas” da geografia terem dado ênfase em uma dessas categorias, acredita-se que uma maior contribuição está em entender como cada grande teoria da geografia trata estes termos de forma conjunta. Raffestin (1993 [1980], p. 143-144), por exemplo, apresenta uma simplificação da relação espaço-território-rede. Isso revelaria efetiva e integralmente o “ponto de vista” de cada uma dessas teorias sobre o mundo de forma sistêmica e sistematizada, redundando na construção/intepretação de um sistema de significados coerentes a cada um dos períodos pelos quais passou a geografia.

Santos (2014 [1996], p. 262) concorda que “a noção de rede é considerada como eminentemente geográfica”, explicando que o principal não é mais o domínio do território, mas ter acesso a uma rede e “mediante as redes, ‘a aposta não é a ocupação das áreas, mas a preocupação de ativar pontos e linhas, ou de criar novos’”. Santos (2014 [1996], p. 262) ainda concorda que um dos sentidos de “rede” “é a polarização de pontos de atração e difusão como uma rede urbana”.

De certo que a rede para além de sua acepção puramente técnica<sup>1</sup> (enquanto infraestrutura que possibilita de relações e conexões) avançando sobre uma noção geográfica mais ampla e utilizada em sua qualificação urbana (e regional) passou a tomar mais corpo e tornar-se um dos temas privilegiados de estudos na geografia sob a égide da Nova Geografia. Conforme destaca Corrêa (1989, p.9), no último

---

<sup>1</sup> Talvez por esse não ser o foco do termo rede utilizado na tese justifique-se a ausência de citações a Dupuy.

quarto do século XIX até o final dos 20 anos iniciais do século XX (fim do 1º período da história moderna da geografia) “surge” a temática da rede urbana:

(...) na multifacetada geografia alemã, entre os geógrafos possibilistas franceses, e entre os geógrafos britânicos envolvidos com o planejamento urbano e regional. Também no bojo do determinismo ambiental norte-americano aflora o tema em questão (Corrêa, 1989, p. 9).

Corrêa aponta uma definição restritiva de rede urbana:

Segundo essa corrente [que considera a existência de rede urbana apenas quando características dos países desenvolvidos estão presentes], nos países subdesenvolvidos não haveria rede urbana, ou estaria em fase embrionária ou seria desorganizada (Corrêa, 1989, p. 6).

Para ele é clara a limitação e inadequação desse tipo de definição:

Não aceitamos a tese da existência de rede urbana definida a partir de parâmetros arbitrários, que guardam uma forte conotação etnocêntrica. Tais parâmetros são, de um lado, o modelo formal de Christaller e, de outro, a regra ordem-tamanho de Zipf. (...) A ideia de rede urbana desorganizada, por outro lado, pressupõe a possibilidade de um dia ela tornar-se organizada, semelhante à rede dos países desenvolvidos (Corrêa, 1989, p. 7).

Corrêa (1989, p. 7) considera que há rede quando ao menos houver i) “uma economia de mercado com uma produção que é negociada por outra que não é produzida local ou regionalmente” onde se pressupõe “um grau mínimo de divisão territorial do trabalho”; ii) “pontos fixos no território onde [esses] negócios são realizados, ainda que com certa periodicidade e não de modo contínuo” com “tendência de concentrar outras atividades vinculadas inclusive controle político-administrativo e ideológico”; e iii) “um mínimo de articulação entre os núcleos anteriormente referidos, articulação que se verifica no âmbito da circulação”. O autor ainda sintetiza a importância da rede da seguinte forma:

A nossa tese é que a rede urbana – um conjunto de centros funcionalmente articulados –, tanto nos países desenvolvidos como subdesenvolvidos, reflete e reforça as características sociais e econômicas do território, sendo uma dimensão socioespacial da sociedade. As numerosas diferenças entre as redes urbanas dos

países desenvolvidos, entre as dos subdesenvolvidos, e entre ambas, não são nenhuma anomalia, mas expressão da própria realidade em sua complexidade. (Corrêa, 1989, p. 8)

### 2.1.2 Rede como cidades não isoladas

Para a geografia humana – em especial a urbana – tratar o fenômeno urbano deixa de ser a partir da cidade como objeto isolado de estudo, lembrando Geiger (1963, p. 11) que:

Em qualquer estudo do assunto [cidade], surge logo a relação entre cidade e região. Jean Tricart [L'Habitat Urbain de 1951] não apenas chama a atenção para a inexistência da cidade isolada, sem relações com o mundo exterior, como também para o fato de as cidades manterem relações entre si, concluindo que o que se deve estudar são redes urbanas. O deslocamento do interesse para a análise das redes urbanas, e não das cidades isoladamente, parece, por si só, diminuir a importância de se definir cidade com precisão. Por outro lado, o estudo da rede urbana, implicando no exame do grau de centralidade dos diversos núcleos que a compõem, reforçaria o valor do conceito de centralidade, na definição de cidade (Geiger, 1963, p. 11).

Para George (1970 [1968], p. 11) também “a noção de rede urbana nada mais é que uma generalização, sobretudo em função das formas modernas de relação, da noção de cidade”. Para o autor, enquanto a região de utilização contínua pode ser representada cartograficamente em unidade de superfície, uma região caracterizada por movimentos de relação será expressa por “pontos fortes” e “linhas de relação” (George, 1970 [1968], p. 12). Para ele, a importância do espaço em superfície (qualificada ou ponderada) e em rede de pontos e linhas depende da densidade de uso do solo (George, 1970 [1968], 12), por isso, ele considera que há casos em que a região tem que ser definida por equipamentos pontuais e lineares e não superfície, e a região pode ser então colocada na distinção entre região homogênea ou polarizada. De certo modo isso induz a supor que a ideia de rede é subsidiária ao entendimento de região polarizada, seja pelo conceito em si seja pela sua necessária forma de representação.

A noção de rede é, portanto, tão importante que pode ser considerada como uma pista para a análise totalizante ao apontar que não se pode fazer uma análise da cidade de forma isolada. De forma ainda mais explícita, Brunet (1986) por meio

de sua coremática, indica o entendimento da rede como abrangendo e reunindo as noções de ponto, linha e área (rebatimento das primitivas geográficas) considerando a rede também junto a esses três como as figuras de base de seu quadro de estruturas elementares do espaço (ou base da coremática).

### 2.1.3 Rede como fluxo

Para entender então o urbano enquanto rede de relações é preciso focar nessas relações, ou seja, nos fluxos em sua expressão, causas e consequências para o território. Nesta análise, “a fluidez é, ao mesmo tempo, uma causa, uma condição e um resultado” (Santos, 2014 [1996], p. 274).

Quanto mais a globalização e as relações avançam, mais parece ser justificada a análise de rede, já que “com a globalização o fluxo é ainda mais importante” (Santos, 2014 [1996], p. 268). Logo, a rede urbana se percebe como consequência da globalização e serve de reflexo, termômetro da realidade e do desenvolvimento de cada região. Entretanto, a adoção de uma leitura com base em rede serve não apenas aos complexos e vinculados fenômenos da globalização, mas também da própria urbanização. Deve-se pensar a rede no processo de urbanização, mas entendido esse processo de forma ampla como em Limonad (1999, p. 71):

Este processo que gera fixos e fluxos tem uma resultante que se expressa espacialmente em duas escalas: a cidade, na escala dos lugares; e a rede urbana, enquanto a manifestação espacial da cooperação entre lugares (Lojkine, 1981), na escala territorial. Isto não significa dizer que a urbanização em si seja um determinante maior ou menor, mas sim um elemento que interage com outros na construção do espaço, do urbano, que tende a ir além das cidades (Limonad, 1999, p. 71).

A circulação seria a “força motriz da mudança, através de fluxos (...) A circulação garante a fluidez e a uma unidade numa certa compartimentação e, a iconografia, a resistência e a estabilidade política” (Saquet, 2013 [2007], p. 47). Essa interpretação traria uma dimensão cultural à discussão de sustentabilidade e resiliência. De algum modo, da mesma forma como na economia poder-se-ia dizer que uma pequena comunidade pouco avançada e autossuficiente estaria mais protegida dos solavancos das crises econômicas (cíclicas do capitalismo), uma

“comunidade” apegada a sua iconografia resistiria melhor aos fluxos modificadores da realidade. Saquet (2013 [2007], p. 46) elabora “uma abordagem histórica e cultural, com elementos (i)materiais do território”. Para Saquet (2013 [2007], p. 48):

Dessa forma, o princípio de fluidez se torna central em sua concepção, como circulação, movimento perpétuo que se decompõe em outros movimentos, particulares, ligando diferentes países e cidades. Circulação de homens, mercadorias e ideias, que envolve edificações (estações ferroviárias, portos, estradas, aeroportos...) e o fator psicológico, como principal determinante do consumo e da mobilidade de indivíduos. Este fator espiritual é central em sua proposta, como base para o dinamismo da geografia humana (econômica, política e social), sendo que esta combinação entre componentes materiais e espirituais da vida, estabelece cruzamentos, lugares, um sistema de relações, redes (Saquet, 2013 [2007], p. 48).

Saquet (2013 [2007], p. 68-69) conclui finalmente que:

Acessibilidade, segurança e oportunidade são os papéis principais do território, como fruto de atividades de grupos humanos: produção agrícola, indústrias, transportes, normas, leis que assumem sempre maior complexidade, especialmente, no período que denomina de fluidez moderna, das redes, acabando com a função de refúgio, transpondo fronteiras e limites, interligando pessoas e lugares (Saquet, 2013 [2007], p. 68-69).

Em realidade, então, o fluxo parece determinar mais que o fixo no espaço, sendo os estoques não mais os determinantes da hierarquia. De outra forma Santos (2014 [1996]) parece indicar algo parecido:

Entre os agentes econômicos, impõe distinguir, a partir dos volumes que produzem ou movimentam, entre aqueles que criam fluxos e aqueles que criam massas, isto é, geram volumes, mas não têm força de transformá-los em fluxos (Santos, 2014 [1996], p. 275).

Se a dualidade com a iconografia traz o componente cultural “rugoso” ao fluxo, fluidez e circulação, estes também estão, como indica Saquet (2013 [2007]), vinculados à dimensão econômica. Cabendo então uma abordagem da rede que inclua esse prisma.

#### 2.1.4 Rede como relação econômica

Se “o próprio padrão geográfico é definido pela circulação já que ela detém o comando das mudanças de valor do espaço” (Santos, 2014 [1996], p. 268), então “em realidade, não é mais a produção que preside a circulação, mas é esta que conforma a produção”.

Corrêa (1989, p. 87) entende ser a rede urbana “o conjunto funcionalmente articulado de centros, que se constitui na estrutura territorial onde se verifica a criação, apropriação e circulação do valor excedente”. Para ele:

a compreensão da singularidade de cada uma das redes urbanas - comandadas pelas metrópoles ou capitais regionais, no processo de criação, apropriação e circulação do valor excedente – deve ser o objetivo mais geral dos estudos de casos: tais estudos não são senão a procura do entendimento de uma singularidade enquanto especificação da totalidade, e uma fonte de compreensão desta mesma totalidade social (Corrêa, 1989, p. 87).

Uma interpretação da rede urbana em sentido mais estrito está relacionada à economia e ao capitalismo. Corrêa (1993, p. 31), por exemplo, apesar de citar a existência de redes geográficas nos circuitos de troca de comunidades primitivas e de rede de cidades desde a Roma Antiga e a Baixa Idade Média, ressalta que “[a] divisão territorial do trabalho em escala crescentemente mundializada só é possível a partir de numerosas redes técnicas engendradas no bojo da expansão capitalista” (Corrêa, 1993, p. 31).

Corrêa (1989, p. 53) aponta que foi por volta de 1870 que o mundo capitalista é considerado dividido (produção e consumo) e articulado (integração via trocas) e lembra (Corrêa, 1989, p. 52) que a rede urbana é a forma espacial por meio da qual, no capitalismo, se dá a criação, a apropriação e a circulação do valor excedente. Ou seja, se o capitalismo permitiu o ambiente para o florescimento das redes urbanas, os grandes centros urbanos efetivaram esse desenvolvimento.

A rede urbana como “condição para a divisão territorial do trabalho” se observa “(...) à primeira vista através das funções articuladas de suas cidades – comércio atacadista e varejista, bancos, indústrias e serviços de transporte, armazenagem, contabilidade, educação, saúde etc. (...)” (Corrêa, 1989, p. 49). Destacando o papel acumulador dos grandes centros:

Mas é efetivamente devido à ação dos centros de acumulação de capital, às grandes metrópoles cabeças de redes urbanas de extensão mundial ou nacional, que a divisão territorial do trabalho aparece condicionada pela rede urbana (...)

A rede urbana é um reflexo, em realidade, dos efeitos acumulados da prática de diferentes agentes sociais, sobretudo as grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas que, efetivamente, introduzem – tanto na cidade como no campo – atividades que geram diferenciações entre os centros urbanos (Corrêa, 1989, p. 50).

Por serem as relações econômicas mundiais de diversos tipos e envolvendo países de diferentes níveis de desenvolvimento, Corrêa (1989, p. 8) acredita que:

A nossa tese é que a rede urbana – um conjunto de centros funcionalmente articulados –, tanto nos países desenvolvidos como subdesenvolvidos, reflete e reforça as características sociais e econômicas do território, sendo uma dimensão socioespacial da sociedade. As numerosas diferenças entre as redes urbanas dos países desenvolvidos, entre as dos subdesenvolvidos, e entre ambas, não são nenhuma anomalia, mas expressão da própria realidade em sua complexidade (Corrêa, 1989, p. 8).

Desse modo, “A rede urbana constitui-se simultaneamente em um reflexo da e uma condição para a divisão territorial do trabalho”, por conta das vantagens locacionais se verifica hierarquia (urbana) e espacialização (funcional) definidora de uma complexa tipologia de centros urbanos (Corrêa, 1989, p. 48). Como exemplos do entendimento da rede urbana como “reflexo da divisão territorial do trabalho”, Corrêa (1989, p. 49) cita a planície fértil e densamente ocupada com exportação agrícola na sua consequência para uma hierarquia de lugares centrais; as margens de praias profundas dando espaço a centros portuários; e as jazidas de carvão se convertendo em centros mineiros ou de indústria de transformação. Ou seja:

Uma classificação funcional de cidades, isto é, a descrição da divisão territorial do trabalho em termos urbanos, deve procurar dar conta dos papéis que cada cidade cumpre na criação, apropriação e circulação do valor excedente (Corrêa, 1989, p. 52).

Corrêa (1989, p. 5) considera que “No bojo do processo de urbanização a rede passou a ser o meio através da qual produção, circulação e consumo se realizam efetivamente”. Essa indicação parece de algum modo permear a proposta de Ribeiro (1998) com base em Miossec (1976). Mas para Corrêa (1989, p. 51) a interpretação não pode ser tão direta assim: “(...) a classificação [funcional] não



deve, assim, ser considerada como um fim em si, mas um começo de uma pesquisa sobre uma dada rede urbana”.

Além disso, essa divisão do trabalho tem que ser vista em todo o sistema global econômico. Nos países subdesenvolvidos há decisões geradas fora da rede urbana nacional, ainda que haja uma relativa autonomia nacional ou regional (Corrêa, 1989, p. 50-51), mas talvez hoje mesmo nos desenvolvidos parte das decisões são geradas fora. Essa preocupação parece de fato reforçada em Corrêa (1989, p. 51) ao atestar que se deve:

ao tratar as relações entre rede urbana e divisão territorial do trabalho, considerar em que medida uma rede urbana é efetivamente condição para essa divisão ou uma rede de pura intermediação de ações decididas externamente à rede (Corrêa, 1989, p. 51).

Corrêa (1989, p. 53) aceita “a rede urbana como a cristalização do processo de realização do ciclo do capital” e que ela “pode ser considerada ainda como a forma socioespacial de realização do ciclo de exploração da grande cidade sobre o campo e centros menores”. Ou numa interpretação simplificadora das reflexões de Corrêa (1989, p. 51), o trabalho excedente gera valor excedente que circula se cristalizando nos centros urbanos conformando a rede urbana.

Relacionado aos ciclos de exploração, Corrêa (1989, p. 70) aponta que a difusão de ideias e valores capitalistas da grande cidade tem a finalidade de criar condições de reprodução de todo o sistema espacial, “trata-se de um ideário, transformado em ideologia”, onde se apresentam ideias e valores como modernos, urbanos, metropolitanos e cosmopolitas.

Sobre os investimentos do segundo ciclo de exploração, Corrêa (1989, p. 62) indica que “[n]o que se refere às cidades, os investimentos acabam alterando a inserção delas na rede urbana”. O autor reforça ainda que “outro impacto resultante dos investimentos da grande cidade no campo e em centros menores é a transferência do poder de controle e decisão das atividades locais para a metrópole” via filiais, falências, satelitização, incorporação e em todos os casos com drenagem de valores excedentes via juros e lucros (Corrêa, 1989, p. 65). Sobre a perda de comando, Santos (2014 [1996], p. 273) também relativiza defendendo que o comando técnico pode ser local separado do poder político sempre externo.

Corrêa destaca que “a rede urbana, por onde circula a produção rural,

constitui-se assim em uma cadeia de drenagem sobre o campo” (Corrêa, 1989, p. 58). Eis, porque é indispensável na análise da rede urbana incluir a relação cidade-campo (mais ainda cidade região). Corrêa (1989, p. 61-63) explica a importância da drenagem sobre o campo na existência da cidade devido ao absenteísmo dos proprietários rurais, que transferem para a cidade boa parte do valor excedente, além de haver a compra por setores urbanos de terras no campo como forma de investimento.

Corrêa (1989, p. 62-63) considera que a drenagem fundiária para consumo urbano é ainda maior já que parte significativa dos investimentos na produção agropecuária é oriunda de créditos públicos subsidiados, recursos públicos (escassos) que poderiam ser investidos socialmente. Para parte da agricultura familiar pode-se até dizer que cumprem esse papel, mas é parte pequena desse montante. Por fim:

[h]ipotetiza-se então que a importância relativa das cidades como locais de concentração da força de trabalho seja inversamente proporcional à sua dimensão como localidade central: maior a sua hierarquia urbana menor seu papel como reservatório de mão-de-obra rural (Corrêa, 1989, p. 65).

Na verdade, isto parece depender do estágio em que se encontra a evolução da cidade e da rede. A depender, as localidades centrais, ou cidade frente à região, tem contingentes maiores, mesmo em termos relativos, o que parece ter relação com a estagnação da migração na sua fase final de consolidação.

Para Corrêa (1989, p. 56-57) a migração campo-cidade seria também uma drenagem, mas no caso, da população do campo. O autor explica que isso se refere ao processo de dissolução do artesanato pela manufatura urbana em que o camponês passa a produzir para venda e com isso tem também que comprar de outros num ciclo que leva a endividamento com conseqüente perda de propriedade e dissolução da família camponesa pela incapacidade de a propriedade sustentá-la, resultando numa “superpopulação relativa” no campo (Corrêa, 1989, p. 57).

#### 2.1.5 Rede como múltiplas representações

Cantarim (2014, p. 37) traz uma contribuição ao sintetizar uma classificação de abordagem de rede originalmente da economia (regional e espacial, essa última

origem da geografia econômica) e a abordagem mais própria da geografia. O Quadro 1 traz esse resumo.

Quadro 1 – Teorias de Estudo da Rede Urbana

PERÍODO	ANO	CARACTERÍSTICAS DO PERÍODO	AUTORES	CARACTERÍSTICAS DAS TEORIAS
Locacional	1800-1950	Economia baseada mais no local do que no regional/nacional. Transporte como definidor de localização dos produtos e serviços.	Christaller (1933, 1966) (Webber, 1929) Thünen (1966)	Baseada na localização influenciada pelo mercado e capital, condicionados pelas distâncias.
Explosão urbana	1950-1970	Industrialização, modernização e facilidade de acesso aos transportes. Aumento do número de cidades. Crescimento populacional desenfreado nas metrópoles. Aparecimento de aglomerações urbanas.	(Perroux, 1955) (Myrdal, 1957) (Hirshman, 1958) (Rochefort, 1966)	Discussão sobre as aglomerações urbanas. Análise de fluxos (transporte, estrutura profissional, rede telefônica, etc.). Aspectos econômicos e políticos são valorizados.
Informacional	1970-2000	Globalização. Comunicações e informação global de fácil acesso. Influência de culturas e conceitos, e trocas intelectuais em todas as áreas do conhecimento. Generalização de serviços, equipamentos e comércio. Alta especialização.	Côrrea (1989) Camagni (1992) Santos (1994)	Globalização, inclusão do estudo de meios de comunicação e informação. Nova hierarquia urbana com relações de complementaridade. Especialização e novas funções profissionais. O global altera diretamente o local.
Tecnológico	2000 em diante	Internet, relações a distância, smartphones, mudança no atendimento de vários serviços, TICs, facilidade de conectividade em nível internacional, redes sociais.	Santos (2001) Rochefort (2002) Sassen (2003) Santos (2004) Côrrea (2006) Oliveira (2008) Lencione (2010) Pupim (2013)	Divisão social do trabalho, reestruturação produtiva. Importância da capacidade de conexão de cada centro. Relações imateriais. Rompimento de barreiras geográficas e distâncias.

Fonte: Cantarim (2014, p. 37)

Ainda que a contribuição de Cantarim (2014) seja importante, há que se ter claro que dentre esses autores e obras enquanto algumas delas são propriamente teorias e métodos de interpretação de rede urbana, em outras a preocupação é com o estabelecimento de novos paradigmas, com o ajuste da noção de rede ao contexto vivido ou mesmo com proposições teóricas cujo objeto não é a rede urbana. Alguns deles sendo aportes mais restritos a áreas complementares da abordagem geográfica de rede como a economia regional. Milton Santos, por exemplo, só desenvolve uma teoria de rede em 1975 no âmbito da teoria dos dois circuitos da economia urbana.

Dos autores citados quem de fato vai desenvolver teorias e métodos de interpretação da rede urbana dentro da geografia são Christaller, Perroux, Rochefort

e Santos, mesmo assim esse último apenas com sua teoria dos dois circuitos consolidada em 1975. Nas décadas de 1950 e 1960 Milton Santos irá se valer do método de Rochefort. Parece ser sintomático Cantarim (2014, p. 37) não citar o livro “O Espaço Dividido”, pois de fato ainda que discutido bastante até a década de 1980 e retomada a discussão nos últimos anos não se vê sua real apropriação direta nos métodos de análise, interpretação e representação da rede urbana.

Cantarim (2014, p. 122) contribui ainda ao enquadrar estudos institucionais de rede nos períodos relacionados, mas tendo a preocupação de identificar as obras em que supostamente se baseiam por serem explicitamente citadas (Quadro 2).

Quadro 2 – Períodos das teorias de estudo de rede urbana

<b>Estudo / Plano / Política</b>	<b>Período em que está inserido</b>	<b>Período do embasamento metodológico</b>
<b>Categorias 1 e 2 (Estudos de Institutos – nacional e estadual)</b>		
Divisão Regional do Brasil 1966	Explosão urbana (1950-1970)	Locacional. Christaller (1966) (primeira publicação em 1933). Explosão urbana - Rochefort (1957).
Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas 1972	Informacional (1970-2000)	Locacional. Christaller (1966) (primeira publicação em 1933). Explosão urbana - Rochefort (1957).
REGIC 1978	Informacional (1970-2000)	Locacional. Christaller (1966) (primeira publicação em 1933). Explosão urbana - Rochefort (1957).
REGIC 1993	Informacional (1970-2000)	Locacional. Christaller (1966) (primeira publicação em 1933). Explosão urbana - Rochefort (1957). Informacional – Côrrea (1989) e outros não citados.
Configuração e Tendências da Rede Urbana da Região Sul 2000	Tecnológico (2000 em diante)	Locacional. Christaller (1966) (primeira publicação em 1933). Explosão urbana - Rochefort (1957). Informacional – IBGE (2000).
Vários Paranás 2005	Tecnológico (2000 em diante)	Locacional. Christaller (1966) (primeira publicação em 1933). Explosão urbana - Rochefort (1957), Hirshman (1961), Myrdal (1957) e Nurski (1963). Informacional – Côrrea (1989), IBGE (2000), IPEA (2002) e Santos (1994)
REGIC 2007	Tecnológico (2000 em diante)	Locacional. Christaller (1966) (primeira publicação em 1933). Explosão urbana - Rochefort (1957). Informacional – Camagni (1996) e Salone (1993). Tecnológico – Offner (2000).
Dinâmica Urbana dos Estados 2011	Tecnológico (2000 em diante)	Não implica em estudo da rede urbana em si. Avalia os estudos de institutos e sua utilização pelo poder público e privado.

Fonte: Cantarim (2014, p. 122)

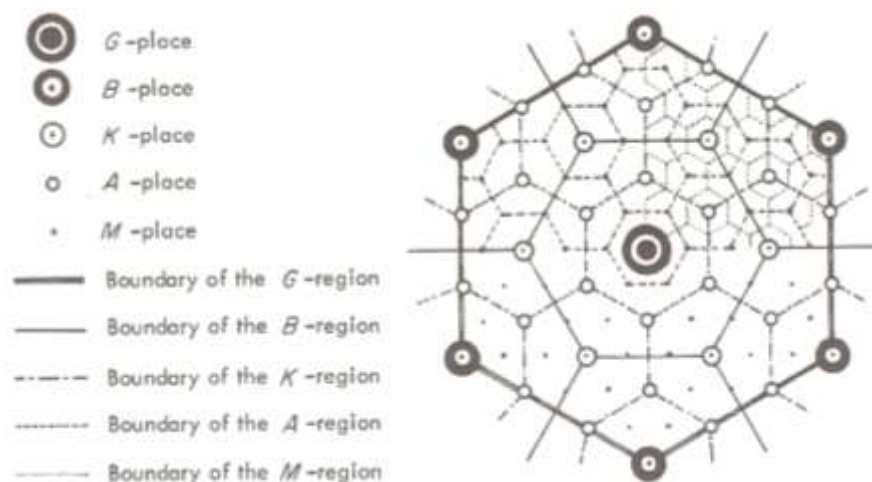
Cantarim (2014, p. 123) destaca o descolamento entre o período de elaboração dos estudos e o período de enquadramento de suas supostas bases teóricas:

Avaliando o quadro é possível perceber que é comum os estudos de institutos, assim como os planos e políticas que realizaram pesquisa própria, utilizarem teorias com defasagem de mais de uma década em relação ao ano de sua elaboração. As poucas exceções são o REGIC 1993 e o REGIC 2007, que citam autores mais recentes, do mesmo período em que estão inseridos. Já quanto à utilização dos estudos de institutos não há grande defasagem, e a partir dos anos 2000 sua apropriação pelo planejamento e mesmo por outros institutos cresceu muito em relação às décadas anteriores (Cantarim, 2014, p. 123).

Além disso, é possível observar que as citações a autores, sejam mais atuais ou não, muitas vezes servem quando muito de inspirações. É sintomática a constatação que estudos periódicos como a REGIC ainda que tenham referência a autores diferentes ao longo de suas edições, não sofreram alterações significativas em seus métodos.

Observa-se também que os estudos de rede urbana institucionais brasileiros não produziram diretamente tipologias de rede, focando o resultado na hierarquia e caracterização das cidades. Diversos autores, contudo, trazem contribuição nesse sentido. O próprio Christaller (1966 [1933]) estabeleceu tipologias de rede. A mais usual é a que segue o que ele denomina de princípio de mercado (Figura 1).

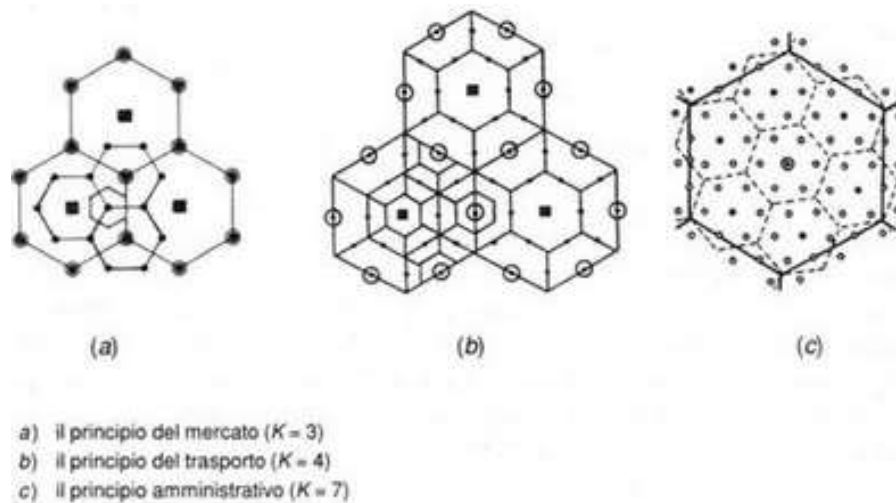
Figura 1 – Região de mercado num sistema de lugares centrais



Fonte: Christaller (1966 [1933], p. 66-67)

Christaller (1966 [1933]) propôs também em diferenciação com o princípio de mercado, dois outros, ilustrados por Bonetti (1964) na Figura 2, o de transporte e o administrativo. Na concepção dele cada um tinha uma distribuição de cidades seguindo uma ótica. No caso do princípio de mercado, sempre haveria um número de centros hierarquicamente superior aos quais a população de determinado centro inferior iria se destinar na busca por serviços e produtos.

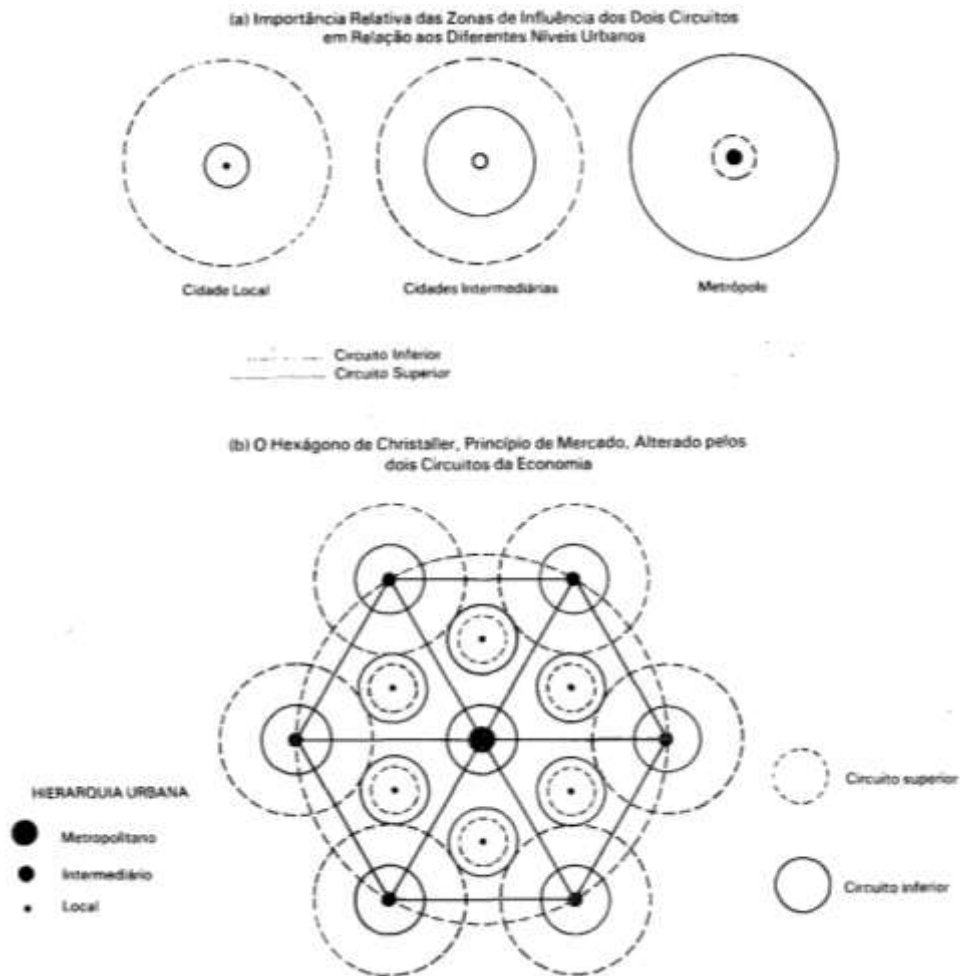
Figura 2 – Organização das áreas de mercado pelos três princípios de Christaller



Fonte: Bonetti (1964)

Da teoria de Christaller, Berry e Garrison como destaca Ablas (1982 [1978], p. 92) indicam como contribuições fundamentais as noções de i) área de influência de um bem; ii) limites superiores e inferiores de oferta de um bem; e iii) estrutura espacial hierarquizada. Santos (2004 [1975]), a partir dos aportes de sua teoria dos dois circuitos econômicos propôs ajustes apresentados na Figura 3 para essas áreas influência a depender do circuito (inferior ou superior).

Figura 3 – Os dois circuitos da economia e a rede de centros urbanos

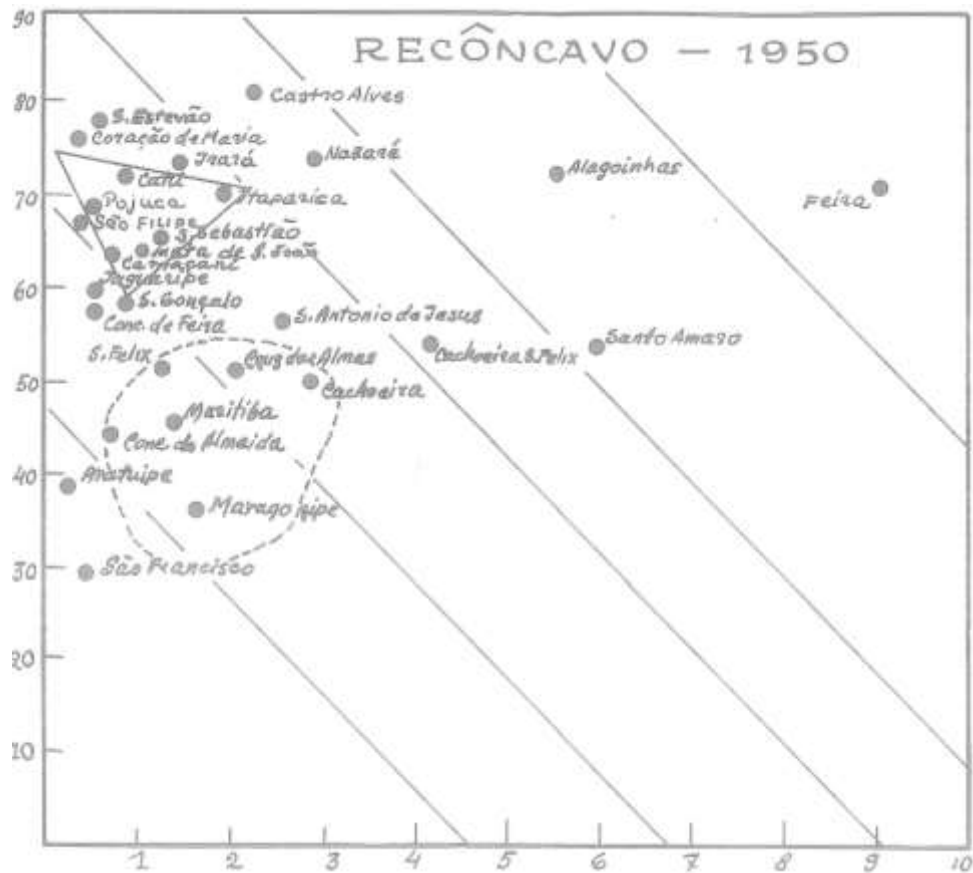


Fonte: Corrêa (1988, p. 78)

Para Santos (2004 [1975], p. 356) nos centros de hierarquia mais baixa a zona de influência sobre o circuito inferior é maior que sobre o superior, e à medida que aumenta a hierarquia isso se inverte.

Em momento anterior, Santos (1959, p. 25) se baseou em Rochefort, a exemplo do que desenvolveu em Rochefort (1957, p. 139), tendo já aplicado o método também sobre dados de 1946 na região do Baixo Reno (Rochefort, 1957, p. 135). O método de Rochefort, de forma simplificada resultava num gráfico da população ativa no setor terciário pelo total no local e pela população ativa no setor terciário total dos locais, como se observa na aplicação de Milton Santos na Figura 4. Esses dados eram clusterizados com base numa referência de corte e poderiam ser usados para compor mapas hierarquizados.

Figura 4 – Método Rochefort aplicado por Milton Santos

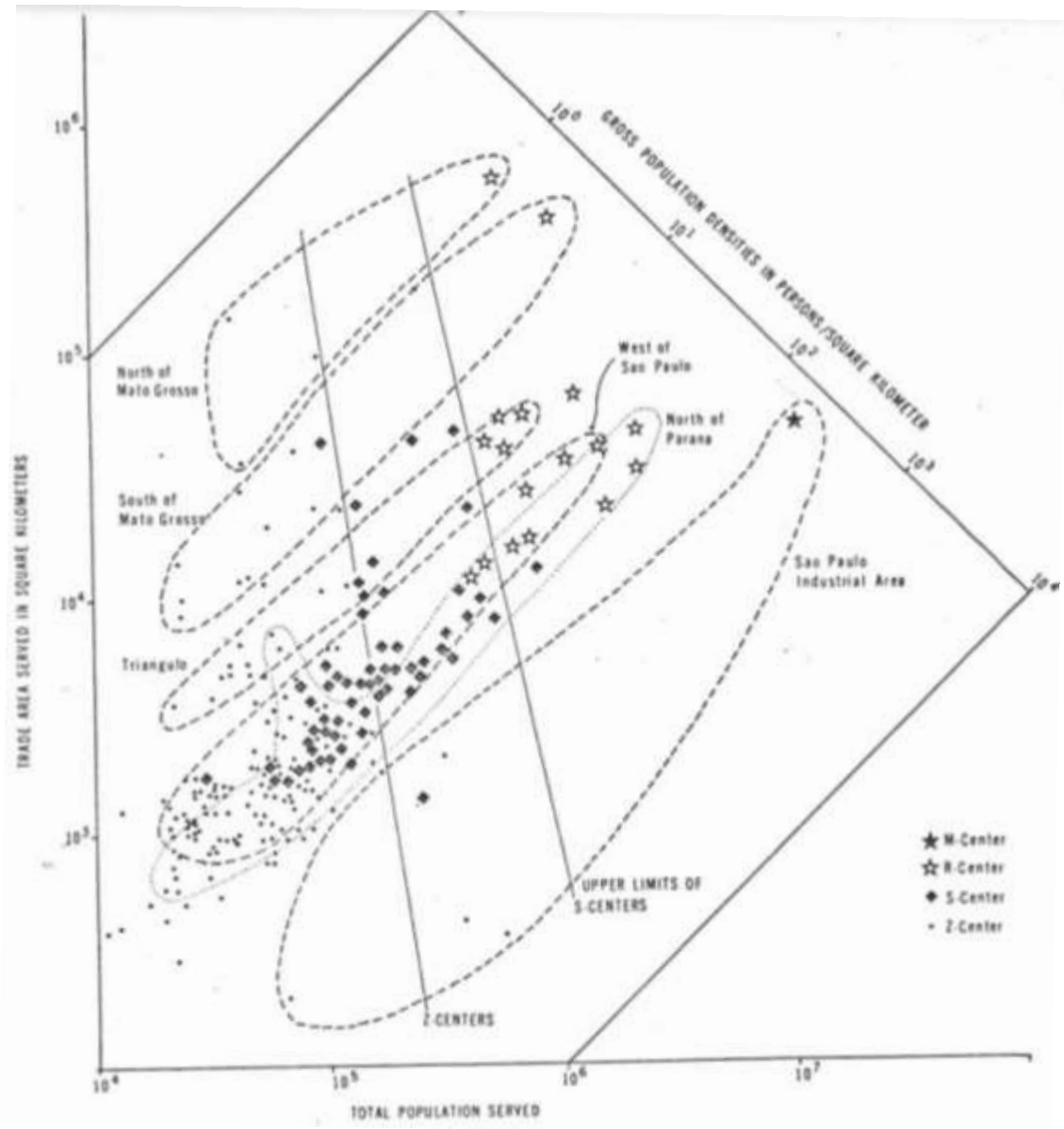


Fonte: Santos (1959, p. [24B])

A técnica aplicada por Rochefort (e seguida por Geiger, além de Milton Santos) e a técnica aplicada por Berry e Barnum (1962, p. 41) – seguida por Corrêa (1974) – se assemelham, embora se utilizem de variáveis diferentes. Um exemplo de combinação de variáveis, variáveis combinadas e categorias é apresentado por Corrêa (1974, p. 47) com essa base de Berry e Barnum (1962, p. 41), este primeiro autor tendo orientado Corrêa (1974), como na Figura 5 a seguir.



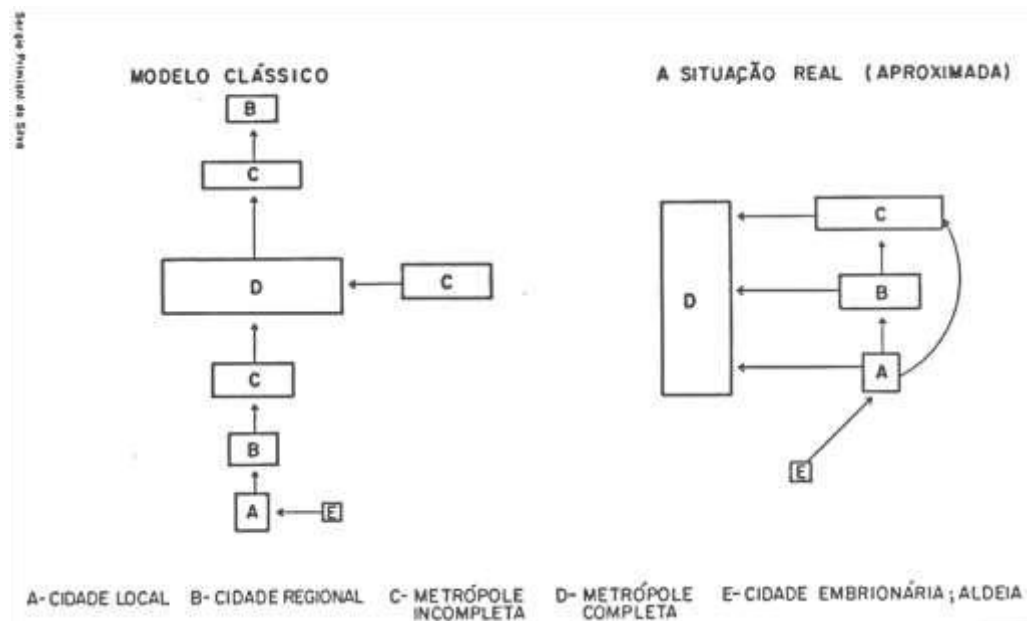
Figura 5 – Método Berry e Barnum aplicado por Lobato Corrêa



Fonte: Corrêa (1974, p. 47)

Santos (1977, p. 53) considera que a hierarquia proposta por Christaller não se enquadrava na realidade de países como o Brasil, sugerindo que “Algumas aglomerações de nível inferior não necessitam mais transpor as cidades que estão num nível imediatamente superior, mas recorrem diretamente às cidades mais importantes” (Santos, 1977, p. 53). Ilustra-se isso por meio da Figura 6.

Figura 6 – Cidades dentro de uma rede

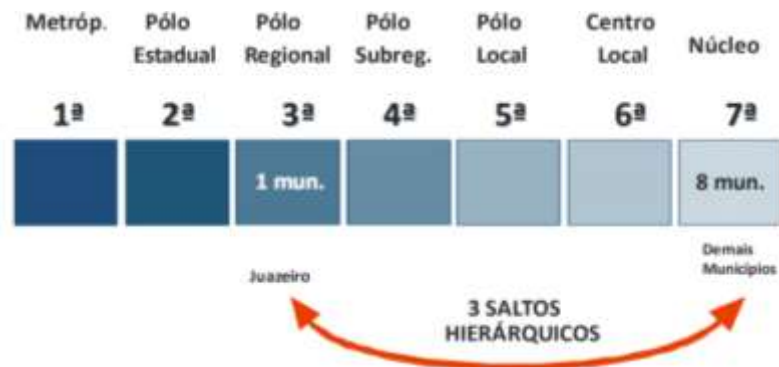


Fonte: Santos (1977, p. 54)

A própria REGIC sempre demonstrou que as redes e seus subsistemas no Brasil possuem essa incompletude hierárquica, mas o IBGE não explorava o desenvolvimento de tipologias nesse sentido. No momento, entretanto, o IBGE está desenvolvendo internamente nas discussões sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano tipologia específica para o que tem chamado de cadenciamento para “diferenciar regiões de influência mais macrocefálicas e concentradas”, sendo as mais “encadeadas” aquelas “nas quais as pessoas tendem a ter uma rede com mais opções para acessarem bens e serviços fora de sua Cidade e em que as distâncias percorridas para isso tendem a ser mais curtas” (IBGE, 2020c, p. 4).

Propostas nesse sentido já tinham aparecido no estudo da Rede Urbana da Bahia de 2011 (SEDUR/BA, 2011). Ao propor uma rede urbana baiana SEDUR/BA (2011, p. 76) considera que “um subsistema urbano, ou mesmo a própria rede, pode apresentar baixa densidade hierárquica quando apresenta grandes saltos hierárquicos ou alta densidade hierárquica, quando o contrário ocorre.”. Demonstra-se com o exemplo de Juazeiro (Figura 7).

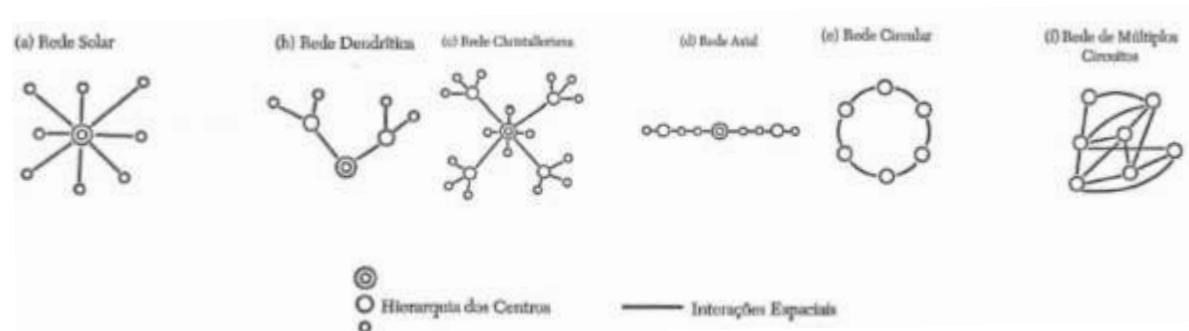
Figura 7 – Saltos hierárquicos da Região de Influência de Juazeiro



Fonte: SEDUR/BA (2011, p. 14)

Essas “lacunas” da realidade frente aos tipos ideais de Christaller explicam em parte alguns tipos de rede propostos por autores para a interpretação das relações observadas nas redes urbanas. Corrêa (1997) indica alguns deles com base no padrão de interações espaciais (Figura 8).

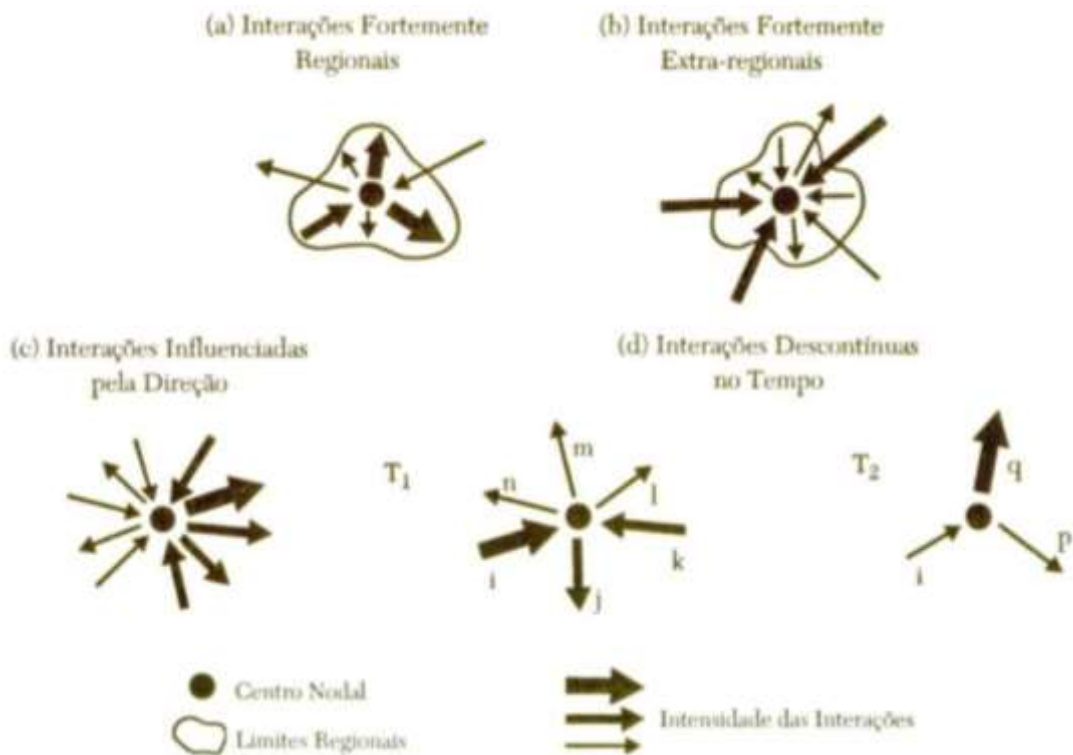
Figura 8 – Padrões de interações espaciais em rede



Adaptado de Corrêa (2012 [1997], p. 308)

Destacando também que não apenas possuem estruturas hierárquicas diversas como podem ser analisados pela direção e intensidade dessas interações, Figura 9.

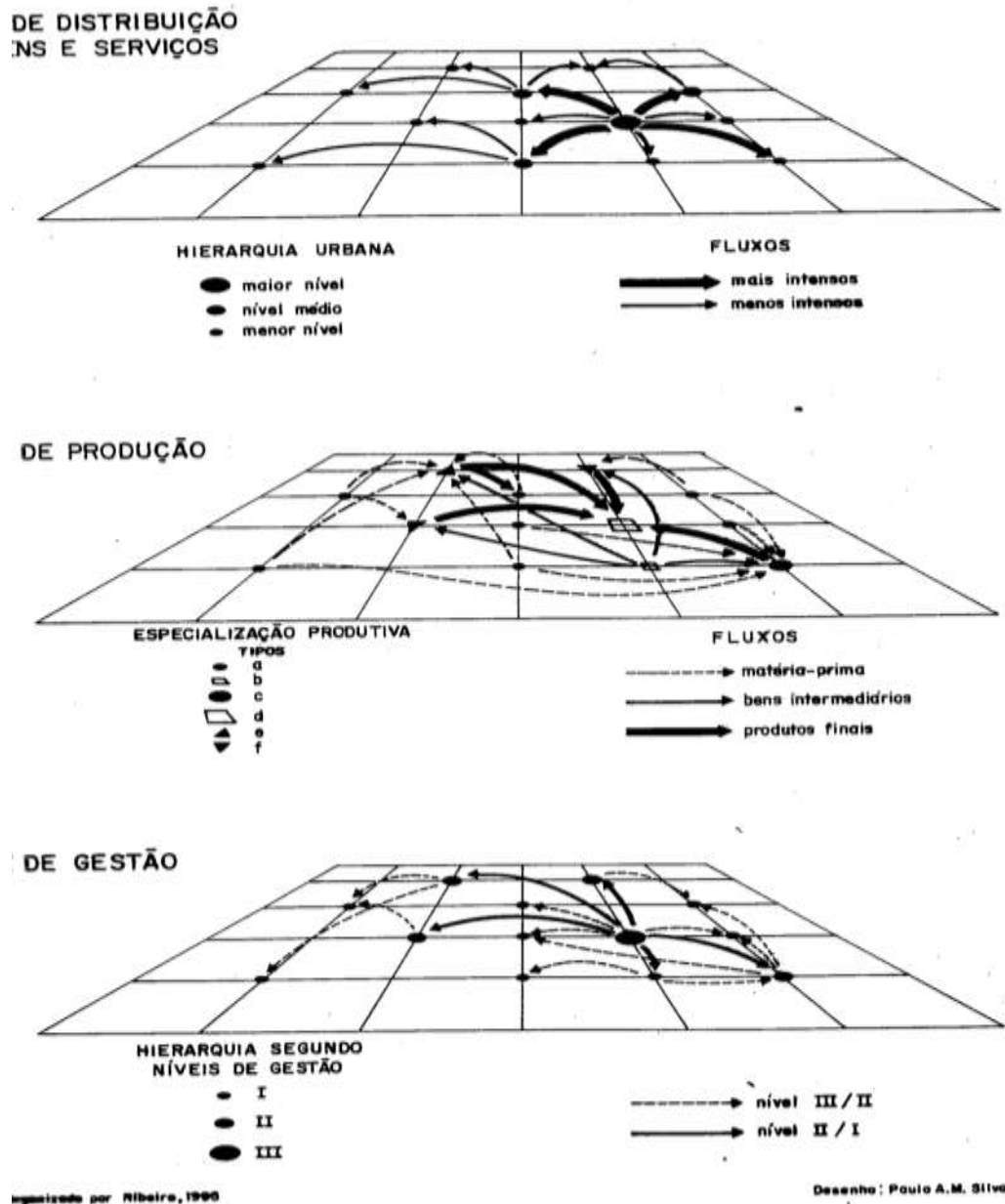
Figura 9 – Padrões de interações espaciais e sua variabilidade espaço-temporal



Adaptado de Corrêa (2012 [1997], p. 297)

Para Corrêa (1989, p. 52), “Uma classificação funcional de cidades, isto é, a descrição da divisão territorial do trabalho em termos urbanos, deve procurar dar conta dos papéis que cada cidade cumpre na criação, apropriação e circulação do valor excedente”. Miossec (1976), resgatado por Ribeiro (1998) sugere três tipos de rede com base nessa diferença funcional, Figura 10.

Figura 10 – Tipos de Rede



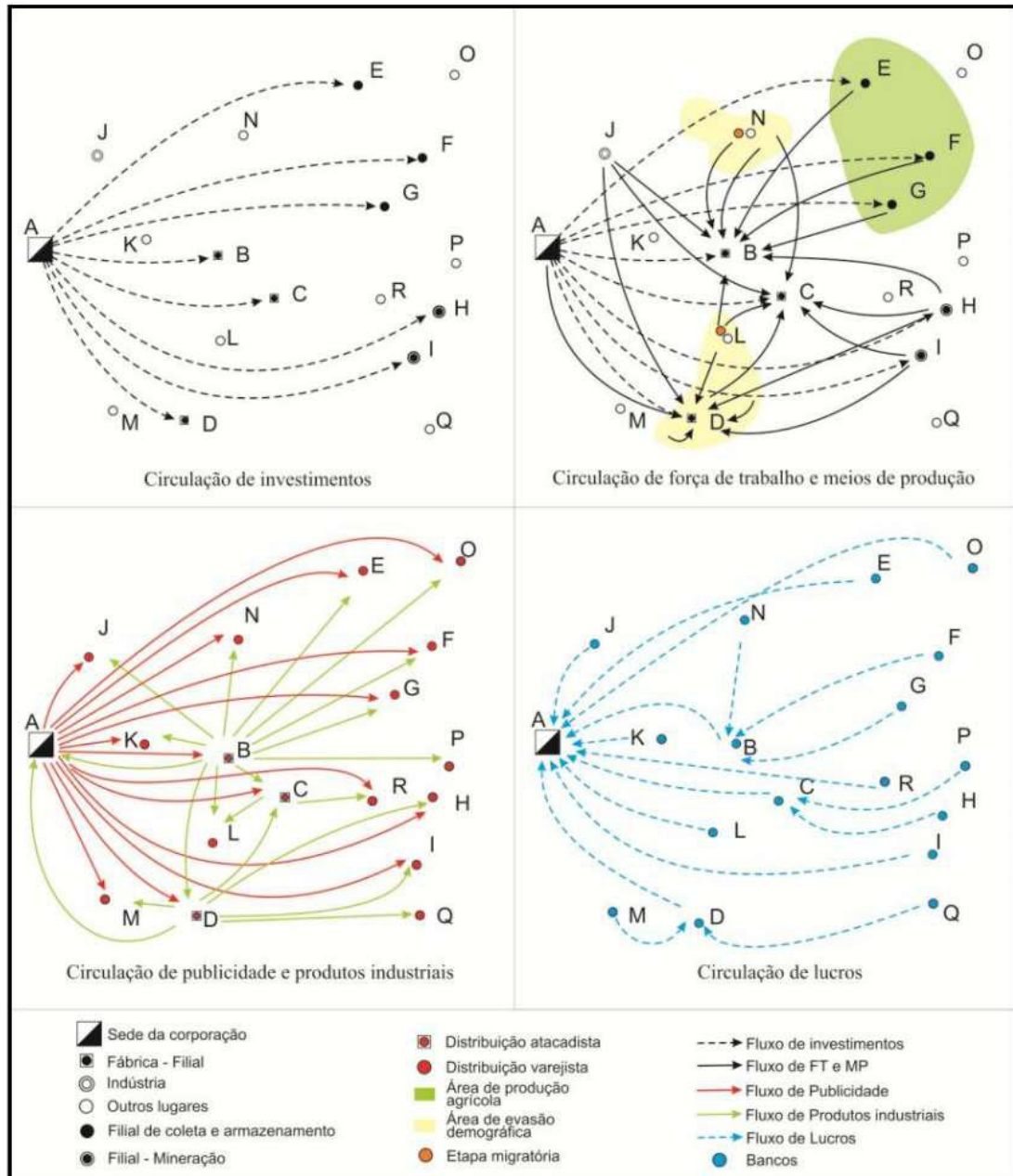
Fonte: Ribeiro (1998)

Ao interpretar as redes conforme sua função predominante, Miossec (1976), adotado por Ribeiro (1998) reforça um entendimento que o IBGE utiliza na REGIC ao identificar em sua análise de rede, mas sem definir tipos propriamente ditos, o comando estatal e empresarial, além dos fluxos de comércio, serviço e produtivos. Embora esse último seja mais o foco dos estudos regionais.

Com base no próprio Corrêa (2012 [1997], p. 286-292), Catão, Reolon e Miyazaki (2010, p. 235) apresentam o que poderia ser considerado quatro tipos de rede com base na circulação de i) investimentos; ii) força de trabalho e meio de

produção; iii) publicidade e produtos industriais; e iv) lucro, Figura 11.

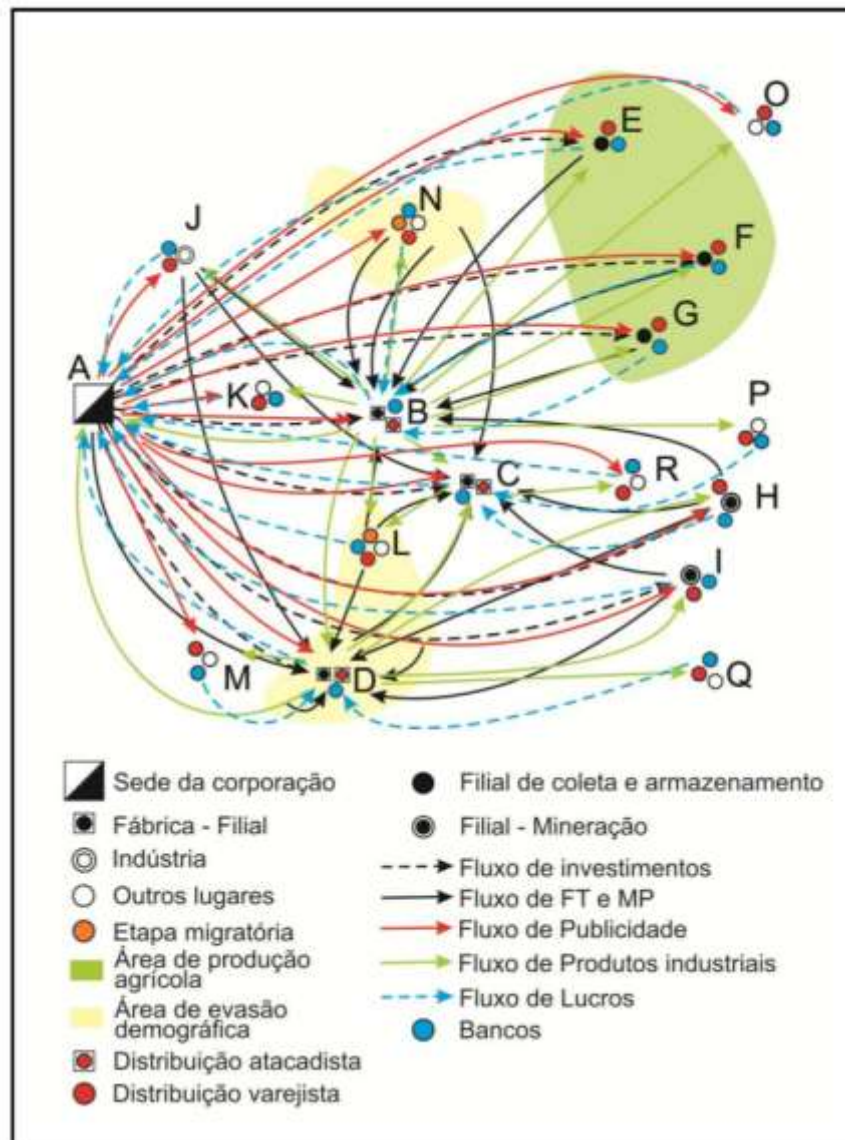
Figura 11 – Ciclo de reprodução do capital e do espaço



Fonte: Catão, Reolon e Miyazaki (2010, p. 235)

Essas óticas já apontadas por Corrêa (2012 [1997], p. 286-292) e sistematizadas em conjunto por Catão, Reolon e Miyazaki (2010) e posteriormente replicadas por Sposito e Catelan (2014) dão pistas dessa possibilidade de sobreposição de abordagens para o entendimento conjunto das relações, Figura 12.

Figura 12 – Ciclos de reprodução do capital e espaço sobrepostos

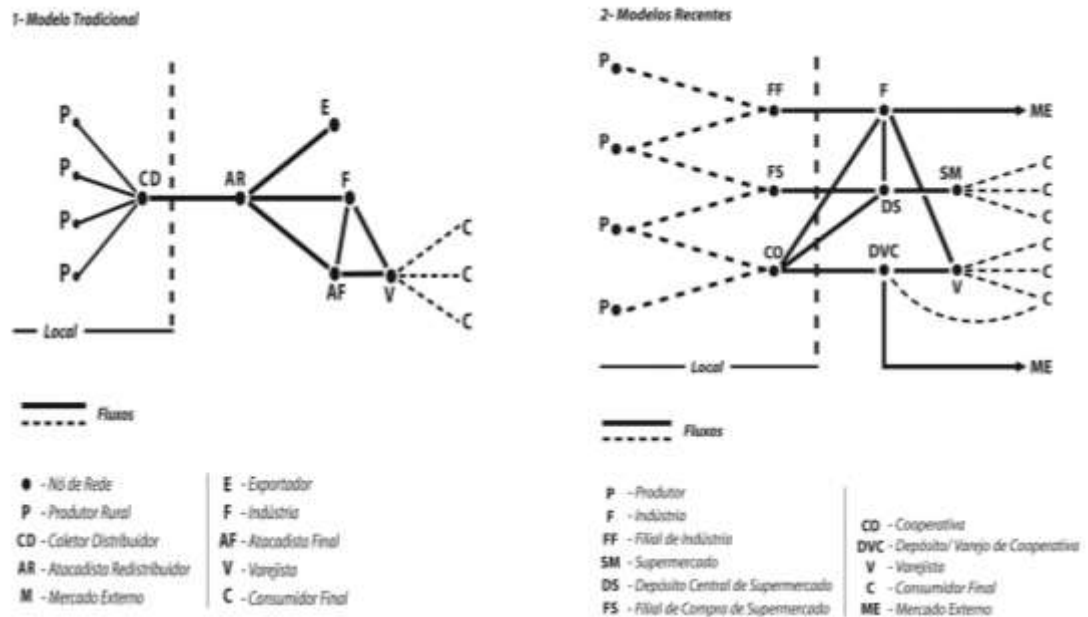


Fonte: Catão, Reolon e Miyazaki (2010, p. 236)

Embora a inteligibilidade fique comprometida, essa sobreposição pode indicar ser possível analisar os fluxos setoriais, mas percebendo-os como não estanques. Seria possível determinar padrões combinando esses diversos papéis, verificando a implicação de uma sobre outro na rede urbana?

Aumentando a complexidade e o desafio interpretativo, essas interações se alteram conforme as próprias relações sociais e econômicas mudam, devido à mudança tecnológica ou alteração nos modelos vigentes de contrato e envolvimento de outros atores, como ilustra o próprio Corrêa (2017, p. 8) na Figura 13.

Figura 13 – Modelos tradicional e recente de comercialização de produtos Agrícolas



Fonte: Corrêa (2017)

Ainda que não seja tampouco uma tipologia, os indicadores de centralidade e conexão são bastante úteis para se desenvolver categorias de rede, alguns deles tendo sido usados ao longo das REGICs. Mello et al. (2010), por exemplo, se utilizam da teoria de grafos para análise da rede. Usando as categorias sistematizadas por Mello et al. (2010, p. 8-9) considera-se que proposições tipológicas devem partir da premissa de termos no Brasil redes direcionadas, ponderadas, dinâmicas e não conectadas, distinguindo-as quanto a esparsas ou densas dentro de cada cluster.

Um dos indicadores de conexão e centralidade que os autores usam é a “distância entre nós”, que “mede o comprimento do caminho entre dois nós considerados” (Mello et al., 2010, p. 10). Outro indicador que poderia ser usado seria o “grau do nó”, “De forma simples, ela é o número de arestas que saem do nó. Também é conhecida por out-degree (out d). A medida também pode ser construída utilizando-se o número de arestas que chegam a este nó, sendo neste caso conhecida por in-degree (in d)” (Mello et al., 2010, p. 11). Por sua vez o rank de página “foi inicialmente desenvolvido por Brin e Page (1998), os fundadores do Google, para medir a importância de uma página na World Wide Web (WWW)” (Mello et al., 2010, p. 12).



Corrêa (1997 [1996], p. 111-112) sintetiza também dimensões de análise das redes geográficas, que podem servir de apoio no desenvolvimento de abordagens de estudo, conforme o Quadro 3.

Quadro 3 – Dimensões de análise das redes geográficas

Redes Analisadas Segundo:		Especificação	Exemplo
DIMENSÃO ORGANIZACIONAL	Agentes Sociais	Estado	Ministério da Saúde, Delegacia Regional, Posto de Saúde
		Empresas	Sede, Fábrica, Filiais de Vendas, Depósitos
		Instituições	Sé, Dioceses, Paróquias Católicas
		Grupos Sociais	Sede, Núcleo Regional, Equipe Local de ONG
	Origem	Planejada	Diversas Redes do Estado e das Corporações
		Espontânea	Mercados Periódicos
	Natureza dos Fluxos	Mercadorias	Matérias-Primas, Produtos Industrializados
		Pessoas	Migrantes
		Informações	Decisões, Ordens
	Função	Realização	Rede Bancária
		Suporte	Rede de Transmissão de Energia
	Finalidade	Dominação	Rede de Unidades de Segurança dos Estados Totalitários
		Acumulação	Rede de Grandes Corporações
		Solidariedade	Rede de ONG Ligada ao Movimento Popular
	Existência	Real	Cidades Articuladas de Fato Via Telefônica
		Virtual	Cidades Potencialmente Articuladas Via Telefônica
Construção	Material	Rede Ferroviária	
	Imaterial	Ligações entre Cidades Via TRANSDATA	
Formalização	Formal	Rede das Grandes Corporações	
	Informal	Rede de Contrabando e Vendedores de Rua	
Organicidade	Hierárquica Complementaridade	Rede de Lugares Centrais, Rede de Centros Especializados	
DIMENSÃO TEMPORAL	Duração	Longa	Rede Urbana Europeia
		Curta	Liga Hanseática
	Velocidade dos Fluxos	Lenta	Navegação Marítima e Fluvial
		Instantânea	Rede TRANSDATA
	Frequência	Permanente	Rede Bancária
Periódica		Mercados Periódicos	
Ocasional		Rede Associada a um Festival	
DIMENSÃO ESPACIAL	Escala	Local	Sindicato Municipal de Varejistas e Lojas
		Regional	Sede, Fábrica, Postos de Coleta e Fazendas Associadas em Cooperativa
		Nacional	Rede Globo de Televisão
		Global	McDonald's, General Motors, Nestlé
	Forma Espacial	Solar	Cidade-Estado e Aldeias Tributárias
		Dendrítica	Rede Urbana da Amazônia em 1900
		Circuito	Rede de Tráfego Aéreo
		Barreira	Rede de Utilidades Político-Administrativas
	Conexão	Interna	Rede Muito Integrada Internamente
Externa		Rede Muito Integrada Externamente	

Fonte: Corrêa (1997 [1996], p. 111-112)

Corrêa (1997 [1996], p. 299-300) ainda indica algumas questões para investigação sobre a rede urbana brasileira que também poderiam auxiliar na busca por pista para a construção de tipologias e dimensões a tratar:

- i) Como as alterações nas esferas da produção, circulação e consumo afetam a rede de lugares centrais?
- ii) Qual o real papel da telemática na reestruturação da rede urbana?
- iii) Qual o papel da desconcentração de atividades na reestruturação da rede urbana?
- iv) Qual a magnitude e quais os efeitos da drenagem da renda fundiária na rede urbana?
- v) Qual o papel dos agentes locais e regionais na reestruturação da rede urbana?
- vi) Que outras formas a rede urbana apresentam?
- vii) O que há de novo nas redes urbanas, ou em seus segmentos, criadas recentemente?

Corrêa (1974, p. 15) considera também necessário investigar melhor os efeitos na variação de renda e disso combinado com a variação de densidade populacional nos sistemas de lugares centrais, sendo este um dos pontos de investigação possível. Corrêa (1974, p. 16) faz questão de destacar que Christaller já tratava disso em seu clássico. De fato, apesar das críticas, Christaller (1966 [1933]) aponta essas diferenças em função da densidade e da renda, mas não explora isso em sua teoria, mesmo porque a teoria explicitamente parte do controle dessas outras variáveis. A proposta de Corrêa (1974, p. 16) é combinar alta e baixa densidade com alta e baixa renda, criando quatro categorias:

- 1) Altas densidade e renda;
- 2) Alta densidade e baixa renda;
- 3) Baixa densidade e alta renda; e
- 4) Baixas densidade e renda.

Corrêa (1974, p. 16) supõe que cada uma dessas categorias respectivamente, desenvolve:

- 1) Tanto centros de ordem menor quanto maior;
- 2) Muito pequenos centros, poucos centros de alta ordem;

- 3) De forma fraca poucos pequenos centros e de forma relativamente forte poucos centros de alta ordem; e
- 4) De forma fraca lugares centrais de quaisquer ordens.

Da releitura realizada nesta seção, podem ser resumidas de forma direta ao menos as seguintes tipologias:

- 1) Direcionada ou não direcionada; Ponderada ou não ponderada; Esparsas ou densas. Conectadas ou não conectadas. Dinâmica ou estática (Mello et al., 2010);
- 2) primaz ou primate system; dois circuitos; variação temporal (sazonal ou semanal); “christalleriana” (conforme princípio de mercado, transporte ou administrativo); dendrítica; feeder system; top-heavy system; hierárquico imperfeito (Corrêa, 1996 [1982]);
- 3) Dendrítica, complexa, radial, solar (Corrêa, 1989); e
- 4) Distribuição, produção e gestão (Miossec via Ribeiro, 1998)

Para além delas, todo esse conjunto de dimensões, preocupações e indicadores desvelam um leque de possibilidades para se definir categorias de rede que sejam úteis aos objetivos das políticas públicas, em especial, mas não apenas aquelas de caráter mais regional e urbano.

Apesar de todas essas abordagens e tipologias, nunca é demais lembrar o destaque de Ribeiro (1998, p. 62-63) sobre a consideração de Milton Santos da rede urbana, para quem ela “é também, uma particularidade e condição para a compreensão da totalidade social”. De fato, para Santos (1978, p. 105):

Também de um ponto de vista social, o espaço tem rugosidades e não é indiferente às desigualdades de poder efetivamente existentes entre instituições, firmas e homens. Todavia, o próprio fato de que as teorias espaciais e os seus derivados — Economia Regional, Economia Urbana, Geografia Regional, Geografia Urbana, Análise Regional, Planificação Regional, Planificação Urbana etc. — em geral ignoram as estruturas sociais leva a que não se preocupem com os processos sociais nem com as desigualdades sociais. Acabam, simplesmente, por ignorar o homem. Por isso tais proposições não chegam a ser teorias, não passando de ideologias impostas ao homem com o objetivo de abrir caminho à difusão do capital (Santos (2009 [1978], p. 105).

Críticas à parte de fato a intenção seria contribuir para que essas supostas “pseudo-teorias” para Milton Santos recuperem essa dívida “social”, já que falta paradigma social nos métodos de interpretação de rede urbana. Mesmo a teoria dos dois circuitos que trouxe essa preocupação teórica indicando diretrizes de implicação geral na interpretação e representação, carece de procedimentos pragmáticos para sua aplicação.

Revisitada a noção de rede urbana, passa-se na próxima seção a tratar da teoria dos lugares centrais, ponto de partida da crítica de Milton Santos, que será apresentada após a próxima seção.

## **2.2 Teoria dos Lugares Centrais**

### **2.2.1 Origens locacionais**

Corrêa (1996 [1982], p. 15) considera que “[a] teoria das localidades centrais formulada por Christaller em 1933 foi, nas décadas de 1960 e 1970, incorporada à ‘nova geografia’.” E que “[a] pesar da extensa bibliografia produzida sobre o assunto [considerando até o início da década de 1980], quando foi elaborado, muito pouco foi adicionado ao conhecimento da organização espacial dos lugares de distribuição varejista e de serviços”.

Baumgartner (2017, p. 13) considera que os estudos baseados em Christaller foram a influência da produção alemã na geografia urbana mais disseminada, ainda que “algumas temáticas nos estudos culturais sobre as cidades se apropriam das produções da Escola de Frankfurt”. Destaca ainda que “a produção da geografia urbana brasileira, principalmente aquela que destacamos sobre as cidades médias e pequenas, é notadamente influenciada pelas referências francesas, direta ou indiretamente, quer sejam da geografia ou de áreas afins.” (Baumgartner, 2017, p. 13).

De fato ainda que a geografia brasileira siga bastante vinculada à francesa, numa retroalimentação entre o uso de seus teóricos e a formação dos professores e acadêmicos, a importância de Christaller, segundo Sousa (2017, p. 13) se percebe ao ser o grande nome alemão, não apenas o mais conhecido, mas às vezes até considerado a única bibliografia alemã realmente disseminada por aqui. Exageros à

parte, já que ao menos no século XIX tenham-se grandes nomes da geografia alemã em uso no Brasil (Hettner, Ratzel, Ritter...) estendendo aos economistas usados na própria discussão de teorias locacionais como Lösch e Von Thünen. De todo o modo, sendo o pai de uma das principais teorias da geografia (Sposito 2004, 171), Christaller poderia ser considerado como o alemão mais difundido na geografia urbana e de rede. Essas constatações reforçam ainda mais a importância de estudiosos sobre esses autores, a exemplo de Roberto Lobato Corrêa, ainda que tenha “encontrado” os alemães pela via americana de Berry.

Diversos autores reforçam a importância de Christaller para o tema da rede urbana sob o prisma das teorias locacionais. Sobre o livro de Christaller, Berry (1967, p. 276) é categórico, indicando que todo geógrafo deveria ter o livro e nenhum estudante deveria se formar sem lê-lo. Bradford e Kent (1988, p. 18) destacam de sua teoria que “A abordagem teórica de Christaller foi para a geografia do povoamento semelhante à de Von Thünen para o uso agrícola do solo e à de Weber para a localização industrial”. Claval (2005) considera que as abordagens espaciais da economia de Von Thünen até os anos 1930 não eram tratadas pelo ramo principal da economia e sim por disciplinas independentes: “a teoria das relações econômicas internacionais, a teoria da localização das atividades produtivas e a geografia econômica” (Claval, 2005, p. 12). Claval (1974 [1964], p. 185-186) afirma que o trabalho de Christaller chegou mais longe indicando a hipótese de dedução das redes urbanas pela diferenciação da dimensão de produtos e serviços de zonas de mercado (Claval, 1974 [1964], p. 186).

Claval (1974 [1964], p. 186) considera ainda que até Christaller surgir nenhuma obra de geografia no campo da economia tinha se voltado à investigação sobre as funções da cidade. Para Claval (1974 [1964], p. 187) os geógrafos economistas eram antes de Christaller acomodados com o tema dos recursos naturais, não podendo até então serem acusados de invadir a competência de outros profissionais. O determinismo e o possibilismo sofriam o primeiro de falta de defesa e o segundo se limitava à análise detalhada e minuciosa dos potenciais da natureza e dos métodos que o homem empregava para aproveitá-la.

Entretanto, Christaller para Claval (1974 [1964], p. 187) não era da geografia econômica, mas da humana, mas foi qualificado como tal pelo uso dos métodos da economia política e pela perspectiva racional (econômica em certo sentido). Claval (1974 [1964], p. 188) considera não ter sido à toa Ullman ter descoberto Christaller

por um economista espacial, pela primeira vez a geografia e a economia combinavam esforços para explicar as localizações geográficas. Os geógrafos, para Claval (1974 [1964], p. 188) se deram conta da importância dos estudos dos economistas do espaço, de Von Thünen a Weber e Pallander.

Relevando as críticas quanto ao determinismo geométrico da proposta de Christaller – já presentes desde o seminal artigo de Ullman (1941) e até antes em Bobek (1938) – e também quanto à assunção de comportamento racional dos consumidores e prestadores de serviço, é de extrema importância a teoria dos lugares centrais. Arrisca-se a dizer que Christaller é para a geografia o que Von Thünen é para a economia no tema das teorias locacionais.

A paternidade da teoria locacional atribuída a Christaller e aos teóricos alemães desde o século XIX não é, contudo, consensual. Frente a uma verdadeira “arqueologia” da origem teórica conduzida por diversos autores, Burns (1997) e Beavon (1981 [1977]) criticam esses vestígios em muitas épocas e lugares, defendendo que há destaques em sistematização, organização e real formulação de uma teoria apenas no caso de Christaller.

Entre os embates pela paternidade das teorias locacionais e estudos de rede urbana o maior parece ser o franco-germânico, mas a origem, ou ao menos a maior tradição dos estudos locacionais, é i) alemã – representada principalmente pelo trio Von Thünen (1783-1850), Weber (1868-1958), Christaller (1893-1969), podendo se ampliar para outros alemães como Lösch (1906-1945) e Laundhart (1832-1918) – e ii) econômica, pois além dos citados, os herdeiros anglófonos como Isard (1919-2010) e Berry (1934-), ou mesmo expoentes franceses como François Perroux (1903-1987) tem sua origem de graduação na economia. À exceção dos franceses (com representantes como Pierre George, 1909-2006, e Rochefort, 1927-2015), dentre os mais conhecidos estudiosos do tema das gerações nascidas até a década de 1930, Jefferson (1863-1939) e Ullman (1912-1976) são dos poucos não economistas de graduação, ainda assim, o último foi extremamente influenciado por Christaller e Lösch.

Entre os seminiais alemães, não apenas Christaller considerava a importância de Weber e Von Thünen, como o próprio Weber (1929 [1909], p. 1-2) já considerava a importância de Von Thünen fora do circuito restrito da geografia econômica de tratar do assunto da localização da produção de dentro da economia (política), criticando à época a limitação de sua abordagem na geografia, então tida como

restrita aos fenômenos físicos.

Sobre Lösch e Christaller pode-se considerar que eles partiam de hipóteses um pouco diferentes e os geógrafos da época (década de 1960) recorriam ou a um ou a outro, se assistindo assim ao desenvolvimento de pesquisas mistas, como as feitas por Walter Isard pela escola de Regional Science (Claval, 1974 [1964], p. 188), a despeito de Beavon (1981 [1977], p. 35) achar que Lösch (1954 [1940]) foi desmerecido por ter sido mal interpretado por Berry e Garrison (1958, p. 109-110).

Há quem alegue que Ullman tenha desenvolvido a teoria dos lugares centrais ao mesmo tempo em que Christaller (Boyce, 2016) fato que não se justifica, pois apesar de a primeira edição de *Die Zentralen Orte in Süddeutschland* ser de 1933, a tese que deu origem a este texto é ainda anterior. Harris (1977, p. 597) relativiza essa afirmação ao explicar que na verdade foi apenas espanto de Ullman (sentimento também relatado por Boyce, 2016) com o fato de pensarem de forma tão semelhante. De todo modo, em língua inglesa o seminal artigo de Ullman (1941) "A Theory of Location for Cities" tem o pioneirismo de introduzir o tema nos Estados Unidos já que, ainda que tenha conversado com Lösch em 1938 sobre a similaridade de suas teorias e ter sido apresentado ao trabalho de Christaller, a obra prima de Lösch de 1940 só seria traduzida para o inglês na década de 1950 e a de Christaller apenas na década seguinte.

Beavon (1981 [1977], p. 45) ainda aponta que na geografia em língua inglesa a ideia de lugar central como lugar urbano com base nas atividades humanas que servem à zona rural foi inaugurada por Jefferson (1931, p. 453), portanto, antes de Christaller (1966 [1933]). Beavon (1981 [1977], p. 45) sugere ainda mais uma correção no intuito de fazer justiça aos precursores do tema nos Estados Unidos: considerar Barnes e não Ullman como quem primeiro se familiarizou com a obra de Christaller. Para Beavon (1981 [1977], p. 45) a obra de Ullman (1941) foi antecedida pela de Barnes e Robinson (1940) e ainda que esta não mencione Christaller diretamente, publicações de Wehrwein (1942) ao utilizar diagrama elaborado por Barnes para explicar a teoria atestariam esta correção na história. Há ainda texto anterior de Trewartha (1941), mas além de faltar explicitamente a referência a Barnes e a Christaller, parecia ser algo mais embrionário.

Trazendo a discussão da introdução de Christaller ao mundo anglófono para o Reino Unido, Johnston (2001, p. 720) considera que Dickinson além de merecer esse crédito, também antecipou a discussão de hierarquia urbana de Christaller em

alguns anos, mas Johnston (2001, p. 721) lamenta e tenta entender porque Dickinson em geral não recebe esse crédito apontando em parte sua tardia publicação e sua falta de didática.

Dawson (1969) chega a considerar que Maquiavel pode ser considerado um dos primeiros teóricos da teoria locacional por sua obra póstuma “Discorsi” de 1531. Na verdade foi escrito entre 1513 e 1517, quando já circulava como manuscrito que, conforme Bath (1994 [1979], p. 11), trata em verdade de comentários de Maquiavel sobre a Primeira Década de Tito Lívio (Bath, 1994 [1979], p. 11). Não se conseguiu acesso ao artigo completo de Dawson (1969), mesmo em contato direto com o autor confirmou-se a inexistência de cópia digital e nem o próprio autor conseguiu encontrar uma cópia impressa. Uma pena já que havia citação a mais possíveis origens do tema. Supõe-se, já que tampouco se conseguiu confirmar com o Dawson (1969) – que justificou que estivera à época mais interessado em Botero e Cantillon – , que essa deferência a Maquiavel seja em função do primeiro capítulo (“Como começaram as cidades, de modo geral; e como Roma, em particular, teve seu início”) do primeiro livro. Caso seja essa a referência, parece haver certo exagero de crédito, que poderia encerrar de vez com a “disputa” franco-alemã pendendo para a França na posição de Robic.

No texto de Bracey (1953), de onde Corrêa (1974) aproveita o índice de centralidade, observa-se uma citação a Brush (1953, p. 105), em cuja análise, resumindo Galpin (1915), Kolb (1923) e Christaller (1933) (Brush, 1953, p. 391) fica clara a semelhança entre a ideia de Galpin (1915, p.17) e Christaller (1966 [1933]).

Na busca por identificar as origens da teoria dos lugares centrais, a ideia seminal ou ao menos a paternidade do termo, Beavon (1981 [1977], p. 45) destaca alguns autores como Lalanne (1863) (a quem Robic, 1982, credita como sendo dos poucos estudiosos não franceses que se lembram do autor). Christaller, por exemplo, como destaca Robic (1982) e o próprio Beavon (1981 [1977]) reconheceria o trabalho dos alemães a exemplo de Kohl e Gradmann<sup>2</sup>. Christaller (1966 [1933]) cita Von Thünen também. Beavon (1981 [1977], p. 45) afirma que o livro da teoria dos lugares centrais de Christaller é considerada como a obra inaugural no campo dos estudos de lugares centrais, embora trabalhos similares tenham sido feitos por

---

<sup>2</sup> Christaller (1966 [1933]) ressalta que apenas Engländer foi longe para conectar todas as partes da teoria econômica com as relações espaciais, anaisando a dependência de preços, considerada por Christaller a “pedra fundamental da teoria econômica” em relação aos mercados e outros fatores espaciais.



sociólogos rurais norte americanos menos conhecidos. De fato, como apontado por Irwin (2007, p. 85), a sociologia começou como disciplina com um interesse central na relação entre espaço e organização social.

Seria possível ainda incluir Reclus nessa discussão locacional-geométrica, mas pela sua complexidade, importância ou mesmo injustiça (Cirqueira, 2016) não cabem aqui mais comentários, além da curiosidade da “França octogonal”.

Enfim, a busca pela origem locacional encontra histórias intrigantes que envolvem até o grande ficcionista H. G. Wells (e sua estreita relação com o “pai” da nodalidade Mackinder<sup>3</sup>), como bem resgata Blouet (1977, p.51). As gerações mais antigas cresceram lendo os livros de H. G. Wells, as mais novas vendo os filmes baseados nelas, mas nem os geógrafos dessas duas gerações costumam conhecer o crédito dado a ele por Blouet (1977) sobre o pensamento do lugar central, talvez tão desconhecida para muitos quanto a entrevista que ele realizou com Stalin em 1934.

Sobre a origem das teorias de localização, pode-se considerar, portanto, que há versões para muitas nacionalidades e gostos<sup>4</sup>:

---

<sup>3</sup> Britânicos e contemporâneos (nascidos na década de 1860 e falecidos na década de 1940), Mackinder e Wells eram conhecidos. Em 1902, no mesmo ano em que Mackinder publicava a obra de onde se retira o conceito mais antigo de nodalidade, H. G. Wells publicava de forma compilada em um livro seus artigos “*Anticipations*” publicados no ano anterior na britânica *Fort Nightly Review* e na americana *North American Review*.

<sup>4</sup> Esse embate não envolve apenas franceses e alemães, nem apenas geografia e economia, há autores que incluem nessa disputa desde o italiano Niccolò di Bernardo dei Machiavelli (Maquiavel, 1469-1527) por sua obra Machiavelli (1994 [1531]) (Dawson, 1969) ao norte americano Robert Eric Dickinson (1905-1981) por sua obra Dickinson (1930) (Johnston, 2001). A lista inclui ainda pelo menos Giovanni Botero (1544-1617) por Botero (1956 [1588]) (Dawson, 1969), Richard Cantillon (1680-1734) por Cantillon (2011 [1730-1755]) (Dawson, 1969; Robic, 1982), Johann Georg Kohl (1808-1878) pelo texto Kohl (1841) (Christaller, 1933; Robic, 1982), Jean Ernest Reynaud (1806-1863) em sua publicação Reynaud (1841) (Robic, 1982), Léon Louis Lalanne (1811-1892) em Lalanne (1863) (Robic, 1982; Beavon, 1981 [1977]), Herbert George Wells (H.G. Wells, 1866-1946) em sua obra Wells (1902 [1901]) (Blouet, 1977), Charles Josiah Galpin (1864-1947) por Galpin (1915) (Ullman, 1941; Brush, 1953; Beavon, 1981 [1977]) e John Harrison Kolb (1888-1963) por sua publicação Kolb (1923) (Brush, 1953; Beavon, 1981 [1977]). No caso de Dickinson, citado, por exemplo, nas primeiras publicações sobre o assunto de Milton Santos e Michel Rochefort, trata-se também – como destaca Johnston (2001) – de um esquecimento de sua importância mesmo na sistematização do tema, preterido nesse caso, por exemplo, em lugar de Haggett (1976 [1965]) e Haggett e Chorley (1967) que inclusive o cita em algumas passagens: Haggett (1976 [1965], p. 27, 209, 223, 231, 232).

- 1) uma versão no contexto do mercantilismo por teóricos do Estado italianos no século XVI; (não seria legal colocar aqui os autores que você mencionou na nota de rodapé?)
- 2) uma opção franco-irlandesa na passagem da fisiocracia para o classicismo econômico no século XVIII;
- 3) uma alternativa também econômica, porém, mais aceita e alemã com data e escola do pensamento a escolher: i) classicismo econômico do século XIX; ii) passagem para o neoclassicismo/marginalismo na virada para o século XX; ou iii) sob bases já claramente marginalistas também na primeira metade do século passado);
- 4) uma variante francesa oriunda de engenheiros, acadêmicos e enciclopedistas em meado do século XIX;
- 5) uma “leiga e fantasiosa” origem britânica no início do século XX;
- 6) uma procedência na sociologia rural norte americana em início do século XX; e finalmente,
- 7) uma genealogia genuinamente geográfica na Grã-Bretanha no século XX poucos anos antes da Teoria de Christaller.

Ressalta-se que a lista anterior busca trazer apenas indicações de origem até Christaller (1966 [1933]), já que em geral considera-se que a origem da teoria locacional mais propriamente relacionada à cidade ou à rede urbana inicia-se o mais tardar com ele. Evidentemente já há um sem-número de contribuições teórico-metodológicas desde 1933 até Taylor, Hoyler, Verbruggen (2010). Observa-se, contudo, que o caráter nomotético está mais presente na origem e desenvolvimento germanófono e na sua influência no mundo anglófono, relacionados à geografia teórico-quantitativa.

Seria possível ficar com a solução salomônica de Blouet (1977, p. 50), para quem provavelmente o conceito de lugares centrais estava evoluindo de forma independente em diversas regiões distintas. Mas há que se considerar que as contribuições e possíveis antecipações se deem de forma bem diversa algumas sendo meras menções a preocupações enquanto outras de fato desenvolveram métodos de análise de localização e de rede urbana. Nesse sentido as categorias de Merton (1968) (rediscovery, anticipations, adumbrations e adumbrationism) auxiliam na organização das contribuições identificadas, esclarecendo o nível de ineditismo,

antecipação de ideias canônicas e relação entre elas, podendo-se nessa análise tomar-se, de fato, Walter Christaller como ponto de partida na classificação relativa à teoria dos lugares centrais.

De todo o modo, os estudos de rede urbana se inserem, portanto, numa tradição advinda da aproximação da geografia com a economia. As teorias de localização remetem, assim, à epistemologia mais basilar da geografia, ao tratar das diferenciações no espaço. A revisão da literatura poderia se aprofundar desde os citados seminais trabalho de Von Thünen ou até antes como demonstrado, passando também por toda a história posterior da regional science, da geografia econômica e da economia espacial, concluindo com os estudos do economista Paul Krugman e seu esforço em retomar a importância da geografia na economia por meio da Nova Geografia Econômica. Limita-se aqui, dentre as teorias locacionais, entretanto, ao estudo de Christaller – considerado de fato como um sistematizador e ponto de partida dos estudos sobre lugares centrais –, diferente do foco mais setorial dos seus antecessores.

### 2.2.2 Pergunta fundamental

A introdução do hoje clássico livro de Christaller (1966 [1933], p. 1) começa com a pergunta fundamental: Existem leis que determinam o número, o tamanho e a distribuição das cidades?<sup>5</sup> Christaller reforça o foco de sua tese transformada em livro, explicitando o que busca com o livro, ao i) questionar o porquê de haver grandes e pequenas cidades e de serem distribuídas tão irregularmente; e ii) indicar que procura as causas para cidades serem grandes ou pequenas por acreditar que existem princípios de ordenação – antes desconhecidos – que governam sua distribuição (Christaller, 1966 [1933], p. 2). Para ele, essas questões se relacionam não só aos geógrafos, mas também aos sociólogos, estatísticos, economistas e historiadores (id., loc. cit.).

Para Christaller (1966 [1933], p. 3), o que ele trata é geografia da população e esta é parte da geografia econômica, então deve passar pelas teorias econômicas para explicar o caráter das cidades. Se há leis da teoria econômica, então deve ter

---

<sup>5</sup> “*Gibt es Gesetze, die die Anzahl, Größe und Verteilung der Städte Bestimmen?*” (Christaller, 1933, p. 11). “*Are There Laws Which Determine the Number, Sizes and Distribution of Towns?*” (Christaller, 1966 [1933], p. 1)

também leis da geografia da população, leis econômicas de caráter espacial (leis espaciais econômico-geográficas) (Christaller, 1966 [1933], p. 3). Para Christaller (loc. cit.) nem a história nem a estatística são capazes de encontrar as respostas definitivas à sua questão. Nesse aspecto ele desmerece a descrição, a indução e a empiria.

Esse pontapé inicial do livro deixa claro o objetivo da obra e o caráter nomotético das teorias locacionais de tradição alemã. Deixar de entender isso como a pergunta central da teoria de Christaller é desviar-se da sua contribuição.

### 2.2.3 Influências

Christaller (1966 [1933], p. 5) considera que até então a teoria econômica se desenvolveu pouco sobre as relações espaciais, sendo alguns dos que haviam tratado disso Harms, Weigmann, Eugen Dühring, Albert Schäffle e P. H. Schmidt (Christaller, 1966 [1933], p. 6). A influência do tempo e os ciclos empresariais também careciam de abordagens segundo o autor (Christaller, 1966 [1933], p. 6).

Para realizar sua contribuição, Christaller (1966 [1933], p. 5) se ampara como tributário de uma combinação da teoria clássica econômica (e.g. Adam Smith, Ricardo e Von Thünen); quanto da escola da utilidade marginal (e.g. Menger e Von Wieser); e da abordagem sociológica “recente” (e.g. Sombart e Max Weber). Dos marginalistas cita também Böhm-Bawerk, além de se referir a Hassert e Von Richthofen com bastante frequência em seus três capítulos teóricos que antecedem o estudo de caso aplicado ao Sul da Alemanha. O próprio termo “bens de ordem superior” (goods of a higher order) Christaller (1966 [1933], p. 16) admite já ter sido usado (mas para designar meios de produção e matérias primas) por Carl Menger.

Sua explícita influência então é (neo)clássica, mas sua base sociológica parece mais próxima de Sombart do que de Max Weber. O Weber ao qual ele tem mais ligação teórica é com o outro Weber, Alfred, o irmão de Max, considerado por muitos o pai da teoria sistematizada e nomotética sobre localização industrial.

Dos teóricos da localização, Christaller (1966 [1933]) se vale da tradição de seus conterrâneos Von Thünen, Weber e Sombart, algo que – como recorda Corrêa (1989, p. 93) – reflete a “longa tradição dos estudos geográficos alemães que vêm de J. G. Kohl e R. Gradmann”, ambos também bastante referenciados na obra de Christaller, não sem crítica.

De Gradmann, Christaller já inicia pinçando sobre a diferença de origem da vila e da cidade ajustando o foco da preocupação em distinguir o campo da cidade (Christaller, 1966 [1933], p. 1). Ablas (1982 [1978], p. 24) destaca que de Gradmann, Christaller resgata que a primeira função da cidade é “ser o centro de uma área agrícola que o rodeia e o mediador do comércio local com o mundo exterior”. Sua função elementar, portanto, seria ser o centro de uma região, a quem Christaller chamaria de “região complementar”, um não existindo sem o outro (Ablas, 1982 [1978], p. 25). O que parece se aproximar das ideias de região polarizada e de centro-periferia.

#### 2.2.4 Teoria e método

Ablas (1982 [1978], p. 23) explica a divisão do trabalho de Christaller em suas três partes: i) teoria, definição e conceitos: centralidade, lugar central, bens de serviço centrais, região complementar, distância econômica; modelo estático: para determinação de sistema de lugares centrais a partir do comportamento das pessoas à oferta de bens e serviços das cidades; modelo num sistema dinâmico: teoria geral da localização e do relacionamento das cidades num sistema de lugares centrais; ii) apresentação de técnicas para determinação dos lugares centrais a partir de dados da realidade; iii) análise de resultados do item anterior e caracterização de lugares centrais do Sul da Alemanha.

Para Christaller (1966 [1933], p. 20) não é a produção de bens, mas sua oferta e o rendimento do serviço que estão limitados ao lugar central, sendo na economia, a oferta de serviços considerada conjuntamente com a oferta de bens. Para o autor (id., loc. cit.). A esses serviços centrais pertence, acima de tudo, o comércio, que é quase que exclusivamente orientado para o centro, então bancos, muitas indústrias de artesanatos (lojas de reparos), administrações do governo, ofertas culturais e espirituais (igrejas, escolas, teatros), organizações profissionais e comerciais, transporte e saneamento.

Com foco nos bens e serviços, Christaller (1966 [1933], p. 20-21) considera que existem dois métodos principais que alguém pode distribuir bens para o consumidor: podem oferecê-los no lugar central para onde o consumidor deve ir, ou podem viajar com os bens e oferecê-los ao consumidor em sua casa. Para ele, o método formal leva necessariamente ao desenvolvimento de lugares centrais ou

mercados centrais, mas esse método não requer lugares centrais, bastaria um mascate. Por isso, segundo Christaller (1966 [1933], p. 21) os bens centrais “de hoje” são mais frequentemente oferecidos centralmente, por exemplo, em mercados e não por mascates, por conta da venda de maiores quantidades de produtos, complicações de organização e contabilidade, etc.

Num sentido exato, não é o lugar, nem mesmo o povoado, que é central, a centralidade se refere menos ao mérito da localização espacial central do que a função central num sentido mais abstrato (Christaller, 1966 [1933], p. 19). Sem uma região, é possível para o centro geométrico ser um lugar simples e disperso (id., loc. cit.). Devido a população ser inadequadamente distribuída sobre essa região, o centro populacional é, como regra, o lugar central, Isso significa que a soma das distâncias que os habitantes percorrem de e para esse lugar central é a menor soma imaginável (id., loc. cit.). O autor continua indicando que um lugar merece a designação de centro apenas quando ele de fato exerce a função de centro, isto é, se os habitantes têm profissões que são limitadas pela necessidade do local central, profissões essas chamadas de profissões centrais (id., loc. cit.). Os bens sendo produzidos no lugar central, apenas porque ele é central, e os serviços oferecidos no lugar central serão chamados de bens centrais e serviços centrais, sendo os outros, bens dispersos (id., loc. cit.).

Christaller (1966 [1933], p. 22) pondera que a faixa é determinada pelo número de habitantes concentrados em um lugar central, a densidade e a distribuição da população dispersa, as condições de renda e a estrutura social das populações, a proximidade ou o afastamento de outros lugares centrais e numerosos outros elementos. Por isso, para o autor, todo bem possui uma gama de característica espacial; e esse intervalo pode ser diferente em cada caso concreto, em cada lugar central e em todos os momentos (id., loc. cit.).

Alegando dificuldade de compreensão de Christaller, Ablas (1982 [1978], p. 26) arrisca a relacionar o “conceito” de lugar central ao de economias externas ou economias de escala ao nível da cidade, já que nela há atividades cooperativas, vinculadas à divisão do trabalho, “que somente será possível a partir de um determinado tamanho de cidade”. Ablas (1982 [1978], p. 27) cita como conceito de apoio de Christaller profissões, bens e serviços centrais, sendo a centralidade mais um conjunto de funções que uma posição central especialmente definida. Quando a atividade precisa de uma localização central é uma profissão, bem ou serviço

central, havendo, portanto, bens e serviços de várias ordens (id., loc. cit.).

Para Ablas (1982 [1978], p. 28), Christaller entende que os habitantes dos lugares centrais vivem da renda obtida pela compra e venda dos bens centrais (da sobra líquida após a prestação ou venda) e que o consumo depende do preço, da renda disponível, tamanho e distribuição da população e, principalmente, do grau de aglomeração. Num destaque, portanto, ao preço e custo logístico ao consumidor.

Nesta racionalidade de uma “conta de padeiro” lembrada por (Ablas, 1982 [1978], p. 29) ao citar o exemplo que Christaller usa dos serviços médicos, o paciente (consumidor de serviços médicos) levaria em consideração na sua escolha de deslocamento para se tratar ou consultar sua despesa como transporte, alimentação, hospedagem e perda de tempo útil. Ao que parece arrisca-se a dizer que para além da falácia da racionalidade econômica do consumidor neste nível, ainda vários pontos a considerar nas reduções desses custos devido a estratégias e rede de contatos existentes entre as pessoas.

Na teoria de Christaller, “(...) a situação mais favorável deve situar-se onde a maior parte possível da demanda seja satisfeita, com um mínimo de custo de deslocamentos, e onde, simultaneamente, a prestação de serviço ou venda do bem central resulte em uma renda líquida mais elevada possível para quem oferece o bem central” (Ablas, 1982 [1978], p. 32). Para que isso aconteça, entretanto, a informação sobre o mercado teria que ser acessível a todos de forma igual, a concorrência deveria ser perfeita e o comportamento perfeitamente racional de homo economicus. Quase se consegue imaginar uma solução partindo de um planejamento autoritário e centralizador onde se define onde cada atividade pode exatamente ocorrer.

A estrutura linear de causa-consequência de Christaller é resumida por Ablas (1982 [1978], p. 33) por meio da sequência supostamente inequívoca onde a maior aglomeração (densidade) geraria maior demanda e mais renda que redundariam numa maior demanda de bens centrais de ordem superior, assim, haveria uma maior concentração de profissões mais bem remuneradas nos lugares centrais que acompanhariam o suposto desenvolvimento deste lugar. Se a isso colocarmos, por exemplo, as críticas à concentração de um exército de reserva de mão de obra marxista ou ainda mais grave às “aglomerações humanas” de Haesbaert (1993 e 1997 [1995]) observa-se que na prática há problemas com essas conclusões. Observando os movimentos migratórios campo-cidade brasileiros unindo à

constatação da concentração de profissões mais bem remuneradas nos lugares centrais é fácil deduzir a desigualdade.

Ablas (1982 [1978], p. 33) resgata uma parte dos estudos de Christaller costumeiramente (e talvez convenientemente) deixada de lado nas apressadas e desavisadas análises sobre sua maior obra: a relação não automática entre demanda e consumo devido à renda. Na verdade, não só à renda do consumidor, que é uma limitante importante do consumo, mas à capacidade de produção/prestação do produtor e ao preço que se estabelece. Nessa combinação de produção/disponibilidade de bens/serviços e os preços desses bens/serviços, Christaller propõe a seguinte classificação de bens centrais resumida e traduzido por Abblas (1982 [1978], p. 34):

- 1) Quantidade limitada e preço fixo;
- 2) Quantidade limitada e preço de mercado;
- 3) Quantidade passível de aumento e preço fixo; e
- 4) Quantidade passível de aumento e preço de mercado.

Categorias que ainda simplórias servem para entender, por exemplo, questões regulatórias de serviços públicos até hoje.

Quando há insatisfação com a oferta em cada uma das situações citadas anteriormente, Abblas (1982 [1978], p. 34-35) com base em Christaller indica que:

- 1) Há um deslocamento da demanda para outra cidade;
- 2) Há um equilíbrio entre oferta e demanda via preço de equilíbrio;
- 3) Há um aumento de oferta (situação típica de serviços públicos e possui baixo risco de concorrência de outra cidade); e
- 4) O preço e a concorrência vão determinar as inúmeras possibilidades.

Ablas (1982 [1978], p. 37) destaca de Christaller que bens e funções de ordem mais baixa tendem a ter preço fixo (institucionalizado ou via mercado) enquanto a quarta situação é mais relacionada a bens de ordem superior. Destaca também (ibid., p. 38) que aumentos de preços podem deixar espaços sem atendimento e que o desenvolvimento total de um sistema de lugares centrais está intimamente ligado ao desenvolvimento da produtividade e da queda de preços.



Numa aglomeração há mais possibilidade de queda de custo, maior afluxo de pessoas, mesmo tendo a função em seu lugar de origem, aproveita-se e utiliza-se a do lugar central já que já houve deslocamento até lá para realizar outras atividades.

Ablas (1982 [1978], p. 39) indica que o lugar central mais desenvolvido vai ter uma região complementar maior enquanto que um lugar central de maior área por propiciar maior gasto com transporte afeta a disponibilidade de renda para compra de bens centrais, reduzindo sua quantidade e com isso também a área de sua região complementar.

Ablas (1982 [1978], p. 41) ao tratar da relação das ideias de Christaller de lugar central com a região complementar atesta que: “[n]ão raro pode haver lugar central sem região complementar como nas cidades mineradoras que independe de ter área ao seu redor”.

Ablas (1982 [1978], p. 41-2) destaca que a ordem de um bem central está relacionada com a distância dentro da qual a população estará disposta a adquirir o bem em um lugar central. Quatro variáveis influenciam essa ordem Ablas (1982 [1978], p. 42): i) distribuição populacional; ii) estrutura populacional; iii) distribuição econômica da população dispersa até o lugar central; iv) tipo ou característica do consumo do bem. Essas variáveis se medem respectivamente com i) densidade na região (concentração no núcleo quanto maior, maior a ordem do bem; ii) proporção de jovens, idosos, agricultores (campo) e habitantes das cidades; iii) tempo e custo de transporte; iv) periodicidade do consumo, urgência do consumo, por exemplo, atendimento médico. Ablas (1982 [1978], p. 42) nota que esses pontos de rebatem diretamente: i) nas estratégias de provimento de bens e serviços em economias de escala e de aglomeração com base no equipamento/infraestrutura em níveis diversos de concentração versus totalmente dispersos exigindo atendimento em domicílio ou com itinerante; ii) na pirâmide etária; iii) nos estratos de renda por tempo e capacidade de pagamento; iv) na distinção de regularidade e essencialidade do serviço].

Christaller (1966 [1933]) já reconhecia que o mesmo bem pode ter diferentes ordens em diferentes lugares centrais (o que justifica uma abordagem para além de diferente em escala, sensível do ponto de vista regional, a exemplo da distinção de uma rede na Amazônia e no Sudeste, por exemplo). Para além da crítica geometrista da proposta de Christaller, Ablas (1982 [1978], p. 44) também lembra que o mesmo já indicava que o alcance de um bem num determinado lugar central

não se comporta na realidade como um círculo (ou conseqüentemente como um hexágono), mas como uma estrela irregular, não tendo o mesmo alcance em todas as direções, referindo-se ao limite superior (até onde há demanda viável) em contraponto ao inferior (alcance mínimo para viabilizar economicamente o negócio).

Apesar de uma longa discussão e construção teórica, Christaller (1966 [1933], p. 142-143) simplifica a noção do excedente de importância (ou importância relativa, ou centralidade) à proxy de linhas telefônicas. Após alguns ajustes para situações específicas em que o número de telefones distorce a suposta representação da realidade da centralidade, por meio de uma fórmula relativizadora relaciona-se o número de telefones e a população do lugar central e de sua região complementar para determinar a centralidade e com base na distribuição dos diversos portes de lugares centrais no espaço observa-se a adequação à distribuição por uma das três leis de distribuição (mercado, transporte ou separação).

É necessário lembrar que a teoria de Christaller não se compromete a identificar a relação entre as cidades nem à interpretação e representação da rede urbana, ela apenas se propõe a identificar um padrão (lei) que determina a distribuição e tamanho das cidades. Ainda assim a discussão teórica traz um vislumbre dessa possibilidade, em parte sabotado, entretanto, pela simplificação da variável e da forma como são determinadas as regiões complementares em tese e as cidades vinculadas a cada sistema na prática. O geometrismo passa a ser então, mesmo com suas adaptações, um resultado de rede com base no porte, próximo nesse princípio à teoria gravitacional. Com isso as noções de centralidade e importância, bem e serviço centrais, lugar central, região complementar, atividade principal, área, limiar e alcance se resumem numa proxy de estoque de linhas telefônicas.

Nesse sentido, uma constatação não apenas da teoria dos lugares centrais, se expandindo para além do rol de teorias locacionais, é a dificuldade em operacionalizar um método de aplicação das teorias que dão base aos estudos de redes urbanas. As críticas a essa dificuldade no caso de Perroux parece servir também para Christaller e outros autores, muitos dos quais desenvolvem “elegantes” teorias que ou não conseguem se assentar como método de aplicação ou sofrem com desvirtuamentos e excessos de simplificações e proxies ao se tornarem ferramentas de interpretação e sua representação espacial.

### 2.2.5 Críticas, aprimoramentos e variações

Cabe compreender o esforço (ainda que limitado pelo racionalismo e geometrismo) dos locacionistas em relacionar a hierarquia com demanda e oferta, abordar o problema do custo do transporte, do entendimento de limiar mínimo viabilizador de um mercado, bem como seu limite máximo de influência. Mesmo o criticismo sobre sua suposta visão estática e a não inclusão de variáveis como densidade e renda não procedem. O suposto monocentrismo, também carece de uma leitura mais apurada.

Em sua justificativa de possíveis críticas que tendem a invalidar a teoria frente à realidade, Christaller (1966 [1933], p. 4) defende-se considerando que quando a teoria é confrontada com a realidade fica clara a sua correspondência parcial e em que aspectos a realidade não corresponde a ela e nem por ela pode ser explicada. Para Christaller (1966 [1933], p. 4) nesses casos apela-se para os métodos históricos e geográficos, porque eles envolvem resistências condicionadas pessoais, históricas e naturais, fatores desviantes da teoria. Mas para ele (Christaller, 1966 [1933], p. 4) eles não podem ser citados diretamente como prova contra a validade da teoria. Apesar da suposta ciência restrita defendida por ele, ele não parece se amparar na validação de Popper para quem é necessário que possa ser comprovável. Isto posto, procede-se à crítica de apreensão do método para uso em políticas públicas, para além do uso de linhas telefônicas como já comentado na seção anterior.

Sobre a racionalidade seja do comportamento dos “clientes” seja dos “fornecedores”, entende-se que – ainda que a maximização do lucro e minimização dos custos continue tendo validade – na prática não se tem informação sobre todo o mercado para tomar as “melhores” decisões, além de elas de fato serem mais alternativas do que soluções rigidamente hierarquizadas. O Homo Economicus dá lugar ao que Cavalcante (2008, p. 28) chama de “homem administrativo”, ou seja, “aquele que, ao contrário do homem econômico, não dispõe de plena informação e, portanto, busca a melhor solução em um universo finito de soluções possíveis”, isso apenas se mantendo ainda a premissa da racionalidade econômica. Essa crítica, entretanto, se enquadra num nível pré-paradigmático, estando vinculado a uma filiação teórica coerente com a visão de mundo que a rege. Cabe na restrita discussão de apropriação de seu método para uso sob outro paradigma e sistema,

como é o caso aqui apontado.

Entre as décadas de 1960 e 1970, Gunnar Olsson publicou uma série de textos abordando as limitações da análise espacial na compreensão da realidade, especialmente em Olsson (1969; 1974a), criticando também a prática do planejamento e o papel do “engenheiro social” (Olsson, 1970; 1974b).

As críticas de Olsson, entretanto, são mais profundas filosoficamente trazendo a noção de *Aufhebung* na discussão dialética de Hegel, e por isso mais enquadráveis em uma crítica de base anterior a argumentos sob o prisma de paradigmas e teorias determinadas. Nesse caso são mais afeitas ao termo resgatado por Corrêa (2019, p. 299-302) de “empiricismo ontológico”, não cabendo aqui discutir críticas nesse nível.

Ainda que não seja o foco aqui (com as críticas limitadas à técnica) cabe uma ponderação sobre a relação de Christaller com o Nazismo. Dentre os alemães, o geógrafo Friedrich Ratzel (1844-1904) teve seu conceito de espaço vital (*Lebensraum*) usado como argumento nazista, o economista Lösch se posicionou contra o Nazismo, enquanto Heidegger tomou posição favorável. Christaller, apesar de ter mudado de partido diversas vezes entre os social-democratas, comunistas e nazistas teve grande proximidade com o partido nazista (mesmo tendo sido comunista antes e depois) e teve sua base teórica usada como projeto para a ocupação da Polônia. Barnes (1979, p. 42) publicou um ensaio elogioso a Christaller por sua genialidade e preocupação com a realidade comparando-o nesse ponto a Sraffa, mas o próprio Barnes (Barnes, 2015; e Barnes e Minca, 2013 [2010]) passaria a ser um dos maiores críticos de Christaller por seus laços estreitos com o nazismo.

Algumas críticas, entretanto, podem ser aliviadas. As críticas específicas feitas por Milton Santos, por exemplo, podem ser relativizadas. A crítica ao fato de a nova geografia não ter aproveitado da interdisciplinaridade, por exemplo, não parece se sustentar, já que ela nasceu da economia e se vale não apenas da matemática e estatística como da cartografia (e do geoprocessamento), área que se hoje se imiscui no conceito de geografia nem sempre foi assim. As críticas são de fato pertinentes ao determinismo, ao geometrismo, etc.

É equivocado também criticar os locacionistas em geral por um suposto descolamento com a realidade, todos foram explícitos em expressar suas limitações e terem suas teorias construídas *ceteris paribus*. Os três alemães de referência (Von

Thünen em 1826 com a agricultura, Weber em 1909 com a indústria e Christaller em 1933 com o comércio e serviço) indicaram essas premissas. Von Thünen o fez principalmente em sua seção sobre diferenças entre seu “Estado Isolado” e o Estado real, Weber em especial na sua parte de premissas simplificadoras, e Christaller inclusive – mas não somente – em seu capítulo de verificação da teoria.

Especificamente sobre a teoria de Christaller importa destacar que i) ele a assume apenas como explicação principal; ii) há três leis de distribuição, não só a de mercado; e iii) sua proposta se refere explicitamente a uma lógica de uma planície homogênea, mais afeta também a relações com hinterlândia mais rural sem grande número de grandes cidades (Christaller, 1966 [1933], p. 190-192). É preciso lembrar que há o tempo envolvendo o momento em que se tira o retrato da rede, onde as supostas esperadas distribuições podem ainda não ter se consolidado, algo também explicitado por Christaller.

Ressalta-se que desde a discussão teórica das relações estáticas, Christaller (1966 [1933]) já apresentava diversos “desvios” do modelo puro em função das possibilidades a se apresentar, ainda que isso não resolvesse o excesso de geometrismo, ao menos ampliava a possibilidade de configuração desde a essência da teoria.

Christaller (1966 [1933]) não negava os efeitos diferenciadores da renda, apenas não se debruçou a analisá-los. Nesse sentido, a despeito de todas as críticas que podem ser feitas sobre a sua teoria, ele se respalda não apenas no *ceteris paribus* de isolamento das variáveis que lhe interessavam estudar, mas na indicação das suas limitações. As críticas devem talvez se ater aos problemas nas suas premissas e equívocos das análises que se propôs a fazer, em boa parte pecadoras do eterno risco da datação da empiria geográfica.

Das aplicações, análises e críticas às teorias locacionais, em especial à teoria dos lugares centrais, surgiram aprimoramentos. Ablas (1982 [1978], p. 21) aponta que em trabalhos posteriores autores como Lösch, Becken e Berry, tornaram “mais elegantes” as demonstrações de Christaller. Ao passar a abordar as contribuições sobre a teoria posteriores a Christaller, que vieram a revisitá-lo e aprimorá-lo, Ablas (1982 [1978], p. 78) aponta que:

(...) Lösch passa a prescindir das considerações que dizem respeito à situação de venda dos diversos bens ao estabelecer a sua rede de mercados. As áreas de mercado que irão formar tal rede poder ser então classificadas apenas de acordo com o seu tamanho e não mais de acordo com os bens. Estes terão que se adaptar às possíveis áreas de mercado definidas dessa forma (Abbas, 1982 [1978], p. 78).

Apesar de isso já ser um avanço, as relações são ainda mais complexas que a concentração populacional. Mais complexas também que o geometrismo. De fato, ainda que os princípios tanto de Christaller quanto de Lösch e seus seguidores ou aprimoradores façam sentido, a tentação geométrica é o pecado original deles. O empirismo ainda que tenha suas limitações, nas ciências sociais serve como boa contraprova, além de identificar possíveis diferenças entre épocas e regiões distintas.

Para Corrêa (1996 [1982], p. 15):

Alguns estudos realizados procuraram verificar empiricamente as proposições mais gerais da teoria, outros foram dedicados às técnicas alternativas de definição de redes de localidades centrais, outros mais visavam o planejamento locacional de atividades terciárias, enquanto outros se perdiam em ‘geometrias estéreis’. Em muitos casos ‘redescobriam-se’, em verdade, variações na organização espacial da rede de localidades centrais que o próprio Christaller já tinha descoberto e indicado.

Concorda-se de forma geral com as críticas de Corrêa (1996 [1982], p. 15), tanto quanto às “geometrias estéreis” (aqui também chamadas de determinismo, apego, tentação, fixação, ou formalismo geométrico, ou simplesmente de geometrismo), quanto às supostas “redescobertas” da teoria que os “desavisados” desconheciam já estar no próprio original de Christaller (Corrêa, 1996 [1982], p. 15).

No modelo gravitacional, mesmo com todos os ajustes realizados, por exemplo, por Ruiz e Pereira (2009), o problema da premissa da massa (estoque) gerando atração não é vencido, apenas minimizado por usar variáveis de estoque mais explicativas que a mera quantidade de população total, além de ajustar a distância física a temporal. Nesse sentido cabe o termo massa (Santos, 2014 [1996], p. 275) ou nodalidade (Mackinder, 1902) e as críticas de Geiger (1963) ao indicar que nem todo centro produtivo é uma cidade em sentido estrito. Mesmo simulando o fluxo com uma matriz de peso ainda se parte de premissa gravitacional. No caso de análise por setor observa-se que em alguns casos grande “massa” pode ser absorvida em grande parte pelo consumo intraurbano (como já ressaltava Rochefort,

1957) deixando de ter a importância suposta regionalmente ou em relações de rede. Ou seja, a própria massa populacional pode ser responsável por reduzir a atratividade.

O problema da definição hierárquica com base num índice sintético mascara a hierarquia por dimensão (que de alguma forma e a depender do autor pode se aproximar tanto da ideia de heterarquia quanto da de complementaridade). Além disso, as diferenças entre os lugares centrais de uma mesma ordem e da ordem de um mesmo bem central a depender do lugar central (ambas as constatações já consideradas tanto por Christaller quanto por Lösch) servem para discutir as diferenças regionais entre cada sistema de lugares centrais. Por isso devem ser observadas as dimensões em si, ainda que a visão integralizadora seja essencial.

A lógica de Lösch parte da sobreposição dos hexágonos determinadas por centros diferentes que possuem diversos bens. A coincidência dos pontos dos hexágonos dá lugar a centros de importâncias diferentes. No limite a origem do hexágono se deve simplesmente por ser uma forma geométrica que consegue recobrir bem o território (sem vazios) na substituição pelo círculo (evocado na lógica de influência concêntrica) que deixa áreas descobertas ou sobrepostas.

As regras de mercado não funcionam como preconizado por esses pensadores (Christaller e Lösch). As grandes corporações podem equiparar preços de produtos distribuídos em distâncias diferentes, além de o ceteris paribus dos salários não conseguir ser útil a práticas cujo maior expoente é o mercado chinês (e seu fornecimento em preço menor em quase qualquer ponto do mundo). Beckmann parece ter avançado melhor nessa análise. Ao destacar os estudos de Beckmann, Ablas (1982 [1978], p. 85-6) aponta para o ajuste de preços de um fornecedor para mais de um comprador mostrando que se dissolve os custos para ter um mesmo preço, ainda que o foco esteja na localização ótima a indústria (fornecedora) em função dos custos de transporte

Nesse sentido, “evoluir” do hexágono para os eixos de via a “aparência de teia-de-aranha para o desenho da rede de transporte que domina o sistema” (Ablas, 1982 [1978], p. 82) não resolve o determinismo geométrico.

Como destaca Ablas (1982 [1978],p. 83):

[e]ntretanto, dentre as áreas de mercado possíveis logicamente ou acontecer, em alguns casos, que não exista uma correspondência na realidade. Isso pode acontecer seja porque não exista um produto cuja área de mercado seja exatamente igual à área determinada pela lógica, seja porque a delimitação das áreas de abrangência dos centros sofre influências de ordem política, ficando, nesse caso, em segundo plano as áreas de mercado de bens (Ablas, 1982 [1978], p. 83).

Este pensamento parece próximo à lógica administrativa de Christaller. No caso da tese esse ponto tem particular importância, ainda que saúde e educação privadas possam seguir melhor a lógica do mercado, mas sempre com foco mais no perfil de renda do que no total da população, os serviços públicos (diretamente oferecidos ou concedidos) se regem por uma lógica maior (ou primeira) de equidade do que de eficiência, e não poderia por princípio ser diferente.

Talvez a falha de origem ou ao menos a distância do que aqui se propõe (ou se defende) ao proposto pela teoria locacional (de Christaller, Lösch e Beckmann) esteja na constatação de Abblas (1982 [1978], p. 84) ao tentarem “mostrar que a organização final das redes de cidades são o resultado das decisões individuais de localização”. Distancia-se aqui dessa filiação ideológico-teórica que existe forte até hoje dentro da economia. O foco hoje no serviço (em especial no conhecimento, inovação, tecnologia, patentes etc.) é o que parece definir o comando econômico e não a produção em si.

Segundo Abblas (1982 [1978], p. 86), Beckmann além da tendência da indústria vendedora se situar perto de ao menos uma indústria compradora ela pode buscar também “um local onde ela possa aproveitar-se de economias externas provocadas pela presença de outras indústrias ou atividades, isto é, algum centro urbano mais importante”. Beckmann usou o exemplo de uma distribuição quadrangular pelas vias de transporte (Abblas, 1982 [1978], p. 87). Triângulos, quadrados, hexágonos são todos e cada um apenas opções explicativas simplificadas, todas pecando pelo determinismo geométrico.

A fórmula usada por Beckmann (Abblas (1982 [1978], p. 90-1) para relacionar a população do centro com a população total servida, ainda que segundo o próprio Abblas (1982 [1978]), tenha sido alvo de críticas por não se conseguir determinar uma constante (parece variar de caso a caso) serve para que se compare na tese o “poder atrativo” do centro. Variações usando mão de obra (geral ou por atividades) talvez permitissem comparações mais úteis aos propósitos da tese. Pode-se pensar



também em distinção rural-urbano (como originalmente se pode fazer) além de poder trata de densidade.

O avanço (ou na verdade a simplificação) feita por Berry e Garrison (1958) a partir das teorias de Christaller e Lössch coadunam com a defesa apresentada nesta tese, qual seja, abandonar o fetiche geométrico e focar nos princípios da teoria dos lugares centrais: alcance e limite de um bem (ibid., 1958, p. 118), em especial o limite (ibid., 107) e também a estrutura espacial hierárquica (ibid., 111).

Constata-se que na teoria do lugar central aborda-se o poder público sempre de forma crítica como algo que perverte a lógica do mercado (de concorrência perfeita), mas não na via “privada” dessa distorção como a reconcentração corporativa, monopólios e oligopólios, ou nos cartéis e acordos informais e ilegais para distribuição do mercado.

Ablas (1982 [1978], p. 101) constata que:

A verdade, atualmente, é que inexistente uma formulação teórica alternativa para explicar a formulação das redes de cidades, permanecendo ainda a teoria do lugar central como a única teoria a respeito, e sobre a qual será preciso basear-se no aprofundamento teórico e operacional sobre a matéria. (Ablas, 1982 [1978], p. 101)

Essa afirmação é muito forte e em parte imprecisa. Só faz sentido se se considerar que a vertente francesa sobre o tema é baseada em Christaller ou então se se considerar que só é teoria o que for fortemente quantitativo. De fato, os franceses parecem ter começado de um ponto diferente e seguido outros passos, em que pese o fato de terem algumas premissas, conclusões e procedimentos similares à escola alemã.

De certa forma observa-se que se o mérito da teoria dos lugares centrais é valer-se do método dedutivo, ao se avançar na análise hipotético-dedutiva, com base em dados empíricos verifica-se a dificuldade por não se ter experimentos perfeitos de comprovação da realidade em função de complexidade de se isolar as variáveis aos casos empíricos. Na prática sua utilidade devido ao apego geométrico é prejudicada sobremaneira. Não sendo o caso quando se adota a la Berry e Garrison seus princípios norteadores.

Não se concorda aqui com Ablas (1982 [1978], p. 129) para quem a simplificação de Berry e Garrison, ao não considerar a hexagonalidade, “parece que a análise está saindo do âmbito da teoria do lugar central para penetrar em uma

área de estudo de uma hierarquia espacial”. Essa afirmação é sintomática do apego geometrista dos estudiosos em relação à teoria dos lugares centrais. Isso seria limitar ao extremo as contribuições de Christaller e Lösch ao mero formalismo geométrico.

Haveria uma tendência geral da atração horizontal se extinguir se tornando arranjo (numa contraditória situação em que o ápice da atratividade é seu próprio fim) e da vertical se tornar migração, também se extinguindo? Empiricamente isso parece crível o que levaria a um ajuste na teoria. Mesmo desconsiderando a terceira distorção da teoria apontada por Mattos (2001, p. 25), para quem o centro urbano pode retrair sua área de influência devido à decadência de sua principal atividade econômica, a premissa da maior população ter a maior atratividade parece ser falha ou ao menos não ser linear podendo ser parabólica ou cíclica.

Utilizar um parâmetro de pessoas envolvidas em atividades básicas (“exportadoras” no termo também usado por Ablas, 1982 [1978], p. 134) ajuda a entender o papel do lugar central. O desafio está não em definir atividades supostamente exportadoras, como os estudos e propostas de conta do turismo por exemplo fazem, mas de saber quais atividades estão sendo efetivamente “exportadas” ou mesmo utilizadas efetivamente por “estrangeiros”.

Para a época e para São Paulo, Ablas (1982 [1978], p. 139) chega a um multiplicador de população no centro/população atingida, mas aplicando para Londrina Ablas (1982 [1978], p. 140) verificou-se a expressiva distorção. Não só o erro em si, mas as diferenças entre cidades (e atividades) parece corroborar o foco (não gravitacional) aqui defendido de partir da abdução para analisar com base no fluxo e por atividade s real hierarquia e mais precisamente importância (ou atendimento da responsabilidade territorial) de cada centro.

Ablas (1982 [1978], p. 142) acredita que pela lógica de localização industrial não seguir os preceitos de Christaller e Lösch isso deve ser uma das explicações das distorções de suas teorias para a realidade. De fato:

se a base da teoria é uma hipótese irrealista como é o ‘homo-economicus’, dificilmente haveria uma correspondência entre a teoria e a realidade. Esse seria (...) um homem, sem correspondência com a realidade, que reage a estímulos econômicos de uma forma racional (Ablas, 1982 [1978], p.189).

Ablas (1982 [1978], p. 149) sugere quatro grupos de setores para estudo no caso específico industrial: mercado nacional, regional, sub-regional e local. Ablas (1982 [1978], p. 151) sinaliza como considerar pela ocorrência, cruzando os setores em ordem decrescente de frequência nas microrregiões pela ocorrência do setor em microrregiões. Ele aponta apenas a ocorrência binária (existe ou não existe) e com isso, evita o efeito de volume mantendo apenas o de especialização.

Ablas (1982 [1978], p. 192) critica também a teoria de Christaller ao lembrar que na prática há pequenas cidades altamente especializadas. Ainda que de certa forma o próprio Christaller já tenha apontado essas cidades, mas considerando-as não exatamente como lugares centrais e, portanto, fora de sua lógica.

As observações de Christaller quanto à “forma” não circular (mas de semicírculo) dos lugares centrais fronteirços ou litorâneos (Christaller, 1966 [1933], p. 46) levam a se supor que em sua lógica isso poderia até ser visto como certa ineficiência econômica, já que parte de uma potencial região complementar estaria sendo literalmente jogada ao mar.

Destaca-se que o que comumente se chama no Brasil de cidades-gêmeas seja no uso específico de cidades nas fronteiras internacionais, sejam nas fronteiras interestaduais, não tem o mesmo significado que “sister cities” (Christaller, 1966 [1933], p. 46). Para ele essas sister cities seriam cidades que na mesma região complementar dividiriam a importância, com efeitos diversos nos casos de bens de ordem inferior (efeitos positivos) e bens de ordem superior (com efeitos negativos do ponto de vista da eficiência econômica). Ilhéus e Itabuna no caso da Bahia parecem ser um bom exemplo.

Interpretando Christaller (1966 [1933]) a partir de Corrêa (1974, p. 12) infere-se que a baixa renda tem efeito similar à baixa densidade em centros de alta ordem pela teoria dos lugares centrais. Usando essa interpretação da diferenciação de renda, Corrêa (1974, p. 12) justifica o fato de capitais regionais em países desenvolvidos possuírem maior complexidade funcional que suas equivalentes em países em “subdesenvolvidos”.

Não apenas os centros locais de mesmo nível podem ter comportamentos bem diversos, como apontado por Corrêa (1974), como os consumidores podem não agir de forma tão automática e racional como preconizado pela teoria das atividades terciárias. Beavon (1981 [1977], p. 42-4) cita diversos autores que observaram e criticaram algumas premissas originais da teoria quanto ao comportamento dos

consumidores, indicando o estudo empírico de famílias não agrícolas em Iowa como seminal neste aspecto. Infelizmente, as comprovações citadas por Beavon (1981 [1977], p. 43) sobre consumidores se deslocarem a centros muito mais distantes, em diversos níveis hierárquicos, para conseguir produtos idênticos, em vez de provocar uma revolução com crítica aos métodos quantitativos determinísticos ou probabilísticos, parecem ter servido apenas para se buscar quantificar um novo padrão comportamental.

Como concordava Beavon (1981 [1977], p. 43), a negação da hipótese do centro mais próximo não queria dizer necessariamente que o comportamento espacial não tivesse uma ordem, ou de forma mais explícita (Beavon 1981 [1977], p. 43), que a lógica se baseava na comparação (racional) pelo consumidor da vantagem do tamanho do centro com a desvantagem da distância que tem que percorrer. É sintomático que Beavon (1981 [1977], p. 43) compare a semelhança desse enfoque como enfoque dos modelos gravitacionais e probabilísticos.

Corrêa (1974, p. 13) concorda que o efeito dos rendimentos mais baixos é eliminar os centros maiores que oferecem maior variedade de produtos, lojas mais especializadas, grandes oportunidades para uma gama completa de oportunidades de compras. Apesar do efeito da baixa renda, Corrêa (1974, p. 13) considera que a população total afeta mais que a renda no número de lojas devido da estrutura do varejo. Sobre a renda, sabe-se que o aumento dela nas faixas mais baixas tem efeitos no comércio local mais benéfico do que o aumento nas faixas mais altas.

Corrêa (1974) já sintetizava o estudo de Christaller e suas evoluções principalmente na sequência Lösch, Isard, Berry para apontar a importância das variáveis de densidade, renda e cultura na distinção da configuração da rede de lugares centrais. Sobre a renda, o próprio Corrêa (1974), já destacava que Christaller havia feito referência ao fato. Corrêa, voltaria a tratar dessa questão cultural sobre a rede urbana em artigo de 1995 (Corrêa, 1995), republicado como capítulo do livro *Trajetórias Geográficas* (Corrêa, 1997 [1996], p. 296-298) se referindo também aos mercados periódicos tratados por outros autores, para quem o surgimento desse fenômeno, usando termos de Christaller, estaria relacionado ao fato de o limite inferior (viabilizador de um mercado em área de abrangência e consumidores) ser maior do que o limite superior (até onde o mercado alcançaria consumidores) resultando ou em extinção da empresa ou em sua estratégia itinerante. Essas variáveis na proposta aqui colocada seriam como barreiras ou

incentivos à configuração não uniforme da rede, mais uma vez reforçando a defesa de uso delas como parâmetros de análise e não como explicações determinísticas da configuração real da rede

Ao considerar também como superfície isotrópica, Christaller se resguarda das críticas aqui feitas por indicar de forma clara se tratar de uma análise *ceteris paribus* considerando controladas as outras variáveis que não as tratadas. Nesse sentido as efusivas críticas a ele nesse aspecto não são válidas. As críticas devem se limitar ao escopo do seu trabalho a partir daí, à exemplo da crítica à forma geométrica rígida e ao suposto comportamento racional dos consumidores, em que a racionalidade, questionável per se, ainda remete a um suposto acesso a informações gerais dos mercados.

Mattos (2001, p. 24-25) resgata situações em que a teoria dos lugares centrais apresenta distorções:

- 1) Cidades com predominância de atividades industriais podem ser classificadas em um nível mais baixo na hierarquia por sua produção não se destinar aos seus vizinhos nem à sua área de influência, gerando assim poucos fluxos de consumidores de bens e serviços direcionados a ele;
- 2) Dois centros de nível igual se complementarem formando uma única área de influência, devido à economia de aglomeração; e
- 3) Centro urbano que retrai sua área de influência devido a decadência de sua principal atividade econômica, reduzindo investimentos, empregos, renda e população.

Dentre as críticas teórico-metodológicas que Christaller recebe, sem entrar na polêmica que envolveu seu uso na Alemanha Nazista, o suposto geometrismo e determinismo são muitas vezes exagerados e descuidados. De fato, a precisão de sua proposta de interpretação da distribuição das cidades, desde o ponto de partida hexagonal, traz consigo uma fixação geometrística, mas que é apontada com variações, alterações/desvios econômicos e não econômicos, além do próprio reconhecimento de suas premissas *ceteris paribus*. A decisão tida como única viável à época de uso das ligações telefônicas chega a ser um pouco frustrante após uma construção de importância dos lugares centrais tão cuidadosamente baseada no número de produtos/serviços disponíveis. Evidentemente como o autor constata não seria possível ter dados, além do desafio de dar equivalência a produtos e serviços

tão distintos. Atualmente, as novas dinâmicas tornam limitado o uso dessa variável, por um lado a telefonia celular se universalizou se aproximando assim da própria variável populacional, por outro, as estratégias das empresas de telemarketing descentralizam suas centrais dos núcleos urbanos mais importantes distorcendo uma possível análise nesse sentido. Mesmo o uso das ligações como usado em Mello et al. (2010), ainda que os métodos utilizados sejam válidos, pelos mesmos motivos traz consigo essas limitações. Para o caso do Brasil, hoje já é possível trabalhar com dados de fluxos de pessoas (gerais e dentre os específicos, principalmente os de motivo de trabalho, saúde e educação) e com proxies de atividades para identificação de nodalidade.

A aderência da teoria dos lugares centrais indicada por Milton Santos limitada a relações horizontais parece ser adequada, mas não pode ser confundida como uma limitação de escala propriamente. Ela é mais afeita a uma distinção entre uma abordagem de região em confronto com uma abordagem por rede. De fato, ainda que seja tido com um dos criadores ou ao menos sistematizador da teoria locacional de localização das cidades e com isso uma grande referência para as teorias e métodos sobre rede urbana e mesmo prevendo em sua estrutura cidades e regiões de milhões de habitantes, a lógica que rege suas relações está bem longe da preocupação global trazida pela Nova Geografia Econômica de Krugman, ou bem antes a teoria dos dois circuitos da economia urbana de Milton Santos.

### **3 A TEORIA DOS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA**

#### **3.1 Contexto específico do “Terceiro Mundo” e necessidade de novo paradigma**

Se por um lado, Milton Santos pode ser considerado como um grande pensador da geografia efetivamente preocupado e obstinado com uma proposição totalizante sobre a geografia, por outro sua teoria dos dois circuitos da economia, como já explorado por Lobato Corrêa seria uma primeira base a uma crítica na evolução das teorias locacionais. De fato, a rede urbana é central na proposição na Teoria dos Dois Circuitos da Economia Urbana, ainda que muitos autores tenham focado suas análises sobre a distinção entre os dois circuitos sem desenvolver proposições analíticas de rede com base nela.

Essa sessão tem como objetivo, realizar uma síntese crítica da teoria dos dois circuitos da economia urbana, principalmente por meio do livro “O Espaço Dividido” (onde Milton Santos consolida sua teoria), para sua apreensão avaliando a possibilidade de operacionalização para uso pragmático de identificação e caracterização dos dois circuitos e outras categorias teóricas para uso na rede urbana. Por ser a geografia uma área do conhecimento com forte foco empírico (Jensen e Shumway, 2010, p. 78) ao longo da sessão são tecidos comentários contextuais para identificar possíveis limites de datação da teoria frente às mudanças ocorridas no sistema técnico-científico-informacional passados quase 50 anos da publicação do livro. Os termos usados à época referentes ao que atualmente se denominam países em desenvolvimento foram mantidos, a exemplo de países de terceiro mundo e países subdesenvolvidos.

Para Santos (2004 [1975], p. 15), foi nos anos 1950 que se desbravou a abordagem teórica da urbanização em países desenvolvidos, por meio da criação de fórmulas conduzidas pela especulação. O autor (Santos, loc. cit.) identifica avanços nessa década nas discussões urbanas de i) origem: com a denominação de cidade ortogenéticas e heterogenéticas); ii) hierarquia (ideia de primazia , over urbanization e superurbanização); iii) anacronismo (noção de cidade pré-industrial); e iv) dinâmica (classificação das cidades de terceiro mundo como propulsoras ou parasitárias).

Santos (2004 [1975], p. 15-16) criticou a visão simplória denominada por ele de abordagem adjetiva da urbanização que foi utilizada inicialmente para as cidades

à época enquadradas no que se chamava de terceiro mundo. O autor defendia que 20 anos (considerando a data de sua publicação original de 1975) foram suficientes para comprovar a falência desses modelos comparativos em detrimento do olhar substantivo sob nossa realidade.

Por sua vez, a década de 1960, para Santos (2004 [1975], p. 16), contextualiza-se como período de início da “planificação” espacial e em que reinou o discurso do planejamento e do lugar central de Christaller, que embora tenha publicado sua teoria em 1933, apenas em 1966 ganhou uma tradução para o inglês. Para o autor (ibid., p. 17) o foco era desviado da causa da miséria urbana para sua consequência. Fazendo crítica também a pressa com que se desejam respostas do pesquisador (Santos, loc. cit.).

Santos (2004 [1975], p. 17-18) aponta grande preocupação dos limites do tempo e objetivos entre o técnico (em resposta à política e à burocracia) e o teórico, concordando com a crítica de surgimento de estudos desinteressados e sistemáticos. Essa crítica e a preocupação do autor com o desvirtuamento de sua seminal teoria (dos dois circuitos econômicos) podem ter feito com que estudos de aplicação de sua teoria para políticas públicas não tenham sido explorados na proporção de sua importância.

Espera-se, nesse sentido que não sejam a esse estudo aplicáveis as críticas do autor ao tecnicismo – frente à preocupação teórica – na busca de uma ferramenta mais pragmática de uso pelo poder público. Nesse caso não se está substituindo uma teoria por uma busca imediata de resposta técnica, mas tentando aplicar dentro dos limites das políticas públicas a identificação, distinção e enquadramento dos dois circuitos para análise de rede. Não se trata, portanto, da proposição de uma nova teoria, nem sequer de um modelo, mas uma contribuição metodológica para o uso da teoria.

As críticas ao etapismo feita por alguns estudiosos do desenvolvimento são realizadas também por Santos (2004 [1975], p. 19). O autor considera impertinente a comparação dos países à época denominados de terceiro mundo com os países de primeiro mundo. Nesse sentido o termo em desenvolvimento seria inadequado, pois o subdesenvolvimento não é uma etapa para se alcançar o padrão dos países “desenvolvidos”, mas precisa ser visto em suas diferentes características. Não sendo adequado, portanto, análises comparativas desse tipo.

Para Santos (2004 [1975], p. 20) o espaço do terceiro mundo tem suas



especificidades e deve deste modo ter uma teoria apropriada a sua realidade. Essa especificidade segundo Santos (op. cit., p. 20-21) estaria relacionada aos impactos diferenciados nos espaços dos distantes interesses que se impõem aos locais encontrando também inércias diferentes em cada território, destacando a importância das grandes diferenças de renda nos países ditos à época subdesenvolvidos.

Para ele “[A] seletividade do espaço, no nível econômico assim como no social, é, ao nosso ver, a chave da elaboração de uma teoria espacial” (Santos, 2004 [1975], p. 21)

A produção se concentra, mas o consumo se dispersa, porém não de forma homogênea, mas sob o freio da seletividade social, com os “gostos” tradicionais locais se misturando aos novos “gostos” se difundindo na escala nacional (Santos, loc. cit.). O aparelho econômico de produção e de distribuição tem que se adaptar à modernização e às realidades sociais, “novas ou herdadas” e com isso, criam-se dois circuitos econômicos, responsáveis não só pelo processo econômico, mas também pelo processo de organização do espaço. (ibid., p. 20-21)

Ainda que cioso de sua teoria, Santos (2004 [1975], p. 24) ressalta a importância de se mensurar o circuito inferior, sendo necessário, por exemplo, ter o número de agiotas, vendedores autônomos e pequenas atividades fabris. Para ele: A falta ou a debilidade dos conceitos concernentes aos fenômenos a ser estudados são, ao mesmo tempo, uma causa e uma consequência da insuficiência estatística. (ibid., p. 25)

Nesse sentido cabe um esforço paralelo entre apreender esse sistema de conceitos por ele desenvolvido na teoria dos dois circuitos e identificar a forma mais aproximada de discernir o circuito inferior frente aos dados disponíveis. A possibilidade de cruzamento de dados individuais parece ser a forma mais precisa para isso, complementada e validada com dados mais agregados. Poderiam ser úteis ao desafio variáveis que tratam de endividamento, pobreza, ocupação, dependência de transferências, dinâmica de desemprego, estabilidade, rotatividade e informalidade.

Para Santos (2004 [1975], p. 25), a invisibilidade do circuito inferior nas estatísticas se deve à adoção de modelos estrangeiros para retratar oficialmente nossa realidade. A ONU, segundo ele, agravou isso, ao desejar dados uniformes comparáveis. Essa crítica, no entanto, ao menos na atualidade, parece carecer de

dosagem, já que muitos indicadores da ONU mesmo em tese comparáveis, possuem ajustes à realidade de cada país.

Santos (loc. cit.) critica a “ideologia do crescimento”, com seu foco econômico moderno que deixa de lado aspectos da economia e sociedade tradicionais. Santos (loc. cit.) já considerava haver avanços estatísticos oficiais, mas critica a preferência às estatísticas “sem significação” a não ter nenhuma. Para Santos (op. cit., p. 26) essa estatística ou precisa de pesquisa complementar ou de um aparelho conceitual correspondente ao “mundo subdesenvolvido”. Ou como diria Milton Santos: “se a teoria econômica em um país subdesenvolvido deve ser substancialmente reformulada, a teoria espacial propriamente dita deve ser decididamente retomada pela base” (Santos, loc. cit.). Feitas essas ponderações, passa-se a destrinchar a teoria dos dois circuitos, primeiro pelos conceitos basilares e depois pela abordagem territorial, para em seguida trazer a contextualização da retomada do uso da teoria.

### **3.2 Os Dois Circuitos**

Santos (2004 [1975], p. 30) considera que é necessário abordar modernizações, historicamente diferenciáveis, e não a noção de uma de modernização sem distinção de tempo e espaço. Esses contextos históricos segundo o autor também impedem que sejam adotados autores clássicos por seu anacronismo.

Santos (op. cit., p. 31) considera que a industrialização nem sempre gera crescimento com desenvolvimento, gerando pseudodesenvolvimento pela ausência de articulação local das atividades e da distribuição regressiva de renda. Parece, portanto, ser essencial acompanhar a progressividade (re)distributiva e a redução da desigualdade.

Para Santos (loc. cit.), as sucessivas “modernizações” a que cada lugar se submete gera a diversidade de locais e a diferentes impactos que a modernização atual gera em cada um desses locais. E essa modernização tenta se impor do lugar dominante, polarizador ao dominado. Santos (loc. cit.) considera de forma geral três grandes modernizações aos países subdesenvolvidos: a comercial (fim do século XV até a revolução industrial), a industrial (meados do século XVIII a meados do XX) e a tecnológica (meados do século XX até hoje).

Para o autor, os dois circuitos se formam na modernização tecnológica. A

informação e o consumo, duas variáveis geradas no centro do sistema pela primeira vez são difundidas de forma generalizada nos países periféricos (2004 [1975], p. 33). O efeito demonstração resulta na redução da demanda de produtos locais ou com pouca dependência externa, diversificando a demanda sem o necessário aumento da renda (ibid., p. 35-36). O consumo moderno atinge cada vez mais pessoas, mas é parcial e ocasional para os menos favorecidos (ibid., p. 37). Essa modernização só cria um número limitado de empregos, por serem intensivas em capital e ficarem os empregos indiretos mais nos países centrais e para os estrangeiros. A indústria (e a agricultura) responde pouco à necessidade de criação de emprego (Santos, loc. cit.).

Para Milton Santos essa desigualdade é causa e efeito da existência dos dois circuitos:

A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm como satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas no consumo, essas diferenças são a causa e o efeito da existência, ou seja, da criação ou da manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços (Santos, loc. cit.).

Atividades de pequenas dimensões são criadas pela diminuição do emprego na indústria e na agricultura. Um circuito é resultado direto da modernização (o superior) enquanto o outro (o inferior) é indireto e se beneficia apenas parcialmente dos progressos técnicos e de suas atividades quando muito. (ibid., p. 38).

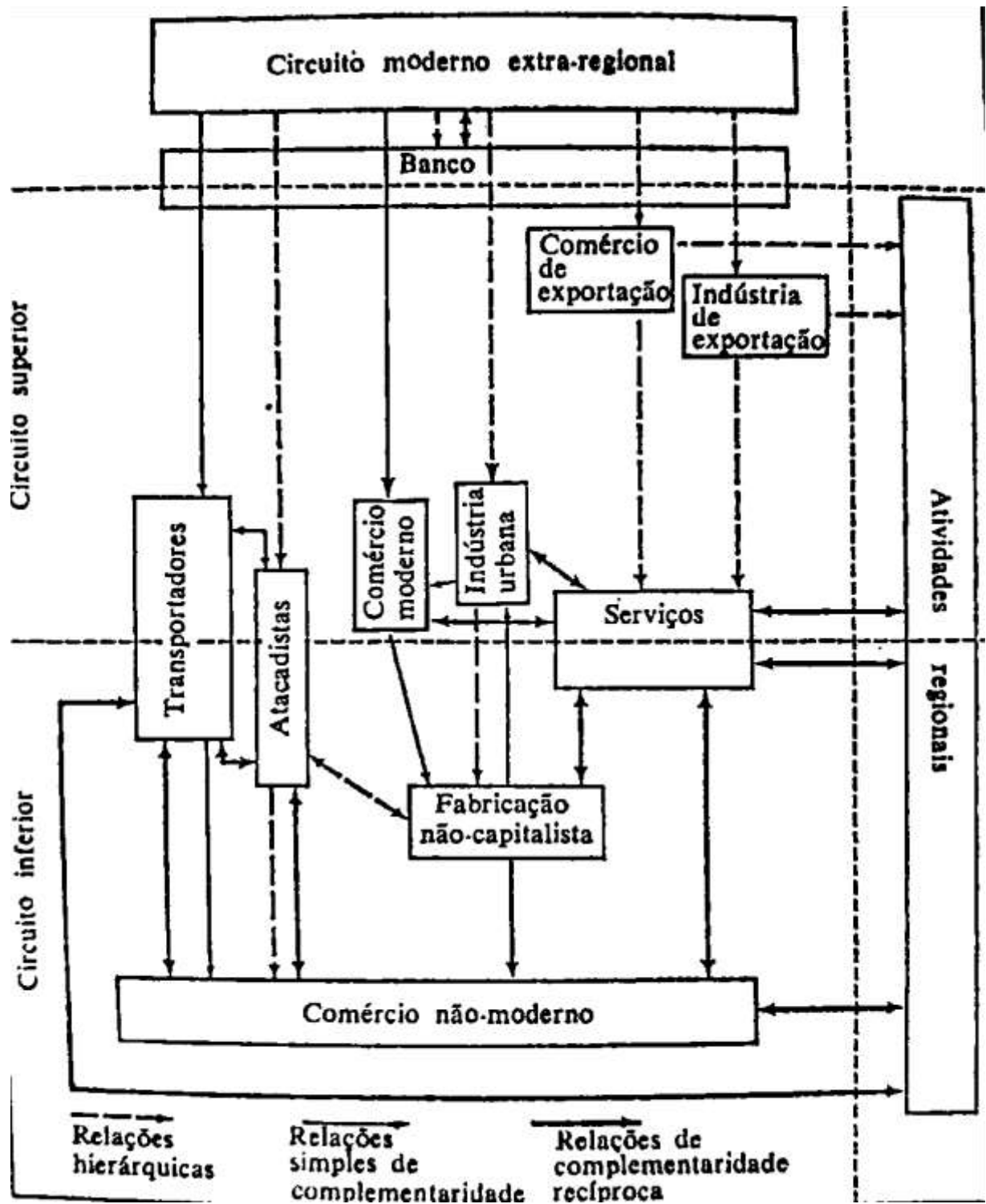
Para Santos (loc. cit.) é preciso distinguir os países de velha civilização urbana (onde a modernização cria estruturas se impondo e mudando as antigas) dos que a conheceram recentemente criando de uma só vez as duas formas, ainda que os circuitos estejam em ambos.

A necessidade de compreensão dos dois circuitos para a análise da rede urbana já estava explícita na teoria de Milton Santos ao considerar que os dois circuitos servem para compreender o funcionamento da cidade e as relações externas com sua região e outras cidades (ibid., p. 38). De algum modo pode-se também, portanto, partir da teoria para tratar da interescalaridade.

O autor (Santos, op. cit., p. 40) enquadrava no circuito superior, bancos,

comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores. Por sua vez o circuito inferior incluía a fabricação não capital intensiva, serviços não modernos a varejo, comércio não moderno e de pequena dimensão (id., loc. cit.), conforme a Figura 14. O Circuito superior ainda pode ser dividido, segundo o autor, em atividades puras, impuras e mistas. As primeiras são específicas da cidade e do circuito superior (indústria urbana moderna, comércio e serviços modernos). As impuras são instaladas na cidade, devido às vantagens locacionais, mas seus interesses são manipulados fora da cidade, para onde se destinam seus produtos (indústria de exportação, comércio de exportação e mesmo os bancos). Por fim as mistas possuem dupla ligação entre o circuito inferior e o superior (atacadistas e transportadores) (ibid., p. 41).

Figura 14 – Os Elementos dos Dois Circuitos



Fonte: Santos (2004 [1975], p. 40)

A complexidade dessas relações torna desafiante o uso pragmático das categorias de Milton Santos. Não é possível a definição dos circuitos apenas pela enumeração, sendo necessário entender o contexto das atividades e o setor da

população a elas ligado pela atividade e pelo consumo (Santos, 2004 [1975], p. 42). Deste modo camadas da população “de um circuito” podem consumir fora dele: classe média consome de classes acima e abaixo, indivíduos mais diretamente ligados ao circuito inferior servem de força de trabalho ao superior, atividades com predomínio de característica de um dos circuitos podem apresentar características do outro (id., loc. cit.). No circuito superior é possível falar, por exemplo, em circuito superior marginal em “categorias de fabricação em que ainda é possível a coexistência de empresas utilizando tecnologias diferentes e diversamente organizadas” (ibid., p. 43).

Deste modo percebe-se que a identificação de uma população mais vinculada a um circuito do que a outro não exige que esta transite por empregos e consumos mais característicos da outra, derivando dessa constatação o desafio da identificação e mensuração do peso de cada circuito e mais do que isso da população enquadrada em cada um deles. Trata-se de um consumo parcial ou ocasional das categorias sociais ligadas ao outro circuito (ibid., p. 42). De todo modo, de forma geral Santos (loc. cit.) considera que as classes ricas consomem mais do circuito superior do que do inferior, invertendo-se a situação para as classes pobres enquanto as classes médias distribuem melhor o consumo entre os dois circuitos. Deve-se compreender também que a mobilidade social e as mudanças no sistema técnico-científico-informacional tornam esse enquadramento limitado no recorte temporal e espacial em que se encontram.

Essa compreensão da teoria permite o entendimento de novas e complexas relações de consumo e trabalho existentes atualmente, onde muitas atividades do circuito superior devido a relações frágeis e precárias de trabalho se sustentem no emprego da população mais característica do circuito inferior e no consumo geral da população como uber e ifood.

Os circuitos se referem à economia de uma forma geral e a atividades econômicas em específico. Em tese seria possível rebater diretamente os ocupados nessas atividades como a população enquadrada nesses circuitos, mas a mobilidade social, a rotatividade, e mesmo o desemprego/desocupação (conjuntural, estrutural ou friccional) complexificam e inviabilizam esse rebatimento direto. É preciso também compreender as relações e (retro)alimentações entre eles. Entender quem é o exército de reserva fundamental de cada um dos circuitos e como isso se altera com a mobilidade social. Destaca-se também que além da repercussão da

teoria dos dois circuitos no limiar e no alcance da teoria dos lugares centrais, a teoria de Milton Santos poderia ser aplicada na caracterização socioeconômica do local, e mais que isso, ser usada para compreender as causas e efeitos entre a hierarquia da cidade, sua função na economia regional e a composição e distribuição dos dois circuitos dentro dela. Isso se reflete na forma como a geração de riqueza consegue ser apropriada pelas famílias. Por mais que Milton explicita que os circuitos não são delimitados de forma simplória pela renda, em diversas passagens do seu livro ele reforça esse foco. Poder-se-ia ir além e tentar combinar como sugerido por Lobato Corrêa, uma abordagem de circuitos de Milton Santos com a territorial de Haesbaert, ao tentar compreender a quem se destina a produção da riqueza em relação aos migrantes e nativos do local.

A precarização do trabalho atualmente, com a flexibilização das leis trabalhistas, dificulta o já enorme desafio de enquadramento das atividades e ocupações nos circuitos mais característicos de suas relações, sem contar com as novas relações trazidas pela tecnologia. A uberização, por exemplo, mostra que nem a teórica vinculação de toda a população ao circuito superior é capaz de resolver o problema de pobreza e desigualdade, devido à precarização das relações de trabalho. Trabalhadores vinculados ao serviço “moderno” possuem frágeis (inexistentes em verdade) vínculos trabalhistas com o circuito superior e apresentam as características da população vinculada ao circuito inferior (ou muitas vezes são o próprio exército de reserva dele). Nesse sentido, muitas vezes, seja pelo menor espólio externo, seja por relações de menor exploração, o circuito inferior, ainda que não seja a solução na visão de Milton Santos (pelo contrário!) se torna pragmaticamente algo menos nocivo e prejudicial à população enquanto ocupação. Pois nesse caso, a espoliação da empresa, a necessidade de uso de veículos alugados do circuito superior (por não ser um meio de produção do trabalhador) gera maiores riscos. Os veículos por sinal nessa relação confirmam o uso de comércio de bens usados vinculados por Santos ao circuito inferior, mas são usados nesse caso para alimentar uma atividade que poderia ser enquadrada como circuito superior.

Percebe-se que atualmente, ainda que continue válida a análise via teoria dos dois circuitos da economia urbana, torna-se cada vez mais complexa a distinção e identificação das relações entre eles e suas consequências no enquadramento da população com base no fornecimento de mão de obra e consumo. Fica patente, entretanto, que a categorização dos circuitos é mais afeita à possibilidade de

delimitação clara às atividades em si, não ao enquadramento preciso da população enquanto consumidores ou trabalhadores, ainda que tenha rebatimento nisso. Deste modo, Santos destaca a diferença em época e espaço a diversas categorias como sinônimo de circuito inferior, como gueto, favela, pobreza, informalidade. Outro desafio quase intransponível seria analisar o enquadramento nos circuitos do trabalho ilegal, tráfico, milícia, contrabando, pirataria, falsificação etc.

Observando as características apontadas para cada um dos circuitos por Santos (2004 [1975], p. 43) tem-se que o circuito superior envolve tecnologia importada de alto nível, e capital intensivo imitativo, enquanto o inferior se enquadra como trabalho intensivo local, ou localmente adaptado com potencial de criação. Enquanto o superior tem acesso a crédito bancário, com grandes firmas podendo também criar e controlar bancos, ao inferior resta o crédito e dinheiro líquido com boa parte pessoal direto e reembolso periódico obrigatório, inclusive por intermediários (ibid., p. 44). O inferior sempre trabalha com pequenas quantidades de mercadorias enquanto o superior trabalha com pequenas quantidades apenas quando são de luxo, sendo as outras em grande quantidade (Santos, op.cit., p. 45). No circuito superior trabalha-se na indústria com assalariados baixo intensivos, maiores nos serviços e em alta quantidade nos governos, já no inferior eles raramente são permanentes, são de baixa remuneração com base no acordo pessoal, com grande importância do trabalho familiar e autônomo, tendo poucos ocupados por unidade, mas muitas pessoas no total (Santos, 2004 [1975], p. 45).

Para Santos (op. cit., p. 46), o circuito inferior é fornecedor de ocupação para a população pobre da cidade e migrantes sem qualificação, nacionais em geral, enquanto o superior emprega estrangeiros, mas inferior também emprega estrangeiros, neste caso comerciantes autônomos. Essas distinções são dificultadas por relações de vulnerabilidade e baixa renda no circuito superior, seja em atividades antigas como frigoríficos ou novas como transporte por aplicativo.

Com relação ao estabelecimento de preços, Santos (loc. cit.) aponta que no circuito superior os preços em geral são fixos, mesmo em concorrência oligopolista, já no inferior há a prática da pechincha e da barganha. Talvez as relações tenham se alterado em parte atualmente com as práticas de redução de margem de vendedores em grandes lojas do circuito superior atualmente, o que também recai na fragilidade do empregado. A lógica no superior é a da acumulação da teoria econômica capitalista em oposição ao princípio da sobrevivência e possibilidade de



consumo da vida moderna. O lucro por sua vez é pelo volume no circuito superior e por unidade no circuito inferior, por possuir muitos intermediários, gerando um resultado total maior no circuito superior.

A publicidade forte é característica do circuito superior (Santos, 2004 [1975], p. 46), bem como o alto custo fixo, sem reutilização de duráveis, este último recorrente no circuito inferior (vide consertos de roupa, aparelhos, veículos e construção de casas) (ibid., p. 47). Enquanto o circuito superior recebe apoio do governo, o circuito inferior, além de não receber, por vezes ainda é perseguido sob a alegação de ilegalidade como no caso dos ambulantes (Santos, loc. cit.).

É necessário, portanto, revisitar criticamente a teoria de Milton Santos verificando possíveis consequências de suas premissas e axiomas na análise da rede urbana para políticas públicas, bem como a pertinência de seus princípios classificatórios com a forma como as atividades se desenvolviam à época e as limitações devido à datação do sistema técnico-científico-informacional então vigente. Novas atividades e alterações na forma como ocorrem atividades já existentes permitem essa crítica. Tenta-se desse modo reenquadrar as atividades atuais nos princípios de definição e distinção dos circuitos para então verificar como eles se distribuem no território, possibilitando o desenvolvimento de categorias de cidades (na acepção de arranjos populacionais) com base nessa distribuição.

O procedimento então passa por extrair a essência definidora de cada circuito, o (re)enquadramento das atividades atuais neles, a categorização das empresas com base nessas atividades, a categorização dos territórios (urbanização no sentido da teoria de Milton Santos) com base na presença e distribuição dessas empresas/atividades (industrialização no sentido de Milton Santos) e finalmente a hierarquia com base nisso. A unidade de observação nesse caso é o arranjo populacional. A relação econômico regional define assim uma primeira hierarquia funcional produtiva. Essa análise possibilita a caracterização socioeconômica local ao incluir também a análise do circuito inferior tanto via análise e enquadramento de atividades quanto pela consequência desse sistema para a população enquanto consumidores e trabalhadores. Uma rede produtiva é passível de análise pelas trocas mapeadas em diversas variáveis (Origem e Destino de carga, exportação, importação, inferências via produção) enquanto uma rede urbana em sentido estrito é mapeada por fluxos populacionais gerais, de trabalho e de serviços essenciais como saúde e educação. Ao final se verifica empiricamente os indícios de relações

entre a rede produtiva, a rede urbana, os circuitos e a condição socioeconômica da população e daí se retira uma categorização integrada do território levando em conta a sobreposição e relação entre essas dimensões de análise. Futuros estudos podem ainda adentrar na prosperidade, justiça social, equidade, sustentabilidade e resiliência que essas configurações possuem.

O Circuito Superior impõe a demanda por meio da publicidade (da oferta), já o circuito inferior apoia-se no consumo, a demanda então gera a oferta mesmo que haja efeito-demonstração (Santos, 2004 [1975], p. 47). O circuito superior controla a economia de forma direta ou por meio do Estado, enquanto o circuito inferior é controlado, subordinado e dependente (Santos, loc.cit.), entretanto o circuito inferior se integra localmente em sua própria região ao tempo em que as atividades do CS (circuito superior) realizadas no local tem integração com outra cidade de nível superior dentro ou fora do país (ibid., p. 48).

Santos (op. cit., p. 49) considera que pobres no estudo de formulação da teoria dos dois circuitos “são os que não tem acesso, de modo regular, aos bens de consumo corrente considerados como o mínimo indispensável numa certa sociedade”. Raramente acessam crédito institucional, sendo a clientela essencial dos pequenos estabelecimentos comerciais ou artesanais (Santos, loc. cit.), são em geral os empregados ou subempregados, mas também os assalariados que recebem pouco (ibid., p. 50). Nesse sentido parece ser possível mesmo no emprego formal pensar em categorias de ocupação vinculadas ao circuito inferior que servem de exército de reserva para as atividades do circuito superior. Para o autor, é o consumo que diferencia os países desenvolvidos dos subdesenvolvidos: nos subdesenvolvidos acessar todos os produtos é um privilégio das classes mais favorecidas (Santos, loc. cit.).

A classe média pode ser definida por eliminação dos enquadramentos das outras classes, são assalariados acima da subsistência, proprietários e empresários com ganhos insuficientes para passar para a classe superior. Eles não têm o controle da atividade econômica da cidade (ibid., p. 51). Para Milton Santos ter três classes não significa ter três circuitos, mesmo porque os circuitos são categorias econômicas não diretamente estratos sociais, e se misturam no fornecimento de mão de obra e destino do consumo. Santos (loc. cit.) cita a explicação de Tricart sobre a América Latina: “a classe média vive acima de seus meios e não faz nenhum esforço de investimento produtivo” além de recorrer ao consumo nos dois

circuitos, muitas vezes deixando o corrente (como os produtos alimentícios) com o inferior e utilizando-se do superior para satisfazer consumo de prestígio.

Santos (op. cit., p. 55) reforça a importância de uma leitura totalizante na compreensão da teoria proposta, indicando que “Ao lado dos aspectos da produção, é indispensável considerar e analisar os da distribuição e do consumo, assim como os do emprego, quer dizer, trata-se do sistema por inteiro”. Destacando também a leitura conjunta dos dois circuitos, pois “Não há dualismos, os dois circuitos têm a mesma origem, o mesmo conjunto de causas são interligados”, mas o inferior é dependente do superior (Santos, 2004 [1975], p. 56).

Santos (op.cit., p. 62-66) apresenta uma série de exemplos de cortes distinguindo setor moderno de artesanal, embora essas distinções muitas vezes tenham sido simplificadas nos estudos apresentados como porte de empregados. Como aponta Santos (op. cit., p. 202), “a definição do setor de fabricação do circuito inferior deve ser buscada nas técnicas e nas condições de organização e de inserção da empresa na economia não-moderna”, lembrando da “dependência do circuito inferior em relação ao inferior” (ibid., p. 39). Frente a dificuldade de obter dados efetiva e diretamente relacionados a essa organização, as proxies relacionadas a outras variáveis disponíveis passam a ter que ser utilizadas. Ademais, essa dificuldade de detalhar bem o circuito inferior não parece trazer grandes prejuízos ao ajuste da rede urbana nacional já que o circuito inferior interfere mais no limiar e alcance da rede mais próxima e local, mais afeitas segundo Santos a contextos locais de Christaller e mais úteis no entendimento do que o IBGE denomina de arranjos populacionais. Sua análise parece ser mais afeita a perceber as causas e consequências da rede urbana e da economia regional na situação socioeconômica da cidade em questão, não no seu desenho em si.

Os dois circuitos são um fenômeno atual, da modernização tecnológica, não adianta comparar com a Europa da revolução industrial, nem com o gueto, nem com a favela, segundo Santos (2004 [1975], passim.). A favela é um quadro material representativo da pobreza, já o circuito inferior é um fenômeno econômico muito mais amplo não delimitado geograficamente (ibid., p. 69) e que representa a condição de dependência de todo um sistema econômico (ibid., p. 70).

Santos (loc. cit.) critica a comparação dos dois circuitos com a Europa da Revolução Industrial apontando que no circuito inferior as domésticas recebem valores menores e que há um maior leque de consumo das classes mais pobres, e

nesse sentido a comparação deveria incluir a diferença de mecanismos. Na Europa da Revolução Industrial não havia redução gradual da população em idade ativa em relação à população geral como era na época de publicação do livro, segundo Santos (op.cit., p. 71). O terciário é mais inchado na revolução industrial, mas as cidades de países subdesenvolvidos desde o início têm o terciário mais importante que o secundário, nos desenvolvidos a expansão do terciário foi mais tardia, além disso, o terciário dos países subdesenvolvidos é primitivo e refúgio (Santos, loc. cit.). No século XIX ainda é difícil distinguir os dois principais setores da atividade urbana: os empresários do secundário tinham relação direta com a clientela, o nível de produtividade entre os dois setores era comparável (Santos, loc. cit.).

Bem diferente do terceiro mundo na distinção do circuito inferior com o gueto (e com a favela), Milton Santos considera que o gueto se compõe de imigrantes discriminados (ibid., p. 72). Ainda que sofram o mesmo que os pobres urbanos dos países subdesenvolvidos, como trabalho não permanente, “nos subdesenvolvidos há mais empregos ainda que precário nos locais de moradia da população pobre” (ibid., p. 73). Algumas distinções apontadas por Milton, porém, não parecem resistir ao tempo, ao menos no Brasil. A citada difícil concorrência dos supermercados nos bairros pobres dos países subdesenvolvidos (Santos, 2004 [1975], p. 73) hoje é menor com maior inserção das grandes redes de supermercados sem o suposto preço mais alto que nos bairros ricos. Do mesmo modo o “crédito burocrático” também é mais comum hoje em dia ainda mais com a bancarização promovida por vários fatores, sendo o recebimento de transferências o mais recente.

Além disso, ainda que de fato o seguro-desemprego não tenha tanta abrangência quanto nos países desenvolvidos como apontado à época (ibid., p. 74), atualmente esse recurso já alcança um maior contingente da população, além de outras transferências como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), previdência urbana e rural, bolsas e auxílios em geral. Esse contexto altera a constatação antes existente ou ao menos a relativiza mais.

Santos (loc. cit.) aponta que os pobres na Europa vão se alterando ao longo do tempo sendo cada vez menos privados de coisas materiais, concluindo que nos países “evoluídos” há pobreza com segurança e nos “atrasados” pobreza sem segurança. Considera-se que atualmente ainda que permaneça a diferença, ela foi reduzida pelas políticas sociais e de seguridade. De todo modo, Santos (loc. cit.) considera que essa diferença de segurança impede que se possa falar de circuito

inferior nos países desenvolvidos: Mesmo se uma ou outra das características do circuito inferior pode ser reconhecida nas cidades dos países desenvolvidos, isso não é suficiente para se estabelecer uma comparação válida (ibid., p. 74).

De certo modo como o mundo está conectado em suas diversas relações, inclusive produtivas, as consequências do papel que é relegado aos países à época chamados de subdesenvolvidos ou de terceiro mundo nada mais são do que a externalidade que é transferida do centro produtivo para a periferia mundial deixando claro que o circuito inferior só não existe no mundo desenvolvido porque essa parte da relação fica extramuros desenvolvido. Mas é uma consequência do processo integrado e globalizado. Entender como uma disfunção relacionada restritamente aos países ditos subdesenvolvidos à época parece impedir o entendimento maior do fenômeno e conseqüentemente limitar a capacidade de propostas de mudança que são estruturais e sistêmicas. Milton Santos percebia isso, mas talvez caiba aqui deixar bem evidente isso já que uma das tentativas de contribuição metodológica passa por relacionar essas funções e papéis na cadeia e rede produtiva (econômico regional) com a situação socioeconômica local, trazendo indícios das externalidades que ficam a cargo de cada nó da rede econômica e a capacidade local de suprir em serviços demandando da rede urbana parte desses serviços não supridos localmente.

Milton Santos distingue também a favela do circuito inferior deixando claro que não se trata de uma segregação espacial rigidamente delimitada:

(...) também não aceitamos assimilar favela e circuito inferior. (...) pensamos que o estudo da pobreza urbana que opõe a favela ou o cortiço ao “centro” da cidade, sendo este último representativo de uma economia próspera, constitui um grave desvio em relação à realidade. Mesmo quando tal abordagem possa dar resultados tecnicamente apreciáveis (Frankenhoff, 1971), dificilmente ela conduzirá à construção de uma teoria válida e à descoberta de instrumentos de ação eficazes (Santos, 2004 [1975], p. 75).

Deste modo, Santos (2004 [1975], p. 75) considera que numa mesma cidade pode haver diversos tipos de favelas e cortiços, nem toda a população pobre lá estando, nem sendo pobres todos os que lá habitam sob o mesmo critério de pobreza. Entretanto, na categorização, que sempre será um método simplificador, passa-se pela taxonomia de modelos ideais, que mesmo que não consigam construir ou reformular uma teoria, nem muitas vezes atuar na causa original do problema, ao

menos identificam de forma estatisticamente representativa público alvo de políticas.

Para Santos (op. cit., p. 76) não seria apenas a renda que explicaria a razão pela qual as pessoas se instalam na favela, citando, por exemplo, o modo de pagamento também como causa. Acredita-se aqui, entretanto, que isso também é consequência da renda de sua população, que por ser baixa faz com que tenham que ter relações mais informais e menos rígidas de contrato e pagamento, sem garantias exigidas em contratos formais tradicionais. De todo modo o autor considera não haver oposição entre favela e centro, mas entre circuito inferior e superior, havendo habitantes da favela que escapam do circuito inferior e outros fora da favela que nele estão (Santos, 2004, loc. cit.). Parte da mão de obra residente na favela não vai para o centro, mas atua na própria favela, mas o centro é o único cuja presença cria atividades independentemente da demanda desse centro, (ibid., p. 77). Ademais, favelas e cortiços não se devem apenas ao preço elevado da habitação, por isso não basta construir casas, a proximidade ao trabalho é uma necessidade (ibid., p. 195).

O desafio de enquadramento do circuito inferior é enorme. Diferentemente da favela (que é um recorte espacial), da pobreza (que é um recorte socioeconômico de renda), do setor informal (que é um recorte socioeconômico de atividade), o circuito inferior é um setor caracterizado pela relação de produção, circulação e consumo. Sofre ainda com a dificuldade de classificação frente à mobilidade social, para além do já previsto trânsito de pessoas de um circuito para o outro em busca de emprego e de produtos e serviços. O enquadramento da atividade parece necessitar de uma etapa anterior onde se enquadra a produção, a circulação e consumo e a busca das melhores variáveis e aproximações para essa distinção.

Santos (op. cit., p. 78) também rechaça a existência pretérita do circuito inferior na época colonial, reforçando sua defesa por um fenômeno moderno. Segundo ele, na época colonial, “o bazar serve tanto às classes mais abastadas quanto às pobres”. Para o autor o consumo era mais limitado, publicidade mais discreta e dificilmente se poderia falar de efeito-demonstração com menores disparidades de renda na cidade (Santos, loc. cit.).

Para Santos (op. cit., p. 79) mesmo subdesenvolvidos de industrialização mais antiga não tinham os dois circuitos, já que o êxodo rural nesses casos não era tão importante como no período atual, não havendo concentração industrial e comercial como hoje. Produção e emprego aumentavam juntos, sem prevalência de

mecanização, gerando assim muitos empregos junto com a hipertrofia do emprego público (ibid., p. 79). Indústria voltada para exportação gerava expansão e criação de zonas de cultura comercial e excedente demográfico para cidades e agricultura comercial. Por isso favelização só a partir da década de 1940. Além disso, a presença do capital estrangeiro não era como hoje (Santos, 2004 [1975], p. 80).

Santos (loc. cit.) considera que o período atual (falando na década de 1970) como de migrações de riqueza ou tecnológica na história dos “movimentos de população para os países subdesenvolvidos”. Antes tendo havido as migrações de pobreza:

As migrações de pobreza paralelas ao enriquecimento do continente europeu desencadearam o êxodo dos indivíduos ameaçados pela marginalização no interior dos países onde o crescimento começava a colocar problemas de emprego; mas também o êxodo dos naturais de países marginais ao crescimento econômico. Todas essas pessoas são facilmente absorvidas pelos países receptores, onde frequentemente encontram riqueza entregando-se a atividades úteis ao processo de crescimento, e isso num estágio da tecnologia em que sua habilitação ou equipamento em máquinas e em capitais era suficiente. Nessas condições é mais correto falar de capitais dos estrangeiros do que em capitais estrangeiros Santos (loc. cit.)

No período atual, Santos (loc. cit.) considera que o agente enviado de seu país de origem não vem mais a título pessoal, mas como representante das técnicas e dos capitais importados.

Na fase anterior, a indústria não produz para os privilegiados da sociedade urbana, o volume não justifica e esses bens são todos importados, não justificando tampouco a criação de um circuito de produção a esse serviço (ibid., p. 81). A produção não comandava o consumo como agora e os bancos se interessavam mais pela importação e exportação, com o crédito do escoamento passando pelo intermédio dos atacadistas (id., loc. cit.). Nessa fase o artesanato conseguia se manter e as diferenças de renda não eram tão importantes, com poucos empregos nobres (ibid., p. 82). Deste modo:

Com a ausência de um comércio integrado ou especializado como se encontra agora mesmo nas cidades médias e pequenas, com relações indispensáveis e diretas entre indústrias e comércio atacadista, não é possível falar da existência de dois circuitos econômicos nas cidades dos países subdesenvolvidos da época (id., loc. cit.).

Santos (op. cit., p. 85) não concorda com o termo tradicional para se referir ao circuito inferior, mas não vê problema no uso de “moderno” para se referir ao superior, “devido à natureza de seus elementos e ao fato de ser comandado pelas variáveis mais modernas do centro do sistema mundial”. Apesar de tratar também do comércio no circuito superior, Milton explicitamente insiste no fenômeno industrial.

Sobre o comércio, para Milton Santos, o número de supermercados varia principalmente em função da importância das classes médias e do número de assalariados, enquanto sua dimensão é função da densidade dos bairros ricos (ibid., p. 87).

No comércio, aumentar os produtos no circuito superior é mais exterior à cidade e no inferior são mais locais (id., loc. cit.). De fato, à exceção de produtos in natura, mesmo que sejam comprados localmente, os produtos podem vir de fora, mas essa seria a regra à época e atualmente?

O comércio do circuito superior depende do fornecimento via importação e produção nacional (Santos, 2004 [1975], p. 88), mas talvez atualmente mesmo o inferior tenha fortemente essa característica. Para o autor, um novo produto pode ficar sendo importado enquanto a indústria nacional não substitui. E para ele a presença de estrangeiros no comércio é função do nível econômico. Uma forma de verificar os trabalhadores estrangeiros e de outras cidades seria usar os microdados da amostra dos Censos Demográficos para verificar se os estrangeiros ou migrantes de outras cidades e estados são os que ocupam mais o papel de empregadores e tem os melhores empregos.

Para Santos (op.cit., p. 89) a industrialização distinguia-se em duas categorias, conforme o maior peso para exportação ou para consumo interno, sendo este último inicialmente voltado apenas para acondicionar produção mineral e agropecuária, depois começando a avançar para indústria de transformação ou de reexportação.

Certos ramos prestam-se a múltiplas combinações de fatores, dando uma extensa gama de tamanhos de estabelecimentos, enquanto outros setores só comportam determinadas escalas de produção. Toda análise da atividade industrial do circuito superior que se limite a simples constatações estatísticas não permite, portanto, a apreensão da totalidade de situações e a compreensão do conjunto da problemática. (id., loc. cit.)



Acredita-se que essa observação se deva às limitações de dados da época.

Ao substituir as importações nos países subdesenvolvidos, se altera a pauta de exportação dos países ricos, fornecendo estes produtos ainda mais dinâmicos (ibid., p. 90). Não se pode dizer como alertado por Santos (op. cit., p. 92) que a indústria vai trazer desenvolvimento local e integração, afinal, “criar indústrias não é industrializar o país”.

A vulnerabilidade da exportação dos subdesenvolvidos se relaciona a produzir poucos produtos para poucos países (ibid., p. 92), o que gera “dupla desvantagem e grandes consequências no plano da independência nacional”, além disso, exportação de produtos agrícolas estimula as culturas “industriais” desorganizando as culturas de subsistência que junto com a urbanização aumenta a necessidade de alimentos e importação desses (ibid., p. 93). O autor continua afirmando que no máximo o produto recebe uma primeira transformação, mas sem aumentar muito o valor agregado nem trazer grande benefício social, com um sistema de produção pouco integrado e pouco diversificado.

Além disso, há o impacto de os países desenvolvidos produzirem sintéticos, deixando de importar e ainda exportando aos subdesenvolvidos produtos como plásticos (ibid., p. 94). Esta situação pode ser verificada se ainda permanece observando a série histórica de importações e exportações do país, que pode ter se alterado para esses produtos até mesmo acirrando ainda mais a desvantagem para países como o Brasil, ou ter produtos de valor agregado ainda maior adentrando no país ao mesmo tempo em que mantém a exportação de baixo valor agregado e desestimulador de cadeias mais estruturantes internamente. De todo modo para Santos (2004 [1975], p. 94), o comércio e indústria de exportação seriam fontes de extração de excedentes dos países subdesenvolvidos.

Haveria então duas fases da industrialização/exportação dos subdesenvolvidos: 1) com esforço próprio; 2) com o interesse e instalação pelos desenvolvidos de indústrias nos subdesenvolvidos para exportar para eles mesmos (ibid., p. 96). Seria necessário, entretanto, verificar possíveis mudanças mesmo que marginais nessa situação apreendida por Milton Santos na década de 1970. A atual situação chinesa, o e-commerce, as maquininhas, a bancarização digital, a venda de porta em porta (e.g.: Natura, Avon, Mary Kay, Jequiti), os mototaxistas e motoboys, a “uberização”, os compartilhamentos em geral (incluindo imóveis) e as novas relações globais podem ter alterado essa situação.

Seguindo com a análise estrutural e conjuntural de sua época (década de 1970), Santos (op. cit., p. 100) considera que a exportação dos países subdesenvolvidos em boa parte se deve a produção de multinacionais estrangeiras que remetem seus lucros à origem e permitem que seus trabalhadores em seus países de origem possam desenvolver atividades mais dinâmicas. Os dados atuais de remessa de lucro podem servir para ratificar ou retificar essa constatação para a atualidade, mas de todo modo isso serviria como exemplo de como o papel relegado aos países menos desenvolvidos na rede produtiva global pode servir para sustentar melhores empregos com melhores salários nos países mais desenvolvidos, onde a captura de mais valia seria menos agressiva. O aumento do peso das patentes e dos serviços avançados em lugar da produção industrial nos países desenvolvidos também poderia dar pistas dessas mudanças, que agravariam ainda mais essa disparidade dos países e conseqüentemente de seu desenvolvimento e condição de sua população.

Santos (op. cit., p. 100) contesta desse modo a generalização de Prebisch (e de grande parte dos economistas) de que a industrialização é benéfica, apontando também que nos países subdesenvolvidos a exportação se deve mais a estreiteza do mercado interno do que à capacidade ociosa.

Santos considera a existência de um circuito superior marginal, que teria caráter residual (sobrevivência de firmas menos modernas ou emergentes), com demanda incapaz de suscitar atividades totalmente modernas (ibid., p. 103). Essa demanda segundo o autor pode vir tanto de atividades modernas quanto do circuito inferior, com esta última possibilidade sendo a dominante nas cidades intermediárias.

Santos (op. cit., p. 103) pretere uma distinção entre circuito superior e circuito superior marginal que os distinguiria por grau de intensidade (demanda por nível de qualificação de mão de obra), preferindo uma distinção onde se contrapõe o know-how ao baixo nível de organização e tecnologia, mas sem a exclusividade do primeiro a apenas as firmas estrangeiras.

Com base em estudos próprios e de outros autores, observa-se existir na atividade de fabricação um setor artesanal, um de indústrias maduras e modernas e outro mais diversificado em níveis de técnica, capital, porte e mão de obra (ibid., p. 104). Este último seria o circuito superior marginal onde uma maior inércia para o rápido crescimento do custo médio viabilizaria a coexistência em determinados

ramos de atividade de empresas grandes e pequenas concorrendo, “onde o peso de uma população em crescimento e de baixo nível de vida representa uma possibilidade de manutenção das formas menos modernas”. A diferenciação para Santos (2004 [1975], p. 104) parece ser mais “no nível tecnológico e na ‘administração’ do que na quantidade de capital empregado”, citando exemplos de países como a Birmânia, Índia e Paquistão, que à época tinham maior capital fixo por operário nas pequenas indústrias.

Ainda que não aceite a hipótese de as empresas pequenas continuarem assim para escapar à legislação, beneficiando-se de preços oligopolistas, Santos (op. cit., p. 105) admite que ser do circuito superior marginal traz vantagens, como impostos, contribuições, salários e auxílios menores, podendo até ter sua produtividade maior que as maiores (algo similar com o que se pode observar na produtividade agrícola geral do Brasil por área, por exemplo). Talvez isso tenha rebatimento no enquadramento forçado que muitas empresas no Brasil possuem ao se vincular a categoria de “simples”, mesmo em muitos casos não sendo. De fato, como indicado pelo autor, o Estado tem um papel em garantir em alguns ramos condições para a continuidade dessa franja competitiva das pequenas indústrias. Os preços elevados garantiriam a viabilidade dos pequenos e a maior margem de lucro dos grandes (ibid., p. 106).

Adentrando na análise dos bancos enquanto circuito superior, Santos (op. cit., p. 106) considera que bancos internacionais controlam o sistema bancário nacional frequentemente, mas muitas vezes como em Serra Leoa as agências públicas precedem esse sistema com os correios, caixas econômicas e bancos estatais. De fato, no Brasil até hoje alguns municípios menores só possuem banco postal, lugares em que os bancos comerciais e nem sequer os públicos chegaram. A tecnologia de comunicação faz com que hoje seja mais importante ter acesso móvel a internet do que ter agência bancária física, em alguns países pulou-se a fase de capilarização da rede bancária física direto para transações via celular inclusive pagamento de comércio e serviço presencial.

Santos (op.cit., p. 107) considera que à época (década de 1970), os bancos financiavam mais o comércio devido aos prazos mais curtos, ou no caso da agricultura mais voltado para o financiamento da exportação. Bancos funcionam mais como coletores de fundos das pequenas cidades para as maiores, tendo frequentemente papel negativo regional e os estrangeiros focam mais no setor

externo (ibid., p. 108). Restaria verificar se essa lógica defendida pela interpretação de Milton Santos da época persiste. Os fluxos sob a lógica de Milton Santos iriam muitas vezes dos países pobres para os ricos e das regiões deprimidas para as em crescimento dentro do país, não o inverso, isso poderia ser verificado não apenas via balança comercial, mas pelos fluxos de serviços, serviços financeiros e investimento externo por tipo (ibid., p. 117).

Santos (op. cit., p. 109) considera que aqui a modernização tecnológica é a modificação das estruturas de consumo pelo efeito-demonstração e desencadeia modificação na balança comercial dos países por ela atingidos. Na primeira fase da industrialização dominam importações de bens de capital, importação de bens intermediários e suas matérias primas indicando falta de integração nacional (id., loc. cit.).

Continuando a crítica à exportação-importação, o autor considera que quanto mais industrial o país subdesenvolvido mais dependente da economia externa é e menos consegue uma industrialização nacional, aumentando ainda sua dívida externa (Santos, 2004 [1975], p. 112). Milton Santos foca sua defesa no mercado interno e sua integração. Para Santos (op. cit., p. 113) os capitais estrangeiros procuram seus interesses. Na primeira fase da industrialização nos países subdesenvolvidos há investimento em infraestrutura (como portos e ferrovias) para escoamento, depois consumo como automóveis, ou setores estratégicos em indústrias modernas para consumo interno (química, siderurgia ou caso tenham grande volume de produção, além de automóveis, petróleo e alimentos) (ibid., p. 113-114). Em 1968 apenas duas das dez maiores empresas no Brasil pertenciam a capitais nacionais demonstrando a alta dependência externa (ibid., p. 116).

Santos (op. cit., p. 119-121) aponta o problema da dependência tecnológica devido à concentração de pesquisa e desenvolvimento ao que interessa às grandes corporações e países desenvolvidos, preços de patentes e não compartilhamento de tecnologia.

Modernização desloca as decisões e dependências gerando não integração das atividades do circuito superior no nível da cidade (ibid., p. 122), com investimento em indústrias sem conexões umas com as outras e com articulação feita em nível mais elevado fora do país, "(...) isso significa que as verdadeiras possibilidades de crescimento endógeno do circuito superior são mínimas em toda parte", logo, "crescimento harmonioso do circuito moderno só pode ocorrer a partir

do momento em que sua política for elaborada no âmbito da cidade e do país”, mas isso é muito raro (ibid., p. 123).

Santos (op. cit., p. 123-124) expande para cientistas sociais, planejadores e “homens do Estado” a validade da constatação sobre os geógrafos: “Num espaço limitado, que não é uma unidade funcional integrada, é difícil apreender a atuação dos fatores complexos que atuam do exterior”. Para o autor as atividades modernas impostas do exterior pelas grandes corporações multinacionais deformam as regiões de mundo em direção a uma uniformização impeditiva de integração, efeito multiplicador e efetivo desenvolvimento nacional (ibid., p. 124). O grande desafio seria entender melhor essas relações que determinam essas situações locais conforme o papel relegado aos territórios renegando seu papel no desenvolvimento local, algo que a tese pretende de forma limitada contribuir.

Para Santos (op. cit., p. 133) a questão dos monopólios é essencial para a compreensão dos problemas micro e macroeconômicos, e fundamental para um trabalho sério em outros ramos das ciências sociais como sociologia, ciência regional ou geografia (como disciplina da organização do espaço), ciências políticas, teoria do desenvolvimento e planificação. Para ele, mesmo o início da industrialização nos países desenvolvidos se deu de forma mono/oligopolista (id., loc. cit.).

As economias de escala não parecem ter uma importância tão decisiva na implantação de indústrias quando os produtos têm um mercado externo assegurado e em certos ramos nem se leva em conta o mercado interno, mas para a indústria nacional ainda importa a economia de escala (Santos (2004 [1975], p. 136). Para Santos (loc. cit.), concentração de mercado é comum em vários setores e em países de diversos níveis de industrialização.

De acordo com o entendimento de Santos (op. cit., p. 138) são os dados tecnológicos e depois os organizacionais que comandam a concentração (reflexo da estrutura da organização econômica), com o monopólio sendo a manifestação da estrutura e do comportamento do mercado. Para o autor mesmo que não seja verdade nos países desenvolvidos, nos subdesenvolvidos o progresso tecnológico gera unidades de produção maiores.

Ainda tratando de monopólio, Santos (op. cit., p. 139) considera que a condição de entrada é determinante, não o nível de industrialização nem a dimensão do país. Para ele são tipos de restrição de entrada: 1) barreiras legais; 2) barreiras

dos monopolistas; e 3) barreiras independentes do Estado e dos monopolistas, como qualificação, experiência da mão de obra e necessidade de grandes investimentos. Alguns autores acham o monopólio inicial necessário para o desenvolvimento, depois surge a concorrência, mas nos países subdesenvolvidos eles seriam protegidos (ibid., p. 141).

Santos (op. cit., p. 144) citando Adam Smith indica que quando o número de produtores é pequeno eles podem estabelecer entre si a fixação de preços, sendo esse um traço monopolista. A marca é sinônimo de qualidade e justifica o preço mais alto, principalmente nos países subdesenvolvidos. Importância então da publicidade (ibid., p. 145), só com o período tecnológico e o primado da publicidade que as grandes mantiveram desvio permanente entre custo e preço para aumento dos lucros (ibid., p. 147). Bem mais investimentos de fundos de reserva do que direitos. Diversificação de investimentos é cada vez mais comum do que reinvestir naquele mesmo ramo. Tecnologia gera nova base de dominação da Metrôpole sobre seus satélites (ibid., p. 148).

Santos é crítico quanto ao papel do Estado, indicando que apoia aberta ou discretamente o circuito superior aumentando a dependência externa e a carga fiscal sobre a população sem a contrapartida na melhoria de emprego e bem-estar (ibid., p. 161). Para ele o Estado paga um preço financeiro e político ao servir a interesse das grandes empresas internacionais, sendo os Estados atuais todos modernos (ibid., p. 162). Santos identifica três modelos no papel do Estado frente à industrialização: 1) dependência desejada pelo exterior e aceita; 2) dominação desejada e planejada de dentro; 3) buscam encontrar modelo independente.

No primeiro modelo está a maioria dos países subdesenvolvidos, nos primeiros estágios de industrialização. O segundo é de difícil distinção para o primeiro, mas Santos considerava à época a Malásia, a Birmânia ou o Brasil (ibid., p. 163). Santos faz uma crítica no uso de recursos públicos para favorecer overhead capital reduzindo o custo de produção, mas não os preços, impedindo também investimentos sociais com esses recursos (ibid., p. 171). Santos considera que o Estado tem seu orçamento comprometido com infraestrutura e administração para dar suporte ao circuito superior, o que aumenta emprego público, mas serve ao lucro expatriado das grandes firmas e demanda empréstimos, empobrecendo o Estado (ibid., p. 173). Os impostos indiretos ainda penalizam os mais pobres e favorecem as grandes firmas pela regra da civilidade dos impostos (Santos, 2004 [1975], p. 174).

Santos (op. cit., p. 187) considera que "ação conjugada das estruturas monopolísticas e do Estado" gera em grande parte as situações de pobreza no terceiro mundo, já que monopólios afetam negativamente o nível de vida das populações e o Estado agrava isso por sua política econômica e fiscal, com o modelo de crescimento atual sendo responsável pela distribuição de renda cada vez mais injusta e impedindo a expansão do emprego e o desenvolvimento de um mercado interno para produtos modernos. O circuito inferior, segundo o autor, seria uma das principais consequências disso tudo.

As indústrias dinâmicas produzem para exportar ou para a classe rica mais que para as menos favorecidas (id., loc. cit.). Gera-se com isso um círculo vicioso com mais concentração de renda, mais diversificação de consumo de alta renda, mais inadequado perfil da demanda e mais sobre utilização dos fatores de produção, resultando para os mais pobres: 1) falta de acesso a bens que empresários consideram rentável produzir; e 2) declínio da produção de bens de consumo corrente, que leva à limitação do emprego e à seletividade na escolha do parceiro de modernização (ibid., p. 188).

Santos (op.cit., p. 189) ainda considera que ocorrem quedas sucessivas de renda das pessoas no setor doméstico dos países subdesenvolvidos, por não serem a elas transferida uma quantidade suficiente de capital pelo setor capitalista.

Para Santos (op. cit., p. 190), o preço do capital e do trabalho se alteram com o progresso técnico, já que o número de empregos que não exigem qualificação é alto no circuito superior, permitindo o uso de parcela de mão de obra do circuito inferior. Os lucros não baixam por falta de acordo dos produtores, apesar da redução dos custos pelas novas técnicas, e os salários só aumentam em alguns ramos onde o alto nível tecnológico exige alta qualificação, escassa, que por isso é mais bem paga (ibid., p. 190). Por mais que aumentem em quantidade de trabalho sempre vão ser minoria gerando um crescimento mais oligárquico e não igualitário e conseqüentemente mais desigualdade (ibid., p. 191).

Ao serem pensadas para uma situação de escassez de mão de obra, as técnicas mais eficazes de expansão industrial provocam aumento do subemprego e do não emprego, ainda mais grave em mercado monopolístico ou oligopolístico (ibid., p. 192). Ao não absorver essa mão de obra a organização monopolística manda trabalhadores para outros setores sem garantia de salário e empregos permanentes (id., loc. cit.). Atividades intensivas em trabalho ainda trazem na ótica

das grandes firmas perigo reivindicatório e político (id., loc. cit.).

Por sua vez a geração de empregos indiretos vai depender do nível tecnológico da indústria instalada, quanto mais descolado em relação ao meio econômico e social mais esse emprego indireto vai escapar do local indo para grandes cidades ou para o país exportador da tecnologia (ibid., p. 193), algo passível de análise por meio de dados do censo sobre local de moradia e de trabalho e típico de “cidades industriais” por um lado e “cidades dormitórios” por outro. Para Santos (2004 [1975], p. 193), então à “medida que o país se industrializa a urbanização torna-se cada vez mais terciária”.

A modernização tecnológica gera disparidades sociais recentes e a pobreza agrava-se tanto nos países subdesenvolvidos de recente progresso material quanto nos de processo mais antigo, sendo o empobrecimento ainda maior no campo (id., loc. cit.), algo passível de mensuração com indicadores desagregados rural-urbano na ótica da sustentabilidade territorial do ecodesenvolvimento de Sachs (2002). Com o desnível salarial aumentando o êxodo, transferindo a pobreza do campo para a cidade, aumentando as favelas em quantidade, superfície e população com a publicidade para o consumismo gerando disputa pelo dinheiro líquido já escasso para as atividades básicas (id., loc. cit.). Esse processo evidentemente teria que ser verificado na atualidade já que houve alteração no fluxo migratório de 1960/1970 até hoje.

Esses pobres, portanto, “não são economicamente marginais, mas explorados, não são politicamente marginais, mas oprimidos”, com essa situação criando e mantendo o circuito inferior da economia urbana dos países subdesenvolvidos (ibid., p. 196). Sem a consideração do circuito inferior a compreensão da cidade é incompleta, e, embora pobreza e tradição não sejam sinônimos, nas condições “atuais” ser prisioneiro de uma economia tradicional significa estar privado das formas de consumo que distinguem os providos dos desprovidos, “assim, pobreza e circuito inferior aparecem com relações de causa e efeito inegáveis” (id., loc. cit.).

Enfim, para Santos (op. cit., p. 197), as condições de evolução da economia moderna e o peso da população urbana com baixo nível de vida, aumentada pela migração do campo gera a existência do circuito inferior.

Esse circuito não moderno compreende a pequena produção manufatureira frequentemente artesanal e o pequeno comércio de serviços diversos, com as



pequenas unidades trabalhando com pequenas quantidades (id., loc. cit.). Com base em exemplos de diversos autores sobre realidades de países de terceiro mundo, Santos (loc. cit.) constatou a numerosa quantidade de empresas familiares e autônomos de pequeno capital, tecnologia obsoleta ou tradicional. São características também em concordância com essas fontes: deficiente organização, grande procura por dinheiro líquido, despesas de publicidade quase inexistentes, endividamento no lugar de poupança, classificação frequente como subemprego, raro controle de custos e lucros, contabilidade praticamente ausente, sistema de negócio arcaico, equipamento em geral de má qualidade (ibid., p. 198), reuso de materiais (ibid., p. 199).

Não se considera o circuito inferior como sinônimo ou espécie do terciário, sendo mais amplo e envolvendo também o secundário artesanal e pré-moderno (ibid., p. 201). Tampouco a pequena indústria com critério de porte de empregados é sinônimo de circuito inferior, já que há nos países subdesenvolvidos pequenos estabelecimentos vinculados ao circuito moderno, sendo deste modo, para o enquadramento como circuito inferior, o olhar necessariamente voltado às técnicas, condições de organização e de inserção na economia não-moderna (ibid., p. 202).

O circuito inferior é um abrigo para os trabalhadores sem capital e qualificação, com demanda gerada pela tendência das camadas médias e abastadas de consumirem serviços pessoais de baixo custo e fracionados, como “sapateiros, alfaiates, pequenos merceeiros e vendedores ambulantes, carroceiros e motoristas de táxi, pedreiros e engraxates, carregadores de água, plantonistas, meninos de recado e domésticas de todo tipo” (Santos, 2004 [1975], p. 202-203).

A divisão do trabalho também é grande no circuito inferior, a diferença é a multiplicação de tarefas que permite acolher ao máximo os que procuram fazer algo, sendo o trabalho fator essencial, enquanto no superior é o capital (ibid., p. 203). O emprego no circuito inferior é de difícil definição, pois inclui o trabalho mal remunerado, o temporário e o instável, sendo difícil distinguir emprego e subemprego de subemprego e desemprego, sem contar o trabalho irregular (id., loc.cit.). Santos (op. cit., p. 204) se preocupa com a capacidade da estatística de emprego adotada internacionalmente para conseguir mapear o emprego nos países subdesenvolvidos, principalmente em função do que se chama hoje de pluriatividade rural, rotatividade e sazonalidade, considerando inclusive o deslocamento para um emprego sazonal ou a procura por emprego frente a alta rotatividade (no sentido

atual de desemprego friccional) como emprego.

Santos (op. cit., p. 204-205) considera certa facilidade para entrada nas atividades do circuito inferior, pois demanda mais trabalho (com empregados, se necessário, fáceis de encontrar e de baixa escolaridade e remuneração) do que capital para começar um negócio. No circuito inferior é possível até que a população de baixa escolaridade tenha médias maiores de remuneração e que os imigrantes tenham menor desemprego (ibid., p. 206).

Ainda sobre o acesso ao circuito inferior, há três tipos de atividades do ponto de vista de dificuldade de acesso nas atividades do circuito inferior: as atividades que não exigem capital nem qualificação; as atividades que exigem só capital; e as atividades que exigem qualificação e capital (id., loc. cit.). No primeiro tipo estão os serviços domésticos, grande parte dos serviços “primitivos” e alguns transportes; no segundo o comércio e outras atividades terciárias; já no terceiro estão os artesãos (id., loc. cit.).

Devido à má distribuição das rendas, Santos (op. cit., p. 206) considera ser basicamente por meio dos serviços que a população participa da acumulação na cidade. Os serviços pessoais relacionam-se ao padrão de vida, com as classes médias tendo comportamento próximo ao das classes mais altas, sendo nesse tipo de serviço que vive uma grande massa de pessoas recém-chegados as cidades ou sem preparo cultural profissional e sem recursos (ibid., p. 207). A sazonalidade com o trabalho, o trabalho na própria casa, por muitas horas e a qualquer hora são características do circuito inferior (ibid., p. 217).

Santos, ainda que não de forma exaustiva, cita ocupações vinculadas ao circuito inferior, como, por exemplo, vendedores ambulantes e feirantes (distinguindo esses dois por um ser fixo e outro perambular) (ibid., p. 218-219), transportadores autônomos (ibid., p. 221). Outro caminho atual poderia ser a investigação de ocupações com MEI como autônomo ou empresa sem empregado, trabalho familiar.

Para Santos os intermediários nos países desenvolvidos se devem à especialização (setorial e geográfica) com o objetivo de produtividade e ampliação de mercado, já nos países subdesenvolvidos é a base para seu funcionamento, quanto mais pobre o indivíduo mais necessário é o intermediário (Santos, 2004 [1975], p. 225). A dependência aumenta com o tamanho da cidade, nas pequenas sendo possível evitar certo número de intermediários na alimentação (id., loc. cit.). Seria necessário verificar se a realidade atual ainda é assim com a possível redução

de atuação da Agricultura Familiar. A modernização altera o papel de distribuição de importados e compra de exportáveis para, com a urbanização, ganhar também o papel de coletor de produtos alimentares, já que muitos comerciantes não têm como se dirigir diretamente a produtores rurais, nem aos importadores e Atacadistas, sendo menor o número de intermediários quando o consumo de importados e exportados é baixo (id., loc. cit.). Já o peso do contrabando e da pirataria nesse cômputo torna-se mais difícil de analisar pela falta de dados.

Santos considera como intermediário o atacadista e o dono do caminhão, este último podendo ser apenas transportador a serviço do primeiro ou ser comerciante e até concorrente do primeiro (ibid., p. 226-227). Donos de caminhão em geral intermediam com os agricultores (conta in loco) e comerciantes do mercado, podendo assim, ter o papel de transportador ou vendedor (ibid., p. 228). Essa independência também pode ter se alterado atualmente com o maior poder e concentração dos atacadistas e redução da compra direta com pequenos agricultores.

Como elementos essenciais do circuito inferior, Santos (op. cit., p. 229) considera: 1) crédito; 2) intermediários financeiros; e 3) dinheiro líquido. O crédito é indispensável para ingresso e permanência do agente e a viabilidade do consumo; os intermediários financeiros têm a função de fornecer crédito ao comerciante e ao artesão em geral em produtos, mas também em dinheiro (o atacado é um exemplo e ainda liga com circuito superior); e o dinheiro líquido assegura funções no circuito inferior (esse dinheiro importa também para o Atacadista comprar do Produtor) (id., loc. cit.). "A expansão do consumo moderno paralelamente à monetarização aumenta a necessidade de dinheiro líquido e, por conseguinte, acelera a rapidez de sua circulação", mas existe também o aumento de endividamento (id., loc. cit.).

A economia monetizada torna-se uma regra geral nos bairros pobres da cidade. Mais cash menos cheque, sendo necessário medir a relação de dinheiro líquido em circulação com o estoque monetário (ibid., p. 230). O aumento dessa relação seria resultado de expansão da economia monetária sem uma extensão concomitante do aparelho bancário (ibid., p. 230-231), talvez algo como a monetarização substituindo o escambo. "o dinheiro líquido funciona como primeiro pagamento para obter o crédito e depois como prestação para conservá-lo" (ibid., p. 232-233).

As regras de funcionamento do sistema bancário [de então] são incompatíveis

com as do funcionamento do circuito inferior, daí o recurso aos atacadistas ou aos usuários, deste modo o que é verdadeiro para os camponeses, também é para os agentes pobres da economia urbana (ibid., p. 234).

Santos considerava que os bancos não eram grandes concorrentes dos usuários no circuito inferior, devido a escala das operações, incluindo o crédito, que pode ser uma antecipação do pagamento pelo cliente ou o fornecimento da matéria-prima por ele; pode vir do comerciante que escoar a produção (Santos, 2004 [1975], p. 234). "Falta ou insuficiência de capital para os investimentos nas atividades do circuito inferior nem sempre é sinônimo de pobreza ou de insolvência do agente", já que não se costuma reinvestir o acúmulo na própria atividade, o que reduz a liquidez (id., loc. cit.) e aumenta a necessidade de crédito (ibid., p. 235).

No circuito inferior para remediar a carência de capital de giro o comerciante pode vender o crédito em mercadorias e ser sócio capitalista habitual com prejuízo, para obter dinheiro líquido para comprar outras mercadorias de mais rápido escoamento e bom preço (o que Santos chama de comércio triangular, onde comerciantes com reserva de dinheiro líquido visitando lugares onde podem comprar barato para depois vender com boa margem de lucro) (id., loc. cit.)

A "tontina" citada por Santos (op. cit., p. 236) parece com a esquema de caixa rotativo que se faz, algo próximo ao que formalmente parece ser um consórcio onde todos colocam dinheiro e a cada sorteio um fica com a bolada (existe também as cooperativas de crédito, bancos comunitários solidários, moedas próprias). Santos se pergunta se essas formas criativas informais não poderiam ser substituídas por instituições próprias adaptadas ao circuito inferior (ibid., p. 237). Para Santos o atacadista é o elo entre os dois circuitos, que por ter uma cadeia de devedores abaixo dele possui garantia suficiente para pegar dinheiro em banco (id., loc. cit.).

Santos (op. cit., p. 238) considera que até mesmo o atacadista pode fornecer o comerciante com prejuízo para que não deixe de ser fornecedor permanente e não tenha falta de liquidez. Apesar da dificuldade de crédito pelo consumidor pobre e sem emprego permanente, Santos (op. cit., p. 239) o considera como uma necessidade imperiosa sem a qual não se consegue prover as necessidades da família, já que "o trabalho temporário ou ocasional só permite entradas esporádicas de dinheiro" não estando assim em condições de se dirigir ao comércio moderno, longe dos bairros pobres e crédito restrito a quem pode pagar. Pela relação pessoal e fracionamento o comércio do circuito inferior se adapta a esse consumidor (ibid., p.

240). Como se aumenta o número de produtos demandados sem aumento de renda, existe um orçamento para compra de bens e serviços com pagamento imediato e outro com uso de crédito pessoal via circuito inferior (ibid., p. 240-241).

Todos em diferentes graus participam de um consumo de tipo moderno em consumos correntes, cotidianos e incompreensíveis, com o crédito pessoal se aplicando a esse último tanto para os pobres quanto para a classe média, o que explica o comércio de alimentos do circuito inferior ser frequentado por consumidores de diferentes classes sociais (ibid., p. 241). Se existem pessoas que se endividam para aumentar patrimônio, a "grande massa da população das cidades dos países subdesenvolvidos endivida-se simplesmente para poder consumir" "se no circuito moderno as linhas de crédito são abertas seletivamente para estimular a produção, no circuito inferior são as necessidades de consumo que estão na origem do crédito"(id., loc. cit.). Esse crédito, segundo Santos é entre amigos, vizinhos e conhecidos, por isso que muitos pequenos comerciantes não o fornecem para funcionários que moram longe e as taxas de juros no circuito inferior são altíssimas assim como o endividamento (Santos, 2004 [1975], p. 241-243).

Talvez a bancarização (até mais que o acesso a crédito) não distinga mais os circuitos porque atualmente ao menos boa parte do circuito inferior já tem conta em banco. Isso seria um ponto de ajuste ao contexto ao menos no caso do Brasil. Desta forma a universalização da bancarização e os mecanismos de trocas digitais podem ter pulverizado mais o crédito e virtualizado o dinheiro líquido, afetando essa predominância do circuito inferior mais fechado.

Entretanto, uma coisa parece ainda ser fato: "quanto mais se desce na escada dos intermediários, mais diminuem o tamanho das operações e os prazos, e mais aumentam os riscos e as taxas de juros" (op. cit., p. 239). Não à toa, boa parte das vezes o crédito pelos atacadistas e semi-atacadistas se dá em adiantamento de mercadorias (id., loc. cit.).

As classes médias também se endividam, mas para despesas ocasionais e os pobres para despesas correntes, de modo geral despesas com alimentação no total diminuem com aumento da renda (dados da POF/IBGE indicam a manutenção dessa lógica), mas "esse endividamento, generalizado, única maneira possível de os pobres sobreviverem, e para a maior parte o meio de responder ao efeito demonstração, constitui o mecanismo de sucção da poupança popular" (ibid., p. 243-244).

Esses lucros aparentemente utilizados para manutenção do subsistema (circuito inferior) sobem por diferentes canais, inclusive o banco, para o circuito superior (ibid., p. 244). Seria de grande valia montar um esquema desse fluxo de recursos, pois a tendência é sempre haver drenagem de recursos do circuito inferior para o circuito superior, por isso talvez para o número geral que embasa a relação de rede urbana, a mensuração apenas do circuito superior não seja equivocada para ter uma referência da riqueza produzida, mas sem dúvida é falha para medir onde ela é distribuída e para onde ela vai. Daí a importância dos fluxos na contribuição do aprimoramento do entendimento da rede, percebendo as trocas e aonde vai a concentração da riqueza gerada em cada lugar, entendendo as cadeias, a matriz insumo-produto, as importações-exportações, a remessa de lucros, a origem migratória e as transações bancárias. Então se o circuito moderno é suficiente para resumir a riqueza não é suficiente para a compreensão de seus efeitos de desigualdades e interações espaciais entre as famílias, firmas, governos e territórios.

No circuito inferior o fracionamento contribui para aumento do preço final na ponta, ainda que muitas vezes seja a forma que viabiliza o acesso próximo a certos consumos (ibid., p. 244). Sobre as atividades, "se, em princípio, o lucro é o motor da atividade comercial, nos escalões inferiores do circuito inferior a maior preocupação é, antes de tudo, na sobrevivência" (ibid., p. 246). As margens de lucro são altas, "de modo geral, as margens de lucro são mais elevadas para os produtos alimentares que se deterioram de preço", e quanto menor o capital utilizado, maior a margem (com vendedores de rua com margem ainda maior), por isso é fácil imaginar como o comércio moderno pode facilmente eliminar concorrentes do circuito inferior quando instalados em áreas mais pobres (ibid., p. 247). Isso em se tratando de lucro unitário, mas o lucro total é baixo, prejudicando o consumidor pelo preço e o vendedor pela perda (Santos, 2004 [1975], p. 248).

No circuito inferior o preço é dado em função da ocasião, capacidade de estoque para não perder o produto, da pechincha, necessidade de dinheiro líquido (para compra de mais produtos para venda, para pagar dívidas, para suprir necessidades) o que pode gerar venda com prejuízo (ibid., p. 248-250).

Santos considera que o circuito inferior por suas características consegue sempre absorver cada vez mais mão de obra, seja da sobra do setor moderno, seja dos antigos habitantes, seja dos recém-chegados (ibid., p. 252-253). A importância

do circuito inferior teria relação direta com a população que dele faz parte, sendo a causa desse fenômeno a extrema divisão do trabalho, o fracionamento e descontinuidade das atividades desse circuito, aumentando as trocas e a circulação de moeda (ibid., p. 253). Além disso, o próprio terciário moderno costuma criar seu próprio círculo de serviços de nível inferior e a pulverização de empresas favorece a criação de outros ofícios (alfaiates geram armarinhos; e pequenas empresas de construção geram marceneiros, carpinteiros e ferreiros) (id., loc. cit.). Mesmo nas cidades pequenas a simples presença de funcionários e estudantes anima o pequeno comércio e o artesanato, surgem também consertadores de todo tipo (carros, bicicletas, vitrines). "o circuito moderno tende mais a criar da conjuntura do que adaptar-se a ela", "ao contrário, o circuito inferior só pode funcionar através de uma adaptação estreita das condições conjunturais" (id., loc. cit.).

Como o capital investido é pequeno local e genérico, as mercadorias à venda são de escolha sazonal e a contratação flexível conforme a demanda, com o artesão ou o comerciante mudando de atividade sem muito problema (ibid., p. 254). A rotatividade pode ser então uma variável a se explorar. No circuito inferior uma falência não é o fim, recomeça-se, o fracasso podendo vir de falta de dinheiro líquido, por esse expandir demais o crédito aos clientes; por aumentar e tornar as taxas inviáveis por atraso de pagamentos; por ser forçado a manter grande estoque; ou por ter crédito acima de suas possibilidades (id., loc. cit.).

Alta mobilidade do emprego por falta de necessidade de especialização funciona como saída de emergência de muitos habitantes, já a especialização industrial acarreta redução relativa e absoluta de emprego, assim, o circuito inferior absorve esse excesso (ibid., p. 255). Nesse sentido a mão de obra excedente não vai gerar tanta pressão de oferta para o circuito superior reduzindo salários, porque os mais especializados são escassos, mas vai manter ou reduzir o salário do circuito inferior, aumentando na verdade a desigualdade de renda. Santos (id., loc. cit.) defende que não se muda de atividade por ser emocionante, mas por ser necessário adaptar-se à demanda, sendo as preocupações de longo prazo vinculadas ao circuito superior.

Para Santos (op.cit., p. 256), a quantidade de oficina de veículos é um exemplo do que o consumo moderno gera de novas demandas do circuito inferior. Essas oficinas podem até evoluir para alimentar a indústria moderna, mas quando essas conseguem se envolver mais diretamente com circuito superior as técnicas

arcaicas as expõem sem defesa ao mercado e os problemas se agravam (então a lógica etapista evolutiva como algo almejado não necessariamente é bom) (Santos, 2004 [1975], p. 257).

Amparado em outros autores, Santos questiona a forma de se definir e calcular produtividade e o preconceito com os serviços (e o circuito inferior em sua consideração como improdutivo, mais o circuito inferior do que o serviço como todo) (ibid., p. 257-258). Para Santos o serviço (circuito inferior) não é parasitário e a economia pobre tem algo de dinâmica, por sua capilaridade social, mas não se pode confundir o individual com o social ao mesmo tempo em que o circuito inferior tem dinâmica interna e força para criar atividades (ibid., p. 259) e dar a alguns condições melhores, "sua função fundamental é perpetuar a pobreza" (ibid., p. 260). As elites da cidade e de outros lugares que absorvem boa parte da renda urbana, por isso, para Santos não se pode analisar esse subsistema como isolado, seu dinamismo é relativo ou enganador. (id., loc. cit.)

O circuito inferior é um mecanismo de integração permanente, interessa a massa de imigrantes insolventes e sem qualificação, fornecem empregos máximos para imobilização mínima de capital, responde a necessidade do consumo e a situação geral do emprego e do capital, deste modo a economia pobre das cidades do Terceiro Mundo tem extrema racionalidade definida pelo equilíbrio da miséria, característica do circuito inferior (id., loc. cit.).

A própria existência da classe média impede a ideia de circuitos fechados com seu consumo se dirigindo a um ou a outro, mas ainda que tenham articulação vertical entre os circuitos, cada um tem sua articulação horizontal interna (ibid., p. 261). Ainda que considere que a coerência interna do circuito inferior (na ótica horizontal) é sempre localmente mais completa que a do circuito superior, considera-se como uma exceção do circuito superior a industrialização complexa voltada para dentro (id., loc. cit.). A articulação vertical que pode ser contínua ou ocasional, apresenta relações de complementaridade simples ou hierárquica, uma situação de concorrência, considerando como complementar quando um é input do outro, mas podem ser diferentes hierarquicamente, onde um domina o outro (como o atacadista e o banqueiro) (id., loc. cit.). Os subsistemas estão sempre em equilíbrio instável, com sua complementaridade ocasional ou durável não excluindo a concorrência, sendo aquela um momento privilegiado de evolução dialética entre elas (id., loc. cit.).

Mesmo em uma economia pouco desenvolvida, o circuito inferior cria a maior



parte das economias externas que precisa, mas quanto mais a economia se moderniza, mais o circuito inferior apela aos inputs do circuito superior e o circuito superior menos demanda o circuito inferior numa evolução para economia mais complexa e madura (ibid., p. 262).

Santos (ibid., p. 262-263) indica algumas variáveis comuns aos dois circuitos e outras específicas a cada um deles. Essas variáveis podem auxiliar no discernimento e caracterização dos circuitos.

Como variáveis comuns são citadas: 1) estrutura do aparelho de produção e comercialização existente na cidade; 2) distribuição de renda; 3) possibilidade de crédito (indústria moderna cria crédito a jusante já o circuito inferior de consumos correntes a montante); 4) grau de abertura da população ao consumo moderno; 5) importância do emprego governamental; 6) importância das migrações regionais; 7) importância do tipo e ritmo das atividades da região; 8) importância da organização dos transportes na cidade (público ou individual, congestionam, preço para trafegar e estacionar); 9) Dado cultural (resistência ou abertura das populações pobres ou recém-chegados aos consumos modernos, tradução tradicional x tradução moderna, produtos modernos com métodos tradicionais e a diferença de qualidade e de preço) (Santos, 2004 [1975], p. 263-266).

Por sua vez, tem-se como variáveis específicas do circuito inferior: 1) chegada de novos imigrantes com ausência de qualificação (à exceção dos artesãos) e de capital mesmo com parte absorvida pelo circuito superior; 2) dispersão da população; 3) caráter sazonal das atividades econômicas regionais e urbanas. (ibid., p. 262).

Por fim como variáveis específicas do circuito superior: 1) tamanho da cidade; 2) nível funcional da cidade; 3) economias externas e externalidades da cidade. Além disso, sua instalação pode depender da decisão dos poderes públicos ou de uma grande firma. (ibid., p. 263).

Passa-se a seguir a revisar o ponto menos abordado nos estudos sobre a teoria, a abordagem do território, espaço e rede e suas consequências.

### 3.3 O Espaço Dividido

Santos (2004 [1975], p. 277) considera que “No estudo dos dois circuitos da economia urbana do terceiro mundo, uma das abordagens mais ricas é a de suas repercussões espaciais”, indicando que o Estado (como governo central) e os monopólios são o cerne da macro estruturação do espaço nesses países. A análise espacial tem que levar em conta também a organização e distribuição dos transportes, o nível de industrialização, as relações de dependência internacional e a situação geopolítica (ibid., p. 278). Entretanto, para o autor, o circuito inferior – diferentemente do circuito superior – tem alcance limitado na máquina de organização do espaço (ibid., p. 277).

Santos (op. cit., p. 279) defende que na ação dos monopólios nos países desenvolvidos há complementaridade indispensável com a especialização vertical do território com fluidez e sem fricção no espaço, enquanto nos países subdesenvolvidos existe uma especialização horizontal com seletividade de pontos devido à raridade de vantagens locais significativas com tendência de concentração com efeitos cumulativos, onde “o espaço Estado é o sistema que inclui, e do qual dependem, todos os outros”.

Ao participar das condições de modernização tecnológica, o Estado é conduzido à obrigação com o mundo exterior (mecanismos de trocas internacionais, com papel centralizador na moeda, impostos, comércio exterior e bancos) e com as novas necessidades da população nacional (id., loc. cit.). Além de o Estado servir para concentração maior dos monopólios, ele ainda perde para estes boa parte da poupança coletiva reduzindo seus recursos (ibid., p. 281). As estruturas monopolísticas são um fator de concentração, a informação e o consumo são fator de dispersão e o Estado são fator misto (concentrando ao ser suporte de infraestrutura para os monopólios e dispersando a fornecer equipamentos sociais como escolas hospitais e incentivo aos agricultores (id., loc. cit.).

A modernização e a tecnocracia funcionam como sinônimos para Santos (2004 [1975], p. 282) nas condições da época de seu estudo, onde a concentração é defendida tecnicamente sobre a justificativa da difusão geográfica e social do crescimento, quando em verdade resulta na pobreza difundida por toda a parte e na pobreza concentrada nos pontos de crescimento. Para ele, esse é um dos pontos mais graves da associação funcional do Estado com os monopólios (id., loc. cit.).

Santos considera que não existiam Metrôpoles nas cidades latino-americanas antes da Segunda Revolução Industrial (1870), mas hoje a modernização do Estado permite falar da existência delas mesmo em países muito pequenos ou mais pobres; mesmo as menores capitais tem que se equiparar de serviços de primeira ordem indispensáveis ao Estado (id., loc. cit.). Para ele, mesmo com a existência de cidades na América Latina que dominavam vasto território, antes de 1870 bens e serviços considerados necessários pela classe abastada tinham que ser importados (ibid., p. 282-283).

Santos é crítico da classificação populacional (cidade pequena, média, grande e muito grande) e funcional (industrial comercial, administrativa, religiosa, repouso, férias, universitária etc.), prefere optar pela capacidade de organização do espaço: locais, regionais, metrôpoles incompletas e metrôpoles completas, com as metrôpoles sendo as responsáveis pela macro organização do espaço, mas a incompleta precisando de contribuição externa, na maior parte dos casos da completa (ibid., p. 283-284). Nos países subdesenvolvidos a função metropolitana é exercida por esses dois níveis (ibid., p. 285).

As metrôpoles completas representam os polos econômicos dos países subdesenvolvidos já industrializados, como o Brasil, iniciando seu processo de industrialização precocemente em relação a outros países subdesenvolvidos (id., loc.cit.). Já as metrôpoles incompletas são consequências: 1) do atraso da industrialização; 2) das formas que a indústria assume quando ocorre (ela pode se completar no país como na relação Salvador-São Paulo ou no exterior como Acra-Londres, gerando no primeiro caso incompletas regionais e no segundo incompletas nacionais) (id., loc. cit.). Nos países desenvolvidos é difícil ter uma metrópole completa comandando uma rede de incompletas, já que todas as metrôpoles com papel não regional, nem nacional, são internacionais incompletas, mantendo a fluidez, integração e complementaridade (id., loc. cit.).

A hegemonia das cidades capitais se explica em parte pela importância do Estado, sendo o transporte uma manifestação de sua expressão geográfica fundamental (ibid., p. 286). Desse modo, diferente do período colonial, com cidades isoladas apenas escoando, o Estado Moderno cria a rede de integração pelo transporte, sendo a industrialização o elemento fundamental integrador (id., loc. cit.). Não basta, entretanto, a infraestrutura para ter integração econômica ou geográfica é necessário que os resultados da atividade econômica de uma região repercutam

sobre as outras (ibid., p. 287), concretizando assim o efeito da rede. Ou como sintetiza Milton Santos, trata-se de um mecanismo que, em geral, assume a forma de distribuição de produtos manufaturados, pelas regiões mais avançadas para o resto do país; e da remessa de produtos alimentares, matérias-primas, capitais e homens para elas (id., loc. cit.).

É a “industrialização orientada para as necessidades nacionais” que integra, não as privilegiadas relações diretas com exterior (escoamento) que antes era muito do que existia (Santos, 2004 [1975], p. 287). Então se poderia dizer que onde ainda é assim ainda hoje não há integração (uma forma possível de verificar isso seria a análise da exportação com fluxos internos de comércio e pessoas). Quanto mais industrializado, mais avançada é a integração da indústria no core e conseqüentemente progride a integração territorial, mas a integração é relativa só se dando de fato nos países desenvolvidos (id., loc. cit.). Distingue-se os países que já tinham rede de transporte antes da industrialização daqueles que a desenvolveram por conta da industrialização, que é a única capaz de integrar mesmo que seja em termos relativos (uma linha investigatória nesse sentido seria verificar as diferenças históricas no Brasil especialmente em relação a esse aspecto). A lógica para o escoamento criou sistemas espaciais isolados no país, com a modernização, industrialização e integração pelo transporte gerando perda de vitalidade dessas capitais históricas em proveito da nova metrópole, perda acirrada pelo crescimento de novas cidades regionais que também contribuíram para a queda na importância dessas antigas cidades, que passaram a receber serviços públicos (ibid., p. 288).

Tende-se a uma estrutura piramidal que ao menos como atesta Santos (loc. cit., p. 289) gera relação hierarquizada, não entre cidades do mesmo nível (mas talvez hoje já exista uma maior relação horizontal ainda carente de análise mais aprofundada). Isso gera o curto-circuito que Santos fala, quebrando o esquema clássico hierárquico sem pulos (id., loc. cit.). Entretanto, o autor admite que a distância em tempo e preço pesa, assim como o tipo de mercadoria (ibid., p. 290).

Ao afirmar que "no mesmo espaço defrontam-se influências de alcances e intensidades diferentes, o que tornou inútil a preocupação de delimitar o espaço totalmente dependente de uma certa cidade", Santos (id., loc. cit.) de algum modo se aproxima da ideia contida na teoria de Christaller de múltiplas influências recebidas por um mesmo centro. Diferentemente dos estudos institucionais de rede no Brasil, que resultam em estruturas hierárquicas onde cada centro liga-se apenas a um

superior, nos modelos de Christaller sempre há múltipla vinculação.

“A incapacidade de acesso aos bens e serviços é, em si mesmo, um dado suficiente para repelir o indivíduo e a firma, a uma situação periférica” (ibid., p. 291). Quanto mais periférico, mais rural, mais se mistura o transporte tradicional e moderno, mas o investimento direcionado aos principais eixos deixa fragilizada a acessibilidade a esses lugares o que gera também empobrecimento (id., loc. cit.). O produtor rural é capturado pelo intermediário (ibid., p. 292) e se produto todo escoar não resta para a população rural (ibid., p. 293). Nesse sentido o emprego público, a previdência e a Seguridade Social geram massa salarial podendo dinamizar o local.

Podem ser gerados monopólios nas cidades locais, que fixam preços fazendo consumidores e comerciantes perderem. Estar distante é ser prejudicado mais ainda nos países subdesenvolvidos, o que leva à pobreza, essa distância sendo entendida, não como medida física, mas como acessibilidade, inclusive financeira (ibid., p. 292). Enfim, nem todos os bens podem atingir todos os pontos do espaço e nem todos os indivíduos podem ir em busca dos bens desejados, nos países subdesenvolvidos as barreiras de difusão são consideradas. (ibid., p. 305).

Santos defende que o crescimento regional tem uma parte que leva ao empobrecimento mesmo que relativamente (Santos, 2004 [1975], p. 293). E para ele as desigualdades regionais são de três tipos: 1) disparidades regionais; 2) Desigualdade campo-cidade; e 3) diferenciação entre tipos urbanos (este levando a macrocefalia) (ibid., p. 294). Daí o fato de a análise regional poder apontar para redução da desigualdade enquanto se aumenta a desigualdade dentro da região, seja campo-cidade, seja entre as cidades da mesma região. E essas desigualdades (todas elas) levam a dependência que ele chama de “colonialismo interno”, que seria a concentração industrial em um ponto ou região do país (id., loc. cit.). Passa a ser importante, portanto, identificar essas relações regionais e suas cadeias verificando o efeito sobre o desenvolvimento local industrial com efeitos multiplicadores e melhores para a condição de vida da população (id., loc. cit.).

Os espaços colonizados financiam os espaços ricos ao enviar seu excedente de capitais e população, mas essa colonização interna pode favorecer a desejada difusão via multiplicação aumentando demanda interna e não importação, mas isso depende de ter uma indústria evoluída (id., loc. cit.). Ainda assim, Santos (op. cit., p. 295) considera que a colonização interna tem mais possibilidade de propagar o crescimento do que a externa.

O autor alerta que o termo 'colonização interna' pode induzir a entender o fenômeno como semelhante ao externo, mas destaca que no plano nacional a troca desigual não existe nesse sentido, já que se mantém dentro do país, ainda que ela seja sinônimo de disparidade regional, remetendo à questão da modernização seletiva geograficamente e da seletiva acumulação no interior do país (ibid., p. 296). As regiões por mais dinâmicas que sejam não tem instrumentos por elas mesmas para se relacionar umas com as outras (ibid., p. 297).

Santos cita casos de crescimento econômico sem crescimento social ou socioeconômico (desenvolvimento econômico), usando como exemplo cidades industriais voltadas para o exterior. Santos entende que as relações inter-regionais podem 1) incorporar espaços às novas ondas dinâmicas e em função de necessidade destas podendo trazer vantagem para zona incorporada (1.1 por efeito de contágio direto: vizinhança proximidade; 1.2 pela distância com condições locais para a produção de alimentos ou matérias-primas); 2) gerar empobrecimento, situação mais frequente (2.1 transformação de produtos brutos baratos e compra cara de manufaturados e de alimentos; 2.2 regiões empobrecidas que financiam a Incorporadora via transferência de renda; 2.3 quando esses dois anteriores geram migração de pessoas qualificadas para incorporadora) (ibid., p. 301). Neste último caso poderia ser verificada a migração de trabalhadores ao longo do tempo verificando também a externalidade da migração de pobres menos qualificados em busca de oportunidades.

Santos considera que não se pode analisar as migrações apenas por motivações pessoais, de renda ou de preços, mas “como uma expressão espacial dos mecanismos de modernização”. Tampouco acha acertada a simplificação como fatores de atração e de repulsa que podem até ter valor invertido (ibid., p. 302-303). Subemprego para Santos não é em si fator de migração e atinge também qualificados como os artesãos, que na cidade conseguem renda permanente e não sazonal como no campo (ibid., p. 303-304). E a migração não se dá por etapas hierárquicas, do campo já podem ir para as cidades regionais ou para as grandes cidades, podendo até mesmo ocorrer em sentido hierárquico inverso (Santos, 2004 [1975], p. 304). Nesse caso seria possível verificar por qualificação profissional e estabilidade distinguindo quando o ocupado muda de empresa, ramo ou só de cidade.

A diferenciação entre dois tipos de migrações para as grandes cidades – as

descendentes e as ascendentes – sugeridas por Santos (loc. cit.), pode auxiliar também na identificação e no entendimento do perfil de pessoas mais vinculadas do ponto de vista do trabalho e do consumo com cada um dos circuitos. Segundo o autor, a migração descendente refere-se a ida de agentes da economia e do Estado de uma grande cidade hierarquicamente mais alta para uma grande cidade hierarquicamente mais baixa, levando indivíduos com nível tecnológico mais alto para um meio tecnológica e economicamente inferior (id., loc. cit.), a exemplo de quadros da Sudene em Recife vindos do Sul do país (ibid., p. 305). Já o ascendente, refere-se a migração de cidades menores ou do campo para os grandes centros, a qual Santos (op. cit., p. 304) relaciona ao êxodo provocado pela miséria. Uma análise dos microdados dos censos demográficos cruzando renda, ocupação e hierarquia de cidade de origem e destino pode ajudar a mensurar o impacto dessas migrações nas cidades. O cruzamento da série histórica de microdados identificados conseguiria também auxiliar nessa tarefa com a desvantagem de não ter cobertura tão alta quanto o censo, mas de ter frequência mais alta.

As migrações são também respostas a desequilíbrios permanentes e os agravam econômica e espacialmente (ibid., p. 306). Há uma inércia na grande cidade de vantagens comparativas (economias externas de escala e de aglomeração) que não apenas a faz manter seu posto, como gera macrocefalia, tratando-se de um efeito cumulativo (id., loc. cit.). Isso parece se rebater na inércia que Claval (1974 [1964]) se referia quanto à posição do topo da hierarquia urbana. No caso do Brasil, por exemplo, essas mudanças em geral foram induzidas pelo Estado, tendo-se mudanças no topo da rede urbana as mudanças de capitais nacionais que com o tempo impulsionaram o crescimento e elevação das cidades com a mudança de Salvador de 1549 para o Rio de Janeiro em 1763 e Brasília 1960. São Paulo assume importância desde o fim da primeira metade do século XX não deixando o posto de primeira desde então.

Para Santos (op. cit. p. 308), as cidades primazes (Primates Cities) são o clímax da macrocefalia, mas ele discorda de Berry, para quem a recente independência nacional seja uma causa maior da macrocefalia (ibid., p. 309). E a primazia não é nem deve ser medida como o fenômeno demográfico, com o mesmo grau de primazia podendo ou não ser eficaz economicamente, não sendo esse, parasitismo, nem crescimento desequilibrado, nem obstáculo ao desenvolvimento e considera essas cidades como monopólios (id., loc. cit.).

Santos considera a macrocefalia reversível, inclusive via ação estatal, mas iniciativas eletivas e setoriais podem gerar efeito inverso (ibid., p. 310). Mudanças espontâneas, por sua vez, poderiam ocorrer por causas externas como uma modificação das bases do sistema histórico vivido, tendo que se entender a macrocefalia como uma manifestação do problema da urbanização, que é por fim um subsistema do sistema mundial e nacional (id., loc. cit.).

Santos distingue a cidade Regional (ou média) da cidade intermediária. Para ele a cidade regional tem um poder de influência sobre sua região, enquanto a intermediária é um relé da Metrópole, sendo mais comum a regional ou média virar intermediária do que essa transformação se dar a partir de uma cidade local (Santos, 2004 [1975], p. 311). A Regional talvez pudesse ser entendida então como o polo de uma região imediata ou intermediária do IBGE, enquanto a intermediária seria uma hierarquia específica da REGIC, por ter o poder na realidade exercido por uma hierarquia maior, ou talvez toda a ideia da REGIC seja de fato o relé. Pode-se comparar de certo modo essas categorias com a noção de town-ness, mais afeitas as horizontalidades de Milton Santos, e assim mais vinculadas à cidade regional, e a noção de city-ness, mais relacionada com a verticalidade e assim com a cidade intermediária.

Para Santos apesar da crítica a essa transformação de regional para intermediária, a decadência vem de fato quando ela se torna local, por incapacidade de assumir novas tarefas (id., loc. cit.). Para o autor o isolamento (de infraestrutura) de transporte reforçava o papel regional da cidade média, permitindo gerar poder na área circundante, mas a concentração industrial em poucas e principalmente na metrópole e a revolução conectiva dos transportes permite a dispersão dessa produção concentrada, então "a cidade regional se vê privada de seu antigo monopólio e seus privilégios e torna-se a cidade intermediária" (id., loc. cit.). Uma linha de pesquisa que poderia surgir dessa inquietação seria analisar a evolução histórica das cidades conforme essas categorias, se não desde 1872 (com os dados estatísticos e georreferenciados de Censo de 1872 do IBGE), ao menos desde final da década de 1960 (com o primeiro estudo de hierarquia urbana nacional). Para Santos, a consolidação ou declínio como cidade média depende da proximidade física a cidade maior, da organização nacional e local dos transportes, do tipo de produção regional e da repartição das rendas urbanas e regionais (id., loc. cit.).

Quando a distância virtual é reduzida e/ou não evolui a renda, ocorre



decadência das cidades regionais (ibid., p. 311). Supostamente isso se deveria pela eliminação da concorrência local pelo monopólio ou oligopólio das grandes cidades. Essa decadência poderia ser observada por indicadores básicos como PIB e população como desenvolvido pelo projeto Dinâmicas Urbanas do Ipea, ou avançar sobre dados de rendimentos das famílias ou renda formal. Por sua vez, a hipótese de causa devida a monopólio/oligopólio das grandes cidades poderia ser investigada via concentração de mercado (a exemplo de farmácias, shoppings, fechamento de comércio, serviço e indústria locais).

Para permitir o desenvolvimento de atividades regionais é preciso aumento de população de nível relativo de vida nas regiões suficientemente distantes, fazendo com que se torne vantajoso para a indústria se deslocar para as cidades intermediárias com menores salários (ibid., p. 312). Talvez caiba aqui justificar não olhar relações intra arranjos e perceber efeitos de pobreza, desigualdade e relações do circuito inferior com o circuito superior. Percebe-se que os enclaves aumentam população, mas não o nível relativo de vida, mas essa análise parece endógena e parte da premissa que a regional melhora a vida e a intermediária não. Além disso, há enclaves que talvez não funcionem de relé da Metrópole, mas agem verticalmente como fronteira agropecuária, petrolífera e mineral. (id., loc. cit.).

Se é bastante clara a diferenciação da regional e da intermediária, a distinção entre a relação e as causas de estabelecimento de grandes cidades e de intermediárias nos países subdesenvolvidos em comparação com os desenvolvidos não parecem tão claras, mas a ideia geral é que o monopólio nos subdesenvolvidos faz com que o movimento de descentralização industrial não ocorra, seja não aumentando tanto os salários nos grandes centros, seja porque as situações de oligopólios não são passíveis de aproveitamento nas intermediárias (Santos, 2004 [1975], p. 312-313).

A fricção espacial, por outro lado, protege as médias (ibid., p. 314). O Circuito Superior Marginal, mais importante na cidade intermediária do que na metrópole, garante sua sobrevivência frente ao sistema superior da Metrópole pela fricção espacial e por preços não muito elevados (ibid., p. 315).

Para Santos a relação primacial intermediária equivale à causalidade circular do atraso pelo crescimento (ibid., p. 313). Dinamismo urbano se reflete na região e vice-versa (id., loc. cit.). Para ele não produzindo a cidade vende mais caro, habitantes compram menos e preço aumenta mais (id., loc. cit.). Entretanto, em

ambiente oligopolizado ou monopolizado de preços internacionais e com e-commerce talvez não seja mais assim. Preço no e-commerce tende a ser menor e sem grandes diferenças de frete, em geral mais barato do que na loja local mesmo que produzido no local. A população mais abastada, por sua vez, sempre pode ir comprar nos grandes centros (id., loc. cit.).

Santos considera simplista afirmar que o mercado que cabe às cidades intermediárias é a diferença entre o Mercado Nacional potencial e os mercados locais ao alcance do circuito superior das metrópoles, já que outros fatores interferem, como o poder multiplicador do Circuito Superior Marginal na cidade e seus arredores e no próprio fato de a urbanização e a modernização aceleradas gerarem empobrecimento das massas, principalmente na periferia, que se relaciona mais com o Circuito Superior Marginal do que com Circuito Superior (ibid., p. 316).

"O comando regional é feito sobretudo por intermédio dos serviços raros da competência do governo ou originados diretamente das necessidades da massa de habitantes a ser atendida" (id., loc. cit.). A Matriz de especialidade e diversidade pode atestar isso. E cada vez que à cidade é dada a função político-administrativa essa possibilidade aumenta, daí a importância do Estado (id., loc. cit.).

As cidades intermediárias oferecem certo número de bens inacessíveis de outro jeito, bem como serviços intermediários e mesmo superior, além de se apresentar "como um relé não negligenciável para a ação do governo" (ibid., p. 317). Parece ser importante distinguir isso como algo para Cidade, e não confundir com papel regional ou de rede que possa cumprir seja como intermediária de fato seja como regional.

Ao citar um exemplo de cidade intermediária na Venezuela (Barquisimientto), Santos (op. cit., p. 318) dá pistas para caracterizar as cidades pela concentração local de empresas de cada atividade, bem como da média de trabalhadores por elas (id., loc. cit.), procedimento que em parte será adotando adiante na construção do método.

Na concepção da teoria desenvolvida por Milton Santos, a industrialização do tipo A corresponde a ideia de Prebisch de economia interna complexa, mas só abrange algumas cidades da rede (Santos, 2004 [1975], p. 328). Até a Segunda Guerra Mundial a industrialização dos países subdesenvolvidos podia ser só do tipo A, com exceção das indústrias de exportação coloniais tradicionais, mas atualmente não é mais assim, por conta das indústrias de reexportação ou simplesmente

voltadas para o mercado externo (ibid., p. 329). Não é preciso ter toda a economia voltada para fora para ter o tipo B, as formas anteriores de organização industrial encontravam suas condições no mesmo ponto, em geral Cidade Porto e capital do país, com condições próprias incluindo estrutura Ferroviária que facilita a concentração, a indústria mineral e aquelas de matéria-prima agrícola assim se estruturavam, mas hoje é diferente, com dependência local e matéria-prima importada (id., loc. cit.). Os dados de exportação por município auxiliam nessa análise. Sem a necessidade de infraestrutura regional, a infraestrutura local é instalada pelo Estado com zonas industriais com menor despesa de instalação, sob a ilusão e argumento do aumento de PIB como solução para o desenvolvimento (id., loc. cit.). Essas indústrias hoje se instalam onde mais incentivo e subsídio houver, sem se preocupar com proximidade de mercado interno, já que o seu é externo, constatando por isso que a presença dessa indústria moderna “não é um indicador da categoria da cidade na rede urbana.” (ibid., p. 330).

A rede urbana, então, possui duas redes/subsistemas superpostos (A e B), um vinculado a atividades industriais voltadas para o país e outro para exportação, definidos mais pelo funcionamento do que pela morfologia, e ainda que se sobreponham na escala nacional, algumas aglomerações só tem um tipo de industrialização, é o caso das cidades de atividades de mineração e das cidades industriais (id., loc. cit.). Portanto, há cidades com subsistemas A e B e cidades apenas com o B. A urbanização do tipo 1, envolve subsistemas A e B de industrialização, enquanto a urbanização do tipo 2 envolve apenas a industrialização B (ibid., p. 331). A urbanização do tipo 2 pode evoluir para a urbanização do tipo 1 e ambos possuem uma mesma origem: a existência desses dois subsistemas urbanos e a organização do espaço que lhes corresponde são uma consequência direta da nova divisão internacional do trabalho (id., loc. cit.).

Há superposição dos dois subsistemas e dos dois circuitos, estando o inferior em todas as cidades, com as atividades dos dois circuitos confundindo-se em toda parte do sistema urbano, tanto nas metrópoles quanto nas cidades. (id., loc. cit.).

Na urbanização quanto mais elevado o nível de integração das atividades industriais na cidade, maior sua capacidade de dominação sobre o espaço circundante e sobre o resto do país e ainda que tenha dependência do exterior, a atividade das cidades na urbanização 1 é voltada para o interior do país, pois o subsistema é voltado para dentro e nation building, já o outro subsistema

predominantemente para fora e espoliador (id., loc. cit.). Não que o lucro do subsistema 1 permaneça no país, mas a rede nation building tem certa capacidade criativa e poder de estimulação interna (id., loc. cit.).

No subsistema 1 os níveis mínimos são: metrópoles, cidades regionais e intermediárias e cidades locais (id., loc. cit.). Os termos primacial, média e pequena só servem para considerar o país isoladamente (Santos, 2004 [1975], p. 331). A metrópole representa concentração, enquanto as cidades locais representam dispersão, as cidades intermediárias, por sua vez, têm compromisso entre as duas tendências (ibid., p. 332). Em geral a Metrópole é o único lugar que pode reunir formas modernas da vida econômica, social e política, enquanto as locais são apenas respostas a novas necessidades, principalmente no consumo, sendo o liminar para satisfação de demandas gerais mínimas da população, e as intermediárias são a capacidade de produção e distribuição de demandas de consumo mais exigentes (id., loc. cit.). O aparecimento das intermediárias é função do tamanho do espaço a ser servido, da densidade econômica e organização dos transportes (este último modifica os outros dois) (id., loc. cit.).

A Metrópole acumula funções da intermediária e da local, e a intermediária da local, enquanto a local só possui funções dela mesma, onde o mercado periódico pode no máximo aumentar temporariamente sua importância, porque o circuito inferior tem apenas alcance local (ibid., p. 332). Entretanto, nem todos podem acessar ao mesmo tempo todos os bens, devido à distância social, que substitui a ideia de distância física (ibid., p. 333).

A localização das atividades modernas voltadas para o interior supõe forças de concentração como tamanho da cidade, cosmopolitismo, economias externas, externalidades e infraestrutura nacional e regional, com a concentração nas metrópoles explicada por maior acessibilidade à informação geral, especializada e a facilidade de infraestrutura de comunicação, além da proximidade do poder público que intervém como elemento determinante (id., loc. cit.). Na escala nacional a rede urbana é comandada pelo circuito moderno, algo de limitada criação nas cidades locais pelo tamanho de seu mercado e pelo monopólio de atividades regionais de comércio cujo efeito no preço reduz ainda mais os consumidores (id., loc. cit.). A concorrência da metrópole reforçada pelas vias de comunicação são outro alimentador da inserção da metrópole na intermediária e da limitação e crescimento desta última (id., loc. cit.). Análise da abertura e concentração de mercado pelos

shoppings, farmácias e filiais em geral das metrópoles auxiliaria nessa análise empírica.

Para não há a estrutura hierárquica perfeita na rede urbana dos países em desenvolvimento todos buscando algumas atividades diretamente na metrópole, não seguindo a lógica pura dos intermediários até chegar à metrópole (id., loc. cit.). Trata-se de relações verticais para as atividades modernas e horizontais para as não modernas (ibid., p. 336).

A seletividade de implantação espacial do circuito moderno leva a 1) imobilidade de certos bens e serviços, pois aquisição e uso se restringem ao local de produção; e 2) imobilidade de certos indivíduos que não conseguem ir até um desses bens e serviços estão (ibid., p. 336). Consumidores com mobilidade podem ir a outros lugares, os outros tem que se submeter aos preços locais (ibid., p. 338), "a rede urbana não tem, portanto, o mesmo significado para as diferentes camadas socioeconômicas" (ibid., p. 339).

Além disso, a economia de escala, acesso via veículo privado ou público, perfil de renda tudo interfere, e para certos tipos de consumo todos são prisioneiros da cidade independentemente da renda (Santos, 2004 [1975], p. 336).

Assim como Christaller, Milton Santos considera que o Estado (ou mesmo uma firma de exportação) pode criar certos serviços que a demanda da população não geraria sozinha (ibid., p. 337), entretanto Milton não parece considerar isso da forma pejorativa e como uma distorção como o autor alemão considera. No caso da firma de exportação isso se dá por a firma demandar um serviço que pode também ser usado pela população (id., loc. cit.). A criação de outras atividades modernas depende dos preços próximos e da possibilidade de deslocamento dos abastados para lá fazerem as compras, e, ainda que o mercado potencial tenha seu núcleo nas classes que podem ter consumo frequente, ele também se vale das compras periódicas dos menos favorecidos diferindo para cada produto, tendo que se levar em consideração economias de escala, importância e organização da produção em outros locais, dificuldade e custo de transporte, volume e frequência da demanda local e participação das classes pobres na demanda (id., loc. cit.), mas quanto mais complexa e integrada a economia urbana menores são os preços (ibid., p. 337).

Santos considera que antes do atual período tecnológico, as atividades industriais voltadas para o exterior eram só nas cidades industriais, de mineração ou portos, hoje em qualquer lugar que reúnam vantagens incentivos para elas (ibid., p.

339). Para ele as atividades de exportação não exigem tanta infraestrutura regional, nem economias externas, mas demandam muitos bens públicos e subsídios, consomem recursos com importação, controle e decisão internacional externa e tem pouca contribuição ao orçamento, além de poder ocupar o mercado interno (id., loc. cit.) e eliminar concorrência nacional (ibid., p. 340).

Consideram-se como cidades industriais, as aglomerações especializadas monofuncionais, que são cidades com função dominante, diferentes de verdadeiras cidades, sem autonomia de suas atividades fundamentais que se integram a outros centros de produção. (id., loc. cit.). Se baseiam em atividades modernas dirigidas para fora, aproveitando economias externas fixas ou vantagens fixas: matéria-prima, energia e mão de obra baratas.

Nos países subdesenvolvidos, diferente dos desenvolvidos, a especialização não é complementar, nem estimula outras atividades, sem aumentar produtividade do conjunto, é o resultado de uma necessidade manifestada de uma região motriz dentro ou fora do país, e nesse sentido especialização é sinônimo de produção muito superior ao consumo local, com a vida girando em torno dessa atividade, as outras se esforçando para a essa se adaptar (id., loc. cit.). Possui rara relação de efeito em cadeia com outras atividades, tanto pior quanto mais sazonal forem as atividades (ibid., p. 341).

Cidade com função dominante funciona como um enclave, sem relação e efeito de desenvolvimento com a região, contribuem para o crescimento das quantidades globais da economia, mas seu papel na transformação das estruturas é tanto mais negativo quanto mais brutal e rápida for a modernização do país e mais recente a industrialização (Santos, 2004 [1975], p. 341-342). Tem pouco efeito na região, mas influem a seu favor na organização do espaço nacional pela infraestrutura de transporte, voltando país para fora (Santos, 2004 [1975], p. 343). Como as atividades modernas nas cidades com função dominante não tem relação com outras atividades urbanas tende-se a gerar amplo circuito inferior com importância variando com o tamanho da cidade e com intensidade do processo migratório (id., loc. cit.). Nesses casos só o circuito inferior mantém relações com as atividades regionais (id., loc. cit.).

Ainda que as indústrias voltadas para fora (passíveis de classificação cruzando produção, importação, exportação e fluxo de carga, por exemplo) se beneficiem de programas de desenvolvimento regional para regiões deprimidas, elas

não conseguem promover esse desenvolvimento, tendo poucos efeitos em cadeia e manutenção da dependência local a zonas centrais do país, gerando poucos empregos e absorvendo muitos recursos (ibid., p. 343). É um modelo voltado para fora com agravamento da necessidade de exportação e importação reduzindo a capacidade de decisão do Estado (ibid., p. 344).

A possibilidade de localização da indústria moderna (não voltada para fora) aumenta quanto maior a hierarquia urbana (ibid., p. 328) e o comércio moderno também. Este último por conta da atração a profissionais com maior capacidade de compra (ibid., p. 345) e a proximidade da indústria, baixa o preço e atrai compras também ocasionais. A Importação, mais do que exportação, aumenta, já que a importação segue mais a hierarquia, enquanto a exportação é mais subvencionada pelo Estado (ibid., p. 347) e nesse contexto, a indústria nacional voltada para dentro demanda mais serviços principalmente indústrias marginais (ibid., p. 346).

A indústria voltada para o exterior pode se instalar na cidade sem muitos laços com atividades pré-existentes, só nas grandes metrópoles encontra os inputs que precisa (ibid., p. 348). Santos não considera, portanto, as atividades terciárias mais descomprometidos do espaço que as industriais, pois muitos serviços dependem de um meio particular com certo nível de atividade geral, já a indústria no terceiro mundo pode internalizar economias externas ou usar inputs importados, resultado disso que quanto mais industrializado é o país mais as atividades econômicas da metrópole podem atingir autonomia (id., loc. cit.).

O comércio do circuito inferior, não moderno, aumenta na razão inversa do nível funcional da cidade e em função da distância (em tempo e dinheiro) da cidade mais industrial, sendo que, para Santos, nos níveis inferiores da rede a dificuldade para produção moderna e sua comercialização limita os compradores periódicos ou ocasionais e leva parte dos consumidores do setor moderno a ir a cidades maiores para comprar bens mais baratos, mas também existentes ou de mais qualidade e com isso a dimensão mínima para instalação do comércio moderno não é atingida (ibid., p. 349). Uma boa parte não consegue fazer esse deslocamento sendo "prisioneiros do mercado local" tendo que recorrer necessariamente ao sistema de distribuição do circuito inferior, por isso quanto menor o nível da cidade mais importante o comércio não moderno e menos importante o moderno (id., loc. cit.). A pequena cidade com indústria de exportação pode distorcer um pouco esse esquema e incentivar comércio moderno, mas há limite de dimensão desse efeito

direto de cadeia sobre as outras atividades urbanas, principalmente se exclusivas para uso dos empregados dessa indústria (Santos, 2004 [1975], p. 349-350).

No circuito inferior atividades são criadas antes de tudo para população e atividades que regularmente não tem acesso ao circuito superior, funcionando como economias externas para atividades do circuito inferior, com base no equilíbrio oferta e procura no interior da cidade e fornecidas a varejo nas pequenas cidades (ibid., p. 350). O circuito inferior substitui o serviço moderno às vezes existentes, mas nas grandes cidades o circuito inferior existe para responder a demanda de uma numerosa população pobre e sua especialização e diversidade aumenta pela colaboração com parte do grande número de serviços modernos e a depender da dimensão da cidade distingue-se o circuito inferior central e o residencial, diferentes na localização e no comportamento e funcionamento (id., loc. cit.).

O circuito inferior central se liga à população central e a relações privilegiadas de atividades centrais incluindo modernas, com clientela podendo ser a mesma da moderna, já o residencial é totalmente ligado à população (id., loc. cit.). O circuito inferior Central e o Residencial tem contato pelos mascates e atacadistas (estes últimos geralmente centrais) (ibid., p. 351). O circuito inferior Central se aproveita da vantagem do centro descer no terminal de cargas e lugar de encontro das camadas sociais para assumir formas complexas (ibid., p. 350).

A importância do circuito inferior no interior da economia urbana depende, portanto, da hierarquia, aumentando inversamente a importância do centro, mas seu volume absoluto aumenta diretamente (ibid., p. 351). Remetendo ao empobrecimento da metrópole acentuado então pelo grande êxodo rural para os grandes centros, Santos concorda então que o circuito inferior é auto inflacionário, com a população por seu papel criador de atividades ser um fator de expansão do circuito inferior, já que no crescimento tecnológico o número de empregos criados é inferior à demanda (id., loc. cit.). Nas grandes cidades, a importância do circuito inferior se explica também pela dificuldade de mobilidade e acesso as atividades modernas mais estritamente localizadas (id., loc. cit.).

O perfil da demanda das populações pobres (ibid., p. 352) é deformado pela vantagem do preço da produção moderna no local, combinado com o efeito demonstração (ibid., p. 351). Com pouco dinheiro e liquidez, o crédito pessoal e a compra no circuito inferior são essenciais, logo a importância do circuito superior responsável pelo crescimento do circuito inferior, com a “fricção” das atividades



sendo responsável pelo efeito multiplicador das pequenas atividades que se prestam serviços mutuamente (ibid., p. 352).

Santos faz uma crítica comparada aos conceitos de espaço econômico efetivo e o espaço polarizado (id., loc. cit.). Para Santos, eles impediriam de ver espaços coesos, mas que sejam fortes nas ações internacionais, e em paralelo poderiam considerar espaços não tão dinâmicos, isolados e baseados no circuito inferior como cidades pequenas distantes da metrópole, por esse motivo seria necessário distinguir esses dois “urban fields” (ibid., p. 352-353):

Cada cidade tem, portanto, duas zonas de influência de dimensões diferentes, e cada zona varia em função do tipo de aglomeração, do mesmo modo que o comportamento de cada um dos circuitos. A teoria dos lugares centrais, tal como é proposta atualmente, não se aplica aos países subdesenvolvidos (Santos, 2004 [1975], p. 353).

De fato, Christaller não distingue duas áreas de influência, com base nos circuitos, mas já apontava que a renda interfere nas áreas definidas em sua teoria. Apesar de Milton Santos não lembrar explicitamente que Christaller usava a renda para relativizar o limiar e o alcance na teoria dos lugares centrais, Milton (Santos, 2004 [1975], p. 339) parece não se satisfazer com esse ajuste, já que questiona se seria possível identificar um limiar único para os dois circuitos, comentando ainda em Santos (op. cit., p. 353) que a classe média faz a comunicação entre os dois subsistemas e que os dois circuitos têm interações.

Diferenciando a dinâmica dos circuitos por sua hierarquia urbana, Santos indica que a relação volume e complexidade do circuito inferior sobre o volume da população diminui do centro para a periferia e da metrópole para a cidade local; já sua área de influência tende a aumentar, nesse sentido nas grandes cidades o alcance do circuito inferior confunde-se com os limites da aglomeração (id., loc. cit.), enquanto as cidades locais exercem o essencial de sua influência territorial pelo circuito inferior (ibid., p. 354). Por sua vez, o circuito superior aumenta seu alcance conforme se sobe no “Escalão Urbano” (id., loc. cit.).

O mercado urbano da Metrópole já alcançou o limiar produtivo, mas o alcance pode chegar aos limites do país, com a diferença entre limiar e alcance sendo o máximo possível, se reduzindo da Metrópole para a cidade local (id., loc. cit.). Nas cidades menores, o limiar precisa de uma área mais ampla, por isso cidades locais dificilmente tem atividades modernas, pois a escala mínima para ter essas atividades

com frequência ultrapassa o alcance da cidade (id., loc. cit.). O limiar nesses casos é só hipotético, pois nunca é atingido, sendo o alcance também hipotético (ibid., p. 355). Já no circuito inferior, diferentemente do circuito superior, é nas pequenas cidades que a diferença entre limiar e alcance é máximo, pois a difusão de bens modernos nas zonas de difícil acesso cabe ao circuito inferior devido à sua adaptação mais flexível (id., loc. cit.). Caberia verificar, porém, o impacto do atual e-commerce nessa dinâmica. Para Santos a expansão do raio de influência do circuito inferior nas cidades locais depende em grande parte dos mercados temporários, com essa dependência ocorrendo tanto na cidade quanto nas vizinhas, onde na cidade haveria circuito inferior permanente que corresponderia às operações diárias e às dimensões urbanas e um circuito inferior periodicamente aumentado representando as dimensões sobrepostas da cidade e suas zonas de influência (urban fields) (ibid., p. 356).

Nas metrópoles apesar do volume desproporcional do circuito inferior devido à grande população pobre é o circuito superior que possui relação exclusiva com outras cidades da rede, com o circuito inferior confinado à cidade. Nas grandes cidades o custo de operação do circuito inferior é mais elevado, devido a diversos fatores: existem mais assalariados, os salários são mais altos, existem mais bens e serviços do consumo de subsistência, há um aumento do custo do consumo de subsistência (pois no circuito inferior trabalha-se para viver), a exportação é mais difícil do circuito inferior (incluindo o custo de transporte), é exigida baixa economia de escala pelo circuito inferior (podendo o circuito inferior ser recriado em pequenas aglomerações perto da cidade) (id., loc. cit.). Já nas cidades regionais a influência do circuito inferior confunde-se com a área de influência local (Santos, 2004 [1975], p. 356).

Por todas essas constatações, Santos se pergunta se as noções de Christaller seriam aplicáveis aos países subdesenvolvidos, persistindo no questionamento:

De nossa parte, perguntamo-nos se é possível identificar um único limiar, quando se admite que a economia da cidade é formada por dois subsistemas estreitamente associados a dois setores da população. Isso parece tanto mais difícil, pois que, de um lado, os dois subsistemas se comunicam por intermédio das classes médias, ou seja, da parte da população capaz de consumir frequentemente

ou ocasionalmente nos dois e, de outro lado, os dois circuitos econômicos têm interações. (ibid., p. 359).

Concluindo que ao menos é preciso expor a teoria de forma diferente (ibid., p. 358) e que "pelo menos as noções de limiar [seuil, threshold] e de alcance [portée, range] devem ser revista, por causa da existência do circuito inferior" (ibid., p. 359)

O circuito superior tende a unificar o mercado enquanto o inferior disputa uma parte na organização do espaço e se coloca em concorrência com o superior (id., loc. cit.). A solidariedade dos dois circuitos é funcional, já os antagonismos estruturais, tendendo a dominar e podendo quebrar as solidariedades, sendo local a dialética dos circuitos, já que o circuito inferior tem apenas alcance local (ibid., p. 360). Para Santos, a presença do circuito superior se expressa por fluxos de toda natureza e direção com trocas assimétricas conforme a hierarquia, considerando que o circuito inferior é mais adequado à teoria dos lugares centrais – “a cidade e sua bacia urbana” –, e estaria em “estado de interação simétrica com as atividades tradicionais da zona de influência urbana” (id., loc. cit.). Circuito inferior tem área de influência contínua, circuito superior não, com mercado unificado para o superior, e fracionado (justaposto sem interação) para o inferior (id., loc. cit.).

Considera-se, assim como Santos aponta, que a teoria dos lugares centrais de Christaller se adequa mais às suas noções de Milton Santos de circuito inferior e horizontalidade, e ao que Taylor denominou como town-ness. De fato, na versão original alemã, Christaller se refere ao termo stadt para cidade, que seria um termo genérico para cidade ou a concretização do fenômeno urbano, sem especificar tratar-se de centros urbanos maiores e mais relevantes não adotando o termo ‘grossstadt’, por exemplo. Já na tradução de Baskin de 1966 para o inglês optou-se por town, que possui um significado mais específico referindo-se a cidades de menor porte do que city, sendo sintomático seu uso para analisar a situação em específico do sul da Alemanha no início do século XX.

De fato, Christaller media mais uma relação cidade-campo, ou mais precisamente hinterlândia de serviços mais úteis para uso cotidiano, o que se aproxima mais das relações que configurariam mais o que o IBGE chama de arranjos populacionais. Entretanto, não tem limite de população, não sendo correto limitar a teoria a porte. Essas relações também não se limitam em escala, já que os diversos níveis (as “letras” de Christaller) ampliam em tese sem limite de

abrangência. A sua restrição é mais temática, excluindo a produção e focando apenas no serviço e no comércio e mesmo esse mais relacionado ao serviço às famílias. A teoria dos lugares centrais, contudo, é testada e aplicada em muitos estudos a relações industriais também. Ablas (1982 [1978]) a usou desse modo também tentando ajustar os resultados obtidos e o próprio Milton Santos na teoria dos dois circuitos ao partir de uma construção industrialização-urbanização-rede na proposição de ajuste par o limiar e alcance de Christaller em função dos circuitos termina por utilizar a teoria de Christaller com base também na indústria. Ambos (Santos e Christaller) e Geiger, entretanto, criticam o entendimento de cidade quando são apenas “distritos industriais” na prática, mas no caso de Milton Santos ele enquadra dentro de suas categorias de urbanização tipo 2, rede do tipo 2 e industrialização do tipo B, demonstrando quando tem perfil meramente exportador e espoliador. O foco na indústria permite uma análise de rede e cadeia produtiva, que o método de Christaller não trata. De algum modo Santos termina por abordar tema de Alfred Weber, portanto.

Há que se distinguir no caso do geometrismo de Christaller a adequação de sua teoria para explicar a distribuição da localização das cidades (ou assentamentos humanos para usar um termo mais genérico sem conotação nem denotação hierárquica) e seu uso como padrão explícito de planejamento e implantação, como foi o caso de Emmeloord, centro administrativo da municipalidade de Noordoostpolder na província de Flevoland na Holanda, como resgatado por Holt-Jensen (2003 [1999], p. 79). E também o uso planejado para o Generalpan Ost da Alemanha Nazista na ocupação na Polônia (Monastério e Cavalcante, 2011, p. 56). Entretanto, em ambos os casos do uso da teoria dos lugares centrais (seja seu uso para interpretação da lógica de distribuição das cidades, seja como critério para planejar sua distribuição), caberia a crítica de Milton Santos quanto a sua adequação (ou sucesso) frente a realidade dos países então chamados de terceiro mundo ou subdesenvolvidos.

De fato, Santos não acredita que as possibilidades de consumo são distribuídas igualmente como nos países desenvolvidos, elas são concentradas em alguns pontos e tampouco o preço é uniformemente deformado desde o centro, sendo o cone de demanda de Lösch (1954 [1940]) não reproduzido de forma exata (Santos, 2004 [1975], p. 360). A zona de influência do circuito superior é descontínua, não se faz completamente em todo o território dos subdesenvolvidos e

o circuito inferior cria concorrências no comando do espaço pela cidade (id., loc. cit.).

Um circuito moderno forte não se acompanha automático da sua presença nos campos circundantes, muitas vezes não sendo esse circuito capaz de prolongar diretamente sua influência sobre a região, já que: 1) atividades monopolística fixam preços elevados de produção, 2) economias externas são internalizadas impedindo crescimento econômico local; 3) há política salarial sem repercussão sobre o mercado de trabalho, nesse caso o circuito superior não tem efeito em cadeia sobre o campo, podendo até empobrecê-lo (ibid., p. 361). Observa-se apenas para grandes volumes o circuito inferior manter relações constantes com o campo, e a facilidade do transporte favorecer o circuito superior, com o circuito inferior complementando (Santos, 2004 [1975], p. 361).

A degradação da rede rodoviária na periferia abre possibilidade também ao circuito inferior, por outro lado mercados periódicos (modalidade tradicional) e os caminhões (modalidade moderna) introduzem nos campos atrasados e distantes produtos oferecidos pelas indústrias modernas nacionais ou estrangeiras (ibid., p. 362). Atividades sazonais abrem mais espaço para o circuito inferior, aumentando em contraposição o limiar para atividades modernas poderem se instalar (id., loc. cit.). Para Santos, a criação ou manutenção da maior parte das atividades de fabricação ou comércio vem do nível mais baixo, atingido pela massa salarial, não do mais alto (ibid., p. 363).

A expansão de um circuito se faz pela contração do outro devido à dialética entre eles (id., loc. cit.). A difusão das atividades e bens modernos e a permanência das atividades modernas estão ligadas à organização do espaço pelos transportes e à distância geográfica das rendas, com a competição entre os circuitos e organização do espaço tendo relação de causa e efeito recíproca (id., loc. cit.). Para Santos, a planificação da economia e do espaço é ainda mais comprometida com o fato de o circuito superior de certas aglomerações ser constituído de firmas voltadas para o exterior, sendo enclaves, decidindo de fora, tanto pior quanto menos depender das empresas do país (id., loc. cit.). Por isso sua descrença nos polos de crescimento para os países de terceiro mundo, já que o circuito superior pode criar crescimento nesses países, mas não desenvolvimento (ibid., p. 364).

Santos critica também a rank size rule (Zipf, 1949) em sua regularidade da relação entre tamanho e importância da cidade de um país ou região (id., loc. cit.). Para ele, é mais importante distinguir as atividades nation/region building daquelas

voltadas para fora, do que as atividades “de base” (city forming) daquelas voltadas à população (city serving) (ibid., p. 365), pois as atividades de exportação podem precisar de atividades locais (ibid., p. 364), bem como as atividades que se destinam à população buscar inputs no exterior (ibid., p. 365). Como o circuito superior não atinge todo o território de forma uniforme é ao circuito inferior que cabe prolongar ou substituir o circuito superior nas periferias (geográficas e socioeconômicas) (id., loc. cit.). Isso e o circuito inferior tem que ser levado em conta na “planificação econômica e/ou espacial” para não continuar fracassando (ibid., p. 366).

Santos demonstra como a crença no etapismo evolutivo dos países não desenvolvidos poderia ser explicada com base na sua teoria dos dois circuitos:

(...) a existência de um circuito inferior da economia urbana, que se renova continuamente, ao lado de um circuito superior também em crescimento, frequentemente é considerada como uma etapa para uma situação em que as desigualdades seriam apagadas e o produto nacional mais equitativamente distribuído (ibid., p. 367).

Entretanto, como o próprio Santos contesta: “Infelizmente, análise de situações as mais variadas no terceiro mundo não autoriza tal otimismo” (ibid., p. 368).

Além da crítica a uma possível interpretação otimista da relação do circuito inferior com o superior no alcance do desenvolvimento, Santos também apresenta a importância do circuito inferior enquanto “a estrutura que acolhe as pessoas expulsas do campo; (...), com papel social e econômico inegável” sem deixar a ilusão de que ele deva permanecer como é: (...) porque seu papel muito antes de ser o provedor de ocupações e de fornecedor dos meios de sobrevivência, é o de perpetuador da pobreza servindo de coletor da poupança popular, canalizada em seguida para o circuito superior ou intermediários de todos os tipos (Santos, 2004 [1975], p. 368).

Essa drenagem da poupança popular ocorrendo via atacadistas que se dirigem aos bancos e comércio da classe média junto aos pobres, em geral por consumo conspícuo (id., loc. cit.), por exemplo.

A melhoria dos transportes e da comunicação só aumentam o saque e a imposição de modelo de consumo (Santos, 2004 [1975], p. 369). “De qualquer modo, os transportes são bons, frequentes e acessíveis entre as principais cidades da rede”, nelas os industriais instalam seus serviços comerciais ou eliminam a

vocação usuária dos intermediários, assim "a difusão espacial do circuito superior também significa a difusão do empobrecimento" e enfim "essa organização do espaço leva pois a perpetuação tanto do circuito superior marginal como, e principalmente, do circuito inferior" (id., loc. cit.).

Santos considera essencial para dar resposta verdadeiramente operacional encontrar uma hierarquia de causas e não o tratamento de sintomas ou efeitos diretos ou secundários, buscando as formas de relação entre os dois circuitos capazes de abrir a comunicação entre eles e "melhorar a situação dos indivíduos atualmente envolvidos no circuito inferior", aumentando sua produtividade (ibid., p. 370) e provocando uma organização do espaço capaz de favorecer a redistribuição dos recursos nacionais e uma produção com fins sociais (e não econômicos), que autorize uma distribuição mais equitativa dos recursos e dos homens no espaço (id., loc. cit.).

O círculo vicioso da pobreza para o autor é resultado da superposição dos mecanismos de espoliação: econômico (confisco da poupança coletiva por algumas firmas) e geográfico (acumulação de excedentes forçada pelas disparidades regionais da necessidade e rigidez do processo de produção) (ibid., p. 371). Isso mantém a pobreza e explica a resistência do circuito inferior resultando na constatação: "Pobreza e o circuito inferior são sinônimos" (id., loc. cit.). Em termos políticos e econômicos o problema a enfrentar é a pobreza, de dimensão econômica e espacial, não só contábil e social (id., loc. cit.).

Os países subdesenvolvidos industrializam-se sem a necessidade de capitais domésticos, e nem a distribuição de terras, nem a industrialização contribuem por si só para o fim da pobreza no campo e na cidade (ibid., p. 372). Tentar aumentar o emprego industrial com capital estrangeiro e indústrias de reexportação não é um remédio, é medida parcial, que mantém a esperança sem solução durável e real, sendo o problema mais político do que tecnológico (id., loc. cit.). Para uma solução, Santos assevera, trata-se antes de tudo, de tirar da produção o papel verdadeiramente autônomo que lhe é dado atualmente, e de colocá-la, literalmente a serviço da sociedade (id., loc. cit.).

É preciso substituir nosso sistema social por um de menos iniquidade com introdução de relações de justiça social, trocando produtividade econômica por produtividade social com a tecnologia assumindo um papel subordinado, já que só alguns segmentos da sociedade nacional dividem uma parte dos lucros, com a maior

parte indo para o exterior enquanto a pobreza aumenta (Santos, 2004 [1975], p. 372). Esse novo sistema precisaria de uma série de diretrizes apontadas por Santos (op. cit., p. 373):

- Crescimento a serviço de todos;
- Equidade acima do lucro;
- Consumo comandado por bem-estar coletivo, não por necessidade do aparelho produtivo;
- Tratamento global da economia com implicações políticas precisas;
- Estado tirando partido da economia moderna para servir toda a população, não proteger ela em detrimento do setor não moderno;
- Subordinação da expansão dos setores econômicos dinâmicos à expansão dos setores populares;
- Indústrias mais baseadas no trabalho do que no capital e menos dependentes do estrangeiro;
- Absorção da mão de obra excedente e aumento da produtividade do circuito inferior e do campo, diminuindo a discrepância entre os dois circuitos e o domínio do circuito superior sobre o inferior;
- Circuito superior menos produtivo e o circuito inferior ainda mais;
- Menos dependência do exterior e mais técnicas locais; e
- Redução de monopólios permitindo atividades industriais nas cidades médias, hoje impossíveis;

Esse redirecionamento teria uma série de consequências de acordo com Santos (op. cit., p. 374):

- Absorção de excedentes rurais por outras cidades, reduzindo a macrocefalia demográfica e econômica;
- Migração multipolarizada;
- Taxa de urbanização mais bem distribuída sem sua diminuição;
- Tendência de redução de importância das indústrias de exportação com esforço industrial mais orientado para necessidades endógenas;



- Estado mais Estado devido a menor necessidade do sobrelucro dos monopólios;
- Critérios nacionais para destinação de infraestrutura com preços não mais monopolizados;
- Sem grandes macrocefalias nem disparidades regionais com efeitos circulares negativos;
- Periferias menos pobres e ação sobre o campo atingindo mais cidades;
- Melhor difusão de atividades e serviços em função da renda;
- Transformação de cidades intermediárias em regionais;
- Criação de polos verdadeiros de crescimento para difusão de consumo, bens e serviços essenciais mais baratos;
- Adaptação do consumo à condição nacional e regional sem sua subordinação à produção;
- Modernização regionalizada, não internacional; e
- Absorção sem choque do circuito inferior em função de sua única possibilidade de ocorrência: sua definição com base em condições locais.

Diversos desses pontos, tanto de diretrizes quanto de consequências poderiam se valer desde já de investigação empírica para observar se ao menos pontualmente alguns padrões de desenvolvimento já apontam nesse sentido. A migração multipolarizada, por exemplo, poderia ser analisada verificando se estados, regiões ou subsistemas menos polarizados são mais bem distribuídos de fato, ou observando se supostas taxas de urbanização mais bem distribuídas se rebatem em fenômenos efetivos de mudança do sistema social ou se devem a artificiais alterações de expansão de limites urbanos.

De qualquer modo, para Santos, o circuito inferior terá papel fundamental a desempenhar nessa mudança, tendo que evitar, contudo, que sua forma de transição seja uma solução permanente (Santos, 2004 [1975], p. 375). Ele crê, ainda assim, que cedo ou tarde a situação atual conduzirá a um impasse que o Estado terá que enfrentar (id., loc. cit.).

### **3.4 Teoria adormecida, retomada interrompida e herdeiros**

A teoria de Milton Santos mesmo sem se referir diretamente a Weber (1929

[1909]) parece de algum modo conseguir fazer uma ponte entre sua teoria e a de Christaller. A não citação de Weber parece ser sintomática sobre os teóricos locacionais, pois mesmo Christaller (a quem dedica ajuste a boa parte da proposta da teoria dos lugares centrais sobre seu limiar e alcance na discussão da relação dos dois circuitos da economia com os dois subsistemas urbanos) é pouco citado. Weber apesar de todo o discurso introdutório sobre os deslocamentos populacionais e de tratar da produção, distribuição e consumo, se volta para a produção industrial e sua localização, já Christaller foca no serviço e no que poderia ser visto hoje como uma visão no sentido mais restrito de rede (inter)urbana. Santos por sua vez, apesar de também criticar as falsas cidades industriais, assim como também o fez Christaller, vai mais além por abordá-las como uma subrede à parte, com consequências negativas sobre o desenvolvimento, além disso, sua construção teórica se apoia na industrialização distinguindo a *nation building* da espoliadora. De algum modo a sobreposição de redes foi tratada por Miossec e por Lobato Corrêa, mas a atenção às consequências de diferentes industrializações ao menos do ponto de vista teórico foi trazida por Milton Santos.

Além de Maria Laura, a Geografia da Universidade Estadual de São Paulo de Presidente Prudente (UNESP/PP) no Brasil pode ser considerada como uma das herdeiras dos estudos de rede em geral, especificamente por sua linha nos estudos de cidades médias e também por abordar e discutir a teoria dos dois circuitos, ressaltando a dissertação de mestrado de Sposito (1982). Em resumo a dissertação teve dificuldades pela precariedade de informações, sendo menos dificultosas para o circuito superior, mas conseguiu apontar uma maior tendência de mobilidade via emigração para as pessoas envolvidas com atividades do circuito superior (Sposito, 1999, p. 49). “(...) a teoria foi mais esquecida que debatida, foi mais abandonada que superada, dada a ausência de uma ampla discussão sobre ela” (Sposito, 1999, p. 50). “(...) na cidade dos anos sessenta e setenta, em comparação com a cidade do presente, os dois circuitos comparecem de maneira diferenciada: no passado eram mais nítidos; atualmente vemos dificuldades em sua identificação de maneira clara” (Sposito, 1999, p. 50-51). “Como na obra *O espaço dividido* existem afirmações ainda atualizadas, é necessário ainda uma continuação desse debate para que a teoria seja esgotada ou superada” (Sposito, 1999, p. 51).

Sposito (1999, p. 49) constata que até o final da década de 1990, à exceção de sua dissertação de mestrado de 1982 não teve:

(...) conhecimento de nenhum outro estudo que procurasse debater/aplicar a teoria dos dois circuitos da economia urbana, embora isso possa ter acontecido em algum momento. Mesmo assim, a impressão que fica é que a teoria, produzida a partir de uma realidade, não fora a ela aplicada pelos geógrafos do terceiro mundo (no Brasil, pelo menos), procurando elaborar contribuições para a sua discussão (Sposito, 1999, p. 49).

Evidentemente essa constatação tem que ser vista considerando se tratar de 1999, dois anos antes de Milton Santos falecer e mais de 20 anos atrás. De lá para cá além da citada produção estimulada pela Maria Laura Silveira, alguns autores mapearam outros estudos sobre o tema.

Talvez ironicamente a teoria de Milton Santos sofra do mesmo mal que ele constatou para a teoria dos Polos de Crescimento de Perroux: por ser geral e inacabada dificulta-se e se distorce sua aplicação.

A suposta importância da teoria como asseverada por Sposito (2004 [2003], p. 171) não parecem ter rebatimento proporcional nos estudos acadêmicos, muitas vezes se limitando a aplicações pontuais em ocupação e espaço, ou comparações com categorias econômicas existentes, com foco específico na discussão e discernimento dos circuitos, sem avançar no uso na análise interpretativa e representação espacial da rede urbana.

Ressente-se de certa forma com a limitada exploração da teoria por seu próprio criador. Aparentemente ele elaborou, desenvolveu, discutiu e publicou de forma mais perceptível a teoria dos dois circuitos nas décadas de 1960 e 1970, talvez como uma consequência sobre se debruçar e se dedicar mais ao tema da rede urbana desde a década de 1950 até especialmente o fim da década de 1970. Sua proposta teórica crítica de rede urbana frente ao paradigma de Christaller, por exemplo, talvez possa ser resumido pela própria teoria dos dois circuitos em seu aspecto espacial (rede e subsistemas). Nos anos seguintes o autor deu mais continuidade e foco ao desenvolvimento mais abrangente de uma leitura filosófica totalizante da geografia tratando de categorias essenciais sintetizadas especialmente no livro *A Natureza do Espaço*.

De fato, encontram-se poucas e muito pontuais menções à teoria dos dois circuitos em sua obra depois da década de 1970. Antes disso, ao menos desde Santos (1967) em *“Croissance démographique et consommation alimentaire dans les pays sous-développés”* até Santos (2009 [1978]) em *“Pobreza Urbana”* o tema

foi bastante citado, mas ainda assim sem aprimoramentos significativos nem novas aplicações empíricas que trouxessem reformulações teóricas. Grimm (2012 [2011], p. 120) ainda citaria o relatório para a Organização Internacional do Trabalho (OIT) como trabalho de Milton Santos na década de 1980 baseado na teoria e mesmo Santos (1994) por fazer uma breve citação dos dois circuitos, mas de fato seu debate efetivo da teoria dos dois circuitos nas publicações científicas se encerra ao fim dos anos 1970.

Grimm (2012 [2011], p. 132) constata também que nos últimos anos de vida de Milton Santos – a partir de 1995 – o autor já não publicava mais sobre temas urbanos em geral, mas resgata que em 2001 (ano da morte do autor), ele iniciaria uma retomada da teoria para uma releitura por meio da pesquisa “Os circuitos superior marginal e inferior e o meio construído urbano no período da globalização” em conjunto com Maria Laura Silveira (autora com quem escreveu seu último livro publicado e que deu continuidade a essa linha de pesquisa). Silveira (2016) de fato permaneceu com o tema, fazendo, por exemplo, um amplo debate empírico com exemplos de Buenos Aires e São Paulo, sobre a teoria dos dois circuitos, mas seguindo a linha dos estudos de outros autores sobre a teoria, foca na discussão da identificação dos circuitos em si, no caso específico enquadrando, caracterizando e analisando atividades pontuais em diversas regiões do país, sejam mais tradicionais como feirantes e artesãos a exemplo de Porto (2005), Porto e Serpa (2007), Cardoso e Santos (2012), Chambela (2015) e Forte e de Melo (2020); sejam com setores de confecções por Barros (2012) e Santos (2017 [2016]); sejam setores e relações mais contemporâneas como aplicativos de transporte em Montenegro (2020) e Tozi, Duarte e Castanheira (2021). Além de Silveira, também perpetuaram o tema estudantes, pesquisadores e professores de São Paulo (em especial da USP e da UNESP/PP), da Bahia (principalmente da Universidade Federal da Bahia - UFBA) e do norte do Paraná (ver trabalhos mapeados por Montenegro (2012)).

Há de fato estudos que seguem o foco nos dois circuitos, uns na linha trabalhada por Silveira (2016) outros discutindo as características em geral e a comparabilidade com outras categorizações trabalhistas (como a informalidade em Oliveira, 2008). Percebe-se, contudo, que o desafio de rebater a teoria num método mais específico de análise e interpretação da rede urbana, permanece vivo. No capítulo seguinte aborda-se como historicamente a teoria de Milton Santos e outras que a precederam ou sucederam foram apropriadas no Brasil.

## 4 APROPRIAÇÃO TEÓRICA NO BRASIL

### 4.1 Apropriação acadêmico-científica

#### 4.1.1 Análises de rede no Brasil: influências e abordagens científicas e acadêmicas

Enquanto o texto de Bradford e Kent (1988[1977]) parece ser o que de forma mais simples e clara explica o método de Christaller, ao menos no Brasil o trabalho que disseca sua obra de forma mais detalhada é Ablas (1982 [1978]). Por sua vez, ainda que Milton Santos tenha proposto uma teoria que sugere alterações no entendimento de alguns de seus princípios, Lobato Corrêa em sua trajetória geográfica talvez tenha sido aquele que mais se dedicou ao estudo e contribuição crítica das teorias locacionais no Brasil

Aparentemente antes do mestrado em Chicago, Roberto Lobato Corrêa também tinha a forte e quase exclusiva influência dos Geógrafos franceses, como o eram os geógrafos brasileiros em geral como Milton Santos e Pedro Geiger, cabendo ao contato indireto com o trabalho de Christaller via Berry (estudioso do tema e seu orientador) e antes dele pelo livro do italiano Bonetti sobre a teoria da localização, continuando a abordar em tema em Bonetti (1967)<sup>6</sup>. Milton Santos parece ter sido o primeiro a citar o trabalho de Christaller e sua obra principal, ainda em 1959, antes da tradução inglesa de 1966. Entretanto trata-se apenas de uma citação brevíssima onde não aborda de fato a teoria, quando faz em seu célebre livro “A Cidade como Centro de Região” um breve resumo dos estudos de centralidade que antecederam o método de Rochefort. De fato, ao observar os trabalhos seminais de Geiger, Santos e mesmo de Lobato Corrêa nas décadas de 1950 e 1960, as discussões de centralidade e as representações cartográficas já estavam estruturadas, sendo a base para o que viria a ser o estudo periódico do IBGE sobre a rede urbana com a REGIC.

De fato, a inserção da temática dos lugares centrais na discussão da rede urbana tiveram a fundamental contribuição de Roberto Lobato Corrêa. Estudos de referência da década de 1960 ou de final da década de 1950 de Pedro Pinchas Geiger e de Milton Santos, por exemplo, se valiam de autores franceses como

---

<sup>6</sup> La teoria della localizzazione (1961), La teoria delle località centrali (1964) e La localizzazione delle attività al dettaglio (1967).

Rochefort, Monbeig e Tricart, além de autores brasileiros.

Ao tratar do termo “funções urbanas” em seu “vocabulário crítico”, Corrêa (1989, p. 91) aponta tanto a conciliação deste termo com a expressão atividade básicas, como consegue compatibilizar com algumas das principais categorias de Milton Santos, apontando algumas possibilidades de conciliação na criação de um sistema de conceitos. Ele escreve:

Não se trata de qualquer atividade urbana, mas apenas aquelas que contribuem para a existência da cidade, aquelas através das quais se dão as relações com outras cidades e com a zona rural. As funções centrais são típicas funções urbanas. (...). Atividades básicas e funções urbanas são, assim, expressões sinônimas. A expressão é também utilizada para designar a atividade mais importante de uma cidade. (...). A ideia de função urbana nos remete ao conceito de divisão territorial do trabalho: se esta não existisse, não haveria diferenciação funcional entre cidades. Por outro lado, o conceito de função urbana nos remete também para o conceito de processo e de estrutura: a função urbana é a realização de um processo que emana de uma estrutura social e nos leva ainda ao conceito de forma espacial: a função necessita de uma forma para se realizar, a loja, a fábrica, a cidade, a rede urbana. (Corrêa, 1989, p. 91)

Ainda que o geometrismo a exemplo de Christaller seja de fato motivo de crítica, as denominações dos tipos de rede conforme sua configuração espacial (dendrítica, radial, solar etc.) parecem revelar mais que um desenho no espaço, se relacionam a intensidade e centralidade das ligações. A opção brasileira geral por se apropriar mais dos franceses que dos alemães (e conseqüentemente americanos) não parece sofrer desse geometrismo. Mesmo Lobato Corrêa, considerado aqui como quem de fato introduziu os alemães na discussão da rede urbana no Brasil, foi suficientemente influenciado pelos franceses para não cair na tentação do geometrismo, preferindo se apropriar da parte “pertinente” das ideias da escola anglo-saxã (incluindo os Estados Unidos).

Pode-se considerar o papel de Lobato Corrêa no Brasil equivalente ao de Ullman nos EUA. introduzindo as teorias alemãs de centralidade foi equivalente ao papel de Roberto Lobato Corrêa no Brasil, ainda que já houvesse citação a Christaller (Santos, 1959), mas de forma excessivamente incipiente e pontual. O contato de Roberto Lobato Corrêa com o tema foi pela via americana, conhecendo por meio de Berry tanto o trabalho de Christaller e Lösch, quanto o desenvolvimento já realizado nos EUA pelo próprio Berry e por Ullman, Pred, Isard, etc.

Lobato Corrêa poderia ser também o Jean Gottmann (1915-1994) brasileiro, que aliou a influência francófona e anglófona. No caso de Gottmann, como destaca Saquet (2013 [2007]), houve a influência do norte-americano Isaiah Bowman (1878-1950) e vários autores franceses para se apropriar das noções de circulação e iconografia, e no caso de Lobato Corrêa a geografia de redes e cultural.

A década de 1960 não dista muito da reconhecida década do marco inicial da geografia urbana brasileira (Barcelos, 2010) e coincide com o período considerado por Barcelos (2010, p. 16) como fase de afirmação da subárea.

Estudiosos como Pedro Pinchas Geiger e Roberto Lobato Corrêa foram responsáveis por grandes obras de referência seminais no cenário nacional ainda na década de 1960 a exemplo de Geiger (1963) e Corrêa (1967), este último tendo sua maior obra de referência com Corrêa (1989). Ambos continuaram se dedicando ao tema contribuindo para o desenvolvimento teórico-metodológico da análise de rede urbana (e regional) em obras mais recentes como Geiger (1999 e 2003) e Corrêa (2001a, 2001b, 2004).

Sobre uma das obras mais importantes de Geiger no tema – Geiger (1963) –, Machado, Pinto e Alves (2014), por exemplo, destacam sua inovadora abordagem:

Assim, influenciado por essa Escola [de Pierre George], em 1963 Pedro Geiger publica o livro *A Evolução da Rede Urbana Brasileira*. Nesta obra, o autor classifica as cidades brasileiras, caracterizando as metrópoles nacionais e delimitando as hierarquias urbanas e as redes de cidades. Aqui são estabelecidas correlações entre o processo de industrialização e urbanização de finais dos anos 1950 e início dos anos 60. Constituindo um clássico no campo da Geografia urbana, como já assinalava Milton Santos (1993), o livro surpreende ainda hoje, por apresentar de forma tão acabada e completa as dinâmicas urbano-industriais que naquele momento ainda começavam a se difundir no território brasileiro. (Machado, Pinto e Alves, 2014, p. 194)

A matriz de valor absoluto (da população ativa no setor terciário) pelo valor relativo (da população ativa no setor terciário pela população total do município) apresentada por Geiger (1963, p. 222 – Rio de Janeiro e Salvador, 247 – São Paulo, 281 – Porto Alegre, 369 – Recife e Belém) que parece ser uma tradição vinda dos franceses pelo método de Rochefort, parece ter a mesma lógica do recente estudo paulista sobre a importância do setor produtivo no município e sua importância relativa no estado. Interessante notar que a importância dada a este método parece

sintomática ao se perceber que Geiger (1963) intitula esses gráficos como “Rede”, usando “principais centros” como subtítulo. Os gráficos em Geiger (1963, p. 220, 221) ao relacionar numa matriz a população relativa setorial na população total do município com a relativa setorial com a população setorial do Brasil aproxima-se ainda mais da ideia tratada no estudo paulista. Nos mapas apresentados em Geiger (1963), à exceção do mapa de São Paulo os outros não foram intitulados como “rede”, algo que ocorreu para os gráficos no estilo Rochefort. No caso dos mapas Geiger (1963) optou pelo uso da expressão “região urbana”.

Aparentemente antes do mestrado em Chicago, Roberto Lobato Corrêa também tinha a forte e quase exclusiva influência dos Geógrafos franceses, como o eram os geógrafos brasileiros em geral como Milton Santos e Pedro Geiger, cabendo ao contato indireto com o trabalho de Christaller via Berry (estudioso do tema e seu orientador) e antes dele pelo livro do italiano Bonetti sobre a teoria da localização. Milton Santos parece ter sido o primeiro a citar o trabalho de Christaller e sua obra principal, ainda em 1959, antes da tradução inglesa de 1966. Entretanto trata-se apenas de uma citação brevíssima com apoio da obra de Dickinson (1952 [1947]), quando faz em seu célebre livro “A Cidade como Centro de Região” um breve resumo dos estudos de centralidade que antecederam o método de Rochefort. De fato, ao observar os trabalhos seminais de Geiger, Santos e mesmo de Lobato Corrêa nas décadas de 1950 e 1960, as discussões de centralidade e as representações cartográficas já estavam estruturadas, sendo a base para o que viria a ser o estudo periódico do IBGE sobre a rede urbana com a REGIC.

Sobre as categorias de Milton Santos, Corrêa (1989, p. 71), alerta que

(...) é necessário que se tenha cautela quando consideramos a rede urbana enquanto forma espacial. Processo e forma implicam relações que podem ser complexas, iludindo o pesquisador. Formas semelhantes podem ser originadas de processos distintos: neste sentido, se do processo pode-se inferir qual a forma resultante, o inverso não é verdadeiro, pois uma dada forma pode ser originada de diferentes processos como lembra Olsson [1974]. (Corrêa, 1989, p. 71)

Apesar de se concordar com a crítica sobre o determinismo da forma (ou em última instância do geometrismo), o determinismo do processo também parece frágil, ou ao menos de complexidade limitadora a inferências precisas. Se a Nova Geografia pecou pela forma, também deve-se evitar a tentação do processo como



exclusivo e determinístico das relações socioespaciais. No extremo oposto, Geiger (1963) havia afirmado que “cidades de origem idêntica, quanto à função, tiveram evolução muito diversa” (Geiger, 1963, p. 120). Evidentemente a “origem funcional” de uma cidade não é sinônimo da ideia de “processo” de Milton Santos, mas sugere as dificuldades que se pode encontrar tanto num caminho quanto no outro.

A influência francesa se deveu na própria fundação das duas primeiras escolas de geografia com apoio de pensadores franceses (São Paulo que viria ser coordenada por Monbeig e no Rio de Janeiro por Deffontaines) e a fundação do próprio IBGE. É sintomático que no texto de Almeida (2004, p. 411) sobre o pensamento geográfico do IBGE no planejamento brasileiro, ainda que cite no resumo a influência das escolas francesas, alemãs e anglo-saxãs, ao longo de todo o texto cita apenas um alemão, já radicado nos Estados Unidos (Leo Waibel) e para trabalhar nos processos de colonização.

Almeida (2004, 413-414) recorda também que na década de 1960 ocorre a transferência de uma grande geógrafa do IBGE para o IPEA, a Lysia Bernardes, em 1968 houve também o desenvolvimento do estudo “Subsídios à Regionalização” feito pelo IBGE para o IPEA. Nele coube a Roberto Lobato Corrêa a autoria do capítulo que tratou de centralidade. Lobato Corrêa já cita Christaller, mas não sua tradução inglesa de 1966, mas por meio do livro do italiano Bonetti (1964), *La teoria delle località centrali*<sup>7</sup>. Em publicação de 1967 Lobato Corrêa já havia citado Christaller (e Lösch) (Corrêa, 1967), mas mais uma vez por meio de Bonetti (1964). Em Corrêa (1969), o autor volta a citar Christaller dessa vez também por meio de Berry e Pred (1965 [1961]) e não apenas de Bonetti (1964). Berry seria posteriormente seu orientador no master em Chicago em 1973-1974. Em novo artigo para a RBG, Lobato Corrêa coordenou um estudo (IBG, 1970) tratando do sudoeste paranaense, o autor voltaria a citar Bonetti (1964) atestando que até seu contato direto com Chicago, não tinha tido acesso a maior parte dos estudos sobre e do próprio livro traduzido (por Baskin e publicado em 1966) de Christaller.

Em Corrêa e Loykasek (1972), Lobato Corrêa parece ter assumido de vez a bibliografia de Christaller pela via americana de Berry (Berry, 1967; Berry e Horton, 1971; Berry e Pred, 1965 [1961]; Berry e Garrison, 1958). O contato com a tradução

---

<sup>7</sup> Eliseo Bonetti havia escrito *La teoria della localizzazione* em 1961 e posteriormente escreveu *La localizzazione delle attività al dettaglio* em 1967, talvez tendo o papel na Itália que Ullman teve nos Estados Unidos e que o próprio Lobato Corrêa teria no Brasil sobre o estudo e difusão das teorias locacionais.

inglesa se daria ao que parece durante o master em Chicago entre 1973 e 1974. Em artigo da Revista Brasileira de Geografia - RBG de 1974 volta a citar Berry e insere o clássico de Harris e Ullman (1945) em sua versão de 1967, mantendo também a citação ao finlandês citado em outros artigos – Palomäki (1964) –, mas ainda nada da tradução de Christaller. A primeira citação direta a obra de Christaller (em sua tradução por Baskin) foi na sua dissertação de mestrado no departamento de geografia da universidade de Chicago (Corrêa, 1974). Em artigo de 1976 da RBG a influência das teorias de localização anglo-saxãs e alemã trazidas do contato de Lobato Corrêa finalmente torna-se explícita, não apenas mantendo as referências a diversas obras de Berry, como citando a tradução em língua inglesa de Christaller (1966 [1933]), além de obras de Hoover, Hagerstrand, o clássico de Mackinder (1902) – de onde se retira até hoje as referências de nodalidade – e até a própria dissertação de Corrêa (1974). O texto de Christaller na Revista Geográfica do Instituto Pan-Americano de geografia e História de 1965 atesta a importância do seu contato com a obra de Bonetti no contato com as teorias de Christaller e Lösch.

A matriz da geografia brasileira é francesa. Santos (1959) se vale de Rochefort (1956 e 1957) e cita Christaller, mas apenas para indicar seu teste com o número de linhas telefônicas na discussão da centralidade, ele indica tanto o livro quanto seu texto na conferência internacional de geografia de 1938, ocorrida em julho daquele ano. Por coincidências do destino, coube a quem o sucedeu nas páginas dos anais daquele congresso importante papel na discussão da rede urbana do Brasil: Deffontaines (1938a), com texto intitulado “Rapports fonctionnels entre les agglomérations urbaines et rurales: un exemple en pays de colonisation, le Brésil”. No mesmo mês foi publicado seu artigo *The Origin and Growth of the Brazilian Network of Towns* (Deffontaines, 1938b) na *Geographical Review* americana e no fim do mesmo ano na *Bulletin de la Societè de Geographie de Lille* seu artigo (Deffontaines, 1938c) posteriormente traduzido na revista *Boletim Geográfico* em dois artigos de 1944 (Deffontaines 1944a, 1944b) sob o título: “Como se constituiu no Brasil a Rêde de Cidades”. Nessa época a única proximidade do Brasil com as teorias locacionais alemãs não passava da página subsequente de Deffontaines às páginas de Christaller nos anais do congresso na Holanda. Nessas páginas parecem reforçadas as referências de Christaller vinculadas a Gradmann, Kohl, von Thünen e Weber, únicos (além de publicações do próprio Christaller) a constar da bibliografia do seu texto em alemão sob o título francês de “Rapports fonctionnels entre les

agglomérations urbaines et les campagnes”

No tema de rede urbana, entretanto, apesar do domínio geral das referências francesas e mesmo do uso do método de Rochefort, floresceu mais a influência alemã em especial pro meio do estudo de Christaller.

A discussão da rede urbana no Brasil está intimamente vinculada ao surgimento das primeiras escolas (paulista e carioca) de geografia e do IBGE, por meio da influência direta dos professores franceses. Grandes nomes de nossa geografia trataram do assunto como Milton Santos, Pedro Pinchas Geiger e Roberto Lobato Corrêa. A influência francesa também foi presente em Celso Furtado, que como bem lembra Alcouffe (2008, p. 1, 5), chegou a prestar homenagem e indicar a necessidade de voltar às ideias de Perroux.

Rochefort (1957) compara quatro métodos (Figura 15) para observar uma rede urbana regional aplicando à região da Basse-Alsace. Um deles se utiliza das linhas telefônicas conforme aplicado por Christaller para o Sul da Alemanha.

Figura 15 – Método de Estudo de Redes urbanas

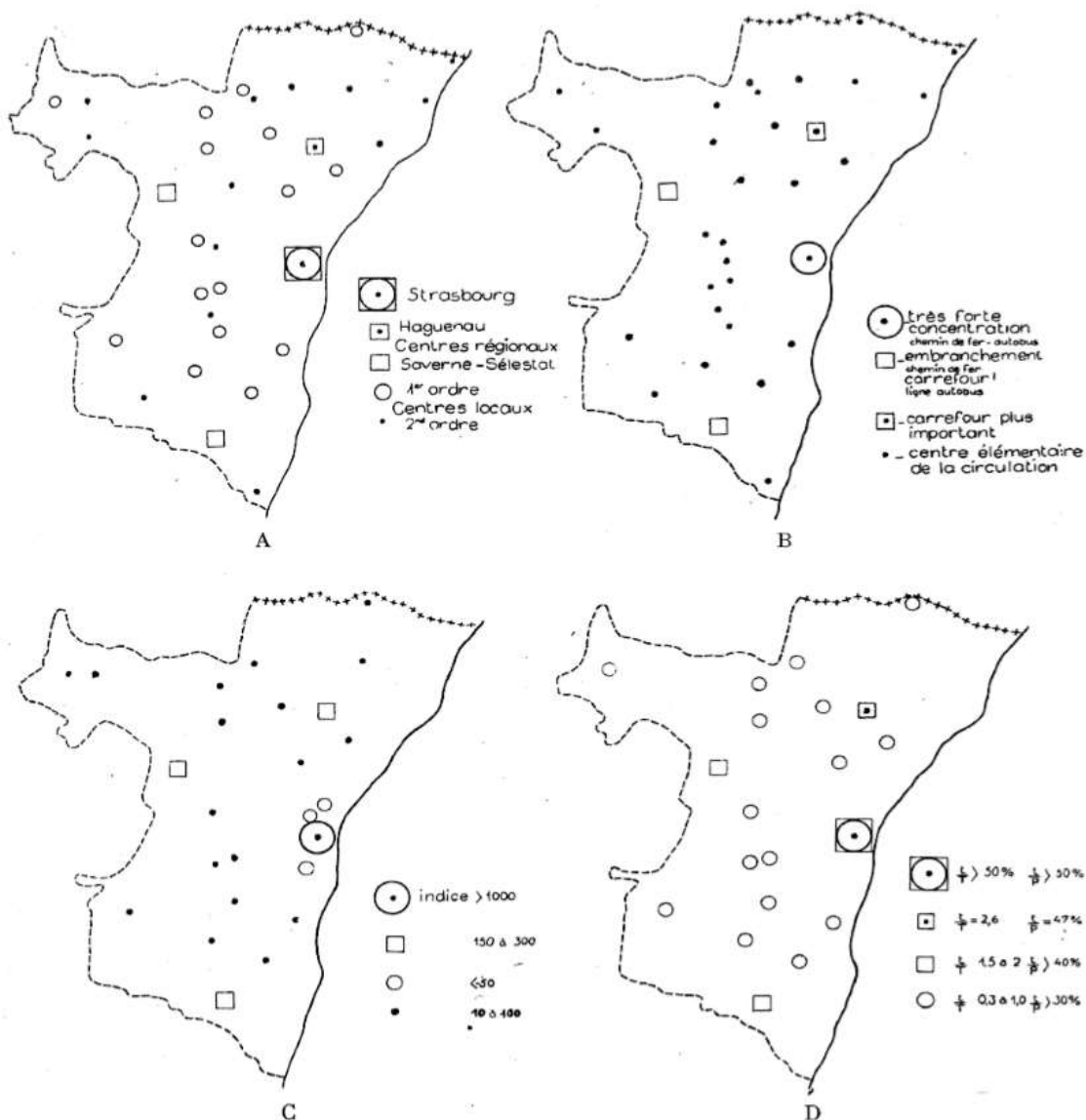


FIG. 1. — TYPES DE CENTRES DE LA BASSE-ALSACE, classés : A, d'après leurs rayons d'influence ; — B, d'après l'organisation des transports ; — C, d'après la méthode des téléphones ; — D, d'après l'analyse de leur secteur tertiaire.

Fonte: Rochefort (1957, p. 9)

Rochefort (1957) analisa criticamente quatro modelos de identificação de centralidade, optando por adotar o ajuste de um deles para o setor terciário. As críticas são corretas embora restritas às limitações de dados e opções de agregação espacial da época. Cita-se por exemplo a impossibilidade de distinguir no caso de atividades econômicas aquelas absorvidas pela população local e aquela que efetivamente é utilizada por população atraída pela centralidade. Hoje ao menos no Brasil já é possível a depender do recorte espacial, temporal e setorial realizar essa distinção. Além disso, a principal distinção de resultado da aplicação do método de

Christaller se resolveria com a noção de arranjo populacional em lugar de se trabalhar com a cidade enquanto municipalidade estanque. A crítica a opção simplificadora das linhas telefônicas é maior hoje que à época devido a universalização e aos centros de telemarketing. Talvez com os dados que se tem hoje fosse possível replicar a ideia original das atividades em vez de apelar para a proxy das linhas telefônicas e aí sim realizar uma crítica mais balizada empiricamente da teoria dos lugares centrais.

Rochefort (1957) analisa também a rede do estado de São Paulo. O artigo de Rochefort – ainda que essencial por suas críticas a cada um dos quatro métodos analisados – é obviamente afetado pelas limitações da disponibilidade e agregação dos dados existentes. Desse modo, principalmente nas críticas ao uso do setor terciário e da estrutura profissional, hoje talvez se vivo estivesse ele faria outra análise.

O tema da rede urbana atualmente no Brasil, para além dos estudiosos que mantêm a tradição acadêmica, dos estudos periódicos institucionais do IBGE, dos estudos pontuais do Ipea, Observatório das Metrópoles e dos institutos de pesquisa estaduais e, parece hoje estar fortemente vinculado ao tema das cidades médias, havendo diversos grupos de pesquisa e universidades fora do eixo das metrópoles do Rio de Janeiro e São Paulo. Universidades capilarizadas no interior do país, fora das capitais tem tido uma produção contínua em dissertações teses e livros sobre o tema, não apenas na Região Concentrada.

Investigando a obra de Moreira (2014 [1985]) citada por Corrêa (1989, p. 88 e 95) de fato percebe-se que Ruy Moreira relaciona as teorias econômicas (especificamente a marxista) à organização geográfica da sociedade brasileira, com destaque para o setor agropecuário na base dessas relações, algo próximo do defendido por Lobato Corrêa ao tratar, por exemplo, da renda fundiária.

Outra noção de grande potencial de uso é a “responsabilidade territorial”, cunhada por Jan Bitoun (2006). Como explica Bitoun (2009, p. 32):

algumas cidades brasileiras (...) são, pela distância que as separam de quaisquer outras cidades, os únicos recursos “urbanos” para populações dispersas em grandes espaços do Brasil central e ocidental. (...) a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano precisava considerar essas cidades importantes, independentemente do seu tamanho populacional e funcional, exatamente pela falta de alternativas para as populações circunvizinhas (...) A política urbana

deveria adaptar-se dando resposta ao urbano disperso e isolado presente no Brasil central e ocidental. Precisava considerar que, por falta de alternativas, essas cidades exerciam uma “responsabilidade territorial” peculiar (Bitoun, 2009, p. 32).

Ainda que trate especificamente de uma parte do território nacional, considera-se que a responsabilidade territorial deva ser abordada para todo o país. Desenvolvendo mais o termo, Rodrigues (2011, p.19) complementa:

O termo responsabilidade territorial aplicado à cidade indica uma dinâmica particular na rede urbana. É através desta cidade que um determinado trecho da rede urbana é mantido coeso e a vida da e na cidade é preservada. A idéia de que uma cidade tem responsabilidade (funcional, infra-estrutural, étnica, ética) sobre um determinado território ou região, (geográfico e político) merece um aprofundamento teórico e metodológico (Rodrigues, 2011, p. 19).

De forma mais aplicada, Schor, Costa e Oliveira (2007, p. 10-11) descrevem a cidade de responsabilidade territorial conforme o porte:

[Cidades médias de responsabilidade territorial] Exerce uma função na rede que vai além das suas características em si, pois detém uma responsabilidade territorial que a torna um nó importante internamente na rede. Exerce diversas funções urbanas e contém diferentes arranjos institucionais que são importantes não só para o município, mas principalmente para as cidades e municípios ao seu redor. A importância territorial da cidade têm origem no desenvolvimento histórico-geográfico que constituiu a rede urbana nesta região. Normalmente o desenvolvimento econômico desta cidade tende a agregar valor na região (Schor, Costa e Oliveira, 2007, p. 10).

(...)

[Cidades pequenas de responsabilidade territorial] Exerce uma função intermediária, principalmente entre os fluxos de transporte e comercialização, entre as cidades médias e as demais cidades pequenas e aglomeradas humanas Schor, Costa e Oliveira (2007, p. 11)

Não se confunde a noção de “responsabilidade territorial” de Bitoun (2006, 2009), Schor, Costa e Oliveira (2007) e Rodrigues (2011) com a utilizada para o mesmo termo para Fernandes (2008) e Gomes (2013), para quem o termo tem a finalidade de demarcar a competência e obrigação do Estado, no caso abordado pelos autores no tema e escala urbanos. No primeiro caso – e que importa aqui – trata-se de uma responsabilidade assumida por determinados territórios sobre seu entorno e rede de influência, em parte inclusive pelo não cumprimento do papel

indicado na segunda acepção pelo Estado, ou nas palavras de Gomes (2013, p. 61), “o sentido de responsabilidade territorial passa também pelas responsabilidades e obrigações do governo federal com os territórios metropolitanos e locais”.

Brandão (2017), por sua vez, ainda que não defina tipologias de rede, traz insumos para essa discussão ao propor tipos de territórios com base nas implicações socioeconômicas de seu papel econômico. O autor sugere tipos ideais de territórios para entendimento da realidade e apoio a ação pública. A síntese da relação desses tipos ideais de territórios se encontra no Quadro 4.

Quadro 4 – Territórios, Tipos de investimento e fatos estilizados

Territórios	Tipo-ideal dos investimentos em territórios predominantemente impactados e (re)definidos por:	Fatos estilizados
Territórios Tipo I	Forças inerciais dos fatores de aglomeração e de urbanização	Concentração no litoral, RMs, capitais e cidades médias das vantagens locacionais produtivas sobretudo na rede urbana do sul-sudeste-litoral
Territórios Tipo II	Investimentos pontuais, tópicos e enclavados	Tendência a se constituírem em polos isolados ou enclaves com baixa indução do entorno e da hinterlândia
Territórios Tipo III	Demanda e preços mundiais das <i>commodities</i>	Vulnerabilidade marcantes em sua dinâmica de crescimento
Territórios Tipo IV	Provisão de infraestrutura de transportes e energia	Constituição de eixos de expansão e escoamento
Territórios Tipo V	Impulsos das políticas sociais	Chão da reprodução social cotidiana, com melhoria das condições de vida

Fonte: Brandão (2017, p. 61)

O Quadro 4 sugere as implicações ao território ao desempenhar determinados papéis ao ser planejado e receber investimentos para isso. Permite assim perceber os ônus que determinadas relações de rede geram para o território.

Haesbaert (1993, p. 170) “(...) ensaiando uma conclusão (pois trata-se de um trabalho em andamento (...))” propõe uma tríade aglomerado-rede-território (Quadro 5), que perderia esse caráter provisório para ser assumida em na versão final de sua tese transformada em livro (Haesbaert, 1997 [1995]). Ainda que tampouco se utilize destes termos assim, a ideia é válida.

Quadro 5 – Tríade de Haesbaert.

<b>Desterritorialização</b> quantifica, massifica (na rede: desigualdade/hierarquia)	<b>(re)Territorialização</b> qualifica, identifica, distingue (diferença/alteridade)	
<b>Aglomerado</b>	<b>Rede</b>	<b>Território</b>
massa/"subclasse" "a-funcional" aparência disforme	indivíduo, classe funcional; formas geométricas	comunidade, grupo social; funcional e simbólico; formas múltiplas
mobilidade de "massa", virtualmente incontrolável	mobilidade "técnica", controle hierárquico	estabilidade relativa; coesão pela diferença
sem identidade área (de implosão e/ou expansão)	identidade "global"; polos e fluxos (de subordinação e/ou complementaridade)	identidades "regionais"; fronteiras (de segregação e/ou diversidade)

Fonte: Haesbaert (1993, p. 170).

Analisando a rede gaúcha no Nordeste, Haesbaert (1997 [1995]) explica essa tríade, que só pode ser entendida via o processo de desterritorialização-reterritorialização, já que há aglomerados humanos (Haesbaert, 1997 [1995], p. 148), caracterizados como menos do que um exército de reserva (Haesbaert, 1997 [1995], p. 148), fortemente vinculados a desterritorialização sendo expulsos do campo, da cidade e na cidade. Enquanto os "nativos" nordestinos sofrem o destino dos aglomerados humanos, "amontoados, instáveis, inseguros e geralmente imprevisíveis em sua dinâmica de exclusão" (Haesbaert, 1997 [1995], p. 148), os gaúchos se reterritorializam no cerrado Nordestino do Oeste-Baiano.

Sobre a rede e o território, Haesbaert (1997 [1995], p. 94) observa:

Antes de distinguirmos analiticamente território e rede, como já ressaltamos no capítulo anterior, eles se encontram tão articulados quanto o processo contraditório de territorialização-desterritorialização que os produz. Desse modo, as redes não podem ser vistas apenas como 'destruidoras de territórios': uma combinação articulada de redes, uma 'malha', por exemplo, pode ser a base de um processo de (re)territorialização, ou seja, de formação de novos territórios. Como bem enfatiza Raffestin, 'a rede faz e desfaz as prisões do espaço, tornado território: tanto liberta quanto aprisiona. É o porquê de ela ser 'o instrumento' por excelência do poder' (Haesbaert, 1993, p. 204)

Milton Santos ainda que tenha se dedicado ao tema da rede urbana e o desenvolvimento de sua teoria dos dois circuitos com mais afinco e foco nas primeiras décadas de seu trabalho, concluiu em anos mais recentes de sua vida uma sistematização de uma teoria geral da geografia onde abordou a relação da rede



com outras categorias geográficas que criou. Na seção seguinte é elaborada uma síntese dessa construção integrada.

#### 4.1.2 Milton Santos: a rede numa visão geográfica totalizante

Conforme abordado na seção anterior, a rede geográfica (denominada urbana, mas em sua acepção urbano-regional) seria então a importante categoria geográfica essencial para o entendimento da cidade em uma visão totalizante da globalização e da urbanização por meio de um viés interpretativo econômico contextualizado no capitalismo e reveladora do desenvolvimento e papel das cidades e regiões na trama dos lugares na ordem econômica mundial.

Começando com a noção de totalidade, Santos (2014 [1996], p. 165) relativiza as categorias de lugar e região, obtendo uma compreensão desta dependente daquela e propondo então uma alternativa à controvérsia que permeia esses dois termos dentro da geografia. Para Santos (2014 [1996], p. 165):

A região e o lugar não têm existência própria. Nada mais são que uma abstração, se os considerarmos à parte da totalidade. Os recursos totais do mundo ou de um país, quer seja o capital, a população, a força de trabalho, o excedente etc., dividem-se pelo movimento da totalidade, através da divisão do trabalho e na forma de eventos. A cada momento histórico, tais recursos são distribuídos de diferentes maneiras e localmente combinados, o que acarreta uma diferenciação no interior do espaço total e confere a cada região ou lugar sua especificidade e definição particular. (Santos, 2014 [1996], p. 165).

Este entendimento relativizado abre espaço para a possibilidade de proposição da categoria de arranjo, seja na acepção espacial/urbano-regional (Moura, 2009), populacional (IBGE, 2016) ou territorial, como se defende aqui seguindo estudo em desenvolvimento pelo IPEA. Neste aspecto, o lugar pode se confundir espacialmente com a ideia de região, ou nos dizeres de Santos (2014 [1996], p. 166):

A distinção entre lugar e região passa a ser menos relevante do que antes, quando se trabalhava com uma concepção hierárquica e geométrica onde o lugar devia ocupar uma extensão do espaço geográfico menor que a região. Na realidade, a região pode ser considerada como um lugar, desde que a regra da unidade, e da continuidade do acontecer histórico se verifique. E os lugares - veja-

se o exemplo das cidades grandes - também podem ser regiões. (Santos, 2014 [1996], p. 166).

O que permite essa interpretação é o “acontecer solidário” proposto por Santos (2014 [1996], p. 166) com base na noção de solidariedade de Durkheim, “que define um subespaço, região ou lugar” (Santos (2014 [1996], p. 166). O autor destaca que essa noção de solidariedade “não tem conotação moral, chamando a atenção para a realização compulsória de tarefas comuns, mesmo que o projeto não seja comum” (Santos (2014 [1996], p. 166).

Esse “acontecer solidário” não apenas permite que se desenvolva a categoria híbrida de lugar-região, permitindo o desenvolvimento da proposta de “arranjo”, como traça as bases da distinção e relação entre outras quatro noções essenciais na discussão sobre rede e região: a homogeneidade, a especialização, a complementaridade e a hierarquia. Transcrevendo mais uma vez do original, Santos (2014 [1996], p. 166) assevera que:

Esse acontecer solidário, malgrado todas as formas de diferença, entre pessoas, entre lugares, se apresenta sob três formas no território atual: um acontecer homólogo, um acontecer complementar e um acontecer hierárquico. Numa região agrícola, esse acontecer solidário é homólogo. (...) O acontecer homólogo é aquele das áreas de produção agrícola ou urbana, que se modernizam mediante uma informação especializada, gerando contiguidades funcionais que dão os contornos da área assim definida. O acontecer complementar é aquele das relações entre cidade e campo e das relações entre cidades, consequência igualmente de necessidades modernas da produção e do intercâmbio geograficamente próximo. Finalmente, o acontecer hierárquico é um dos resultados da tendência à racionalização das atividades e se faz sob um comando, uma organização, que tendem a ser concentrados. (Santos, 2014 [1996], p. 166-7)

A partir do “acontecer solidário”, de Milton Santos, se apresentam também três pilares da teoria do geógrafo: a importância da informação, a distinção entre o comando técnico e político, e a globalização entendida pela horizontalidade e verticalidade. Resume-se a seguir cada um desses pilares no imbricamento com a ideia do acontecer solidário.

Santos (2014 [1996], p. 167) considera que “[a]ntigamente, o que reunia as diferentes porções de um território, era a energia, em estado bruto, oriunda dos próprios processos naturais” mas que “[a]o longo da história” a informação foi

assumindo esse papel “para ser hoje o verdadeiro instrumento de união entre as diversas partes de um território”. Para ele no caso do acontecer homólogo e no acontecer complementar “as informações utilizadas tendem a se generalizar horizontalmente”, já no acontecer hierárquico “trata-se, ao contrário, de um cotidiano comandado por uma informação privilegiada, uma informação que é segredo e é poder”.

Mantendo a análise distinta das formas de acontecer solidário, Santos (2014[1996], p. 167) relaciona-as a forças centrífugas e centrípetas na explicação dos comandos técnico e político, explicando-os como comandos locais ou externos. Para ele:

No acontecer homólogo e no acontecer complementar, temos o domínio de forças localmente centrípetas, enquanto no acontecer hierárquico o domínio é de forças centrífugas. Neste último caso, também há, sem dúvida, centripedismo, mas é um centripedismo do outro. Na primeira hipótese (acontecer homólogo e acontecer complementar) temos a primazia das formas com a relevância das técnicas. No caso do acontecer hierárquico, temos a primazia das normas, e a relevância aqui não é da técnica, mas da política. Tanto o acontecer homólogo quanto o acontecer complementar supõem uma extensão contínua, na cidade e no campo sendo a contiguidade o fundamento da solidariedade. Já no caso do acontecer hierárquico, as relações podem ser pontuais. Aqui, a solidariedade independe da contiguidade. É a diferença entre proximidade espacial e proximidade organizacional (Laurent Gille, 1987). No primeiro caso, a co-presença é uma causa ou um efeito da ação. No segundo, trata-se de teleação (A. A. Moles, 1974), aquela presença de corpos ausentes, para utilizar uma imagem do poeta Paul Valéry. (Santos, 2014[1996], p. 167)

De forma explícita Santos (Santos, 2014 [1996], p. 168) relaciona essas ideias à sua noção de horizontalidade, no primeiro caso e verticalidades no segundo, relembrando que “[e]sses são os novos recortes territoriais, na era da globalização (Santos, 1994)”. Para fechar, Santos demonstra a importância de se avançar na compreensão da escala. Com a licença de se utilizar aqui termos próprios, considera-se que Santos defende se passar do entendimento da escala como estática e fixa espacial-geométrica para uma escala variável e mutável histórico-temporal, ou conforme suas próprias palavras:

Como vimos anteriormente, a territorialidade do acontecer histórico está sempre mudando, levando à criação e à recriação daquilo a que

Hägerstrand, num dos capítulos esparsos de sua Geografia do Tempo, chama de "domínios". Em cada momento, há sempre um mosaico de subespaços, cobrindo inteiramente a superfície da Terra e cujo desenho é fornecido pelo curso da história: a escala deixa de ser uma noção geométrica para ser condicionada pelo tempo. (Santos, 2014 [1996], p. 168)

Observa-se então que Santos (2014 [1996], p. 165-168) consegue concatenar os conceitos/categorias de totalidade, lugar e região (viabilizando a ideia de arranjo), solidariedade de Durkheim – avançando para um “acontecer solidário” (que é a base para o entendimento conjunto da homogeneidade/especialidade, complementaridade e hierarquia), informação, comando técnico e político, verticalidade e horizontalidade e escala. Tudo isso construído sob o cuidado de aliar o tempo com o espaço, e a história com a geografia.

A discussão sobre verticalidade e horizontalidade com base em Milton Santos apresentada em Galindo (2016) encontra amparo no pensamento de Corrêa (2017, p. 35), para quem:

A noção de verticalidade, apontada por esse autor [Milton Santos], pode descrever as relações espaciais a longa distância, derivadas de atividades especializadas, vinculadas à produção industrial, à exportação de produtos primários como grãos e minérios ou à função portuária (Corrêa, 2017, p. 35).

Nesse sentido, Galindo (2016), busca mais uma vez Milton Santos para demonstrar que a globalização de fábula passa a ser de fato perversidade, onde são fracas as horizontalidades e ameaçadoras as verticalidades, neste caso se referindo em específico a pequenas cidades tornadas médias (ao menos em porte) por meio da dependência de um só produto como a soja, o minério de ferro e o petróleo.

Outro ponto destacado por Milton Santos em boa parte de sua obra é a importância do fluxo como tema dentro da geografia, essencial como já exposto para o entendimento de rede. Adentrando em suas outras obras – muitas delas pretéritas e necessárias à síntese que ele apresenta na “Natureza do Espaço” – nota-se a “antecedência” do tema do fluxo como basilar em boa parte de sua teoria. A ideia de fluxos também norteia a noção de Milton Santos de círculos de cooperação presente em Santos e Silveira (2013 [2001]).

Para Milton Santos, quanto mais a globalização e as relações avançam, mais parece ser justificada a análise dos fluxos na compreensão social e das escalas, já

que “com a globalização o fluxo é ainda mais importante” e “o próprio padrão geográfico é definido pela circulação já que ela detém o comando das mudanças de valor do espaço” (Santos, 2014 [1996], p. 268). Em realidade, o fluxo parece determinar mais que o fixo no espaço, sendo os estoques não mais os determinantes da hierarquia. De outra forma, Santos (2014 [1996]) parece indicar algo parecido: “Entre os agentes econômicos, impõe distinguir, a partir dos volumes que produzem ou movimentam, entre aqueles que criam fluxos e aqueles que criam massas, isto é, geram volumes, mas não têm força de transformá-los em fluxos.” (Santos, 2014 [1996], p. 275)

Nesta análise, “a fluidez é, ao mesmo tempo, uma causa, uma condição e um resultado” (Santos, 2014 [1996], p. 274) e “em realidade, não é mais a produção que preside a circulação, mas é esta que conforma a produção” (ibid., p. 275). Santos (2013 [1971]) chega a denominar de “virtuais” os fluxos efetivos.

Dentro da estrutura social, definida historicamente, tanto a forma, aspecto visível, que é criada para uma função, quanto a própria função são criados. A forma seria parte dos fixos e do sistema de objetos e ao não ter mais a função para a qual foi feita (pelo fim da função ou pela sua inadequação atual às técnicas e tecnologias requeridas para tal) gera uma das rugosidades. O processo se liga ao sistema de ação e de modo contínuo tanto subsidiam como levam a alteração ou mesmo a falência de todos os anteriores. Os processos levam aos fluxos – evidentemente baseados na estrutura social vigente em constante conflito com a rugosidade –, mais claros na ideia de verticalidade, mas também na horizontalidade. Aquela levando a ideia de exportação, globalização ilusória da fábula e mais realista da perversidade, refletida nos consequentes circuitos inferior e superior.

Corrêa (1989, p. 71), entretanto, alerta que “(...) é necessário que se tenha cautela quando consideramos a rede urbana enquanto forma espacial. Processo e forma implicam relações que podem ser complexas, iludindo o pesquisador. Formas semelhantes podem ser originadas de processos distintos: neste sentido, se do processo pode-se inferir qual a forma resultante, o inverso não é verdadeiro, pois uma dada forma pode ser originada de diferentes processos como lembra Olsson [1974]”. Apesar de se concordar com a crítica sobre o determinismo da forma (ou em última instância do geometrismo), o determinismo do processo também parece frágil, ou ao menos de complexidade limitadora a inferências precisas. Se a Nova Geografia pecou pela forma, também deve-se evitar a tentação do processo como

exclusivo e determinístico das relações socioespaciais. No extremo oposto, Geiger (1963) havia afirmado que “cidades de origem idêntica, quanto à função, tiveram evolução muito diversa” (Geiger, 1963, p. 120). Evidentemente a “origem funcional” de uma cidade não é sinônimo da ideia de “processo” de Milton Santos, mas sugere as dificuldades que se pode encontrar tanto num caminho quanto no outro.

Santos (1985) destaca o papel do Estado na criação dos fixos, apontando que:

Em uma zona pioneira, dotada de infraestrutura incipiente, a ação do Estado pode ser fundamental. Ao Estado cabe criar FIXOS, precipuamente a serviço da produção ou do homem. Mas, os fixos atraem e criam fluxos. Desse modo, o subsetor governamental orienta os fluxos econômicos e humanos e determina a sua viabilidade e direção. Os fluxos também criam fixos na órbita do subsistema de mercado, sobretudo quando os fixos de origem pública são insuficientes para atender à demanda.

Mas, de um modo geral, os fixos necessários ao exercício das formas mais complexas de cooperação (estradas, por exemplo) são criados pelo Estado.

Ainda no domínio da criação de formas, devemos incluir o parcelamento ou reparcelamento das terras, o traçado das vias ou a criação de novas municipalidades. Qualquer que seja a decisão, as implicações vão além das intenções originais dos autores e alcançam a área do socioeconômico e do político. Uma determinada dimensão (de cada qual dessas entidades) tem efeitos diversos segundo a fertilidade original ou a posição das terras diante da rede de caminhos. Esta valoriza de modo claramente diferencial as diversas frações do solo ocupado. As novas municipalidades, criando fixos físicos e humanos (com a presença de serviços e de funcionários), podem assegurar mais fluxos e mais viabilidade a um ponto do espaço do que a um outro. (Santos, 1985, p. 75-6)

Observa-se, portanto, que Milton Santos considerava as redes técnicas (como as estradas, por exemplo) como fixos, ou seja, infraestrutura física que possibilita os fluxos, considerados por ele como virtuais. E que esses fixos, principalmente os “necessários ao exercício das formas mais complexas de cooperação” são criados pelo Estado, ainda que isso atraia, crie e oriente os fluxos e estes também criem aqueles. Percebe-se também a partir do trecho transcrito a percepção de Milton Santos nas consequências e efeitos da criação de novas municipalidades ao alterar a ocupação do solo e diferenciar “um ponto do espaço” de outro “criando novos fixos físicos e humanos (com a presença de serviços e de funcionários)” e, portanto, alterando os nós da rede e conseqüentemente suas relações e conexões.

Se a abordagem ou ponto de vista que distingue e justifica a geografia como

área do conhecimento é a preocupação com o espaço, ou o que assemelha e distingue os diferentes lugares, a pergunta fundamental da geografia seria “Onde?”. A percepção da importância do fluxo e das relações poderia remeter a um ajuste dessa pergunta para “Aonde?”. A razão da diferenciação e similaridade passaria, portanto, pela possibilidade, efetividade e qualificação dessas ligações.

Uma consequência evidente do foco no fluxo é o deslocamento da atenção das categorias de lugar e região para a de rede. A partir dessa compreensão da circulação (e do fluxo), os processos não podem ser compreendidos de forma isolada, tratando as cidades como objetos individuais de apreciação. A rede como uma categoria geográfica pode, assim como o fluxo, ser interpretada a partir das quatro categorias de Milton Santos (forma, função, estrutura e processo). Silva (2009, p. 56) sintetiza essas categorias:

Forma é o aspecto visível, exterior de um conjunto de objetos: as formas espaciais; função é a atividade desempenhada pelo objeto criado; a estrutura-social-natural é definida historicamente; nela, as formas e funções são criadas e instituídas. As formas e as funções variam no tempo e assumem as características de cada grupo social, conforme mencionamos anteriormente. Entende-se por processo, a ação que é realizada, de modo contínuo, visando um resultado, que implica tempo e mudança. Os processos ocorrem no âmbito de uma estrutura social e resultam das contradições internas dela. Assim, ao considerarmos esses processos em conjunto, podemos analisar os fenômenos espaciais em totalidade (Silva, 2009, p. 56)

Por sua vez, Ribeiro (1998, p. 62-63), relaciona-as a rede:

[a] rede urbana é também, uma particularidade e condição para a compreensão da totalidade social e seu estudo pode ser também fundamentado nas categorias analíticas essenciais para o entendimento da produção do espaço propostas por Santos (1992:50), a saber: forma, função, estrutura e processo. Neste contexto, a forma diz respeito ao ‘aspecto visível, exterior, de um objeto, referindo-se ainda ao arranjo deles, que passam a constituir um padrão espacial’, tal como uma cidade ou uma rede urbana; a função ‘implica uma tarefa, atividade ou papel a ser desempenhado pelo objeto criado’; a estrutura remete-se ‘ao modo como os objetos estão organizados, refere-se não a um padrão espacial, mas à maneira como estão inter-relacionados entre si’; enquanto o processo define-se como ‘uma ação que se realiza continuamente, visando um resultado qualquer, implicando tempo e mudança’ (Ribeiro, 1998, p. 62-63).

A partir desse entendimento, Ribeiro (1998, p. 63) estreita ainda mais essa

relação:

De um lado, determina-se a forma espacial da rede que, por sua vez, possui uma função esperada para cada ponto – cidade – que a compõe. A análise das articulações de todos os componentes da rede expõe sua estrutura. Por último, na estrutura territorial, onde se dá a criação, apropriação e circulação do valor em ritmo contínuo e proteiforme, determinam-se os processos inerentes à organização espacial da rede urbana. (Ribeiro, 1998, p. 63)

Finalmente, sobre a relação da rede urbana com essas quatro categorias de Milton Santos, Corrêa (1989, p. 71) alerta que:

(...) é necessário que se tenha cautela quando consideramos a rede urbana enquanto forma espacial. Processo e forma implicam relações que podem ser complexas, iludindo o pesquisador. Formas semelhantes podem ser originadas de processos distintos: neste sentido, se do processo pode-se inferir qual a forma resultante, o inverso não é verdadeiro, pois uma dada forma pode ser originada de diferentes processos como lembra Olsson [1974]. (Corrêa, 1989, p. 71)

Com essa concatenação de ideias considera-se que o breve apanhado dessa seção intentou ao menos apresentar a possibilidade de compatibilização e adequação da teoria e categorias de Milton Santos para dar início à discussão da teoria dos dois circuitos da economia urbana desenvolvida pelo autor entre as décadas de 1960 e 1970 e como rebatimento direto na compreensão da rede urbana.

Para Santos (2013 [1971]), no final de seus capítulos que tratam especificamente da rede urbana, “(...) [n]ão se deve esquecer que a formulação dos princípios gerais modifica a percepção dos fatos empíricos” (Santos, 2013 [1971], p. 119). Buscando a fonte do problema desses princípios gerais, vale-se de afirmação do mesmo autor: “Sem dúvida, o progresso da Geografia se faz pela contribuição dos estudos empíricos para a formulação de princípios gerais” (id., loc. cit.). E, principalmente nas ciências humanas, o empirismo sofre sempre do risco da datação. As limitações das teorias geográficas nesse sentido nem sempre se referem à sua incompreensão da realidade, mas a compreensão de uma realidade passada, como bem claro parece às alterações constantes a que se submete o meio técnico-científico-informacional de Milton Santos. Essa constatação não impede que



se revisitem teorias, mas apenas traz a atenção a uma leitura crítica com base em possíveis mudanças de contexto. Nesse sentido, na seção seguinte será abordada a apropriação teórica, mas dessa vez pelo Estado frente aos desafios do contexto vivido.

## **4.2 Apropriação e principal contribuição institucional brasileira: a REGIC/IBGE**

### 4.2.1 A REGIC e os resultados de 2018<sup>8</sup>

Aborda-se nessa seção de forma breve a REGIC em si. Primeiro serão apresentados de forma geral os resultados da última edição de 2020, para depois discutir em subseções sua base teórica e sua evolução ao longo do tempo. Em seguida será apresentado e analisado criticamente o método da atual REGIC frente à sua proposta teórica, para enfim adentrar nos resultados para a sub-rede baiana e sua crítica.

Um dos estudos mais conhecidos e utilizados para pesquisas no que diz respeito aos temas da rede urbana e compreensão da evolução histórica do fenômeno urbano-regional no País, refere-se à publicação Regiões de Influência das Cidades - REGIC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Recém-publicada, a REGIC 2018 atualizou as informações relacionadas à hierarquia dos centros urbanos, bem como a delimitação das regiões de influência associadas a cada cidade.

As publicações de 1972, 1987, 2000 e 2008 definiram os níveis da hierarquia urbana e estabeleceram a delimitação das regiões de influência das cidades brasileiras, assim como foram elaboradas a partir do reconhecimento e da localização de oferta de serviços, por meio de questionários que objetivavam investigar a intensidade dos fluxos dos consumidores e usuários destes serviços.

A estrutura e a organização assumidas no estudo são retratas por níveis hierárquicos, dessa forma, as cidades foram classificadas em cinco grandes níveis, são eles: Metrôpoles, Capitais Regionais, Centros Sub-Regiões, Centros de Zona e Centros Locais – cada nível possuindo subdivisões internas.

No topo da classificação hierárquica está a Grande Metrôpole Nacional, que

---

<sup>8</sup> Trecho de Nota Técnica publicada pelo autor em Galindo e Tavares, 2020.

compreende o Arranjo Populacional (AP) de São Paulo/SP. Esse arranjo ocupa a posição de maior hierarquia urbana do país, e concentra 21,5 milhões de habitantes (2018) e 17,7% do Produto Interno Bruto - PIB nacional (2016). Em seguida temos os APs de Brasília e Rio de Janeiro classificados como metrópoles nacionais. E no terceiro grupo, as 12 cidades de Belém/ PA, Belo Horizonte/MG, Campinas/SP, Curitiba/PR, Florianópolis/SC, Fortaleza/CE, Goiânia/GO, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Salvador/BA, Vitória/ES e o Município de Manaus (AM) identificadas como Metrópoles.

O segundo nível é dividido em A, B e C, estão as Capitais Regionais que, como as metrópoles, se inserem em um nível superior de interação na rede urbana. A Capital Regional A é composta por nove Cidades, em geral Capitais Estaduais das Regiões Nordeste e Centro-Oeste com exceção do Arranjo Populacional de Ribeirão Preto/SP. No grupo B reúne 24 Cidades, geralmente, centralidades de referência no interior dos Estados. E no grupo da Capital Regional C é composta por 64 Cidades, dentre as quais se encontram três capitais estaduais, Boa Vista (RR), Rio Branco (AC) e o Arranjo Populacional de Macapá/AP.

No terceiro grupo, os Centros Sub-regionais, divididos em A e B. No quarto grupo, os Centros de Zona, também divididos em A e B. No quinto e último grupo da classificação ficaram os Centros Locais, representados por 4.473 municípios, cuja centralidade não extrapola os limites do perímetro urbano, com média de 8 a 9 mil habitantes (IBGE, 2020a).

Os Centros Sub-Regionais representam o terceiro nível hierárquico composto por 352 cidades. Estas cidades possuem atividades de gestão menos complexas e com áreas de influência de menor extensão que as das Capitais Regionais. São também Cidades de menor porte populacional, variando entre 110 a 75 mil. Este nível divide-se em dois grupos, os Centro Sub-Regional A composto por 96 Cidades e Centro Sub-Regional B formado por 256 Cidades.

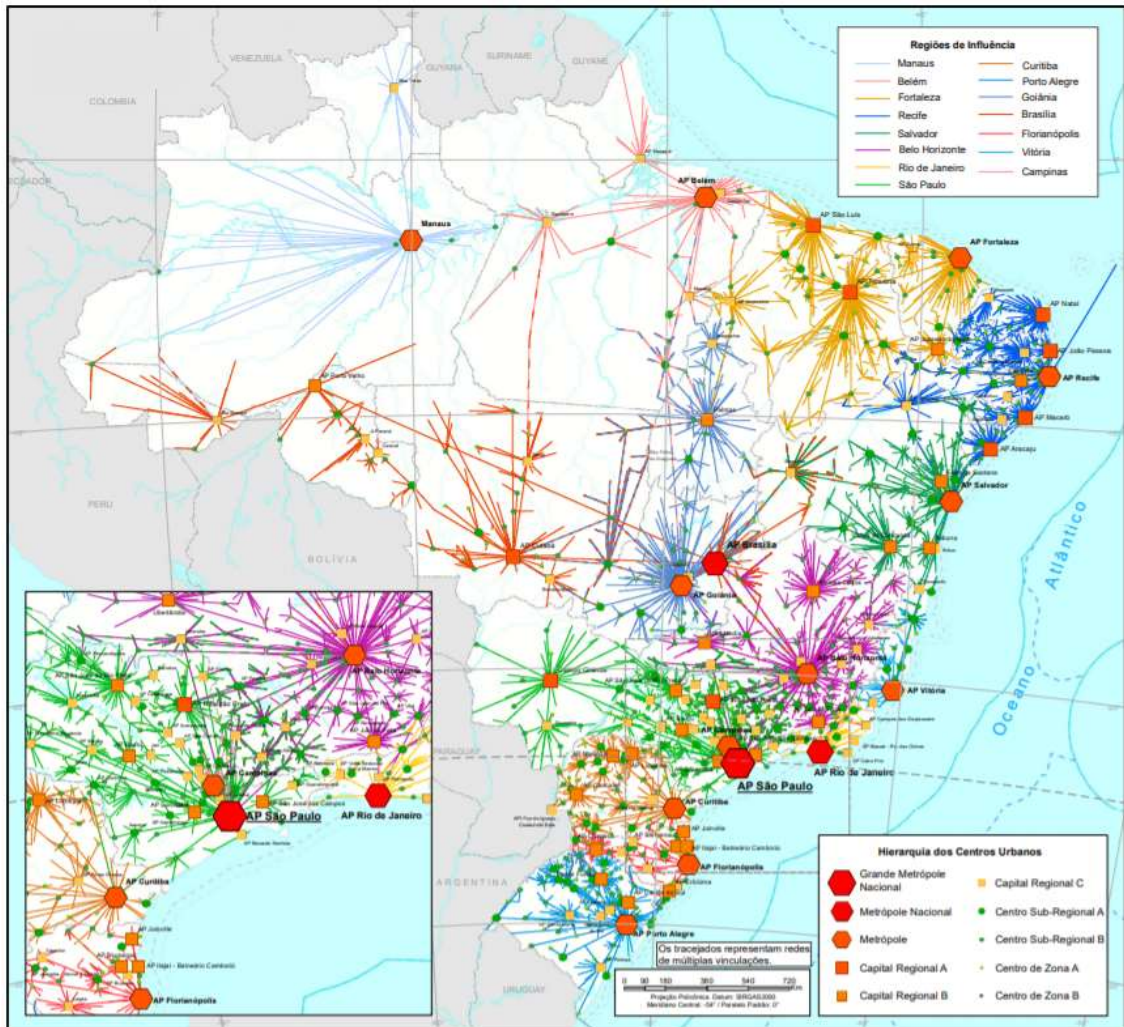
As Cidades classificadas no quarto nível da hierarquia urbana caracterizam-se por menores níveis de atividades de gestão, polarizando um número inferior de Cidades vizinhas denominadas Centro de Zona. São 398 Cidades com média populacional de 30 mil habitantes, subdivididas em dois conjuntos: Centro de Zona A formado por 147 Cidades e Centro de Zona B que soma 251 Cidades.

E por fim, os centros locais - esse último nível hierárquico categorizou 4.037 centros urbanos que exercem influência restrita apenas aos seus próprios limites

territoriais. Representam 82,4% das unidades urbanas do país e possuem uma média populacional de apenas 12,5 mil habitantes.

A Figura 16 resume a distribuição da hierarquia e suas (sub)redes no Brasil.

Figura 16 – Rede Urbana do Brasil, REGIC – 2018



Fonte: IBGE, 2020a.

Assim como outros estudos, a REGIC assume que o território e sua organização são o substrato que condiciona, e sobre o qual são implementadas as políticas públicas. A metodologia do estudo resultou no fracionamento do território nacional definindo níveis da hierarquia urbana e delimitando regiões de influência das cidades brasileiras. Ou seja, os resultados desses estudos ilustram o fato de que a organização da rede urbana, suas centralidades e as áreas de influência dos centros são fundamentais para o planejamento estatal e as decisões quanto à localização dos investimentos em atividades econômicas de produção, consumo

privado e coletivo, e implantação de serviços (públicos e privados) em bases territoriais, conforme aponta o próprio documento divulgado.

O resultado compõe a descrição das características gerais da rede urbana detectada e um conjunto de análises temáticas para qualificar as particularidades nas Cidades brasileiras na composição da rede urbana.

A base conceitual do estudo para composição da rede urbana leva em consideração a noção de cidade ou de centro urbano como unidades territoriais denominadas arranjos populacionais. Esses arranjos são compostos por mais de um município, que apresentam integração significativa em razão da contiguidade das áreas urbanizadas ou da presença de deslocamentos frequentes dos habitantes para trabalho ou estudo, ou seja, pelos movimentos pendulares<sup>9</sup>. Se um município não integra uma unidade qualquer ele é classificado como isolados, não participam de arranjo populacional.

Todos os Municípios que não compõem Arranjos Populacionais foram considerados Cidades, assim como os próprios Arranjos Populacionais – cada um considerado uma unidade urbana. Essa adequação é necessária tendo em vista que a Cidade, objeto do atual estudo, pode vir a ser composta por vários Municípios que são indissociáveis como unidade urbana. Trata-se de Municípios que possuem contiguidade em suas manchas urbanizadas ou que possuem forte movimento pendular para estudo e trabalho, com tamanha integração que justifica considerá-los como um único nó da rede urbana (IBGE, 2020b, p. 6).

A segunda noção conceitual base na operacionalização do estudo é a de regiões de influência. A região de influência é operacionalizada por meio de vínculos estabelecidos entre centros. Esses vínculos são medidos dos centros urbanos de hierarquia menor direcionando-se àqueles de maior hierarquia. Nesse estudo, a região de influência assume uma feição espacial reticular, ou seja, em formato de rede constituída por um conjunto de unidades urbanas que realizam ligações entre si. Nesse sentido o próprio termo “região” parece de certo modo impreciso, sendo talvez melhor pensar em uma rede de influência. Ainda que essa rede possa servir de base para regionalizações como foi utilizado pelo próprio IBGE em estudos posteriores à REGIC 2007.

---

<sup>9</sup> O movimento pendular refere-se ao deslocamento diário de pessoas entre municípios distintos, para fins de trabalho e ou estudo e moradia.

Essa região de feição reticular difere das regiões assumidas nos estudos de abordagens estritamente regionais, que delimitam polígonos com certo grau articulação urbana-regional, as quais compatibilizam os padrões da rede urbana à feição de regiões zonais, contíguas e sem superposições, comandadas por uma cidade-polo.

Ao contrário da abordagem mais recorrente de região, tomada como uma zona contígua, em geral sem superposições entre regiões vizinhas, a região reticular considerada na REGIC não necessariamente é contígua, e, dependendo da escala, apresenta superposições e duplas subordinações de Cidades (IBGE, 2020a, p. 7).

O estudo quantifica e qualifica as relações urbanas de comando e gestão, proximidade e distância entre os centros, em que a densidade dessas relações apontam o nível de polarização deles. Apesar disso, a escala de análise margeia a dimensão sub-regional e, no caso das AP de maior nível hierárquico, a dimensão regional. O estudo não abrange em nenhum momento relações intraurbana.

Entre os aspectos que permeiam a temática, conclui-se que a REGIC aporta o tema da rede urbana ao invés da região; qualifica a polarização em detrimento da homogeneidade; quantifica as relações/vínculos ao invés das características físico-culturais dos centros; move-se na escala regional oposta à urbana; leva em consideração o relacionamento/fluxo ao invés da desigualdade inerente; apreende a função/gestão do centro contrário a atividade na qual desempenha. Inclusive, as atividades de gestão determinam o nível de primazia do centro e sua área de influência definindo uma estrutura hierárquica entre os centros que inclusive contém sobreposições, mas que são distinguíveis entre si, diferente de assumir a materialização do policentrismo em uma única unidade territorial.

#### 4.2.2 Base Teórica das REGICs

Ao longo de suas edições, os estudos de rede urbana do IBGE citaram como referência diversos autores entre suas principais influências de Rochefort (1957) a Taylor (2019). Uma presença constante, contudo, sempre foi a Teoria do Lugar Central de Christaller (1966 [1933]), mesmo que não tenha sido utilizada de forma direta principalmente nas primeiras edições.

Em realidade, na prática esses autores muitas vezes foram mais inspirações e não modelos exatamente seguidos. Berry e Garrison (1968), citados na edição em IBGE (1972), por exemplo, são indicados apenas como uma das supostas duas maneiras à época de se construir indicadores de relacionamentos urbanos, mas foram preteridos pelo outro método de pesquisa direta, com apoio do IPEA. No estudo de 1972 não foi feita quantificação, mas apenas indicadas as relações existentes entre os centros.

Ainda que não aproveitado no método em IBGE (1972), o estudo de Berry e Garrison (1968) trata de fato da teoria de Christaller, que à época era menos citado, lembrando que sua tradução do alemão para o inglês só ocorreu em 1966 e o estudo que deu base à publicação do IBGE de 1972 era de 1967. Mesmo Lobato Corrêa à época costumava citar mais Bonetti (1964) – texto em italiano –, para citar a teoria de Christaller. Rochefort (1957) já citava Christaller, mas muito em função de seu texto do congresso francês: Christaller (1938). Talvez Santos (1959), ao menos entre os brasileiros, tenha sido um dos primeiros a citar a obra seminal de Christaller (1966 {1933}), mesmo assim muito com base na leitura de Dickinson (1952 [1947]).

Causa estranheza IBGE (1972) não ter referência explícita a Rochefort. A publicação que deu base a ela, publicada em 1967, foi coordenada por Pedro Pinchas Geiger, que em Geiger (1963) já utilizava este modelo, bem como Santos (1959) também já citava. Deveria ao menos ser citado na edição de 1972 por seu método de rede urbana que culminava numa hierarquia. A REGIC publicada em IBGE (2008) repara essa falha ao indicar Rochefort (1961, 1965) e Rochefort e Hautreux (1963) como referências para os estudos que deram base ao estudo de 1972. O método de Rochefort, de forma simplificada resultava num gráfico da população ativa no setor terciário pelo total no local e pela população ativa no setor terciário total dos locais. Esses dados eram clusterizados com base numa referência de corte e poderia ser usado para compor mapas.

A REGIC de 1978 (IBGE, 1987) foi coordenada por Lobato Corrêa e além de contar com referências a Berry explicitamente já cita Christaller em sua tradução em inglês de 1966. Além de diversos autores, chama a atenção por trazer o Espaço Dividido de Milton Santos já em sua versão em português de 1979. Com toda a dificuldade de absorção pragmática da teoria dos dois circuitos para ajustes de configuração da rede, Lobato Corrêa sempre defendeu a necessidade desse esforço. Lobato Corrêa alia durante sua profícua carreira a natural influência

francesa dos geógrafos brasileiros, o entendimento da geografia de Milton Santos e a experiência acadêmica do mestrado em Chicago com um dos maiores estudiosos e aprimoradores da teoria de Christaller, Brian Berry. Ainda assim, trata-se mais de uma preocupação do que da aplicação da teoria de Milton Santos.

A REGIC de 1993 (IBGE, 2000), traz além de alguns dos aportes teóricos anteriores, uma das publicações de maior referência à rede urbana em Corrêa (1989) e também Miossec (1976), com sua proposição de três tipos de rede, muito trabalhado no Brasil por Miguel Ribeiro em especial em Ribeiro (1998). A edição da REGIC 1993 traz alterações na forma de classificação dos centros que só ocorreram nessa edição.

Depois da alteração da REGIC em IBGE (2000), a REGIC 2007 (IBGE, 2008) viria resgatar a forma tradicional:

A atualização das Regiões de Influência das Cidades retoma a concepção utilizada nos primeiros estudos realizados no IBGE, que resultaram na Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas, de 1972, ou seja, estabelece inicialmente uma classificação dos centros e, a seguir, delimita suas áreas de atuação (IBGE, 2008, p. 131).

Após esse brevíssimo passeio, chega-se à REGIC 2018 (IBGE, 2020a). Seguindo a evolução já ocorrida na REGIC 2007, ela avança na compreensão da complexidade da rede, incluindo os aportes teóricos de Peter J. Taylor com sua Teoria dos Fluxos Centrais e os conceitos de city-ness e town-ness. Inova também ao integrar cada vez mais outros essenciais estudos da casa à REGIC:

O trabalho também se beneficiou de estudos anteriores do IBGE que forneceram dados diretos (LIGAÇÕES..., 2017), aprimoramentos metodológicos no tratamento dos dados de gestão (GESTÃO..., 2014) e melhor especificação da unidade espacial para a pesquisa (ARRANJOS..., 2016) (IBGE, 2020a p. 9)

Com especial atenção à Teoria dos Lugares Centrais de Christaller e a Teoria dos Fluxos Centrais de Taylor, realiza-se na subseção a seguir uma discussão mais específica de método sobre a REGIC 2018.

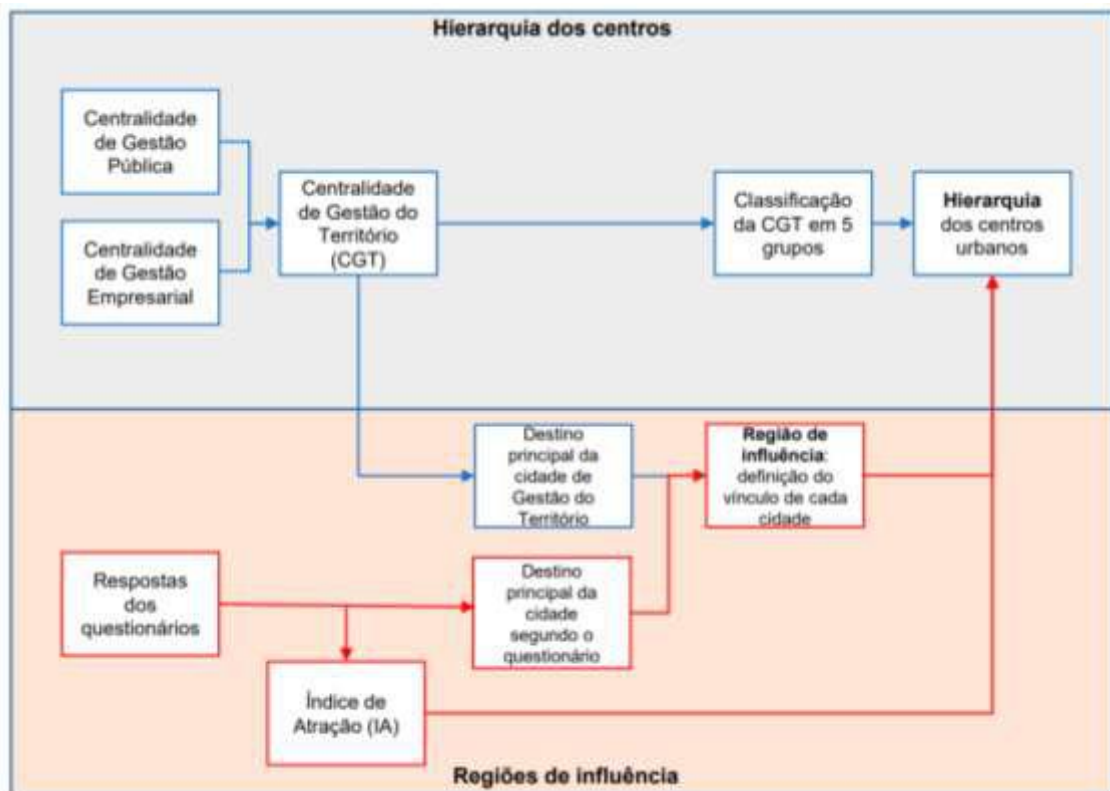
#### 4.2.3 Análise do método da REGIC 2018

A metodologia da REGIC 2018 é subdividida em quatro etapas (IBGE, 2020a, p. 5):

- Etapa 1: Definição da centralidade de gestão do território (CGT) das Cidades, classificação em 5 grupos de CGT e identificação das ligações entre Cidades por gestão do território;
- Etapa 2: Definição dos destinos principais para busca de bens e serviços, cálculo do Índice de Atração das Cidades e identificação das Metrôpoles;
- Etapa 3: Encadeamento da rede de Cidades e estabelecimento das regiões de influência; e
- Etapa 4: Definição da hierarquia dos centros urbanos remanescentes e ajuste dos vínculos de Capitais Regionais.

As etapas são organizadas conforme apresentado na Figura 17 a seguir.

Figura 17 – Etapas da definição das regiões de influência e da hierarquia dos centros urbanos



Fonte: IBGE (2020a)



A pesquisa atual dá continuidade aos trabalhos anteriores publicados mantendo a metodologia. Ela estabelece a classificação dos centros, privilegiando a função de gestão do território; avaliando os níveis de centralidade administrativa, jurídica e econômica; levando em consideração os diferentes equipamentos e serviços – atividades de comércio e lazer, atividades financeiras, ensino superior, serviços de saúde, internet, redes de televisão aberta e transporte aéreo<sup>10</sup>.

Serão tecidos a partir daqui análises do método, visando contribuir no seu aprimoramento e dar as bases para a construção de uma proposta de ajustes metodológicos. Dúvidas, comentários, críticas e sugestões foram reunidas nesta seção para alimentar a proposta. Os apontamentos após uma introdução sobre o uso do método de Christaller na REGIC seguem a ordem do passo a passo do procedimento de construção da REGIC, finalizando com ponderações sobre o uso do método de Taylor.

Como se mostrou, Christaller e sua teoria estão presentes como referência da REGIC desde as primeiras versões da pesquisa. Embora sabidamente seja uma teoria de cunho hierárquico, a lógica de relações entre os centros menores e os maiores seja no princípio de mercado (em geral o mais utilizado) seja nos princípios de transporte ou administrativo, pressupõe uma distribuição múltipla, onde um centro de menor expressão está sempre vinculado à busca de produtos e serviços em mais de um centro hierarquicamente superior. Ainda que Berry e Garrison (1968) defendam que se devam aproveitar apenas os princípios da teoria devido às falhas

---

<sup>10</sup> Para determinar o grau de centralidade da gestão, verificou-se a existência de órgãos como Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Secretária da Receita Federal – SRF, Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, Tribunais Superiores (federal) e tribunais de 1a e 2a instâncias. Além da distribuição desses três órgãos, considerou-se ainda a localização das sedes de órgãos da administração indireta, como: Agências, Conselhos Nacionais, Fundações e Institutos de Caráter Nacional e Superintendências. Visando compreender de que modo se dava a gestão empresarial, tomou-se por referência o Cadastro Central de Empresas, do IBGE, do ano de 2004. As instituições financeiras foram analisadas a partir dos dados do Banco Central do Brasil e os equipamentos, serviços e comércio, com base nos dados da Classificação Nacional de Atividades Econômicas. As informações relativas à educação foram adquiridas com base nos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Os dados de saúde foram extraídos do Sistema Único de Saúde – SUS. As informações referentes aos domínios de Internet, por sua vez, foram cedidas pelo Registro de Domínios para a Internet no Brasil - registro.br e os dados para análise das conexões e transportes aéreos foram concedidos pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC. Por fim, outras informações foram retiradas de fontes secundárias, municípios e censos realizados pelo próprio IBGE como quantidade de bens e produtos por domicílio. Ver IBGE, 2008.

de seu determinismo geométrico, esse princípio parece fazer algum sentido.

De fato em geral, o resultado das análises dos dados da REGIC sempre vai indicar múltiplos vínculos, mas o método explicitamente elimina essa heterarquia pra construir a estrutura em árvore da REGIC. Mesmo o recente aporte de Taylor, corretamente elogiado por sua construção não hierárquica, é utilizado na atual REGIC mais para a hierarquização do que para a discussão “horizontal” do autor (existente, mas secundária ao método principal da REGIC). Ainda que se considere de fato complexo trabalhar e apresentar uma rede de múltiplos vínculos seus resultados são importantes para entender os impactos interterritoriais de um lugar em relação ao outro.

Tratando especificamente da Etapa 1, de forma justificada por sua escala, não são abordadas as instituições estaduais (IBGE, 2020b, p. 7). As análises dos subsistemas e os recortes regionais podem com isso ter suas centralidades e vínculos distorcidos. Pelo cálculo de centralidade ele capta não apenas a hierarquia, mas a soma de peso, que aumenta a massa de Milton Santos se aproximando mais da lógica gravitacional do que da observação de sua atratividade sobre o território. Maior número de instituições nesse caso representa mais o porte populacional do próprio arranjo/município isolado do que de fato a atratividade. Aproxima-se assim mais da ideia de nodalidade do que de centralidade.

A utilização de quebras naturais (Jenks) é um grande avanço para evitar viés nos cortes, mas se pergunta por que o uso de dez grupos como indicado em IBGE (2020b, p. 8). Em outros passos processuais, entretanto, foram usados outros critérios de corte, como o desvio médio (IBGE, 2020b, p. 14, 25) e intervalos iguais (IBGE, 2020b, p. 15), ou mesmo acrescentando pesos não existentes em outras etapas de cálculos similares. (IBGE 2020b, p. P27-28)

Apesar de se defender o uso de Jenks aqui, não parece proceder a defesa do ponto de vista de comparação temporal como colocado em:

Os valores de centralidade foram classificados em 10 níveis de centralidade a partir do Algoritmo de Jenks, que identifica as quebras entre classes, utilizando fórmula estatística que consiste basicamente na minimização da soma de variância dentro de cada grupo. Isso permitiu ter os resultados tão comparáveis quanto possível aos da pesquisa REGIC 2007 e Gestão do Território 2014 (GESTÃO..., 2014). (IBGE, 2020b, p. 8).

Observa-se que a gestão empresarial não parece seguir exatamente a mesma lógica da gestão pública. A pública é mais gravitacional (embora na identificação das ligações da rede evidentemente leve em consideração a relação). A empresarial tem já um peso da ligação, mas a contabilização parece ser discricionária assim como o corte para ser considerado centro empresarial para cálculo. Um dos pontos é não conseguir pesar de forma diferente o fato de ser filial ou de se instalar a matriz. Deve ser em função da adoção da forma de cálculo de Taylor, mas talvez na escala que se trabalhe fossem necessários ajustes. Outra limitação é não incluir o peso do tamanho da empresa. Além disso, há coisas que a lógica filial-matriz não capta como as franquias, mas se sabe da dificuldade de obter esses dados. Parece enfim misturar duas coisas: i) a atratividade pela demanda (que seria o caso da instalação de filiais), que tem mais relação com a tradicional visão de rede urbana na localização conforme o mercado; e ii) a localização da matriz que de fato guarda correspondência com a ideia de gestão empresarial que parece se querer.

Considera-se necessário, portanto, discernir o comando e gestão da atração em sentido estrito. De que forma o comando afeta a rede? Ele cria relação palpável entre o município/arranjo comandante e os comandados? A centralidade de TV, de bancos, de sedes de empresas de todos os setores, de internet, de órgãos públicos em suas diversas dimensões trazem que efeito prático sobre a rede? Seria o caso de criar uma categorização com base na intensidade desse efeito na dinâmica de rede?

A gestão do território (IBGE, 2020b, p. 10), por sua vez, usa as duas anteriores (gestão empresarial e pública) para cálculo, mas considera na classificação final apenas os centros que possuem os dois tipos de gestões. Não se perde com isso? O uso de log ao eliminar a distorção de escala do resultado dos dois tipos de gestão não poderia deixar de perceber a diferença de intensidades? Não poderiam usar uma normalização em cada um deles em lugar de log? Por fim, todos os setores de ambos têm que ser vistos da mesma forma com o mesmo peso? Que tipo de atração ou centralidade gera cada dimensão? Não daria para distinguir?

De fato, desconsiderar os fluxos das cidades maiores para as menores (IBGE, 2020b.p. 11) foi uma estratégia usada não apenas nessa versão da REGIC, mas não seria arriscado e estritamente determinístico? Não seria uma rigidez do olhar hierárquico influenciado pela ótica gravitacional, que não permite que se entenda de

forma heterárquica a realidade das interações interurbanas?

Ao considerar a força da relação apenas em função da hierarquia do maior centro do par (IBGE, 2020b, p. 12), o método deixa de captar e relativizar essa força conforme a especialidade e diversidade entre os centros. Em tese uma relação entre nós de maior hierarquia é mais forte que uma relação entre hierarquias extremas, pois exigiria uma especialização ainda maior para acontecer. Embora a atração entre centros de hierarquia mais alta possa ocorrer em função do simples excesso de oferta, a tendência é o deslocamento e a busca a maiores distâncias quando não se tem localmente o serviço à disposição. Talvez o cálculo mais apropriado fosse a soma das duas centralidades dos nós que compõem a ligação.

Considera-se que um dos papéis da geografia, representado em sua cartografia, é tornar visíveis fenômenos não percebidos ou distorcidos pelo senso comum. Ainda que o IBGE utilize percepções qualificadas para captar os destinos principais de bens e serviços (IBGE, 2020b, p. 16), mesmo essas pessoas qualificadas podem não ter a real percepção, ou ao menos não uma percepção adequadamente quantificável da distribuição de fluxos. Não se advoga pela eliminação dessa forma de coleta, apenas que sempre que possível – como parece já se estar evoluindo – contar com dados quantitativos objetivos. Os dados de percepção seriam para qualificar o dado secundário ou quando não houver outras fontes.

Nesse sentido, ao menos sobre os dados de saúde, de acesso a aeroporto e educação, já se dispõe de registros secundários que os captam. Quando não houver dados de fluxo, dados de estoque poderiam servir ao menos como validadores da percepção, como já parece se fazer com dados de transporte de forma geral na REGIC. Ainda que nesse caso tenha um peso igual a um conjunto de dados que são obtidos apenas por percepção.

Isso é importante de se discutir, porque diferentemente do estudo de 1972, por exemplo, as percepções nas REGICs atuais são convertidas em números, compondo na atual edição o cálculo do Índice de Atração das Cidades (IBGE 2020b, p. 17). Por se tratar de percepção ponderada pela população tende-se a superestimar as maiores cidades e gerar viés quanto ao percentual de distribuição das viagens. Registros administrativos funcionariam melhor ou ao menos como calibradores.

A lógica do índice de atração lembra o índice de centralidade de Bracey

(1953). De forma resumida Bracey (1953, p. 96-97) lista 15 atividades supostamente de uso mais cotidiano divididas em três grupos e por meio de um questionário em cada paróquia se contabiliza em que cidades essas atividades são supridas. Cada atividade conta um ponto e se for indicada mais de uma cidade para supri-la divide-se esse ponto por tantas cidades quanto sejam citadas, podendo assim se obter tanto a força de uma cidade quanto a dependência relacional de cada paróquia a cada cidade (Bracey, 1953, p. 97). Os questionários não foram respondidos por meio de uma amostra aleatória, mas por representantes da sociedade (diretores de escola, presidentes de conselhos paroquiais, padres) e verificadas junto a funcionários e representantes dos conselhos distritais. Corrêa (1974) fez referência ao índice de centralidade de Bracey (1953) e talvez tenha influenciado sua lógica dentro do IBGE.

Há sempre o dilema de conceber métodos e cálculos “imparciais”. Esforça-se por usar Jenks nas quebras de grupos, mas ao mesmo tempo são feitos ajustes manuais pela suposta distorção ou resíduos, como indica IBGE (2020b, p. 18). Evidentemente ajustes manuais podem fazer parte do método, o risco apenas é a discricionariedade que isso gera e que em alguns casos pode alterar de forma significativa ao menos para algumas frações analisadas o que os cálculos indicavam antes. As justificativas nesse caso não podem ser apenas de descolamento com a realidade sob o risco de tirar a legitimidade e validade do método.

IBGE (2020b, p. 21) considera como circularidade no encadeamento, quando não se consegue definir de maneira clara o principal sentido do fluxo, ainda assim se opta por definir pelo porte populacional a direção a adotar. Essa constatação heterárquica ainda que apenas em sete casos, aponta apenas os casos extremos, pois os fluxos em geral são bidirecionais e podem ser distinguidos enquanto dimensão reveladora de uma complementaridade que alguns indicam como heterarquia e outros consideram como uma hierarquia setorial. Além da investigação de situações não tão extremas, caberia a discussão se não seriam, ao menos as situações extremas, casos de extensão de arranjos. Dentre os sete casos, três são baianos: Ilhéus (BA) → Itabuna (BA); Porto Seguro (BA) → Eunápolis (BA); Correntina (BA) → Arranjo Populacional de Santa Maria da Vitória/BA.

Por sua vez, IBGE (2020b, p. 22) considera como redundância, quando se observa que uma cidade tem dois destinos de busca por serviços/comércio e entre esses dois há uma relação hierárquica já estabelecida. A REGIC utiliza-se do que

chama de transitividade para eliminar o destino de maior hierarquia considerando que a cidade de origem segue o fluxo hierárquico mais linear. Mais uma evidência da heterarquia, portanto.

Se a intenção é a compreensão das interações, compreendendo o efeito da ação em um território sobre o outro, essa simplificação no método gera prejuízo nessa finalidade, ainda que possibilite a geração de um desenho de rede hierárquica “mais limpo”. Nesse sentido a pureza da estrutura hierárquica da rede passa uma percepção limitada para atuação sobre o território.

A hierarquia mínima via encadeamento para indicar a categoria do nó gera uma rigidez que é muito influenciada pela interconexão. Considerar que um nó da rede não pode ter hierarquia abaixo de  $x$  por que a ele se liga um nó  $x-1$  não permite identificar cidades que não tenham capacidade, mas terminem fazendo as vezes de centros maiores devido às lacunas na rede. Uma proposta poderia ser identificar quais centros tomam para si a responsabilidade mesmo sem ter muita condição, o que inclusive auxiliaria na identificação de centros nos quais o governo deveria investir.

Em alguns casos ainda se usam dados de estoque podendo ser usado dado de fluxo como no caso exemplificado pela REGIC 2018 de equipamento de tomografia computadorizada (IBGE, 2020a, 113). Ainda que alivie o efeito meramente de demanda ao considerar apenas existência ou não do equipamento, são de fato os dados de fluxo (que foram também usados) que determinam se há centralidade efetiva ou apenas nodalidade (Preston, 1971, p. 138) ou massa (Santos (2014 [1996], p. 275).

Claro que a especialidade limita quais centros têm capacidade de atender o quê, mas se pode colocar isso na conta da nodalidade e ao fim comparar de fato a nodalidade com a efetiva centralidade, inclusive comparando o percentual da demanda que não é consumida pelo próprio centro. E aí comparar para ver se o centro está ainda com “capacidade ociosa”. O volume total de pessoas atraídas seria um indicador, mas outro seria a especialidade. As especializações poderiam também auxiliar na distinção entre escala urbana ou interurbana. No caso de saúde ambulatorial poderia ser uma escala mais urbana, ao menos as mais generalistas, enquanto a internação e altas complexidades seriam uma escala interurbana da rede urbana.

O último ajuste de vínculos realizado no método usado pela REGIC 2018

(IBGE 2020b, p. 28) das capitais regionais às metrópoles é feito pela proximidade entre eles. Ainda que dentro dos principais destinos da gestão de território, parece ser um critério frágil ainda mais nessa escala. Nessa escala considera-se que a distância em si não seja o mais relevante e isso pode ser verificado comparando-se aquelas que tinham outro parâmetro e o que aconteceria com elas se tivesse sido aplicado esse critério. Se em boa medida não teriam mudado de classificação indicaria ser um bom critério, caso contrário reforça-se a crítica a esse critério.

As TVs e jornais parecem se enquadrar mais na ótica de comando do que na de cálculo da rede como se faz com uso dos questionários. De fato, não se trata aqui de busca por serviço ou comércio em outro lugar. Estão mais próximas da ideia de um centro que comanda, nesse caso, influenciada pela informação e seus hábitos.

Uma estratégia essencial para a diferenciação e comparação entre a nodalidade e a centralidade foi feita, por exemplo, na análise das conexões aéreas da REGIC 2007, onde se comparou o fluxo efetivo com o fluxo estimado pela ótica gravitacional (que leva em conta a massa, no caso população e a distância entre os centros). Considera-se essencial realizar também essa comparação espacialmente com base nos polígonos de Voronoi para ver se centros de suposta mesma nodalidade tem centralidades em alcance similar analisando também o percentual da nodalidade absorvida pela população do próprio local diminuindo sua importância na rede, ainda que mantenha alta nodalidade. Para política pública isso importa para saber até onde o investimento num território beneficia pessoas de outros territórios.

Feitas essas observações sobre o método na REGIC 2018, aborda-se a seguir o método de Taylor e sua apropriação pela REGIC. Interessa essa análise específica ainda que breve e simplificada por se tratar da referência inovadora trazida apenas na edição da rede do IBGE publicada em 2020.

Diferentemente de outros autores que não seguiram Christaller, como Rochefort ou mesmo Milton Santos (ainda que tenha se dado ao trabalho de demonstrar alterações na teoria dele para se adaptar melhor aos países “subdesenvolvidos”), Taylor não renega a teoria, apenas considera que ela explica apenas uma das duas relações que ele considera que as cidades possuem entre si. Isso tampouco se assemelha ao esforço de Berry e Garrison, já que estes consideram válido se apropriar da teoria desde que fiquem com o cerne principiológico dela.

A contribuição de Taylor foi trazer à cena uma relação que estava imiscuída

em outras categorias quando se aborda a rede e interpretá-la sob um novo papel. Tradicionalmente se trabalhava com abordagens intraurbanas, interurbanas e regionais no sentido econômico-produtivo. Até se distinguiam serviços mais simples e voltados às famílias de serviços financeiros e mais avançados em tecnologia, inovação, complexidade, criatividade ou mesmo por serem prestados genericamente às firmas e não às famílias. São categorias já conhecidas.

Muitos autores – inclusive alguns citados pelo próprio Taylor – tentavam diferenciar os serviços que regem as cidades globais, como Sassen, entendendo a relação diferenciada entre elas e que se distinguem e muitas vezes se sobrepõe às relações entres estados-nações. Considerando também que são as empresas que regem as relações não os Estados, ainda que muitos de fato ainda personalizassem as cidades enquanto atores. A primeira distinção é que Taylor não considera as cidades como atores para essas relações que ele chama de city-ness e que se referem aos serviços avançados. Em segundo lugar ele coloca essas atividades em um nível separado considerando com subnodal onde se faz a conexão entre a economia e o nó que é a cidade. Ele considera que são esses serviços avançados – que não personalizam as cidades como atores em competição, pelo contrário, se valem delas para distribuir suas filiais – que viabilizam e na prática dão o tom na economia global. Ainda que seja mais abrangente esse conceito de serviços avançados de Taylor lembram de algum modo o que Gottmann (1961) já tinha citado e desenvolveu melhor em Gottmann (1970): o quaternário. Para ele (Gottmann, 1970, p. 325) seriam serviços mais especializados e com maior exigência de qualificação. Considera-se abranger também a atual noção de economia criativa.

Para ele a distribuição dessas grandes corporações contábeis, advocatícias e publicitárias define essa subnodalidade, atraindo-as para os grandes centros. A distinção que ele faz quanto à teoria dos lugares centrais, é que esta explica as relações de town-ness, os serviços mais básicos relacionados às famílias numa lógica centro-hinterlândia. O town-ness teria relação hierárquica, caráter que as relações de city-ness, segundo Taylor, não teriam. A competição entre cidade na relação de city-ness se restringiria ao desejo de atrair as firmas, mas são estas que competiriam de fato (Taylor, 2001, p. 192).

Para Taylor, Hoyler e Verbruggen (2010, p. 25) enquanto a teoria de Christaller se funda na geração do fluxo pela existência do fixo, na teoria dos fluxos centrais o que ocorre é inverso: o fluxo da distribuição dos serviços avançados pelas



grandes empresas entre suas matrizes e filiais propiciaria a geração do fixo na escala global.

Os serviços avançados às empresas, foco do modelo de Taylor (2001), são uma parte de uma categoria já identificada como serviços às empresas. A categorização que permite extrair essas atividades, apontadas na nova REGIC, permite também classificar as atividades em serviços às famílias, além dos agrupamentos oficiais e outras que auxiliam na compreensão da diferenciação do território. Com isso se permitirá vislumbrar o papel de cada cidade numa análise regional econômica, mas também a sua responsabilidade territorial no provimento de serviços, mesmo não seguindo o geometrismo de Christaller

Em resumo, para Taylor (2001, p. 181):

As cidades mundiais são geralmente consideradas como um sistema urbano ou rede de cidades, mas nunca são explicitamente especificados na literatura. Neste artigo, a rede mundial de cidades é identificada de uma forma diferente por meio de três níveis de estrutura: i) as cidades como os nós, ii) a economia mundial como o nível da rede supranodal, e; iii) as empresas de serviços avançados como um nível subnodal crítico. Estes últimos criam uma rede interligada através das suas estratégias de localização global (Taylor, 2001, p. 181, tradução livre)<sup>11</sup>

Para Taylor (2001, p. 184), na rede mundial de cidades, é o componente subnodal (a empresa de serviços avançados), que é o ator principal.

É primorosa a análise de Taylor (2001) quanto à existência de serviço avançado com boa conexão espacial e a probabilidade de uma empresa contratar um desses serviços tendo presença em outra cidade. Entretanto, a interpretação disso como dominante na centralidade, mesmo que seja válida na escala analisada por ele, não parece ter esse peso na escala nacional, muito menos na subnacional. Além de as relações nessa escala mais próxima já ocorrerem de outras formas, com subcontratação de empresas, parcerias, ou presença temporária sem necessidade de filiais, o próprio avanço tecnológico contribui pra novas configurações. O ensaio feito pelo autor é de cunho tão hierarquicamente alto em nível global, que sequer

---

<sup>11</sup> “World cities are generally deemed to form an urban system or city network but these are never explicitly specified in the literature. In this paper the world city network is identified as an unusual form of network with three levels of structure: cities as the nodes, the world economy as the supranodal network level, and advanced producer service firms forming a critical subnodal level. The latter create an interlocking network through their global location strategies for placing offices.”

São Paulo aparece na sua aplicação. Ao menos na escala que o IBGE trabalha a subnodalidade dos serviços avançados não parece ter essa preponderância.

Além disso, há muita endogeneidade envolvida nessas constatações. Qual o peso da centralidade geral para o centro ter grandes matrizes de empresas? Ou por ter serviços avançados a elas? Ou por ter um conjunto diverso e especializado de atividades? Por ser um lugar com melhores condições de vida? Por ter um considerável contingente de potenciais clientes? Por ter um forte incentivo do Estado? A escala subnacional não parece operar de forma tão forte como na ótica de Taylor.

Deste modo Taylor alcança uma capacidade de análise relacional das grandes empresas com as grandes cidades usando como viabilizador os serviços avançados a elas prestados. Contribui sem dúvida para o aprimoramento das análises de rede urbana. Em especial pelo louvável e indispensável esforço para tornar visível o invisível: a rede de relacionamentos entre as cidades com base no que supostamente define a viabilidade das cidades globais avançando de forma pragmática e objetiva na identificação do que em geral para ele ficava apenas na genérica categorização teórica. Isso de fato torna mais palpável ao mercado e ao Estado estabelecer suas estratégias.

Entretanto, esse avanço além de restrito à rede global de cidades, que estão no topo da hierarquia, não sobrepõe nem propõe uma conexão disso com a condição socioeconômica das famílias, como efeito em grande medida dessas estratégias das grandes empresas. Como tradicionalmente se faz nas teorias locacionais, o foco é econômico, sem preocupação em “descer” à questão social. Outra grande contribuição é identificar conforme sua teoria a causa ou ao menos as condições necessárias para a localização das grandes empresas e (supostamente em consequência) das grandes cidades. Taylor (2019) tentou inclusive demonstrar a validade geral no tempo de sua teoria, ao alterar a variável como fez ao aplicar sua teoria à antiga Mesopotâmia.

A REGIC 2018, ainda que eleve Peter J. Taylor com referência aprimorada, usa a própria teoria dele para hierarquização. O fato de poder utilizar alguma equação de Taylor para o cálculo não elimina seu uso supostamente desvirtuado para identificação hierárquica. Na prática mantém o que era feito nas edições anteriores da REGIC. O uso para a REGIC parece ser completamente condizente, apenas não é a aplicação do método de Taylor propriamente dito, por dois motivos:

hierarquização e abandono do foco subnodal dos serviços avançados às empresas.

Importante destacar do método de Taylor que town-ness e city-ness são processos e não lugares, são fenômenos que estão presentes nos lugares centrais, mas com pesos diferentes (Taylor, Hoyler e Verbruggen, 2010, p. 14).

Não parece ser exato considerar a teoria de Christaller como local, como apontam Taylor, Hoyler e Verbruggen (2010). Mais do que discutir distâncias e proximidades, o entendimento dos autores para town-ness e city-ness (e a capacidade de a Teoria dos Lugares Centrais dar conta de explicar a primeira) se referem a uma dimensão conceitual de atividades. Tampouco parece ser claro o enquadramento hierárquico exclusivamente a uma dessas noções. A análise heterárquica se encarregaria de constatar essa característica que talvez não seja intrínseca e determinística a noção de town-ness nem a de city-ness.

Após essa breve revisita a Taylor, percebe-se que serão sempre necessários ajustes metodológicos às propostas apresentadas seja na Teoria do Lugar Central, seja na do Fluxo Central. Se esta peca por se adequar mais à escala global, aquela recebe sempre críticas aos limites de adequação apenas a uma rede menor mais regionalizada e pouco avançada. Ficam os princípios basilares como indicam Berry e Garrison (1968) sobre a teoria de Christaller.

De fato, a apropriação das teorias e modelos pelo IBGE na elaboração das REGICs tem que ser vista, portanto, de forma nem rígida nem fiel. Por vezes são tidas como inspirações, outras como meros registros. Mesmo quando apropriada não o são em sua inteireza e pureza, sendo sempre foco de ajustes e algumas vezes de subversões aos olhos dos mais puristas. O esforço é muito válido e essencial, sendo essas experiências as mais abrangentes, evoluindo em técnica e se aprimorando com o acréscimo de dados e ferramentas digitais. Percebe-se, entretanto, que dentre as influências a mais perceptível ainda é a de Rochefort, que também tem base em Dickinson como explicitado por Rochefort (1957). A intenção de forma alguma é desmerecer a pesquisa, muito pelo contrário. Assumindo sua importância torna-se ainda mais relevante promover análises e tentar contribuir com aprimoramentos.

A subseção seguinte se destina a verificar o resultado dessa rede (a REGIC) na Bahia, ou mais precisamente no subsistema capitaneado por Salvador.

#### 4.2.4 A Bahia na REGIC

Analisando os dados sistematizados por Moreira (2014 [1985], p. 59-60), percebe-se a força da Bahia na indústria (têxtil) em 1875, mas já caindo sua participação de um quarto para um terço em 1885, perdendo a primazia para Minas Gerais e com o Rio de Janeiro quase se igualando. Perdendo força até 1919, a têxtil ainda representava 27% do valor de produção da indústria, mas ficando atrás apenas da indústria alimentar. Estas duas indústrias se manterão com as duas principais até a década de 1940.

As décadas de 1950 e 1960 iniciarão outro processo produtivo industrial no estado, tendo sido citado, por exemplo, estudos de rede de 1959 de Milton Santos sobre a região do Recôncavo já usando método de Rochefort (1956). Milton considerava à época a importância também da rede de Jequié e Ilhéus-Itabuna na zona Cacaueira, desenvolvendo estudo em Santos (1956) mais descritivos sem o aporte do método de Rochefort (1956). Destaca-se também estudo de Andrade (2013) sobre o mesmo Recôncavo, mas retrocedendo na história para analisar a rede urbana colonial da região. Poderia ser citado também os estudos de Bernardino de Souza das primeiras duas décadas do século XX para um entendimento prévio das dinâmicas de rede na Bahia. Sobre Bernardino destaca-se o recente esforço para recuperar seu nome na história da geografia baiana e nacional por meio de autores como Baumgartner (2017) e Sousa (2017), tanto por trazer a teoria alemã de final do século XIX como por já discutir temas tão em voga hoje vinculados também à rede urbana como cidades pequenas e médias.

A década de 1960 para a Bahia de fato é um marco também devido à nova regionalização do Brasil que a tirou da Região Leste para a região Nordeste e como aponta Santos (1987, p. 5):

Ao longo da primeira década do século [XX], a situação industrial relativa da Bahia, dentro do país, tende a perder importância, somente voltando a ganhar relevo a partir dos fins dos anos 50 e principalmente de 70" (...) "recentemente [a indústria localizada no Estado da Bahia] ganha expressão de um ponto de vista estratégico, graças à instalação de um polo petroquímico, à criação de indústrias metálicas e mecânicas, à implantação de indústrias bélicas (Santos, 1987, p. 5).

As grandes transformações no estado se deram, portanto, a partir dessas

dinâmicas, que incluíram a Petrobras na década de 1950, o CIA na década de 1960 e o Polo Petroquímico na década de 1970. A recém vendida Refinaria Landulpho Alves (RLAM) antes de 1957 denominada de Refinaria Nacional do Petróleo foi inaugurada em 1950 antes mesmo da criação da Petrobrás em 1953. A disputa pela primazia regional (considerando o Nordeste e não a antiga região Leste) entre Salvador e Recife torna necessária a comparação evolutiva entre as duas.

Após esse processo de industrialização, surgem as bases econômicas recentes do estado e da rede urbana capitaneada por Salvador, focos para aplicação do método do capítulo seguinte. Esta seção apresenta esse subsistema da rede como resultado da REGIC 2018. Essa descrição e alguns ajustes ao recorte pretendem apenas apresentar a base que vai ser utilizada para aplicação.

Os arranjos populacionais dessa rede do IBGE ajustados com os arranjos territoriais do Ipea dão origem à seguinte listagem (Quadro 6).

Quadro 6 – Arranjos populacionais IBGE adaptados pelo IPEA para a Bahia

Arranjo Territorial	Município	Arranjo Territorial	Município
<b>Brejões - Nova Itarana/BA</b>	Brejões-BA	<b>Porto Seguro/BA</b>	Porto Seguro-BA
	Nova Itarana-BA		Santa Cruz Cabrália-BA
<b>Cachoeira - Muritiba/BA</b>	Cachoeira-BA	<b>Salvador/BA</b>	Camaçari-BA
	Governador Mangabeira-BA		Candeias-BA
	Muritiba-BA		Dias d'Ávila-BA
	São Félix-BA		Lauro de Freitas-BA
<b>Catu/BA - Pojuca/BA</b>	Catu-BA		Madre de Deus-BA
	Pojuca-BA		Mata de São João-BA
<b>Conceição do Almeida - Sapeaçu/BA</b>	Conceição do Almeida-BA		Salvador-BA
	Sapeaçu-BA		São Francisco do Conde-BA
<b>Feira de Santana/BA</b>	Amélia Rodrigues-BA		São Sebastião do Passé-BA
	Feira de Santana-BA		Simões Filho-BA
	São Gonçalo dos Campos-BA		
<b>Itabuna/BA - Ilhéus/BA</b>	Ilhéus-BA	<b>Santa Maria da Vitória/BA</b>	Santa Maria da Vitória-BA
	Itabuna-BA	São Félix do Coribe-BA	
<b>Itapetinga/BA</b>	Itambé-BA	<b>Ubaitaba - Aurelino Leal/BA</b>	Aurelino Leal-BA
	Itapetinga-BA		Ubaitaba-BA
	Macarani-BA	<b>Vera Cruz - Itaparica/BA</b>	Itaparica-BA
	Vera Cruz-BA		
<b>Petrolina/PE - Juazeiro/BA</b>	Juazeiro-BA		
	Petrolina-PE		

Fonte: Elaboração própria com base em adaptação de IBGE (2016)

A aplicação se resumirá a abordar comparativamente os exemplos dentro da mesma hierarquia e a diferença destes com outras hierarquias. Serão utilizados para não estender muito o estudo apenas as primeiras hierarquias, da metrópole (1C) ao centro sub-regional B (3B), reunindo 3 hierarquias no total de 6 sub-hierarquias abrangendo 23 municípios ou arranjos, conforme o Quadro 7 a seguir:

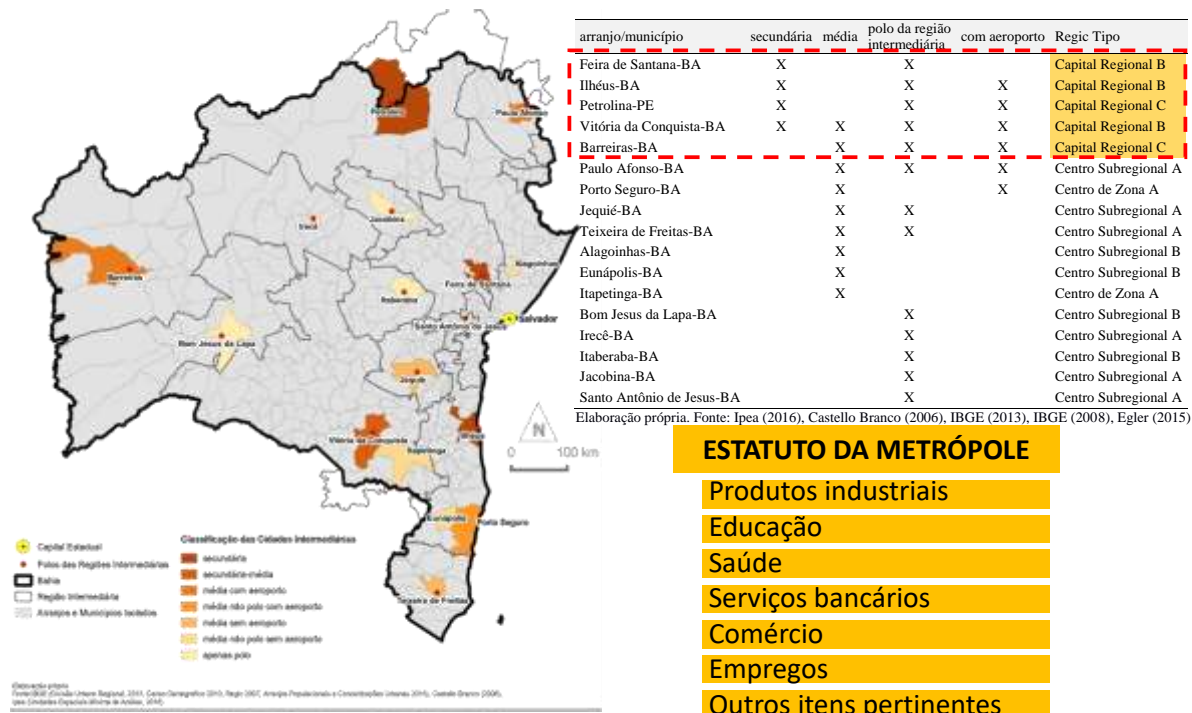
Quadro 7 – Topo da hierarquia urbana de influência baiana na REGIC

"Cidade"	REGIC código	REGIC hierarquia
Salvador	1C	Metrópole
Aracaju	2A	Capital Regional A
Ilhéus	2B	Capital Regional B
Vitória da Conquista	2B	Capital Regional B
Feira de Santana	2B	Capital Regional B
Barreiras	2C	Capital Regional C
Jacobina	3A	Centro Sub-regional A
Guanambi	3A	Centro Sub-regional A
Jequié	3A	Centro Sub-regional A
Paulo Afonso	3A	Centro Sub-regional A
Santo Antônio de Jesus	3A	Centro Sub-regional A
Irecê	3A	Centro Sub-regional A
Teixeira de Freitas	3A	Centro Sub-regional A
Itabaiana	3B	Centro Sub-regional B
Valença	3B	Centro Sub-regional B
Ribeira do Pombal	3B	Centro Sub-regional B
Itaberaba	3B	Centro Sub-regional B
Brumado	3B	Centro Sub-regional B
Cruz das Almas	3B	Centro Sub-regional B
Bom Jesus da Lapa	3B	Centro Sub-regional B
Senhor do Bonfim	3B	Centro Sub-regional B
Alagoinhas	3B	Centro Sub-regional B
Eunápolis	3B	Centro Sub-regional B

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2020a)

Para além da hierarquia da REGIC, estudos mais recentes do próprio IBGE e de seus pesquisadores apontam para a possível identificação de outras cidades que promovem a intermediação do espaço. São cidades que agem como polos imediatos de regiões menores ou apresentam infraestrutura para tal. Aveni, Galindo e Oliveira (2016) reúnem diversos critérios de identificação de “cidade médias” para a Bahia, consolidando o resultado na Figura 18.

Figura 18 – Cidade médias baianas por critérios diversos



Fonte: Aveni, Galindo e Oliveira (2016)

Inclui-se na análise, portanto, além dos municípios/arranjos selecionados pelo critério da REGIC, o arranjo Petrolina-Juazeiro e os arranjos de Porto Seguro e de Itapetinga. Com esses ajustes de inclusão de uma lógica intermediadora para além do arranjo metropolitano e das capitais regionais e centros sub-regionais, parte-se a comparar os pares de cada grupo e a média de cada grupo um com o outro. Qual seria a eficácia da prestação do serviço de saúde e educação entre eles? Qual a extensão de sua rede sobre as cidades menores e como cada ente dentro da mesma hierarquia cumpre sua responsabilidade territorial? Como suas atividades econômicas básicas se conectam com uma rede mais ampla e como isso impacta na condição de vida de sua população? Como os circuitos interferem e são afetados por essas dimensões? O trabalho (emprego e renda), como já apontado, será o elo perdido para tentar captar essas interações socioespaciais.

Ainda que essa seja uma seleção relativamente adequada de cidades intermediadoras da Bahia, para viabilizar a análise ainda será feito um recorte limitando a análise à categoria de Concentração Urbana do IBGE. Esse recorte é passível de críticas devido ao critério puramente populacional, entretanto, no caso da Bahia, pela sua estrutura concentrada, considera-se que não há distorções significativas. São 12 Concentrações Urbanas na Bahia, totalizando inicialmente 21

municípios. A esses municípios identificados pelo IBGE são acrescentados mais três. Conforme identificado nos arranjos do Ipea, Porto Seguro configura um arranjo com Santa Cruz de Cabrália e por sua vez, a recém-criada RM de Feira de Santana, efetivamente tem laços de arranjo do IPEA apenas com Amélia Rodrigues e São Gonçalo dos Campos, resultando na lista adaptada do IBGE no Quadro 8 a seguir.

Quadro 8 – Concentrações urbanas baianas do IBGE adaptadas pelo IPEA

Nome Concentração Urbana	Nome do Município	Tipo Concentração Urbana
Salvador/BA	Camaçari	Grande concentração urbana
	Candeias	
	Dias d'Ávila	
	Lauro de Freitas	
	Madre de Deus	
	Mata de São João	
	Salvador	
	São Francisco do Conde	
	São Sebastião do Passé	
	Simões Filho	
Alagoinhas	Alagoinhas	Média concentração urbana
Barreiras	Barreiras	Média concentração urbana
Eunápolis	Eunápolis	Média concentração urbana
Feira de Santana	Amélia Rodrigues*	Média concentração urbana
	Feira de Santana	
	São Gonçalo dos Campos*	
Ilhéus-Itabuna**	Ilhéus	Média concentração urbana
	Itabuna	
Jequié	Jequié	Média concentração urbana
Paulo Afonso	Paulo Afonso	Média concentração urbana
Porto Seguro	Porto Seguro	Média concentração urbana
	Santa Cruz de Cabrália*	
Teixeira de Freitas	Teixeira de Freitas	Média concentração urbana
Vitória da Conquista	Vitória da Conquista	Média concentração urbana

\* acrescentadas às originais do IBGE

\*\* alterado para o arranjo do Ipea (no original do IBGE eram isolados)

Fonte: Elaboração própria com base em adaptação de IBGE (2016)

O caso específico de Ilhéus-Itabuna se enquadraria em uma das distorções que Mattos (2001, p. 24) apontava na teoria dos lugares centrais: dois centros de nível igual se complementarem formando uma única área de influência, devido à economia de aglomeração. Considera-se também que o recorte puramente populacional das concentrações urbanas não é compatível, com o que se considera aqui ser o mais importante: a relação entre os territórios. No critério de



Concentrações do IBGE incluem-se alguns centros sub-regionais B, mas ao mesmo tempo alguns centros sub-regionais A ficam de fora.

Na rede de influência de Salvador entre a REGIC 2007 (IBGE 2008) e a REGIC 2018 (IBGE 2020a) houve a perda de Petrolina-Juazeiro e Aracaju para Recife. Aracaju fazia parte apenas de rede de Salvador. Já Petrolina-Juazeiro era compartilhada. Em compensação, a Oeste e a Sul houve aumento da influência, com Teixeira de Freitas deixando de ser compartilhada com Vitória-ES e Bom Jesus da Lapa deixando de ser compartilhada com Brasília-DF.

Sobre a Divisão Urbano-Regional mais recente (IBGE, 2021), não há região intermediária baiana fora de região ampliada baiana, nem região imediata baiana fora de região intermediária baiana, há, nessa última relação, uma região imediata alagoana (Delmiro Gouveia) que faz parte de uma intermediária baiana (AP de Salvador). Entretanto, há sim municípios baianos que fazem parte de regiões imediatas de outras unidades da federação, 23 no total nas regiões imediatas de São Raimundo Nonato-PI (1), Arranjo Populacional de Petrolina/PE - Juazeiro/BA (9), Arranjo Populacional de Aracaju-SE (7) e Arranjo Populacional de Brasília-DF (6).

## 5 PROPOSTA METODOLÓGICA E APLICAÇÃO NA REDE DA BAHIA

### 5.1 Diretrizes

Em que pese o fato de ser ainda fartamente citada como inspiração aos estudos acadêmicos e governamentais, a efetiva aplicação metodológica da teoria dos dois circuitos na análise e leitura da rede urbana – ainda mais se considerado seu uso para o planejamento – permanece em aberto. Após revisar a apropriação da teoria em conjunto com a revisita dos estudos da REGIC, das teorias locacionais e da noção e abordagens de rede, apresenta-se aqui uma tentativa de contribuição nesse sentido.

A base da proposta se ampara na sistematização dos princípios norteadores presentes na construção teórica de Milton Santos quanto aos dois circuitos. Nesse sentido, o procedimento passa por extrair a essência definidora de cada circuito e o (re)enquadramento das ocupações e atividades atuais neles. Realizada essa primeira etapa, passa-se a analisar as atividades de forma geral tanto em seu aspecto (inter)urbano, enquanto rede urbana em sentido estrito, e as atividades produtivas no sentido regional. O apoio da dimensão socioeconômica permite verificar indícios das preocupações sociais apontadas por Milton Santos em sua teoria. A aplicação para a rede baiana ocorre por meio da unidade de observação “cidade”, enquanto município isolado ou arranjo deles.

Como apontado antes, tanto a teoria dos lugares centrais de Christaller quanto a teoria dos dois circuitos da economia urbana de Milton Santos tem bases econômicas, embora a primeira seja marginalista e a segunda construída sob paradigmas marxistas. Uma linguagem comum para leitura de ambas e permitindo avançar na preocupação social, portanto, seria o uso de variáveis socioeconômicas como proxy, por meio do mapeamento e caracterização do emprego, renda e as atividades e ocupações a eles relacionados. Em verdade, o uso dessas variáveis (hoje farta e detalhadamente disponíveis no Brasil) permite que se consiga avançar até as teorias mais contemporâneas como a teoria dos Fluxos Centrais de Taylor, como já exposto, a referência mais atual usada pela própria REGIC. Considera-se, deste modo, esse o caminho de viabilidade metodológica para a aplicação das teorias de modo a contribuir com a leitura da rede urbana. As bases de dados do Censo Demográfico e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) das

empresas e sistematizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego são tomadas como ponto de partida, sendo complementadas com outras bases e o aporte crítico de outras teorias.

Uma rede produtiva é passível de análise pelas trocas mapeadas em diversas variáveis, enquanto uma rede urbana em sentido estrito é mapeada por fluxos populacionais gerais, de trabalho e de serviços essenciais como saúde e educação. Ao final se verifica empiricamente os indícios de relações entre a rede produtiva, a rede urbana, os circuitos e a condição socioeconômica da população e daí se retira uma categorização integrada de cidades levando em conta a sobreposição e relação entre essas dimensões de análise.

Considera-se como contribuição “inovadora” e justificativa do ineditismo necessário a uma tese avançar na identificação das implicações socioeconômicas advindas da sobreposição dos circuitos na rede, dando indícios de como o papel na rede produtiva impacta na rede urbana em sentido mais estrito (enquanto responsabilidade territorial) e na condição de vida da população. De forma simplificada essas condições por meio de impactos apenas socioeconômicos de emprego e renda são condizentes com os paradigmas que regeram a seminal teoria de Milton Santos. As variáveis de emprego e renda, frente ao paradigma de então, serve como língua (variável) comum e transversal entre as dimensões dos circuitos, regional, urbana e socioeconômica.

Ao tratar de uma abordagem de atividade econômica, Milton aproxima as categorias ocupacionais de emprego e renda à produção econômica, possibilitando o desenvolvimento dessa leitura totalizante onde se identifica tanto o papel interurbano mais local quanto o mais amplo (identificado aqui com a especialização e especialização) ao tempo em que traz à tona as relações econômicas entre os territórios (representada pelo circuito superior). Com isso estão dadas as ferramentas teóricas para sobrepôr analiticamente o papel das cidades na rede urbana e na produção econômica, bem como verificar o amálgama de atividades representadas pelos circuitos que resultam na situação socioeconômica da população. Seriam passíveis de uma síntese categórica totalizante a leitura conjunta (à luz da teoria dos dois circuitos da economia urbana) dessas três categorizações: rede (inter)urbana em sentido estrito (enquanto prestação de serviço às famílias), economia regional (enquanto cadeias e produção econômica) e situação socioeconômica (enquanto emprego e renda). Verificando a relação dos circuitos

nessas três dimensões.

Frente a esses desafios, o objeto de contribuição principal é uma proposta metodológica de interpretação da rede para a teoria dos dois circuitos da economia urbana. O método proposto será então aplicado à rede urbana da Bahia. Considera-se que o papel econômico (na cadeia produtiva) imposto globalmente para cada cidade pelas corporações implica em determinada divisão do trabalho e ocupações que relacionadas ao circuito superior exportador/importador como atividade básica (city forming) traz determinadas tendências de situação/condição socioeconômica relacionadas aos dois circuitos da economia urbana, que geram distintas atrações de pessoas (fluxo pendular, migração, fluxos frequentes), que se reflete em fluxos definidores que, pelo ganho de escala – inclusive com city serving –, gera outros fluxos mais afeitos ao sentido mais restrito de rede urbana, viabilizando tanto a diversificação quanto a especialização de atividades raras, definindo relações urbanas e hierarquia na rede.

Na análise dos circuitos ainda que se considere de forma geral que a distinção recaia sobre a (forma de) produção da atividade, é possível identificar características de tipo ideal de circuito inferior por sua relação de trabalho, padrão de circulação, forma de venda, relação com o consumidor ou até mesmo atualmente na relação com o fornecedor ou proprietário do bem a ser disponibilizado. Por ter um perfil muito vinculado a um trabalho autônomo, vulnerável, voltado às famílias e muitas vezes doméstico, o circuito inferior – em especial à época em que Milton Santos escreveu o livro *O Espaço Dividido* – quando categorizado pela forma de produção se aproxima também muitas vezes do resultado da análise via relação de trabalho. Contemporaneamente, contudo, essas dimensões de relacionamento são mais complexas.

Essa complexidade de dimensões de análise torna enorme o desafio de enquadramento do circuito inferior. Diferentemente da favela (que é um recorte espacial), da pobreza (que é um recorte socioeconômico de renda), do setor informal (que é um recorte socioeconômico de atividade), o circuito inferior é um setor caracterizado pela relação de produção, circulação e consumo. Sofre ainda com a dificuldade de classificação frente à mobilidade social, para além do já previsto trânsito de pessoas de um circuito para o outro em busca de emprego e de produtos e serviços.

Outro grande desafio do circuito inferior é sua efetiva utilidade para a

construção da rede urbana para além dos ajustes no alcance do lugar central, já que como o próprio Milton Santos indicava ele se limita em abrangência por suas características próprias, servindo mais para auxiliar na definição dos arranjo populacionais do que na interpretação dos links da rede entre as cidades, ou seja, a atração gerada pelas atividades do circuito inferior é por demais fraca para interferir na rede. Mas exatamente por esse fato, a proporção de circuito inferior numa cidade (seja ela arranjo ou município único) supõe-se ser definidora do alcance do lugar central, interferindo, portanto, na interpretação da rede e sendo provável causa da disparidade entre a nodalidade (enquanto potencial) e centralidade (efetiva atração) que uma cidade por suas características populacionais e econômicas tem.

O terceiro desafio ao abordar o circuito inferior para a categorização pretendida passa por asseverar uma classificação de atividades que é mais afeita na prática a características da ocupação. Ao definir os princípios e citar exemplos do circuito inferior, percebe-se na descrição de Milton Santos que devido ao perfil mais autônomo e precário da condição de trabalho é mais fácil identificar ocupações que representam esse circuito do que o setor de atividade em si. Desse modo considera-se que o caminho passa primeiro por mapear essas ocupações e identificar em que atividades elas se concentram.

Além disso, ao mudar a dimensão de análise dos circuitos da produção/atividade para o consumo, obtém-se outra variável passível de utilidade na análise de rede. De fato, como já trazido na tese, o consumo é parcial e ocasional para os menos favorecidos (Santos, 2004 [1975], p. 37). Para Santos (2004 [1975], p. 37) essa desigualdade é causa e efeito da existência dos dois circuitos:

A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm como satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas no consumo, essas diferenças são a causa e o efeito da existência, ou seja, da criação ou da manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços. (Santos, 2004 [1975], p. 37)

Por se tratar, portanto, de um efeito de acesso a bens e serviços, parece que no caso do uso dos dois circuitos da economia urbana para a análise da rede

(fluxos), a dimensão a se usar é (a capacidade de) o consumo e não a classificação da produção (enquanto atividade econômica) em si. Nesse sentido aproxima-se das próprias ressalvas de Christaller quanto ao ajuste da rede em função da renda, mas diferenciando-se dela por tratar de forma separada desses dois públicos. Pode-se, portanto, fazer uma análise comparativa dos resultados usando simplesmente a renda (e a densidade) como Christaller propunha; a renda como proxy para distinguir os circuitos enquanto consumo; ou as próprias atividades classificadas nesses circuitos. De todo modo percebe-se que a variável para compor qualquer das análises são o trabalho e a renda, como preconizado na tese como variável comum entre todas as dimensões aqui analisadas (circuitos, regional, inter-urbana e socioeconômica).

Recorda-se que essa não é a única utilidade do circuito inferior para o método proposto, já que ele também se relaciona com a condição geral socioeconômica de cada lugar e, portanto, é essencial na análise das implicações do papel produtivo regional e de responsabilidade territorial dos serviços urbanos na condição de vida da população tanto em pobreza, quanto em desigualdade. Nesse sentido a apropriação do circuito inferior para a rede interfere na absorção da riqueza e as consequências socioeconômicas locais em função do papel produtivo (cadeias de produção, indústria etc.) e do papel na rede urbana propriamente dita de serviço as famílias. Ou seja, o circuito inferior vai entrar na composição das duas principais contribuições propostas como método de aplicação da teoria dos dois circuitos: a relação dela com o alcance do lugar central na lógica de Christaller; e a identificação dos impactos socioeconômicos para a população como função do seu papel na rede produtiva e de serviços.

Sobre a análise da hierarquia para a construção das tipologias cabem dois apontamentos. Primeiro, é necessária a alteração do foco do estoque para o fluxo, gerando uma hierarquia de fluxo em contraponto a uma de estoque, de onde se questiona a teoria gravitacional e se distingue a nodalidade da centralidade. As seções seguintes passam então a detalhar o passo a passo dos procedimentos metodológicos para aplicação da teoria no esforço de indicar variáveis que sirvam como interpretações de proxies do que Milton Santos indicava.

Após a identificação das variáveis conforme as dimensões indicadas aplica-se o método de Análise de Componentes Principais, para, de forma exploratória, analisar as relações entre as variáveis combinando-as a fim de ter um quadro mais

resumido de variáveis, realizar sua análise e verificar o comportamento dos temas e cidades. Fez-se um esforço de tratar de variáveis quantitativas, não categóricas, para explorar melhor o método e as relações entre as variáveis, não se optando por determinar previamente pontos de cortes nem categorias. Algumas análises classificatórias se valeram também de quebras naturais para determinação dos pontos de corte, mas esse procedimento também garante a imparcialidade dessa definição. Deixa-se assim a cargo da própria distribuição exploratória dos dados essas definições. Evidentemente a análise posterior se fez levando-se em conta o que se apreendeu da teoria dos dois circuitos da economia.

## **5.2 Proposta Metodológica**

### **5.2.1 Passo “0”: Organizando as ideias**

Como já apontado, Santos (2004 [1975], p. 277) considera que “No estudo dos dois circuitos da economia urbana do terceiro mundo, uma das abordagens mais ricas é a de suas repercussões espaciais”. O autor também considera que a análise espacial tem que levar em conta também a organização e distribuição dos transportes, o nível de industrialização, as relações de dependência internacional e a situação geopolítica (Santos, 2004 [1975], p. 278). Ressaltando por fim que o circuito inferior – diferentemente do circuito superior – tem alcance limitado na máquina de organização do espaço (Santos, 2004 [1975], p. 277).

Nesse sentido, tenta-se captar mais direta e especificamente as pistas do autor que auxiliem num reatamento de sua teoria para aplicação e ajuste aos desenhos interpretativos usados institucionalmente na leitura de redes urbanas. São aqui elencados, sintetizados, sistematizados e interpretados, portanto, pontos específicos já analisados anteriormente na tese.

#### **A) Sobre os elementos dos dois circuitos**

- 1) O circuito moderno extra-regional está hierarquicamente acima dos circuitos superior e inferior onde o sistema financeiro (bancos) é o elo que permite a complementariedade recíproca entre os dois circuitos e o extra-regional. Nesse sentido, interpreta-se que o sistema financeiro em sua rede bancária são um elemento específico;

- 2) Esse circuito moderno extra-regional se coloca hierarquicamente de forma direta vinculado ao comércio e indústria de exportação, à indústria urbana, aos atacadistas e aos próprios bancos, e complementa o comércio moderno e as transportadoras; e
- 3) As atividades regionais por sua vez também se conectam aos dois circuitos da economia urbana. O superior via relações hierárquicas do comércio e indústria de exportação e o inferior via complementariedade recíproca do comércio. Por sua vez o serviço que conecta os dois circuitos também se complementa reciprocamente com as atividades regionais.

B) Sobre o ajuste proposto por Milton Santos para as zonas de influências de Christaller

- 1) Na cidade local a zona do circuito inferior é maior que a do circuito superior;
- 2) Na cidade intermediária a zona de influência do superior e inferior se confundem;
- 3) Na metrópole a zona de influência do superior passa a ser bem maior; e
- 4) A verificação do alcance/influência pode ser feita pela concentração de atividades do circuito inferior ou por meio do fluxo de trabalho, já que se considera que o fluxo de trabalho é o grande explicador dos fluxos em geral, nesse caso considerando que a cidade de emprego atrai moradores de outras cidades para trabalhar e por consequência consumir produtos e serviços.

C) Sobre a integração de categorias da Teoria dos dois circuitos da economia urbana (Quadro 9)

- 1) A importância maior do mercado exportador refere-se ao modelo de urbanização 2 que está conectado ao processo de urbanização espoliador B com efeito de enclave, sendo caracterizado como uma rede/subsistema do tipo 2, interpretada por níveis de dominância produtiva sobre o território caracterizando as cidades tanto na análise mundial quanto na nacional por sua posição na cadeia produtiva, sendo mais próxima das análises regionais de foco econômico, sendo *city forming* determinada pela atividade econômica básica, mas sem ter efeito *nation building* por não ter característica de economia interna complexa de Prebisch; e



- 2) Por sua vez, a Urbanização 1, ainda que tenha um braço da Urbanização 2 anterior, se vale também da industrialização A tendo, portanto, um importante mercado domiciliar/interno de economia complexa de Prebisch, que requer condições de infraestrutura e economia externa ao local para ocorrer, tendo efeito *nation building* que caracteriza uma rede/sistema do tipo 1 onde o níveis são dados pela hierarquia urbana numa relação mais (inter)urbana em sentido estrito e não como regional-econômica como foco. Equilibra as atividades *city forming* e *city serving* avançando de acordo com a hierarquia urbana *do town-ness* das pequenas cidades até a sua combinação aumentando a característica de *city-ness* das metrópoles.

Quadro 9 – Proposta de integração da Teoria dos Dois Circuitos da Economia Urbana

URBANIZAÇÃO		Urbanização 1				Urbanização 2					
		Industrialização A		Industrialização B							
<b>INDUSTRIALIZAÇÃO</b>	TIPO DE PROCESSO	Domiciliar/ interno				Não domiciliar/ exportador					
	MERCADO/ CONSUMO	Economia interna complexa (Prebisch)				Espoliação					
	CARACTERÍSTICA A	Economia externa/ externalidades; Infraestrutura nacional ou regional				Qualquer cidade (localização livre); Infra local (cria economia na firma ou longe)					
	PRÉ-REQUISITOS	Nation Building				Enclave					
<b>REDE/ SUBSISTEMA</b>	EFEITO	Rede/ Subsistema 1				Rede/ Subsistema 2					
	TIPO DE REDE	Hierarquia urbana				Função Dominante*					
	TIPO DE NÍVEL	Metrópole		Cidade Regional/ Intermediária		Cidade Local		Sem função dominante			
	ANÁLISE MUNDIAL	Completa	Incompleta	Intermediária	Local	Montagem Final Matriz	Componente Matriz	Matéria-Prima Matriz	Sem função dominante		
	ANÁLISE NACIONAL	Cidade Primacial		Cidade Média		Cidade Pequena local (e regional*)		Filial	Filial	Matriz ou Filial	
	FUNÇÃO	metropolitana, regional e local		regional e local		produção bem final		produção intermediária	produção matéria-prima	variável	
	ORGANIZAÇÃO ESPACIAL	formas de concentração		concentração e dispersão		formas de dispersão		concentração produtiva e dispersão consumo		variável	
	CIRCUITO DETERMINANTE DA INFLUÊNCIA/ ALCANCE	CS		CS + CSM + CI		CI		CS	CS	CS	variável
	PRODUÇÃO	Ind. Mod + Com. Mod.		amalgama mod. + não-mod.		Com. Não-mod + prod. Não-cap.		Ind. Exp. + Com. Exp.		variável	
	CIRCULAÇÃO/ CONSUMO	CS + CI (pobreza)		CS + CI (subst CS + pobreza)		CI (subst. CS)		CI (subst. CS + pobreza na transição)		variável	
EMPREGO**	CS + CI		CS + CI		CI		CI + CS (exportação)		variável		
RELAÇÕES	verticais e horizontais		verticais e horizontais		horizontais		verticais		variável		
<b>ATIVIDADE FOCO</b>	city forming + city serving		city serving + city forming		city serving		city forming				
<b>APORTES Taylor (2001)</b>	city-ness + town-ness		town-ness + city-ness		town-ness		-				

Elaboração própria com base em Santos (2004 [1975]).

Essa síntese permite que se observe o rebatimento mais direto dos circuitos na rede, tanto conforme uma hierarquia urbana em sentido mais estrito quanto numa abordagem mais regional baseada na dimensão produtiva e no papel da cidade na cadeia. A tripartição simplificada da função dominante na urbanização 2 segue a mesma divisão observada em Miossec (1976). Para viabilizá-la foi preciso identificar a distribuição das atividades básicas de cada cidade e verificar como ela se encaixa dentro da principal cadeia específica a ela vinculada, como matéria prima, bens intermediários ou produção do bem final.

D) Sobre a contribuição de uma nova categoria interpretativa para o foco nas políticas públicas (Quadro 10)

- 1) Cidades dependentes seriam aquelas que sequer conseguem disponibilizar condições mínimas seus residentes, já que o foco é socioeconômico, utiliza-se o emprego;
- 2) Simples, seriam aquelas cidades que cumprem apenas o mínimo para seus moradores sem ter influência sobre os outros, nesse sentido tanto essas cidades quanto as dependentes seriam de forma simplificada como a hierarquia local da REGIC;
- 3) A cidade enclavada teria característica de simples ou dependente em sua análise interurbana, mas teria importância produtiva, no caso sem que seja rebatida em importância de influência e intermediação de serviços pra uma rede ou região;
- 4) Uma cidade intermediadora, independentemente da produção, tem relação com sua hinterlândia, passando a ser caracterizada como *town-ness* de forma mais preponderante;
- 5) Comandante, já seria a cidade que possui presença de órgãos de governo relevantes tendo um papel específico diferente de prover apenas serviços e comércio geral;
- 6) A Empresarial tem um papel de comando, mas comando sobre a gestão das atividades privadas, concentrando sedes de empresas e serviços avançados a elas; e
- 7) A cidade completa, não precisa ser uma grande produtora de riqueza, nem estar no topo da cadeia produtiva regional, mas ao agregar a existência de

serviços mais diversificados, raros e avançados com comando estatal e empresarial teria forte presença de *city-ness*.

Quadro 10 – Classificação tentativa dos nós com base no relacionamento

	intraurbano	interurbano		regional	comando	qualificador
		<i>town-ness</i>	<i>city-ness</i>			
Dependente	–	–	–	–	–	necessidade
Simples	+	–	–	–	–	qualidade urbana
Enclavado	–/+	–	–	+	–	porte econômico
Intermediador	+	+	–	–/+	–	centralidade
Empresarial	+	+	+	–/+	–	articulação
Comandante	+	+	–	–/+	+	hierarquia estatal
Completo	+	+	+	–/+	+	Hierarquia urbana

Fonte: Elaboração própria

Essas classes de cidades tem rebatimento nos tipos indicados por Milton Santos durante o desenvolvimento de sua teoria: local , regional (ou média) e intermediária (Santos, 2004 [1975], p. 311); metrópole completa e incompleta (Santos, 2004 [1975], p. 285); e enclave (Santos, 2004 [1975], p. 364). Na classificação proposta apenas separam-se aquelas locais que sequer dão conta de suas demandas mínimas identificando as dependentes das simples. E no caso das regionais/intermediárias são usados os conceitos de *town-ness* e *city-ness* para auxiliar na distinção além de se apropriar da ideia de comando estatal e empresarial já em uso pelos estudos do IBGE. Milton Santos refere-se ao adjetivo completo apenas às metrópoles, mas considera-se aqui para a adequação na escala estadual a ampliação relativa do termo com base em variáveis específicas.

Essa classificação sempre será referente a um recorte temporal, mas sem etapismo. Nem todas as cidades alcançarão a condição de completa um dia, assim como podem evoluir ou involuir. Um empreendimento de grande porte em um município pequeno pode iniciar levando a cidade a ter uma condição de enclavada e com o tempo se tornar intermediadora, empresarial ou completa, por exemplo. Nesse sentido ainda que a classificação sirva para dar indícios de relações e com isso auxiliar na definição de políticas, ela não deve ser usada de forma determinística quanto a consequências de modelos de desenvolvimento local específicos. Numa outra oportunidade posterior de pesquisa é possível verificar também tendências evolutivas desses espaços e indícios de causas que alteram suas dinâmica e suas trajetórias classificatórias.

Considera-se que cada uma dessas categorias de “nós” da rede carece de um olhar específico do Estado na elaboração de políticas de cunho ou impacto territorial (ainda que possam ser vinculadas a diversas outras dimensões de políticas: urbanas, econômicas, ambientais, sociais, de saúde, educação, etc.). E, evidentemente, dentro dessas categorias há diversos níveis de necessidades que distinguem as cidades e encaminham esforços diferentes, mas que integram um mesmo problema.

Essa proposta classificatória é compatível e se coaduna com a teoria e a diretriz explícita de Milton Santos, para quem, com já posto, classificação populacional (cidade pequena, média, grande e muito grande) e funcional (industrial comercial, administrativa, religiosa, repouso, férias, universitária etc.) deve ser preterida frente à capacidade de organização do espaço (Santos, 2004 [1975], p. 283-284).

Para isso considera-se necessário alguns passos intermediários, enquadrando e identificando o circuito inferior e diversas outras noções e categorias da teoria frente às bases de dados disponíveis, resultando por fim em procedimentos metodológicos replicáveis testados aqui sobre a rede urbana da Bahia. Utiliza-se para isso bases de pesquisas institucionais e registros administrativos analisados de forma exploratório pelo método de componentes principais, que intenciona sintetizar efeitos e entender as relações entre dimensões diversas e no caso dos cortes categóricos usa-se quebras naturais. Os componentes principais servem bem para entender as relações, mas não funcionam bem pra identificar outliers que muitas vezes são o foco da definição das categorias finais.

Seguindo a mesma premissa do uso da Análise de Componentes Principais para a análise das relações, o uso de quebras naturais como critérios de corte evita que se interfira no que os dados indicam. Para muitas variáveis, por exemplo, a distinção do arranjo de Salvador é de tal forma que ele sozinho já se configura como um conjunto. Como já comentado, Santos (2004 [1975], p. 306) apontava que a inércia de vantagens comparativas (economias externas de escala e de aglomeração) na grande cidade mantém seu posto e gera macrocefalia, em efeito cumulativo.

### 5.2.2 Passo 1: enquadramento de atividades nos circuitos: o circuito inferior

Mesmo com as alterações sofridas nos países em desenvolvimento nos últimos 50 anos, a teoria dos dois circuitos da economia não parece estar impossibilitada de uso, ainda que permaneça o desafio metodológico de aplicá-la. Nesse sentido cabe verificar tanto a sua validade teórica quanto sua possibilidade de aplicação metodológica pragmática para uso pelo planejamento em seu entendimento da rede urbana.

Algumas das suas alegadas limitações ou restrições frente às novas relações (socio)econômicas já existiam na época da criação da teoria e eram explicitamente citadas pelo autor como a produção vinculada ao circuito superior enquanto a mão de obra era do circuito inferior. De fato houve uma precarização maior das relações trabalhistas e o surgimento de formas de atividades econômicas mais complexas como por exemplo os aplicativos de transporte de passageiros e de entrega, o e-commerce (em especial em sua modalidade da venda de usados), o compartilhamento de imóveis e os “novos mascates” (vendedores de porta em porta vinculados a grandes empresas). Além disso, a precarização do trabalho em geral – a em boa parte devido a alterações legislativas – colocou boa parte das atividades do circuito superior numa relação de trabalho mais típica do inferior. Acredita-se, entretanto, que a classificação geral e enquadramento nos circuitos como colocado por Milton Santos se deva a dimensão da atividade/produção (ou plataforma), sendo essas outras idiossincrasias relacionadas à circulação, ao consumo e como sugestão aqui ao trabalho e à relação com o fornecedor/proprietário do produto.

Como apresentado na introdução desse capítulo, a identificação das atividades do circuito inferior se inicia com a identificação de suas ocupações típicas, por meio dos princípios e exemplos trazidos por Milton Santos. Dentre as classificações de ocupação em uso no Brasil, optou-se por partir da Classificação de Ocupações Domiciliares (COD) em voga no Censo Demográfico 2010 e que deve ser utilizada também na divulgação ainda não disponíveis do Censo 2022, já que é sempre elaborada com base na Classificação Internacional Uniforme de Ocupações (CIUO), atualizada apenas a cada 20 anos, tendo ocorrido a última em 2008: CIUO08.

Destaca-se que recortes mais complexos, precisos, refinados e elegantes poderiam ser feitos na identificação do circuito inferior em especial cruzando

informações de microdados do Censo para extrair variáveis ou proxies como horas trabalhadas, horas gastas em trabalho doméstico, intermitência de trabalho etc. Julgando, entretanto, tratar-se de apenas um dos muitos passos até a finalização do método, considerou-se adequado e suficiente esse procedimento para o objetivo pretendido.

Os circuitos econômicos são mais próximos da noção de fluxo (enquanto processos) do que fixos enquanto características intrínsecas de atores e estabelecimentos. Eles se definem pelo relacionamento com que as atividades ocorrem entre seus elementos. Além da explícita referência ao entendimento das relações de produção, circulação e consumo, parece razoável discernir a forma de produção com a forma de trabalho, já que muitas vezes, como explicitado pelo próprio Santos (2004 [1975], p. 190) é possível o circuito superior ser “abastecido” de mão de obra pelo circuito inferior (o inverso parece ser teórica e empiricamente improvável), ou seja, de pessoas que possuem frágeis e precárias relações de trabalho.

Ainda que Milton Santos tenha se referido à relação do circuito inferior com a informalidade (Santos, 2004 [1975], 1967), não consideram como sinônimos, muitas vezes até mesmo se aproxima mais da ideia de trabalho precário. De todo modo parece ajudar a síntese analítica dos circuitos por suas relações principais (produção, circulação, consumo e trabalho), onde verificamos o enquadramento como inferior ou superior de cada uma delas, rebatendo com as categorias de classe social (ou ao menos recorte de renda) no caso de consumo e trabalho. Neste último caso cabendo ainda enquadramentos por ocupações mais típicas. Isso permite criar categorias combinadas de cada uma dessas relações principais como circuito superior ou circuito inferior que incluam as complexas atividades contemporâneas que combinam aspectos de circuitos diferentes em cada um de suas relações de produção, circulação, consumo e trabalho.

De outro modo um enquadramento genérico e simplório sintetizado como inferior ou superior de forma excludente não seria adequado a atividades comuns hoje como os compartilhamentos, novas relações de comércio porta em porta, e-commerces, “escambos” e “brechós” modernos. As classes sociais enquanto trabalhadores e consumidores podem se enquadrar distintamente nos circuitos dessas relações, ainda que pragmaticamente para uso em políticas públicas seja útil um enquadramento mais estanque entre classes, ocupações e as categorias

teóricas dos dois circuitos enquanto trabalho e consumo.

Os dois circuitos por fim contribuem para a acumulação capitalista do circuito superior e mais que isso para concentração da renda e a desigualdade. Essa é a grande ligação entre os circuitos: favorecer a essa lógica capitalista, pois por mais que se identifique e se possa discernir um do outro, os fluxos terminam voltando para o acúmulo e concentração no superior.

Se a análise dos circuitos passar a ser feita analisando as relações de forma inicialmente isolada da produção, trabalho, circulação e consumo como agregá-las para analisar seu impacto na rede urbana? Em especial quanto às noções de alcance de Christaller ajustadas por Milton Santos? No caso de Christaller ainda que não indicasse uma análise dual como por Milton Santos, ele indicava o efeito da renda e da densidade populacional nessas noções. Essa lógica pressupõe o foco muito maior nos recortes de renda ou no limite de classe social, mas prescinde de uma análise do consumo sob o prisma dos circuitos, que está muito mais vinculada à forma como se organiza e se procede esse consumo do que às limitações de renda.

À luz da constatação de Christaller é fácil entender que se a população não possui renda ou possui renda muito baixa ela não consegue nem ir em busca de produtos mais distantes, nem de comprar os produtos que vieram de longe e está fisicamente disponível localmente, já que a restrição de acesso aí é econômico-financeira. O resultado seria não contribuir nem para o limiar nem para o alcance dos produtos e serviços, na prática reduzindo o efeito “gravitacional” da mera contagem da população ou de qualquer outra proxy de estoque ou de fluxo indireto como linhas e ligações telefônicas. Se essa lógica fosse simplesmente transposta para o ajuste da rede na teoria de Milton Santos, ainda que remeta aos circuitos, parecem seus efeitos estarem de fato mais ligados à parcela socioeconômica da renda (e da relacionada precariedade do trabalho) por sua limitação de acesso financeiro.

Nesse sentido parece caber a análise do consumo (ou da mão de obra enquanto seu efeito prático na renda para consumo) no enquadramento como circuito superior ou inferior para o ajuste do limiar e do alcance da rede, aproximando-se no fim das contas da própria ressalva de Christaller quanto à renda. A teoria de Milton Santos, entretanto, remete à organização produtiva esse papel de ajuste, indicando as limitações e capacidades intrínsecas dos circuitos (pela relação que suas atividades permitem), desse modo o olhar deveria se voltar ao enquadramento produtivo como circuito superior ou inferior para proceder a esse



ajuste. De todo modo é possível com base na análise empírica verificar a atratividade que as cidades exercem umas sobre as outras e confrontá-las com a participação dos circuitos dentro delas. Para isso, o maior desafio é identificar as atividades enquadradas como circuito inferior.

Para iniciar essa identificação, ao longo de sua obra, Santos (2004 [1975]), vai apresentando diversas características que diferenciam os circuitos, em boa parte constante em Santos (2004 [1975], p. 44), sintetizados no Quadro 11.

Quadro 11 – Características dos circuitos

CIRCUITO	(FORMA DE) PRODUÇÃO	TRABALHO	VENDA/CONSUMO
CS	<p>fator de produção: capital intensivo (imitativo)</p> <p>tecnologia: importada de alto nível</p> <p>organização: burocrática</p> <p>capitais: importantes</p> <p>dependência direta do exterior: grande, voltada para o exterior</p> <p>overhead capital: indispensável</p> <p>reutilização de bens: nula</p> <p>custos fixos: importantes</p> <p>margem de lucro: reduzida por unidade, alta por volume (exceção bens de luxo)</p> <p>relação com cliente: impessoal, via papel</p> <p>crédito: bancário institucional</p> <p>estoque: grande quantidade e/ou alta qualidade</p> <p>emprego: reduzido</p> <p>ajuda governamental: importante</p>	<p>assalariado: dominante</p>	<p>atacado, varejo</p> <p>preço: fixo em geral</p> <p>publicidade: necessária</p>
CI	<p>fator de produção: trabalho intensivo</p> <p>organização: primitiva</p> <p>capitais: reduzidos</p> <p>dependência direta do exterior: reduzida ou nula</p> <p>overhead capital: dispensável</p> <p>reutilização de bens: frequente</p> <p>custos fixos: desprezíveis</p> <p>margem de lucro: alta por unidade, pequena por volume</p> <p>relação com cliente: direta, personalizada</p> <p>crédito: pessoal não institucional</p> <p>estoque: pequena quantidade, qualidade inferior</p> <p>emprego: volumoso</p> <p>ajuda governamental: nula/ quase nula</p>	<p>assalariado: não obrigatório</p>	<p>preço: submetido à discussão</p> <p>publicidade: nula</p>

Ao longo de sua obra, alguns princípios mais objetivamente observáveis no circuito inferior puderam ser também listados:

- trabalhadores raramente permanentes;
- de baixa remuneração com base no acordo pessoal;
- com grande importância do trabalho familiar e autônomo;
- tendo poucos ocupados por unidade;
- mas muitas pessoas no total;
- fornecedor de ocupação para a população pobre da cidade e migrantes sem qualificação, nacionais em geral;
- não recebe apoio do governo; e
- trabalho intensivo local.

Sistematizando as atividades explicitamente enquadradas por Milton Santos conforme cada circuito, obteve-se a seguinte listagem.

#### 1) Circuito Superior

- a) atividades puras (específicas da cidade e do circuito superior)
  - i) indústria urbana moderna
  - ii) comércios modernos
  - iii) comércio alimentar moderno
  - iv) serviços modernos
- b) atividades impuras (essencial dos interesses manipulados de fora da cidade para onde vão seus outputs)
  - i) comércio de exportação
  - ii) comércio de importação
  - iii) indústria de exportação
  - iv) bancos (traço de união entre as atividades modernas da cidade e as cidades maiores do país e do exterior)
- c) atividades mistas (laços com o circuito superior e o inferior)
  - i) atacadistas (topo da cadeia de intermediários, cume do circuito inferior)

- ii) transportadores (transportando mercadorias: ligação nos dois sentidos entre os dois circuitos, no interior da cidade, entre cidades e cidade-campo; tornando-se comerciante de um ou outro circuito)

## 2) Circuito Superior Marginal

- i) fabricação moderna marginal (menos impostos, menores salários, sem benefícios, produção tecnológica e organizacionalmente menos moderna definem mais que montante de capital mobilizado, produto de qualidade inferior, publicidade indireta via produtos similares de mais alta qualidade, porte menor, caráter emergente nas cidades intermediárias ou residual)
- ii) comércio moderno marginal\*
- iii) serviço moderno marginal\*

## 3) Circuito Inferior

### a) "Central"/Área comercial

- i) formas de fabricação não-capital intensivo
- ii) artesão
- iii) artesão turístico
- iv) serviços não-modernos a varejo
- v) oficina mecânica
- vi) chaveiro
- vii) taxista
- viii) alfaiate
- ix) autônomos
- x) sapateiro
- xi) engraxates
- xii) pedreiro (exceção a serviços exclusivamente prestados às famílias)
- xiii) comércio não-moderno de pequena dimensão
- xiv) camelô
- xv) feirante
- xvi) pequenos merceeiros
- xvii) vendedor ambulante
- xviii) emprego familiar

### b) Residencial interno

- i) serviços não-modernos a varejo
  - ii) oficina mecânica
  - iii) associação de ajuda mutua
  - iv) atividades de reparo
  - v) carroceiro
  - vi) mototaxista
  - vii) pedreiro
  - viii) formas de fabricação não-capital intensivo
  - ix) artesanão
  - x) comércio não-moderno de pequena dimensão
  - xi) feirante
  - xii) vendedor ambulante
  - xiii) pequenos merceeiros
  - xiv) serviço financeiro
  - xv) agiotas
  - xvi) banco solidário
  - xvii) moeda local
  - xviii) emprego familiar
- c) Residencial Externo
- i) serviços não-modernos a varejo
  - ii) doméstico
  - iii) chaveiro
  - iv) taxista
  - v) alfaiate
  - vi) sapateiro
  - vii) pedreiro
  - viii) comércio não-moderno de pequena dimensão
  - ix) feirante
  - x) vendedor ambulante
  - xi) pequenos merceeiros

Percebe-se que muitas das atividades por sua característica autônoma se confundem com ocupações em especial as do circuito inferior isso remete a sua identificação muito mais fácil via bases de dados de ocupação do que de atividades

econômicas em sentido estrito. Além disso, muitas dentro do circuito inferior aparecem em mais de uma subcategoria o que dificulta esse detalhamento. De todo modo os princípios da teoria se remetem mais ao discernimento entre superior e inferior de forma geral, bem como as supostas consequências desses enquadramentos conforme indicado por Milton Santos. Outra dificuldade geral é a diferenciação entre o circuito superior e o superior marginal. Não há elementos muito claros dessa distinção ou quando há, as dificuldades de identificação deles nas bases restringem seu uso. Nesse sentido mantém o foco da distinção apenas entre o circuito superior e o inferior.

Podem ser feitas também algumas ponderações em especial a três categorias: taxistas, pedreiros e oficina mecânica. Os taxistas ao sofrerem a concorrência de outro modelo antes não previsto (os aplicativos de transporte) tiveram impacto na piora de sua situação o que leva a crer que possa se manter na condição de circuito inferior. Os pedreiros por sua vez parecem carecer de uma abordagem não tão estanque, já que estão longe de ser a atividade mais elementar da obra, havendo muitas outras, além de terem situações diversa entre uma contratação direta com pessoa física para realização de pequenas reformas e ajustes e a contratação em grandes corporações imobiliárias, ainda que a precariedade do vínculo apenas se agravou pós reforma trabalhista.

As oficinas mecânicas também se profissionalizaram e formalizaram muito, ainda que hoje o modelo antigo de referência de Milton Santos esteja longe de se resolver. Parece haver, ao menos por enquanto, espaço para as duas sem que necessariamente disputem a mesma totalidade de possíveis clientes. São nichos com sobreposição de público, mas como reservas independentes também, seja pela renda, seja pelo status. Pela simplificação, serão mantidas como circuito inferior.

Observa-se por meio dos princípios que regem o circuito inferior, que a classificação domiciliar de ocupações do Censo Demográfico possui um agrupamento que reúne bem essas características, seriam as ocupações elementares, muitas das quais já relacionadas explicitamente por Milton Santos ao circuito inferior. Por se tratar de circuitos da economia urbana, optou-se por retirar do grupo as ocupações elementares relacionadas à agropecuária, pesca e floresta. Por outro lado considerou-se compatível com os princípios, incluir mais algumas que estavam fora das ocupações explicitamente elementares nessa classificação, resultando assim, entre acréscimos e ratificações a seguinte sistematização de

ocupações dentro do circuito inferior, resumidas no Quadro 12.

Quadro 12 – Ocupações domiciliares enquadradas como circuito inferior

<b>Classificação de ocupações para pesquisas domiciliares - cod</b>	
<b>Código</b>	<b>Titulação</b>
<b>5</b>	<b>trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados</b>
51	trabalhadores dos serviços pessoais
513	garçons e atendentes de bar
5131	garçons
5132	atendentes de bar
514	cabeleireiros, especialistas em tratamento de beleza e afins
5141	cabeleireiros
5142	especialistas em tratamento de beleza e afins
515	supervisores de manutenção e limpeza de edifícios
5151	supervisores de manutenção e limpeza de edifícios em escritórios, hotéis e estabelecimentos
5152	governantas e mordomos domésticos
5153	porteiros e zeladores
516	outros trabalhadores de serviços pessoais
5162	acompanhantes e criados particulares
5164	cuidadores de animais
5168	trabalhadores do sexo
5169	trabalhadores de serviços pessoais não classificados anteriormente
52	vendedores
521	vendedores de rua e postos de mercado
5212	vendedores ambulantes de serviços de alimentação
524	outros vendedores
5243	vendedores a domicilio
5244	vendedores por telefone
5245	frentistas de posto de gasolina
53	trabalhadores dos cuidados pessoais
531	cuidadores de crianças e ajudantes de professores
5311	cuidadores de crianças
532	trabalhadores de cuidados pessoais nos serviços de saúde
5322	trabalhadores de cuidados pessoais a domicílios
<b>7</b>	<b>trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios</b>
71	trabalhadores qualificados e operários da construção exclusive eletricitas
711	trabalhadores da construção civil em obras estruturais
7112	pedreiros
7115	carpinteiros
723	mecânicos e reparadores de máquinas
7231	mecânicos e reparadores de veículos a motor
7234	reparadores de bicicletas e afins
73	artesãos e operários das artes gráficas
731	artesãos
7316	redatores de cartazes, pintores decorativos e gravadores
7317	artesãos de pedra, madeira, vime e materiais semelhantes
7318	artesãos de tecidos, couros e materiais semelhantes
7319	artesãos não classificados anteriormente
75	operários e oficiais de processamento de alimentos, da madeira, da confecção e afins
753	trabalhadores qualificados e operários da confecção de roupas, calçados e acessórios
7531	alfaiates, modistas, chapeleiros e peleteiros
7532	trabalhadores qualificados da preparação da confecção de roupas
7533	costureiros, bordadeiros e afins
7534	tapeceiros, colchoeiros e afins
7535	trabalhadores qualificados do tratamento de couros e peles
7536	sapateiros e afins
<b>8</b>	<b>operadores de instalações e máquinas e montadores</b>
81	operadores de instalações fixas e máquinas

Classificação de ocupações para pesquisas domiciliares - cod	
Código	Titulação
815	operadores de máquinas para fabricar produtos de têxteis e artigos de couro e pele
8153	operadores de máquinas de costura
83	condutores de veículos e operadores de equipamentos móveis pesados
832	condutores de automóveis, caminhonetes e motocicletas
8321	condutores de motocicletas
8322	condutores de automóveis, taxis e caminhonetes
9	<b>ocupações elementares</b>
91	trabalhadores domésticos e outros trabalhadores de limpeza de interior de edifícios
911	trabalhadores domésticos e outros trabalhadores de limpeza de interior de edifícios
9111	trabalhadores dos serviços domésticos em geral
9112	trabalhadores de limpeza de interior de edifícios, escritórios, hotéis e outros estabelecimentos
912	lavadores de veículos, janelas, roupas e outras limpezas manuais
9121	lavadores de roupas e passadeiros manuais
9122	lavadores de veículos
9123	limpadores de janelas
9129	outros trabalhadores de limpeza
92	trabalhadores elementares da agropecuária, da pesca e florestais
921	trabalhadores elementares da agropecuária, da pesca e florestais
9211	trabalhadores elementares da agricultura
9212	trabalhadores elementares da pecuária
9213	trabalhadores elementares da agropecuária
9214	trabalhadores elementares da jardinagem e horticultura
9215	trabalhadores florestais elementares
9216	trabalhadores elementares da caça, pesca e aquicultura
93	trabalhadores elementares da mineração, da construção, da indústria de transformação e do transporte
931	trabalhadores elementares da mineração e da construção
9311	trabalhadores elementares de minas e pedreiras
9312	trabalhadores elementares de obras públicas e da manutenção de estradas, represas e similares
9313	trabalhadores elementares da construção de edifícios
932	trabalhadores elementares da indústria de transformação
9321	empacotadores manuais
9329	trabalhadores elementares da indústria de transformação não classificados anteriormente
933	trabalhadores elementares do transporte e armazenamento
9331	condutores de veículos acionados a pedal ou a braços
9332	condutores de veículos e máquinas de tração animal
9333	carregadores
9334	repositores de prateleiras
94	ajudantes de preparação de alimentos
941	ajudantes de preparação de alimentos
9411	preparadores de comidas rápidas
9412	ajudantes de cozinha
95	trabalhadores ambulantes dos serviços e afins
951	trabalhadores ambulantes dos serviços e afins
9510	trabalhadores ambulantes dos serviços e afins
952	vendedores ambulantes (exclusive de serviços de alimentação)
9520	vendedores ambulantes (exclusive de serviços de alimentação)
96	coletores de lixo e outras ocupações elementares
961	coletores de lixo
9611	coletores de lixo e material reciclável
9612	classificadores de resíduos
9613	varredores e afins
962	outras ocupações elementares
9621	mensageiros, carregadores de bagagens e entregadores de encomendas
9622	peçoas que realizam várias tarefas
9623	coletores de dinheiro em máquinas automáticas de venda e leitores de medidores
9624	carregadores de água e coletores de lenha
9629	outras ocupações elementares não classificadas anteriormente

Há ainda o caso de atividades não existentes (ou pouco representativas) à época que poderiam ser enquadradas pelos princípios como circuito inferior, apesar de suas características complexas frente aos dois circuitos com nuances diferentes entre a forma de produção, de circulação, de trabalho e de relação com os fornecedores e consumidores. No Quadro 13 a seguir resume-se algumas com importância recente.

Quadro 13 – Enquadramento de atividades mais recentes

RELAÇÃO COM FORNECEDOR/ PROPRIETÁRIO DO BEM A SER DISPONIBILIZADO	(FORMA DE) PRODUÇÃO	TRABALHO	CIRCULAÇÃO	FORMA DE VENDA	CONSUMIDOR	ATIVIDADES NOVAS
CI	CS	CS	CS	CS	CS	Compartilhamento residencial (airbnb),coworking, e-commerce usado (olx, mercado livre, estante virtual)
CS	CS	CS	CS	CS		e-commerce padrão
CS	CS	CI	CI	CS	CS	uber, ifood (ver trab rafa)
CS	CS	CI	CI	CI		AVON

CS: Circuito Superior; CI: Circuito Inferior

De todo o modo, como a maior parte da base de análise se refere a dados do Censo Demográfico de 2010, boa parte dessas atividades ainda não tinham a relevância no contingente total de ocupados que tem hoje. Verifica-se também no Quadro 13 que há combinações não citadas. Por exemplo, ainda que em tese pudesse haver combinações da forma de produção do circuito inferior com relações de trabalho do circuito superior na prática isso não ocorre, sendo sintomático do fato de a forma de produção ser definidora do enquadramento geral da classificação.

O grande fator de confusão parece ter sido a difusão da comunicação com a expansão, capilarização e universalização da informática, da internet e também do celular. Acredita-se que isso deve ser visto como uma complexificação da rede urbana potencializando as relações comerciais com os seguintes efeitos: 1) alterando o comando da intermediação; 2) expandindo os mercados; 3) tornando a compra de usados como padrão recorrente também no circuito superior. A precarização e fragilização das relações trabalhistas vem na esteira das reformas, mas também na lacuna ou falha dos governos em lidar com esse novo mundo.

A segregação socioespacial, contudo, ainda impede que parte da população



seja coberta por esses tipos de serviços, abrindo espaço para atividades com as mesmas características, mas originadas por e para uma população marginalizada como os moradores de favelas. Percebe-se então que cada uma das dimensões combinadas dá origem a configurações socioeconômicas diversas, mas sempre enquadradas nos circuitos pela atividade/produção em si, ainda que as relações com o trabalhador, o fornecedor, o transportador, o vendedor e o consumidor possam se enquadrar mais em um circuito que em outro.

A própria classificação de circuito superior marginal, parece ser fruto da constatação dessa variedade, ainda que Milton Santos fizesse questão de diferenciá-la. Ainda que dentro do circuito superior marginal Milton Santos tenha destacado a fabricação moderna marginal – visto que seu foco explicativo da teoria se volta para a industrialização –, boa parte dessas relações complexas e contemporâneas citadas poderia se enquadrar como uma espécie de comércio ou serviço moderno marginal, de todo modo ficando dentro do circuito superior marginal. Essa opção, contudo, teria um atrito com o que o autor defendia à época:

Não se pode levantar a hipótese de um comércio marginal no circuito superior. O comércio moderno é prisioneiro de obrigações rígidas, que devem ser cumpridas em datas precisas e tem pagamento de empregados ou de impostos, predial ou de rendas. Se o comerciante é faltante, pode passar para o circuito inferior, mas deve então mudar de comportamento. Ele também não pode ter atividades de serviços de tipo marginal no circuito superior (Santos, 2004 [1975], p. 103)

Considera-se, entretanto, que as novas relações permitiriam essa interpretação. Opta-se, porém, por focar na estratégia de distinção entre as dimensões como já defendido e apenas distinguir essas combinações, evitando atrito com a teoria original e o purismo de seus defensores. Observa-se de todo modo que o pagamento de trabalhadores e impostos com os aplicativos de transporte, os pagamentos com venda dos “mascates modernos” e diversas outras características dos circuitos se mesclam nessas relações. Ao se observar as características do circuito superior marginal apontadas por Milton Santos constata-se que a intenção era exatamente destacar atividades que tem caráter “moderno”, mas características específicas que as viabilizam como menores salários, impostos e benefícios aos trabalhadores (o que remete a mais precariedade). Por outro lado não seria correto enquadrar esse novo comércio aqui citado como tecnológica e

organizacionalmente menos moderno, tampouco de menor porte. Questiona-se também se teria qualidade inferior, ainda que alguns produtos sejam usados. Características consideradas para o circuito inferior como discussão do preço e personalidade na relação são próprias de algumas relações dessas novas atividades, ainda que se valham de uma série de características do circuito superior.

A capilaridade de muitas dessas novas atividades vinculadas à organização e tecnologia com base na internet permitem que estejam em quase todos os lugares sem que com isso se possa considerar os espaços onde ocorrem essas trocas como mais afeitos ao circuito superior. Deste modo o efeito desses novos fenômenos não se dá da forma direta na rede urbana como pensado por Milton Santos para ajustar o alcance e limiar da teoria de Christaller. Há um comando de intermediação muitas vezes fora do país (dentro da noção de comando territorial do IBGE), mas os efeitos sobre a rede urbana em sentido estrito não ocorrem desse modo, sendo este um desafio no ajuste metodológico da teoria de Milton Santos frente à contemporaneidade.

Esse efeito não direto sobre a rede ocorre por dois motivos. Por um lado as atividades de comando externo de intermediação, mas com funcionamento local (como aplicativos de transporte de passageiros e de refeições) se restringem aos limites de cidades (entendida aqui como podendo abranger mais de um município em função do arranjo populacional). Mesmo atividades de comércio como os “mascates modernos”, ainda que os produtos sejam fisicamente distribuídos de um local para o outro antes do comércio porta a porta, ele se pulveriza por todo o território homegeneizando seu efeito distintor da rede. Isso ocorre também com as plataformas de e-commerce de produtos usados (os brechós modernos) ou mesmo com as plataformas que vendem produtos novos ao agregarem a intermediação de diversos e muitos fornecedores, eliminando apenas a passagem por loja física (e assim dificultando seu mapeamento) antes de chegar nas mãos do consumidor. As plataformas de compartilhamento de imóveis, muito exploradas pela demanda turística poderia gerar um efeito de alteração da rede, mas em tese o potencial turístico existente em cada lugar não se altera, mas apenas a forma como se resolve a estadia (antes restrita aos leitos hoteleiros e eventuais alugueis, em menor intensidade que a hoje possível por essas plataformas).

Talvez hoje com essa miríade de relações o autor criasse outras classificações. A opção aqui é manter a classificação geral via atividade/produção,

mas distinguir a identificação das outras dimensões, viabilizando combinações distintas mais coerentes com a realidade, mas sem nomeá-las com outras classificações de circuito. Nesse sentido interessa observar dentre as características dos circuitos apontadas por Santos quais delas se remetem a qual dimensão, do contrário o enquadramento da atividade como um circuito ou outro seria implodido frente à diversidade e complexidade existente hoje (e com menos intensidade existente mesmo à época da criação da teoria). Cabe, portanto, distinguir não apenas o efeito geral gerado pelo enquadramento sintético da atividade como um dos circuitos, mas identificar como a classificação de circuitos em cada uma de suas outras dimensões (circulação, fornecimento, venda, consumo, trabalho) poderia alterar a interpretação do alcance e limiar de Christaller.

O enquadramento como circuito ao se vincular ao foco da atividade/produção (como se interpreta ser a intenção originária do autor) permite que a categoria se vincule ao comando maior por trás da atividade, com as outras dimensões (fornecimento, trabalho, circulação, venda e consumo) aproveitando características mais próprias de um ou outro circuito para sua viabilização, lembrando que os próprios circuitos já contavam à época com suas subclassificações, algumas delas fundamentais para se entender os processos de industrialização, urbanização e rede propostos pela interpretação teórica de Milton Santos.

Para o Brasil usando mesmo a RAIS 2021 de 1/4 a 1/3 das ocupações formais poderiam ser enquadradas no circuito inferior pela classificação de Milton Santos, metade recebendo até 1,5 salário mínimo. Com base no Censo Demográfico no caso da Bahia identificou-se 1/3 também. Lembrando que nas duas análises o foco são apenas os ocupados e num recorte por ocupações específicas com base nas categorias já indicadas por Milton Santos. Pode ser feita uma análise por formalidade, renda, estabilidade que trazem outros resultados.

As categorias indicadas por Milton Santos e rebatidas para a classificação de ocupação domiciliar do IBGE apontam para uma aproximação com o circuito inferior quanto mais se tratem de ocupações de prestação de serviço às famílias, em especial aos serviços domésticos que tendem a ser mais precários em direitos e de menor remuneração. No limite haveria ocupações que vão se distanciando de uma ou mais dessas características com aumento de salário e formalidade. Usando dados do Censo de 2010 observa-se que boa parte dessas ocupações usando dados da Bahia tinham remunerações médias abaixo do salário mínimo (R\$ 510,00

em 2010). Poucas passavam do salário mínimo e apenas duas passavam de 1,5 SM, tendo também já outras características que as afastavam do núcleo da noção de circuito inferior enquanto ocupação.

Tomando como base método mais exploratório com base em escala própria de vulnerabilidade/precariedade x estabilidade da ocupação unida à análise remuneratória seria possível ainda incluir outras atividades, ainda que não seguissem toda a cartilha da teoria dos dois circuitos quanto ao enquadramento.

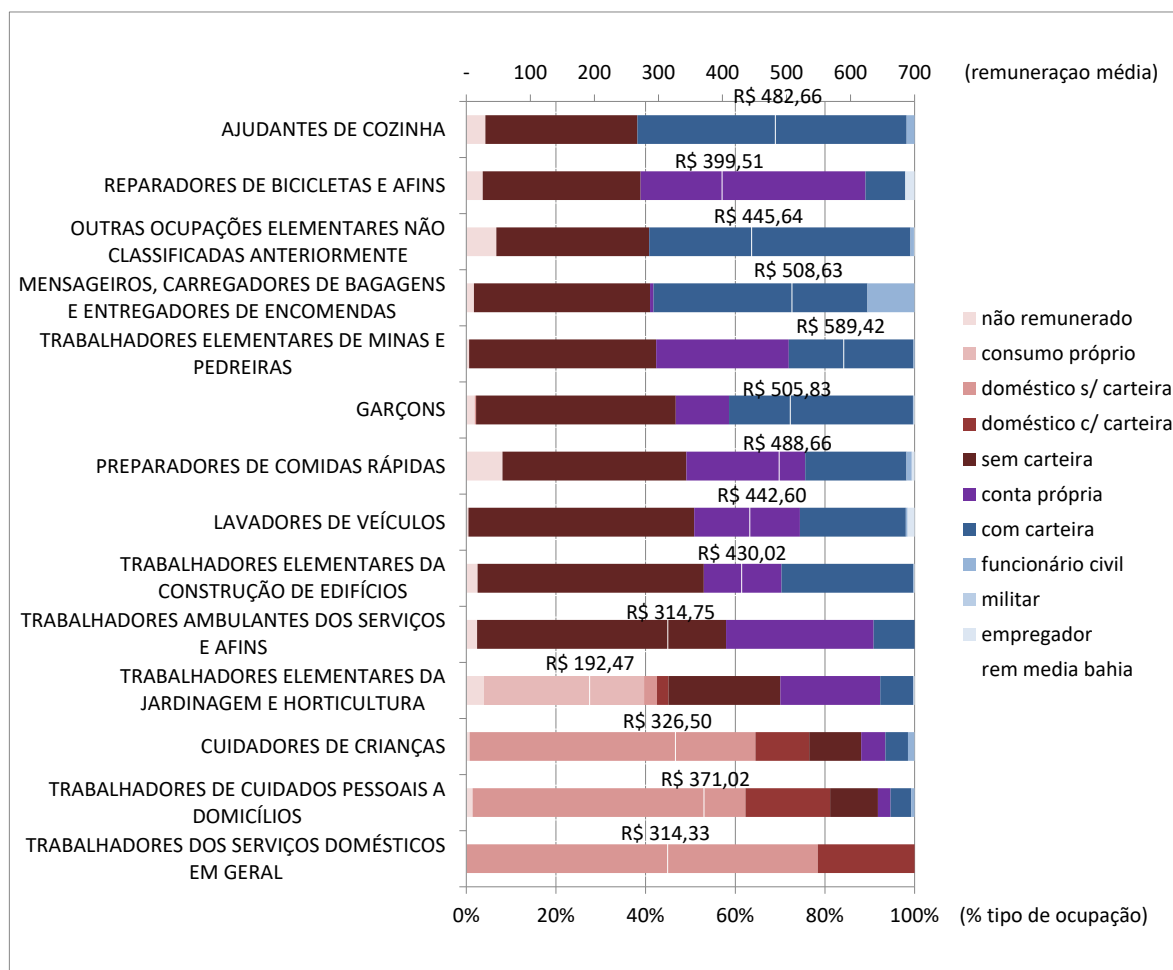
Na gradação de precariedade da relação de trabalho considera-se em nível crescente os seguintes tipos:

- não remunerado
- consumo próprio
- doméstico s/ carteira
- doméstico c/ carteira
- sem carteira
- conta própria
- com carteira
- funcionário civil
- militar
- empregador

Os trabalhadores por conta própria podem tanto estar relacionados a ocupações autônomas especializados e bem remunerados como podem indicar ocupações vulneráveis e de baixa remuneração, por isso eles são considerados ocupados com peso negativo ou positivo na análise a depender das outras distribuições. Na prática enquadrar-se como autônomo reforça o peso negativo ou positivo da ocupação com base na distribuição prévias dos outros enquadramentos. Caso sejam mais precários, a quantidade de autônomos deve ser visto como agravamento disso.

Usando as ocupações urbanas, com número de observações não desprezíveis no censo (para não gerar algum viés distorcido) e com maior percentual enquadrado na categoria até “sem carteira” encontra-se o resultado da Figura 19.

Figura 19 – Ocupações mais vulneráveis, mais características do circuito inferior



Esse resultado, entretanto, é mais frágil por simplificar as características do circuito quanto à relação de trabalho apenas à precariedade do vínculo e ao padrão remuneratório. Deste modo, na categorização será mantida a classificação anterior. A intenção dessa análise pretende apenas demonstrar nesse momento mais um elemento caracterizador e justificador das ocupações já selecionadas.

Acrescentou-se ao gráfico os valores médios remuneratórios dessas ocupações. No senso comum observa-se também que essas ocupações são extremamente fragilizadas e justifica-se o destaque às ocupações mais vinculadas a trabalhos domésticos por serem típicas de países em desenvolvimento, onde a alta precariedade do vínculo e a baixa remuneração junto à desigualdade salarial permitem que a classe média se valha desse trabalho gerando um número significativo dessa ocupação no país. Percebe-se que mesmo quando essas ocupações domésticas possuem relação de trabalho com carteira, os próprios direitos legais dessa categoria são menos amplos que o das outras, por isso a

manutenção desse trabalho, mesmo com carteira, como enquadrado no circuito inferior.

Destaca-se que os percentuais encontrados de circuito inferior podem à primeira vista serem considerados conservadores, subestimados e conseqüentemente baixos, mas se deve lembrar que eles se referem obviamente apenas aos que se encontravam ocupados. Isso permite que se enquadre a atividade e suas características na divisão entres os circuitos. Não se deve confundir essa classificação com a socioeconômica, cuja fragilidade e vulnerabilidade inclui o contingente de desocupados e a condição de pobreza geral da população ativa ou não.

De forma simplificada e para permitir uma referência comparativa, a categorização referente aos circuitos apenas indicará o percentual de circuito inferior frente ao total, lembrando que se leva em consideração aqui apenas os ocupados, não sendo portanto – e nem é essa a finalidade – uma análise de pobreza da população como um todo. Ponto deixado para a devida categorização socioeconômica.

O Quadro 14 apresenta a proxy usada para marcar e distinguir o peso do circuito inferior na cidade.

Quadro 14 – Variável de circuito inferior

<b>indicador/variável</b>	<b>tema captado</b>	<b>descrição</b>
CIRC_CI_PART10	circuito inferior	% da ocupação do circuito inferior 2010

Com essas classificações é possível identificar como variável proxy o percentual de circuito inferior existente em cada cidade, com base no número de ocupados nas ocupações listadas. Tanto esses valores como os das demais variáveis apresentadas na sequência constam da Tabela 5 do Anexo 1.

### 5.2.3 Passo 2: tipologias interurbanas (centralidade, responsabilidade territorial e fluxos)

Tanto para atividades mais afeitas às análise de rede urbana, com foco em serviços às famílias, quanto para atividades produtivas na seção seguinte, foram selecionadas variáveis e indicadores para supostamente representar as dimensões

aqui indicadas. Para isso, foram incluídas tanto proxies diretas dos temas, quanto supostas causas e impactos.

Para incluir na Análise de Componentes Principais a dimensão (inter)urbana buscou-se identificar ou elaborar variáveis e indicadores que trouxessem a noção de centralidade vinculada à rede urbana em sentido mais estrito (relacionado mais à prestação de serviços às famílias).

Como explicado a categorização aqui se refere à atratividade, independentemente da causa e considerando o fluxo como atração efetiva, já que a nodalidade é apenas o potencial atrator, que pode ou não estar sendo efetivado. As razões dessa atração, em especial quanto ao trabalho, educação e saúde são características que servem para avançar no detalhamento das categorias.

Inicialmente às variáveis elencadas especificamente para a dimensão (inter)urbana são as listadas no Quadro 15.

Quadro 15 – Variáveis interurbanas

indicador/variável	tema captado	descrição
URB_BILHETE_PAX_ROD_ANTT_22	centralidade	passageiros rodoviários interestaduais recebidos 2022
URB_CENTRAL_CULT_COM_SERV_REGIC_17	centralidade	índice de centralidade IBGE cultura, comércio e serviço 2017
URB_CGT_14	centralidade	índice de gestão IBGE 2014
URB_EDU_MED_DE_FORA10_CENSODEMO	centralidade	estudantes do ensino médio não moradores 2010
URB_EDU_PART_MED_DE_FORA10_CENSODEMO	centralidade	proporção de estudantes do ensino médio não moradores 2010
URB_EDU_PART_POS_DE_FORA10_CENSODEMO	centralidade	proporção de estudantes de pós-graduação não moradores 2010
URB_EDU_PART_SUP_DE_FORA10_CENSODEMO	centralidade	proporção de estudantes do ensino superior não moradores 2010
URB_EDU_POS_DE_FORA10_CENSODEMO	centralidade	estudantes de pós-graduação não moradores 2010
URB_EDU_SUP_DE_FORA10_CENSODEMO	centralidade	estudantes do ensino superior não moradores 2010
URB_IA_14	centralidade	índice de Atratividade IBGE 2014
URB_PAX_AEREO_OD_EPL14	centralidade	passageiros aéreos recebidos 2014
URB_SAU_ALTA_COMPLEX_DE_FORA10_DATASUS	centralidade	pacientes de alta complexidade recebidos de outras cidades 2010
URB_SAU_MED_COMPLEX_DE_FORA10_DATASUS	centralidade	pacientes de média complexidade recebidos de outras cidades 2010
URB_SAU_PART_ALTA_COMPLEX_DE_FORA10_DATASUS	centralidade	participação de pacientes de alta complexidade recebidos de outras cidades 2010
URB_SAU_PART_MED_COMPLEX_DE_FORA10_DATASUS	centralidade	pacientes de média complexidade recebidos de outras cidades 2010
URB_AG_BANC_BACEN10	centralidade_indireto	quantidade de agências bancárias 2010
URB_AG_CORREIO23	centralidade_indireto	quantidade de agências dos correios 2023
URB_AG_INSS23	centralidade_indireto	quantidade de agências do INSS 2023
URB_CART_23	centralidade_i	existência de cartórios 2023

indicador/variável	tema captado	descrição
	ndireto	
URB_CRAS23	centralidade_i ndireto	existência de CRAS 2023
URB_DEF_PUB23	centralidade_i ndireto	existência de defensoria pública 2023
URB_DEP_SAU_BASICA_BUSCA_OFERTA_LOCAL20_DATASUS	centralidade_i ndireto	percentual de atendimentos de saúde básica fora da cidade 2020
URB_DEPEND_INCOMP_ENTRA_SOBRE_SAI_TRAB10	centralidade_i ndireto	relação entre trabalhadores que saem e que entram na cidade 2010
URB_EDUC_INI_FORA10_CENSOESCOLAR	centralidade_i ndireto	percentual de estudantes até os anos iniciais que estudam fora da cidade 2020
URB_SEDE_COMARCA_ENTRANCIA23	centralidade_i ndireto	existência de sede de comarca
URB_DIVERSIF_ATIV10_RAIS	diversificação	participação de tipos de atividades no total de tipos atividades existentes da Bahia 2010

Utilizou-se de forma simples o somatório do Índice de Atração e do centro de Gestão Territorial do IBGE dos municípios componentes do arranjo para recalculer a atratividade e centralidade da cidade. Pelo método quantitativo utilizado esse procedimento é mais adequado e passível de exploração do que o uso final categórico da hierarquia urbana gerada pela REGIC. O uso dessas variáveis permite também que se verifique posteriormente a relação da distribuição dos circuitos com a centralidade e atratividade enquanto proxy do alcance indicado por Christaller e criticado por Milton Santos, assim torna-se possível verificar empiricamente as implicações dos circuitos no alcance do lugar central.

Os centros urbano de maior importância possuem atividades raras que não existem em qualquer assentamento humano. O outro lado dessa moeda é a diversidade maior de atividades. Essas duas características definidoras da nodalidade enquanto potência tendem a se converter em centralidade efetivando a atratividade. Nesse sentido uma variável que capte a diversificação de atividades urbanas (não incluindo aqui produção industrial nem agropecuária) pode também captar a dimensão da rede urbana enquanto fenômeno (inter)urbano. Pode-se tanto identificar cidades que possuem exclusividade de atividades quanto cidades que possuem maior número de atividades distintas, tendo se optado por essa última solução, evitando possíveis distorções idiossincráticas que levem eventualmente a uma atividade específica e rara se localizar numa cidade sem a equivalente importância hierárquica.

Do ponto de vista populacional há três fluxos que devem ser observados em relação à centralidade: o fluxo pendular, que caracteriza o arranjo e a centralidade intraurbana na acepção de cidade para o IBGE, o fluxo de viagens que caracteriza



uma centralidade de rede e o fluxo migratório que trata de consolidar o acúmulo de centralidades das duas anteriores, o pendular caso o preço da terra não seja relativamente tão elevado no arranjo (ou caso seja apenas para aqueles que tem renda mais alta) e principalmente o de viagens de mais longa distância por efetivar a possibilidade de moradia de quem antes era atraído em fluxos menos regulares de trabalho.

A migração também já consolida diretamente quem veio buscar emprego sem antes se relacionar com a cidade, dada a expectativa de centralidade e oportunidades da cidade. A migração pode ser captada de forma indireta por taxas muito altas de acréscimo populacional, variável já incluída no modelo, mas que inicialmente está na dimensão socioeconômica. Destaca-se que o enquadramento prévio como uma ou outra dimensão não interfere no método, já que o processamento da Análise de Componentes Principais relaciona indistintamente as variáveis verificando quais estão mais correlacionadas na constituição do componente gerado (entendendo aqui também como dimensão ajustada).

Fluxos gerais de pessoas e passageiros são obtidos numa frequência maior por meio de dados de registros administrativos e estimativas/projeções de transporte, tendo sido usado aqui o fluxo de passageiros aéreos de pesquisa da extinta Empresa de Planejamento e Logística (EPL) e de transporte rodoviário interestadual da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT). Dados de viagens de saúde são disponíveis em alta frequência (mensal) nos dados públicos do Datasses, apesar de suas limitações. Prefere-se utilizar dados administrativos mais do que pesquisas como a amostra do Censo, por conta de sua maior frequência e número de observações mais amplo. Entretanto, nem sempre os dados administrativos possuem as desagregações e marcações necessárias. O Censo da Educação Superior, por exemplo, não tem campo para município de moradia, por isso se vale dos dados do Censo Demográfico para isso. O Censo Escolar possui, mas para manter o mesmo padrão do superior se usou o Censo também. Dados de percepção, mesmo de fontes qualificadas devem ser evitados, mas foi o caso dos fluxos por cultura, lazer e turismo de entretenimento, ainda que advenha do IBGE.

Os dados de fluxo de saúde do datassus e de educação do censo demográfico permitem tanto uma análise de fluxo pendular quanto uma atratividade mais próxima, enquanto os dados da O/D aérea e de fluxo rodoviário interestadual da ANTT captam distâncias maiores e atração por maior especialização. O fluxo de trabalho não foi

usado nessa dimensão por já ter sido usado na construção dos arranjos, onde eles são mais significativos. Com isso sem analisar as causas já é possível captar a centralidade via essas proxies. Os dados da REGIC de outros motivos de viagem ainda que baseados apenas na percepção de atores chaves são usado para captar alguma relação não identificada antes. Desse modo foram selecionadas as seguintes variáveis conforme sua finalidade.

Em síntese, das variáveis/indicadores para a dimensão (inter)urbana, as que se referem à noção de centralidade incluíram duas mais diretas, para captar a atratividade empresarial e a gestão do território; uma de diversificação; duas medidas diretas de fluxos (aéreo e interestadual); 11 de fluxo pro motivo, em especial saúde e educação; e dez de centralidade indireta mais afeitas a disponibilidade de serviços e atividades, incluído dependência externa a cidade de trabalho, saúde básica e educação até os anos iniciais do ensino fundamental.

Outras variáveis inicialmente pensadas para as dimensões econômica (regional) e socioeconômica, tem relações com a dimensão aqui tratada, como a população total e urbana e seu crescimento, densidade urbana, formalidade e rendimentos. Como já explicado, entretanto, não faz diferença para o método o enquadramento prévio do indicador em alguma das dimensões.

#### 5.2.4 Passo 3: tipologias produtivas (cadeias e papéis econômicos)

Além das atividades já apontadas na identificação dos circuito inferior e das atividades (inter)urbanas e outras nas seções anteriores, diferenciou-se os tipos de indústria separando a extrativa da indústria de transformação e subdividindo esta pelo seu papel na cadeia enquanto bens de capital, intermediários ou de consumo.

Utilizou-se a máxima desagregação quantitativa dos PIB dos Municípios, dividido em quatro grandes setores e complementarmente uma proxy das categorias de Milton Santos dos elementos que compõem a relação dos circuitos acrescida da diferenciação das indústrias entre produtoras de bens de capital, intermediários e de consumo, além de diferenciar os serviços acessados pelas famílias e os acessados pelas empresas. Fez-se uso para isso, além da própria classificação da CNAE (em geral na sua maior agregação – seção – mas às vezes tendo que descer até a subclasse), a classificação do Sistema de Contas Nacionais com 43 divisões e a CGCE para identificação do tipo de bem produzido. Nesse caso para complementar

os dados do PIB foram usados dados da RAIS pela massa salarial ponderada pelos dias de trabalho dos vinculados ao longo do ano de 2010, para ser compatível com os dados da amostra do censo demográfico disponíveis.

Foi usado o dado de massa salarial formal mais preciso com base no peso, onde se relativiza o vínculo com o número de meses que efetivamente ficou vinculado.

Oliveira (2022) faz uma abrangente síntese das classificações de produto, atividades e relacionamentos entre elas. No panorama observado identificou-se a utilidade de cada uma para os objetivos aqui propostos e a consequente seleção de classificações para uso nesta tese.

Para constituir as cadeias produtivas, foram consideradas como elemento principal, de menor unidade divisível disponível, as mercadorias representadas pela Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM). Cada NCM selecionada foi associada à atividade econômica na qual foi produzida, representada pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), à lista de Produtos Industriais (ProdList-Indústria) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (produto corresponde a bens e serviços industriais), além de outras diversas informações oriundas de classificações nacionais e internacionais, tais como: International Standard Industrial Classification of all Economic Activities (ISIC), Standard International Trade Classification (SITC), Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (SH), Central Product Classification (CPC), Classification by Broad Economic Categories (BEC), Classificação por Grandes Categorias Econômicas (CGCE), Classificação Uniforme para o Comércio Internacional (CUCI), entre outras (Oliveira, 2022, p. 5-6).

Como ele explica a BEC é outra classificação interessante de uso.

A BEC é, essencialmente, a classificação de produtos agregados por grandes categorias econômicas organizada em função do tipo de uso final ao qual os bens e serviços são destinados no comércio internacional. A BEC está harmonizada com a SITC, o HS, ISIC e a CPC. A vantagem comparativa da BEC em relação às demais classificações de mercadorias está na sua abordagem pela ótica da demanda, classificando os produtos em função de sua categoria de uso final. É utilizada para diversas aplicações analíticas, possibilitando identificar a integração relativa de economias por meio de cadeias de valor globais, assim como para aplicações estatísticas, utilizando o fluxo de mercadorias para auxiliar a mensuração, por exemplo, do produto interno bruto (PIB) (Oliveira, 2022, p. 10).

Com o intuito de discernir as atividades intermediárias das finais, a

Classificação por Grandes Categorias Econômicas (CGCE) do IBGE pode ser utilizada distinguindo os bens de capital, intermediários e de consumo, gerado em compatibilidade com a BEC e do PIM-PF com foco no produto (inclusive relacionando com NCM) é possível relacionar com a CNAE, rebatendo essa categoria de produto para as atividades econômicas. A fim de separar o serviço às famílias do serviço às famílias, por sua vez, é possível usar a classificação do Sistema de Contas Nacionais (SNC), mesmo o mais simplificado em 43 categorias.

As classificações de intensidade tecnológica de Cavalcante (2014), de inovação de OCDE e IPEA e do Observatório das Metrôpoles auxiliaram na classificação de atividades com base na RAIS para o cálculo e enquadramento de categorias intermediárias para uso como variáveis na Análise de Componentes Principais.

Milton Santos preocupou-se na proposta teórica com o foco exportador, considerando-o como espoliador, de fato observa-se nos estudos multiplicadores de emprego que algumas atividades produtivas são menos intensivas em mão de obra, não gerando desse modo a absorção da riqueza pelas famílias, fato minimizado apenas pela geração indireta de empregos, seja pelo efeito renda (gasto com consumo dos empregados), seja pelos empregos indiretos, que dependem do encadeamento econômico e onde ocorrem essas atividades. O potencial de desenvolvimento local é afetado por essa localização. Desse modo quando se importam e exportam os produtos e serviços à jusante e à montante da cadeia, os efeitos para frente e para trás do encadeamento produtivo (e sua geração de empregos) não são captados pela economia local.

Além da captação da exportação, os elementos apontados por Milton Santos para os dois circuitos foram de algum modo ser captados. Desse modo identificou-se o setor de transporte de carga, o atacadista, o comércio e serviço diferenciando o relacionado às famílias do referente às empresas, os bancos e a indústria.

Com base nessas diretrizes, as variáveis dessa dimensão estão apresentadas no Quadro 16.

Quadro 16 – Variáveis regionais (econômicas/produativas)

indicador/variável	tema captado	descrição
REG_EXP_PIB10	absorção	valor exportado/PIB 2010
REG_EXP_PIB20	absorção	valor exportado/PIB 2020
REG_PART_VA ADM10	absorção_indireto	VA Administração Pública/VA Total 2010
REG_PART_VA ADM20	absorção_indireto	VA Administração Pública/VA Total 2020
REG_PART_VA SERV10	absorção_indireto	VA Serviços/VA Total 2010
REG_PART_VA SERV20	absorção_indireto	VA Serviços/VA Total 2020
REG_SER_AS_FAM10_RAIS	absorção_indireto	massa salarial de serviço às famílias 2010
REG_ATIV_FINANC_E_IMOB10_RAIS	produção	massa salarial de serviços financeiros e imobiliários 2010
REG_COM_ATACADO10_RAIS	produção	massa salarial do setor de atacado 2010
REG_IND_EXT10_RAIS	produção	massa salarial da indústria extrativa
REG_IND_TRANSF_BENS_CAPITAL10_RAIS	produção	massa salarial da indústria de transformação de bens de capital 2010
REG_IND_TRANSF_BENS_CONSUMO10_RAIS	produção	massa salarial da indústria de transformação de bens de consumo 2010
REG_IND_TRANSF_BENS_INTERM10_RAIS	produção	massa salarial da indústria de transformação de bens de intermediários 2011
REG_ORIG_OD_CARGA_EPL_17	produção	carga com origem na cidade 2017
REG_PART_VA AGRO10	produção	VA Agropecuário/VA Total 2010
REG_PART_VA AGRO20	produção	VA Agropecuário/VA Total 2020
REG_PART_VA IND10	produção	VA Industrial/VA Total 2010
REG_PART_VA IND20	produção	VA Industrial/VA Total 2020
REG_QTDE_MUN_DEST_INSUMOS_AGR_O_REGIC17	produção	quantidade de cidades que buscam a cidade para insumos agropecuários 2017
REG_QTDE_MUN_DEST_PROD_AGR_O_REGIC17	produção	quantidade de cidades que buscam a cidade para produtos agropecuários 2017
REG_SERV_AS_EMP10_RAIS	produção	massa salarial dos serviços às empresas 2010
REG_TRANSPORTE_CARGA10_RAIS	produção	massa salarial do setor de transporte de carga 2011
REG_IRPF_DECLAR_2017	rendimento	número total de declarações de IRPF na cidade 2017
REG_IRPF_VALOR_2017	rendimento	volume total declarado no IRPF por moradores 2017
REG_IRPF_VALOR_PER_CAP_MES_2107	rendimento	rendimento mensal dos declarantes de IRPF 2017
REG_MASSA_SAL_FORM10	rendimento	massa salarial emprego formal (RAIS) 2010
REG_MASSA_SAL_FORM21	rendimento	massa salarial emprego formal (RAIS) 2021
REG_RENDFAM_CENSO10	rendimento	rendimento familiar per capita 2010
REG_VINC_PESO_FORM10	rendimento	vínculos empregatícios equivalentes 2010 (unidade= um vínculo de um ano)
REG_VINC_PESO_FORM21	rendimento	vínculos empregatícios equivalentes 2021 (unidade= um vínculo de um ano)
REG_PIB10	riqueza	PIB 2010

Desse modo, 15 variáveis/indicadores de produção abordaram os setores e atividades indicados, incluindo também um indicador de origem e destino de carga da extinta EPL de 2017. Dois indicadores tentaram captar a participação das exportações no PIB, que junto com dois indicadores que serão listados para a dimensão socioeconômica, cumprem a ideia de absorção de riqueza. A produção de riqueza em si valeu-se do próprio PIB como indicador da dimensão econômica, que faz par com outro indicador que será enquadrado como social (o PIB per capita).

O Valor Adicionado (VA) da administração pública e do setor de serviços também entram como quatro variáveis (cada um para 2010 e 2020), além do próprio VA de serviços como variáveis econômicas que de forma indireta tem relação com a absorção de riqueza, por ser intensivas em mão de obra. Por fim, variáveis de emprego, rendimento e massa salarial entraram na dimensão econômica com dez itens envolvendo dados da base do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF), RAIS e Censo Demográfico. Esses temas evidentemente tem relação também com a dimensão socioeconômica e interurbana, cabendo ao processamento da Análise de Componentes Principais determinar isso de forma mais precisa.

#### 5.2.5 Passo 4: tipologias de condição de vida (caracterização socioeconômica).

Por se tratar de uma análise sob paradigmas que regem a teoria dos dois circuitos econômicos e também por isso ter foco socioeconômico, a dimensão da condição de vida está restrita a análise de renda e emprego. Desse modo foram incluídas a fim de ver indícios de espoliação, pobreza e desigualdade variáveis de desocupação, pobreza, extrema pobreza e índice de gini, além de dados básicos demográficos, de absorção de riqueza pelas famílias e um indicador especialmente criado para captar o nível de comando local das empresas. As variáveis socioeconômicas identificadas ou criadas estão no Quadro 17.

Quadro 17 – Variáveis socioeconômicas

indicador/variável	tema captado	descrição
SOC_ABS_RIQ10	absorção	rendimento familiar/PIB
SOC_COMANDO_LOCAL10_CENSODEMO	absorção	proporção de empregadores nativos 2010
SOC_CRESC_POP_00-10	crescimento populacional	taxa de crescimento populacional 2010-200
SOC_CRESC_POP_10-22	crescimento populacional	taxa de crescimento populacional 2022-2010
SOC_DENSID10_URB	densidade	densidade populacional dos setores urbanos 2010
SOC_GINI10	pobreza e desigualdade	índice de gini 2010
SOC_TX_DESOC10	pobreza e desigualdade	taxa de desocupação 2010
SOC_TX_EXT_POB10	pobreza e desigualdade	taxa de extrema pobreza 2010
SOC_TX_POB10	pobreza e desigualdade	taxa de pobreza 2010
SOC_POP10_TOT	população	população 2010
SOC_POP10_URB	população	população urbana 2010
SOC_POP22	população	população 2022
SOC_REND_PER_CAP10	riqueza	renda per capita 2010

Investiga-se a capacidade de conversão da riqueza em rendimentos familiares verificando o nível de espoliação (nos termos de Milton Santos) ou drenagem para usar um termo de Lobato Corrêa. Observa-se a necessidade de não apenas comparar a geração de riqueza com a massa salarial, mas observar a quem ela se destina, para onde, e em que padrão de distribuição, observando também se há tendência de se concentrar nas mãos de empreendedores e trabalhadores vindos de fora do território. Mesmo que muitas vezes gerem empregos diretos (inclusive com médias remuneratórias mais elevadas) e indiretos, o padrão dessa distribuição diz muito sobre a equidade e a distributividade do crescimento econômico proporcionado em comparação com o desejado desenvolvimento local. Sem contar as possíveis externalidades geradas pelas repentinas mudanças devidas à migração acelerada e incapacidade de acompanhar demandas do crescimento populacional.

O indicador de comando local capta um tipo específico do que Santos (2004 [1975], p. 295) denominou de colonização interna, tendo o intuito de identificar a apropriação econômica pela migrante. Ela identifica aqueles que assumem o comando da economia.

Santos (2004 [1975], p. 31) de fato considera que a industrialização nem sempre gera crescimento com desenvolvimento, gerando pseudodesenvolvimento pela ausência de articulação local das atividades e da distribuição regressiva de renda. Parece, portanto, ser essencial acompanhar a progressividade (re)distributiva e a redução da desigualdade. Com a indústria respondendo pouco à necessidade de criação de emprego (Santos, 2004 [1975], p. 37).

### 5.2.6 Passo 5: Análise de Componentes e pontos de corte para categorias de cidades

Após calcular e reunir todas as variáveis geradas nas dimensões iniciais procede-se com o processamento dos dados feito em R (Anexo 1) usando o pacote Psych (Revelle, 2023) para versão 2.3.9, combinando todas, identificando como resultado secundário a correlação entre cada par de variáveis e determinando quais e quantas componentes principais sintéticas são geradas pelo método apontando o poder explicativo de cada variável com cada uma dessas componentes. Dessa forma pode-se interpretar o que cada componente principal representa conforme o entendimento prévio que se tem de cada variável. Cada cidade (enquanto arranjo de municípios ou municípios isolados) possui também sua relação com cada componente fruto de suas variáveis próprias. Além dessa análise individual, ao selecionar as variáveis mais explicativas das dimensões originais com base nos princípios dos tipos de cidades apontadas pro Milton Santos e ajustadas na seção 4.1 foi possível determinar a classificação das cidades e deste modo identificar sua relação com cada variável, resultando desse modo numa síntese do perfil de cada uma dessas classes e com isso identificando necessidade e vulnerabilidades que devem ser levadas em conta no planejamento e definição de políticas mais assertivas e tempestivas.

A Análise de Componentes Principais (ACP) é uma técnica estatística multivariada que visa reduzir a dimensionalidade de um conjunto de dados, preservando o máximo possível da informação original, por meio da transformação de um conjunto de variáveis correlacionadas em um conjunto de variáveis não correlacionadas, chamadas de componentes principais, que capturam a maior parte da variância dos dados (Hair Jr., 2009). Os componentes principais são combinações lineares das variáveis originais, cujos coeficientes são determinados pelos autovetores da matriz de covariância ou correlação dos dados, esses componentes são ordenados de acordo com seus autovalores, que representam a proporção da variância explicada por cada componente (Hair Jr., 2009). Assim, os primeiros componentes principais contêm a maior parte da informação relevante dos dados, e os últimos componentes principais podem ser descartados sem uma grande perda de informação (Hair Jr., 2009). A redução da dimensionalidade é útil para simplificar a análise dos dados, facilitar a visualização e interpretação dos



padrões existentes, eliminar a multicolinearidade entre as variáveis e reduzir o custo computacional de outras técnicas estatísticas (Pearson, 1901).

Quatro componentes principais explicam 60% do comportamento do conjunto de variáveis utilizadas. Pode parecer pouco, mas em ordem decrescente essas quatro explicaram 38%, 12%, 6% e 4%, ou seja, o acréscimo marginal de mais uma componente e assim por diante acrescenta pouco no poder explicativo e tende a não ter um significado específico enquanto componente. No Anexo 2 e Anexo 3 é possível verificar a relação de cada variável com cada componente. Analisando essas relações percebe-se que de fato a componente 1 seria mais equivalente à dimensão original interurbana com forte foco na noção de centralidade. Por sua vez a componente 2 traz uma noção de riqueza econômica mais afeita à dimensão regional, enquanto a componente 3 refere-se à dimensão mais relacionada com o circuito inferior e a única a qual essa variável possui sinal positivo (respectivamente - 0.117, -0.078, 0.294 e -0.144). Por fim a componente 4 aproxima-se mais da dimensão socioeconômica. Importante destacar que não necessariamente cada variável previamente enquadrada nas dimensões originais tem maior relação com seu respectivo componente. Por se tratar de uma lógica puramente explicativa e de correlação do ponto de vista estatístico é preciso compreender essas relações que carecem de análise para se afirmar com causalidades ou outros tipos de relações válidas evitando o risco de correlações espúrias.

### **5.3 Análise dos resultados da aplicação à rede da Bahia**

#### **5.3.1 Papel do circuito inferior**

O circuito inferior sempre foi o mais desafiador para captar os impactos diretos sobre a rede. Ainda que Milton Santos insista na análise necessariamente isolada do efeitos de cada circuito sobre a influência e o alcance do lugar central, a estatística permite ao menos dar indícios do efeito da presença e participação do circuito inferior na centralidade geral da cidade.

Ainda que a correlação do circuito inferior, da forma como foi identificado, possua correlação relativamente mais fraca que as outras variáveis com os componentes principais encontrados, em especial na análise da população e PIB, isso era de se esperar por se tratarem de variáveis que na média explicam mais a

centralidade. Christaller indicava a densidade populacional e a renda como outros fatores que alterariam a atratividade, algo bem tratado na dissertação de mestrado de Corrêa (1974), com apontamentos resgatados aqui nesta tese. Na aplicação do método aqui proposto, comparando essas variáveis com a participação do circuito inferior, observa-se que na análise com a componente 1 de fato a renda e a densidade explicam mais.

As análises seguintes se referem todas à análise dos dados da rede baiana. A Tabela 1, apresentando a relação de variáveis clássicas de centralidade e o indicador de participação de circuito inferior com os quatro componentes principais.

Tabela 1 – Relações de variáveis de centralidade com os componentes resultantes

VARIÁVEIS	PC1	PC2	PC3	PC4
<b>SOC_POP10_TOT</b>	0,973	-0,223	-0,002	-0,004
<b>SOC_REND_PER_CAP10</b>	0,478	0,723	-0,061	-0,089
<b>CIRC_CI_PART10</b>	-0,122	-0,090	0,376	-0,210
<b>SOC_DENSID10_URB</b>	0,078	-0,088	-0,079	-0,342

Entretanto, analisando a correlação direta dessas variáveis com a variável de centralidade em especial a referente a centralidade estatal, o circuito inferior já é mais inversamente importante ao menos que a densidade. Uma análise mais detalhada de outras correlações par a par permitem observar outros indícios que vão ao encontro do que a teoria de Milton Santos preconizava quanto à característica de solução possível da circuito inferior, sua influência no alcance e as repercussões do modelo espoliador exportador.

De fato a correlação com variáveis mais vinculadas a centralidade permitiu observar que há um efeito em especial no fluxo de trabalho na perda de capacidade de centralidade por meio da tendência de menor valor da relação de empregos que entram e que saem da cidade. A participação do circuito inferior parece ter relação com uma maior absorção da riqueza gerada, menor desigualdade e menor dependência exportadora, ainda que não a melhor rendimento das famílias, sendo assim mais vinculado a pobreza como Milton Santos apontava. Essas relações são apresentadas na Tabela 2 a seguir.

Tabela 2 – Variáveis mais correlacionadas com a participação do circuito inferior

Variável/Indicador	tema	Correlação com indicador de CI
SOC_ABS_RIQ10	absorção	0,64
REG_PART_VA ADM10	absorção_indireto	0,63
REG_PART_VA ADM20	absorção_indireto	0,62
URB_DEPEND_INCOMP_ENTRA_SOBRE_SAI_TRAB10	indireto	-0,62
SOC_GINI10	pob_desig	-0,50
REG_EXP_PIB10	absorção	-0,45
REG_PART_VA IND10	produção	-0,45
SOC_COMANDO_LOCAL10_CENSODEMO	absorção	0,44
REG_TRANSPORTE_CARGA10_RAIS	produção	-0,44
URB_BILHETE_PAX_ROD_ANTT_22	centralidade	-0,43
REG_IRPF_VALOR_PER_CAP_MES_2107	rendimento	-0,43
URB_DIVERSIF_ATIV10_RAIS	híbrido	-0,43
REG_PART_VA IND20	produção	-0,42
SOC_REND_PER_CAP10	riqueza	-0,42
URB_SAU_PART_ALTA_COMPLEX_DE_FORA10_DATASUS	centralidade	-0,41
URB_CGT_14	centralidade	-0,40

### 5.3.2 Classes de cidades

A classificação proposta para as cidades levou em conta dimensões já trabalhadas por meio de uso de variáveis utilizadas no cálculo dos componentes e mais algumas fruto da reflexão sobre o efeito explicativos de temas analisados nas variáveis dos componentes. Para cada uma delas foram determinados quatro níveis obtidos por meio de quebras naturais sobre os próprios dados encontrados. Cada variável foi então enquadradas em alta, média-alta, média-baixa e baixa (Tabela 8 do Anexo 6). A homogeneidade ou concentração de cada variável para o conjunto de cidades foi naturalmente trazida para a composição pelo método de corte de quebras naturais (jenks) onde se configuram conjuntos o mais homogêneos possíveis devido ao uso de desvios quadrados.

Para captar as dimensões identificadoras das categorias de cidades foram usadas as variáveis indicadas no Quadro 18.

Quadro 18 – Variáveis e dimensões da classe de cidades proposta

variável	dimensão
<b>TRAB_LOCAL_INDICE</b>	DEPENDENTE
<b>ABS_INDICE</b>	ENCLAVE
<b>ORGAOS_INDICE</b>	COMANDANTE
<b>CONTROL_INDICE</b>	EMPRESARIAL
<b>DIV_ORD</b>	TOWN-NESS
<b>ESPEC_ORD</b>	CITY-NESS
<b>COMPLETO</b>	método de combinação
<b>SIMPLES</b>	método de exclusão

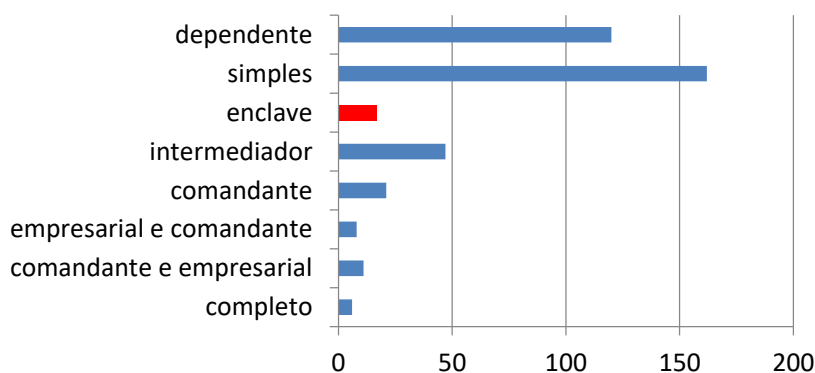
Inicialmente apostou-se que a cidade dependente poderia ser identificada por meio das variáveis de estudantes dos anos iniciais que se deslocavam para estudar em outras cidades ou a variável de pessoas que tinham que se deslocar para outra cidade para ter acesso a saúde básica, mas nenhum delas se mostrou útil, sendo substituídas pela variável que relaciona o número de trabalhadores que sai da cidade pelo número que entra. Os valores mais baixos caracterizavam essas cidades como dependentes caso tivessem as demais variáveis também fracas. A Tabela 8 do Anexo 6 traz todas essas relações finais.

As outras variáveis captam a absorção do PIB em rendimento das famílias; a centralidade estatal por meio da quantidade e hierarquia de órgãos público; o número de empresas matrizes da cidade que possuem filiais em outras cidades; índice de diversificação relativizando o número de grupos de atividades CNAE que existem na cidade em relação ao número que existe no estado; e índice de especialização que relativiza as atividades existentes na cidades pela frequência em que ela existe no estado em número de cidades com ela. Por fim a cidade completa no outro extremo combinava de forma positivas as variáveis indicadas.

Essa categorização tem caráter relativo, já que classifica as cidades com base na distribuição dos valores das variáveis para a realidade baiana. Isso é essencial para a interpretação do que é uma cidade completa, por exemplo. Nesse sentido, no limite pode-se até restringir a completa na Bahia apenas à cidade que contém seu município capital e primaz (Salvador), já que de fato é a única que reúne todas as variáveis em suas faixas máximas. Para os indicadores sínteses de comando, empresarial e town-ness, por exemplo, as quebras naturais consideram que apenas Salvador enquanto cidade no sentido aqui adotado estava na faixa mais alta. Nos grupos de atividades econômicas, por exemplo, ela era a única a reunir

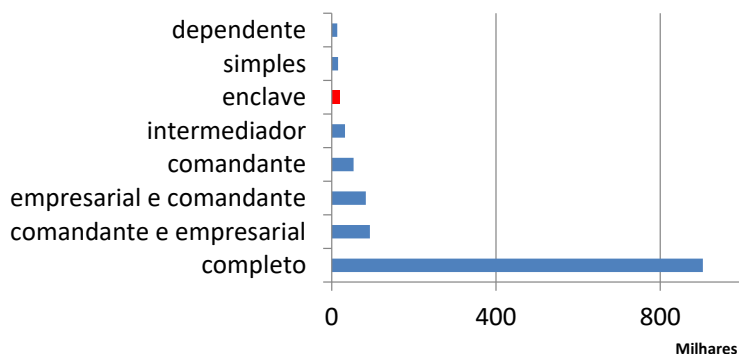
todas as atividades existentes na Bahia, lembrando que não se inclui nesse indicador atividade de produção agropecuária e industrial, já que o intuito é captar centralidade no sentido (inter)urbano. No fim as cidades da Bahia por categoria se distribuíram conforme o gráfico da Figura 20.

Figura 20 – Distribuição de cidades por categoria



Cada categoria possui um perfil de porte médio populacional, crescente conforme a categoria com destaque para as completas como se observa na Figura 21.

Figura 21 – Média de população por cidade por categoria



Analisando a classificação proposta com a hierarquia da REGIC e as concentrações urbanas observa-se uma compatibilidade razoável, com exceções ocorrendo em geral nos limites classificatórios entre categorias supostamente equivalentes. Deste modo as cidades com algum poder de intermediação observados no método proposto (intermediador, comandante ou empresarial) em seus menores níveis incluíram algumas cidades locais da REGIC, enquanto algumas cidades de níveis de intermediação mais baixos da REGIC (centros de zona) por vezes foram classificados nas categorias mais baixas do método proposto (simples

ou dependentes). Os únicos casos de categorias locais da REGIC enquadrados entre as categorias de articulação mais altas (no caso cidade empresarial e comandante) foram casos em que o método combinado de definição de arranjo IBGE – IPEA acrescentou municípios ao arranjo populacional do IBGE justificando em tese seu aumento de importância na rede.

Observou-se também que nem todas as cidades com valores negativos do componente principal 3 são enclaves, mas todos os enclaves tem valores negativos desse componente, corroborando o problema de absorção de renda.

Por meio da análise empírica da rede urbana da Bahia, Santos (2004 [1975], p. 312) parece ter acertado ao conceber que os enclaves aumentam população, mas não o nível relativo de vida, destacando que há enclaves que talvez não funcionem de relé da Metrópole, mas agem verticalmente como fronteira agropecuária, petrolífera e mineral. Três grandes setores que junto com energia propiciam esse tipo de classe de cidade na Bahia. Santos (2004 [1975], p. 341-342) ainda lembra que cidade com função dominante (funcionando como um enclave), sem relação e efeito de desenvolvimento com a região, contribuem para o crescimento das quantidades globais da economia, mas seu papel na transformação das estruturas é tanto mais negativo quanto mais brutal e rápida for a modernização do país e mais recente a industrialização.

Apesar desses acertos mantidos na atualidade, Santos (2004 [1975], p. 341-342), ao menos com base no método aqui proposto, falha na análise da maior concentração do circuito inferior nessas cidades. Os dados mostraram que tanto nas cidades completas quanto nas enclavadas, a participação do circuito inferior foi proporcionalmente menor que nas outras categorias. Evidentemente, essa constatação pode ser fruto de falhas do método, mas de todo modo trazem a luz a necessidade de investigação para entender as causas dessas suposta diferenciação contraintuitiva à teoria.

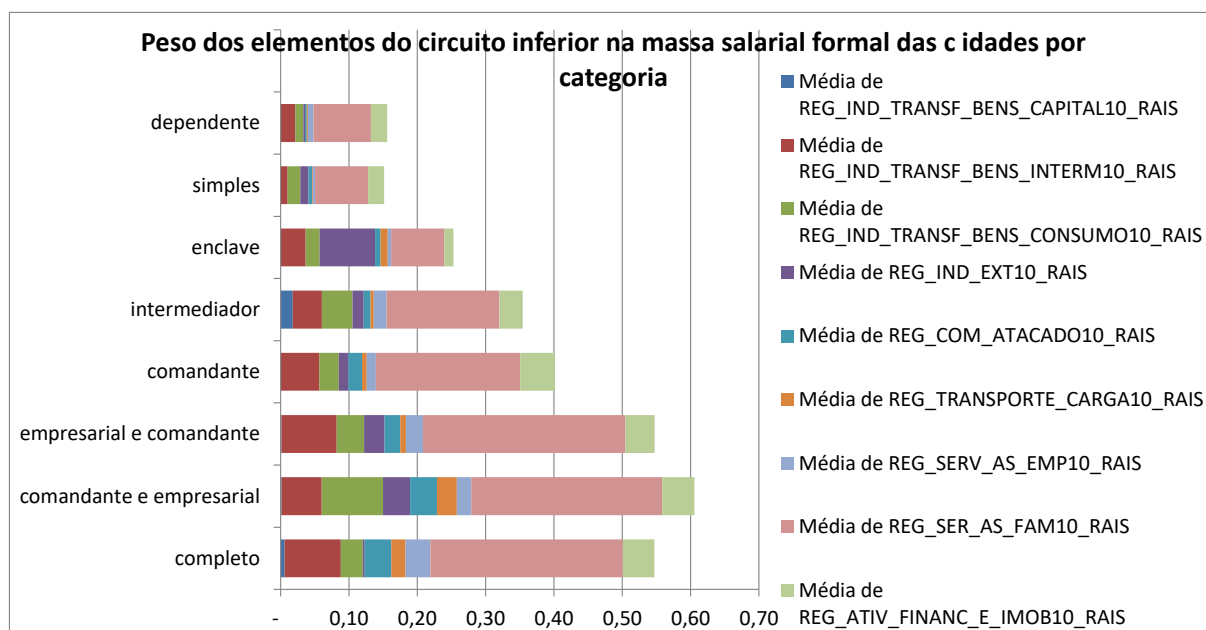
A abordagem de Brandão (2017, p. 61) também auxilia no entendimento da cidade enclave. Ele considera que o fato estilizado de “tendência a se constituírem em polos isolados ou enclaves com baixa indução do entorno e da hinterlândia” se vincula à sua classificação de Território Tipo II, que tem como tipo-ideal dos investimentos predominantemente impactados e (re)definidos por investimentos pontuais, tópicos e enclavados (Brandão, 2017, p. 61). Observa-se, entretanto, que esse fato estilizado se vincula também a seus territórios do tipo III (demanda e

preços mundiais das commodities) e IV (provisão de infraestrutura de transportes e energia). Esses dois últimos tipos de territórios não se desvinculam dos seus fatos estilizados específicos apontados por Brandão (2017, p.61), apenas parecem também agregar o apontado para o território II, mesmo porque as fronteiras agrícolas e os grandes empreendimentos de energia em especial possuem forte consequências de enclaves, como se observou na aplicação do método proposto à rede urbana da Bahia. A identificação das cidades enclave, e classificação de todas as cidades da Bahia à luz do método proposto se encontra na Tabela 7 do Anexo 5.

### 5.3.3 Caracterização da classe de cidades

As classes resultantes do método anterior foram cruzadas com os elementos indicados por Milton Santos para a teoria dos circuitos com base nas classificações do circuito superior (puro, impuro e misto): indústria, atacadistas, transportadoras, comércio e serviço. Esses resultados revelam as diferenças evolutivas entre as categorias indicando o nível de restrições e por conseguinte auxiliando na mensuração da dimensão e da intensidade que distancia uma categoria da outra. É possível também perceber a diferença de distribuição dos elementos em cada uma dessas categorias, tomando como base a massa salarial dos empregos formais conforme indicado na Figura 22.

Figura 22: Distribuição salarial dos elementos do circuito superior por categoria de cidade

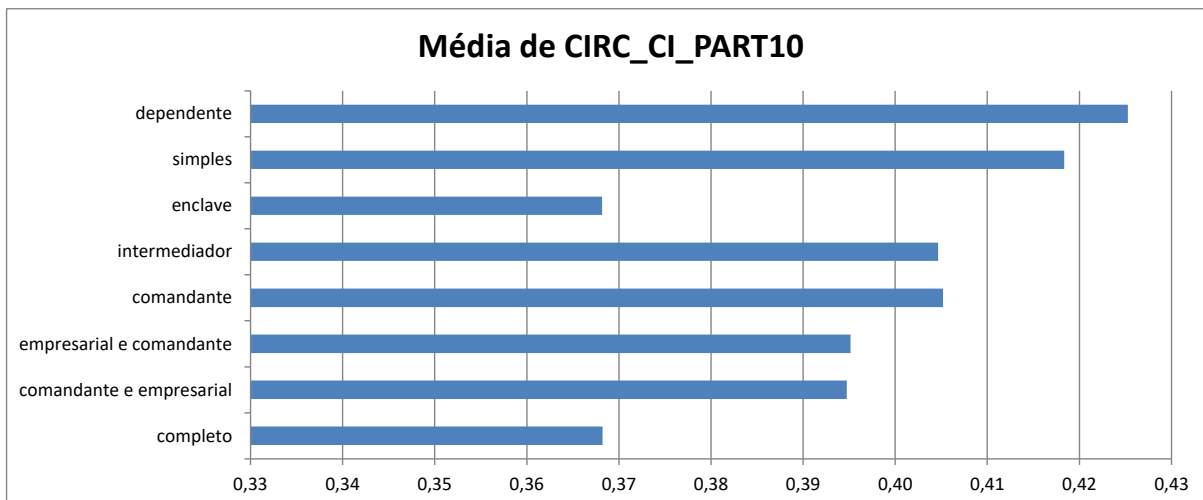


As cidades dependentes, simples e enclaves possuem muitas vezes maior participação de setores não urbanos, por isso o baixo percentual representado pelos elementos indicados por Milton Santos, sendo sintomático esse efeito em sua baixa centralidade na hierarquia da rede urbana. Observa-se que as últimas três categorias possuem relações próximas por, no limite, se tratarem de categorias irmãs, distintas apenas no porte e distribuição entre categorias de comando empresarial ou estatal, além do próprio porte de suas diversas variáveis. No gráfico anterior (Figura 22) apresentou-se a indústria de forma mais desagregada em especial para ver a tendência da indústria característica dos enclaves: a extrativa. As nuances da distribuição entre as categorias de bens produzidos na indústria de transformação de cada um deles precisaria ser mais bem explorado não sendo o foco deste trabalho. Destaca-se também a importância dos serviços à medida que se sobe no degrau das categorias, tanto dos serviços às empresas, mas em especial às famílias, resultado também de um mercado consumidor maior e mais exigente, algo já tratado pelo próprio Christaller e característico da importância (inter)urbana das altas hierarquias da rede urbana.

Dois elementos dos circuitos, indicados na síntese de Milton Santos apresentados na Figura 14 não constaram da análise anterior: os elementos do próprio circuito inferior e o recorte exportador. O circuito inferior não foi incluído, por não ser bem captado com base nos dados de emprego formal. De todo modo ele foi tratado a parte e analisado em seção específica, mas a característica das categorias de cidades quanto a esse tema pode ser verificada pela variável já apresentada de participação do circuito inferior por meio da classificação de ocupação e atividades domiciliares do Censo Demográfico. Esse indicador se apresenta na Figura 23 a seguir.



Figura 23 – Percentual de ocupações do circuito inferior nas ocupações domiciliares do Censo Demográfico 2010

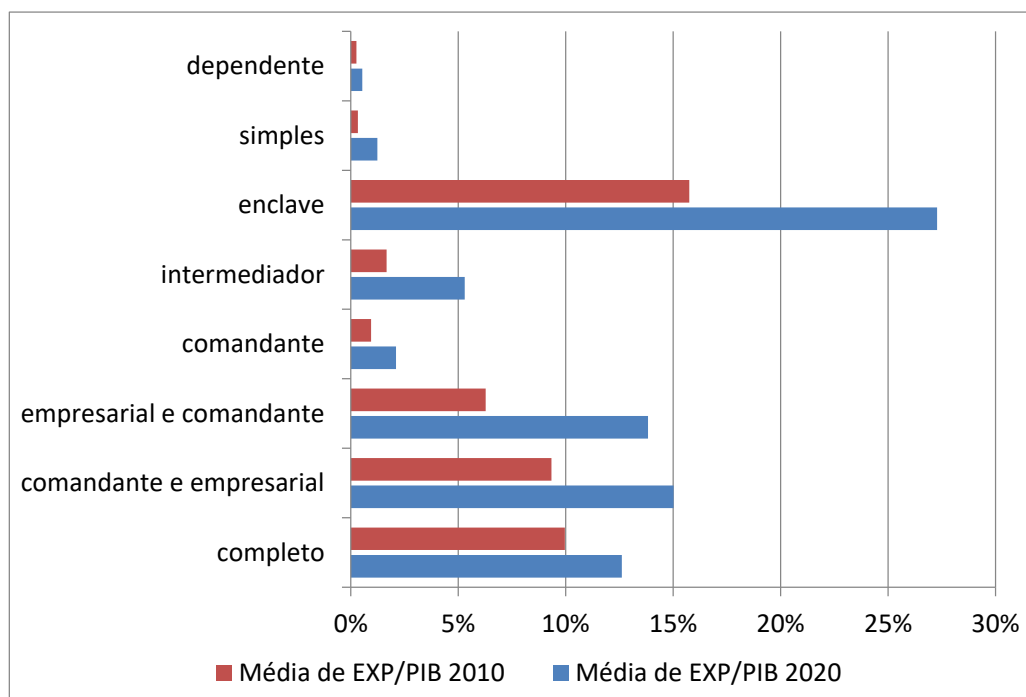


Ainda que não haja grandes alterações no peso do circuito inferior entre as categorias de cidades observa-se a tendência linear de alteração conforme se avança para uma relação e dinâmica urbana mais completa e complexa. Entretanto, o enclave quebra essa lógica “evolutiva” da participação de circuito inferior, talvez de fato esse perfil de cidade distorça as relações e esgarce a espoliação com consequências em toda estrutura.

As afirmações sobre os circuitos feitas por Milton Santos há 50 anos de novo parecem se manter atuais e acertadas. Como já dito, o comércio do circuito inferior, não moderno, aumenta na razão inversa do nível funcional da cidade (Santos, 2004 [1975], p. 349), como o gráfico da Figura 23 apontou. A distorção do enclave nesse sentido é sintomática já que apesar de ter importância econômica, não tem importância de centralidade urbana, tendo menor responsabilidade territorial e menor hierarquia urbana.

O gráfico da Figura 24 a seguir, complementa o último elemento não abordado na síntese de distribuição por categoria de cidades da Figura 22: a atividade exportadora. O indicador já utilizado na Análise de Componentes Principais mensura a relação do valor exportado com o PIB. Ele demonstra a importância majorada da exportação para a categoria de cidade enclavada, justamente por ser essa característica uma das definidoras dessa categoria.

Figura 24 – Indicador de dependência de exportação (Valor exportado/PIB)



Não estão disponíveis dados mais atuais de toda as variáveis (em especial as do Censo Demográfico) para calcular o enquadramento das cidades nas categorias propostas e com isso analisar as características que essas categorias passariam a ter em 2020. É possível que cidades enquadradas nas categorias mais baixas que por ventura tenham tido aumento exponencial de exportação e consequentemente PIB tenham se tornado enclaves, no caso da Bahia em geral estão relacionadas a descoberta e exploração de jazidas minerais.

Ao menos para a Bahia o circuito inferior apresenta relação maior com a centralidade de forma geral que a densidade populacional, no caso a urbana usada nesta tese (uma das variáveis de ajuste indicadas por Christaller), mas não que o rendimento (a outra variável indicada pro Christaller). A maior relação continua sendo a população e a riqueza, ainda que haja grandes distorções nesse sentido. Ainda que tenha mais relação com cidades menos desiguais na distribuição de sua renda, ela está mais relacionada a rendas totais menores (em PIB e renda per capita) e mais pobreza. E a parte da centralidade mais vinculada é o “braço” mais estatal dessa centralidade, com maior presença do estado como gerador de riqueza e rendimentos. Isso por estar também mais presente em proporção em cidades de menor porte (das 30 com maior proporção de circuito inferior só duas tinham mais de 30 mil habitantes, as outras por volta de 20 mil ou menos), estagnadas em

população e PIB e onde de fato a economia (e as ocupações e os salários) é ainda mais dependente do Estado. A riqueza nesses espaços não “vaza” por exportação nem é muito apropriada por migrantes, mas é pequena. A análise das outras variáveis está no conjunto de gráficos a seguir.

Importa verificar se as categorias finais propostas de cidades possuem alguma prevalência em características (socio)econômicas, trazendo atenção a esses indícios e auxiliando o Estado a antecipar e identificar vulnerabilidades e assim alocar as políticas de forma mais assertiva e tempestiva. As categorias criadas guardam em geral uma evolução linear entre os principais indicadores (socio)econômicos da cidade dependente à cidade completa. Quando essa regra é quebrada em geral relaciona-se às distorções da cidade enclave. Os gráficos a seguir revelam essas relações. Retirou-se da análise apenas a cidade empresarial cujo único exemplo na rede baiana de 2010 com base no método proposto foi Luís Eduardo Magalhães.

Ainda que Santos, (2004 [1975], p. 316) indicasse que "O comando regional é feito sobretudo por intermédio dos serviços raros da competência do governo ou originados diretamente das necessidades da massa de habitantes a ser atendida" a variável de diversificação demonstrou ser mais útil do que a de especialização usando os microdados das bases de atividades do Censo Demográfico e dos registros administrativos da RAIS. Considera-se que isso se deva ao fato de muitas atividades raras não terem poder multiplicador e atrativo sendo aplicadas muitas vezes apenas pra viabilizar ou apoiar alguma atividade básica específica da cidade. Parece que Milton Santos estava certo quanto à especialização, tendo adotado o termo cidade industrial que poderia de algum modo também se expandir para as cidades do agronegócio. Consideram-se como cidades industriais, as aglomerações especializadas monofuncionais, que são cidades com função dominante, diferentes de verdadeiras cidades, sem autonomia de suas atividades fundamentais que se integram a outros centros de produção (Santos, 2004 [1975], p. 340). Se baseiam em atividades modernas dirigidas para fora, aproveitando economias externas fixas ou vantagens fixas: matéria-prima, energia e mão de obra baratas.

Nos países subdesenvolvidos, diferente dos desenvolvidos, a especialização não é complementar, nem estimula outras atividades, sem aumentar produtividade do conjunto, é o resultado de uma necessidade manifestada de uma região motriz dentro ou fora do país, e nesse sentido especialização é sinônimo de produção

muito superior ao consumo local, com a vida girando em torno dessa atividade, as outras se esforçando para a essa se adaptar (Santos, 2004 [1975], p. 340). Possui rara relação de efeito em cadeia com outras atividades, tanto pior quanto mais sazonal forem as atividades (Santos, 2004 [1975], p. 341). De fato, ainda que tanto o indicador de especialização quanto o de diversificação utilizados sigam a lógica da centralidade da hierarquia urbana, o de diversificação foi mais relacionado a centralidade, seja na análise par a par de variáveis, seja no resultado dos componentes principais, seja na média comparativa entre as categorias, um dos gráficos apresentados na Figura 25 a seguir sintetiza as características por categoria de cidade.

Figura 25: Variáveis demográficas, econômica e socioeconômicas por categoria de cidade (continua)

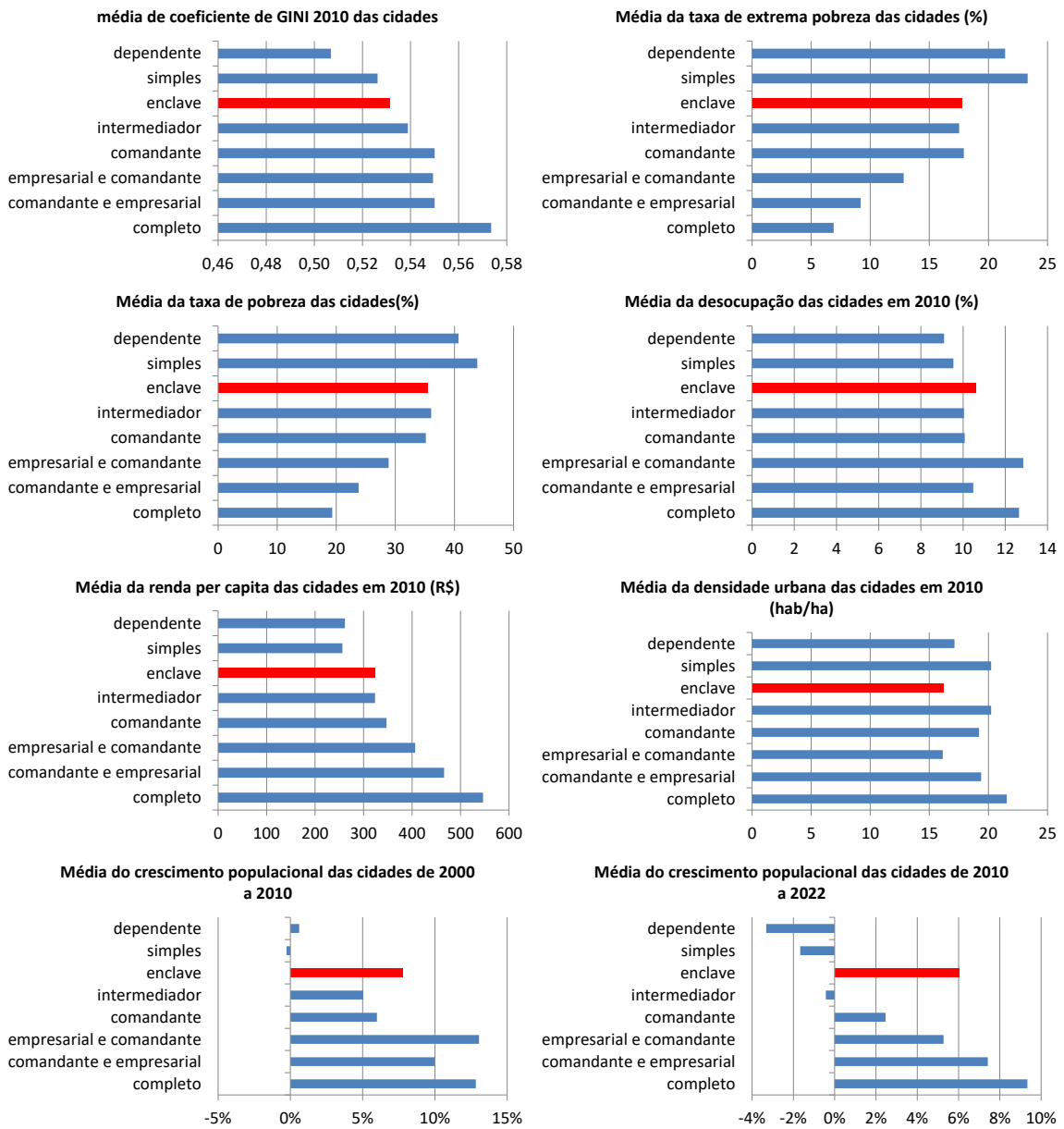
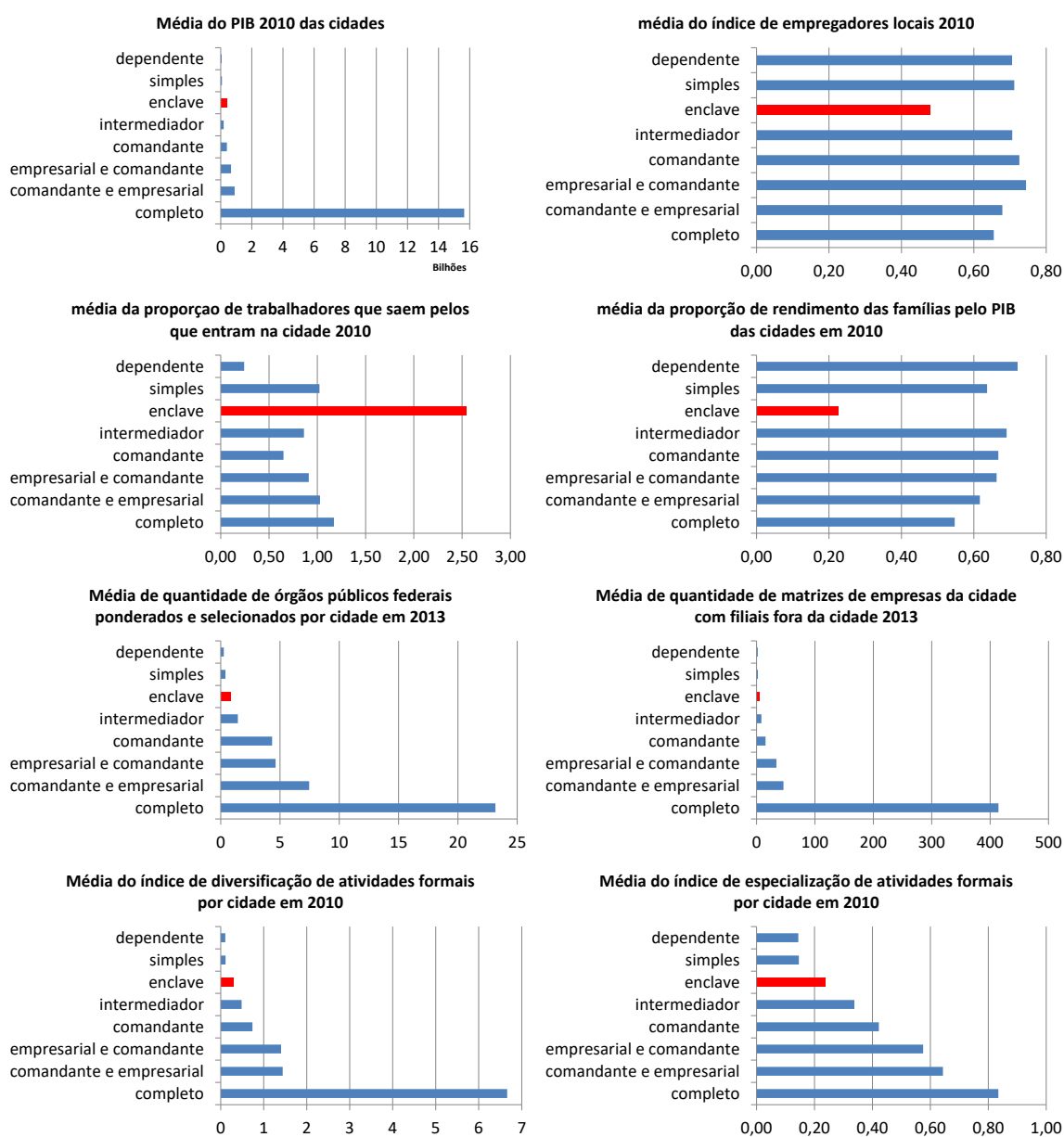


Figura 25: Variáveis demográficas, econômica e socioeconômicas por categoria de cidade (final)



As cidades enclavadas da Bahia tinham todas como economia básica a agropecuária, a indústria extrativa ou a geração de energia (hidrelétrica). A exceção ocorreu apenas com Mucuri, cuja indústria de transformação era o setor mais pujante economicamente. Tratava-se, entretanto, de fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel, que tem características de absorção de renda muito próximas às atividades anteriormente citadas.

O método proposto se coloca como foco do objetivo e justificativa da tese, tendo sido aplicado como exemplo sobre os dados dos anos 2010, devido

principalmente ao atraso no Censo Demográfico mais recente. Entretanto, ainda que não se tenha à disposição os resultados mais detalhados do Censo Demográfico 2022, alguns dados já disponíveis no próprio Censo foram utilizados na composição do método em especial variações populacionais e de PIB. Ainda que seja um método quantitativo essas variáveis permitem acrescentar ao modelo os efeitos das tendências às quais as cidades estavam sofrendo e a nova tendência passou a ter.

Apesar de sempre haver alguma expectativa quanto ao desenvolvimento de um procedimento metodológico objetivo no estilo de um manual ou uma receita, observa-se tomando como base nosso estudo mais abrangente longo e periódico de rede urbana no Brasil (a REGIC) que mesmo ao longo de décadas de alterações incrementais teóricas e metodológicas, que o procedimento de forma geral não sofreu alterações significativas, como já abordado na seção 3.2: as teorias serviram mais de inspiração do que de uso direto. Christaller e mesmo Rochefort, de fato desenvolveram procedimentos de hierarquização e relacionamento de rede, mas mesmo esses não foram absorvidos na inteireza de seus princípios principais na REGIC. Nessa mesma linha, talvez a sistematização reflexiva e metodológica apresentada aqui sobre a teoria dos dois circuitos da economia possa ter alguma serventia para além do necessário desenvolvimento do problema científico aqui apresentado, alcançando alguma validade para o problema prático de ajustes da leitura da rede urbana para uso no planejamento e nas políticas públicas, nem que seja trazendo luz às relações e causas que tanto preocupavam Milton Santos.

Sobre a análise das relações indicadas por Milton Santos optou-se pela verificação de correlações e dos componentes principais e não na proposta de redesenho de uma rede urbana específica e datada, considera-se que com base nisso seja possível reler quaisquer redes, podendo inclusive usar as variáveis aqui apresentadas na própria lógica da REGIC.

Para identificar os setores econômicos básicos mais vinculados a cada comportamento regional, procedeu-se à análise das principais atividades de cada cidade (arranjo ou município isolado). Como não é possível obter o faturamento de todos os setores em todos os municípios optou-se por verificar a maior desagregação quantitativa e qualitativa dos dados anuais do PIB municipal do IBGE ao tempo em que se compara com a geração de remunerações e vínculos de trabalho, com base em dado anual da RAIS. Observou-se ser inútil identificar a atividade mais relevante em número de vínculos e massa salarial formal em cada

cidade, pois o peso da administração pública distorce essa análise, sendo usado nesse caso a segunda atividade mais importante, em paralelo observa-se também a cidade com maior participação daquela atividade no estado. Nesse caso a concentração de atividades de serviços tende-se a se concentrar nos grandes centros urbanos, mas não as atividades produtivas industriais, agropecuárias, nem as de serviços relacionados às indústrias e empresas. Além das variáveis de vínculos empregatícios e de massa salarial, poderia ser usado também o número de estabelecimentos, mas como eles variam em porte, as outras variáveis captam isso melhor. O número de estabelecimentos de todo modo já foi usado na análise de especialização e diversificação.

As variações populacionais observadas nos dados já divulgados no Censo Demográfico 2022 apontam para dinâmicas de intensidade não esperadas, não tendo sido captadas pelas estimativas populacionais, em parte pela falta de realização da contagem populacional intercensos comumente realizadas. Alguns desses dados apontam a continuidade de tendências já em andamento em censos anteriores, enquanto outras deram mais intensidade antecipando situações aguardadas apenas para anos futuros, sem contar com novas tendências em geral relacionadas a novos empreendimentos. Sabe-se da limitação das observações gravitacionais na confirmação da nodalidade para a centralidade, mas a variável populacional é essencial em qualquer análise para avaliação de dinamismo, consolidação e estagnação de um território, além de apontar para a alteração de demandas sobre o Estado.

#### 5.3.4 Caracterização da hierarquia oficial

As cidades classificadas conforme a hierarquia da REGIC e das Concentrações Urbanas podem ser analisadas à luz dos componentes gerados, permitindo que eles sejam usados não apenas com as categorias específicas geradas como contribuição desta tese. Tendo como referência geral dos componentes com as dimensões originais, percebe-se a diferença de intensidade com que se distinguem as cidades no topo da hierarquia oficial (Tabela 3). Fica clara a distinção da cidade (arranjo) de Salvador em sua importância do ponto de vista interurbano e regional, mas esse destaque geral socioeconômico e mais vinculado ao circuito inferior não aparece. Na análise a seguir (Tabela 3) pode-se considerar



que mais duas cidades (Santo Antônio de Jesus e Luís Eduardo Magalhães) devem passar a ser concentrações urbanas devido ao porte populacional observado no Censo Demográfico 2022. Com isso apenas Irecê dentre as 15 cidades com maiores valores do componente 1 (o mais afeito à dimensão de hierarquia urbana e centralidade) não seria uma concentração urbana – devido a seu porte populacional abaixo de 100 mil habitantes –, o que corrobora com o forte peso populacional na dimensão da centralidade. Todas as concentrações urbanas da rede (agora 14) estão nessa lista.

Tabela 3 – Resultado da Análise de Componentes Principais (ACP): escores das quatro componentes para o topo da hierarquia urbana

Arranjo IBGE-IPEA	Hierarquia REGIC	Hierarquia código	Concentrações Urbanas	PC1	PC2	PC3	PC4
Salvador/BA	Metrópole	1C	Grande Concentração Urbana	474,4	-63,1	-1,9	-2,6
Feira de Santana/BA	Capital Regional B	2B	Média concentração urbana	94,1	19,8	2,6	2,9
Itabuna/BA - Ilhéus/BA	Capital Regional B	2B	Média concentração urbana	82,3	20,8	2,5	0,9
Petrolina/PE - Juazeiro/BA	Capital Regional C	2C	Média concentração urbana	70,4	16,0	0,8	3,9
Vitória da Conquista-BA	Capital Regional B	2B	Média concentração urbana	68,7	24,9	4,6	4,0
Barreiras-BA	Capital Regional C	2C	Média concentração urbana	46,1	26,3	-2,3	4,2
Teixeira de Freitas-BA	Centro Sub-Regional A	3A	Média concentração urbana	35,3	25,4	4,2	2,1
Santo Antônio de Jesus-BA	Centro Sub-Regional A	3A	Média concentração urbana*	35,2	27,9	4,3	1,4
Eunápolis-BA	Capital Regional C	2C	Média concentração urbana	34,9	28,7	-7,2	-0,8
Alagoinhas-BA	Centro Sub-Regional A	3A	Média concentração urbana	32,2	24,8	-0,4	-1,5
Jequié-BA	Centro Sub-Regional A	3A	Média concentração urbana	31,2	19,8	3,9	0,7
Irecê-BA	Centro Sub-Regional A	3A		29,9	28,4	7,6	3,0
Porto Seguro/BA	Centro Sub-Regional A	3A	Média concentração urbana	29,7	18,4	3,9	4,1
Paulo Afonso-BA	Centro Sub-Regional A	3A	Média concentração urbana	28,1	23,8	-5,3	-0,8
Luís Eduardo Magalhães-BA	Centro Sub-Regional B	3B	Média concentração urbana*	28,0	36,2	-14,8	5,8

A Tabela 9 do Anexo 7 apresenta a lista completa com todas as cidades. Lembrando que a ACP foi rodada para quatro componentes em uma versão com e outra sem a variável de proporção de circuito inferior.

### 5.3.5 Novos indicadores a explorar

Na seleção e construção dos indicadores para compor a Análise de Componentes Principais se considera que alguns podem ter contribuições secundárias específicas para uso em planejamento e políticas públicas para interpretação da rede urbana em suas categorias e hierarquias urbanas. São apresentados nessa seção alguns deles. Um indicador de interesse para análise de consequências socioeconômicas de modelos de desenvolvimento econômico seria o indicador de absorção de riqueza, que relaciona a massa de rendimentos das famílias com o PIB da cidade. Valores baixos são indicativos de enclaves, que mesmo não tendo relação tão forte com pobreza pela análise dos dados da Bahia, ao menos possuem forte vínculo com desigualdades, fora que aproximam-se da idéia de espoliação de Milton Santos e de drenagem de Lobato Corrêa. A análise do outro extremo (valores altos), alguns acima de 1, não indicam – como se pode intuir – locais que tem boa distribuição da riqueza, em geral se relacionam a municípios dormitórios ou com economia incipiente, mas de onde a massa de trabalhadores saem para auferir renda em outros. Esse indicador já foi usado por Galindo (2016), no caso usando exemplos do Rio de Janeiro.

Ainda tratando de absorção de riqueza, é possível observar a dependência das cidades à exportação por meio do indicador proposto que relaciona o valor exportado com o PIB. A análise geral da tese tratou de dados dos anos 2010, mas para esse caso estão disponíveis tanto o valor exportado quanto o PIB para 2020. De forma geral constata-se um aumento dessa dependência (lembrando que 2020 foi um ano atípico para a economia devido à Pandemia de Covid-19). No caso da Bahia os crescimentos mais acentuados na lista se relacionam com exploração mineral, como pode ser observado na Tabela 4. Destaca-se que nem todos os grandes exportadores e dependentes dessa pauta são necessariamente enclaves, e nem todos os enclaves são identificados pelos dados de exportação, em parte pelas limitações que os dados de exportação por município possuem.

Tabela 4 – Cidades mais dependentes das exportações em 2020

Cidade	EXP (FOB) em R\$ milhões	PIB em R\$ milhões	EXP/PIB	principal produto
Barrocas-BA	601,21	319,42	188%	ouro
Mucuri-BA	2.663,32	2.198,80	121%	celulose
Maracás-BA	598,43	531,94	112%	vanádio
Luís Eduardo Magalhães-BA	6.606,73	7.026,84	94%	soja
Jacobina-BA	1.572,30	1.679,35	94%	ouro
Nordestina-BA	98,82	140,29	70%	diamante
Itagibá-BA	412,66	710,26	58%	níquel
Cachoeira - Muritiba/BA	364,36	650,09	56%	couro
Eunápolis-BA	1.524,62	3.002,29	51%	celulose
Casa Nova-BA	403,49	814,45	50%	frutas
Catu/BA - Pojuca/BA	832,47	1.778,34	47%	ferro-liga
Jaguarari-BA	320,74	729,62	44%	cobre
Correntina-BA	887,10	2.398,30	37%	soja
Barreiras-BA	2.086,22	6.137,20	34%	soja
Retirolândia-BA	45,19	138,40	33%	cordas, cabos e fibras
Conceição do Coité-BA	233,93	760,90	31%	cordas, cabos e fibras
Andorinha-BA	60,33	203,25	30%	cromo
Formosa do Rio Preto-BA	944,84	3.803,36	25%	soja

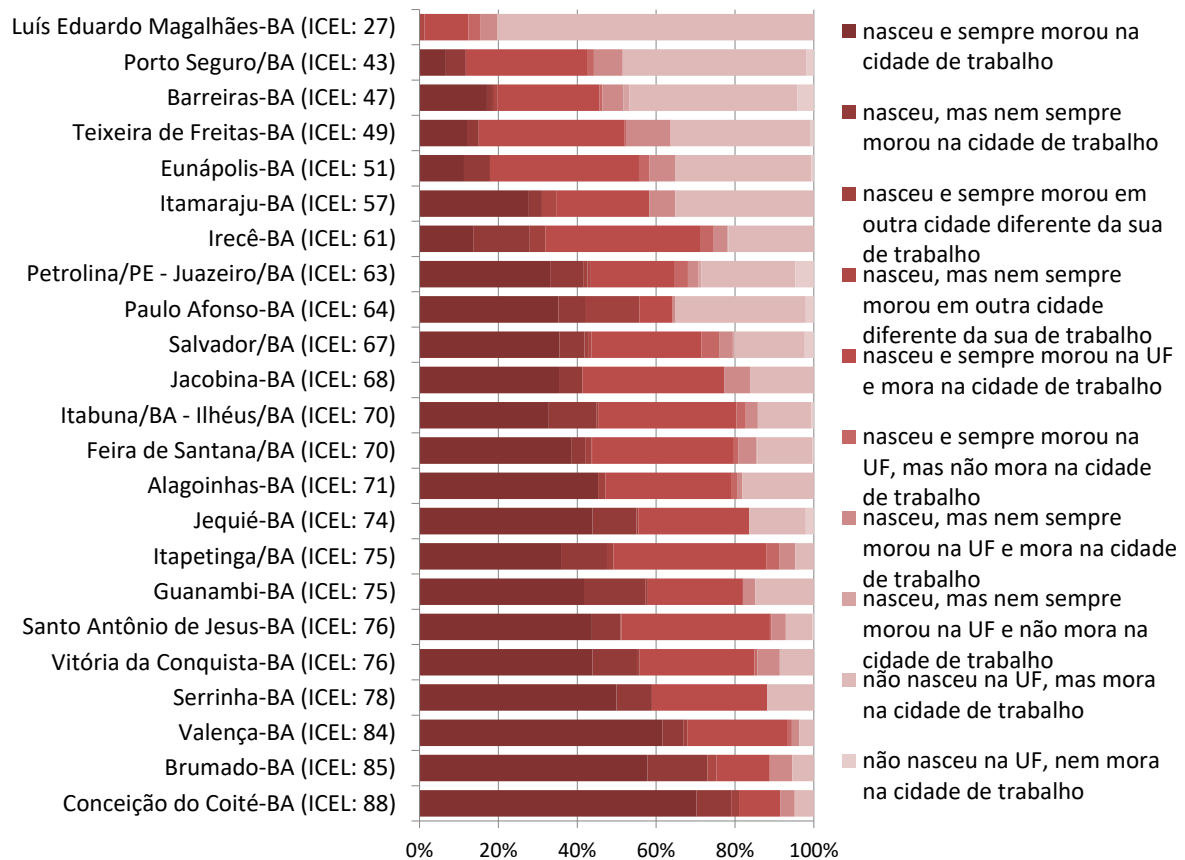
Observa-se que em alguns casos a relação exportação por PIB ultrapassa 100%, isso se deve a limitações no cálculo de distribuição do PIB via contas regionais e na diferença de método usado para captar cada um deles. De todo modo é sintomático que o PIB não consiga captar bem a riqueza gerada por essas atividades. Se em muitos casos já se tem uma baixa relação de absorção da riqueza pelas famílias via rendimento domiciliar, nesses casos extremos a relação de absorção da riqueza gerada pelas exportações são ainda mais acentuadas.

Outra contribuição é o Índice de Comando Empresarial Local (ICEL). Os indicadores apresentados anteriormente captam a absorção da riqueza pelas famílias e a dependência (e conseqüente espoliação) da exportação. O ICEL, por sua vez, intenta ser uma proxy de uma espécie de colonialismo interno, algo como modernos bandeirantes e desbravadores. Apesar de muitas vezes conseguirem levar algum desenvolvimento local e se desvencilharem do mero enclave, o comando econômico da cidade passa a ser dos “novos forasteiros” mesmo via migração definitiva. Foram testadas diversas combinações de total de ocupados e renda e origem das pessoas para captar essa noção, mas não foram capazes de captar o que se queria. De fato a análise apenas do número de ocupados ou da massa salarial coloca no mesmo patamar cidades aonde o contingente de trabalhadores vem de demanda doméstica ou de serviços altamente especializados e bem remunerados. Desse modo, observou-se que a análise restrita aos empregadores seria capaz de interpretar bem a dimensão desejada.

As dez categorias cruzando variáveis do censo demográfico que captam a origem de nascimento por município e Unidade da Federação (UF) e local de moradia e de trabalho permitiram a criação desse índice, resultante da proporção de população mais “nativa” em relação a externa, cruzada com a moradia no mesmo local de trabalho. Desse modo a população de cada categoria “menos nativa” reduzia em 10% seu peso sobre a população total para cálculo do indicador. Se todos os empregadores tivessem nascido e sempre morado no município de trabalho o indicador seria 100, se todos fossem de outras UFs e sequer morassem onde trabalham então o indicador seria 10. A Figura 26 apresenta as 23 cidades de trabalho a partir de 500 empregadores (ponto de corte definido por uma iteração de quatro quebras naturais para tirar o efeito concentrador do arranjo de Salvador e das altas hierarquias da macrocefalia baiana). Apresenta-se tanto a resultante do ICEL quanto a distribuição das dez categorias para uma melhor percepção da situação de cada uma delas.

O ICEL é um grande revelador de características de alguns modelos de desenvolvimento local que não são captadas pelas variáveis tradicionais (socio)econômicas e urbanas. Revelam quando os atores econômicos da cidade de maior voz e influência não tem a identidade local.

Figura 26 – Índice de Comando Empresarial Local (ICEL), cidades da rede da Bahia a partir de 500 empregadores via Censo 2010



Com os dados de especialização e diversificação é possível desenvolver uma matriz capaz de observar tanto onde as atividades mais se diversificam, quanto onde se concentram as atividades mais raras. Essa atração no topo da hierarquia leva aos níveis mais altos de cidade tanto possuírem atividades não encontradas em outros lugares (especialização) quanto possuírem o maior número de atividades diferentes (diversificação). O Quadro 19 a seguir apresenta uma matriz com os maiores municípios em diversidade de atividades, cruzada com a atividades mais raras.



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que o uso principal de variáveis de ocupação e renda de fato viabilizou a aplicação metodológica dos princípios da teoria dos dois circuitos da economia, convertendo as noções e sistema de conceitos da teoria dos dois circuitos da economia em método de aplicação da leitura da rede urbana para uso pelo planejamento e políticas públicas. As premissas dos papéis econômicos, da responsabilidade territorial e suas implicações e relações com a situação socioeconômica e com os circuitos puderam ser minimamente analisados, combinando todo o sistema de conceitos da teoria nas classificações e análises.

De certo que sempre há dificuldade em desenvolver métodos de aplicação com base nas teorias utilizadas como referência para os estudos de rede urbana. Em alguns casos critica-se a falta de entendimento e de fidelidade aos princípios das teorias (caso dos polos de desenvolvimento). A escala e a dimensão para as quais as teorias foram propostas tornam-se às vezes limitadores de sua aplicação direta em outras escalas (como bem citado sobre o uso da teoria dos lugares centrais, supostamente mais local e de relação rural-urbana para tratar da rede de um país inteiro ou até mesmo uma teoria de amplitude maior). Problemas de representatividade das variáveis usadas como proxy para captar as relações das teorias às vezes são encontradas na própria obra original como se critica aqui o uso das linhas telefônicas. Por fim em outros casos sequer se encontra tentativa metodológica efetiva de aplicação da teoria para análise de rede urbana (caso da própria teoria dos dois circuitos da economia urbana).

De fato seria possível avançar em aprofundamento e detalhe na proposta metodológica. Entende-se que por diversas vezes tenha havido uma contribuição maior testando as afirmações do autor do que de fato construindo uma complexa metodologia de aplicação da teoria, ainda que se considere ter feito isso de maneira minimamente satisfatória, mesmo porque o autor reforçou que era necessário verificar a validade prática de sua teoria e dar mais atenção a entender os fenômenos mais do que a descrevê-los. Desse ponto de vista a revisão de sua teoria com releitura de teorias mais contemporâneas e as análises de relações entre dimensões e variáveis diversas contribuíram para a aplicação de seus conceitos e noções para o processo de elaboração e aprimoramento de políticas. A sistematização de seus sistemas de conceitos e o cuidado em entender suas

engrenagens e verificar suas relações foram caminhos nesse sentido.

Por sua vez, a defesa do uso de variáveis socioeconômicas como uma linguagem básica comum para viabilizar o diálogo com outras teorias e viabilizar o uso do vasto arcabouço de dados e informações não existentes à época de criação da seminal teoria, se mostraram pertinentes no alcance do objetivo pretendido: contribuir metodologicamente com a aplicação da teoria.

Optou-se por se trabalhar com uma abordagem voltada para os nós, ainda que enquanto estoque de fluxos, seja de forma direta, seja por meio de proxies de atratividade, diversificação e especialização. Nesse sentido não foi reconstruído o desenho cartográfico da rede da Bahia, enquanto objeto de aplicação, mas analisada com base no método proposto possibilitando essa e outras cartografias posteriores com base no método.

Os resultados dentro do possível tentaram ser avaliados sob paradigmas e métodos compatíveis com o que Milton Santos desenvolveu. Mesmo o método quantitativo por sua simplicidade não se desvia tanto da lógica descritiva dos dados e exemplos utilizados pelo autor na consolidação de sua teoria por meio do livro “O Espaço Dividido...”. A aplicação sobre a rede urbana da Bahia foi essencial para demonstrar resultados práticos sob a base empírica analisada e serviu tanto para confirmar quanto para destacar dinâmicas e efeitos não tão claros e visíveis, além de costurar relações e indícios importantes para serem considerados pelos responsáveis pelo planejamento e políticas públicas.

Deveria ter usado todas as bases do mesmo ano, mas não foi possível. De todo o modo futuramente o método pode ser aplicado a dados mais compatíveis no tempo. Considera-se que sempre há que se dar prioridade ao uso de dados de registros, seguidos por pesquisa quantitativa representativa e apenas em último caso usar pesquisas de percepção por mais bem qualificados que sejam os interlocutores. Além disso, sempre privilegiar dados de fluxos e não de estoque.

Não se pode aqui tirar conclusões finais sobre a falseabilidade ou não da teoria de Milton Santos, já que tudo dependeu das variáveis e escolhas de caminhos postas aqui pelo estudante. Nesse sentido, talvez outra trajetória de construção metodológica gerasse resultados diversos. A intenção foi contribuir com uma lacuna aparentemente clara na teoria dos dois circuitos: uma (tentativa de) construção metodológica para aplicação da teoria em seu completude: a interpretação do espaço dividido para além da necessária e essencial (mas já bastante abordada)



discussão sobre enquadramentos e ajustes de atividades nos circuitos.

Importa destacar que não se trata aqui de defender a aplicação ajustada da teoria dos dois circuitos da economia urbana como a mais adequada ao fenômeno urbano, o objetivo aqui foi tão somente contribuir com um método de aplicação da teoria, claramente apoiando-se em bases empíricas e viabilizado por dados não disponíveis na época da proposição da teoria dos dois circuitos. A existência de dados não afeta apenas a verificação da falseabilidade, mas a própria viabilidade de proposição e aplicação metodológica efetiva das teorias de rede e locacionais.

## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABLAS, L. A. Q. **A teoria do lugar central**: bases teóricas e evidências empíricas: estudo de caso de São Paulo. Orientadora: Nice Lecocq Müller. 1978. 215 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: IPE/USP, 1982 [1978].

ALCOUFFE, A. *Furtado, le Brésil et les économistes français: influences croisées. Working Papers HAL*, [s. l.], hal-01154453, 2008.

ALMEIDA, R. S. O pensamento geográfico do IBGE no contexto do planejamento estatal brasileiro. In: MARTINS, R. A.; MARTINS, L. A-C. P.; SILVA, C. C.; FERREIRA, J. M. H. (org.). **Filosofia e história da ciência no Cone Sul**: 3º Encontro. Campinas: AFHIC, 2004. 495 p., cap. 55, p. 410-415. ISBN 85-904198-1-9. 55.

AVENI, A.; GALINDO, E. P.; OLIVEIRA, S. M. Cidades e arranjos intermediários da Bahia: contribuições aos conceitos de cidade média e secundária. In: SIMPÓSIO CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS DA BAHIA, 5., 2016, Ilhéus. **Anais** [...]. Ilhéus: UESB, 2016.

BARCELOS, S. S. M. **A geografia urbana na Revista Brasileira de Geografia (1939- 1995)**. Orientador: Roberto Lobato de Azevedo Corrêa. 2010. 171 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

BARNES, J. A.; ROBINSON, A. H. *A new method for the representation of dispersed rural population. Geographical Review: Journal of American Geographical Society*, v. 30, n. 1, p. 134-137, Jan. 1940.

BARNES, T. J. “Desk killers”: Walter Christaller, central place theory, and the nazis. In: MEUSBURGER, P.; GREGORY, D.; SUARSANA, L. (ed.). **Geographies of knowledge and power**. Dordrecht: Springer, 2015 (Série *Knowledge and Space: Klaus Tschira Symposia*, v. 7), p. 187-201. DOI: [https://doi.org/10.1007/978-94-017-9960-7\\_9](https://doi.org/10.1007/978-94-017-9960-7_9).

BARNES, T. J. *Central place theory after Sraffa*. **U.S.G Newsletter: Union of Socialist Geographers**, [Toronto], v. 5, n. 1, p. 40-42, Oct. 1979.

BARNES, T. J.; MINCA, C. *Nazi spatial theory: the dark geographies of Carl Schmitt and Walter Christaller*. **Annals of the Association of American Geographers**, Washington/DC, v. 103, n. 3, p. 669-687, 2013 [2010]. DOI: 10.1080/00045608.2011.653732.

BARROS, G. A. B. Os dois circuitos da economia urbana no arranjo produtivo de confecções em Nova Friburgo-RJ. **Espaço e Economia [Online]**, 22, 2021. DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.21380>.

BATH, S. Apresentação. In: MACHIAVELLI, N. **Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio**. Tradução: Sérgio Bath. 3. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994 [1979]. p. 11-12. 440 p. Título original: *Discorsi sopra la prima deca di Tito Lívio*.

BAUMGARTNER, W. H. A geografia das cidades em Bernardino José de Souza. **Terra Brasilis: Revista Brasileira de História da Geografia e de Geografia Histórica (Nova Série)**, v. 8, 2017. DOI: 10.4000/terrabrasilis.1993.

BEAVON, K. S. O. **Geografía de las actividades terciarias: una reinterpretación de la teoría de los lugares centrales**. Barcelona: Oikos-Tau, 1981 [1977]. 243 p. (Ciências Geográficas, n. 7). Título original: *Central place theory: a reinterpretation*.

BERRY, B. J. L. *Paradigm lost*. **Urban Geography**, v. 23, n. 5, p. 441-445, 2002. DOI: 10.2747/0272-3638.23.5.441.

BERRY, B. J. L.; BARNUM, G. *Aggregate relations and elemental components of central place systems*. **Journal of Regional Science**, v. 4, n. 1, p. 35-68, 1962.

BERRY, B. J. L.; GARRISON, W. L. *Recent developments on central place theory*. **The Regional Science Association**, [s. l.], v. 4, 1958.

BERRY, B. J. L.; GARRISON, W. L. *Últimos desarrollos de la teoría del central-Place*. In: SECCHI, B. (ed.). **Análisis de las estructuras territoriales**. Barcelona: Gustavo Gili, 1968. 476 p.

BERRY, B. J. L.; HORTON, F. E. Urban hierarchies and spheres of influence. In: BERRY, B. J. L.; HORTON, F. E. **Geographic perspectives on urban systems**. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall Inc., 1971. p. 169-249.

BERRY, B. J. L.; PRED, A. **Central place studies: a bibliography of theory and applications, including supplement through 1964**. Philadelphia, Pennsylvania: Regional Sciences Research Institute, 1965 [1961]. 153, 50 p.

BERRY, B. J. L. **Geography of market centers and retail distribution**. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-H, 1967.

BITOUN, J. **Observar em redes**: implicações políticas, geopolíticas e técnico-científicas. (palestra). *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL CIDADES NA FLORESTA, Belém, 01 dez.2006.

BITOUN, J. Tipologia das cidades brasileiras e políticas territoriais: pistas para a reflexão. *In*: BITOUN, J.; MIRANDA, L. (org.). **Desenvolvimento e Cidades no Brasil**: contribuição para o debate sobre políticas territoriais. Recife: FASE/Observatório das Metrôpoles, 2009.

BLOUET, B. W. H. G. *Wells and the evolution of some geographic concepts*. **Area**: *Journal of The Royal Geographical Society with The Institute of British Geographers*, [London], v. 9, n. 1, p. 49-52, 1977.

BOBEK, H. *Über einige functionelle Stadttypen und ihre Beziehungen zum Lande*. *In*: CONGRES INTERNATIONALE DE GEOGRAPHIE, 2., 1938, Amsterdam. **Comptes rendus** [...]. Leiden: [s. n.], 1938.

BONETTI, E. **La localizzazione delle attività al dettaglio**. Milano: Giuffré, 1967. 163p.

BONETTI, E. *La teoria delle località centrali secondo W. Christaller e A. Losch*. *In*: BONETTI, E. **La teoria delle località centrali**. Triesti: Università degli studi di Triesti, Facultá di Economia e Commercio, Istituto di Geografia, 1964. n. 6, 118 p. p. 5-23.

BOTERO, G. **The reason of State: and the greatness of cities**. Tradução: Robert Peterson. [London]: Routledge & K. Paul, 1956 [1588]. 298 p. Título original: *Delle cause della grandezza e magnificenza delle città*.

BOYCE, R. R. *Edward Louis Ullman 1912-1976*. *In*: FREEMAN, T. W. **Geographers: Biobibliographical Studies**, v. 9. New York: Bloomsbury, 2016.

BRACEY, H. E. *Towns as rural service centres: an index of centrality with special reference to Somerset*. **Transactions and Papers**: *Journal of The Royal Geographical Society with The Institute of British Geographers*, [London], n. 19, p. 95-105, 1953.

BRADFORD, M. G.; KENT, W. A. Teoria dos lugares centrais: modelo de Christaller. *In*: BRADFORD, M. G.; KENT, W. A. **Geografia humana**: teorias suas aplicações. Tradução: Departamento de Geografia e Planeamento Regional da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. [Lisboa]: Gradiva, 1988. (Coleção Trajectos), cap. 1, p. 17-45. Título original: *Human Geography: Theories and Their Applications*.

BRANDÃO, C. A. Crise e rodadas de neoliberalização: impactos nos espaços metropolitanos e no mundo do trabalho no Brasil. **Cad. Metrop.**, [São Paulo], jan./abr. 2017, v. 19, n. 38.

BRENNER, N. Teses sobre a urbanização. **e-metropolis**: revista eletrônica de estudos urbanos e regionais do Observatório das Metrôpoles (UFRJ), [Rio de

Janeiro], ano 5, n. 19, p. 6-26, dez. 2014 [2013]. Tradução: Daphne Costa Besen. Título original: *Theses on Urbanization*.

BRUNET, R. *La carte-modèle et les chorèmes*. **Mappe Monde**, v. 4, p. 2-6, 1986.

BRUSH, J. E. *The hierarchy of central places in Southwestern Wisconsin*. **Geographical Review: Journal of the American Geographical Society**, v. 43, n. 3, p. 380-402, Jul. 1953.

BURNS, E. K. *Nested hexagons: central place theory*. In: HANSON, S. (ed.). **Ten geographic ideas that changed the world**. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, 1997. 238 p., cap. 8, p. 163-181.

CANTARIM, F. **Redes urbanas como instrumento de planejamento urbano-regional**: enfoques metodológicos de estudos, planos e ações governamentais no Brasil e no Paraná, 1966-2011. Orientador: Clovis Ultramari. 2014. 136 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Escola de Arquitetura e Design da Pontifícia Universidade do Paraná, Curitiba: PPGTU/PDUCPR, 2014.

CANTILLON, R. **Essai sur la nature du commerce em général**. Paris: Institut Coppet, 2011 [1730-1755]. Francês modernizado: Stéphane Couvreur.

CARDOSO, M. W. R.; SANTOS, C. R. Aplicabilidade da teoria dos dois circuitos da economia urbana na feira-livre de Cruz das Almas-BA. **Textura**, v. 5, n. 9, p. 33-41, 2012.

CATÃO, R.; REOLON, C. A.; MIYZAKI, V. K. Interações espaciais: uma reflexão temática. **Revista Caminhos de Geografia**, v. 11, n. 35, p. 231-239, 2010.

CAVALCANTE, L. R. M. T. Classificações tecnológicas: uma sistematização. **Nota Técnica IPEA**, Brasília, v. 17, 21 p., mar. 2014.

CAVALCANTE, L. R. M. T. Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 9-32, 2008.

CHAMBELA, F. A. O circuito inferior da economia urbana em Bom Jesus do Norte-ES. **Revista de Geografia**: PPGEU/UFJF, Juiz de Fora, v.5, n.1, p.59-66, jan./jun. 2015.

CHRISTALLER, W. **Central places in Southern Germany**. Tradução: Carlisle W. Baskin. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, 1966 [1933]. 230 p. Título original: *Die zentralen Orte in Süddeutschland: Eine ökonomisch-geographische Untersuchung über die Gesetzmässigkeit der Verbreitung und Entwicklung der Siedlungen mit städtischen Funktionen*.

CHRISTALLER, W. Rapports fonctionnels entre les agglomérations urbaines et les campagnes. In: C. R. CONGR. INTERN. GEOGR., 2., 1938, Amsterdam. **Anais [...]**.

[S. l.: s. n.], 1938. Eixo Temático: Sección IIIA: Géographie humaine; Question: Rapports fonctionnels de la campagne.

CIRQUEIRA, J. V. Élisée Reclus e a excentricidade de sua geografia anarquista. **Terra Brasilis: Revista Brasileira de História da Geografia e de Geografia Histórica** (Nova Série), v. 7, 2016. DOI: 10.4000/terrabrasilis.1787.

CLAVAL, P. **Evolución de la geografía humana**. Tradução: Alexandre Ferrer. Barcelona: Oikos-Tau Ediciones, 1974 [1964].

CLAVAL, P. Geografia econômica e economia. **GeoTextos**, v. 1., 2005. DOI: <https://doi.org/10.9771/1984-5537geo.v1i1.3028>.

CORRÊA, R. L. A dimensão cultural do espaço: alguns temas. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, out. 1995, p. 1-21.

CORRÊA, R. L. A rede de localidades centrais nos países subdesenvolvidos. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 50, n. 1, p. 61-84, 1988.

CORRÊA, R. L. A rede urbana brasileira e a sua dinâmica: algumas reflexões e questões. *In*: SPOSITO, M. E. B. (org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: [s.n.], 2001a, p.359-367.

CORRÊA, R. L. **A rede urbana**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

CORRÊA, R. L. **Caminhos paralelos e entrecruzados**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

CORRÊA, R. L. Cidades médias e rede urbana. *In*: SILVA, W. R.; SPOSITO, M. E. B. (org.). **Perspectivas da urbanização: reestruturação urbana e das cidades**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017. p. 29-38.

CORRÊA, R. L. Estudo das relações cidade e região. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 31, n. 1, 1969.

CORRÊA, R. L. Interações espaciais. *In*: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2012 [1997], p. 279-318.

CORRÊA, R. L. Os estudos de redes urbanas no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 4, p. 93-116, out./dez. 1967.

CORRÊA, R. L. Rede urbana: reflexões, hipótese e questionamentos sobre um tema negligenciado. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 1, n. 1, p. 65-78, 2004.

CORRÊA, R. L. Redes, Fluxos e Territórios: uma introdução. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 3., Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: AGB, 1993. p. 31-32.

CORRÊA, R. L. Reflexões sobre a dinâmica recente da rede urbana brasileira. *In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR*, 9., 2001, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Anpur, 2001b. v. 1.

CORRÊA, R. L. Repensando a teoria dos lugares centrais. *In: SANTOS, M. (coord.). Novos rumos da geografia brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1996 [1982].

CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997 [1996].

CORRÊA, R. L. ***Variations in central place systems: an analysis of the effects of population densities and income levels***. Orinetador: Brian Joe Lobley Berry. 1974. Dissertação (Mestre em Geografia Urbana) – Departamento de Geografia, The University of Chicago, 1974.

CORRÊA, R. L.; LOYKASEK, V. S. Uma definição estatística de hierarquia urbana. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, p. 154 - 171, jul./set. 1972.

DAWSON, J. A. *Some early theories of settlement location and size*. **Journal of the Town Planning Institute**, v. 55., n. 10, p. 444-448, 1969.

DEFFONTAINES, P. Como se constituiu no Brasil a rede de cidades (Parte I). **Boletim Geográfico**, [s. l.], ano 2, n. 14, p. 141-148, maio 1944a. Seção Transcrições I. Tradução: Orlando Valverde. Título original: *Le réseau des villes: comment il s'est constitué au Brésil*.

DEFFONTAINES, P. Como se constituiu no Brasil a rede de cidades (Parte II). **Boletim Geográfico**, [s. l.], ano 2, n. 15, p. 299-308, jun. 1944b. Seção Transcrições II. Tradução: Orlando Valverde. Título original: *Le réseau des villes: comment il s'est constitué au Brésil*.

DEFFONTAINES, P. *Le réseau des villes: comment il s'est constitué au Brésil*. **Bulletin de la Société de Géographie de Lille**, Lille, ano 59, t. 82, n. 9, p. 321- 348, dez. 1938c, Título original: *The Origin and Growth of the Brazilian Network of Towns*.

DEFFONTAINES, P. *Rapports fonctionnels entre les agglomérations urbaines et rurales: um exemple em pays de colonisation, le Brésil*. *In: C. R. CONGR. INTERN. GEOGR., 2., 1938a, Amsterdam. Compte rendu [...]*. [S. l.: s. n.], 1938. Eixo Temático: *Seccion IIIA: Géographie humaine; Question: Rapports fonctionnels de la campagne*.

DEFFONTAINES, P. *The origin and growth of the brazilian network of towns*. **Geographical Review: Journal of the American Geographical Society**, [S. l.: s. n.], v. 28, n. 3, p. 379-399, jul. 1938b.

DICKINSON, R. E. ***City region and regionalism: a geographical contribution to humam ecology***. London: Routledge & Kegan Paul, 1952 [1947].

DICKINSON, R. E. *The regional functions and zones of influence of Leeds and Bradford*. **Geography**, v. 15, n. 7, p. 548–57, 1930.

FERNANDES, E. Reforma urbana e reforma jurídica no Brasil: duas questões para reflexão. In: COSTA, G. M.; MENDONÇA, J. **Planejamento urbano no Brasil: trajetória e perspectivas**. Belo Horizonte: C/Arte, 2008. p. 123-135.

FORTE, T. S.; DE MELO, R. V. A feira livre de Guaranésia-MG sob a ótica do circuito inferior da economia. **Contexto Geográfico**, v. 5, n. 10, p. 13–22, 2020. DOI: <https://doi.org/10.28998/contegeo.v5i10.10051>.

GALINDO, E. P. **Análise comparativa do entendimento do transporte como objeto do planejamento**. Orientador: Joaquim José Guilherme de Aragão. 2009. 177 f. Dissertação (Mestre em Transportes) – Departamento de Engenharia Civil e Ambiental, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2009.

GALINDO, E. P. Pequenas cidades: finança vulnerável, horizontalidade frágil e verticalidade ameaçadora. **Geoingá: revista do programa de pós-graduação em geografia**, Maringá, v. 8, n. 2, p. 19-37, 2016.

GALINDO, E. P.; TAVARES, S. R. Agenda urbana e a construção da PNDU: contribuições para uma agenda urbana de interação regional: para interpretação e tipologia de rede urbana para um Brasil mais policêntrico. **Nota Técnica 1.4**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2020.

GALPIN, C. J. *The social anatomy of an agricultural community*. **Wisconsin Research Bulletin: Agricultural experiment station of the University of Wisconsin**, Madison, v. 34, 1915.

GEIGER, P. P. **Evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: CBPE, 1963. (Coleção O Brasil Urbano, n. 1).

GEIGER, P. P. Redes, o global e o local. In: CASTRO, I. E.; MIRANDA, M.; EGLER, C. (org.). **Redescobrimo o Brasil: 500 Anos Depois**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. v. 1, p. 381-389.

GEIGER, P. P. Regiões e cidades e cidades nas regiões. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**: ANPUR, Salvador, v. 5, n. 1, p. 81-84, 2003.

GEORGE, P. **Pierre George**: Conferências no Brasil. Tradução: O. B. Lima; H. A. Sant'anna. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1970 [1968].

GOMES, P. S. A. **Regulação urbanística e ambiental no contexto metropolitano: reflexões a partir do vetor norte da metrópole belo-horizontina**. Orientador: Roberto Luís de Melo Monte-Mór. 2013. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

GOTTMANN, J. **Megalopolis: the urbanized northeastern seaboard of the United States**. New York: Twentieth Century Fund, 1961.

GOTTMANN, J. *Urban centrality and the interweaving of quaternary activities*. **Ekistics**, [s. l.], v. 29, n. 174, p. 322-331, May 1970.

GRIMM, F. C. A. **Trajectoria epistemológica de Milton Santos**: uma leitura a partir da centralidade da técnica, dos diálogos com a economia política e da cidadania como práxis. 2012 [2011]. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. DOI: 10.11606/T.8.2012.tde-26062012-143800.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade**. Niterói: EDUFF, 1997 [1995].

HAESBAERT, R. Redes, territórios e aglomerados: da forma-função às (dis)formas sem função. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 3., Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: AGB, 1993. p. 169-170

HAGGETT, P. **Analisis locacional en la geografía humana**. Tradução: J. M. Obiols. Barcelona: Gustavo Gili, 1976 [1965]. (*Colección Ciencia Urbanística*). Título original: *Locational Analysis in human geography*.

HAGGETT, P.; CHORLEY, R. J. *Models, paradigms and the new geography*. *In*: CHORLEY, R. J.; HAGGETT, P. (ed.). **Models in Geography**. London: Methuen e Co., 1967. p. 19-41.

HAIR JR., J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. **Análise multivariada de dados**. Porto Alegre: Bookman Editora, 2009.

HARRIS, C. D. Edward Louis Ullman, 1912–1976. **Annals of the Association of American Geographers**, [s. l.], v. 67, n. 4, p. 595-600, 1977. DOI: 10.1111/j.1467-8306.1977.tb01165.x.

HARRIS, C. D.; ULLMAN, E. L. *The nature of cities*. **Annals of American Academy of Political and Social Sciences**, [s. l.], v. 242, p. 7-17, 1945.

HOLT-JENSEN, A. **Geography: history & concepts: a students' guide**. 3. ed. Tradução: Brian Fullerton. London: Sage, 2003 [1999].

IBG - Instituto Brasileiro de Geografia. Cidade e região no sudoeste paranaense. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 3-155, 1970.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas**. Rio de Janeiro: IBGE/DEGEO, 1972.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão urbano regional**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.



IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Redes e fluxos do território: Gestão do Território 2014**. Rio de Janeiro, IBGE/Diretoria de Geociências/Coordenação de Geografia, 2014.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Região de influência das cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Região de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Região de influência das cidades 1993**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades 2018**: Nota Metodológica (volume especial). Rio de Janeiro: IBGE, 2020b.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades 2018**: insumos para a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e Regional: Relatório Técnico: Primeiros Resultados (versão preliminar). Rio de Janeiro: IBGE, 2020c.

IRWIN, M. D. *Territories of inequality: an essay on the measurement and analysis of inequality in grounded place settings*. In: LOBAO, L. M.; HOOKS, G.; TICKAMYER, A. R. (org.) **The sociology of spatial inequality**. Albany-NY: Sunny Press: State University of New York Press: State University Plaza, 2007, p. 85-109.

JEFFERSON, M. *Distribution of the world's city folks: a study in comparative civilization*. **Geographical Review: Journal of The American Geographical Society**, [s. l.], v. 21, n. 3, p. 446-465, Jul. 1931.

JENSEN, R. R.; SHUMWAY, J. M. *Sampling our world* In: GOMEZ, B.; JONES, J. P. (org.). **Research methods in geography**. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2010. cap. 6, p. 77-90.

JOHNSTON, R. *Robert E. Dickinson and the growth of urban geography: An evaluation*. **Urban Geography**, [s. l.], s. n], v. 22, n. 8, p. 702-736, 2001.

KOHL, J. G. **Der Verkehr und die Ansiedelungen der Menschen in ihrer Abhängigkeit von der Gestaltung der Erdoberfläche**. 2. ed. Leipzig: Arnoldische Buchhandlung, 1850 [1841].

KOLB, J. H. *Service relations of town and country*. **Univ. of Wisconsin Agric. Exper. Sta. Research Bull.**, v.58, 1923.

LALANNE, L. *Essai d'une théorie des réseaux de chemin de fer, fondée sur l'observation des faits et sur les lois primordiales qui président au groupement des*

*populations. Comptes rendus hebdomadaires des séances de l'Académie des Sciences*, [s. l.], p. 206-210, juil./déc. 1863,.

LIMONAD, E. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. **GEOgraphia**, Niterói, ano 1, n. 1, p. 71-91, 1999.

LÖSCH, A. **The economics of location**. Tradução: William H. Woglom, Wolfgang F. Stolper. New Haven: Yale University Press, 1954 [1940]. Título original: *Die räumliche Ordnung der Wirtschaft: Eine Untersuchung über Standort, Wirtschaftsgebiete und internationalen Handel*.

MACHADO, M. S.; PINTO, H.; ALVES, C. G. Pedro Geiger: Originalidade e atualidade da geografia de Pedro Geiger. In: MACHADO, M. S.; MARTIN, A. R. (org.). **Dicionário dos geógrafos brasileiros**. 1. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014. v. 1, p. 187-204.

MACHIAVELLI, N. **Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio**. Tradução: Sérgio Bath. 3. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994 [1531]. 440 p. Título original: *Discorsi sopra la prima deca di Tito Lívio*.

MACKINDER, J. **Britain and the british seas**. New York, D. Appleton and Co., 1902, 377 p.

MATTOS, R. B. **A rede de lugares centrais no estado de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

MELLO, B. A.; CAJUEIRO, D. O.; GOMIDE, L. H. B.; VIEIRA, R.; BOUERI, R. **Teoria de redes complexas e o poder de difusão dos municípios**. Brasília, DF: IPEA, 2010. 31 p. (Texto para discussão, n. 1484).

MERTON, R. K. **Social Theory and Social Structure**. New York: The Free Press, 1968.

MIOSSEC, J-M. *Espace et pouvoir: la localisation de forces de décision dans le monde: esquisse de géographie politique théorique*. **L'espace Géographique**, Paris, n. 3, p. 165-175, 1976.

MONASTÉRIO, L.; CAVALCANTE, L. R. Fundamentos do pensamento econômico regional. In: CRUZ, B.O; FURTADO, B. A.; MONASTÉRIO, L.; RODRIGUES JÚNIOR, W. (org.). **Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil**. Brasília: Ipea, 2011. cap. 2, p. 43-77.

MONTENEGRO, M. R. A teoria dos circuitos da economia urbana de Milton Santos: de seu surgimento à sua atualização. **Revista Geográfica Venezolana**: Universidad de los Andes, Mérida-Venezuela, v. 53, n. 1, p. 147-164, enero/jun. 2012.

MONTENEGRO, M. R. Do capitalismo de plataforma à difusão dos aplicativos: apontamentos sobre novos nexos entre os circuitos da economia urbana em tempos de Covid-19. **Espaço e Economia**, [s. l.], ano 9, n. 19, 2020.

MOREIRA, R. **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014 [1985].

MOURA, R. **Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

OLIVEIRA, E. L. Algumas considerações sobre o conceito de setor informal e a teoria dos circuitos da economia urbana. **Revista Geografias**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 54–70, 2008. DOI: <https://doi.org/10.35699/2237-549X.13241>.

OLIVEIRA, M. L. **Matriz de relacionamentos de classificações de produtos e de atividades econômicas do setor mineral: metodologia**. Brasília, DF: IPEA, 2022. (Nota Técnica DASET, n. 94), jan. 2022.

OLSSON, G. *Logics and social engineering*. **Geographical Analysis**, [s. l.], v. 2, p. 361-375, 1970. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1538-4632.1970.tb00865.x>.

OLSSON, G. *Servitude and inequality in spatial planning: ideology and methodology in conflict*. **Antipode**, [s. l.], v. 6, p. 16-21, 1974b. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-8330.1974.tb00579.x>.

OLSSON, G. *The dialectics of spatial analysis*. **Antipode**, [s. l.], v. 6, p. 50-62, 1974a. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-8330.1974.tb00613.x>.

OLSSON, G. *Trends in spatial model building: an overview*. **Geographical Analysis**, [s. l.], v. 1, p. 219-224, 1969. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1538-4632.1969.tb00619.x>.

PALOMÄKI, M. *The functional centers and areas of South Bothnia, Finland*. **Fennia**, [s. l.], v. 88, n. 1, pp. 1-235, 1964.

PEARSON, K. *On lines and planes of closest fit to systems of points in space*. **The London, Edinburgh, and Dublin Philosophical Magazine and Journal of Science**, [s. l.], v. 2, n. 11, p. 559-572, 1901.

PORTO, G. C. S. ; SERPA, A. S. P. Circuito inferior da economia urbana: o contexto das feiras livres de Itapetinga (BA) e arredores. In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 11., 2007, Bogotá. **Programa Resúmenes** [...]. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2007. Tema: *Geopolítica, globalización y cambio ambiental: retos en el desarrollo latinoamericano*, v. 1, p. 229-229.

PORTO, G. C. S. **Configuração sócio-espacial e inserção das feiras livres de Itapetinga-BA e arredores no circuito inferior da economia**. Orientador: Angelo Szaniecki Perret Serpa. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

PRESTON, R. E. *The structure of central place systems*. **Economic Geography**, [s. l.], v. 47, n. 2, p. 136-155, 1971.

PUMAIN, D. *Villes, agents et acteurs en géographie*. **Revue européenne des sciences sociales**, [s. l.], 121, p. 81-93, 2001, ref. XXXIX-121.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução: M. C. França. São Paulo: Ática, 1993 [1980].

REVELLE, W. **Psych: procedures for psychological, psychometric, and personality research**. Evanston, Illinois: Northwestern University, 2023. *R package version 2.3.9*. Disponível em: <https://CRAN.R-project.org/package=psych>. Acesso em: 14 jul. 2023.

REYNAUD, J. *Villes*. In: **Encyclopédie Nouvelle**, t. 8, p. 670-687, 1841.

RIBEIRO, M. A. **A complexidade da rede urbana amazônica**: três dimensões de análise. 1998. 335 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

ROBIC, M-C. *Cent ans avant Christaller... une théorie des lieux centraux*. **Espace géographique**, t. 11, n. 1, p. 5-12, 1982. DOI: <https://doi.org/10.3406/spgeo.1982.3696>.

ROCHEFORT M. *Determination des types de villes d'un reseau urbain: méthode d'analyse de la population active*. In: **CONGRES INTERNATIONAL DE GEOGRAPHIE**, 18., 1956, Rio de Janeiro. **Comptes rendus** [...]. Rio de Janeiro: UGI (Union Géographique Internationale), Comité du Brésil, 1956, p.426-431.

ROCHEFORT, M. *La armature urbaine et le reseau urbaine: notions et problèmes méthodologiques d'analyse*. **Revista Geográfica**: revista do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, Rio de Janeiro, n. 63, t. 35, p. 33-50, jul./dez. 1965.

ROCHEFORT, M. *Méthodes d'étude des réseaux urbains: intérêt de l'analyse du secteur tertiaire de la population active*. **Annales de Géographie**, [s. l.], t. 66, n. 354, p. 125-143, 1957.

ROCHEFORT, M. Método de estudo das redes urbanas: interesse da análise e do setor terciário na população ativa. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 160, p. 3-18, 1961. Título original: *Méthodes d'étude des réseaux urbains: intérêt de l'analyse du secteur tertiaire de la population active*.

ROCHEFORT, M; HAUTREUX, J. **La fonction régionale dans l'armature urbaine française**. Paris: Ministère de la Construction et de l'Équipement, 1963.

RODRIGUES, E. A. **Rede urbana do Amazonas**: Tefé como cidade média de responsabilidade territorial na calha do Médio Solimões. Orientadora: Tatiana Schor. 2011. 133 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

RUIZ, R. M.; PEREIRA, F. B. **Estrutura e dinâmica espaço-temporal das metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2009. (Relatório de pesquisa).

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS M. **Croissance démographique et consommation alimentaire, dans les pays sous-développés**. Paris: Centre de Documentation Universitaire, 1967.

SANTOS, M. **A cidade como centro de região**: definições e métodos de avaliação da centralidade. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1959.

SANTOS, M. **A natureza do espaço** : técnica e tempo. razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2014 [1996].

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. Desenvolvimento econômico e urbanização em países subdesenvolvidos: os dois sistemas de fluxo da economia urbana e suas implicações espaciais. **Boletim Paulista de Geografia**: revista da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), São Paulo, n. 53, p. 35-60, fev. 1977.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004 [1975].

SANTOS, M. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. Tradução: Milton Santos e Sandra Lencioni. 5. ed. 1. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013 [1971]. Título original: *Le métier de géographe em pays sous-développé*.

SANTOS, M. Passado e presente das relações entre sociedade e espaço e localização pontual da indústria moderna no estado da Bahia. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 65, p. 5-28, 2 sem. 1987.

SANTOS, M. **Pobreza urbana**. 3.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009 [1978].

SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: Hucitec e Educ, 1994.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 13 ed. São Paulo: Editora Record, 2013 [2001].

SANTOS, S. A. Os nexos entre o circuito inferior da economia urbana Lapense e o circuito espacial produtivo do vestuário. **Revista de Geografia**, v. 34, n 1, 2017 [2016]. DOI: <https://doi.org/10.51359/2238-6211.2017.229243>.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 3. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013 [2007].

SCHOR, T.; COSTA, D. P.; OLIVEIRA, J. A. Notas sobre a tipificação da rede urbana na calha do rio Solimões, Amazonas. *In*: ENANPUR, 12., Belém, 2007. **Anais** [...]. Belém: ANPUR, 2007.

SEDUR/BA - Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia. **Estudo da rede urbana da Bahia**: caracterização da rede urbana estadual e propostas de ações estratégicas. [s. l.]: Vertrag, 2011 (Relatório Final).

SILVA, S. S. **Milton Santos**: concepções de geografia, espaço e território. 2009. 98 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2009.

SILVEIRA, M. L. (coord.). **Circuitos de la economía urbana: ensayos sobre Buenos Aires y São Paulo**. Buenos Aires: Café de las Ciudades, 2016. 402 p.

SOUSA, A. N. Bernardino de Souza e o desenvolvimento da Geografia no Brasil. **Terra Brasilis**: Revista Brasileira de História da Geografia e de Geografia Histórica (Nova Série), [s. l.], v. 8, 2017. DOI: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.1980>.

SPOSITO, E. S. A teoria dos dois circuitos da economia urbana nos países desenvolvidos: seu esquecimento ou sua superação? **Caderno Prudentino de Geografia**, [Presidente Prudente], v. 1, n. 21, p. 43–52, 1999.

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP, 2004.

SPOSITO, E. S. **Migração e permanência das pessoas nas cidades pequenas**: os casos de Pirapozinho e Álvares Machado na Alta Sorocabana. 238 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, 1982.

SPOSITO, M. E. B.; CATELAN, M. J. *Hierarchy and heterarchy in Brazil's urban network*. **Brazilian Geographical Journal: geosciences and humanities research medium**, Ituiutaba, v. 5, n. 2, p. 556-574, July/Dec. 2014.

TAYLOR, P. J. *City generics: external urban relations in ancient-Mesopotamian and modern-global city networks*. **Urban Geography**, Abingdon, v. 40, n. 8, p. 1210-1230, 2019.

TAYLOR, P. J. *Specification of the world city network*. **Geographical Analysis**, New York, v. 33, n. 2, p. 181-194, Apr. 2001.

TAYLOR, P. J.; HOYLER, M.; VERBRUGGEN, R. *External urban relational process: introducing central flow theory to complement central place theory*. **Urban Studies**, Glasgow, v. 47, n. 13, p. 2803-2818, 2010.

TOZI, F.; DUARTE, L. R.; CASTANHEIRA, G. R. Trabalho precário, espaço precário. **Ar@cne: revista electrónica de recursos en internet sobre geografía y ciencias sociales**, v. 25, 2021.

TREWARTHA, G. T. *The unincorporated Hamlet: an analysis of data sources.* **Rural Sociology**, v. 6, n. 1, Mar. 1941.

ULLMAN, E. *A theory of location for cities.* **American Journal of Sociology**, v. 46, n. 6, p. 853-64, 1941.

WEBER, **A. *theory of the location of industries.*** Chicago: The University of Chicago Press, 1929 [1909]. Título original: *Über den Standort der Industrie.*

WEHRWEIN, G. S. *The rural-urban fringe.* **Economic Geography: Journal of the Clark University**, v. 18, n. 3, p. 217-228, Jul. 1942.

WELLS H. G. ***Anticipations of the reaction of mechanical and scientific progress upon human life and thought.*** London: [s. n.], 1902 [1901].

WHITEHEAD, A. N. ***The Organisation of Thought.*** London: Williams & Norgate, 1917. 228 p.

## ANEXOS

## Anexo 1 - Variáveis por cidade

Tabela 5 – Valor das variáveis alocadas na Análise de Componentes Principais por cidade

ARRANJO IBGE - IPEA	SOC_P OP10_TOT	URB_EDUC_INI_FORA10_CENSO ESCOLAR	URB_DEP_SAU_BASICA_BUSCA_OFERTA_LOCAL2 O_DATASUS	SOC_GIN I10	SOC_TX_EXT_P OB10	SOC_T X_PO B10	SOC_T X_DES OC10	CIRC_CI_PA RT10	SOC_REN D_PER_C AP10	SOC_DE NSID10_ URB
Salvador/BA	3.482.615	0,04	22,35	0,61	7,76	18,96	18,10	0,34	572,77	40,68
Feira de Santana/BA	615.115	0,03	8,82	0,59	8,48	22,62	13,55	0,40	478,72	27,49
Itabuna/BA - Ilhéus/BA	388.903	0,05	25,71	0,57	6,49	18,38	13,72	0,36	592,29	22,01
Petrolina/PE - Juazeiro/BA	491.927	0,04	8,08	0,56	7,59	21,56	11,38	0,38	476,58	18,40
Vitória da Conquista-BA	306.866	0,03	9,23	0,55	5,60	18,07	9,60	0,39	555,66	9,62
Barreiras-BA	137.427	0,05	38,56	0,56	5,52	16,27	9,57	0,34	602,82	11,10
Santo Antônio de Jesus-BA	90.985	0,04	2,99	0,54	6,47	17,91	10,82	0,39	540,38	25,30
Eunápolis-BA	100.196	0,03	34,44	0,57	5,21	17,93	11,27	0,38	575,44	11,00
Alagoinhas-BA	141.949	0,03	3,15	0,55	8,02	19,42	13,61	0,38	553,17	22,39
Jequié-BA	151.895	0,03	0,65	0,55	7,88	22,48	10,92	0,42	473,92	19,60
Irecê-BA	66.181	0,06	6,22	0,59	8,08	25,50	8,91	0,38	488,15	20,56
Guanambi-BA	78.833	0,02	16,04	0,55	7,16	18,63	7,88	0,44	496,05	8,67
Jacobina-BA	79.247	0,05	2,22	0,55	12,95	28,66	9,38	0,40	417,88	12,89
Itapetinga/BA	108.455	0,04	19,41	0,46	5,29	19,76	8,73	0,35	389,78	35,43
Senhor do Bonfim-BA	74.419	0,04	31,47	0,57	12,75	30,31	12,02	0,42	422,89	26,02
Brumado-BA	64.602	0,02	6,29	0,52	9,57	25,36	9,63	0,42	403,22	14,61
Bom Jesus da Lapa-BA	63.480	0,05	18,50	0,60	17,60	35,74	12,14	0,38	367,62	16,70
Porto Seguro/BA	153.193	0,06	13,62	0,56	11,76	27,56	12,05	0,40	457,66	7,25
Cachoeira - Muritiba/BA	94.841	0,06	15,89	0,54	15,13	30,42	11,99	0,38	347,73	17,29
Cruz das Almas-BA	58.606	0,04	52,96	0,55	9,29	24,93	15,84	0,38	481,80	10,93
Catu/BA - Pojuca/BA	84.143	0,04	95,99	0,53	9,17	21,90	19,61	0,36	464,93	21,62
Valença-BA	88.673	0,04	0,55	0,54	12,48	30,24	11,38	0,37	376,23	24,30
Serrinha-BA	76.762	0,04	33,72	0,55	14,58	31,96	10,48	0,41	367,73	14,72
Itaberaba-BA	61.631	0,03	259,23	0,58	13,34	29,19	12,98	0,41	422,79	19,88
Ribeira do Pombal-BA	47.518	0,04	0,00	0,54	16,88	34,79	8,48	0,45	332,86	13,12
Luís Eduardo Magalhães-BA	60.105	0,05	3,74	0,62	2,92	10,52	7,90	0,36	871,12	9,27
Teixeira de Freitas-BA	138.341	0,04	7,79	0,53	5,39	15,92	11,00	0,37	560,73	28,88
Paulo Afonso-BA	108.396	0,04	0,98	0,58	10,26	22,69	10,20	0,37	544,73	14,35
Ipiaú-BA	44.390	0,07	3,84	0,69	12,52	29,68	15,14	0,39	573,36	19,49
Caetité-BA	47.515	0,02	1,61	0,59	17,47	32,54	7,22	0,44	405,31	12,64
Santo Amaro-BA	57.800	0,05	20,99	0,56	12,82	28,80	13,92	0,34	392,75	36,09
Conceição do Coité-BA	62.040	0,03	744,01	0,48	15,15	32,42	6,83	0,48	309,61	16,94
Seabra-BA	41.798	0,03	8,38	0,57	22,15	39,46	7,53	0,44	310,95	9,18
Itamaraju-BA	63.069	0,06	46,12	0,55	9,49	25,14	11,64	0,40	432,95	22,95
Santa Maria da Vitória/BA	53.357	0,06	1,55	0,53	15,06	31,81	8,28	0,43	327,11	11,65
Poções-BA	44.701	0,03	113,31	0,54	18,66	38,45	14,74	0,43	300,74	15,07
Ibotirama-BA	25.424	0,06	3,19	0,55	19,29	34,56	9,29	0,38	337,12	19,12
Campo Formoso-BA	66.616	0,03	3,84	0,57	24,59	46,53	7,93	0,40	270,05	39,96
Euclides da Cunha-BA	56.289	0,02	0,19	0,55	23,84	43,14	13,89	0,42	269,58	12,29



ARRANJO IBGE - IPEA	SOC_P OP10_TOT	URB_EDUC_INI_FORA10_CENSO ESCOLAR	URB_DEP_SAU_BASICA_BUSCA_OFERTA_LOCAL2 O_DATASUS	SOC_GIN I10	SOC_TX_EXT_P OB10	SOC_T X_PO B10	SOC_T X_DES OC10	CIRC_CI_PA RT10	SOC_REN D_PER_C AP10	SOC_DE NSID10_ URB
Ipirá-BA	59.343	0,03	29,58	0,52	19,91	38,41	9,47	0,44	274,88	20,74
Livramento de Nossa Senhora-BA	42.693	0,02	35,22	0,52	18,58	35,73	8,01	0,39	309,16	5,31
Riachão do Jacuípe-BA	33.172	0,06	835,99	0,47	12,44	28,11	10,41	0,40	311,47	15,52
Xique-Xique-BA	45.536	0,03	9,04	0,56	26,08	44,21	11,85	0,31	265,25	40,63
Remanso-BA	38.957	0,02	1,81	0,54	25,60	42,60	7,72	0,36	275,22	27,57
Morro do Chapéu-BA	35.164	0,05	23,03	0,51	20,15	43,04	8,97	0,41	250,88	9,53
Santana-BA	24.750	0,03	0,97	0,54	17,90	38,45	11,18	0,46	304,18	6,58
Santa Rita de Cássia-BA	26.250	0,02	345,84	0,60	29,04	46,85	6,44	0,44	267,32	18,81
Paramirim-BA	21.001	0,02	96,48	0,51	14,89	30,95	10,20	0,46	343,78	5,86
Conceição do Jacuípe-BA	30.123	0,05	232,62	0,48	8,96	21,54	14,81	0,46	403,18	17,67
Amargosa-BA	34.351	0,03	3,99	0,56	14,55	33,42	11,75	0,46	369,84	19,62
Vera Cruz - Itaparica/BA	58.292	0,08	17,53	0,59	13,62	29,46	15,68	0,43	442,82	4,22
Nazaré-BA	27.274	0,05	10,17	0,61	15,24	34,19	12,68	0,36	421,82	17,39
Capim Grosso-BA	26.577	0,06	0,13	0,54	11,44	28,06	10,46	0,45	378,85	14,49
Santo Estêvão-BA	47.880	0,03	15,59	0,56	17,49	32,34	10,96	0,48	358,13	11,49
Caclé-BA	22.236	0,01	10,22	0,48	10,19	24,30	5,20	0,46	382,15	9,26
Camacan-BA	31.472	0,06	1,10	0,60	16,75	38,74	16,11	0,42	351,84	37,91
Gandu-BA	30.336	0,05	25,89	0,59	11,36	30,27	9,94	0,40	442,37	17,01
Nova Viçosa-BA	38.556	0,05	65,04	0,61	11,89	26,17	11,68	0,37	476,79	13,60
Jaguaquara-BA	51.011	0,03	0,17	0,50	12,81	32,30	9,03	0,45	307,08	18,49
Jaguarari-BA	30.343	0,04	50,01	0,66	22,46	36,44	10,20	0,36	439,23	22,88
Entre Rios-BA	39.872	0,05	645,60	0,60	19,98	39,75	15,93	0,37	338,53	12,52
Valente-BA	24.560	0,04	0,00	0,49	5,99	21,48	6,83	0,42	385,30	13,66
Ituberá-BA	26.591	0,05	0,07	0,51	11,44	32,72	7,60	0,40	337,03	29,46
Conceição do Almeida - Sapeaçu/BA	34.474	0,07	16,27	0,57	19,26	39,25	17,95	0,36	314,66	17,28
Ubaítaba - Aurelino Leal/BA	34.286	0,10	0,07	0,52	13,33	35,99	10,09	0,41	301,44	50,36
Itabela-BA	28.390	0,04	35,09	0,55	11,33	31,39	13,62	0,39	365,39	25,94
Maracás-BA	24.613	0,04	0,00	0,51	17,50	39,19	8,51	0,42	290,11	27,77
Cícero Dantas-BA	32.300	0,04	76,11	0,53	17,47	36,83	5,86	0,41	315,19	16,12
Itacaré-BA	24.318	0,06	3,13	0,55	16,08	36,47	8,18	0,41	323,30	15,73
Macaúbas-BA	47.051	0,02	0,33	0,55	26,87	44,17	8,17	0,42	255,36	9,68
Itororó-BA	19.914	0,06	0,01	0,44	8,60	22,06	7,83	0,37	330,00	74,70
Tucano-BA	52.418	0,04	1076,42	0,65	26,66	47,22	9,14	0,38	325,70	18,78
Prado-BA	27.627	0,06	4,71	0,55	14,47	29,81	10,71	0,36	369,96	8,16
Castro Alves-BA	25.408	0,06	6,73	0,54	17,02	34,72	9,04	0,44	316,10	27,31
Casa Nova-BA	64.940	0,02	1,73	0,54	20,67	37,38	8,21	0,35	289,24	48,05
Canavieiras-BA	32.336	0,05	229,58	0,51	12,62	30,85	12,41	0,37	325,61	20,57
Barra da Estiva-BA	21.187	0,04	8,45	0,53	18,55	41,63	5,42	0,38	270,66	12,98
Santaluz-BA	33.838	0,04	695,55	0,49	18,60	38,74	10,58	0,43	260,09	21,73
Ibicaraí-BA	24.272	0,06	23,81	0,53	13,41	32,19	14,75	0,36	354,75	31,87
Uruçuca-BA	19.837	0,08	4,79	0,48	9,46	25,88	15,43	0,45	349,43	25,58
Una-BA	24.110	0,07	29,40	0,52	17,45	34,41	15,39	0,40	303,78	9,70
Riacho de Santana-BA	30.646	0,04	3,20	0,56	24,42	43,00	8,76	0,48	281,05	22,93
São Felipe-BA	20.305	0,05	72,16	0,50	20,45	38,65	7,24	0,42	268,96	14,80
Camamu-BA	35.180	0,04	33,66	0,54	21,36	46,39	9,11	0,38	264,63	24,59
Inhambupe-BA	36.306	0,04	5,00	0,53	21,91	44,31	9,85	0,38	254,99	2,48
Barra do Choça-BA	34.788	0,03	7,02	0,44	12,55	31,84	6,13	0,42	266,13	18,72
Carinhanha-BA	28.380	0,02	617,76	0,51	24,67	47,47	9,00	0,42	209,51	26,87
Barra-BA	49.325	0,02	17,75	0,59	41,55	59,44	6,33	0,38	183,03	27,70
Maragogipe-BA	42.815	0,04	631,33	0,57	21,34	42,63	10,50	0,28	300,10	28,54

ARRANJO IBGE - IPEA	SOC_P OP10_TOT	URB_EDUC_INI_FORA10_CENSO ESCOLAR	URB_DEP_SAU_BASICA_BUSCA_OFERTA_LOCAL2 O_DATASUS	SOC_GIN I10	SOC_TX_EXT_P OB10	SOC_T X_PO B10	SOC_T X_DES OC10	CIRC_CI_PA RT10	SOC_REN D_PER_C AP10	SOC_DE NSID10_ URB
Conde-BA	23.620	0,05	64,64	0,63	34,26	56,43	10,12	0,38	246,81	7,83
Araci-BA	51.651	0,03	6,33	0,57	31,46	52,70	6,68	0,41	221,98	16,32
Rio Real-BA	37.164	0,03	15,02	0,53	20,48	41,60	4,67	0,42	274,86	11,08
Abaira-BA	8.316	0,04	1,94	0,46	18,39	31,74	8,61	0,41	290,53	15,47
Aracatu-BA	13.743	0,03	3,19	0,45	12,39	28,51	4,44	0,38	316,60	5,44
Mucuri-BA	36.026	0,05	4,06	0,57	8,52	22,95	10,11	0,35	546,41	17,05
Esplanada-BA	32.802	0,06	16,97	0,57	18,73	39,21	12,12	0,38	312,58	7,81
Mucugê-BA	10.545	0,05	0,00	0,53	18,04	35,14	10,88	0,36	312,35	13,06
Correntina-BA	31.249	0,04	2,32	0,58	30,51	43,17	7,04	0,36	285,96	14,77
Cairu-BA	15.374	0,08	0,00	0,53	16,03	32,54	9,01	0,38	334,19	16,81
Itagibá-BA	15.193	0,07	0,00	0,47	14,20	35,80	19,84	0,39	270,27	24,32
Caravelas-BA	21.414	0,07	0,08	0,56	11,82	34,46	13,87	0,29	394,43	14,82
Sobradinho-BA	22.000	0,05	0,83	0,49	10,46	27,53	12,92	0,33	344,74	15,18
São Desidério-BA	27.659	0,03	31,44	0,57	25,76	40,12	5,56	0,33	302,20	16,23
Barrocas-BA	14.191	0,03	657,90	0,46	14,71	32,83	6,40	0,41	284,41	8,00
Ibirapua-BA	7.956	0,06	74,11	0,51	9,06	20,97	8,19	0,42	431,31	28,45
Formosa do Rio Preto-BA	22.528	0,02	0,12	0,60	30,21	42,96	13,87	0,30	287,94	13,04
Itapebi-BA	10.495	0,08	16,00	0,48	14,63	36,38	14,69	0,43	273,69	30,06
Ibicoara-BA	17.282	0,07	1378,29	0,48	11,12	31,21	6,87	0,43	300,89	2,55
Igrapiúna-BA	13.343	0,09	0,00	0,54	21,24	44,16	5,49	0,30	269,34	7,06
Jaborandi-BA	8.973	0,06	0,11	0,62	33,49	48,92	18,64	0,35	281,14	5,86
Vereda-BA	6.800	0,07	2600,56	0,47	14,07	34,32	5,31	0,46	274,76	40,26
Medeiros Neto-BA	21.560	0,07	0,94	0,53	9,56	27,86	11,19	0,41	392,49	24,50
Mutuípe-BA	21.449	0,05	1,59	0,63	19,86	40,50	6,75	0,44	374,80	30,91
Paripiranga-BA	27.778	0,02	4,61	0,59	29,15	46,78	4,12	0,32	273,23	16,73
Irará-BA	27.466	0,04	525,67	0,50	12,96	33,95	5,51	0,44	308,34	12,41
Lençóis-BA	10.368	0,06	207,16	0,61	19,38	39,34	9,85	0,45	362,74	14,56
Coaraci-BA	20.964	0,06	2,08	0,54	11,34	29,86	12,98	0,34	366,33	48,46
Miguel Calmon-BA	26.475	0,04	108,35	0,54	21,02	43,10	9,48	0,50	279,05	11,88
Itanhém-BA	20.216	0,05	0,43	0,54	10,91	27,57	8,54	0,44	388,04	37,71
Buerarema-BA	18.605	0,07	22,46	0,53	13,31	34,68	12,48	0,38	343,23	6,55
Milagres-BA	10.306	0,04	128,80	0,51	18,25	33,35	14,49	0,45	313,88	25,74
Jeremoabo-BA	37.680	0,03	73,05	0,53	22,51	43,67	4,25	0,49	262,76	12,54
Belmonte-BA	21.798	0,06	22,71	0,50	13,19	35,61	15,66	0,37	289,90	17,38
Antas-BA	17.072	0,06	0,00	0,52	17,47	38,43	12,64	0,39	283,59	21,47
Ubatã-BA	25.004	0,05	0,00	0,53	14,63	40,02	19,07	0,43	306,52	42,26
Palmeiras-BA	8.410	0,03	0,00	0,58	17,24	38,11	9,41	0,45	350,79	2,53
Ubaíra-BA	19.750	0,05	21,81	0,59	24,69	43,77	7,87	0,45	296,48	5,74
Mundo Novo-BA	24.395	0,05	0,00	0,65	22,36	41,77	9,23	0,41	346,89	10,44
Utinga-BA	18.173	0,04	0,00	0,62	24,46	43,00	7,93	0,44	327,96	21,28
Maraú-BA	19.101	0,09	0,92	0,71	22,23	44,19	6,12	0,43	437,51	11,87
Coração de Maria-BA	22.401	0,04	0,00	0,52	22,92	42,58	9,25	0,41	257,21	25,93
Mairi-BA	19.326	0,04	12,34	0,50	17,03	39,50	6,54	0,45	286,58	25,27
Presidente Dutra-BA	13.750	0,06	1983,58	0,53	18,85	41,11	4,16	0,48	280,86	11,63
Andorinha-BA	14.414	0,07	8,63	0,55	22,07	39,45	5,66	0,43	305,81	13,74
Queimadas-BA	24.602	0,06	130,80	0,51	22,80	43,24	11,72	0,45	245,70	18,25
Laje-BA	22.201	0,05	271,94	0,51	22,22	43,59	4,04	0,39	241,63	12,81
Alcobaça-BA	21.271	0,07	1,05	0,53	13,94	32,69	9,50	0,37	357,99	11,31
Itarantim-BA	18.539	0,04	38,93	0,50	6,79	27,65	12,94	0,42	352,74	37,97
Piritiba-BA	22.399	0,04	0,00	0,52	19,38	42,43	9,04	0,40	271,40	20,82
Condeúba-BA	16.898	0,01	733,57	0,49	21,84	40,30	7,60	0,45	260,07	10,30
Monte Santo-BA	52.338	0,02	19,88	0,55	35,11	55,01	4,87	0,44	197,43	6,87
Brejões - Nova Itarana/BA	21.717	0,06	418,05	0,52	27,48	47,26	17,22	0,37	225,00	13,07
Ibirataia-BA	18.943	0,06	1,06	0,49	15,50	36,20	13,04	0,45	278,69	20,60
Iaçu-BA	25.736	0,05	21,37	0,61	23,53	43,94	12,67	0,47	311,24	18,53
Barra do Mendes-BA	13.987	0,04	1205,11	0,57	24,88	42,11	11,52	0,46	292,41	26,28
Ibicuí-BA	15.785	0,06	311,67	0,50	11,33	34,67	8,18	0,48	307,49	22,19
Araças-BA	11.561	0,07	11,46	0,53	25,88	45,82	13,91	0,35	230,75	17,99
Itapicuru-BA	32.261	0,04	115,14	0,54	31,44	57,29	10,75	0,56	185,70	14,63
Iguai-BA	25.705	0,03	1,58	0,55	22,57	43,17	13,19	0,44	258,80	41,54
Rafael Jambeiro-BA	22.874	0,03	15,82	0,50	25,44	45,52	7,48	0,45	226,94	10,47
Sento Sé-BA	37.425	0,03	0,38	0,53	25,61	49,51	9,02	0,28	222,84	35,42

ARRANJO IBGE - IPEA	SOC_P OP10_TOT	URB_EDUC_INI_FORA10_CENSO ESCOLAR	URB_DEP_SAU_BASICA_BUSCA_OFERTA_LOCAL20_DATASUS	SOC_GIN110	SOC_TX_EXT_P OB10	SOC_TX_PO B10	SOC_TX_DES OC10	CIRC_CI_PA RT10	SOC_REN D_PER_C AP10	SOC_DE NSID10_URB
Riachão das Neves-BA	21.937	0,04	1,09	0,53	30,92	47,30	14,15	0,38	212,09	12,27
Maiquinique-BA	8.782	0,03	68,75	0,46	9,80	27,36	13,47	0,43	306,24	55,31
Canarana-BA	24.067	0,04	1536,00	0,48	20,18	42,20	7,18	0,47	252,39	32,52
Catolândia-BA	2.612	0,05	126,65	0,51	25,16	42,42	3,83	0,37	251,21	8,04
Jitaúna-BA	14.115	0,08	81,16	0,51	18,16	42,15	13,34	0,36	266,56	25,57
Botuporã-BA	11.154	0,02	80,88	0,52	27,63	44,86	5,24	0,42	235,16	9,43
Cansanção-BA	32.908	0,03	7,12	0,57	32,99	53,28	4,25	0,39	216,24	24,70
Andaraí-BA	13.960	0,05	68,72	0,59	30,40	53,89	18,57	0,40	230,36	14,26
Nova Soure-BA	24.136	0,03	651,31	0,57	27,98	50,39	7,42	0,44	241,71	18,35
Teodoro Sampaio-BA	7.895	0,05	5,84	0,54	21,43	39,63	17,15	0,46	272,86	16,99
Serrolândia-BA	12.344	0,06	0,06	0,50	22,69	38,82	8,92	0,55	261,29	25,36
São Miguel das Matas-BA	10.414	0,07	0,00	0,51	20,26	43,78	4,22	0,45	274,08	13,57
Curaçá-BA	32.168	0,03	6,30	0,51	23,29	43,82	9,10	0,39	236,77	24,04
Uauá-BA	24.294	0,04	0,00	0,56	28,72	47,54	7,53	0,42	251,46	18,97
Saúde-BA	11.845	0,05	0,00	0,55	27,72	48,93	15,19	0,52	238,81	19,43
Piatã-BA	17.982	0,01	0,00	0,54	29,92	46,46	6,99	0,43	234,44	7,44
Chorrochó-BA	10.734	0,07	0,00	0,58	28,93	46,56	7,57	0,39	248,50	14,20
Guaratinga-BA	22.165	0,04	3,35	0,53	24,07	40,97	13,96	0,38	258,74	49,00
Baixa Grande-BA	20.060	0,04	2,28	0,53	24,43	45,30	7,44	0,54	243,98	9,78
Central-BA	17.013	0,04	2660,93	0,54	28,78	46,19	10,67	0,42	231,10	17,93
Brotas de Macaúbas-BA	10.717	0,02	12,90	0,56	31,82	45,57	6,47	0,54	247,49	12,36
Encruzilhada-BA	23.766	0,06	0,00	0,49	22,89	45,03	9,35	0,43	220,00	7,88
Ibirapitanga-BA	22.598	0,11	0,98	0,52	19,44	45,03	7,70	0,39	261,88	37,66
Cocos-BA	18.153	0,01	219,52	0,56	28,93	44,13	12,70	0,39	258,27	10,61
Nordestina-BA	12.371	0,02	1007,74	0,54	35,62	54,61	9,50	0,49	187,22	7,31
Potiraguá-BA	9.810	0,09	16,60	0,49	9,84	27,83	14,63	0,46	323,92	33,69
Presidente Tancredo Neves-BA	23.846	0,05	0,94	0,55	20,75	42,47	4,85	0,38	270,35	6,31
Lajedão-BA	3.733	0,09	12431,67	0,58	7,36	21,70	9,05	0,38	463,94	42,50
Serra Dourada-BA	18.112	0,03	3,90	0,51	25,58	44,65	11,48	0,48	228,74	6,17
Nova Canaã-BA	16.713	0,10	0,04	0,46	17,40	36,62	7,21	0,44	251,90	32,25
Ibipeba-BA	17.008	0,05	5242,36	0,56	20,16	43,23	8,27	0,48	290,82	10,39
Canudos-BA	15.732	0,05	0,81	0,53	25,03	43,76	6,98	0,41	251,59	20,06
Campo Alegre de Lourdes-BA	28.090	0,01	0,00	0,61	40,51	58,96	7,29	0,40	199,01	14,45
Sátiro Dias-BA	18.964	0,06	1992,17	0,54	31,15	52,46	5,18	0,44	208,20	9,18
Filadélfia-BA	16.740	0,06	373,50	0,57	28,62	45,48	13,68	0,51	250,08	15,87
Rodelas-BA	7.775	0,04	0,25	0,53	19,94	43,13	11,48	0,38	271,59	25,57
Ourolândia-BA	16.425	0,04	3,46	0,52	23,18	44,60	5,46	0,39	239,93	13,74
Serra Preta-BA	15.401	0,04	1199,35	0,48	23,20	42,08	9,94	0,42	232,52	26,37
Salinas da Margarida-BA	13.456	0,05	793,05	0,54	21,21	41,93	5,83	0,22	286,45	22,53
Pindobaçu-BA	20.121	0,07	0,04	0,50	27,54	46,36	9,89	0,56	212,52	26,82
Wanderley-BA	12.485	0,04	802,18	0,59	25,98	47,09	9,52	0,34	275,76	9,43
Santa Teresinha-BA	9.648	0,06	3,64	0,53	27,05	45,32	11,36	0,42	243,04	27,62
Boa Nova-BA	15.411	0,06	0,00	0,51	24,98	47,41	12,07	0,48	223,48	13,72
Wenceslau Guimarães-BA	22.189	0,07	0,26	0,45	15,25	37,03	7,62	0,39	257,12	22,11
Ibititá-BA	17.840	0,06	8762,00	0,50	22,01	44,22	7,46	0,48	250,63	10,46
Jaguaripe-BA	16.467	0,06	6,43	0,55	23,92	47,49	5,24	0,33	247,75	11,09
Tremedal-BA	17.029	0,08	1,36	0,48	24,25	42,90	11,37	0,39	237,30	6,26
Coribe-BA	14.307	0,05	4332,56	0,58	32,28	48,62	9,88	0,39	237,03	11,81
Itagi-BA	13.051	0,05	800,78	0,46	16,45	43,38	10,40	0,49	234,80	20,68
Mascote-BA	14.640	0,06	0,00	0,58	24,05	46,08	16,44	0,37	272,97	32,41
Firmino Alves-BA	5.384	0,06	5,53	0,43	5,58	24,91	11,10	0,48	325,51	23,09
Pilão Arcado-BA	32.860	0,04	0,00	0,60	40,90	55,56	8,31	0,33	195,98	24,42
Crisópolis-BA	20.046	0,03	34,23	0,57	30,66	51,72	3,55	0,35	232,60	9,30
Teolândia-BA	14.836	0,08	15,05	0,48	17,74	44,84	9,30	0,39	231,92	19,76
Ibipitanga-BA	14.171	0,03	10,31	0,57	33,34	47,05	13,02	0,43	249,32	15,43

ARRANJO IBGE - IPEA	SOC_P OP10_TOT	URB_EDUC_INI_FORA10_CENSO ESCOLAR	URB_DEP_SAU_BASICA_BUSCA_OFERTA_LOCAL2 O_DATASUS	SOC_GIN I10	SOC_TX_EXT_P OB10	SOC_T X_PO B10	SOC_T X_DES OC10	CIRC_CI_P A RT10	SOC_REN D_PER_C AP10	SOC_DE NSID10_ URB
Itapitanga-BA	10.207	0,05	60,17	0,43	15,75	36,57	15,87	0,44	225,10	43,60
Ichu-BA	5.255	0,06	0,00	0,47	17,20	34,31	6,87	0,46	296,17	4,04
Cabaceiras do Paraguaçu-BA	17.327	0,04	3,40	0,54	31,55	51,63	4,97	0,42	209,45	13,66
Pau Brasil-BA	10.852	0,06	38,76	0,56	22,52	41,50	7,89	0,34	296,08	52,76
Gentio do Ouro-BA	10.622	0,02	13125,33	0,52	31,33	49,39	12,16	0,39	207,35	16,85
Ponto Novo-BA	15.742	0,04	1,23	0,49	22,85	42,69	11,59	0,43	229,61	12,26
Santa Luzia-BA	13.344	0,07	0,00	0,46	13,38	35,70	7,62	0,43	267,88	32,29
São José do Jacuípe-BA	10.180	0,08	0,00	0,46	14,85	39,89	8,41	0,48	253,57	19,16
Lajedo do Tabocal-BA	8.305	0,04	0,00	0,46	14,58	45,40	9,29	0,41	237,39	19,46
Itamari-BA	7.903	0,04	0,00	0,51	15,34	32,85	11,13	0,39	325,00	25,75
América Dourada-BA	15.961	0,05	856,40	0,50	31,14	52,57	22,08	0,45	186,10	16,49
Bonito-BA	14.834	0,05	3,03	0,50	18,47	43,90	7,27	0,41	249,00	37,73
Nilo Peçanha-BA	12.530	0,06	0,00	0,52	26,77	48,88	4,34	0,32	218,32	11,73
Floresta Azul-BA	10.660	0,07	3,11	0,45	19,11	38,11	13,02	0,36	242,04	65,59
Fátima-BA	17.652	0,06	491,64	0,53	23,88	46,32	7,34	0,43	250,60	8,69
Jiquiriçá-BA	14.118	0,04	22,66	0,50	18,18	42,59	4,14	0,42	257,95	12,42
Itaquara-BA	7.678	0,11	0,00	0,55	25,22	51,57	12,41	0,54	229,04	22,28
Barra do Rocha-BA	6.313	0,20	0,00	0,52	13,45	34,90	10,27	0,41	304,56	32,33
Quijingue-BA	27.228	0,03	757,84	0,58	33,80	50,84	4,01	0,42	228,71	22,39
Adustina-BA	15.702	0,04	3064,90	0,54	32,84	49,98	7,35	0,37	211,37	9,76
Novo Horizonte-BA	10.673	0,03	376,50	0,56	28,89	46,08	8,99	0,38	257,12	11,96
Aiquara-BA	4.602	0,08	0,11	0,44	11,27	27,11	10,88	0,37	283,24	30,00
Aporá-BA	17.731	0,05	315,36	0,56	37,72	55,30	4,02	0,40	199,04	7,25
Malhada-BA	16.014	0,02	24,47	0,49	21,75	44,63	7,06	0,42	218,66	37,29
Heliópolis-BA	13.192	0,03	246,95	0,50	24,23	44,30	5,99	0,37	241,36	12,58
Sebastião Laranjeiras-BA	10.371	0,05	3,71	0,46	15,31	35,31	5,61	0,42	276,29	10,51
Quixabeira-BA	9.554	0,07	18,03	0,49	23,09	44,39	5,48	0,41	241,10	16,25
Nova Ibiá-BA	6.648	0,10	39,50	0,56	8,09	31,18	5,41	0,43	378,10	20,66
Lajedinho-BA	3.936	0,07	0,00	0,56	31,47	56,72	12,21	0,36	205,65	10,74
Cotegipe-BA	13.636	0,04	154,59	0,56	28,55	49,02	10,50	0,33	237,50	7,14
Aratuípe-BA	8.599	0,07	73,78	0,52	17,32	39,85	7,14	0,27	278,23	26,73
Caraibas-BA	10.222	0,03	190,56	0,49	17,51	36,80	7,44	0,42	277,97	6,83
Ribeirão do Largo-BA	8.602	0,06	0,93	0,46	10,66	34,60	6,36	0,48	271,68	11,97
Boa Vista do Tupim-BA	17.991	0,05	30,42	0,56	33,48	54,52	14,42	0,50	195,71	25,77
Coronel João Sá-BA	17.066	0,03	1594,07	0,48	19,32	42,31	3,93	0,53	238,18	20,10
Elísio Medrado-BA	7.947	0,07	0,00	0,50	13,89	35,13	5,59	0,46	315,04	11,12
Irajuba-BA	7.002	0,04	0,00	0,52	22,78	44,78	10,25	0,40	236,16	18,90
Jussari-BA	6.474	0,08	1,01	0,51	14,75	37,14	16,31	0,35	290,22	36,78
Gavião-BA	4.561	0,08	1996,88	0,40	11,54	27,21	8,18	0,45	271,53	31,27
Caém-BA	10.368	0,05	1766,38	0,54	29,29	49,42	9,43	0,46	223,48	20,70
Manoel Vitorino-BA	14.387	0,04	0,00	0,51	26,47	46,92	7,52	0,50	226,95	16,64
Lafaiete Coutinho-BA	3.901	0,06	0,00	0,51	14,73	38,48	12,02	0,42	288,05	10,24
Mirangaba-BA	16.279	0,04	0,93	0,51	31,62	50,34	8,28	0,44	193,47	9,30
Arataca-BA	10.392	0,10	1,12	0,47	12,78	38,64	6,85	0,36	256,14	41,88
Morpará-BA	8.280	0,03	9,75	0,55	29,89	50,91	14,61	0,42	224,53	19,09
Cravolândia-BA	5.041	0,11	0,00	0,53	20,98	42,52	7,25	0,43	259,87	15,62
Marcionílio Souza-BA	10.500	0,05	0,90	0,49	26,84	48,41	20,11	0,45	201,52	16,35
Macururé-BA	8.073	0,03	0,14	0,55	25,61	47,59	9,41	0,38	240,32	20,81
Itaju do Colônia-BA	7.309	0,07	1035,25	0,48	12,46	37,65	13,81	0,41	276,93	43,29
Biritinga-BA	14.836	0,06	40,85	0,55	33,74	52,84	4,98	0,40	209,37	11,89
Itaguaçu da Bahia-BA	13.209	0,07	570,04	0,54	22,40	44,70	5,90	0,39	245,68	15,17
Caldeirão Grande-BA	12.491	0,08	531,80	0,55	35,53	52,34	10,73	0,43	211,26	6,45
Dário Meira-	12.836	0,11	0,00	0,54	30,00	53,41	20,25	0,39	206,16	59,52

ARRANJO IBGE - IPEA	SOC_P OP10_TOT	URB_EDUC_INI_FORA10_CENSO ESCOLAR	URB_DEP_SAU_BASICA_BUSCA_OFERTA_LOCAL2_0_DATASUS	SOC_GIN110	SOC_TX_EXT_P OB10	SOC_T X_PO B10	SOC_T X_DES OC10	CIRC_CI_PA RT10	SOC_REN D_PER_C AP10	SOC_DE NSID10_ URB
BA										
Mulungu do Morro-BA	12.249	0,06	3,72	0,49	28,28	49,91	7,87	0,50	199,94	29,97
Muquém de São Francisco-BA	10.272	0,04	18,43	0,55	36,66	59,01	12,79	0,41	166,67	9,68
Novo Triunfo-BA	15.051	0,04	0,00	0,51	28,82	51,25	17,95	0,48	194,56	21,73
Ribeira do Amparo-BA	14.276	0,04	2538,69	0,53	33,96	55,70	4,22	0,44	183,12	24,48
Jandaíra-BA	10.331	0,04	0,50	0,54	31,23	54,92	10,20	0,34	192,11	17,59
Piraí do Norte-BA	9.799	0,05	0,00	0,49	20,16	42,52	5,49	0,37	238,62	15,62
Canápolis-BA	9.410	0,02	1,20	0,49	27,31	47,06	7,84	0,35	217,86	8,40
Jucuruçu-BA	10.290	0,04	0,36	0,54	35,11	53,18	5,76	0,35	188,80	29,46
Gongogi-BA	8.357	0,06	4,19	0,47	19,09	40,10	15,32	0,31	234,70	53,69
Ipecaetá-BA	15.331	0,03	636,08	0,53	31,84	52,76	10,89	0,39	186,54	13,36
Umburanas-BA	17.000	0,05	693,95	0,50	36,19	59,73	20,28	0,46	148,15	19,56
Pedro Alexandre-BA	16.995	0,03	705,84	0,51	33,42	56,17	5,10	0,42	167,65	15,08
Feira da Mata-BA	6.184	0,08	2,27	0,54	33,78	50,82	6,58	0,39	212,22	11,90
Sítio do Mato-BA	12.050	0,03	0,00	0,59	47,77	67,91	10,39	0,31	135,49	18,95
Ruy Barbosa-BA	29.887	0,06	0,06	0,55	20,18	39,83	13,98	0,45	301,42	20,71
Itatim-BA	14.522	0,05	100,85	0,46	18,01	40,67	11,82	0,43	245,37	15,69
Itajuípe-BA	21.081	0,05	0,18	0,49	10,53	28,49	12,04	0,45	354,20	49,26
Iraquara-BA	22.601	0,03	11,43	0,61	32,35	53,66	9,00	0,39	242,58	8,20
Tanhaçu-BA	20.013	0,03	10,98	0,50	19,47	41,94	8,80	0,39	268,62	7,41
Licínio de Almeida-BA	12.311	0,03	161,45	0,45	11,11	29,59	4,66	0,44	299,47	12,03
Urandi-BA	16.466	0,02	87,71	0,51	13,58	30,41	12,52	0,47	325,07	9,22
Santa Inês-BA	10.363	0,05	30,08	0,48	15,08	36,10	13,07	0,48	280,25	17,24
Igaporã-BA	15.205	0,04	4,10	0,50	11,27	31,73	16,16	0,45	306,74	18,52
João Dourado-BA	22.549	0,05	1374,14	0,52	16,56	40,96	6,45	0,49	283,12	30,36
Oliveira dos Brejinhos-BA	21.831	0,02	1,83	0,56	32,29	47,07	15,56	0,40	220,72	15,88
Conceição da Feira-BA	20.391	0,05	14,02	0,56	15,33	32,84	17,75	0,46	348,39	14,80
Retiroândia-BA	12.055	0,06	36,00	0,46	11,39	31,79	9,30	0,43	293,01	19,06
Tanque Novo-BA	16.128	0,02	50,03	0,60	27,94	43,81	5,81	0,51	301,39	6,87
Cipó-BA	15.755	0,04	0,19	0,55	17,90	38,16	4,33	0,25	312,03	11,22
Itiruçu-BA	12.693	0,04	0,00	0,50	12,99	33,21	12,24	0,47	309,83	31,97
Terra Nova-BA	12.803	0,05	0,00	0,45	11,54	27,59	17,61	0,43	296,60	42,54
Cândido Sales-BA	27.918	0,02	8,13	0,50	17,20	39,50	11,25	0,45	268,57	13,80
Santa Bárbara-BA	19.064	0,07	0,48	0,52	21,75	43,86	10,26	0,53	251,87	6,98
Ibiassucê-BA	10.062	0,05	16,41	0,46	9,19	21,91	5,74	0,46	350,98	8,73
Planalto-BA	24.481	0,04	5,46	0,45	16,40	37,10	10,61	0,44	256,26	14,67
Itagimirim-BA	7.110	0,05	3,06	0,52	13,74	30,72	15,24	0,39	339,65	45,07
Capela do Alto Alegre-BA	11.527	0,03	7,39	0,49	15,56	35,22	6,75	0,53	299,05	15,52
Teofilândia-BA	21.482	0,03	0,06	0,55	25,87	41,56	5,85	0,40	278,91	8,71
Ituaçu-BA	18.127	0,02	0,08	0,52	20,60	42,66	7,95	0,39	269,30	8,00
Rio de Contas-BA	13.007	0,04	199,70	0,48	16,88	32,97	5,43	0,43	294,83	5,95
Anagé-BA	25.516	0,06	13,88	0,48	21,74	39,06	6,62	0,46	243,52	10,92
Nova Fátima-BA	7.602	0,02	0,00	0,43	11,06	28,65	8,14	0,46	287,32	20,63
São Domingos-BA	9.226	0,05	28,73	0,47	10,06	27,18	8,08	0,44	335,76	13,81
Olindina-BA	24.943	0,05	0,15	0,58	34,30	52,64	7,23	0,35	222,62	14,77
Itiúba-BA	36.113	0,03	0,50	0,56	34,21	54,50	5,01	0,37	205,18	13,93
Lapão-BA	25.646	0,07	6470,91	0,52	21,64	47,08	9,13	0,45	244,43	31,57
Palmas de Monte Alto-BA	20.775	0,02	2,57	0,48	19,45	41,14	7,35	0,41	262,69	17,52
Boninal-BA	13.695	0,03	0,00	0,53	23,73	40,34	9,23	0,44	267,70	10,28
Ipupiara-BA	9.285	0,02	8410,93	0,50	23,79	40,28	13,84	0,42	258,30	10,78

ARRANJO IBGE - IPEA	SOC_P OP10_ TOT	URB_EDUC_INI_FORA10_CENSO ESCOLAR	URB_DEP_SAU_BASICA_BUSCA_OFERTA_LOCAL2 O_DATASUS	SOC_GIN I10	SOC_TX_EXT_P OB10	SOC_T X_PO B10	SOC_T X_DES OC10	CIRC_CI_PA RT10	SOC_REN D_PER_C AP10	SOC_DE NSID10_ URB
Belo Campo-BA	16.021	0,02	153,85	0,49	19,67	39,69	7,07	0,42	263,52	16,49
Saubara-BA	11.201	0,06	35,67	0,49	17,65	39,83	10,34	0,28	265,17	11,07
Ibitiara-BA	15.508	0,03	0,31	0,55	30,38	46,30	4,82	0,43	244,68	6,29
Boquira-BA	22.037	0,02	0,08	0,53	27,30	39,88	11,20	0,40	266,71	10,24
Jacaraci-BA	13.651	0,02	1,40	0,47	18,71	35,25	4,95	0,53	283,51	15,86
Antônio Gonçalves-BA	11.015	0,06	2,74	0,51	16,01	35,74	6,32	0,42	295,70	33,21
Taperoá-BA	18.748	0,05	0,07	0,53	18,72	44,53	5,49	0,31	270,97	8,46
Uibaí-BA	13.625	0,04	13,41	0,53	21,11	38,28	7,66	0,53	286,67	9,42
Rio do Pires-BA	11.918	0,02	363,18	0,48	19,86	36,17	6,50	0,46	274,58	10,40
Várzea do Poço-BA	8.661	0,04	0,00	0,50	19,44	40,24	8,90	0,42	296,74	15,44
Várzea Nova-BA	13.073	0,07	0,00	0,50	22,64	45,93	9,33	0,38	234,88	16,26
Candiba-BA	13.210	0,02	1,07	0,44	13,43	29,91	5,77	0,47	290,99	14,79
Mortugaba-BA	12.477	0,01	383,35	0,48	13,80	26,65	5,56	0,46	330,30	7,91
Cardeal da Silva-BA	8.899	0,05	0,92	0,52	24,34	54,04	24,88	0,37	207,42	22,46
Serra do Ramalho-BA	31.638	0,04	19,82	0,53	28,50	48,82	12,35	0,36	216,59	1,69
Pindaí-BA	15.628	0,03	0,75	0,45	18,52	31,53	5,35	0,44	270,15	12,92
Tabocas do Brejo Velho-BA	11.431	0,02	399,47	0,54	31,37	49,53	7,59	0,35	216,50	12,33
Antônio Cardoso-BA	11.554	0,03	0,00	0,46	22,49	37,58	4,52	0,66	236,86	15,26
Dom Basílio-BA	11.355	0,02	61,02	0,46	19,27	40,89	4,70	0,31	240,83	10,23
Malhada de Pedras-BA	8.468	0,03	3273,43	0,48	23,18	39,63	5,61	0,45	244,02	6,80
Cafarnaum-BA	17.209	0,04	49,40	0,55	24,09	47,13	5,62	0,45	251,31	49,33
Tanquinho-BA	8.008	0,06	0,00	0,48	17,31	36,45	9,42	0,43	273,12	12,23
Paratinga-BA	29.504	0,02	0,20	0,55	30,09	51,60	9,35	0,37	201,79	8,64
Abaré-BA	17.064	0,03	104,04	0,55	27,85	47,77	15,56	0,36	220,16	25,30
Wagner-BA	8.983	0,07	14551,67	0,52	18,76	39,77	8,85	0,38	283,34	21,14
Aramari-BA	10.036	0,07	16,32	0,51	18,05	39,06	18,13	0,40	274,61	5,58
Tapiramutá-BA	16.516	0,05	2,00	0,61	18,05	44,55	14,52	0,42	312,39	29,10
Pé de Serra-BA	13.752	0,04	277,60	0,46	17,43	35,54	7,71	0,49	257,45	29,16
Vazedo-BA	9.109	0,04	0,00	0,52	23,36	38,23	7,77	0,38	297,56	11,12
Jussara-BA	15.052	0,07	14,88	0,52	26,88	45,97	6,87	0,45	236,05	14,29
Acajutiba-BA	14.653	0,05	599,68	0,57	26,23	48,78	7,87	0,36	260,46	4,46
Várzea da Roça-BA	13.786	0,04	9,92	0,49	24,28	46,33	9,87	0,40	228,58	15,83
Pintadas-BA	10.342	0,05	1,46	0,46	17,55	34,70	7,52	0,43	281,74	25,81
Souto Soares-BA	15.899	0,02	0,00	0,54	30,56	47,75	3,76	0,40	220,67	5,84
Cristópolis-BA	13.280	0,03	4,91	0,54	29,69	46,07	7,40	0,31	239,23	7,01
Itapé-BA	10.995	0,05	0,00	0,47	13,40	34,17	21,01	0,39	285,13	35,18
Glória-BA	15.076	0,03	0,87	0,51	23,12	38,55	6,89	0,36	266,14	18,26
Angical-BA	14.073	0,04	8,16	0,54	22,07	41,72	6,66	0,34	266,89	6,80
Baianópolis-BA	13.850	0,03	13,65	0,57	33,94	49,22	8,03	0,47	235,05	6,13
Dom Macedo Costa-BA	3.874	0,06	0,00	0,55	16,48	36,54	11,26	0,55	329,93	18,08
Cordeiros-BA	8.168	0,02	2946,44	0,45	17,29	33,98	8,68	0,44	263,24	11,98
Rio do Antônio-BA	14.815	0,02	11,02	0,49	23,62	39,43	4,83	0,47	252,98	7,92
Jussiape-BA	8.031	0,04	569,08	0,46	13,43	24,82	3,38	0,36	334,07	10,04
Muniz Ferreira-BA	7.317	0,10	4,59	0,51	15,81	33,95	11,40	0,37	297,78	8,92
Maetinga-BA	7.038	0,03	5,19	0,46	19,29	33,28	3,24	0,48	268,47	3,13
Barro Preto-BA	6.453	0,08	6,01	0,49	15,21	34,48	12,77	0,40	287,60	73,76
Candeal-BA	8.895	0,06	0,00	0,44	13,40	36,55	5,88	0,41	251,54	15,36
Itanagra-BA	7.598	0,07	5,51	0,63	26,94	48,74	15,85	0,37	289,16	7,96
São Gabriel-BA	18.427	0,05	15,38	0,51	22,86	44,50	7,02	0,43	245,38	22,95
Itaeté-BA	14.924	0,06	0,00	0,54	29,65	50,94	10,38	0,42	224,79	10,34
Piripá-BA	12.783	0,03	2210,50	0,49	21,83	41,13	10,14	0,52	241,10	18,05
Banzaê-BA	11.814	0,03	3,83	0,46	23,30	39,90	5,50	0,43	228,54	8,42
Iuiú-BA	10.900	0,03	9,61	0,47	16,12	39,17	13,41	0,45	249,32	18,13
Barro Alto-BA	13.612	0,06	325,10	0,51	24,60	44,24	3,93	0,62	247,32	17,28

ARRANJO IBGE - IPEA	SOC_P OP10_ TOT	URB_EDUC_INI_ FORA10_CENSO ESCOLAR	URB_DEP_SAU_BASICA_ BUSCA_OFERTA_LOCAL2 0_DATASUS	SOC _GIN I10	SOC_TX _EXT_P OB10	SOC_T X_PO B10	SOC_T X_DES OC10	CIRC_ CI_PA RT10	SOC_REN D_PER_C AP10	SOC_DE NSID10_ URB
Anguera-BA	10.242	0,05	0,00	0,48	14,26	38,32	14,05	0,38	269,00	43,93
Contendas do Sincorá-BA	4.663	0,06	34,05	0,51	17,18	35,43	10,83	0,48	293,12	7,32
Água Fria-BA	15.731	0,06	0,00	0,53	28,80	50,30	8,14	0,55	215,12	7,20
Iramaia-BA	11.990	0,05	550,10	0,50	21,50	44,26	7,29	0,44	234,91	16,19
Lagoa Real-BA	13.934	0,02	19,65	0,48	22,93	43,89	4,86	0,35	223,11	5,72
Santanópolis- BA	8.776	0,06	4,94	0,52	22,40	38,96	6,22	0,48	263,19	13,49
Santa Cruz da Vitória-BA	6.673	0,11	10,29	0,54	19,30	40,13	12,00	0,32	282,42	59,28
Ouriçangas-BA	8.298	0,06	0,26	0,45	10,59	32,58	6,01	0,42	281,59	11,66
Apuarema-BA	7.459	0,05	1774,56	0,46	13,05	39,49	12,99	0,46	252,30	33,99
Caatiba-BA	11.420	0,05	1,14	0,39	7,11	24,31	2,90	0,31	293,78	54,03
Érico Cardoso- BA	10.859	0,02	0,64	0,49	23,69	36,75	3,83	0,41	258,28	10,51
São José da Vitória-BA	5.715	0,09	0,99	0,45	12,55	38,68	11,61	0,37	250,42	6,54
Presidente Jânio Quadros-BA	13.652	0,02	429,02	0,53	30,34	49,92	9,22	0,44	220,10	6,59
Sítio do Quinto-BA	12.592	0,04	1,45	0,55	27,10	47,71	6,21	0,37	247,62	27,12
Planaltino-BA	8.822	0,03	0,96	0,56	21,89	42,02	6,65	0,46	282,33	10,57
Santa Brígida- BA	15.060	0,05	19,63	0,55	30,29	51,75	4,49	0,53	220,77	34,32
Bom Jesus da Serra-BA	10.113	0,03	9,86	0,52	28,28	46,00	11,58	0,39	223,19	12,76
Caturama-BA	8.843	0,05	101,36	0,49	24,69	42,42	7,84	0,37	234,88	10,81
Almadina-BA	6.357	0,09	17,16	0,46	12,12	38,08	15,19	0,45	265,39	52,96
Nova Redenção-BA	8.034	0,05	0,00	0,50	26,18	46,88	17,24	0,39	222,33	18,18
Caetanos-BA	13.639	0,04	345,04	0,50	27,58	43,74	11,02	0,42	224,38	10,68
Macajuba-BA	11.229	0,03	1288,40	0,55	33,81	54,31	12,42	0,45	197,25	20,04
Mirante-BA	10.507	0,03	4,64	0,52	32,05	49,79	6,63	0,44	208,18	16,95
Pedraão-BA	6.876	0,05	42,75	0,47	20,91	44,72	8,08	0,42	221,53	10,09
Buritirama-BA	19.600	0,03	3,46	0,57	37,03	56,15	9,48	0,45	184,53	18,14
Matina-BA	11.145	0,03	7,68	0,46	21,47	39,62	6,10	0,42	227,07	27,18
Brejolândia- BA	11.077	0,03	10,45	0,56	29,92	48,72	15,51	0,46	221,22	17,08
Guajeru-BA	10.412	0,03	11297,00	0,46	23,67	36,12	4,17	0,45	241,69	5,65
Lamarão-BA	9.560	0,06	0,00	0,50	29,10	53,56	7,55	0,41	180,82	12,59
Ibiquera-BA	4.866	0,03	120,00	0,58	38,36	52,54	9,28	0,43	199,55	17,82
Mansidão-BA	12.592	0,01	4,43	0,55	37,45	55,10	8,54	0,33	182,65	12,82

ARRANJO IBGE - IPEA	URB_I A_14	URB_C GT_14	SOC_POP 10_URB	SOC_P OP22	SOC_CRESC_ POP_00-10	SOC_CRESC_ POP_10-22	REG_MASSA_S AL_FORM21	REG_VINC_PE SO_FORM21	REG_MASSA_S AL_FORM10
Salvador/BA	31817 61,08	62,00	3.421.80 5	3.318. 986	0,14	-0,05	37801359812, 30	1017083,26	##### ###
Feira de Santana/BA	79128 7,03	14,00	547.097	679.9 30	0,15	0,11	2856278290,3 5	132806,95	1.398.899.114, 35
Itabuna/BA - Ilhéus/BA	76086 8,39	19,00	355.030	365.4 11	-0,06	-0,06	1728932752,4 8	72169,61	1.060.964.955, 08
Petrolina/PE - Juazeiro/BA	78485 6,10	21,00	379.947	622.6 02	0,13	0,19	2858785151,4 7	118809,51	1.188.339.700, 60
Vitória da Conquista-BA	73213 4,44	12,00	274.739	370.8 68	0,18	0,21	1663473694,4 8	75207,91	723.238.932,5 0
Barreiras-BA	28406 0,69	11,00	123.741	159.7 43	0,22	0,16	820492085,16	32494,47	367.858.835,2 9
Santo Antônio de Jesus-BA	21586 6,05	8,00	79.299	103.0 55	0,18	0,13	418319988,83	22506,36	175.842.306,0 0
Eunápolis-BA	13159 5,79	9,00	93.413	113.7 09	0,20	0,13	512400491,98	21692,14	287.669.539,8 5
Alagoinhas-BA	14906 1,73	8,00	124.042	151.0 65	0,09	0,06	685841759,63	27918,15	243.340.088,0 9
Jequié-BA	11192 4,48	8,00	139.426	158.8 12	0,00	0,05	419762202,70	23106,74	255.128.461,2 3
Irecê-BA	24023 7,22	8,00	61.019	74.50 7	0,17	0,13	237226720,24	12203,73	84.693.188,32
Guanambi-BA	16993 2,96	8,00	62.565	87.81 7	0,11	0,11	249404366,23	12992,63	98.245.051,54
Jacobina-BA	10528 5,26	6,00	55.868	82.59 0	0,02	0,04	270263715,01	11109,51	113.111.754,8 7
Itapetinga/BA	56242 ,97	9,00	99.613	111.8 90	0,08	0,03	325494658,44	19062,75	261.872.418,1 7
Senhor do Bonfim-BA	10458 5,98	6,00	57.566	74.49 0	0,10	0,00	151389473,04	7930,00	87.089.937,89
Brumado-BA	70566 ,20	6,00	45.131	70.51 2	0,03	0,09	323205578,05	14900,66	104.386.679,9 1
Bom Jesus da Lapa-BA	53911 ,81	6,00	43.099	65.55 0	0,13	0,03	159414586,85	8276,60	76.645.969,14
Porto Seguro/BA	14664 7,71	4,00	123.080	197.1 40	0,28	0,29	795898533,01	36200,18	262.201.572,9 3
Cachoeira - Muritiba/BA	50723 ,41	5,00	51.109	89.58 9	0,05	-0,06	156723326,98	10343,49	90.695.705,62
Cruz das Almas-BA	64077 ,10	5,00	49.885	60.34 6	0,14	0,03	383914006,20	11779,22	170.102.026,9 3
Catu/BA - Pojuca/BA	28363 ,73	4,00	71.133	80.32 4	0,16	-0,05	455541604,46	14541,82	346.236.026,2 9
Valença-BA	69081 ,96	5,00	64.368	85.65 5	0,14	-0,03	209377132,81	11637,27	100.683.047,9 4
Serrinha-BA	75414 ,89	4,00	47.188	80.43 5	0,11	0,05	130262425,54	9645,62	94.810.283,70
Itaberaba-BA	73197 ,88	5,00	48.485	65.07 3	0,05	0,06	166508881,56	10349,58	74.715.616,85
Ribeira do Pombal-BA	75874 ,24	5,00	29.756	54.01 0	0,12	0,14	96732295,81	5440,37	39.379.517,71
Luís Eduardo Magalhães-BA	17651 ,50	1,00	54.881	107.9 09	2,20	0,80	661928758,59	27133,21	207.129.124,4 0
Teixeira de Freitas-BA	19367 9,21	9,00	129.263	145.2 23	0,29	0,05	522297276,81	24296,49	299.926.273,3 5
Paulo Afonso-BA	11618 1,42	8,00	93.404	112.8 70	0,12	0,04	317586668,92	15641,55	212.986.682,9 2
Ipiaú-BA	37666 ,65	5,00	40.384	40.70 6	0,03	-0,08	76800771,95	5021,09	63.059.527,81
Caetité-BA	25753 ,46	3,00	28.447	52.01 2	-0,03	0,09	130081218,90	6951,97	56.954.850,88
Santo Amaro-BA	17529 ,28	6,00	44.766	56.01 2	0,00	-0,03	119067798,25	6136,38	62.387.595,62
Conceição do Coité-BA	49945 ,28	4,00	36.278	67.82 5	0,10	0,09	83236260,66	6465,10	54.729.054,03
Seabra-BA	54839 ,47	4,00	20.277	46.16 0	0,07	0,10	78267530,24	4714,25	34.738.222,35
Itamaraju-BA	25018 ,38	5,00	49.785	59.60 3	0,00	-0,05	114032154,56	8104,71	79.288.051,93
Santa Maria da Vitória/BA	44276 ,40	7,00	34.403	53.79 8	-0,01	0,01	103491517,46	5888,94	48.230.003,16
Poções-BA	20824 ,65	3,00	34.659	48.29 3	-0,05	0,08	74312272,01	3291,81	29.945.654,83
Ibotirama-BA	33207 ,69	4,00	19.501	26.30 9	0,05	0,03	46590887,03	2810,47	21.708.921,27
Campo Formoso-BA	21321 ,87	4,00	24.863	71.37 7	0,07	0,07	134342652,35	4809,17	48.701.187,22
Euclides da Cunha-	56305	5,00	27.416	61.45	0,11	0,09	93816967,74	3903,51	40.586.651,13



ARRANJO IBGE - IPEA	URB_I A_14	URB_C GT_14	SOC_POP 10_URB	SOC_P OP22	SOC_CRESC_ POP_00-10	SOC_CRESC_ POP_10-22	REG_MASSA_S AL_FORM21	REG_VINC_PE SO_FORM21	REG_MASSA_S AL_FORM10
BA	,43			6					
Ipirá-BA	13558,89	3,00	29.009	56.873	-0,05	-0,04	113140712,00	6210,33	48.256.811,60
Livramento de Nossa Senhora-BA	25414,77	3,00	20.530	43.911	0,16	0,03	48057446,04	3545,82	27.750.833,24
Riachão do Jacuípe-BA	11513,87	3,00	19.860	33.386	0,02	0,01	48475522,96	2664,25	22.359.342,72
Xique-Xique-BA	7161,84	3,00	32.541	44.757	0,02	-0,02	61268089,38	3155,60	30.169.653,92
Remanso-BA	24667,07	3,00	23.470	40.586	0,07	0,04	52752940,15	3815,08	26.471.763,78
Morro do Chapéu-BA	18386,33	3,00	20.267	33.594	0,01	-0,04	41730781,00	2713,85	21.746.595,34
Santana-BA	11149,09	3,00	13.483	24.755	0,13	0,00	24878863,47	1629,20	11.699.617,80
Santa Rita de Cássia-BA	4366,75	3,00	14.907	27.390	0,14	0,04	33009707,23	1379,65	18.114.790,76
Paramirim-BA	27661,97	2,00	10.029	20.347	0,11	-0,03	31971910,83	1874,71	9.472.950,78
Conceição do Jacuípe-BA	4495,23	1,00	23.539	35.308	0,15	0,17	162327667,34	8594,13	67.670.361,96
Amargosa-BA	20583,66	2,00	24.891	36.522	0,11	0,06	56421338,62	4214,80	33.550.820,05
Vera Cruz - Itaparica/BA	12136,80	2,00	55.969	62.366	0,20	0,07	100130318,54	6120,19	62.472.281,82
Nazaré-BA	10740,49	2,00	22.864	27.049	0,00	-0,01	47857146,14	2656,36	34.357.717,35
Capim Grosso-BA	34068,07	1,00	21.762	33.235	0,15	0,25	54444318,03	4218,77	22.868.036,43
Santo Estêvão-BA	9169,63	2,00	27.690	52.274	0,16	0,09	149340598,79	9765,57	55.034.913,23
Caculé-BA	11581,61	2,00	13.309	22.462	0,14	0,01	41412277,13	3292,84	18.177.872,23
Camacan-BA	16269,86	2,00	24.685	22.578	0,02	-0,28	54983938,78	3030,97	35.527.472,41
Gandu-BA	25033,72	2,00	24.848	32.178	0,12	0,06	47328198,33	3231,56	29.019.163,10
Nova Viçosa-BA	2869,66	0,00	33.526	39.509	0,20	0,02	95050947,95	5277,94	80.692.548,53
Jaguaquara-BA	13191,94	2,00	38.850	45.964	0,10	-0,10	83419233,47	4681,41	32.404.016,08
Jaguarari-BA	3620,36	2,00	16.612	32.703	0,07	0,08	181068284,51	4699,47	61.992.483,90
Entre Rios-BA	8140,25	1,00	23.824	38.098	0,09	-0,04	86443298,93	4036,04	103.167.074,60
Valente-BA	13220,39	2,00	13.487	24.362	0,22	-0,01	38063747,53	3036,21	26.672.099,47
Ituberá-BA	11146,07	2,00	19.252	21.913	0,07	-0,18	47097521,49	2387,98	23.485.527,05
Conceição do Almeida - Sapeçu/BA	9513,23	1,00	16.010	33.757	-0,01	-0,02	40460976,19	4112,78	25.542.673,77
Ubaítaba - Aurelino Leal/BA	20455,44	1,00	29.024	28.789	-0,16	-0,16	52615777,66	3363,72	35.299.463,18
Itabela-BA	11678,12	2,00	21.384	28.165	0,10	-0,01	53010796,15	3772,54	33.561.696,23
Maracás-BA	12209,69	1,00	17.707	27.620	-0,14	0,12	85061637,97	3113,69	15.523.247,46
Cícero Dantas-BA	23081,91	1,00	17.726	30.906	-0,02	-0,04	47148206,84	2637,64	21.363.324,22
Itacaré-BA	25947,99	1,00	13.642	27.725	0,34	0,14	44591311,62	3906,50	25.807.823,41
Macaúbas-BA	19168,64	2,00	15.411	41.859	0,14	-0,11	47601400,20	2900,93	23.934.525,99
Itororó-BA	4690,02	2,00	18.100	16.617	0,01	-0,17	35310366,55	2494,03	32.744.750,40
Tucano-BA	5428,68	2,00	21.958	48.738	0,08	-0,07	69337869,65	3476,95	28.755.422,46
Prado-BA	8928,31	2,00	15.474	35.003	0,02	0,27	68867662,49	4245,21	35.470.738,12
Castro Alves-BA	5097,01	2,00	15.686	24.712	-0,01	-0,03	43090615,97	3068,05	31.990.887,65
Casa Nova-BA	7238,51	1,00	37.543	72.085	0,17	0,11	197049756,26	11739,66	78.376.956,71
Canavieiras-BA	8300,40	2,00	25.903	32.683	-0,07	0,01	45779919,04	2985,96	23.373.999,48
Barra da Estiva-BA	12063	2,00	10.404	26.02	-0,09	0,23	29819736,65	2138,13	13.840.168,62

ARRANJO IBGE - IPEA	URB_I A_14	URB_C GT_14	SOC_POP 10_URB	SOC_P OP22	SOC_CRESC_ POP_00-10	SOC_CRESC_ POP_10-22	REG_MASSA_S AL_FORM21	REG_VINC_PE SO_FORM21	REG_MASSA_S AL_FORM10
	,83			6					
Santaluz-BA	11208,70	1,00	20.795	37.834	0,09	0,12	73984249,75	3675,53	20.446.016,51
Ibicaraí-BA	5917,83	2,00	17.885	21.665	-0,17	-0,11	25632321,39	2140,62	25.593.013,91
Uruçuca-BA	2748,06	1,00	15.779	21.420	-0,10	0,08	28465055,45	1670,37	15.590.402,77
Una-BA	849,71	0,00	15.030	18.131	-0,26	-0,25	58200648,43	2934,23	35.001.250,73
Riacho de Santana-BA	5723,46	2,00	13.091	30.711	0,15	0,00	31531774,37	2067,10	11.479.410,09
São Felipe-BA	1047,37	1,00	9.820	20.283	-0,06	0,00	18866017,97	1199,71	12.149.432,70
Camamu-BA	6903,13	1,00	15.618	30.425	-0,06	-0,14	46299400,53	2934,58	27.490.037,31
Inhambupe-BA	8995,27	1,00	15.635	33.790	0,23	-0,07	60413395,39	3337,34	30.736.434,29
Barra do Choça-BA	869,00	2,00	22.407	36.539	-0,15	0,05	58389260,01	2575,38	28.551.899,09
Carinhanha-BA	7911,33	2,00	12.585	28.869	0,03	0,02	32673393,46	1314,74	14.216.324,04
Barra-BA	6535,65	2,00	22.446	51.092	0,14	0,04	71435201,37	2984,08	25.818.415,68
Maragogipe-BA	429,04	2,00	25.093	35.859	0,07	-0,16	39212874,80	2019,66	91.262.647,17
Conde-BA	787,50	0,00	12.129	23.651	0,16	0,00	35871121,22	1620,43	15.879.094,28
Araci-BA	8073,30	1,00	19.638	48.035	0,09	-0,07	76824305,03	3211,50	30.936.825,87
Rio Real-BA	5999,25	1,00	23.310	35.362	0,12	-0,05	54831371,38	3499,05	27.324.904,84
Abaíra-BA	3497,94	0,00	3.736	7.301	0,00	-0,12	6249551,19	614,81	6.619.904,50
Aracatu-BA	4015,59	0,00	3.938	13.936	-0,16	0,01	13229835,99	1066,31	7.274.427,79
Mucuri-BA	3427,71	2,00	27.492	37.975	0,28	0,05	276539348,22	9033,63	167.613.595,78
Esplanada-BA	17147,34	3,00	20.822	32.556	0,20	-0,01	83060651,02	4324,81	34.737.157,66
Mucugê-BA	3196,81	0,00	4.180	12.137	-0,14	0,15	63894803,68	3072,56	25.644.134,89
Correntina-BA	10277,63	2,00	12.604	32.459	0,11	0,04	208708713,71	6808,09	69.607.102,26
Cairu-BA	0,00	0,00	8.147	17.761	0,35	0,16	44546072,68	3232,18	17.986.834,90
Itagibá-BA	4990,41	1,00	9.572	15.310	-0,12	0,01	88520504,30	3050,26	46.158.462,56
Caravelas-BA	1629,60	2,00	11.730	20.586	0,07	-0,04	30287407,31	2287,65	34.088.175,87
Sobradinho-BA	0,00	0,00	20.002	25.475	0,04	0,16	57214226,45	2584,15	22.531.316,18
São Desidério-BA	8999,92	2,00	8.633	32.828	0,43	0,19	240324272,41	8329,77	125.080.977,77
Barrocas-BA	674,26	0,00	5.695	15.203	0,22	0,07	64557513,34	1788,80	27.950.347,13
Ibirapuã-BA	336,00	0,00	4.532	8.896	0,12	0,12	45806651,15	2470,80	19.903.259,21
Formosa do Rio Preto-BA	6462,49	2,00	13.647	25.899	0,19	0,15	130119959,25	4769,78	46.189.891,00
Itapebí-BA	544,60	0,00	8.268	9.174	-0,06	-0,13	17225660,11	1097,30	9.153.638,36
Ibicoara-BA	1230,99	0,00	10.961	20.785	0,17	0,20	76173209,12	3733,85	38.702.241,03
Igrapiúna-BA	4115,05	0,00	4.275	13.151	-0,12	-0,01	19902978,78	1399,49	23.743.750,26
Jaborandi-BA	5495,57	0,00	3.040	9.272	-0,30	0,03	65842891,72	2600,13	21.308.348,69
Vereda-BA	178,55	0,00	1.379	6.003	-0,13	-0,12	7367975,65	673,30	4.619.624,40
Medeiros Neto-BA	3903,68	2,00	17.064	22.194	0,03	0,03	105048204,60	4550,24	36.500.678,01
Mutuípe-BA	9475,41	2,00	9.659	20.037	-0,04	-0,07	73449764,06	3473,01	15.664.524,83
Paripiranga-BA	59499,85	2,00	9.533	26.604	0,04	-0,04	44309134,46	1977,35	12.370.481,90
Irará-BA	5235,06	2,00	11.246	28.043	0,09	0,02	40985412,30	2104,45	19.491.475,20

ARRANJO IBGE - IPEA	URB_I A_14	URB_C GT_14	SOC_POP 10_URB	SOC_P OP22	SOC_CRESC_ POP_00-10	SOC_CRESC_ POP_10-22	REG_MASSA_S AL_FORM21	REG_VINC_PE SO_FORM21	REG_MASSA_S AL_FORM10
Lençóis-BA	15895,14	1,00	8.037	10.774	0,15	0,04	5885259,85	494,49	7.478.078,88
Coaraci-BA	2343,22	2,00	19.130	17.351	-0,22	-0,17	26930262,40	1669,43	15.989.994,56
Miguel Calmon-BA	9619,53	2,00	16.066	24.661	-0,06	-0,07	28576062,42	1867,85	18.049.663,83
Itanhém-BA	2550,97	2,00	14.206	17.813	-0,07	-0,12	18933078,77	1645,28	13.949.031,48
Buerarema-BA	5789,29	1,00	15.277	14.804	-0,03	-0,20	18216273,40	1353,85	13.440.003,29
Milagres-BA	12145,05	0,00	7.789	11.071	-0,12	0,07	10357447,62	948,62	9.952.718,97
Jeremoabo-BA	10449,79	2,00	17.437	37.626	0,11	0,00	55025882,89	2826,03	20.347.960,30
Belmonte-BA	4455,52	2,00	11.420	20.121	0,10	-0,08	45771106,06	2066,09	19.311.240,27
Antas-BA	7742,35	0,00	6.360	14.206	0,41	-0,17	15922911,60	905,44	6.877.561,24
Ubatã-BA	6052,93	1,00	17.951	16.111	0,22	-0,36	21121148,14	1697,09	18.881.277,39
Palmeiras-BA	1764,32	1,00	5.239	10.339	0,14	0,23	13672364,70	680,40	4.938.525,55
Ubaíra-BA	5121,07	1,00	8.822	18.626	-0,04	-0,06	40695742,55	2396,34	11.541.786,08
Mundo Novo-BA	3193,82	2,00	13.564	17.299	0,15	-0,29	20028944,10	1000,11	11.439.734,64
Utinga-BA	5324,63	1,00	12.810	16.277	0,08	-0,10	16390498,19	1260,02	8.018.669,31
Maraú-BA	1323,44	1,00	3.561	24.580	0,13	0,29	30091784,10	2395,56	15.791.416,15
Coração de Maria-BA	915,99	1,00	9.400	26.692	-0,08	0,19	23990649,00	2182,37	11.627.631,42
Mairi-BA	5734,67	1,00	11.115	17.674	-0,09	-0,09	19021819,49	871,77	8.828.205,40
Presidente Dutra-BA	844,51	0,00	9.056	15.130	-0,01	0,10	13734709,22	854,54	1.051.910,84
Andorinha-BA	1526,18	0,00	6.208	15.012	-0,09	0,04	67996931,15	2066,48	27.574.750,55
Queimadas-BA	8539,57	2,00	12.492	25.978	0,02	0,06	39653070,78	1588,06	16.813.292,37
Laje-BA	3292,40	0,00	6.080	21.052	0,20	-0,05	31199268,87	1675,58	15.046.191,81
Alcobaça-BA	4287,97	0,00	11.085	24.530	0,01	0,15	31774167,89	2209,80	18.862.732,46
Itarantim-BA	2305,90	0,00	15.302	17.052	0,09	-0,08	41847704,04	2515,95	16.562.884,64
Piritiba-BA	5191,99	0,00	15.162	17.566	0,18	-0,22	14130475,62	849,48	10.295.332,16
Condeúba-BA	4652,83	2,00	7.462	17.053	-0,15	0,01	26700328,64	1676,14	9.648.818,02
Monte Santo-BA	4201,10	1,00	8.845	47.780	0,05	-0,09	49954830,68	2769,31	32.368.799,68
Brejões - Nova Itarana/BA	1658,53	0,00	7.652	20.723	0,01	-0,05	23558358,75	1765,72	12.561.450,71
Ibirataia-BA	2415,38	1,00	15.742	18.792	-0,29	-0,01	29107844,64	1886,85	19.902.779,48
Iaçu-BA	1449,20	1,00	20.168	24.607	-0,10	-0,04	27798855,46	2075,79	19.671.219,75
Barra do Mendes-BA	6150,63	1,00	6.256	13.836	-0,09	-0,01	11703136,69	776,09	4.988.343,28
Ibicuí-BA	9483,90	0,00	11.964	13.934	0,01	-0,12	18808607,34	1344,12	15.542.767,18
Araças-BA	2684,77	0,00	5.807	11.557	-0,05	0,00	14500418,85	1169,12	7.338.168,37
Itapicuru-BA	801,27	0,00	6.675	31.679	0,18	-0,02	41430148,15	2221,31	18.761.466,76
Iguaí-BA	6098,55	2,00	14.580	21.358	0,06	-0,17	25695337,60	1756,13	17.687.676,85
Rafael Jambeiro-BA	0,00	0,00	6.850	19.662	0,01	-0,14	26260758,46	1484,41	13.638.431,23
Sento Sé-BA	0,00	1,00	21.676	38.158	0,12	0,02	66750649,20	3343,39	20.396.424,52
Riachão das Neves-BA	5092,63	2,00	10.744	21.642	0,02	-0,01	78678894,19	3049,08	26.884.319,68
Maiquinique-BA	2132,37	0,00	6.916	8.731	0,11	-0,01	17032941,20	1035,80	9.866.735,39
Canarana-BA	3487,	1,00	11.455	24.20	0,16	0,01	26492855,59	1227,32	11.728.973,99

ARRANJO IBGE - IPEA	URB_I A_14	URB_C GT_14	SOC_POP 10_URB	SOC_P OP22	SOC_CRESC_ POP_00-10	SOC_CRESC_ POP_10-22	REG_MASSA_S AL_FORM21	REG_VINC_PE SO_FORM21	REG_MASSA_S AL_FORM10
	54			6					
Catolândia-BA	592,57	0,00	967	3.434	0,09	0,31	5400510,67	345,44	3.352.558,08
Jitaúna-BA	8749,55	0,00	9.260	14.355	-0,16	0,02	19829148,88	1163,55	9.837.172,85
Botuporã-BA	2450,93	0,00	4.076	11.024	-0,17	-0,01	7797180,42	595,01	3.777.196,93
Cansanção-BA	5936,05	0,00	11.021	37.439	0,04	0,14	34801503,68	2544,60	13.536.916,53
Andaraí-BA	5313,40	1,00	7.773	13.080	0,01	-0,06	15093600,56	1101,19	9.096.568,75
Nova Soure-BA	5987,52	1,00	11.730	24.236	0,06	0,00	33259552,20	1683,66	14.814.053,05
Teodoro Sampaio-BA	447,88	0,00	6.341	7.110	-0,11	-0,10	34163413,71	1587,61	5.670.417,27
Serrolândia-BA	4088,96	0,00	7.279	13.335	0,04	0,08	14717423,26	908,39	7.554.022,21
São Miguel das Matas-BA	674,68	0,00	3.360	10.334	0,04	-0,01	9861442,05	832,04	6.072.684,84
Curaçá-BA	5775,79	1,00	13.719	34.180	0,11	0,06	57407685,56	2168,35	22.581.418,12
Uauá-BA	1512,22	1,00	10.761	24.665	-0,19	0,02	32675909,89	1598,97	17.736.323,49
Saúde-BA	2278,94	1,00	6.646	10.478	0,03	-0,12	8841494,31	732,45	4.949.405,64
Piatã-BA	3276,08	1,00	7.612	20.086	-0,15	0,12	27456373,12	1062,94	7.525.488,54
Chorrochó-BA	1115,49	2,00	2.631	10.579	0,04	-0,01	10454639,48	852,47	5.192.059,79
Guaratinga-BA	1244,88	0,00	10.425	19.049	-0,09	-0,14	39342353,95	1862,71	14.267.567,43
Baixa Grande-BA	6134,76	0,00	8.338	18.220	0,07	-0,09	24900119,75	987,14	10.416.421,01
Central-BA	984,12	1,00	8.157	16.348	0,06	-0,04	22376012,70	1034,37	8.343.327,04
Brotas de Macaúbas-BA	492,06	0,00	3.118	11.765	-0,15	0,10	10339447,86	612,38	5.507.602,94
Encruzilhada-BA	1091,49	2,00	5.130	19.107	-0,28	-0,20	27155368,76	1554,69	17.704.759,80
Ibirapitanga-BA	1443,53	1,00	6.163	25.341	0,05	0,12	31251818,08	1495,53	13.483.113,18
Cocos-BA	4316,67	0,00	8.572	19.151	0,00	0,05	59837439,75	2495,58	20.326.842,22
Nordestina-BA	0,00	0,00	3.921	18.402	0,01	0,49	26736439,04	797,79	5.093.540,90
Potiraguá-BA	815,15	0,00	6.604	10.274	-0,31	0,05	11872989,72	1057,01	9.771.032,98
Presidente Tancredo Neves-BA	1911,24	0,00	9.569	27.726	0,23	0,16	8028141,06	868,16	12.392.675,85
Lajedão-BA	419,88	0,00	2.076	3.845	0,10	0,03	7673816,52	734,84	12.477.520,25
Serra Dourada-BA	4612,16	1,00	6.002	17.066	-0,08	-0,06	15266639,39	1119,33	8.003.701,23
Nova Canaã-BA	2180,92	0,00	6.852	13.715	0,07	-0,18	13383774,33	976,75	8.998.144,41
Ibipeba-BA	1353,67	0,00	10.049	16.603	0,18	-0,02	13943592,64	793,70	6.451.126,67
Canudos-BA	429,79	0,00	8.698	16.105	-0,07	0,02	14843033,74	786,06	6.811.840,30
Campo Alegre de Lourdes-BA	915,06	1,00	8.126	30.671	-0,01	0,09	29244104,07	1795,17	13.251.628,79
Sátiro Dias-BA	0,00	0,00	4.332	16.008	0,00	-0,16	27214911,95	1765,58	15.509.920,60
Filadélfia-BA	5259,16	0,00	9.022	17.897	-0,03	0,07	21117942,97	1235,30	8.776.737,29
Rodelas-BA	603,79	0,00	6.540	10.308	0,07	0,33	9803568,28	899,83	5.015.409,85
Ourolândia-BA	1347,37	0,00	6.341	19.243	0,03	0,17	35171092,65	1693,27	11.740.295,48
Serra Preta-BA	2000,53	1,00	6.920	17.996	-0,15	0,17	11467216,46	1213,22	7.833.006,51
Salinas da Margarida-BA	284,71	0,00	5.960	14.987	0,30	0,11	12627458,33	926,53	7.833.578,50
Pindobaçu-BA	1888,90	1,00	11.237	19.083	-0,04	-0,05	22100573,54	1196,28	9.323.787,43
Wanderley-BA	758,74	0,00	5.878	12.968	-0,04	0,04	13699544,83	1016,23	7.560.677,97

ARRANJO IBGE - IPEA	URB_I A_14	URB_C GT_14	SOC_POP 10_URB	SOC_P OP22	SOC_CRESC_ POP_00-10	SOC_CRESC_ POP_10-22	REG_MASSA_S AL_FORM21	REG_VINC_PE SO_FORM21	REG_MASSA_S AL_FORM10
Santa Teresinha-BA	2778,87	1,00	2.334	10.441	0,11	0,08	2152288,28	200,25	4.703.932,89
Boa Nova-BA	407,62	0,00	5.804	13.690	-0,15	-0,11	16843702,16	944,68	7.694.669,68
Wenceslau Guimarães-BA	3034,86	0,00	7.511	24.474	-0,08	0,10	22557620,70	1446,06	13.058.692,96
Ibititá-BA	4014,76	0,00	8.338	16.969	-0,02	-0,05	11325451,36	836,63	9.387.911,00
Jaguaripe-BA	0,00	0,00	5.298	17.659	0,20	0,07	17509996,88	1135,68	11.878.771,14
Tremedal-BA	2231,10	1,00	3.939	16.296	-0,24	-0,04	17415104,93	790,79	7.595.066,88
Coribe-BA	2349,83	1,00	6.141	13.990	0,01	-0,02	12195987,05	767,68	7.961.993,26
Itagi-BA	1525,42	0,00	10.210	13.803	-0,01	0,06	15303034,33	678,96	10.402.380,93
Mascote-BA	357,85	0,00	11.679	13.544	-0,17	-0,07	15234913,92	1166,56	8.663.838,21
Firmino Alves-BA	2691,05	0,00	4.337	4.873	0,05	-0,09	10854568,70	954,91	9.683.399,25
Pilão Arcado-BA	3383,17	1,00	11.027	35.357	0,06	0,08	28335275,62	1857,17	11.171.798,62
Crisópolis-BA	2672,18	0,00	8.612	19.729	0,05	-0,02	20062451,24	1380,58	12.715.076,53
Teolândia-BA	1936,90	0,00	5.068	15.332	0,15	0,03	18152955,96	1045,06	8.510.289,24
Ibipitanga-BA	2616,00	0,00	5.155	13.863	0,04	-0,02	7483562,19	928,09	4.136.528,58
Itapitanga-BA	371,16	0,00	7.591	10.279	-0,02	0,01	18998330,00	974,42	7.598.735,68
Ichu-BA	733,28	1,00	3.365	6.190	0,00	0,18	6675370,27	506,45	3.710.920,57
Cabaceiras do Paraguaçu-BA	0,00	0,00	4.644	16.559	0,01	-0,04	17539378,20	1086,21	9.147.694,18
Pau Brasil-BA	881,61	0,00	7.382	9.370	-0,17	-0,14	11821578,37	840,37	7.604.864,56
Gentio do Ouro-BA	220,10	1,00	5.350	10.884	0,04	0,02	9805441,65	720,11	3.690.419,21
Ponto Novo-BA	3540,93	0,00	8.405	17.938	-0,08	0,14	15690357,57	948,56	11.017.665,63
Santa Luzia-BA	2041,41	0,00	8.072	13.769	-0,12	0,03	10742254,95	1049,31	7.673.848,55
São José do Jacuípe-BA	1335,82	0,00	6.991	10.187	0,08	0,00	10179637,80	669,18	5.500.966,24
Lajedo do Tabocal-BA	1759,59	0,00	5.149	7.494	0,08	-0,10	8796273,78	592,39	5.852.640,70
Itamari-BA	336,69	0,00	5.839	7.051	-0,05	-0,11	10819838,74	513,37	4.784.017,16
América Dourada-BA	2761,71	0,00	10.832	15.137	0,00	-0,05	17710749,15	583,82	6.935.373,10
Bonito-BA	1901,95	0,00	6.232	15.844	0,15	0,07	16639338,27	868,17	9.038.213,41
Nilo Peçanha-BA	5501,41	0,00	3.105	12.052	0,12	-0,04	13539223,58	826,93	6.746.742,39
Floresta Azul-BA	1279,39	0,00	7.343	11.055	-0,04	0,04	8507809,58	794,72	7.500.297,11
Fátima-BA	6561,08	0,00	6.916	17.896	-0,04	0,01	26183514,45	1157,52	8.763.293,40
Jiquiriçá-BA	1963,49	0,00	5.581	13.629	0,15	-0,03	8830945,22	854,68	7.744.624,65
Itaquara-BA	1395,50	0,00	4.608	8.153	0,00	0,06	5571739,71	660,42	6.082.994,76
Barra do Rocha-BA	3113,58	0,00	3.806	5.774	-0,24	-0,09	6718171,41	619,55	6.269.374,05
Quijingue-BA	214,60	0,00	6.377	25.272	0,03	-0,07	30052193,63	1274,83	14.633.693,42
Adustina-BA	955,55	0,00	5.572	14.200	0,10	-0,10	14554628,07	1002,69	6.943.453,38
Novo Horizonte-BA	1623,62	0,00	3.505	11.162	0,37	0,05	3885479,03	542,97	3.575.988,82
Aiquara-BA	0,00	0,00	2.680	4.446	-0,09	-0,03	642271,12	152,35	3.699.912,75
Aporá-BA	2033,21	0,00	8.505	15.930	0,06	-0,10	16795784,24	885,86	9.342.262,94
Malhada-BA	2755,90	0,00	6.559	15.398	-0,01	-0,04	14652967,70	1119,38	7.123.626,78
Heliópolis-BA	753,34	0,00	5.428	12.309	-0,17	-0,07	20946396,10	842,92	6.558.878,18

ARRANJO IBGE - IPEA	URB_I A_14	URB_C GT_14	SOC_POP 10_URB	SOC_P OP22	SOC_CRESC_ POP_00-10	SOC_CRESC_ POP_10-22	REG_MASSA_S AL_FORM21	REG_VINC_PE SO_FORM21	REG_MASSA_S AL_FORM10
Sebastião Laranjeiras-BA	256,10	0,00	4.084	9.360	0,21	-0,10	9977877,20	668,68	7.776.623,70
Quixabeira-BA	1693,02	0,00	3.663	9.461	-0,06	-0,01	8316364,07	598,69	5.001.821,94
Nova Ibiá-BA	0,00	0,00	2.807	6.501	-0,07	-0,02	8047176,99	549,29	4.906.835,17
Lajedinho-BA	0,00	0,00	1.245	3.527	0,08	-0,10	4382705,61	299,94	2.338.119,83
Cotegipe-BA	653,90	0,00	6.648	13.063	-0,07	-0,04	22814336,37	1007,53	7.984.320,80
Aratuípe-BA	170,60	0,00	5.513	8.677	0,00	0,01	7518115,57	514,18	4.078.412,54
Caraibas-BA	451,79	0,00	2.513	9.940	-0,40	-0,03	7551409,74	953,08	698.187,50
Ribeirão do Largo-BA	299,11	0,00	4.647	9.740	-0,41	0,13	9384566,93	794,53	6.790.218,65
Boa Vista do Tupim-BA	204,28	0,00	6.593	16.873	-0,10	-0,06	17209009,23	1114,91	10.002.021,86
Coronel João Sá-BA	2792,66	0,00	7.043	17.056	-0,15	0,00	25155975,88	1160,39	15.409.773,13
Elísio Medrado-BA	559,58	0,00	3.248	7.809	0,01	-0,02	5390679,97	625,65	3.343.879,51
Irajuba-BA	314,10	0,00	3.273	6.101	0,06	-0,13	7366103,94	411,25	3.876.039,89
Jussari-BA	801,76	0,00	4.876	5.888	-0,18	-0,09	10361421,97	691,49	5.788.929,66
Gavião-BA	1732,17	0,00	2.538	4.360	-0,11	-0,04	4702542,74	369,05	2.688.270,74
Caém-BA	2932,30	0,00	3.655	10.384	-0,26	0,00	10171590,00	515,54	6.863.813,59
Manoel Vitorino-BA	726,29	0,00	7.359	13.860	-0,13	-0,04	20886573,74	701,36	9.113.649,30
Lafaiete Coutinho-BA	138,47	0,00	2.104	4.075	-0,34	0,04	7342391,50	571,74	2.798.413,91
Mirangaba-BA	86,95	0,00	7.879	15.734	0,26	-0,03	16991411,66	863,85	6.433.811,10
Arataca-BA	1391,02	0,00	5.588	10.191	-0,01	-0,02	12112799,94	890,64	8.416.020,00
Morpará-BA	234,92	0,00	5.538	7.982	-0,04	-0,04	8397143,39	487,06	4.359.197,95
Cravolândia-BA	0,00	0,00	3.180	4.415	-0,12	-0,12	5348509,75	399,67	2.867.167,16
Marcionílio Souza-BA	923,25	0,00	5.312	9.267	-0,08	-0,12	12096188,43	678,80	4.093.345,07
Macururé-BA	795,51	0,00	2.860	7.256	-0,06	-0,10	5693562,80	780,79	4.742.871,08
Itaju do Colônia-BA	454,58	0,00	5.860	6.037	-0,17	-0,17	7590351,96	764,52	5.939.091,60
Biritinga-BA	877,08	0,00	3.517	15.146	0,01	0,02	20612044,86	1003,62	7.818.944,15
Itaguaçu da Bahia-BA	0,00	0,00	2.598	12.311	0,12	-0,07	12572864,04	1006,81	8.491.996,89
Caldeirão Grande-BA	893,19	0,00	4.558	13.080	0,19	0,05	9449987,04	766,62	8.885.644,96
Dário Meira-BA	645,74	0,00	5.090	10.817	-0,24	-0,16	2624082,02	219,75	7.704.944,43
Mulungu do Morro-BA	2647,10	0,00	5.919	13.152	-0,22	0,07	17989658,23	915,76	6.219.806,54
Muquém de São Francisco-BA	0,00	0,00	1.283	10.443	0,19	0,02	21725760,18	1001,76	5.303.542,23
Novo Triunfo-BA	508,16	0,00	7.503	10.660	0,21	-0,29	11797283,68	772,14	5.966.899,94
Ribeira do Amparo-BA	392,27	0,00	1.921	13.841	-0,01	-0,03	28963140,25	1476,45	10.613.088,31
Jandaira-BA	575,18	0,00	6.147	9.285	0,03	-0,10	10555587,68	970,75	9.852.028,30
Pirai do Norte-BA	0,00	0,00	3.689	10.974	0,24	0,12	12450958,03	631,37	3.644.347,21
Canápolis-BA	699,28	0,00	3.225	10.225	0,11	0,09	8078048,65	745,39	4.041.340,38
Jucuruçu-BA	253,00	0,00	2.292	9.655	-0,18	-0,06	4620943,69	555,26	7.007.870,74
Gongogi-BA	225,36	0,00	5.358	5.549	-0,21	-0,34	10724360,30	867,27	4.344.639,96
Ipecaetá-BA	0,00	0,00	2.637	13.709	-0,13	-0,11	9322862,64	1012,03	8.040.796,46
Umburanas-BA	1012,86	0,00	7.510	13.642	0,30	-0,20	22114162,20	1439,25	4.630.800,48
Pedro Alexandre-BA	193,13	0,00	2.786	13.954	0,08	-0,18	13807109,17	953,80	7.890.760,20

ARRANJO IBGE - IPEA	URB_I A_14	URB_C GT_14	SOC_POP 10_URB	SOC_P OP22	SOC_CRESC_ POP_00-10	SOC_CRESC_ POP_10-22	REG_MASSA_S AL_FORM21	REG_VINC_PE SO_FORM21	REG_MASSA_S AL_FORM10
Feira da Mata-BA	1329,98	0,00	3.243	5.631	0,05	-0,09	4922590,15	470,52	2.961.325,24
Sítio do Mato-BA	0,00	0,00	6.866	13.408	0,03	0,11	9286161,15	790,39	6.842.537,41
Ruy Barbosa-BA	9218,84	2,00	22.093	28.282	0,01	-0,05	66707679,48	4173,09	27.009.302,80
Itatim-BA	4640,96	0,00	10.112	15.737	0,12	0,08	31363684,04	1953,70	9.288.427,16
Itajuípe-BA	7758,40	1,00	16.839	18.781	-0,07	-0,11	35964994,35	1907,47	23.897.517,90
Iraquara-BA	11501,42	1,00	6.757	23.879	0,23	0,06	35826923,72	1381,93	13.013.439,96
Tanhaçu-BA	4072,07	1,00	8.290	21.006	0,09	0,05	20955479,29	1410,08	11.327.921,44
Licínio de Almeida-BA	2720,23	0,00	6.253	11.834	-0,13	-0,04	13263895,83	1096,90	10.513.282,38
Urandi-BA	1715,16	1,00	5.939	15.355	-0,08	-0,07	22963591,25	1143,81	11.210.308,47
Santa Inês-BA	6195,44	1,00	9.514	10.300	-0,07	-0,01	7912360,67	499,07	5.599.912,74
Igaporã-BA	3567,66	0,00	7.864	15.527	-0,02	0,02	12358317,99	1258,51	6.649.883,86
João Dourado-BA	3147,03	1,00	13.569	24.854	0,15	0,10	35149063,22	1305,33	9.717.275,08
Oliveira dos Brejinhos-BA	2891,98	2,00	6.584	20.715	-0,02	-0,05	37303186,59	1862,92	8.608.545,48
Conceição da Feira-BA	2874,54	0,00	13.137	20.800	0,16	0,02	62893517,23	3285,70	19.592.705,47
Retirolândia-BA	4803,63	0,00	6.722	13.651	0,25	0,13	17411993,25	1382,99	9.985.501,35
Tanque Novo-BA	2554,58	0,00	7.317	17.158	0,20	0,06	17810535,84	1110,04	10.579.859,98
Cipó-BA	12896,67	1,00	11.287	17.230	-0,03	0,09	19264144,23	1026,30	9.017.060,32
Itiruçu-BA	5793,29	1,00	9.526	10.999	-0,05	-0,13	9182404,56	922,81	7.990.425,36
Terra Nova-BA	187,20	0,00	11.488	10.798	-0,05	-0,16	25926660,61	1721,65	11.670.102,62
Cândido Sales-BA	1359,57	2,00	19.286	25.247	0,03	-0,10	35669217,47	1507,94	12.641.795,04
Santa Bárbara-BA	13068,05	1,00	8.669	20.952	0,08	0,10	17847111,13	1324,01	10.003.484,50
Ibiassucê-BA	3452,94	0,00	4.706	10.429	-0,34	0,04	9544354,02	842,06	6.741.629,03
Planalto-BA	4268,26	0,00	14.869	23.135	0,13	-0,05	29169508,74	1868,40	15.993.184,62
Itagimirim-BA	8523,79	0,00	5.649	6.347	-0,13	-0,11	12976760,36	852,69	5.645.925,97
Capela do Alto Alegre-BA	1882,39	0,00	5.595	10.744	-0,01	-0,07	14669651,00	712,80	7.604.372,29
Teofilândia-BA	4258,53	0,00	6.692	21.176	0,05	-0,01	21715621,47	975,45	11.871.882,80
Ituaçu-BA	5586,06	1,00	6.569	17.914	0,10	-0,01	22949603,35	1231,89	10.503.327,83
Rio de Contas-BA	5179,79	0,00	6.309	13.184	-0,04	0,01	11442643,30	909,36	6.960.213,81
Anagé-BA	2831,12	2,00	4.924	25.438	-0,32	0,00	22645893,88	1566,31	10.772.728,92
Nova Fátima-BA	2168,54	0,00	5.074	7.967	0,04	0,05	9997737,86	602,95	4.907.797,86
São Domingos-BA	1075,96	0,00	5.916	8.426	-0,01	-0,09	9175663,39	645,10	5.678.310,76
Olindina-BA	7637,10	1,00	12.773	22.633	0,04	-0,09	28350526,34	1545,48	14.920.541,16
Itiúba-BA	2123,29	1,00	9.699	33.872	0,02	-0,06	48254133,46	2030,06	19.461.848,49
Lapão-BA	4008,00	1,00	10.050	25.739	0,04	0,00	27834536,80	1764,82	13.804.267,86
Palmas de Monte Alto-BA	3444,94	2,00	9.832	20.078	0,07	-0,03	20095304,45	1350,84	12.894.910,65
Boninal-BA	1500,78	0,00	4.607	13.622	0,07	-0,01	15403721,04	743,07	5.881.438,53
Ipupiara-BA	2838,41	0,00	5.979	9.935	0,10	0,07	11638141,28	917,86	4.570.210,66
Belo Campo-BA	3123,48	0,00	9.029	18.412	-0,12	0,15	12587131,28	766,89	7.029.639,11
Saubara-BA	740,0	0,00	10.948	11.43	0,10	0,02	11993909,39	1189,38	5.592.803,52

ARRANJO IBGE - IPEA	URB_I A_14	URB_C GT_14	SOC_POP 10_URB	SOC_P OP22	SOC_CRESC_ POP_00-10	SOC_CRESC_ POP_10-22	REG_MASSA_S AL_FORM21	REG_VINC_PE SO_FORM21	REG_MASSA_S AL_FORM10
	3			8					
Ibitiara-BA	1585,25	1,00	3.437	14.634	0,07	-0,06	11700302,88	486,81	7.536.315,50
Boquira-BA	5454,32	1,00	7.364	19.322	0,00	-0,12	18744732,42	1536,52	8.986.537,00
Jacaraci-BA	2548,80	1,00	4.923	14.436	0,09	0,06	10136205,55	796,54	4.926.495,12
Antônio Gonçalves-BA	9674,22	0,00	5.783	10.862	0,19	-0,01	6343505,31	563,19	592.268,05
Taperoá-BA	5768,65	0,00	8.725	18.044	0,16	-0,04	25180553,06	1261,26	12.666.878,64
Uibaí-BA	3390,98	1,00	8.311	13.432	0,03	-0,01	35411743,24	1216,93	6.293.925,33
Rio do Pires-BA	2295,52	0,00	5.267	10.497	0,00	-0,12	8492226,70	688,16	3.914.284,94
Várzea do Poço-BA	891,82	0,00	5.789	8.101	0,18	-0,06	9821981,83	471,74	4.494.694,56
Várzea Nova-BA	710,56	0,00	8.553	13.377	-0,08	0,02	18318736,46	930,00	7.615.313,47
Candiba-BA	1556,59	0,00	7.725	13.016	0,05	-0,01	13124152,67	645,67	6.476.461,54
Mortugaba-BA	3017,01	0,00	5.887	11.143	0,13	-0,11	10405117,47	810,66	5.313.885,56
Cardeal da Silva-BA	448,81	0,00	2.901	8.299	0,11	-0,07	11959087,94	614,15	5.502.136,07
Serra do Ramalho-BA	3480,32	1,00	6.274	34.222	-0,03	0,08	39907654,44	2239,08	18.933.868,03
Pindaí-BA	1517,45	0,00	4.319	14.731	0,24	-0,06	15121052,65	818,94	6.501.868,26
Tabocas do Brejo Velho-BA	3404,91	0,00	3.932	11.979	0,35	0,05	11884645,09	838,17	5.471.371,86
Antônio Cardoso-BA	0,00	0,00	3.225	11.146	-0,01	-0,04	13401668,26	761,33	7.896.982,46
Dom Basílio-BA	1765,95	0,00	2.241	11.884	0,01	0,05	13053580,58	873,40	7.134.318,26
Malhada de Pedras-BA	738,83	0,00	3.234	8.670	-0,15	0,02	10533770,91	649,08	4.002.572,07
Cafarnaum-BA	1478,65	0,00	10.563	17.466	0,04	0,01	29903649,17	1139,74	2.038.598,62
Tanquinho-BA	1275,63	0,00	5.711	7.717	0,03	-0,04	5948137,54	575,54	5.227.883,98
Paratinga-BA	3753,77	1,00	10.905	29.252	0,11	-0,01	24449713,69	1880,31	12.503.431,04
Abaré-BA	1301,59	0,00	9.029	17.639	0,39	0,03	26928080,80	1415,91	11.448.925,52
Wagner-BA	1680,32	0,00	6.482	9.503	0,00	0,06	6593723,50	561,00	4.720.483,72
Aramari-BA	3853,15	0,00	5.125	9.833	0,12	-0,02	11588051,83	625,21	6.504.744,96
Tapiramutá-BA	1545,80	0,00	12.784	15.818	-0,03	-0,04	17360761,21	1215,35	10.660.938,27
Pé de Serra-BA	1533,17	0,00	5.174	13.243	0,00	-0,04	16824216,57	950,94	5.424.758,20
Varzedo-BA	38,31	0,00	3.364	9.913	-0,03	0,09	15021283,52	704,55	8.613.611,69
Jussara-BA	977,43	0,00	10.052	16.354	-0,04	0,09	11334365,52	612,56	3.994.034,57
Acajutiba-BA	1303,01	0,00	12.774	13.795	0,03	-0,06	14387722,96	974,02	7.998.532,87
Várzea da Roça-BA	1002,21	0,00	6.481	13.797	0,00	0,00	13416319,77	769,97	7.309.998,84
Pintadas-BA	3305,39	0,00	5.840	10.325	-0,02	0,00	14638017,85	783,97	6.304.143,74
Souto Soares-BA	4955,83	0,00	6.039	17.058	0,08	0,07	16916334,22	704,37	6.752.516,94
Cristópolis-BA	8405,97	1,00	3.133	13.993	0,00	0,05	16067047,97	738,50	7.282.361,95
Itapé-BA	21,27	0,00	7.180	10.341	-0,28	-0,06	11708034,65	1126,34	7.849.759,96
Glória-BA	2764,86	0,00	2.827	15.524	0,11	0,03	14397312,25	941,12	9.698.683,46
Angical-BA	0,00	1,00	6.531	13.732	-0,02	-0,02	21936881,31	984,96	10.217.616,72
Baianópolis-BA	750,53	0,00	3.482	13.614	-0,03	-0,02	16602012,90	852,33	7.070.936,55
Dom Macedo Costa-BA	231,09	0,00	1.761	4.407	0,12	0,14	5057622,54	344,91	2.801.031,51
Cordeiros-BA	955,9	0,00	2.551	7.546	-0,10	-0,08	6807497,46	675,33	4.340.444,29



ARRANJO IBGE - IPEA	URB_I A_14	URB_C GT_14	SOC_POP 10_URB	SOC_P OP22	SOC_CRESC_ POP_00-10	SOC_CRESC_ POP_10-22	REG_MASSA_S AL_FORM21	REG_VINC_PE SO_FORM21	REG_MASSA_S AL_FORM10
	2								
Rio do Antônio-BA	803,77	0,00	5.993	13.146	0,16	-0,11	14006086,26	771,66	5.595.988,35
Jussiape-BA	1383,31	0,00	3.068	7.379	-0,29	-0,08	7020542,75	705,59	3.122.260,36
Muniz Ferreira-BA	212,89	0,00	3.394	7.202	0,13	-0,02	6677053,22	642,89	3.951.336,03
Maetinga-BA	409,90	0,00	2.817	6.973	-0,49	-0,01	7280783,21	530,84	4.253.332,44
Barro Preto-BA	0,00	0,00	5.295	5.583	-0,25	-0,13	11286779,99	717,62	7.099.603,54
Candeal-BA	588,99	0,00	3.476	7.772	-0,05	-0,13	7076478,15	517,96	4.626.718,70
Itanagra-BA	0,00	0,00	2.327	5.914	-0,04	-0,22	10992278,03	839,26	6.303.367,22
São Gabriel-BA	1899,69	0,00	10.494	18.600	0,00	0,01	18610849,64	1243,95	6.992.720,24
Itaeté-BA	606,03	1,00	6.209	13.472	0,07	-0,10	9953826,22	867,96	6.947.111,49
Piripá-BA	2767,29	0,00	6.261	9.152	-0,15	-0,28	5358526,35	555,02	2.912.045,66
Banzaê-BA	1903,91	0,00	4.042	11.958	-0,04	0,01	11227441,85	757,09	7.908.749,51
Iuiú-BA	983,23	0,00	5.284	11.118	0,04	0,02	12232937,74	732,39	6.489.571,34
Barro Alto-BA	579,08	0,00	6.712	13.453	0,20	-0,01	10983634,76	644,58	5.779.907,34
Anguera-BA	1554,05	0,00	4.326	11.031	0,20	0,08	7979083,74	819,08	3.987.018,91
Contendas do Sincorá-BA	0,00	0,00	2.297	4.333	-0,26	-0,07	5527064,35	316,10	2.680.906,47
Água Fria-BA	360,15	0,00	5.777	14.497	0,07	-0,08	28670554,62	1031,91	10.051.976,99
Iramaia-BA	1040,01	0,00	5.373	10.752	-0,32	-0,10	8593330,33	601,70	6.114.400,20
Lagoa Real-BA	1097,47	0,00	2.808	14.105	0,45	0,01	10206155,26	906,72	5.368.316,42
Santanópolis-BA	1001,77	0,00	1.684	8.716	0,07	-0,01	10817480,02	402,55	3.695.192,25
Santa Cruz da Vitória-BA	1105,51	0,00	5.076	4.681	-0,06	-0,30	7277488,34	721,72	5.772.769,59
Ouriçangas-BA	882,36	0,00	2.762	7.716	-0,08	-0,07	12360907,54	451,09	5.998.518,85
Apurema-BA	126,49	0,00	5.117	6.913	-0,11	-0,07	14165682,32	464,20	4.792.139,54
Caatiba-BA	564,14	0,00	5.398	6.205	-0,23	-0,46	8068458,17	794,30	8.286.529,91
Érico Cardoso-BA	174,59	0,00	2.016	10.604	-0,06	-0,02	5497397,39	713,34	5.328.953,20
São José da Vitória-BA	1024,69	0,00	5.162	5.315	-0,15	-0,07	6968814,16	654,34	3.937.678,08
Presidente Jânio Quadros-BA	501,97	0,00	4.198	12.621	-0,06	-0,08	10707785,54	731,07	3.914.058,13
Sítio do Quinto-BA	2280,32	0,00	5.172	14.773	-0,32	0,17	10244193,71	709,24	9.296.441,19
Planaltino-BA	1062,08	0,00	3.640	8.022	0,02	-0,09	7076593,53	582,52	5.979.821,63
Santa Brígida-BA	3866,80	0,00	5.611	14.965	-0,19	-0,01	8171800,97	897,20	8.533.783,96
Bom Jesus da Serra-BA	1818,79	0,00	2.768	9.730	-0,25	-0,04	7563467,65	467,40	5.267.173,29
Caturama-BA	3928,13	0,00	2.374	8.841	-0,07	0,00	3432511,91	1028,48	1.178.437,67
Almadina-BA	446,58	0,00	5.080	5.218	-0,19	-0,18	6616810,56	389,69	4.261.910,39
Nova Redenção-BA	107,81	0,00	5.237	7.538	0,16	-0,06	5404029,11	446,18	2.979.732,72
Caetanos-BA	700,14	0,00	3.291	11.266	0,40	-0,17	13400541,27	671,12	4.662.042,57
Macajuba-BA	626,54	0,00	6.871	10.460	0,06	-0,07	9856069,54	563,27	4.634.204,80
Mirante-BA	985,16	0,00	1.809	10.187	-0,09	-0,03	8287982,07	516,06	4.494.123,88
Pedrao-BA	0,00	0,00	1.716	6.235	0,30	-0,09	4010604,25	391,54	2.484.293,76
Buritirama-BA	3265,05	0,00	7.905	19.589	0,10	0,00	21819001,76	1047,55	6.138.308,74
Matina-BA	52,10	0,00	3.473	10.330	0,18	-0,07	10472303,01	667,34	5.256.041,59
Brejolândia-BA	1289,	0,00	1.984	9.108	-0,14	-0,18	7304275,20	709,04	3.399.319,91

ARRANJO IBGE - IPEA	URB_I A_14	URB_C GT_14	SOC_POP 10_URB	SOC_P OP22	SOC_CRESC_ POP_00-10	SOC_CRESC_ POP_10-22	REG_MASSA_S AL_FORM21	REG_VINC_PE SO_FORM21	REG_MASSA_S AL_FORM10
	19								
Guajeru-BA	971,67	0,00	2.077	8.050	-0,31	-0,23	1133251,12	84,72	4.823.760,96
Lamarão-BA	0,00	0,00	2.085	8.746	-0,24	-0,09	8829480,17	543,50	4.994.568,39
Ibiquera-BA	79,81	0,00	2.461	3.725	0,05	-0,23	2119864,52	312,83	2.068.185,71
Mansidão-BA	3714,71	0,00	4.782	13.919	0,06	0,11	16306645,92	533,44	5.375.445,23

ARRANJO IBGE - IPEA	REG_VIN C_PESO_ FORM10	REG_ PIB10	REG_RE NDFAM _CENSO 10	REG_ORIG _OD_CAR GA_EPL_1 7	REG_QTDE_MU N_DEST_PROD_ AGRO_REGIC17	REG_QTDE_MUN _DEST_INSUMOS AGRO_REGIC17	REG_IR PF_DEC LAR_20 17	REG_IR PF_VAL OR_201 7	REG_IRPF_V ALOR_PER_C AP_MES_210 7	REG_ EXP_ PIB2 0
Salvador/BA	1.066.784,14	#####	#####	84.533.554,90	8	6	535.168	#####	8.483,48	0,13
Feira de Santana/BA	107.038,12	7.867.247,00	4.579.670,00	4.575.727,80	8	9	66.152	4.681.581.439,73	5.897,51	0,02
Itabuna/BA - Ilhéus/BA	68.882,21	4.837.647,00	2.694.507,921,00	1.491.557,20	6	7	44.166	3.182.889.621,67	6.005,54	0,12
Petrolina/PE - Juazeiro/BA	85.885,68	1.919.843,00	1.084.169.328,00	1.290.490,10	12	10	16.156	1.034.880.564,93	5.337,96	0,12
Vitória da Conquista-BA	54.683,62	3.491.076,00	1.998.121.219,00	1.377.737,10	12	6	31.138	2.368.264.113,75	6.338,09	0,02
Barreiras-BA	25.777,51	1.855.742,00	980.219.996,00	2.457.353,00	12	3	16.445	1.444.863.891,24	7.321,70	0,34
Santo Antônio de Jesus-BA	16.562,36	975,528,00	574.217.421,00	949.457,10	4	2	7.897	603.632.741,45	6.369,85	0,00
Eunápolis-BA	19.599,73	1.285.733,00	677.645.681,00	1.785.805,30	10	6	11.236	717.908.993,42	5.324,47	0,51
Alagoinhas-BA	19.605,19	1.619.135,00	909.980.538,00	1.592.274,40	7	4	15.498	1.117.346.600,16	6.008,02	0,01
Jequié-BA	21.566,25	1.670.176,00	840.862.814,00	1.480.636,40	9	8	14.120	906.463.086,45	5.349,76	0,01
Irecê-BA	7.349,45	494,071,00	379.519.747,00	240.214,70	8	1	6.241	403.536.256,49	5.388,24	0,00
Guanambi-BA	8.442,30	583,376,00	461.436.153,00	217.902,10	3	1	7.676	496.588.762,15	5.391,14	0,00
Jacobina-BA	8.693,26	612,145,00	382.926.511,00	97.120,80	10	4	6.144	402.426.977,38	5.458,27	0,94
Itapetinga/BA	26.394,22	1.030.405,00	563.864.312,00	143.615,10	9	9	6.488	422.799.712,35	5.430,53	0,07
Senhor do Bonfim-BA	7.529,47	500,712,00	365.422.156,00	165.241,40	7	4	6.337	376.455.010,30	4.950,49	0,00
Brumado-BA	9.044,94	633,794,00	309.275.548,00	739.596,70	3	5	5.324	297.560.003,07	4.657,53	0,11
Bom Jesus da Lapa-BA	5.687,45	420,064,00	274.144.706,00	118.664,00	7	3	3.887	239.618.456,22	5.137,18	0,00
Porto Seguro/BA	23.087,20	1.194.548,00	909.286.303,00	94.072,70	14	9	13.397	862.772.934,33	5.366,70	0,02
Cachoeira - Muritiba/BA	8.322,60	548,652,00	396.678.318,00	315.330,50	19	12	4.750	278.325.248,54	4.882,90	0,56
Cruz das Almas-BA	10.693,31	448,102,00	325.136.278,00	236.593,40	8	2	4.914	368.181.747,47	6.243,76	0,01
Catu/BA - Pojuca/BA	14.934,99	1.351.063,00	445.237.824,00	8.437.823,60	11	3	8.251	507.193.666,17	5.122,55	0,47
Valença-BA	9.414,39	632,8	387.939	122.930,4	7	5	5.352	309.038	4.811,88	0,02

ARRANJO IBGE - IPEA	REG_VIN C_PESO_ FORM10	REG_ PIB10	REG_RE NDFAM _CENSO 10	REG_ORIG _OD_CAR GA_EPL_1 7	REG_QTDE_MU N_DEST_PROD_ AGRO_REGIC17	REG_QTDE_MUN _DEST_INSUMOS _AGRO_REGIC17	REG_IR PF_DEC LAR_20 17	REG_IR PF_VAL OR_201 7	REG_IRPF_V ALOR_PER_C AP_MES_210 7	REG_ EXP_ PIB2 0
		40.00 0,00	302,00	0				.013,19		
Serrinha-BA	8.933,87	484.9 33.00 0,00	329.636. 038,00	115.643,9 0	7	7	5.346	325.186 .690,22	5.069,00	0,01
Itaberaba-BA	7.376,65	379.5 70.00 0,00	308.062. 652,00	79.570,90	12	4	4.315	234.219 .757,61	4.523,36	0,02
Ribeira do Pombal-BA	3.551,24	272.6 12.00 0,00	179.421. 106,00	171.733,9 0	8	3	2.960	148.348 .249,12	4.176,47	0,00
Luís Eduardo Magalhães- BA	13.842,3 2	2.084. 902.0 00,00	612.551. 544,00	5.873.878, 40	9	3	10.019	1.024.6 50.632, 22	8.522,56	0,94
Teixeira de Freitas-BA	22.695,4 2	1.268. 944.0 00,00	909.810. 198,00	249.634,2 0	11	8	12.837	946.522 .370,09	6.144,49	0,01
Paulo Afonso-BA	13.117,1 9	2.112. 706.0 00,00	688.478. 314,00	149.243,6 0	13	7	10.070	703.370 .082,47	5.820,67	0,00
Ipiaú-BA	5.152,21	298.5 42.00 0,00	295.614. 512,00	234.167,1 0	5	5	3.569	209.493 .980,24	4.891,52	0,00
Caetitê-BA	4.975,88	276.7 98.00 0,00	228.940. 276,00	422.490,6 0	8	8	3.158	198.589 .054,99	5.240,37	0,00
Santo Amaro-BA	5.315,22	381.9 82.00 0,00	261.081. 986,00	164.558,2 0	4	2	3.676	215.771 .435,80	4.891,45	0,00
Conceição do Coité-BA	5.419,51	327.5 39.00 0,00	224.966. 905,00	126.007,4 0	10	2	2.935	181.189 .405,61	5.144,50	0,31
Seabra-BA	2.642,41	244.9 38.00 0,00	153.043. 527,00	74.485,00	9	4	2.378	129.808 .794,07	4.548,95	0,00
Itamaraju- BA	8.005,79	507.5 05.00 0,00	318.883. 391,00	89.089,90	9	3	5.125	244.407 .996,83	3.974,11	0,01
Santa Maria da Vitória/BA	4.337,16	307.8 04.00 0,00	207.656. 703,00	118.808,1 0	15	6	3.422	159.266 .482,30	3.878,49	0,02
Poções-BA	2.506,56	235.6 16.00 0,00	153.391. 648,00	5.469,00	12	6	2.239	112.193 .449,56	4.175,73	0,00
Ibotirama- BA	1.958,94	146.1 16.00 0,00	101.607. 899,00	21.411,00	8	5	1.559	83.629. 559,08	4.470,26	0,00
Campo Formoso-BA	3.653,94	409.9 29.00 0,00	212.274. 549,00	641.713,2 0	5	7	3.312	159.223 .491,33	4.006,23	0,01
Euclides da Cunha-BA	2.956,53	335.0 24.00 0,00	179.298. 201,00	65.698,10	6	3	2.540	154.910 .811,25	5.082,38	0,00
Ipirá-BA	4.669,69	289.8 07.00 0,00	188.518. 846,00	32.066,00	2	3	2.163	103.282 .308,47	3.979,13	0,01
Livramento de Nossa Senhora-BA	2.965,70	291.9 43.00 0,00	155.225. 085,00	38.771,40	9	6	2.202	132.794 .993,93	5.025,54	0,02
Riachão do Jacuípe-BA	2.194,31	148.4 85.00 0,00	121.536. 313,00	55.056,30	6	4	1.634	92.467. 363,98	4.715,80	0,06
Xique- Xique-BA	3.079,99	215.4 12.00 0,00	142.203. 595,00	28.163,80	1	1	1.704	83.789. 418,34	4.097,68	0,00
Remanso- BA	2.629,60	173.9 08.00 0,00	126.083. 701,00	5.245,30	2	3	1.516	66.968. 302,90	3.681,20	0,00
Morro do Chapéu-BA	1.990,26	163.2 15.00 0,00	104.237. 350,00	20.474,50	10	8	1.251	66.326. 487,55	4.418,23	0,00
Santana-BA	1.223,40	130.5 50.00 0,00	89.015.9 41,00	14.291,90	6	4	1.075	56.520. 701,22	4.381,45	0,01
Santa Rita	1.462,78	108.9	82.707.4	1.192,50	5	3	700	35.835.	4.266,11	0,00

ARRANJO IBGE - IPEA	REG_VIN C_PESO_ FORM10	REG_ PIB10	REG_RE NDFAM _CENSO 10	REG_ORIG _OD_CAR GA_EPL_1 7	REG_QTDE_MU N_DEST_PROD_ AGRO_REGIC17	REG_QTDE_MUN _DEST_INSUMOS _AGRO_REGIC17	REG_IR PF_DEC LAR_20 17	REG_IR PF_VAL OR_201 7	REG_IRPF_V ALOR_PER_C AP_MES_210 7	REG_ EXP_ PIB2 0
de Cássia- BA		67.00 0,00	26,00					325,55		
Paramirim- BA	831,01	93.94 2.000, 00	85.865.4 72,00	21.409,40	9	3	723	46.396. 174,97	5.347,65	0,02
Conceição do Jacuípe- BA	6.068,98	534.6 03.00 0,00	143.685. 687,00	551.552,2 0	4	2	2.062	101.682 .256,86	4.109,37	0,02
Amargosa- BA	3.429,58	186.6 02.00 0,00	148.825. 949,00	15.305,20	11	4	2.149	113.725 .733,35	4.410,03	0,02
Vera Cruz - Itaparica/B A	5.595,63	366.3 20.00 0,00	274.855. 680,00	259.478,6 0	7	6	3.239	185.537 .081,87	4.773,52	0,00
Nazaré-BA	2.754,85	156.5 57.00 0,00	133.966. 453,00	56.279,90	5	2	1.728	95.604. 682,43	4.610,57	0,00
Capim Grosso-BA	2.304,17	140.6 02.00 0,00	118.566. 101,00	14.785,00	7	7	1.499	67.903. 280,06	3.774,92	0,00
Santo Estêvão-BA	5.784,26	303.2 30.00 0,00	198.059. 363,00	16.609,50	4	2	1.939	102.005 .364,80	4.383,93	0,01
Caculé-BA	1.990,71	134.4 94.00 0,00	101.870. 234,00	43.133,50	5	4	1.339	59.092. 896,39	3.677,68	0,00
Camacan- BA	3.332,15	171.5 63.00 0,00	126.619. 522,00	42.839,80	2	2	1.716	84.141. 150,27	4.086,11	0,00
Gandu-BA	2.819,63	189.3 72.00 0,00	158.145. 326,00	14.706,10	6	3	2.010	84.550. 714,10	3.505,42	0,00
Nova Viçosa-BA	6.287,24	350.9 28.00 0,00	215.603. 500,00	58.235,70	7	5	2.586	146.552 .891,78	4.722,64	0,00
Jaguaquara- BA	2.894,33	270.8 34.00 0,00	178.514. 452,00	27.598,90	12	11	2.260	126.391 .398,79	4.660,45	0,00
Jaguarari- BA	3.348,77	389.0 83.00 0,00	156.454. 989,00	82.681,30	4	4	2.307	113.312 .472,26	4.093,07	0,44
Entre Rios- BA	4.340,98	303.4 08.00 0,00	150.914. 602,00	81.299,80	4	7	2.298	111.997 .293,15	4.061,40	0,00
Valente-BA	2.942,76	127.5 87.00 0,00	112.356. 520,00	6.443,50	6	3	1.236	59.771. 993,75	4.029,93	0,15
Ituberá-BA	2.131,24	166.4 57.00 0,00	105.798. 744,00	65.093,60	4	4	1.178	64.884. 698,25	4.590,03	0,01
Conceição do Almeida - Sapeçu/BA	2.893,60	158.9 26.00 0,00	126.348. 693,00	34.306,90	12	8	1.185	63.346. 598,48	4.454,75	0,02
Ubaitaba - Aurelino Leal/BA	2.875,33	208.6 05.00 0,00	126.075. 271,00	49.489,40	8	5	1.381	74.686. 754,12	4.506,80	0,00
Itabela-BA	3.249,20	250.5 39.00 0,00	117.772. 626,00	36.208,40	13	9	1.482	81.433. 433,05	4.579,03	0,02
Maracás-BA	1.588,25	123.5 95.00 0,00	84.604.4 72,00	5.825,50	6	4	1.492	63.294. 029,99	3.535,19	1,12
Cícero Dantas-BA	2.056,04	140.0 04.00 0,00	119.470. 641,00	5.755,90	4	4	1.282	67.304. 734,84	4.374,98	0,00
Itacaré-BA	2.472,51	113.5 18.00 0,00	97.978.3 36,00	4.392,40	2	2	1.082	64.853. 770,37	4.994,90	0,00
Macaúbas- BA	2.123,41	169.3 32.00 0,00	140.791. 269,00	2.844,10	9	8	1.630	92.821. 948,33	4.745,50	0,01
Itororó-BA	3.429,77	94.31 2.000, 00	75.835.5 17,00	19.781,20	5	3	907	45.423. 288,19	4.173,40	0,00
Tucano-BA	2.693,40	209.7	201.497.	8.031,50	4	3	1.936	95.027.	4.090,37	0,00

ARRANJO IBGE - IPEA	REG_VIN C_PESO_ FORM10	REG_ PIB10	REG_RE NDFAM _CENSO 10	REG_ORIG _OD_CAR GA_EPL_1 7	REG_QTDE_MU N_DEST_PROD_ AGRO_REGIC17	REG_QTDE_MUN _DEST_INSUMOS _AGRO_REGIC17	REG_IR PF_DEC LAR_20 17	REG_IR PF_VAL OR_201 7	REG_IRPF_V ALOR_PER_C AP_MES_210 7	REG_ EXP_ PIB2 0
		17.00 0,00	808,00					574,67		
Prado-BA	3.403,92	320.7 82.00 0,00	125.967. 033,00	22.608,60	5	3	1.670	80.956. 842,96	4.039,76	0,00
Castro Alves-BA	3.108,41	126.6 11.00 0,00	92.725.9 66,00	47.905,50	6	3	1.020	54.705. 624,09	4.469,41	0,00
Casa Nova- BA	7.192,86	344.7 19.00 0,00	222.632. 199,00	195.768,5 0	5	2	1.837	96.279. 707,88	4.367,62	0,50
Canavieiras- BA	2.673,17	166.8 17.00 0,00	122.699. 830,00	3.299,40	6	4	1.759	86.658. 624,73	4.105,49	0,00
Barra da Estiva-BA	1.439,99	126.7 84.00 0,00	67.791.8 81,00	4.877,50	10	2	1.296	53.170. 118,21	3.418,86	0,00
Santaluz-BA	2.031,99	146.1 08.00 0,00	103.124. 657,00	32.443,60	6	4	1.364	69.490. 990,29	4.245,54	0,07
Ibicaraí-BA	2.389,41	114.0 43.00 0,00	97.223.7 63,00	4.837,60	1	1	1.724	77.220. 582,68	3.732,63	0,00
Uruçuca-BA	1.522,37	95.80 8.000, 00	81.098.2 50,00	5.402,30	2	3	933	44.934. 707,35	4.013,46	0,00
Una-BA	2.862,12	137.2 79.00 0,00	84.013.5 24,00	6.253,90	7	3	752	37.806. 756,40	4.189,58	0,01
Riacho de Santana-BA	1.054,45	185.2 96.00 0,00	101.412. 531,00	12.843,60	6	3	1.095	58.087. 500,66	4.420,66	0,00
São Felipe- BA	1.190,92	93.39 9.000, 00	64.848.6 14,00	6.894,10	7	6	650	35.148. 325,15	4.506,20	0,00
Camamu-BA	2.558,05	185.9 68.00 0,00	109.866. 769,00	22.588,10	10	5	1.599	61.041. 838,25	3.181,25	0,04
Inhambupe- BA	2.897,21	207.6 97.00 0,00	109.860. 267,00	14.407,50	6	6	1.091	54.464. 869,93	4.160,16	0,00
Barra do Choça-BA	2.402,21	249.5 39.00 0,00	107.829. 684,00	254.165,9 0	2	2	756	42.786. 186,93	4.716,29	0,00
Carinhanha- BA	1.242,30	106.4 56.00 0,00	69.921.0 13,00	1.727,60	7	6	1.015	45.927. 114,68	3.770,70	0,00
Barra-BA	2.125,30	176.0 89.00 0,00	106.010. 694,00	3.365,10	5	2	1.766	84.745. 023,13	3.998,92	0,00
Maragogipe -BA	4.267,49	201.5 60.00 0,00	150.563. 220,00	11.345,40	6	3	1.493	69.711. 080,96	3.891,00	0,00
Conde-BA	1.232,80	104.6 34.00 0,00	68.565.6 10,00	6.566,80	6	8	879	48.875. 659,03	4.633,64	0,02
Araci-BA	2.578,78	202.6 09.00 0,00	132.508. 670,00	12.639,60	4	3	1.612	68.922. 427,68	3.562,99	0,00
Rio Real-BA	2.706,69	233.3 34.00 0,00	117.664. 179,00	34.824,50	7	1	1.219	58.856. 861,69	4.023,58	0,00
Abaíra-BA	569,57	36.00 2.000, 00	28.191.5 07,00	4.716,50	10	4	228	13.334. 237,45	4.873,62	0,00
Aracatu-BA	1.064,66	50.91 5.000, 00	52.116.2 37,00	670,40	4	3	260	10.169. 694,90	3.259,52	0,00
Mucuri-BA	8.257,47	999.1 39.00 0,00	227.345. 699,00	2.955.892, 10	8	6	2.958	190.199 .309,70	5.358,33	1,21
Esplanada- BA	3.335,37	364.1 36.00 0,00	117.317. 388,00	23.985,60	10	11	1.318	67.624. 781,76	4.275,72	0,00
Mucugê-BA	2.613,87	219.8 94.00	39.342.4 36,00	227.002,1 0	5	6	556	62.863. 838,48	9.422,04	0,02

ARRANJO IBGE - IPEA	REG_VIN C_PESO_ FORM10	REG_ PIB10	REG_RE NDFAM _CENSO 10	REG_ORIG _OD_CAR GA_EPL_1 7	REG_QTDE_MU N_DEST_PROD_ AGRO_REGIC17	REG_QTDE_MUN _DEST_INSUMOS _AGRO_REGIC17	REG_IR PF_DEC LAR_20 17	REG_IR PF_VAL OR_201 7	REG_IRPF_V ALOR_PER_C AP_MES_210 7	REG_ EXP_ PIB2 0
		0,00								
Correntina- BA	4.719,07	584.8 06.00 0,00	105.918. 523,00	1.152.445, 70	4	2	1.682	87.151. 380,49	4.317,84	0,37
Cairu-BA	1.776,20	677.9 83.00 0,00	62.270.1 29,00	272,50	5	4	642	27.845. 335,54	3.614,40	0,00
Itagibá-BA	2.075,59	273.1 32.00 0,00	46.938.1 34,00	176.429,3 0	6	4	677	30.396. 931,53	3.741,62	0,58
Caravelas- BA	2.734,01	294.9 44.00 0,00	94.168.4 14,00	21.371,70	3	5	961	53.667. 631,30	4.653,80	0,00
Sobradinho- BA	1.755,46	458.1 37.00 0,00	87.586.9 46,00	23.988,70	1	2	1.121	72.636. 096,13	5.399,65	0,00
São Desidério- BA	7.656,27	859.4 61.00 0,00	101.350. 568,00	1.481.220, 20	6	3	1.228	64.165. 354,52	4.354,33	0,09
Barrocas-BA	1.365,56	143.2 68.00 0,00	47.510.0 00,00	3.101,60	3	1	606	22.421. 551,39	3.083,27	1,88
Ibirapuã-BA	1.790,55	113.9 72.00 0,00	40.578.5 20,00	72.509,00	10	4	419	19.271. 340,02	3.832,80	0,19
Formosa do Rio Preto- BA	3.079,54	513.9 48.00 0,00	74.531.2 23,00	1.022.277, 50	2	2	1.308	62.580. 273,04	3.987,02	0,25
Itapebi-BA	920,43	162.0 04.00 0,00	33.370.5 72,00	36.263,80	5	9	430	19.664. 032,25	3.810,86	0,00
Ibicoara-BA	3.027,67	218.2 58.00 0,00	61.439.6 84,00	89.622,10	7	4	900	38.258. 703,17	3.542,47	0,00
Igrapiúna- BA	1.788,98	172.1 51.00 0,00	41.977.0 06,00	72.407,10	7	3	294	13.815. 911,83	3.916,07	0,00
Jaborandi- BA	1.569,35	165.6 09.00 0,00	29.887.6 54,00	130.955,0 0	6	5	360	14.559. 012,24	3.370,14	0,03
Vereda-BA	474,51	75.42 4.000, 00	21.970.4 72,00	2.505,80	5	2	167	6.630.9 82,27	3.308,87	0,00
Medeiros Neto-BA	2.956,07	162.2 72.00 0,00	98.271.8 43,00	219.243,0 0	5	4	1.552	81.734. 411,96	4.388,66	0,00
Mutuípe-BA	1.387,14	115.4 00.00 0,00	95.303.3 81,00	8.525,60	7	4	782	52.238. 937,29	5.566,81	0,00
Paripiranga- BA	1.227,50	166.3 12.00 0,00	90.113.9 31,00	14.871,00	7	4	1.545	78.510. 289,98	4.234,64	0,00
Irará-BA	1.915,17	137.6 90.00 0,00	99.326.0 92,00	21.255,80	4	2	1.158	63.864. 180,70	4.595,87	0,00
Lençóis-BA	709,38	53.03 3.000, 00	45.796.6 45,00	162,20	8	8	638	37.284. 867,83	4.870,02	0,00
Coaraci-BA	1.612,04	102.8 66.00 0,00	84.923.5 10,00	5.603,50	5	2	1.221	59.429. 096,69	4.056,04	0,01
Miguel Calmon-BA	1.624,35	121.4 27.00 0,00	87.687.7 32,00	3.922,70	3	5	803	54.486. 962,30	5.654,52	0,00
Itanhém-BA	1.596,08	128.1 69.00 0,00	92.598.8 68,00	9.582,10	5	4	767	44.215. 953,35	4.803,99	0,00
Buerarema- BA	1.742,14	110.4 60.00 0,00	66.918.2 76,00	5.516,10	1	1	835	39.157. 865,12	3.907,97	0,00
Milagres-BA	966,50	50.71 5.000, 00	38.169.6 48,00	525,40	8	5	408	16.466. 162,03	3.363,19	0,00
Jeremoabo- BA	1.849,86	174.2 52.00 0,00	117.272. 352,00	4.614,20	9	11	1.301	66.870. 164,34	4.283,25	0,00

ARRANJO IBGE - IPEA	REG_VIN C_PESO_ FORM10	REG_ PIB10	REG_RE NDFAM _CENSO_ 10	REG_ORIG _OD_CAR GA_EPL_1 7	REG_QTDE_MU N_DEST_PROD_ AGRO_REGIC17	REG_QTDE_MUN _DEST_INSUMOS _AGRO_REGIC17	REG_IR PF_DEC LAR_20 17	REG_IR PF_VAL OR_201 7	REG_IRPF_V ALOR_PER_C AP_MES_210 7	REG_ EXP_ PIB2 0
Belmonte- BA	1.627,25	164.5 16.00 0,00	72.794.9 27,00	22.240,30	10	4	1.082	56.367. 832,29	4.341,33	0,04
Antas-BA	620,63	64.06 9.000, 00	54.562.9 66,00	668,30	3	7	446	25.600. 024,39	4.783,26	0,00
Ubatã-BA	1.811,50	115.3 19.00 0,00	90.213.6 80,00	3.857,40	6	3	1.029	47.840. 967,30	3.874,39	0,00
Palmeiras- BA	506,19	38.97 7.000, 00	35.740.3 21,00	54.384,80	7	4	467	30.533. 275,68	5.448,48	0,00
Ubaíra-BA	1.215,42	95.24 8.000, 00	65.660.9 30,00	3.530,50	7	4	603	33.104. 798,53	4.575,01	0,00
Mundo Novo-BA	1.049,69	108.2 53.00 0,00	100.093. 632,00	307,40	7	5	548	26.576. 880,85	4.041,50	0,00
Utinga-BA	780,70	83.32 2.000, 00	69.744.0 54,00	6.773,60	10	2	646	27.752. 469,08	3.580,04	0,00
Maraú-BA	1.535,56	92.15 8.000, 00	98.300.2 80,00	4.358,90	4	3	551	26.578. 149,23	4.019,68	0,00
Coração de Maria-BA	1.605,62	116.9 59.00 0,00	70.751.0 71,00	8.603,30	5	5	852	42.630. 273,31	4.169,63	0,00
Mairi-BA	876,54	76.81 6.000, 00	65.769.8 94,00	553,30	8	5	430	25.780. 028,36	4.996,13	0,00
Presidente Dutra-BA	85,26	57.06 0.000, 00	43.647.7 75,00	466,80	2	3	459	24.527. 600,54	4.453,09	0,00
Andorinha- BA	1.694,61	112.1 35.00 0,00	52.171.9 81,00	128.846,3 0	4	4	751	36.958. 209,73	4.101,00	0,30
Queimadas- BA	1.450,57	107.3 46.00 0,00	70.709.6 06,00	2.126,60	5	5	799	42.948. 730,84	4.479,43	0,00
Laje-BA	1.084,52	124.5 41.00 0,00	63.624.2 80,00	18.670,40	5	5	404	24.798. 739,75	5.115,25	0,00
Alcobaça- BA	1.501,20	218.1 29.00 0,00	89.357.7 00,00	57.520,70	8	2	840	44.155. 929,45	4.380,55	0,24
Itarantim- BA	1.837,73	100.7 62.00 0,00	76.555.6 88,00	19.045,90	3	4	773	33.426. 704,88	3.603,57	0,01
Piritiba-BA	940,28	89.40 1.000, 00	70.802.5 22,00	71,50	8	3	724	37.309. 928,56	4.294,42	0,00
Condeúba- BA	989,71	73.53 7.000, 00	52.176.2 67,00	1.613,20	1	3	569	27.422. 319,71	4.016,16	0,00
Monte Santo-BA	2.956,90	196.9 72.00 0,00	122.926. 311,00	1.449,70	7	1	1.119	57.975. 462,02	4.317,51	0,00
Brejões - Nova Itarana/BA	1.279,52	119.6 79.00 0,00	59.135.6 18,00	964,50	12	11	494	23.326. 245,05	3.934,93	0,00
Ibirataia-BA	1.904,57	120.1 29.00 0,00	62.157.8 15,00	3.753,80	3	2	814	34.820. 365,31	3.564,74	0,01
Iaçu-BA	2.116,91	124.5 68.00 0,00	91.675.6 11,00	15.341,90	5	3	1.056	46.537. 535,37	3.672,47	0,00
Barra do Mendes-BA	557,38	59.48 0.000, 00	48.664.4 22,00	101,40	5	2	480	22.929. 974,43	3.980,90	0,00
Ibicuí-BA	1.634,51	75.94 5.000, 00	57.230.2 52,00	4.082,40	6	3	576	27.186. 522,60	3.933,24	0,00
Araças-BA	754,87	126.2 41.00 0,00	31.011.1 94,00	10.180,90	4	4	373	14.073. 261,01	3.144,16	0,00
Itapicuru-	1.526,59	133.6	70.743.5	3.271,10	7	8	595	30.609.	4.287,07	0,00

ARRANJO IBGE - IPEA	REG_VIN C_PESO_ FORM10	REG_ PIB10	REG_RE NDFAM _CENSO 10	REG_ORIG _OD_CAR GA_EPL_1 7	REG_QTDE_MU N_DEST_PROD_ AGRO_REGIC17	REG_QTDE_MUN _DEST_INSUMOS _AGRO_REGIC17	REG_IR PF_DEC LAR_20 17	REG_IR PF_VAL OR_201 7	REG_IRPF_V ALOR_PER_C AP_MES_210 7	REG_ EXP_ PIB2 0
BA		69.00 0,00	61,00					707,37		
Iguaí-BA	1.841,49	100.0 87.00 0,00	77.402.1 01,00	2.062,20	4	3	815	37.397. 055,89	3.823,83	0,00
Rafael Jambeiro- BA	1.535,58	115.8 33.00 0,00	62.022.9 38,00	109.517,9 0	4	3	375	17.158. 988,72	3.813,11	0,00
Sento Sé-BA	1.881,70	168.4 85.00 0,00	99.925.4 55,00	11.103,20	4	3	751	34.631. 097,34	3.842,78	0,00
Riachão das Neves-BA	2.008,85	267.9 44.00 0,00	54.629.6 88,00	538.754,8 0	3	3	519	24.834. 258,33	3.987,52	0,18
Maiquiniqu e-BA	1.027,70	58.39 2.000, 00	31.517.6 19,00	10.611,00	5	3	281	13.175. 087,76	3.907,20	0,01
Canarana- BA	1.006,28	106.0 16.00 0,00	72.032.7 89,00	6.967,10	3	2	642	33.779. 086,82	4.384,62	0,00
Catolândia- BA	324,64	21.57 2.000, 00	7.874.21 0,00	196,10	4	4	91	4.012.0 34,74	3.674,02	0,00
Jitaúna-BA	877,12	65.56 4.000, 00	43.892.9 20,00	2.241,90	4	3	440	25.595. 456,99	4.847,62	0,00
Botuporã- BA	408,75	46.63 7.000, 00	30.453.2 34,00	1.906,50	5	5	249	14.720. 081,01	4.926,40	0,00
Cansanção- BA	1.608,50	128.0 24.00 0,00	83.023.2 42,00	3.465,60	6	3	866	37.994. 997,07	3.656,18	0,00
Andaraí-BA	936,24	55.84 1.000, 00	37.822.0 12,00	37,60	6	6	350	15.381. 628,66	3.662,29	0,01
Nova Soure- BA	1.293,88	96.89 7.000, 00	68.901.1 14,00	42.489,60	4	3	702	40.956. 617,95	4.861,90	0,13
Teodoro Sampaio-BA	480,98	41.80 9.000, 00	24.404.0 78,00	673,90	5	3	261	11.800. 227,10	3.767,63	0,00
Serrolândia- BA	881,00	53.43 8.000, 00	38.028.1 07,00	963,50	7	7	338	15.611. 094,28	3.848,89	0,00
São Miguel das Matas- BA	758,16	77.25 2.000, 00	33.649.0 85,00	13.588,40	4	2	203	11.181. 539,32	4.590,12	0,00
Curaçá-BA	1.991,18	155.4 32.00 0,00	89.239.0 41,00	53.082,00	2	3	864	40.092. 523,92	3.866,95	0,00
Uauá-BA	1.610,33	110.5 48.00 0,00	71.481.6 40,00	3.903,00	5	5	1.198	49.267. 905,59	3.427,09	0,00
Saúde-BA	557,65	49.88 6.000, 00	32.716.8 22,00	37,50	6	6	289	14.621. 457,63	4.216,11	0,00
Piatã-BA	766,22	67.73 8.000, 00	48.798.8 97,00	54.005,30	5	5	493	23.935. 680,85	4.045,92	0,06
Chorrochó- BA	420,81	47.80 3.000, 00	31.546.3 81,00	666,70	5	4	314	16.784. 296,10	4.454,43	0,00
Guaratinga- BA	1.340,12	114.1 42.00 0,00	67.768.9 80,00	5.767,50	8	9	706	33.010. 471,98	3.896,42	0,00
Baixa Grande-BA	881,43	76.26 0.000, 00	57.045.1 96,00	1.238,80	6	2	585	28.860. 710,47	4.111,21	0,00
Central-BA	847,61	66.62 6.000, 00	46.579.8 38,00	1.647,30	1	1	462	26.243. 341,40	4.733,65	0,00
Brotas de Macaúbas- BA	512,15	48.75 0.000, 00	31.502.7 60,00	961,80	4	4	358	15.373. 939,45	3.578,66	0,00
Encruzilhada- BA	1.664,44	120.1 02.00	59.905.0 01,00	5.932,50	5	4	356	13.814. 066,80	3.233,63	0,00



ARRANJO IBGE - IPEA	REG_VIN C_PESO_ FORM10	REG_ PIB10	REG_RE NDFAM _CENSO 10	REG_ORIG _OD_CAR GA_EPL_1 7	REG_QTDE_MU N_DEST_PROD_ AGRO_REGIC17	REG_QTDE_MUN _DEST_INSUMOS _AGRO_REGIC17	REG_IR PF_DEC LAR_20 17	REG_IR PF_VAL OR_201 7	REG_IRPF_V ALOR_PER_C AP_MES_210 7	REG_ EXP_ PIB2 0
		0,00								
Ibirapitanga -BA	1.086,53	112.2 95.00 0,00	70.367.9 50,00	7.737,10	7	5	656	30.218. 661,29	3.838,75	0,00
Cocos-BA	1.684,95	144.2 22.00 0,00	55.159.5 80,00	7.330,50	7	5	593	23.159. 068,52	3.254,51	0,01
Nordestina- BA	432,97	43.68 0.000, 00	27.679.4 25,00	3.140,60	4	4	284	15.469. 382,98	4.539,14	0,70
Potiraguá- BA	1.109,17	48.60 4.000, 00	37.709.9 86,00	13.563,60	3	3	309	14.211. 607,28	3.832,69	0,00
Presidente Tancredo Neves-BA	1.118,78	112.8 25.00 0,00	76.705.1 39,00	51.206,20	5	7	976	34.468. 039,71	2.942,97	0,08
Lajedão-BA	992,16	34.53 3.000, 00	19.998.8 83,00	35.627,20	6	5	194	9.886.9 94,74	4.246,99	0,00
Serra Dourada-BA	922,51	84.72 2.000, 00	49.225.2 30,00	2.958,10	6	5	444	14.081. 067,75	2.642,84	0,00
Nova Canaã-BA	871,84	70.19 3.000, 00	48.895.3 88,00	706,30	8	5	393	20.116. 961,87	4.265,68	0,00
Ibipeba-BA	695,93	71.11 2.000, 00	58.214.5 38,00	2.495,80	7	4	318	19.556. 454,70	5.124,86	0,00
Canudos-BA	677,48	65.19 5.000, 00	46.331.0 00,00	301,70	11	5	475	22.053. 844,44	3.869,10	0,00
Campo Alegre de Lourdes-BA	1.389,51	107.3 62.00 0,00	66.789.0 80,00	17.534,20	7	4	480	23.103. 061,82	4.010,95	0,00
Sátiro Dias- BA	1.326,01	84.27 8.000, 00	46.924.7 89,00	44.413,10	3	6	394	18.881. 790,66	3.993,61	0,13
Filadélfia- BA	847,55	64.25 2.000, 00	48.795.3 18,00	4.050,20	5	4	510	27.138. 594,00	4.434,41	0,00
Rodelas-BA	518,52	36.63 7.000, 00	24.050.4 12,00	8.144,10	5	1	345	17.290. 264,93	4.176,39	0,00
Ourolândia- BA	1.170,45	85.44 3.000, 00	46.588.9 45,00	16.103,30	6	4	459	14.539. 998,43	2.639,80	0,00
Serra Preta- BA	884,93	59.27 1.000, 00	41.836.9 07,00	998,70	5	2	531	22.608. 142,73	3.548,04	0,00
Salinas da Margarida- BA	764,14	74.45 0.000, 00	45.735.9 38,00	2.712,20	5	5	526	26.307. 285,52	4.167,82	0,00
Pindobaçu- BA	1.035,97	74.64 9.000, 00	49.222.7 79,00	6.463,10	6	6	381	17.202. 016,97	3.762,47	0,02
Wanderley- BA	700,40	66.16 8.000, 00	40.703.9 52,00	2.280,70	8	4	391	18.756. 776,82	3.997,61	0,00
Santa Teresinha- BA	549,51	40.97 5.000, 00	27.822.1 94,00	1.063,60	4	3	250	14.123. 175,03	4.707,73	0,00
Boa Nova- BA	649,12	59.82 2.000, 00	40.483.6 01,00	150,10	6	7	346	20.039. 331,20	4.826,43	0,00
Wenceslau Guimarães- BA	1.302,85	150.5 61.00 0,00	68.548.9 99,00	7.160,10	4	4	434	13.700. 466,84	2.630,66	0,00
Ibititá-BA	970,99	85.13 1.000, 00	52.949.9 38,00	380,60	3	2	385	20.766. 388,78	4.494,89	0,00
Jaguaripe- BA	925,92	73.53 5.000, 00	47.959.2 59,00	11.099,90	3	3	251	12.798. 675,09	4.249,23	0,01
Tremedal- BA	869,40	62.76 6.000, 00	48.357.7 36,00	2.826,30	8	1	321	13.402. 495,95	3.479,36	0,00

ARRANJO IBGE - IPEA	REG_VIN C_PESO_ FORM10	REG_ PIB10	REG_RE NDFAM _CENSO 10	REG_ORIG _OD_CAR GA_EPL_1 7	REG_QTDE_MU N_DEST_PROD_ AGRO_REGIC17	REG_QTDE_MUN _DEST_INSUMOS _AGRO_REGIC17	REG_IR PF_DEC LAR_20 17	REG_IR PF_VAL OR_201 7	REG_IRPF_V ALOR_PER_C AP_MES_210 7	REG_ EXP_ PIB2 0
Coribe-BA	764,01	77.80 6.000, 00	39.971.8 99,00	1.000,60	5	2	506	18.238. 498,09	3.003,71	0,01
Itagi-BA	832,24	64.14 6.000, 00	35.843.5 33,00	929,60	4	3	420	21.295. 489,72	4.225,30	0,00
Mascote-BA	967,08	63.64 5.000, 00	43.950.1 05,00	2.685,60	2	2	352	15.548. 205,55	3.680,92	0,00
Firmino Alves-BA	1.076,04	23.93 8.000, 00	20.944.5 98,00	1.437,80	4	3	176	7.258.0 38,56	3.436,57	0,00
Pilão Arcado-BA	1.164,87	114.2 18.00 0,00	76.225.5 60,00	2.428,90	6	5	724	25.024. 524,69	2.880,36	0,00
Crisópolis- BA	1.113,81	105.3 04.00 0,00	53.324.5 08,00	1.628,90	4	3	428	21.865. 415,83	4.257,29	0,00
Teolândia- BA	764,09	63.15 6.000, 00	40.854.4 08,00	2.714,20	5	4	371	18.003. 597,04	4.043,93	0,00
Ibipitanga- BA	608,18	51.16 3.000, 00	41.912.0 39,00	3.534,10	8	1	350	14.030. 834,71	3.340,67	0,00
Itapitanga- BA	866,57	44.98 5.000, 00	26.672.7 63,00	870,80	4	4	273	12.629. 053,69	3.855,02	0,00
Ichu-BA	396,75	22.77 3.000, 00	18.473.1 96,00	372,10	5	2	197	9.098.0 43,18	3.848,58	0,00
Cabaceiras do Paraguaçu- BA	920,71	63.48 9.000, 00	43.178.0 65,00	4.908,40	5	7	310	16.377. 987,85	4.402,68	0,00
Pau Brasil- BA	803,08	45.44 8.000, 00	35.439.9 23,00	4.631,90	2	3	396	16.934. 724,16	3.563,70	0,00
Gentio do Ouro-BA	471,64	38.59 9.000, 00	26.112.1 15,00	29,70	3	2	170	8.128.9 40,19	3.984,77	0,00
Ponto Novo-BA	1.252,33	68.26 0.000, 00	42.235.4 20,00	1.110,70	6	5	360	15.435. 265,20	3.572,98	0,00
Santa Luzia- BA	943,71	56.24 2.000, 00	41.867.9 18,00	15.730,40	2	2	400	16.612. 378,60	3.460,91	0,00
São José do Jacuípe-BA	570,83	40.99 6.000, 00	30.511.9 59,00	1.856,70	7	7	247	9.471.0 42,66	3.195,36	0,00
Lajedo do Tabocal-BA	620,69	45.58 0.000, 00	23.250.0 33,00	121,40	6	6	187	7.009.7 33,97	3.123,77	0,00
Itamari-BA	484,12	44.68 0.000, 00	30.178.9 03,00	1.849,80	5	2	275	10.367. 565,59	3.141,69	0,00
América Dourada-BA	698,36	72.32 6.000, 00	34.266.1 24,00	145,20	6	6	310	12.828. 844,10	3.448,61	0,00
Bonito-BA	953,40	124.2 50.00 0,00	43.527.3 05,00	2.231,40	3	2	345	12.162. 616,08	2.937,83	0,00
Nilo Peçanha-BA	636,91	81.48 3.000, 00	30.380.7 89,00	4.389,00	8	6	255	12.400. 505,11	4.052,45	0,00
Floresta Azul-BA	761,75	45.98 9.000, 00	29.977.5 01,00	1.119,60	1	2	374	15.440. 705,25	3.440,44	0,00
Fátima-BA	825,23	68.27 0.000, 00	52.639.9 74,00	2.336,70	5	6	419	20.107. 879,23	3.999,18	0,00
Jiquiriçá-BA	710,98	58.39 4.000, 00	42.718.2 34,00	4.900,90	5	3	397	17.037. 049,78	3.576,21	0,00
Itaquara-BA	583,15	37.45 0.000, 00	20.243.4 30,00	150,30	2	1	174	8.843.3 55,14	4.235,32	0,00

ARRANJO IBGE - IPEA	REG_VIN C_PESO_ FORM10	REG_ PIB10	REG_RE NDFAM _CENSO _10	REG_ORIG _OD_CAR GA_EPL_1 7	REG_QTDE_MU N_DEST_PROD_ AGRO_REGIC17	REG_QTDE_MUN _DEST_INSUMOS _AGRO_REGIC17	REG_IR PF_DEC LAR_20 17	REG_IR PF_VAL OR_201 7	REG_IRPF_V ALOR_PER_C AP_MES_210 7	REG_ EXP_ PIB2 0
Barra do Rocha-BA	545,87	32.53 8.000, 00	21.235.5 76,00	1.089,90	3	3	141	7.696.4 17,30	4.548,71	0,00
Quijingue- BA	931,31	111.1 34.00 0,00	73.882.6 47,00	321,50	3	3	487	24.663. 076,76	4.220,24	0,00
Adustina- BA	717,64	97.89 9.000, 00	39.081.0 14,00	788,80	11	5	369	14.915. 424,90	3.368,43	0,00
Novo Horizonte- BA	379,21	45.15 2.000, 00	31.737.1 76,00	1.776,10	11	5	196	7.210.2 33,10	3.065,58	0,00
Aiquara-BA	433,73	25.42 4.000, 00	15.610.2 21,00	744,00	7	6	166	7.256.9 82,33	3.643,06	0,00
Aporá-BA	954,29	64.56 4.000, 00	41.466.2 79,00	268,20	10	7	442	21.670. 950,88	4.085,78	0,00
Malhada-BA	742,14	74.51 4.000, 00	41.503.2 29,00	2.554,50	5	3	239	10.191. 378,54	3.553,48	0,00
Heliópolis- BA	603,69	52.19 3.000, 00	37.432.6 54,00	3.809,10	9	7	369	16.186. 495,52	3.655,49	0,00
Sebastião Laranjeiras- BA	664,12	49.71 3.000, 00	33.480.6 30,00	1.984,90	10	5	302	11.553. 550,70	3.188,07	0,00
Quixabeira- BA	573,17	34.43 3.000, 00	26.856.9 60,00	505,90	9	3	148	6.162.8 78,96	3.470,09	0,00
Nova Ibiá- BA	398,46	38.76 7.000, 00	29.973.4 09,00	3.240,50	5	4	139	5.187.9 74,59	3.110,30	0,00
Lajedinho- BA	275,22	21.48 4.000, 00	9.657.53 2,00	14,30	3	4	86	2.838.0 88,02	2.750,09	0,00
Cotegipe-BA	810,08	61.64 6.000, 00	37.767.0 86,00	5.928,80	5	3	385	16.719. 457,17	3.618,93	0,00
Aratuípe-BA	451,82	37.02 5.000, 00	28.353.2 63,00	286,90	4	2	215	12.698. 287,40	4.921,82	0,00
Caraíbas-BA	87,44	37.53 4.000, 00	33.786.1 52,00	1.386,40	6	3	111	4.018.2 27,91	3.016,69	0,00
Ribeirão do Largo-BA	791,67	55.95 6.000, 00	27.625.0 16,00	2.809,60	4	5	116	5.322.8 28,67	3.823,87	0,00
Boa Vista do Tupim- BA	1.170,77	78.84 6.000, 00	41.213.2 89,00	2.217,90	5	4	339	13.534. 008,12	3.326,94	0,00
Coronel João Sá-BA	1.348,67	105.9 77.00 0,00	48.128.4 90,00	3.672,70	7	2	384	15.725. 542,20	3.412,66	0,00
Elísio Medrado- BA	421,19	32.56 1.000, 00	29.607.0 68,00	1.813,30	5	3	210	8.779.8 26,17	3.484,06	0,00
Irajuba-BA	430,30	29.72 2.000, 00	19.597.2 50,00	65,40	3	2	107	4.537.6 54,61	3.534,00	0,00
Jussari-BA	745,01	34.72 0.000, 00	21.750.7 98,00	994,80	1	2	231	8.066.6 12,87	2.910,03	0,00
Gavião-BA	320,68	19.86 6.000, 00	14.569.2 03,00	422,80	6	2	97	4.759.1 06,81	4.088,58	0,00
Caém-BA	630,18	40.54 1.000, 00	27.076.0 02,00	198,30	5	5	231	12.130. 869,29	4.376,22	0,00
Manoel Vitorino-BA	731,60	58.34 1.000, 00	38.154.9 27,00	133,50	3	4	400	19.722. 970,38	4.108,95	0,00
Lafaiete Coutinho- BA	276,10	20.88 3.000, 00	13.303.0 29,00	765,80	7	10	121	5.560.0 43,38	3.829,23	0,00
Mirangaba-	691,86	68.13	37.226.1	610,30	11	4	245	10.723.	3.647,41	0,00

ARRANJO IBGE - IPEA	REG_VIN C_PESO_ FORM10	REG_ PIB10	REG_RE NDFAM _CENSO 10	REG_ORIG _OD_CAR GA_EPL_1 7	REG_QTDE_MU N_DEST_PROD_ AGRO_REGIC17	REG_QTDE_MUN _DEST_INSUMOS _AGRO_REGIC17	REG_IR PF_DEC LAR_20 17	REG_IR PF_VAL OR_201 7	REG_IRPF_V ALOR_PER_C AP_MES_210 7	REG_ EXP_ PIB2 0
BA		5.000,00	80,00					375,16		
Arataca-BA	917,25	62.157.000,00	31.619.856,00	1.915,90	1	2	202	8.905.766,63	3.674,00	0,00
Morpará-BA	396,43	35.659.000,00	21.399.360,00	150,60	8	3	202	7.506.821,45	3.096,87	0,00
Cravolândia-BA	329,85	23.777.000,00	15.523.159,00	62,00	8	3	162	7.725.773,12	3.974,16	0,00
Marcionílio Souza-BA	448,47	47.069.000,00	24.090.701,00	828,20	3	4	325	13.604.904,20	3.488,44	0,00
Macururé-BA	529,37	30.145.000,00	22.755.130,00	119,90	5	2	175	7.092.439,67	3.377,35	0,00
Itaju do Colônia-BA	652,01	40.871.000,00	24.088.055,00	6.202,70	2	2	183	6.832.283,37	3.111,24	0,00
Biritinga-BA	739,06	63.419.000,00	36.675.085,00	933,60	3	2	318	15.051.573,86	3.944,33	0,00
Itaguaçu da Bahia-BA	1.069,36	53.982.000,00	38.917.794,00	880,70	2	2	162	5.440.605,00	2.798,67	0,01
Caldeirão Grande-BA	834,17	49.594.000,00	30.771.605,00	7,30	1	4	217	8.673.270,61	3.330,75	0,00
Dário Meira-BA	713,88	55.003.000,00	30.435.650,00	489,80	4	5	255	9.964.830,60	3.256,48	0,00
Mulungu do Morro-BA	827,43	45.828.000,00	29.494.916,00	997,00	3	3	166	8.256.099,64	4.144,63	0,00
Muquém de São Francisco-BA	419,07	50.256.000,00	20.252.619,00	10.867,30	4	8	157	6.374.596,65	3.383,54	0,00
Novo Triunfo-BA	596,34	42.629.000,00	34.841.646,00	176,10	5	4	253	11.070.628,85	3.646,45	0,00
Ribeira do Amparo-BA	1.147,31	56.922.000,00	31.016.664,00	48.219,10	7	6	229	10.314.192,66	3.753,35	0,00
Jandaíra-BA	932,98	61.529.000,00	23.087.455,00	463,40	8	6	218	8.794.545,64	3.361,83	0,00
Pirai do Norte-BA	412,93	43.615.000,00	27.663.620,00	4.138,10	6	3	200	8.057.742,68	3.357,39	0,00
Canápolis-BA	549,33	35.931.000,00	23.909.231,00	38,80	2	3	219	7.479.790,87	2.846,19	0,00
Jucuruçu-BA	718,20	73.879.000,00	22.161.909,00	1.994,50	4	8	204	7.155.250,82	2.922,90	0,00
Gongogi-BA	532,64	33.662.000,00	23.068.224,00	1.197,80	6	3	166	6.028.534,68	3.026,37	0,00
Ipecaetá-BA	817,32	57.486.000,00	33.597.504,00	97,00	6	3	110	4.824.990,38	3.655,30	0,00
Umburanas-BA	376,75	59.062.000,00	29.805.211,00	235,20	5	2	277	8.603.361,89	2.588,26	0,00
Pedro Alexandre-BA	837,70	68.775.000,00	33.684.699,00	1.888.256,80	7	4	286	10.858.297,64	3.163,84	0,00
Feira da Mata-BA	322,67	35.398.000,00	15.330.360,00	38.015,20	3	6	138	4.364.720,89	2.635,70	0,00
Sítio do Mato-BA	667,72	74.857.000,00	18.716.382,00	424,00	8	2	118	4.998.835,56	3.530,25	0,00
Ruy	2.789,35	140.3	103.424.	4.043,90	6	2	1.759	70.650.	3.347,10	0,07

ARRANJO IBGE - IPEA	REG_VIN C_PESO_ FORM10	REG_ PIB10	REG_RE NDFAM _CENSO 10	REG_ORIG _OD_CAR GA_EPL_1 7	REG_QTDE_MU N_DEST_PROD_ AGRO_REGIC17	REG_QTDE_MUN _DEST_INSUMOS _AGRO_REGIC17	REG_IR PF_DEC LAR_20 17	REG_IR PF_VAL OR_201 7	REG_IRPF_V ALOR_PER_C AP_MES_210 7	REG_ EXP_ PIB2 0
Barbosa-BA		09.00 0,00	075,00					554,91		
Itatim-BA	988,20	100.2 98.00 0,00	41.442.3 07,00	8.736,50	6	4	487	18.839. 212,76	3.223,68	0,00
Itajuípe-BA	2.297,37	152.3 94.00 0,00	88.435.1 58,00	6.445,80	3	2	1.092	63.668. 497,44	4.858,71	0,01
Iraquara-BA	870,53	104.2 68.00 0,00	65.452.3 35,00	170.544,1 0	9	3	711	35.812. 180,21	4.197,40	0,01
Tanhaçu-BA	1.191,60	93.69 2.000, 00	64.067.3 99,00	16.255,70	6	4	612	38.687. 152,44	5.267,86	0,00
Licínio de Almeida-BA	881,25	56.79 2.000, 00	43.739.0 96,00	76.606,30	11	3	591	17.386. 948,35	2.451,63	0,00
Urandi-BA	920,64	96.21 5.000, 00	63.528.3 43,00	11.153,30	7	2	656	32.073. 344,32	4.074,36	0,00
Santa Inês- BA	606,42	40.73 0.000, 00	33.952.5 04,00	96,60	7	7	348	21.784. 885,54	5.216,69	0,00
Igaporã-BA	680,67	59.31 5.000, 00	53.757.5 53,00	14.030,70	10	5	514	31.369. 649,28	5.085,87	0,00
João Dourado-BA	1.157,29	121.1 82.00 0,00	75.126.7 76,00	5.219,00	9	5	757	38.994. 374,47	4.292,64	0,00
Oliveira dos Brejinhos- BA	955,36	84.73 0.000, 00	56.001.6 50,00	50.569,50	7	3	548	25.204. 194,57	3.832,75	0,00
Conceição da Feira-BA	1.974,84	106.2 67.00 0,00	82.899.2 86,00	158.148,5 0	5	4	986	50.650. 427,24	4.280,80	0,00
Retirolândia -BA	1.125,51	63.20 3.000, 00	41.615.9 42,00	28.609,80	4	2	499	22.342. 132,27	3.731,15	0,33
Tanque Novo-BA	898,62	80.88 3.000, 00	57.914.2 30,00	34.314,00	6	3	732	29.101. 418,87	3.313,00	0,00
Cipó-BA	798,91	66.69 5.000, 00	55.602.1 20,00	665,30	2	4	905	42.411. 052,71	3.905,25	0,00
Itiruçu-BA	924,49	67.76 7.000, 00	46.209.4 44,00	774,00	9	4	507	24.466. 183,80	4.021,40	0,00
Terra Nova- BA	1.045,47	58.27 6.000, 00	44.540.9 84,00	4.518,00	2	2	403	20.228. 858,43	4.182,97	0,00
Cândido Sales-BA	1.025,10	108.6 76.00 0,00	87.877.5 78,00	3.768,50	4	3	942	31.411. 383,05	2.778,78	0,00
Santa Bárbara-BA	1.130,25	88.16 1.000, 00	56.174.8 80,00	2.511,90	4	2	579	29.855. 344,09	4.296,97	0,00
Ibiassucê- BA	718,73	49.62 4.000, 00	41.748.6 74,00	33.908,80	6	5	423	16.866. 853,91	3.322,86	0,00
Planalto-BA	1.743,66	115.4 33.00 0,00	74.365.3 44,00	1.769,20	8	4	519	24.444. 513,56	3.924,94	0,00
Itagimirim- BA	632,48	60.22 7.000, 00	28.170.6 25,00	3.202,40	6	5	383	18.215. 487,92	3.963,34	0,00
Capela do Alto Alegre- BA	827,12	47.69 5.000, 00	40.361.8 69,00	1.762,90	5	5	308	13.789. 804,92	3.731,01	0,00
Teofilândia- BA	1.172,98	80.75 8.000, 00	71.257.0 91,00	1.529,50	5	4	1.054	61.674. 311,64	4.876,21	0,00
Ituaçu-BA	1.169,60	91.62 0.000, 00	57.770.1 93,00	6.825,20	7	5	655	31.817. 324,91	4.048,01	0,00
Rio de Contas-BA	692,37	62.31 7.000, 00	45.112.3 24,00	395,20	8	4	655	27.995. 347,15	3.561,75	0,00

ARRANJO IBGE - IPEA	REG_VIN C_PESO_ FORM10	REG_ PIB10	REG_RE NDFAM _CENSO 10	REG_ORIG _OD_CAR GA_EPL_1 7	REG_QTDE_MU N_DEST_PROD_ AGRO_REGIC17	REG_QTDE_MUN _DEST_INSUMOS _AGRO_REGIC17	REG_IR PF_DEC LAR_20 17	REG_IR PF_VAL OR_201 7	REG_IRPF_V ALOR_PER_C AP_MES_210 7	REG_ EXP_ PIB2 0
		00								
Anagé-BA	1.046,26	88.73 4.000, 00	74.819.7 76,00	4.665,80	4	2	452	22.741. 859,59	4.192,82	0,00
Nova Fátima-BA	498,59	32.66 7.000, 00	25.803.3 44,00	2.075,90	5	3	308	15.318. 099,00	4.144,51	0,00
São Domingos- BA	529,02	47.40 7.000, 00	36.809.7 21,00	5.388,80	4	7	333	17.483. 809,11	4.375,33	0,00
Olindina-BA	1.174,22	106.5 44.00 0,00	62.247.2 56,00	6.184,60	4	4	774	36.954. 885,10	3.978,78	0,00
Itiúba-BA	1.759,41	135.6 91.00 0,00	88.157.0 84,00	47.506,50	8	5	1.146	66.527. 467,81	4.837,66	0,00
Lapão-BA	1.229,85	121.8 30.00 0,00	74.314.4 26,00	14.464,00	5	2	801	39.708. 465,12	4.131,13	0,01
Palmas de Monte Alto- BA	1.139,12	86.98 2.000, 00	64.573.5 31,00	13.455,70	4	2	535	27.065. 778,91	4.215,85	0,00
Boninal-BA	504,96	49.71 3.000, 00	42.036.0 20,00	146,30	6	5	283	16.621. 550,48	4.894,45	0,00
Ipupiara-BA	545,80	36.93 6.000, 00	28.187.4 43,00	1.206,40	4	2	430	15.700. 677,35	3.042,77	0,01
Belo Campo-BA	728,89	64.22 1.000, 00	50.275.2 31,00	3.458,10	7	1	414	17.298. 391,59	3.481,96	0,00
Saubara-BA	798,36	68.53 1.000, 00	35.446.6 34,00	95,40	2	2	379	17.171. 969,62	3.775,72	0,00
Ibitiara-BA	591,01	57.78 7.000, 00	44.850.5 57,00	17.799,00	6	2	377	20.172. 117,40	4.458,91	0,00
Boquira-BA	1.054,27	76.08 8.000, 00	69.968.0 32,00	3.922,30	3	5	799	31.766. 912,11	3.313,19	0,06
Jacaraci-BA	549,02	54.65 5.000, 00	46.022.5 33,00	650,10	10	7	288	13.892. 123,07	4.019,71	0,00
Antônio Gonçalves- BA	73,52	38.96 9.000, 00	38.896.9 41,00	631,90	5	4	281	12.235. 723,80	3.628,63	0,00
Taperoá-BA	1.073,92	96.64 0.000, 00	60.359.2 97,00	11.288,10	9	5	490	22.885. 948,91	3.892,17	0,05
Uibaí-BA	747,03	52.09 8.000, 00	45.550.1 46,00	537,40	5	5	435	23.621. 745,81	4.525,24	0,00
Rio do Pires-BA	511,98	45.64 1.000, 00	38.323.2 33,00	708,00	8	5	355	12.983. 264,54	3.047,71	0,00
Várzea do Poço-BA	473,89	39.44 5.000, 00	30.275.5 26,00	13.952,80	5	4	278	11.284. 082,45	3.382,52	0,00
Várzea Nova-BA	689,99	63.19 2.000, 00	36.281.6 36,00	4.621,30	5	3	269	14.135. 971,36	4.379,17	0,00
Candiba-BA	617,29	52.92 3.000, 00	45.803.6 70,00	9.241,60	1	1	393	23.432. 250,23	4.968,67	0,00
Mortugaba- BA	571,71	50.09 8.000, 00	49.108.2 10,00	11.779,20	7	3	326	12.733. 292,58	3.254,93	0,00
Cardeal da Silva-BA	458,23	52.70 1.000, 00	21.020.7 98,00	3.916,30	2	5	258	12.481. 569,99	4.031,51	0,00
Serra do Ramalho-BA	1.776,80	170.2 31.00 0,00	78.452.4 05,00	2.379,10	7	4	806	31.216. 937,90	3.227,56	0,00
Pindai-BA	467,37	58.17 9.000, 00	50.058.3 43,00	4.509,30	3	2	498	25.426. 646,58	4.254,79	0,00

ARRANJO IBGE - IPEA	REG_VIN C_PESO_ FORM10	REG_ PIB10	REG_RE NDFAM _CENSO 10	REG_ORIG _OD_CAR GA_EPL_1 7	REG_QTDE_MU N_DEST_PROD_ AGRO_REGIC17	REG_QTDE_MUN _DEST_INSUMOS _AGRO_REGIC17	REG_IR PF_DEC LAR_20 17	REG_IR PF_VAL OR_201 7	REG_IRPF_V ALOR_PER_C AP_MES_210 7	REG_ EXP_ PIB2 0
Tabocas do Brejo Velho-BA	867,22	50.78 3.000, 00	29.309.5 13,00	966,90	7	6	282	9.876.1 43,30	2.918,48	0,00
Antônio Cardoso-BA	740,36	59.22 2.000, 00	32.250.2 48,00	1.211,30	3	3	120	5.876.2 10,14	4.080,70	0,00
Dom Basílio-BA	666,97	123.4 12.000, 00	32.777.6 28,00	5.504,40	4	5	329	16.898. 382,61	4.280,24	0,00
Malhada de Pedras-BA	460,27	32.17 3.000, 00	24.443.5 81,00	935,30	4	3	150	6.896.0 12,62	3.831,12	0,00
Cafarnaum-BA	157,81	68.02 6.000, 00	50.725.7 24,00	3.024,10	4	2	505	21.061. 476,96	3.475,49	0,00
Tanquinho-BA	532,14	31.63 0.000, 00	26.015.3 84,00	504,40	3	4	343	14.632. 486,13	3.555,03	0,00
Paratinga-BA	1.353,26	122.3 38.000, 00	70.278.8 67,00	3.827,80	9	2	698	27.752. 578,12	3.313,35	0,00
Abaré-BA	968,82	64.69 7.000, 00	44.139.0 14,00	1.685,90	6	7	391	20.009. 775,92	4.264,66	0,00
Wagner-BA	464,65	45.23 1.000, 00	30.029.7 83,00	2.283,40	8	4	249	10.390. 642,23	3.477,46	0,00
Aramari-BA	735,12	53.80 1.000, 00	32.185.1 95,00	37.705,50	3	5	326	16.570. 885,66	4.235,91	0,00
Tapiramutá-BA	1.075,42	84.95 4.000, 00	59.624.9 98,00	239,10	6	1	347	15.631. 505,23	3.753,96	0,00
Pé de Serra-BA	506,93	67.37 7.000, 00	41.949.8 62,00	55.871,30	1	2	406	16.943. 877,06	3.477,81	0,00
Varzedo-BA	518,40	46.81 5.000, 00	32.142.7 15,00	16.231,80	5	4	233	11.615. 175,44	4.154,21	0,00
Jussara-BA	338,02	53.49 3.000, 00	42.157.6 53,00	876,80	5	2	393	17.833. 325,49	3.781,45	0,00
Acajutiba-BA	718,57	71.36 4.000, 00	44.279.7 52,00	127,00	8	5	429	19.337. 055,04	3.756,23	0,00
Várzea da Roça-BA	696,69	51.18 7.000, 00	37.213.5 02,00	496,60	9	9	355	16.332. 859,90	3.834,00	0,00
Pintadas-BA	559,68	41.73 4.000, 00	33.702.8 16,00	1.003,50	6	2	295	11.916. 243,95	3.366,17	0,01
Souto Soares-BA	563,66	60.73 9.000, 00	41.515.9 34,00	52,10	7	6	280	14.649. 656,30	4.360,02	0,00
Cristópolis-BA	577,01	54.59 3.000, 00	37.536.9 83,00	236,30	7	2	265	11.323. 275,16	3.560,78	0,00
Itapé-BA	911,47	48.94 7.000, 00	36.186.9 99,00	1.625,00	1	1	360	14.618. 992,08	3.384,03	0,00
Glória-BA	832,91	59.74 3.000, 00	46.943.5 98,00	19.479,30	7	3	416	20.676. 886,08	4.142,00	0,00
Angical-BA	1.073,17	69.21 3.000, 00	42.279.7 84,00	8.706,50	4	4	468	22.549. 394,99	4.015,21	0,00
Baianópolis-BA	668,89	70.19 7.000, 00	38.619.1 68,00	11.847,40	4	3	465	19.602. 942,17	3.513,07	0,00
Dom Macedo Costa-BA	308,57	18.65 7.000, 00	14.959.9 22,00	218,90	5	4	114	5.061.4 87,37	3.699,92	0,00
Cordeiros-BA	473,97	31.34 3.000, 00	25.523.4 22,00	4.649,10	3	2	210	9.543.3 62,87	3.787,05	0,00
Rio do	624,63	60.01	44.586.4	356,30	2	3	491	20.197.	3.427,95	0,00

ARRANJO IBGE - IPEA	REG_VIN C_PESO_ FORM10	REG_ PIB10	REG_RE NDFAM _CENSO 10	REG_ORIG _OD_CAR GA_EPL_1 7	REG_QTDE_MU N_DEST_PROD_ AGRO_REGIC17	REG_QTDE_MUN _DEST_INSUMOS _AGRO_REGIC17	REG_IR PF_DEC LAR_20 17	REG_IR PF_VAL OR_201 7	REG_IRPF_V ALOR_PER_C AP_MES_210 7	REG_ EXP_ PIB2 0
Antônio-BA		9.000,00	47,00					462,79		
Jussiape-BA	467,43	29.876.000,00	32.044.347,00	301,70	8	7	352	11.727.714,50	2.776,45	0,00
Muniz Ferreira-BA	388,74	32.100.000,00	25.693.416,00	675,00	3	4	176	8.218.284,72	3.891,23	0,00
Maetinga- BA	449,05	26.679.000,00	22.558.611,00	3.078,10	7	3	129	5.091.652,10	3.289,18	0,00
Barro Preto- BA	694,65	34.130.000,00	22.051.158,00	1.276,80	3	2	225	10.218.914,46	3.784,78	0,00
Candeal-BA	461,65	29.568.000,00	26.707.251,00	10.011,70	5	5	268	9.499.289,25	2.953,76	0,00
Itanagra-BA	512,56	44.976.000,00	25.462.342,00	88,10	5	6	95	4.271.979,27	3.747,35	0,00
São Gabriel- BA	728,58	76.767.000,00	53.515.782,00	736,60	4	3	515	18.977.287,69	3.070,76	0,00
Itaeté-BA	812,16	65.315.000,00	39.526.086,00	349,00	3	4	449	16.079.255,31	2.984,27	0,00
Piripá-BA	325,06	41.856.000,00	36.279.734,00	508,50	5	4	194	10.219.835,48	4.389,96	0,00
Banzaê-BA	676,68	43.899.000,00	31.383.783,00	458,10	5	4	275	10.346.932,40	3.135,43	0,00
Iuiú-BA	603,22	56.769.000,00	32.211.836,00	419,50	5	7	271	10.108.998,84	3.108,55	0,00
Barro Alto- BA	545,48	49.616.000,00	40.235.144,00	190,70	6	5	278	11.848.598,83	3.551,74	0,00
Anguera-BA	533,63	31.120.000,00	32.599.350,00	368,50	1	1	166	8.373.083,19	4.203,36	0,00
Contendas do Sincorá- BA	270,05	22.667.000,00	16.141.213,00	96,10	9	8	147	6.752.799,12	3.828,12	0,00
Água Fria- BA	890,46	75.957.000,00	40.414.359,00	10.348,80	7	7	360	17.380.025,26	4.023,15	0,00
Iramaia-BA	632,75	47.137.000,00	33.645.455,00	320,40	6	3	341	14.616.752,11	3.572,03	0,00
Lagoa Real- BA	484,85	51.591.000,00	37.048.442,00	3.807,50	4	6	149	6.487.569,49	3.628,39	0,00
Santanópolis- BA	359,86	33.970.000,00	27.564.869,00	82,90	3	2	219	11.000.090,62	4.185,73	0,00
Santa Cruz da Vitória- BA	562,18	28.492.000,00	21.205.852,00	619,90	3	5	153	6.669.352,66	3.632,55	0,00
Ouriçangas- BA	624,23	31.091.000,00	27.746.799,00	1.432,00	4	3	190	8.629.059,94	3.784,68	0,00
Apuarema- BA	412,41	36.664.000,00	22.018.700,00	1.009,00	3	5	168	7.036.349,87	3.490,25	0,00
Caatiba-BA	969,52	41.803.000,00	39.160.140,00	1.528,50	3	3	122	5.125.567,83	3.501,07	0,00
Érico Cardoso-BA	688,22	38.564.000,00	33.640.286,00	24,80	6	5	128	6.719.646,83	4.374,77	0,00
São José da Vitória-BA	677,06	23.513.000,00	16.608.014,00	887,00	1	2	142	6.358.005,86	3.731,22	0,00
Presidente Jânio	331,35	46.117.000,00	34.346.384,00	2.051,10	1	2	205	7.740.700,09	3.146,63	0,00



ARRANJO IBGE - IPEA	REG_VIN C_PESO_ FORM10	REG_ PIB10	REG_RE NDFAM _CENSO 10	REG_ORIG _OD_CAR GA_EPL_1 7	REG_QTDE_MU N_DEST_PROD_ AGRO_REGIC17	REG_QTDE_MUN _DEST_INSUMOS _AGRO_REGIC17	REG_IR PF_DEC LAR_20 17	REG_IR PF_VAL OR_201 7	REG_IRPF_V ALOR_PER_C AP_MES_210 7	REG_ EXP_ PIB2 0
Quadros-BA		00								
Sítio do Quinto-BA	929,13	56.61 2.000, 00	36.247.0 23,00	111.855,0 0	8	6	302	10.238. 354,81	2.825,15	0,00
Planaltino- BA	616,53	35.77 2.000, 00	29.398.9 84,00	112,00	7	3	248	9.224.8 03,24	3.099,73	0,00
Santa Brígida-BA	898,78	60.86 5.000, 00	39.588.4 19,00	1.698,00	6	6	300	12.675. 541,93	3.520,98	0,00
Bom Jesus da Serra-BA	508,46	34.87 3.000, 00	26.715.7 83,00	211,70	4	3	118	4.550.6 96,72	3.213,77	0,00
Caturama- BA	146,66	31.28 0.000, 00	24.545.6 65,00	982,20	6	5	100	3.980.3 84,70	3.316,99	0,00
Almadina- BA	417,54	30.54 3.000, 00	19.873.5 31,00	712,10	3	3	206	9.604.5 61,90	3.885,34	0,00
Nova Redenção- BA	370,50	31.88 3.000, 00	21.239.3 95,00	266,30	2	5	136	4.025.1 15,03	2.466,37	0,00
Caetanos- BA	498,20	38.84 9.000, 00	36.074.5 36,00	20.874,60	4	2	322	9.103.8 19,35	2.356,06	0,00
Macajuba- BA	368,44	42.58 4.000, 00	24.762.4 92,00	2.720,50	4	4	412	14.239. 370,29	2.880,13	0,06
Mirante-BA	385,81	35.67 9.000, 00	26.200.6 59,00	994,10	9	7	176	6.515.5 41,37	3.085,01	0,00
Pedrão-BA	232,52	27.20 4.000, 00	18.164.8 00,00	1.041.056, 20	3	3	123	5.235.4 82,96	3.547,08	0,00
Buritirama- BA	883,12	64.90 1.000, 00	41.055.4 47,00	308,90	3	4	337	10.774. 531,91	2.664,33	0,00
Matina-BA	454,88	38.49 4.000, 00	29.683.0 75,00	2.231,40	4	2	190	7.241.8 11,73	3.176,23	0,00
Brejolândia- BA	406,28	46.49 5.000, 00	29.067.1 05,00	2.194,90	3	3	159	4.813.3 00,88	2.522,69	0,00
Guajeru-BA	524,62	35.93 5.000, 00	30.181.3 96,00	2.286,70	8	7	118	4.307.3 32,52	3.041,90	0,03
Lamarão-BA	480,78	30.24 2.000, 00	20.672.6 51,00	254,60	6	6	135	6.085.6 52,62	3.756,58	0,00
Ibiquera-BA	230,64	19.26 3.000, 00	10.999.2 37,00	19,70	4	2	84	3.317.2 52,38	3.290,92	0,00
Mansidão- BA	674,77	41.70 8.000, 00	26.385.5 70,00	2,80	3	3	193	8.365.7 24,93	3.612,14	0,00

ARRANJO IBGE - IPEA	REG_E XP_PI B10	REG_PAR T_VA AGRO10	REG_PA RT_VA IND10	REG_PAR T_VA SERV10	REG_PAR T_VA ADM10	REG_PAR T_VA AGRO20	REG_PA RT_VA IND20	REG_PAR T_VA SERV20	REG_PAR T_VA ADM20	REG_IND_TRANS F_BENS_CAPITAL 10_RAIS
Salvador/BA	0,12	0,00	0,34	0,55	0,11	0,00	0,30	0,55	0,14	0,00
Feira de Santana/BA	0,03	0,01	0,25	0,59	0,15	0,01	0,22	0,60	0,16	0,01
Itabuna/BA - Ilhéus/BA	0,11	0,03	0,29	0,52	0,17	0,02	0,23	0,54	0,21	0,02
Petrolina/PE - Juazeiro/BA	0,07	0,14	0,18	0,45	0,23	0,13	0,12	0,51	0,24	0,00
Vitória da Conquista-BA	0,04	0,02	0,18	0,61	0,18	0,02	0,16	0,62	0,21	0,00
Barreiras-BA	0,24	0,19	0,15	0,52	0,15	0,31	0,14	0,42	0,12	0,00
Santo Antônio de Jesus-BA	0,00	0,04	0,17	0,62	0,17	0,03	0,15	0,63	0,19	0,00
Eunápolis-BA	0,57	0,04	0,35	0,46	0,15	0,05	0,31	0,46	0,18	0,00
Alagoinhas-BA	0,03	0,03	0,35	0,46	0,16	0,03	0,30	0,50	0,17	0,00
Ireque-BA	0,01	0,02	0,19	0,52	0,26	0,02	0,15	0,56	0,27	0,00
Irecê-BA	0,00	0,04	0,11	0,61	0,25	0,03	0,08	0,68	0,22	0,00
Guanambi-BA	0,00	0,04	0,10	0,58	0,27	0,03	0,12	0,59	0,25	0,00
Jacobina-BA	0,38	0,05	0,29	0,44	0,22	0,02	0,34	0,44	0,20	0,00
Itapetinga/BA	0,01	0,07	0,46	0,28	0,19	0,11	0,22	0,38	0,29	0,00
Senhor do Bonfim-BA	0,00	0,02	0,11	0,59	0,28	0,01	0,09	0,56	0,33	0,01
Brumado-BA	0,03	0,03	0,45	0,36	0,16	0,03	0,45	0,36	0,16	0,00
Bom Jesus da Lapa-BA	0,00	0,17	0,06	0,43	0,33	0,20	0,18	0,37	0,25	0,00
Porto Seguro/BA	0,00	0,06	0,11	0,60	0,24	0,06	0,08	0,60	0,26	0,00
Cachoeira - Muritiba/BA	0,23	0,15	0,20	0,35	0,30	0,09	0,14	0,39	0,38	0,00
Cruz das Almas-BA	0,07	0,10	0,14	0,53	0,23	0,02	0,11	0,60	0,28	0,00
Catu/BA - Pojuca/BA	0,12	0,01	0,53	0,32	0,14	0,01	0,42	0,34	0,24	0,00
Valença-BA	0,01	0,10	0,13	0,54	0,22	0,10	0,09	0,54	0,27	0,00
Serrinha-BA	0,07	0,04	0,24	0,43	0,29	0,03	0,10	0,55	0,32	0,00
Itaberaba-BA	0,01	0,10	0,07	0,50	0,32	0,06	0,10	0,54	0,31	0,00
Ribeira do Pombal-BA	0,00	0,07	0,05	0,50	0,37	0,10	0,10	0,48	0,33	0,00
Luís Eduardo Magalhães-BA	0,46	0,16	0,27	0,50	0,07	0,22	0,19	0,52	0,07	0,00
Teixeira de Freitas-BA	0,01	0,05	0,17	0,58	0,21	0,04	0,08	0,61	0,27	0,00
Paulo Afonso- BA	0,00	0,01	0,70	0,19	0,10	0,01	0,66	0,21	0,12	0,00
Ipiaú-BA	0,00	0,08	0,10	0,49	0,33	0,06	0,08	0,50	0,35	0,00
Caetité-BA	0,00	0,05	0,24	0,40	0,31	0,03	0,42	0,31	0,24	0,00
Santo Amaro- BA	0,00	0,07	0,32	0,35	0,27	0,08	0,22	0,40	0,30	0,00
Conceição do Coité-BA	0,16	0,05	0,21	0,41	0,33	0,05	0,16	0,47	0,32	0,00
Seabra-BA	0,00	0,07	0,06	0,54	0,34	0,04	0,06	0,58	0,33	0,00
Itamaraju-BA	0,00	0,25	0,10	0,40	0,26	0,21	0,10	0,40	0,29	0,00
Santa Maria da Vitória/BA	0,00	0,17	0,09	0,39	0,35	0,16	0,06	0,43	0,35	0,00
Poções-BA	0,00	0,08	0,06	0,48	0,38	0,06	0,06	0,53	0,36	0,00
Ibotirama-BA	0,00	0,07	0,09	0,55	0,30	0,06	0,15	0,49	0,29	0,00
Campo Formoso-BA	0,00	0,12	0,27	0,28	0,33	0,06	0,48	0,23	0,23	0,00
Euclides da Cunha-BA	0,00	0,36	0,08	0,31	0,26	0,26	0,06	0,38	0,30	0,00
Ipirá-BA	0,01	0,12	0,20	0,31	0,36	0,11	0,11	0,40	0,38	0,00
Livramento de Nossa Senhora-BA	0,01	0,36	0,06	0,32	0,25	0,20	0,05	0,41	0,34	0,00
Riachão do Jacuípe-BA	0,00	0,10	0,08	0,39	0,43	0,09	0,08	0,46	0,37	0,00
Xique-Xique- BA	0,00	0,16	0,04	0,35	0,45	0,15	0,04	0,36	0,45	0,00
Remanso-BA	0,00	0,25	0,04	0,32	0,40	0,17	0,03	0,40	0,40	0,00
Morro do Chapéu-BA	0,00	0,15	0,20	0,27	0,38	0,09	0,32	0,28	0,31	0,00
Santana-BA	0,00	0,29	0,08	0,27	0,35	0,22	0,07	0,33	0,37	0,00
Santa Rita de Cássia-BA	0,01	0,19	0,03	0,29	0,49	0,21	0,03	0,34	0,41	0,00
Paramirim-BA	0,00	0,10	0,06	0,42	0,43	0,07	0,09	0,43	0,41	0,00
Conceição do	0,01	0,04	0,63	0,26	0,08	0,03	0,62	0,27	0,09	0,16

ARRANJO IBGE - IPEA	REG_E XP_PI B10	REG_PAR T_VA AGRO10	REG_PA RT_VA IND10	REG_PAR T_VA SERV10	REG_PAR T_VA ADM10	REG_PAR T_VA AGRO20	REG_PA RT_VA IND20	REG_PAR T_VA SERV20	REG_PAR T_VA ADM20	REG_IND_TRANS F_BENS_CAPITAL 10_RAIS
Jacuípe-BA										
Amargosa-BA	0,12	0,10	0,14	0,41	0,35	0,07	0,09	0,49	0,35	0,00
Vera Cruz - Itaparica/BA	0,00	0,04	0,13	0,51	0,31	0,06	0,09	0,49	0,37	0,00
Nazaré-BA	0,00	0,05	0,13	0,48	0,35	0,05	0,06	0,46	0,42	0,00
Capim Grosso- BA	0,00	0,06	0,07	0,51	0,36	0,03	0,06	0,63	0,28	0,00
Santo Estêvão- BA	0,05	0,04	0,29	0,43	0,24	0,02	0,21	0,47	0,30	0,00
Caculé-BA	0,00	0,09	0,06	0,49	0,36	0,05	0,08	0,56	0,32	0,01
Camacan-BA	0,00	0,11	0,14	0,42	0,33	0,09	0,06	0,41	0,44	0,00
Gandu-BA	0,00	0,16	0,07	0,46	0,31	0,16	0,05	0,46	0,33	0,00
Nova Viçosa- BA	0,01	0,18	0,15	0,38	0,29	0,10	0,10	0,46	0,34	0,00
Jaguaquara-BA	0,00	0,13	0,06	0,43	0,38	0,10	0,06	0,48	0,37	0,00
Jaguarari-BA	0,00	0,02	0,59	0,26	0,13	0,01	0,48	0,30	0,20	0,00
Entre Rios-BA	0,00	0,13	0,33	0,31	0,23	0,14	0,16	0,38	0,32	0,00
Valente-BA	0,01	0,06	0,12	0,38	0,43	0,05	0,07	0,41	0,47	0,00
Ituberá-BA	0,00	0,25	0,10	0,37	0,28	0,18	0,06	0,38	0,37	0,00
Conceição do Almeida - Sapeçu/BA	0,00	0,28	0,07	0,28	0,37	0,13	0,09	0,38	0,41	0,00
Ubaitaba - Aurelino Leal/BA	0,00	0,17	0,09	0,39	0,36	0,10	0,10	0,35	0,44	0,00
Itabela-BA	0,00	0,25	0,10	0,35	0,30	0,18	0,08	0,40	0,34	0,00
Maracás-BA	0,00	0,17	0,08	0,31	0,43	0,10	0,40	0,32	0,18	0,00
Cícero Dantas- BA	0,00	0,15	0,05	0,36	0,44	0,13	0,05	0,42	0,41	0,00
Itacaré-BA	0,00	0,18	0,06	0,42	0,34	0,14	0,05	0,42	0,38	0,00
Macaúbas-BA	0,00	0,09	0,04	0,34	0,53	0,07	0,06	0,39	0,48	0,00
Itororó-BA	0,00	0,15	0,07	0,33	0,45	0,10	0,11	0,34	0,45	0,00
Tucano-BA	0,00	0,23	0,05	0,30	0,42	0,09	0,05	0,42	0,44	0,00
Prado-BA	0,00	0,47	0,06	0,25	0,22	0,32	0,08	0,34	0,27	0,00
Castro Alves- BA	0,08	0,11	0,23	0,30	0,36	0,07	0,14	0,41	0,38	0,01
Casa Nova-BA	0,35	0,26	0,08	0,25	0,42	0,19	0,13	0,30	0,38	0,00
Canavieiras-BA	0,00	0,26	0,06	0,31	0,37	0,25	0,05	0,34	0,36	0,00
Barra da Estiva-BA	0,00	0,21	0,04	0,36	0,39	0,28	0,04	0,41	0,26	0,00
Santaluz-BA	0,14	0,12	0,09	0,34	0,44	0,07	0,14	0,39	0,40	0,00
Ibicará-BA	0,00	0,10	0,06	0,38	0,46	0,08	0,04	0,41	0,47	0,00
Uruçuca-BA	0,00	0,24	0,10	0,28	0,38	0,18	0,07	0,37	0,38	0,00
Una-BA	0,00	0,20	0,27	0,32	0,22	0,26	0,06	0,34	0,33	0,00
Riacho de Santana-BA	0,00	0,18	0,04	0,31	0,48	0,15	0,03	0,36	0,46	0,00
São Felipe-BA	0,00	0,23	0,05	0,31	0,40	0,19	0,05	0,34	0,43	0,00
Camamu-BA	0,00	0,30	0,07	0,29	0,35	0,20	0,05	0,36	0,39	0,00
Inhambupe-BA	0,00	0,39	0,12	0,22	0,27	0,43	0,05	0,24	0,29	0,00
Barra do Choça-BA	0,00	0,37	0,06	0,23	0,34	0,41	0,07	0,26	0,26	0,00
Carinhanha-BA	0,00	0,16	0,05	0,26	0,54	0,22	0,04	0,32	0,42	0,00
Barra-BA	0,00	0,12	0,04	0,30	0,53	0,10	0,09	0,32	0,49	0,00
Maragogipe- BA	0,00	0,21	0,07	0,27	0,45	0,22	0,04	0,25	0,48	0,64
Conde-BA	0,00	0,16	0,07	0,30	0,47	0,15	0,08	0,30	0,46	0,00
Araci-BA	0,00	0,22	0,06	0,26	0,46	0,15	0,07	0,32	0,46	0,00
Rio Real-BA	0,00	0,69	0,05	0,16	0,11	0,63	0,03	0,18	0,16	0,00
Abaira-BA	0,00	0,10	0,11	0,30	0,49	0,07	0,08	0,31	0,54	0,00
Aracatu-BA	0,00	0,16	0,07	0,26	0,51	0,25	0,04	0,26	0,44	0,00
Mucuri-BA	1,28	0,05	0,69	0,18	0,08	0,03	0,64	0,22	0,11	0,00
Esplanada-BA	0,00	0,08	0,54	0,25	0,13	0,14	0,24	0,33	0,29	0,00
Mucugê-BA	0,00	0,63	0,06	0,20	0,11	0,73	0,04	0,14	0,08	0,00
Correntina-BA	0,39	0,37	0,11	0,38	0,14	0,62	0,04	0,26	0,08	0,00
Cairu-BA	0,00	0,02	0,74	0,22	0,02	0,03	0,47	0,35	0,15	0,00
Itagibá-BA	0,00	0,10	0,60	0,21	0,09	0,06	0,62	0,21	0,10	0,00
Caravelas-BA	0,00	0,41	0,15	0,25	0,18	0,34	0,04	0,34	0,27	0,00
Sobradinho-BA	0,00	0,03	0,79	0,08	0,10	0,03	0,74	0,11	0,13	0,00
São Desidério- BA	0,15	0,67	0,06	0,20	0,07	0,75	0,06	0,15	0,04	0,00
Barrocas-BA	0,69	0,06	0,59	0,20	0,15	0,04	0,55	0,22	0,19	0,00
Ibirapuã-BA	0,00	0,37	0,18	0,24	0,22	0,19	0,44	0,25	0,12	0,00
Formosa do Rio Preto-BA	0,13	0,65	0,05	0,22	0,08	0,77	0,03	0,16	0,04	0,00
Itapebi-BA	0,00	0,08	0,79	0,05	0,08	0,10	0,68	0,08	0,14	0,00

ARRANJO IBGE - IPEA	REG_E XP_PI B10	REG_PAR T_VA AGRO10	REG_PA RT_VA IND10	REG_PAR T_VA SERV10	REG_PAR T_VA ADM10	REG_PAR T_VA AGRO20	REG_PA RT_VA IND20	REG_PAR T_VA SERV20	REG_PAR T_VA ADM20	REG_IND_TRANS F_BENS_CAPITAL 10_RAIS
Ibicoara-BA	0,00	0,55	0,07	0,20	0,18	0,61	0,04	0,19	0,16	0,00
Igrapiúna-BA	0,00	0,38	0,17	0,18	0,26	0,32	0,11	0,20	0,37	0,00
Jaborandi-BA	0,03	0,69	0,06	0,15	0,10	0,75	0,06	0,13	0,05	0,00
Vereda-BA	0,00	0,41	0,23	0,12	0,24	0,42	0,03	0,17	0,38	0,00
Medeiros Neto-BA	0,00	0,23	0,19	0,33	0,25	0,22	0,19	0,34	0,26	0,00
Mutuípe-BA	0,00	0,21	0,06	0,37	0,37	0,13	0,05	0,58	0,25	0,00
Paripiranga-BA	0,00	0,32	0,04	0,33	0,31	0,38	0,04	0,33	0,26	0,00
Irará-BA	0,00	0,17	0,05	0,35	0,43	0,06	0,05	0,41	0,49	0,00
Lençóis-BA	0,00	0,08	0,07	0,48	0,37	0,09	0,07	0,42	0,42	0,00
Coaraci-BA	0,00	0,17	0,06	0,36	0,41	0,09	0,06	0,39	0,46	0,00
Miguel Calmon-BA	0,00	0,15	0,09	0,34	0,42	0,11	0,07	0,40	0,42	0,00
Itanhém-BA	0,00	0,37	0,06	0,27	0,30	0,35	0,05	0,29	0,32	0,00
Buerarema-BA	0,00	0,09	0,05	0,58	0,28	0,12	0,04	0,47	0,37	0,00
Milagres-BA	0,00	0,03	0,11	0,46	0,40	0,02	0,05	0,50	0,43	0,00
Jeremoabo-BA	0,00	0,28	0,05	0,28	0,39	0,21	0,06	0,32	0,40	0,00
Belmonte-BA	0,00	0,37	0,06	0,28	0,29	0,23	0,08	0,34	0,35	0,00
Antas-BA	0,00	0,16	0,05	0,29	0,50	0,15	0,05	0,30	0,49	0,00
Ubatã-BA	0,00	0,15	0,06	0,37	0,42	0,10	0,05	0,38	0,47	0,00
Palmeiras-BA	0,00	0,12	0,11	0,32	0,45	0,08	0,14	0,37	0,41	0,00
Ubaira-BA	0,00	0,26	0,06	0,27	0,40	0,12	0,05	0,49	0,33	0,00
Mundo Novo- BA	0,00	0,30	0,04	0,25	0,40	0,15	0,04	0,29	0,52	0,00
Utinga-BA	0,00	0,16	0,05	0,33	0,46	0,16	0,05	0,36	0,43	0,00
Maraú-BA	0,00	0,34	0,05	0,27	0,34	0,19	0,05	0,39	0,37	0,00
Coração de Maria-BA	0,00	0,19	0,18	0,24	0,40	0,09	0,09	0,33	0,48	0,00
Mairi-BA	0,00	0,15	0,04	0,31	0,50	0,13	0,04	0,34	0,49	0,00
Presidente Dutra-BA	0,00	0,18	0,08	0,27	0,47	0,10	0,06	0,35	0,49	0,00
Andorinha-BA	0,00	0,05	0,51	0,23	0,21	0,05	0,32	0,29	0,34	0,00
Queimadas-BA	0,00	0,15	0,05	0,31	0,49	0,12	0,05	0,36	0,47	0,00
Laje-BA	0,00	0,19	0,04	0,41	0,35	0,21	0,04	0,33	0,42	0,00
Alcobaça-BA	0,01	0,46	0,04	0,23	0,27	0,26	0,08	0,32	0,34	0,00
Itarantim-BA	0,00	0,26	0,14	0,26	0,34	0,31	0,16	0,23	0,29	0,00
Piritiba-BA	0,00	0,16	0,07	0,31	0,47	0,12	0,04	0,34	0,50	0,00
Condeúba-BA	0,00	0,12	0,05	0,36	0,46	0,07	0,06	0,40	0,47	0,00
Monte Santo- BA	0,00	0,12	0,04	0,26	0,58	0,14	0,04	0,32	0,49	0,00
Brejões - Nova Itarana-BA	0,00	0,21	0,05	0,32	0,42	0,09	0,05	0,33	0,53	0,00
Ibirataia-BA	0,01	0,31	0,06	0,28	0,35	0,19	0,07	0,35	0,40	0,00
Iaçú-BA	0,00	0,38	0,06	0,23	0,33	0,12	0,06	0,35	0,48	0,00
Barra do Mendes-BA	0,00	0,14	0,05	0,33	0,48	0,08	0,05	0,38	0,50	0,00
Ibiciuí-BA	0,00	0,32	0,05	0,24	0,39	0,36	0,04	0,23	0,37	0,00
Araças-BA	0,00	0,03	0,63	0,22	0,12	0,05	0,39	0,25	0,31	0,00
Itapicuru-BA	0,00	0,46	0,06	0,18	0,30	0,38	0,06	0,21	0,36	0,00
Iguai-BA	0,00	0,17	0,05	0,29	0,49	0,17	0,04	0,33	0,46	0,00
Rafael Jambeiro-BA	0,00	0,05	0,05	0,54	0,37	0,05	0,04	0,60	0,32	0,00
Sento Sé-BA	0,00	0,22	0,04	0,25	0,50	0,05	0,67	0,10	0,19	0,00
Riachão das Neves-BA	0,24	0,52	0,04	0,27	0,16	0,70	0,04	0,18	0,08	0,00
Maiquinique- BA	0,02	0,16	0,32	0,24	0,28	0,23	0,16	0,24	0,37	0,00
Canarana-BA	0,00	0,22	0,06	0,27	0,46	0,20	0,06	0,31	0,43	0,00
Catolândia-BA	0,00	0,12	0,04	0,55	0,29	0,12	0,05	0,55	0,28	0,00
Jitaúna-BA	0,00	0,23	0,05	0,25	0,48	0,25	0,04	0,30	0,41	0,00
Botuporã-BA	0,00	0,11	0,05	0,31	0,52	0,11	0,04	0,36	0,49	0,00
Cansanção-BA	0,00	0,21	0,05	0,29	0,45	0,12	0,04	0,34	0,50	0,00
Andaraí-BA	0,00	0,11	0,05	0,28	0,56	0,09	0,04	0,34	0,54	0,00
Nova Soure-BA	0,01	0,14	0,06	0,29	0,51	0,15	0,07	0,30	0,48	0,00
Teodoro Sampaio-BA	0,00	0,13	0,08	0,41	0,38	0,08	0,10	0,37	0,45	0,00
Serrolândia-BA	0,00	0,10	0,08	0,31	0,51	0,06	0,07	0,35	0,53	0,00
São Miguel das Matas-BA	0,00	0,22	0,04	0,38	0,37	0,23	0,04	0,37	0,36	0,00
Curaçá-BA	0,00	0,26	0,08	0,22	0,44	0,18	0,06	0,30	0,46	0,00
Uauá-BA	0,00	0,16	0,08	0,30	0,47	0,09	0,05	0,37	0,50	0,00
Saúde-BA	0,01	0,12	0,05	0,29	0,54	0,07	0,04	0,35	0,54	0,00
Piatã-BA	0,00	0,11	0,04	0,29	0,57	0,11	0,09	0,36	0,44	0,00
Chorrochó-BA	0,00	0,07	0,05	0,33	0,55	0,09	0,06	0,28	0,57	0,00
Guaratinga-BA	0,00	0,39	0,06	0,20	0,34	0,38	0,04	0,18	0,40	0,00

ARRANJO IBGE - IPEA	REG_E XP_PI B10	REG_PAR T_VA AGRO10	REG_PA RT_VA IND10	REG_PAR T_VA SERV10	REG_PAR T_VA ADM10	REG_PAR T_VA AGRO20	REG_PA RT_VA IND20	REG_PAR T_VA SERV20	REG_PAR T_VA ADM20	REG_IND_TRANS F_BENS_CAPITAL 10_RAIS
Baixa Grande-BA	0,00	0,15	0,05	0,29	0,50	0,13	0,05	0,34	0,48	0,00
Central-BA	0,00	0,11	0,05	0,32	0,52	0,05	0,06	0,39	0,49	0,00
Brotas de Macaúbas-BA	0,00	0,10	0,05	0,29	0,55	0,07	0,05	0,32	0,56	0,00
Encruzilhada-BA	0,00	0,22	0,05	0,31	0,42	0,30	0,04	0,29	0,37	0,00
Ibirapitanga-BA	0,00	0,36	0,05	0,21	0,38	0,36	0,04	0,20	0,40	0,00
Cocos-BA	0,00	0,43	0,05	0,22	0,30	0,50	0,08	0,21	0,22	0,00
Nordestina-BA	0,00	0,09	0,05	0,26	0,60	0,06	0,21	0,28	0,45	0,00
Potiraguá-BA	0,00	0,31	0,06	0,24	0,39	0,29	0,07	0,26	0,38	0,00
Presidente Tancredo Neves-BA	0,09	0,26	0,07	0,25	0,41	0,23	0,06	0,30	0,41	0,00
Lajedão-BA	0,00	0,48	0,06	0,19	0,28	0,55	0,03	0,18	0,24	0,00
Serra Dourada-BA	0,00	0,28	0,05	0,24	0,43	0,25	0,09	0,29	0,37	0,00
Nova Canaã-BA	0,00	0,22	0,04	0,23	0,51	0,25	0,03	0,29	0,43	0,00
Ibipeba-BA	0,00	0,13	0,10	0,25	0,52	0,26	0,07	0,25	0,42	0,00
Canudos-BA	0,00	0,21	0,05	0,30	0,44	0,21	0,05	0,30	0,44	0,00
Campo Alegre de Lourdes-BA	0,00	0,12	0,14	0,28	0,46	0,14	0,08	0,33	0,45	0,00
Sátiro Dias-BA	0,07	0,19	0,16	0,21	0,44	0,43	0,05	0,18	0,34	0,00
Filadélfia-BA	0,00	0,14	0,08	0,30	0,48	0,07	0,06	0,35	0,51	0,00
Rodelas-BA	0,00	0,10	0,08	0,29	0,53	0,18	0,08	0,29	0,45	0,00
Ourolândia-BA	0,00	0,17	0,15	0,25	0,43	0,04	0,35	0,28	0,34	0,00
Serra Preta-BA	0,00	0,13	0,07	0,26	0,54	0,13	0,07	0,33	0,47	0,00
Salinas da Margarida-BA	0,00	0,33	0,08	0,23	0,36	0,41	0,04	0,22	0,33	0,01
Pindobaçu-BA	0,00	0,10	0,04	0,28	0,58	0,05	0,04	0,32	0,58	0,00
Wanderley-BA	0,00	0,42	0,03	0,20	0,35	0,29	0,04	0,28	0,39	0,00
Santa Teresinha-BA	0,00	0,13	0,08	0,24	0,54	0,09	0,08	0,29	0,54	0,00
Boa Nova-BA	0,00	0,20	0,04	0,25	0,51	0,12	0,05	0,28	0,55	0,00
Wenceslau Guimarães-BA	0,00	0,50	0,05	0,17	0,28	0,44	0,04	0,20	0,32	0,00
Ibititá-BA	0,00	0,21	0,08	0,25	0,47	0,21	0,07	0,25	0,47	0,00
Jaguaripe-BA	0,00	0,34	0,05	0,21	0,40	0,32	0,04	0,19	0,44	0,00
Tremedal-BA	0,00	0,15	0,04	0,25	0,56	0,14	0,04	0,28	0,54	0,00
Coribe-BA	0,00	0,33	0,05	0,21	0,41	0,29	0,04	0,29	0,38	0,00
Itagi-BA	0,00	0,27	0,05	0,25	0,43	0,15	0,05	0,29	0,51	0,00
Mascote-BA	0,00	0,25	0,05	0,27	0,43	0,18	0,04	0,32	0,46	0,00
Firmino Alves-BA	0,00	0,24	0,06	0,22	0,47	0,25	0,05	0,24	0,46	0,00
Pilão Arcado-BA	0,00	0,17	0,03	0,22	0,58	0,15	0,03	0,27	0,54	0,00
Crisópolis-BA	0,00	0,24	0,05	0,25	0,47	0,16	0,04	0,29	0,50	0,00
Teolândia-BA	0,00	0,31	0,06	0,21	0,43	0,39	0,05	0,19	0,37	0,00
Ibipitanga-BA	0,00	0,10	0,04	0,29	0,57	0,06	0,04	0,34	0,55	0,00
Itapitanga-BA	0,00	0,28	0,04	0,20	0,47	0,19	0,04	0,22	0,55	0,00
Ichu-BA	0,00	0,11	0,05	0,28	0,56	0,09	0,07	0,27	0,57	0,00
Cabaceiras do Paraguaçu-BA	0,00	0,19	0,04	0,22	0,54	0,12	0,21	0,22	0,45	0,00
Pau Brasil-BA	0,00	0,30	0,06	0,19	0,45	0,27	0,05	0,24	0,43	0,00
Gentio do Ouro-BA	0,00	0,14	0,04	0,25	0,57	0,04	0,31	0,19	0,45	0,00
Ponto Novo-BA	0,00	0,25	0,07	0,22	0,46	0,09	0,06	0,32	0,53	0,00
Santa Luzia-BA	0,00	0,28	0,06	0,21	0,45	0,22	0,05	0,25	0,48	0,00
São José do Jacuípe-BA	0,00	0,19	0,06	0,27	0,48	0,17	0,07	0,33	0,43	0,00
Lajedo do Tabocal-BA	0,00	0,26	0,09	0,21	0,43	0,15	0,05	0,29	0,51	0,00
Itamarí-BA	0,00	0,35	0,05	0,22	0,38	0,30	0,04	0,23	0,43	0,00
América Dourada-BA	0,00	0,23	0,07	0,21	0,49	0,26	0,06	0,24	0,44	0,00
Bonito-BA	0,02	0,38	0,05	0,21	0,36	0,36	0,08	0,24	0,32	0,00
Nilo Peçanha-BA	0,00	0,36	0,05	0,19	0,39	0,31	0,05	0,22	0,42	0,00
Floresta Azul-BA	0,00	0,27	0,05	0,22	0,46	0,17	0,05	0,29	0,49	0,00
Fátima-BA	0,00	0,55	0,06	0,16	0,23	0,52	0,04	0,18	0,26	0,00
Jiquiriçá-BA	0,00	0,25	0,08	0,23	0,44	0,20	0,04	0,30	0,46	0,00

ARRANJO IBGE - IPEA	REG_E XP_PI B10	REG_PAR T_VA AGRO10	REG_PA RT_VA IND10	REG_PAR T_VA SERV10	REG_PAR T_VA ADM10	REG_PAR T_VA AGRO20	REG_PA RT_VA IND20	REG_PAR T_VA SERV20	REG_PAR T_VA ADM20	REG_IND_TRANS F_BENS_CAPITAL 10_RAIS
Itaquara-BA	0,00	0,30	0,09	0,21	0,40	0,32	0,04	0,24	0,40	0,00
Barra do Rocha-BA	0,00	0,36	0,05	0,18	0,40	0,32	0,05	0,21	0,42	0,00
Quijingue-BA	0,00	0,30	0,04	0,20	0,46	0,10	0,04	0,30	0,56	0,00
Adustina-BA	0,00	0,42	0,05	0,21	0,32	0,55	0,03	0,18	0,24	0,00
Novo Horizonte-BA	0,00	0,15	0,04	0,27	0,54	0,13	0,07	0,28	0,53	0,00
Aiquara-BA	0,00	0,42	0,05	0,17	0,36	0,23	0,04	0,22	0,51	0,00
Aporá-BA	0,00	0,14	0,07	0,23	0,56	0,15	0,05	0,26	0,55	0,00
Malhada-BA	0,00	0,28	0,07	0,21	0,45	0,35	0,05	0,19	0,40	0,00
Heliópolis-BA	0,00	0,19	0,05	0,27	0,49	0,27	0,05	0,26	0,42	0,00
Sebastião Laranjeiras-BA	0,00	0,29	0,04	0,20	0,47	0,23	0,03	0,25	0,49	0,00
Quixabeira-BA	0,00	0,12	0,06	0,25	0,57	0,08	0,06	0,31	0,55	0,00
Nova Ibiá-BA	0,00	0,46	0,05	0,16	0,34	0,42	0,03	0,19	0,36	0,00
Lajedinho-BA	0,00	0,29	0,04	0,30	0,37	0,10	0,04	0,48	0,38	0,00
Cotegipe-BA	0,00	0,34	0,04	0,18	0,45	0,32	0,04	0,22	0,42	0,00
Aratuípe-BA	0,00	0,29	0,05	0,23	0,43	0,21	0,04	0,26	0,50	0,00
Caraibas-BA	0,00	0,19	0,05	0,21	0,56	0,15	0,06	0,30	0,49	0,00
Ribeirão do Largo-BA	0,00	0,40	0,04	0,16	0,40	0,46	0,03	0,18	0,33	0,00
Boa Vista do Tupim-BA	0,00	0,29	0,04	0,21	0,46	0,17	0,05	0,25	0,53	0,00
Coronel João Sá-BA	0,00	0,39	0,04	0,22	0,35	0,21	0,04	0,26	0,49	0,00
Elísio Medrado-BA	0,00	0,23	0,05	0,24	0,48	0,18	0,05	0,28	0,49	0,00
Irajuba-BA	0,00	0,13	0,05	0,25	0,57	0,07	0,04	0,44	0,45	0,00
Jussari-BA	0,00	0,30	0,08	0,20	0,42	0,24	0,03	0,23	0,49	0,00
Gavião-BA	0,00	0,19	0,06	0,23	0,52	0,21	0,04	0,24	0,51	0,00
Caém-BA	0,00	0,24	0,04	0,23	0,49	0,22	0,05	0,24	0,48	0,00
Manoel Vitorino-BA	0,00	0,26	0,04	0,21	0,49	0,21	0,04	0,28	0,48	0,00
Lafaiete Coutinho-BA	0,00	0,30	0,05	0,19	0,46	0,24	0,04	0,23	0,49	0,00
Mirangaba-BA	0,00	0,17	0,04	0,23	0,56	0,14	0,05	0,24	0,58	0,00
Arataca-BA	0,00	0,46	0,05	0,17	0,32	0,22	0,04	0,21	0,53	0,00
Morpará-BA	0,00	0,19	0,05	0,26	0,51	0,19	0,04	0,27	0,50	0,00
Cravolândia- BA	0,00	0,18	0,06	0,21	0,54	0,10	0,05	0,27	0,57	0,00
Marcionílio Souza-BA	0,00	0,27	0,04	0,22	0,47	0,17	0,04	0,25	0,53	0,00
Macururé-BA	0,00	0,06	0,03	0,26	0,64	0,09	0,04	0,27	0,60	0,00
Itaju do Colônia-BA	0,00	0,39	0,05	0,17	0,38	0,35	0,04	0,19	0,41	0,00
Biritinga-BA	0,00	0,18	0,11	0,21	0,50	0,11	0,09	0,25	0,56	0,00
Itaguaçu da Bahia-BA	0,00	0,19	0,08	0,20	0,54	0,12	0,24	0,19	0,46	0,00
Caldeirão Grande-BA	0,00	0,12	0,05	0,26	0,57	0,06	0,05	0,29	0,60	0,00
Dário Meira- BA	0,00	0,40	0,04	0,18	0,38	0,19	0,03	0,25	0,52	0,00
Mulungu do Morro-BA	0,00	0,13	0,04	0,24	0,59	0,16	0,05	0,27	0,51	0,00
Muquém de São Francisco- BA	0,00	0,38	0,03	0,18	0,41	0,23	0,21	0,25	0,31	0,00
Novo Triunfo- BA	0,00	0,10	0,05	0,19	0,66	0,11	0,04	0,22	0,62	0,00
Ribeira do Amparo-BA	0,04	0,26	0,04	0,20	0,50	0,40	0,04	0,18	0,37	0,00
Jandaíra-BA	0,02	0,65	0,04	0,12	0,19	0,47	0,06	0,17	0,31	0,00
Pirai do Norte- BA	0,00	0,25	0,04	0,20	0,50	0,32	0,04	0,19	0,46	0,00
Canápolis-BA	0,00	0,22	0,05	0,21	0,53	0,15	0,07	0,25	0,53	0,00
Jucuruçu-BA	0,00	0,38	0,27	0,11	0,24	0,47	0,03	0,17	0,34	0,00
Gongogi-BA	0,00	0,29	0,05	0,19	0,47	0,24	0,04	0,22	0,49	0,00
Ipecaetá-BA	0,00	0,17	0,04	0,19	0,60	0,08	0,04	0,24	0,64	0,00
Umburanas-BA	0,00	0,10	0,04	0,22	0,63	0,05	0,09	0,34	0,53	0,00
Pedro Alexandre-BA	0,00	0,34	0,03	0,17	0,46	0,37	0,03	0,18	0,42	0,00
Feira da Mata- BA	0,00	0,36	0,02	0,21	0,41	0,24	0,03	0,26	0,47	0,00
Sítio do Mato- BA	0,00	0,31	0,03	0,18	0,48	0,28	0,05	0,21	0,45	0,00

ARRANJO IBGE - IPEA	REG_E XP_PI B10	REG_PAR T_VA AGRO10	REG_PA RT_VA IND10	REG_PAR T_VA SERV10	REG_PAR T_VA ADM10	REG_PAR T_VA AGRO20	REG_PA RT_VA IND20	REG_PAR T_VA SERV20	REG_PAR T_VA ADM20	REG_IND_TRANS F_BENS_CAPITAL 10_RAIS
Ruy Barbosa-BA	0,02	0,17	0,18	0,30	0,35	0,07	0,16	0,37	0,40	0,00
Itatim-BA	0,00	0,03	0,06	0,65	0,27	0,02	0,07	0,70	0,21	0,00
Itajuípe-BA	0,01	0,13	0,42	0,23	0,22	0,14	0,15	0,31	0,39	0,00
Iraquara-BA	0,00	0,18	0,13	0,26	0,43	0,07	0,45	0,30	0,19	0,00
Tanhaçu-BA	0,00	0,14	0,05	0,35	0,47	0,20	0,06	0,35	0,40	0,00
Licínio de Almeida-BA	0,00	0,15	0,04	0,35	0,46	0,11	0,04	0,44	0,41	0,00
Urandi-BA	0,00	0,14	0,32	0,23	0,31	0,13	0,15	0,35	0,37	0,00
Santa Inês-BA	0,00	0,08	0,07	0,35	0,50	0,04	0,06	0,37	0,54	0,00
Igaporã-BA	0,00	0,14	0,05	0,29	0,52	0,07	0,33	0,24	0,36	0,00
João Dourado-BA	0,00	0,20	0,06	0,33	0,41	0,17	0,07	0,36	0,40	0,00
Oliveira dos Brejinhos-BA	0,00	0,09	0,04	0,39	0,48	0,06	0,27	0,33	0,35	0,00
Conceição da Feira-BA	0,00	0,18	0,12	0,29	0,41	0,11	0,26	0,31	0,32	0,00
Retirolândia-BA	0,23	0,07	0,19	0,31	0,44	0,06	0,16	0,32	0,46	0,00
Tanque Novo-BA	0,00	0,12	0,04	0,41	0,43	0,07	0,05	0,43	0,46	0,00
Cipó-BA	0,00	0,05	0,06	0,37	0,51	0,04	0,05	0,40	0,52	0,00
Itiruçu-BA	0,00	0,20	0,06	0,32	0,42	0,15	0,05	0,36	0,44	0,00
Terra Nova-BA	0,02	0,07	0,29	0,22	0,42	0,06	0,21	0,32	0,41	0,00
Cândido Sales-BA	0,00	0,09	0,06	0,32	0,54	0,05	0,05	0,41	0,49	0,00
Santa Bárbara-BA	0,00	0,14	0,09	0,37	0,40	0,06	0,07	0,36	0,51	0,01
Ibiassucê-BA	0,00	0,15	0,07	0,33	0,45	0,10	0,07	0,39	0,44	0,00
Planalto-BA	0,00	0,13	0,06	0,37	0,44	0,16	0,06	0,37	0,41	0,00
Itagimirim-BA	0,00	0,40	0,04	0,26	0,30	0,31	0,05	0,29	0,34	0,00
Capela do Alto Alegre-BA	0,00	0,09	0,42	0,18	0,31	0,18	0,12	0,28	0,42	0,00
Teofilândia-BA	0,00	0,13	0,06	0,28	0,53	0,07	0,06	0,38	0,49	0,00
Ituaçu-BA	0,00	0,23	0,06	0,26	0,46	0,25	0,06	0,28	0,42	0,00
Rio de Contas-BA	0,00	0,19	0,05	0,35	0,42	0,23	0,05	0,35	0,38	0,00
Anagé-BA	0,00	0,14	0,05	0,28	0,53	0,10	0,06	0,37	0,46	0,00
Nova Fátima-BA	0,00	0,11	0,06	0,35	0,47	0,13	0,06	0,39	0,42	0,00
São Domingos-BA	0,00	0,14	0,08	0,27	0,52	0,14	0,07	0,31	0,48	0,00
Olindina-BA	0,00	0,14	0,06	0,34	0,47	0,05	0,07	0,35	0,52	0,00
Itiúba-BA	0,00	0,17	0,04	0,27	0,52	0,17	0,04	0,31	0,49	0,00
Lapão-BA	0,00	0,20	0,09	0,26	0,45	0,16	0,12	0,32	0,41	0,00
Palmas de Monte Alto-BA	0,00	0,21	0,06	0,23	0,50	0,23	0,07	0,27	0,43	0,00
Boninal-BA	0,00	0,10	0,06	0,28	0,56	0,07	0,05	0,32	0,56	0,00
Ipupiara-BA	0,00	0,06	0,06	0,40	0,47	0,05	0,11	0,46	0,39	0,00
Belo Campo-BA	0,00	0,10	0,05	0,33	0,52	0,08	0,04	0,40	0,48	0,00
Saubara-BA	0,00	0,16	0,11	0,39	0,34	0,20	0,07	0,33	0,40	0,00
Ibitiara-BA	0,00	0,13	0,06	0,29	0,51	0,10	0,04	0,31	0,56	0,00
Boquira-BA	0,02	0,13	0,05	0,30	0,52	0,09	0,07	0,32	0,52	0,00
Jacaraci-BA	0,00	0,16	0,04	0,26	0,54	0,11	0,04	0,32	0,53	0,00
Antônio Gonçalves-BA	0,00	0,14	0,06	0,26	0,54	0,07	0,05	0,28	0,60	0,00
Taperoá-BA	0,00	0,36	0,05	0,21	0,38	0,21	0,03	0,27	0,49	0,00
Uibaí-BA	0,00	0,16	0,08	0,26	0,50	0,14	0,06	0,30	0,50	0,00
Rio do Pires-BA	0,00	0,13	0,05	0,30	0,53	0,08	0,05	0,37	0,50	0,00
Várzea do Poço-BA	0,00	0,16	0,05	0,31	0,48	0,07	0,04	0,49	0,41	0,00
Várzea Nova-BA	0,00	0,16	0,05	0,29	0,50	0,08	0,44	0,21	0,27	0,00
Candiba-BA	0,00	0,20	0,06	0,28	0,46	0,18	0,05	0,34	0,43	0,00
Mortugaba-BA	0,00	0,16	0,04	0,30	0,49	0,10	0,06	0,38	0,46	0,00
Cardeal da Silva-BA	0,00	0,05	0,41	0,27	0,28	0,06	0,21	0,27	0,46	0,00
Serra do Ramalho-BA	0,00	0,20	0,04	0,26	0,50	0,27	0,06	0,28	0,38	0,00
Pindaí-BA	0,00	0,14	0,04	0,25	0,57	0,08	0,42	0,21	0,29	0,00
Tabocas do Brejo Velho-BA	0,00	0,24	0,04	0,26	0,47	0,11	0,44	0,17	0,28	0,00
Antônio Cardoso-BA	0,00	0,10	0,06	0,50	0,34	0,07	0,05	0,38	0,50	0,00

ARRANJO IBGE - IPEA	REG_E XP_PI B10	REG_PAR T_VA AGRO10	REG_PA RT_VA IND10	REG_PAR T_VA SERV10	REG_PAR T_VA ADM10	REG_PAR T_VA AGRO20	REG_PA RT_VA IND20	REG_PAR T_VA SERV20	REG_PAR T_VA ADM20	REG_IND_TRANS F_BENS_CAPITAL 10_RAIS
Dom Basílio-BA	0,00	0,60	0,05	0,17	0,17	0,21	0,04	0,33	0,42	0,00
Malhada de Pedras-BA	0,00	0,17	0,06	0,25	0,51	0,15	0,05	0,30	0,50	0,00
Cafarnaum-BA	0,00	0,14	0,05	0,28	0,52	0,15	0,10	0,30	0,44	0,00
Tanquinho-BA	0,00	0,11	0,08	0,32	0,49	0,12	0,06	0,32	0,51	0,00
Paratinga-BA	0,00	0,15	0,04	0,27	0,53	0,12	0,03	0,34	0,50	0,00
Abaré-BA	0,00	0,09	0,05	0,26	0,61	0,13	0,05	0,32	0,50	0,00
Wagner-BA	0,00	0,16	0,06	0,27	0,51	0,16	0,05	0,30	0,48	0,00
Aramari-BA	0,00	0,19	0,16	0,22	0,44	0,09	0,18	0,25	0,47	0,00
Tapiramutá-BA	0,00	0,30	0,09	0,20	0,41	0,18	0,04	0,25	0,52	0,00
Pé de Serra-BA	0,00	0,15	0,05	0,26	0,54	0,18	0,07	0,26	0,49	0,00
Varzedo-BA	0,00	0,23	0,17	0,21	0,39	0,27	0,19	0,25	0,29	0,00
Jussara-BA	0,00	0,12	0,06	0,26	0,57	0,10	0,05	0,29	0,56	0,00
Acajutiba-BA	0,00	0,37	0,05	0,24	0,34	0,17	0,04	0,32	0,46	0,00
Várzea da Roça-BA	0,00	0,11	0,06	0,27	0,57	0,11	0,05	0,31	0,53	0,00
Pintadas-BA	0,00	0,19	0,04	0,24	0,52	0,19	0,07	0,28	0,46	0,00
Souto Soares-BA	0,00	0,10	0,05	0,28	0,57	0,04	0,04	0,34	0,57	0,00
Cristópolis-BA	0,00	0,18	0,04	0,27	0,51	0,17	0,04	0,34	0,45	0,00
Itapé-BA	0,00	0,26	0,05	0,23	0,46	0,25	0,05	0,27	0,43	0,00
Glória-BA	0,00	0,30	0,06	0,20	0,44	0,51	0,06	0,15	0,28	0,00
Angical-BA	0,00	0,32	0,04	0,22	0,42	0,30	0,04	0,29	0,38	0,00
Baianópolis-BA	0,00	0,36	0,04	0,22	0,38	0,48	0,03	0,22	0,27	0,00
Dom Macedo Costa-BA	0,00	0,22	0,05	0,21	0,52	0,14	0,06	0,30	0,50	0,00
Cordeiros-BA	0,00	0,11	0,05	0,27	0,57	0,08	0,06	0,31	0,56	0,00
Rio do Antônio-BA	0,00	0,11	0,05	0,30	0,54	0,08	0,05	0,33	0,54	0,00
Jussiape-BA	0,00	0,18	0,06	0,26	0,50	0,16	0,05	0,30	0,48	0,00
Muniz Ferreira-BA	0,00	0,15	0,05	0,29	0,52	0,12	0,06	0,30	0,53	0,00
Maetinga-BA	0,00	0,08	0,04	0,29	0,59	0,08	0,06	0,39	0,48	0,00
Barro Preto-BA	0,00	0,33	0,05	0,22	0,41	0,29	0,03	0,22	0,46	0,00
Candeal-BA	0,00	0,12	0,05	0,27	0,56	0,17	0,05	0,25	0,54	0,00
Itanagra-BA	0,00	0,13	0,29	0,20	0,37	0,06	0,10	0,26	0,57	0,00
São Gabriel-BA	0,00	0,16	0,06	0,25	0,53	0,08	0,06	0,28	0,58	0,00
Itaeté-BA	0,00	0,26	0,05	0,23	0,47	0,13	0,04	0,27	0,56	0,00
Piripá-BA	0,00	0,09	0,05	0,25	0,62	0,07	0,05	0,33	0,56	0,00
Banzaê-BA	0,00	0,09	0,12	0,23	0,56	0,15	0,04	0,25	0,55	0,00
Iuiú-BA	0,00	0,23	0,05	0,26	0,47	0,29	0,04	0,25	0,42	0,00
Barro Alto-BA	0,00	0,14	0,05	0,26	0,56	0,13	0,05	0,28	0,54	0,00
Anguera-BA	0,00	0,10	0,04	0,22	0,63	0,06	0,05	0,30	0,60	0,00
Contendas do Sincorá-BA	0,00	0,23	0,05	0,22	0,51	0,17	0,05	0,30	0,48	0,00
Água Fria-BA	0,00	0,23	0,05	0,21	0,52	0,19	0,06	0,22	0,53	0,00
Iramaia-BA	0,00	0,18	0,04	0,23	0,55	0,15	0,04	0,35	0,47	0,00
Lagoa Real-BA	0,00	0,15	0,06	0,21	0,58	0,12	0,05	0,25	0,58	0,00
Santanópolis-BA	0,00	0,21	0,04	0,19	0,56	0,06	0,05	0,27	0,62	0,00
Santa Cruz da Vitória-BA	0,00	0,28	0,04	0,21	0,46	0,22	0,05	0,24	0,49	0,00
Ouriçangas-BA	0,00	0,22	0,04	0,21	0,53	0,07	0,10	0,25	0,58	0,00
Apurema-BA	0,00	0,29	0,04	0,22	0,45	0,18	0,04	0,25	0,52	0,00
Caatiba-BA	0,00	0,25	0,05	0,19	0,52	0,28	0,04	0,22	0,46	0,00
Érico Cardoso-BA	0,00	0,13	0,03	0,24	0,60	0,08	0,05	0,27	0,60	0,00
São José da Vitória-BA	0,00	0,17	0,06	0,24	0,53	0,12	0,04	0,32	0,52	0,00
Presidente Jânio Quadros-BA	0,00	0,13	0,04	0,25	0,58	0,11	0,04	0,30	0,56	0,00
Sítio do Quinto-BA	0,00	0,27	0,06	0,22	0,45	0,26	0,04	0,28	0,42	0,00
Planaltino-BA	0,00	0,22	0,04	0,22	0,52	0,17	0,04	0,27	0,52	0,00
Santa Brígida-BA	0,00	0,19	0,04	0,26	0,51	0,13	0,06	0,30	0,51	0,00
Bom Jesus da Serra-BA	0,00	0,10	0,04	0,19	0,67	0,08	0,04	0,26	0,62	0,00
Caturama-BA	0,00	0,18	0,04	0,21	0,57	0,15	0,05	0,25	0,56	0,00
Almadina-BA	0,00	0,34	0,05	0,18	0,43	0,24	0,04	0,24	0,48	0,00
Nova Redenção-BA	0,00	0,19	0,06	0,24	0,52	0,12	0,05	0,27	0,56	0,00
Caetanos-BA	0,00	0,11	0,03	0,22	0,63	0,09	0,05	0,26	0,60	0,00



ARRANJO IBGE - IPEA	REG_E XP_PI B10	REG_PAR T_VA AGRO10	REG_PA RT_VA IND10	REG_PAR T_VA SERV10	REG_PAR T_VA ADM10	REG_PAR T_VA AGRO20	REG_PA RT_VA IND20	REG_PAR T_VA SERV20	REG_PAR T_VA ADM20	REG_IND_TRANS F_BENS_CAPITAL 10_RAIS
Macajuba-BA	0,00	0,21	0,05	0,22	0,52	0,10	0,06	0,27	0,57	0,00
Mirante-BA	0,00	0,21	0,05	0,18	0,56	0,15	0,04	0,27	0,54	0,00
Pedrão-BA	0,00	0,19	0,04	0,19	0,58	0,10	0,04	0,23	0,62	0,00
Buritirama-BA	0,00	0,11	0,03	0,23	0,63	0,12	0,03	0,27	0,57	0,00
Matina-BA	0,00	0,14	0,03	0,21	0,62	0,16	0,03	0,24	0,57	0,00
Brejolândia-BA	0,00	0,42	0,03	0,15	0,41	0,36	0,03	0,23	0,38	0,00
Guajeru-BA	0,00	0,22	0,05	0,20	0,52	0,21	0,05	0,26	0,47	0,00
Lamarão-BA	0,00	0,15	0,05	0,19	0,61	0,15	0,05	0,22	0,59	0,00
Ibiquera-BA	0,00	0,29	0,04	0,17	0,50	0,16	0,04	0,24	0,55	0,00
Mansidão-BA	0,00	0,18	0,03	0,19	0,60	0,12	0,04	0,24	0,60	0,00

ARRANJO IBGE - IPEA	REG_IND_TR ANSF_BENS_ INTERM10_ RAIS	REG_IND_TRA NSF_BENS_C ONSUMO10_ RAIS	REG_I ND_EX T10_R RAIS	REG_CO M_ATAC ADO10_ RAIS	REG_TRAN SPORTE_C ARGA10_ RAIS	REG_SE RV_AS_ EMP10_ RAIS	REG_SE R_AS_F AM10_ RAIS	REG_ATIV_ FINANC_E_ IMOB10_ RAIS	URB_CENTRA L_CULT_COM SERV_REGIC 17	URB_A G_BAN C_BACE N10
Salvador/B A	0,08	0,02	0,01	0,02	0,02	0,08	0,19	0,04	324	300
Feira de Santana/B A	0,15	0,04	0,00	0,06	0,04	0,03	0,34	0,04	204	34
Itabuna/B A - Ilhéus/BA	0,02	0,06	0,00	0,02	0,03	0,02	0,32	0,05	111	24
Petrolina/ PE - Juazeiro/B A	0,14	0,01	0,00	0,04	0,01	0,02	0,19	0,03	97	8
Vitória da Conquista- BA	0,04	0,05	0,00	0,04	0,02	0,02	0,39	0,05	117	16
Barreiras- BA	0,06	0,01	0,00	0,04	0,01	0,05	0,26	0,05	53	13
Santo Antônio de Jesus-BA	0,07	0,14	0,00	0,09	0,02	0,03	0,35	0,04	63	6
Eunápolis- BA	0,21	0,01	0,00	0,05	0,05	0,02	0,27	0,03	22	7
Alagoinhas -BA	0,13	0,03	0,00	0,03	0,07	0,02	0,26	0,03	26	7
Jequié-BA	0,05	0,15	0,00	0,05	0,01	0,03	0,28	0,04	41	5
Irecê-BA	0,01	0,01	0,02	0,05	0,03	0,02	0,43	0,07	42	4
Guanambi- BA	0,06	0,03	0,00	0,04	0,02	0,05	0,34	0,07	33	5
Jacobina- BA	0,03	0,03	0,24	0,01	0,00	0,02	0,27	0,06	29	4
Itapetinga/ BA	0,01	0,57	0,00	0,01	0,01	0,01	0,10	0,02	25	6
Senhor do Bonfim-BA	0,02	0,01	0,00	0,08	0,00	0,02	0,31	0,06	26	4
Brumado- BA	0,05	0,00	0,17	0,03	0,09	0,01	0,23	0,04	27	3
Bom Jesus da Lapa-BA	0,01	0,01	0,00	0,02	0,02	0,01	0,23	0,05	27	4
Porto Seguro/BA	0,04	0,01	0,00	0,01	0,00	0,04	0,43	0,06	41	7
Cachoeira - Muritiba/B A	0,10	0,02	0,00	0,00	0,00	0,03	0,30	0,04	21	7
Cruz das Almas-BA	0,02	0,06	0,00	0,05	0,00	0,01	0,52	0,02	25	3
Catu/BA - Pojuca/BA	0,28	0,00	0,23	0,03	0,04	0,04	0,10	0,01	10	5
Valença- BA	0,09	0,01	0,00	0,02	0,00	0,03	0,32	0,05	17	4
Serrinha- BA	0,10	0,02	0,01	0,03	0,00	0,02	0,23	0,05	38	3
Itaberaba- BA	0,01	0,17	0,00	0,03	0,01	0,01	0,22	0,06	26	4
Ribeira do Pombal-BA	0,01	0,03	0,00	0,03	0,00	0,01	0,26	0,06	21	3
Luis Eduardo Magalhães -BA	0,11	0,00	0,00	0,08	0,03	0,09	0,27	0,02	21	6
Teixeira de Freitas-BA	0,04	0,02	0,00	0,06	0,02	0,02	0,29	0,04	26	8
Paulo Afonso-BA	0,00	0,03	0,00	0,02	0,01	0,03	0,21	0,04	28	7
Ipiaú-BA	0,02	0,04	0,00	0,04	0,00	0,01	0,29	0,05	12	4
Caetité-BA	0,24	0,11	0,07	0,01	0,05	0,04	0,19	0,05	20	3
Santo Amaro-BA	0,20	0,03	0,00	0,00	0,00	0,05	0,22	0,04	5	3
Conceição do Coité- BA	0,18	0,05	0,00	0,00	0,00	0,01	0,17	0,05	21	4
Seabra-BA	0,02	0,00	0,00	0,05	0,00	0,02	0,24	0,07	19	3
Itamaraju- BA	0,05	0,03	0,00	0,01	0,00	0,01	0,30	0,06	11	4
Santa Maria da	0,02	0,01	0,01	0,04	0,01	0,02	0,17	0,05	20	3

ARRANJO IBGE - IPEA	REG_IND_TR ANSF_BENS_ INTERM10_R AIS	REG_IND_TRA NSF_BENS_C ONSUMO10_ RAIS	REG_I ND_EX T10_R AIS	REG_CO M_ATAC ADO10_ RAIS	REG_TRAN SPORTE_C ARGA10_R AIS	REG_SE RV_AS_ EMP10_ RAIS	REG_SE R_AS_F AM10_ RAIS	REG_ATIV_ FINANC_E_ IMOB10_R AIS	URB_CENTRA L_CULT_COM SERV_REGIC 17	URB_A G_BAN C_BACE N10
Vitória/BA										
Poções-BA	0,01	0,03	0,00	0,02	0,01	0,01	0,30	0,06	11	3
Ibotirama-BA	0,01	0,00	0,06	0,01	0,00	0,01	0,27	0,05	12	2
Campo Formoso-BA	0,10	0,00	0,14	0,00	0,01	0,01	0,17	0,04	10	3
Euclides da Cunha-BA	0,05	0,00	0,01	0,03	0,00	0,01	0,18	0,05	14	3
Ipirá-BA	0,04	0,19	0,00	0,02	0,00	0,01	0,16	0,04	14	3
Livramento de Nossa Senhora-BA	0,05	0,01	0,00	0,02	0,00	0,01	0,26	0,07	16	3
Riachão do Jacuípe-BA	0,08	0,02	0,00	0,02	0,00	0,01	0,25	0,05	15	2
Xique-Xique-BA	0,02	0,00	0,00	0,04	0,00	0,00	0,15	0,06	8	3
Remanso-BA	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,01	0,23	0,05	8	3
Morro do Chapéu-BA	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,14	0,07	13	3
Santana-BA	0,06	0,01	0,00	0,01	0,01	0,00	0,21	0,06	9	2
Santa Rita de Cássia-BA	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,05	0,03	7	1
Paramirim-BA	0,07	0,01	0,03	0,02	0,04	0,01	0,34	0,09	11	2
Conceição do Jacuípe-BA	0,07	0,06	0,02	0,03	0,02	0,24	0,17	0,02	3	2
Amargosa-BA	0,05	0,21	0,00	0,00	0,00	0,01	0,21	0,06	27	3
Vera Cruz - Itaparica/BA	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00	0,01	0,27	0,06	4	3
Nazaré-BA	0,05	0,00	0,02	0,01	0,01	0,09	0,21	0,07	5	3
Capim Grosso-BA	0,01	0,04	0,00	0,01	0,00	0,01	0,32	0,04	16	2
Santo Estêvão-BA	0,00	0,43	0,00	0,00	0,00	0,01	0,18	0,02	6	2
Caculé-BA	0,16	0,03	0,00	0,03	0,03	0,01	0,29	0,03	10	2
Camacan-BA	0,01	0,13	0,00	0,04	0,01	0,03	0,24	0,06	5	3
Gandu-BA	0,01	0,02	0,00	0,03	0,00	0,01	0,30	0,05	7	2
Nova Viçosa-BA	0,05	0,00	0,00	0,04	0,02	0,01	0,12	0,01	4	3
Jaguaquara-BA	0,00	0,01	0,00	0,02	0,00	0,01	0,26	0,06	14	3
Jaguarari-BA	0,00	0,00	0,61	0,00	0,00	0,01	0,07	0,01	5	3
Entre Rios-BA	0,55	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,09	0,01	8	2
Valente-BA	0,25	0,07	0,00	0,00	0,00	0,03	0,11	0,06	14	1
Ituberá-BA	0,06	0,03	0,00	0,05	0,02	0,05	0,18	0,03	6	1
Conceição do Almeida - Sapeaçu/BA	0,08	0,03	0,00	0,01	0,00	0,00	0,17	0,03	5	3
Ubaítaba - Aurelino Leal/BA	0,01	0,00	0,00	0,05	0,00	0,01	0,16	0,03	7	2
Itabela-BA	0,07	0,03	0,00	0,02	0,00	0,01	0,17	0,01	3	2
Maracás-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,02	0,16	0,03	12	1
Cícero Dantas-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,19	0,08	13	2
Itacaré-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,36	0,03	11	1
Macaúbas-BA	0,01	0,00	0,02	0,00	0,00	0,01	0,17	0,04	14	1
Itororó-BA	0,02	0,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,08	0,02	4	2
Tucano-BA	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,12	0,03	5	2
Prado-BA	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,18	0,02	9	1

ARRANJO IBGE - IPEA	REG_IND_TR ANSF_BENS_ INTERM10_R AIS	REG_IND_TRA NSF_BENS_C ONSUMO10_ RAIS	REG_I ND_EX T10_R AIS	REG_CO M_ATAC ADO10_ RAIS	REG_TRAN SPORTE_C ARGA10_R AIS	REG_SE RV_AS_ EMP10_ RAIS	REG_SE R_AS_F AM10_ RAIS	REG_ATIV_ FINANC_E IMOB10_R AIS	URB_CENTRA L_CULT_COM _SERV_REGIC 17	URB_A G_BAN C_BACE N10
Castro Alves-BA	0,04	0,14	0,02	0,00	0,00	0,01	0,11	0,04	5	2
Casa Nova- BA	0,00	0,02	0,00	0,01	0,00	0,01	0,07	0,01	3	2
Canavieira s-BA	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,01	0,21	0,03	8	2
Barra da Estiva-BA	0,01	0,01	0,00	0,01	0,00	0,01	0,27	0,04	7	1
Santaluz- BA	0,00	0,15	0,02	0,00	0,00	0,01	0,14	0,04	8	1
Ibicaraí-BA	0,09	0,01	0,00	0,01	0,00	0,00	0,16	0,05	4	3
Uruçuca- BA	0,00	0,09	0,00	0,00	0,00	0,06	0,16	0,03	1	2
Una-BA	0,02	0,01	0,00	0,00	0,00	0,01	0,34	0,01	1	1
Riacho de Santana- BA	0,06	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,13	0,05	2	1
São Felipe- BA	0,00	0,02	0,00	0,00	0,02	0,03	0,20	0,03	1	1
Camamu- BA	0,06	0,02	0,00	0,01	0,00	0,01	0,14	0,03	5	1
Inhambup e-BA	0,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,08	0,07	0,03	8	1
Barra do Choça-BA	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,01	0,07	0,02	3	2
Carinhanh a-BA	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,04	0,03	9	1
Barra-BA	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,12	0,03	4	1
Maragogip e-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	0,00	1	1
Conde-BA	0,03	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00	0,09	0,02	5	1
Araci-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,08	0,03	8	1
Rio Real- BA	0,03	0,02	0,00	0,02	0,00	0,00	0,11	0,03	7	2
Abaira-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,03	6	0
Aracatu-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,09	0,00	6	0
Mucuri-BA	0,43	0,00	0,00	0,01	0,08	0,01	0,13	0,01	6	3
Esplanada- BA	0,04	0,01	0,01	0,00	0,00	0,01	0,17	0,04	8	3
Mucugê- BA	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,03	0,01	11	1
Correntina- BA	0,01	0,00	0,00	0,06	0,00	0,00	0,08	0,02	11	3
Cairu-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,46	0,05	0	0
Itagibá-BA	0,00	0,00	0,60	0,00	0,00	0,01	0,06	0,01	11	1
Caravelas- BA	0,00	0,00	0,00	0,01	0,07	0,00	0,05	0,02	2	1
Sobradinh o-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,07	0,03	0	2
São Desidério- BA	0,03	0,00	0,00	0,01	0,00	0,01	0,03	0,01	9	1
Barrocas- BA	0,00	0,00	0,70	0,01	0,01	0,00	0,03	0,01	3	0
Ibirapuã- BA	0,02	0,14	0,00	0,00	0,01	0,00	0,03	0,02	2	1
Formosa do Rio Preto-BA	0,02	0,00	0,00	0,02	0,01	0,00	0,03	0,01	12	1
Itapebi-BA	0,00	0,01	0,05	0,01	0,00	0,00	0,05	0,00	1	0
Ibicoara- BA	0,01	0,05	0,00	0,01	0,00	0,00	0,04	0,01	4	1
Igrapiúna- BA	0,05	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	0,00	1	0
Jaborandi- BA	0,00	0,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	5	0
Vereda-BA	0,00	0,04	0,01	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	2	0
Medeiros Neto-BA	0,49	0,01	0,03	0,00	0,00	0,01	0,08	0,05	6	3
Mutuípe- BA	0,01	0,06	0,00	0,00	0,00	0,02	0,22	0,03	7	1
Paripirang a-BA	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00	0,20	0,05	8	1
Irará-BA	0,00	0,01	0,00	0,03	0,01	0,00	0,16	0,03	5	2
Lençóis-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,30	0,06	26	1

ARRANJO IBGE - IPEA	REG_IND_TR ANSF_BENS_ INTERM10_R AIS	REG_IND_TRA NSF_BENS_C ONSUMO10_ RAIS	REG_I ND_EX T10_R AIS	REG_CO M_ATAC ADO10_ RAIS	REG_TRAN SPORTE_C ARGA10_R AIS	REG_SE RV_AS_ EMP10_ RAIS	REG_SE R_AS_F AM10_ RAIS	REG_ATIV_ FINANC_E IMOB10_R AIS	URB_CENTRA L_CULT_COM _SERV_REGIC 17	URB_A G_BAN C_BACE N10
Coaraci-BA	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,18	0,06	2	2
Miguel Calmon-BA	0,00	0,00	0,04	0,00	0,00	0,00	0,22	0,03	10	1
Itanhém- BA	0,03	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,15	0,05	10	1
Buerarema -BA	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,14	0,04	3	2
Milagres- BA	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,25	0,02	15	1
Jeremoabo -BA	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00	0,01	0,10	0,04	9	2
Belmonte- BA	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,16	0,02	4	1
Antas-BA	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,13	0,04	6	1
Ubatã-BA	0,08	0,03	0,00	0,00	0,00	0,01	0,21	0,04	3	2
Palmeiras- BA	0,06	0,02	0,03	0,00	0,00	0,00	0,13	0,03	9	1
Ubaíra-BA	0,00	0,04	0,00	0,00	0,00	0,01	0,16	0,03	8	1
Mundo Novo-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,08	0,11	5	2
Utinga-BA	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,12	0,05	6	1
Maraú-BA	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00	0,15	0,00	3	0
Coração de Maria-BA	0,09	0,08	0,00	0,00	0,01	0,00	0,16	0,03	0	1
Mairi-BA	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,06	0,06	7	1
Presidente Dutra-BA	0,00	0,02	0,00	0,04	0,01	0,01	0,36	0,30	1	1
Andorinha- BA	0,00	0,00	0,67	0,00	0,01	0,00	0,04	0,01	2	0
Queimadas -BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,10	0,02	4	1
Laje-BA	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,09	0,02	4	1
Alcobaça- BA	0,00	0,01	0,00	0,01	0,00	0,00	0,09	0,04	5	2
Itarantim- BA	0,01	0,25	0,02	0,00	0,00	0,00	0,09	0,03	6	1
Piritiba-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	0,12	0,04	7	1
Condeúba- BA	0,02	0,05	0,01	0,00	0,00	0,00	0,05	0,09	7	2
Monte Santo-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	0,02	6	2
Brejões - Nova Itarana/BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	10	2
Ibirataia- BA	0,02	0,04	0,00	0,03	0,00	0,00	0,16	0,02	5	1
Iaçu-BA	0,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,10	0,02	4	1
Barra do Mendes- BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,08	0,10	6	1
Ibiciú-BA	0,00	0,20	0,00	0,00	0,00	0,02	0,06	0,02	31	1
Araças-BA	0,03	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,08	0,00	2	0
Itapícuru- BA	0,00	0,04	0,01	0,00	0,00	0,01	0,06	0,02	3	1
Iguaí-BA	0,00	0,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,02	5	2
Rafael Jambeiro- BA	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,14	0,00	0	0
Sento Sé- BA	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,01	0,07	0,02	0	1
Riachão das Neves- BA	0,02	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00	0,02	0,01	2	1
Maiquiniq ue-BA	0,00	0,33	0,25	0,00	0,00	0,00	0,07	0,01	2	1
Canarana- BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,08	0,02	4	0
Catolândia -BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,10	0,00	1	0
Jitaúna-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,12	0,03	6	1
Botuporã- BA	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,10	0,08	5	1
Cansanção- BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01	0,14	0,02	5	1
Andaraí-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,07	0,10	12	1

ARRANJO IBGE - IPEA	REG_IND_TR ANSF_BENS_ INTERM10_R AIS	REG_IND_TRA NSF_BENS_C ONSUMO10_ RAIS	REG_I ND_EX T10_R AIS	REG_CO M_ATAC ADO10_ RAIS	REG_TRAN SPORTE_C ARGA10_R AIS	REG_SE RV_AS_ EMP10_ RAIS	REG_SE R_AS_F AM10_ RAIS	REG_ATIV_ FINANC_E IMOB10_R AIS	URB_CENTRA L_CULT_COM _SERV_REGIC 17	URB_A G_BAN C_BACE N10
Nova Soure-BA	0,00	0,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,08	0,02	4	1
Teodoro Sampaio- BA	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,10	0,05	0	1
Serrolândi a-BA	0,02	0,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,08	0,04	8	1
São Miguel das Matas- BA	0,01	0,01	0,00	0,01	0,00	0,02	0,13	0,03	4	0
Curaçá-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,08	0,01	4	1
Uauá-BA	0,00	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00	0,09	0,02	2	1
Saúde-BA	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,06	0,08	4	2
Piatã-BA	0,00	0,00	0,05	0,00	0,00	0,00	0,07	0,02	4	1
Chorrochó- BA	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,05	0,03	3	1
Guaratinga -BA	0,00	0,02	0,00	0,00	0,01	0,00	0,07	0,02	3	1
Baixa Grande-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,06	0,05	5	1
Central-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	0,04	6	1
Brotas de Macaúbas- BA	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00	0,08	0,02	3	1
Encruzilha da-BA	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,06	0,02	4	1
Ibirapitang a-BA	0,01	0,01	0,00	0,01	0,00	0,00	0,08	0,02	5	1
Cocos-BA	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,03	0,01	7	1
Nordestina -BA	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00	0,09	0,05	0,03	0	0
Potiraguá- BA	0,00	0,31	0,02	0,00	0,00	0,00	0,03	0,01	0	1
Presidente Tancredo Neves-BA	0,00	0,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,13	0,01	2	0
Lajedão-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0	0
Serra Dourada- BA	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,08	0,06	6	1
Nova Canaã-BA	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,08	0,04	3	1
Ibipeba-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	0,01	3	1
Canudos- BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,06	0,02	3	0
Campo Alegre de Lourdes- BA	0,00	0,00	0,15	0,00	0,01	0,00	0,08	0,01	4	0
Sátiro Dias-BA	0,02	0,00	0,00	0,20	0,00	0,00	0,04	0,01	0	0
Filadélfia- BA	0,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,12	0,02	6	0
Rodelas- BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,02	4	1
Ourolândia -BA	0,05	0,00	0,30	0,01	0,00	0,01	0,02	0,00	2	0
Serra Preta-BA	0,00	0,06	0,00	0,00	0,01	0,00	0,05	0,02	3	1
Salinas da Margarida- BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,12	0,02	1	0
Pindobaçu- BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,06	0,04	5	1
Wanderley -BA	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,06	0,05	2	1
Santa Teresinha- BA	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,08	0,00	4	0
Boa Nova- BA	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,08	0,04	3	1
Wenceslau Guimarães -BA	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,06	0,02	4	1
Ibititá-BA	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,07	0,04	7	1

ARRANJO IBGE - IPEA	REG_IND_TR ANSF_BENS_ INTERM10_R AIS	REG_IND_TRA NSF_BENS_C ONSUMO10_ RAIS	REG_I ND_EX T10_R AIS	REG_CO M_ATAC ADO10_ RAIS	REG_TRAN SPORTE_C ARGA10_R AIS	REG_SE RV_AS_ EMP10_ RAIS	REG_SE R_AS_F AM10_ RAIS	REG_ATIV_ FINANC_E IMOB10_R AIS	URB_CENTRA L_CULT_COM SERV_REGIC 17	URB_A G_BAN C_BACE N10
Jaguaripe-BA	0,01	0,01	0,00	0,16	0,00	0,00	0,09	0,00	0	0
Tremedal-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	0,03	0,04	6	1
Coribe-BA	0,00	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00	0,02	0,03	4	1
Itagi-BA	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,06	0,02	7	1
Mascote-BA	0,01	0,00	0,01	0,01	0,00	0,00	0,13	0,00	2	0
Firmino Alves-BA	0,00	0,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0	0
Pilão Arcado-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	0,03	2	1
Crisópolis-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	0,03	9	2
Teolândia-BA	0,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	0,02	1	1
Ibipitanga-BA	0,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,09	0,00	5	0
Itapitanga-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,06	0,03	1	1
Ichu-BA	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	0,00	3	0
Cabaceiras do Paraguaçu-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,07	0,00	0	0
Pau Brasil-BA	0,01	0,01	0,00	0,00	0,02	0,00	0,03	0,02	3	0
Gentio do Ouro-BA	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,06	0,04	2	0
Ponto Novo-BA	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,06	0,00	4	1
Santa Luzia-BA	0,05	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,09	0,00	3	0
São José do Jacuípe-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	0,00	1	0
Lajedo do Tabocal-BA	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,05	0,03	5	0
Itamari-BA	0,00	0,01	0,00	0,03	0,00	0,00	0,03	0,00	2	0
América Dourada-BA	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00	0,02	0,02	3	0
Bonito-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,04	0,00	5	0
Nilo Peçanha-BA	0,05	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,05	0,04	2	1
Floresta Azul-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,07	0,00	2	0
Fátima-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,07	0,00	9	0
Jiquiriçá-BA	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,09	0,02	3	0
Itaquara-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,12	0,02	2	0
Barra do Rocha-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	0,00	0	0
Quijingue-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	0,01	2	1
Adustina-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,07	0,03	5	1
Novo Horizonte-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	1	0
Aiquara-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,09	0,00	0	0
Aporá-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,05	0,04	2	0
Malhada-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,07	0,04	4	1
Heliópolis-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,08	0,00	4	0
Sebastião Laranjeiras-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,02	2	0
Quixabeira-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	0,00	4	0
Nova Ibiá-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0	0

ARRANJO IBGE - IPEA	REG_IND_TR ANSF_BENS_ INTERM10_R AIS	REG_IND_TRA NSF_BENS_C ONSUMO10_ RAIS	REG_I ND_EX T10_R AIS	REG_CO M_ATAC ADO10_ RAIS	REG_TRAN SPORTE_C ARGA10_R AIS	REG_SE RV_AS_ EMP10_ RAIS	REG_SE R_AS_F AM10_ RAIS	REG_ATIV_ FINANC_E IMOB10_R AIS	URB_CENTRA L_CULT_COM SERV_REGIC 17	URB_A G_BAN C_BACE N10
Lajedinho-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,18	0,00	0	0
Cotegipe-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	0,00	2	0
Aratuípe-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,06	0,00	0	0
Caraíbas-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,33	0,00	3	0
Ribeirão do Largo-BA	0,01	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	2	0
Boa Vista do Tupim-BA	0,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,08	0,02	2	1
Coronel João Sá-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,02	3	1
Elísio Medrado-BA	0,05	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	0,00	2	0
Irajuba-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,08	0,00	2	0
Jussari-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,08	0,00	3	0
Gavião-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	0,00	3	0
Caém-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,04	3	1
Manoel Vitorino-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	0,00	3	0
Lafaiete Coutinho-BA	0,00	0,01	0,03	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	1	0
Mirangaba-BA	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	1	1
Arataca-BA	0,02	0,01	0,00	0,01	0,00	0,00	0,02	0,00	3	0
Morpará-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	0,00	2	0
Cravolândia-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	0,00	0	0
Marcionílio Souza-BA	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,09	0,00	2	0
Macururé-BA	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	2	0
Itaju do Colônia-BA	0,00	0,00	0,07	0,00	0,00	0,00	0,05	0,02	1	1
Biritinga-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,08	0,03	2	1
Itaguaçu da Bahia-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0	0
Caldeirão Grande-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,02	3	0
Dário Meira-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	0,01	0	1
Mulungu do Morro-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	3	0
Muquém de São Francisco-BA	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	0,00	0	0
Novo Triunfo-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	2	0
Ribeira do Amparo-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,01	1	0
Jandáira-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,06	2	0
Pirai do Norte-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	0,00	0	0
Canápolis-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,04	1	0
Jucuruçu-BA	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,03	0,00	1	0
Gongogi-BA	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	0,00	2	0
Ipecaetá-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01	0	1



ARRANJO IBGE - IPEA	REG_IND_TR ANSF_BENS_ INTERM10_R AIS	REG_IND_TRA NSF_BENS_C ONSUMO10_ RAIS	REG_I ND_EX T10_R AIS	REG_CO M_ATA C_ADO10_ RAIS	REG_TRAN SPORTE_C ARGA10_R AIS	REG_SE RV_AS_ EMP10_ RAIS	REG_SE R_AS_F AM10_ RAIS	REG_ATIV_ FINANC_E IMOB10_R AIS	URB_CENTRA L_CULT_COM _SERV_REGIC 17	URB_A G_BAN C_BACE N10
Umburana s-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,07	0,00	1	0
Pedro Alexandre- BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,01	2	1
Feira da Mata-BA	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00	0,01	0,00	3	0
Sítio do Mato-BA	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00	0	0
Ruy Barbosa- BA	0,00	0,25	0,02	0,01	0,01	0,01	0,16	0,02	7	2
Itatim-BA	0,00	0,05	0,00	0,01	0,00	0,00	0,42	0,01	8	0
Itajuípe-BA	0,00	0,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,03	2	2
Iraquara- BA	0,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,08	0,02	6	1
Tanhaçu- BA	0,01	0,02	0,01	0,00	0,03	0,01	0,18	0,04	6	1
Licínio de Almeida- BA	0,01	0,00	0,00	0,02	0,00	0,38	0,12	0,02	4	1
Urandi-BA	0,22	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,13	0,03	4	1
Santa Inês- BA	0,02	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,14	0,05	8	1
Igaporã-BA	0,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,09	0,02	3	0
João Dourado- BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,18	0,03	7	1
Oliveira dos Brejinhos- BA	0,07	0,00	0,02	0,01	0,00	0,01	0,10	0,05	8	1
Conceição da Feira- BA	0,01	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00	0,10	0,02	3	1
Retirolândi a-BA	0,18	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,06	0,02	3	0
Tanque Novo-BA	0,01	0,01	0,00	0,07	0,00	0,00	0,14	0,04	3	2
Cipó-BA	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,03	4	1
Itiruçu-BA	0,01	0,01	0,00	0,01	0,00	0,01	0,14	0,02	16	1
Terra Nova-BA	0,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	0,01	0	0
Cândido Sales-BA	0,00	0,00	0,02	0,01	0,00	0,00	0,15	0,03	7	1
Santa Bárbara- BA	0,00	0,00	0,01	0,01	0,00	0,00	0,23	0,03	5	1
Ibiassucê- BA	0,23	0,00	0,05	0,00	0,00	0,00	0,07	0,03	3	1
Planalto- BA	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,21	0,02	2	1
Itagimirim- BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	0,11	0,06	1	1
Capela do Alto Alegre-BA	0,01	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,06	0,02	6	0
Teofilândia -BA	0,06	0,01	0,00	0,00	0,00	0,01	0,15	0,01	2	0
Ituaçu-BA	0,18	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,10	0,02	5	1
Rio de Contas-BA	0,01	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,15	0,07	11	1
Anagé-BA	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,14	0,03	6	1
Nova Fátima-BA	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,07	0,00	3	0
São Domingos- BA	0,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,03	2	0
Olindina- BA	0,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,12	0,02	5	1
Itiúba-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,10	0,02	3	1
Lapão-BA	0,00	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00	0,06	0,02	13	1
Palmas de Monte Alto-BA	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,06	0,01	3	1

ARRANJO IBGE - IPEA	REG_IND_TR ANSF_BENS_ INTERM10_R AIS	REG_IND_TRA NSF_BENS_C ONSUMO10_ RAIS	REG_I ND_EX T10_R AIS	REG_CO M_ATAC ADO10_ RAIS	REG_TRAN SPORTE_C ARGA10_R AIS	REG_SE RV_AS_ EMP10_ RAIS	REG_SE R_AS_F AM10_ RAIS	REG_ATIV_ FINANC_E IMOB10_R AIS	URB_CENTRA L_CULT_COM SERV_REGIC 17	URB_A G_BAN C_BACE N10
Boninal-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,10	0,03	5	0
Ipupiara-BA	0,01	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,25	0,08	4	2
Belo Campo-BA	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,09	0,04	7	1
Saubara-BA	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,03	0,17	0,01	0	0
Ibitiara-BA	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,04	0,02	1	0
Boquira-BA	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,16	0,04	3	1
Jacaraci-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	0,06	3	1
Antônio Gonçalves-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,65	0,00	3	0
Taperoá-BA	0,07	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,08	0,02	3	1
Uibaí-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	0,05	4	1
Rio do Pires-BA	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,08	0,04	8	1
Várzea do Poço-BA	0,00	0,01	0,00	0,04	0,00	0,00	0,08	0,00	1	0
Várzea Nova-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,02	3	0
Candiba-BA	0,10	0,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,08	0,05	5	1
Mortugaba-BA	0,03	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,14	0,05	3	1
Cardeal da Silva-BA	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	0,02	0	0
Serra do Ramalho-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,07	0,02	4	1
Pindaí-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	0,06	3	1
Tabocas do Brejo Velho-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,08	0,00	3	0
Antônio Cardoso-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,14	0,00	0	0
Dom Basílio-BA	0,02	0,00	0,00	0,01	0,02	0,00	0,13	0,02	2	0
Malhada de Pedras-BA	0,17	0,00	0,00	0,00	0,05	0,00	0,10	0,02	3	1
Cafarnaum-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,17	0,11	4	1
Tanquinho-BA	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,14	0,06	2	1
Paratinga-BA	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,10	0,02	7	1
Abaré-BA	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,01	3	1
Wagner-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	0,07	5	1
Aramari-BA	0,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	0,03	0	0
Tapiramutá-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	0,02	4	1
Pé de Serra-BA	0,01	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,08	0,02	7	0
Varzedo-BA	0,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,02	0,00	0	0
Jussara-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,04	4	0
Acajutiba-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,08	0,03	3	1
Várzea da Roça-BA	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,01	0,05	0,02	2	0
Pintadas-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	0,12	6	0
Souto Soares-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,02	0,03	4	1
Cristópolis-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	0,00	4	0
Itapé-BA	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,09	0,04	1	1
Glória-BA	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00	0,02	0,00	1	0
Angical-BA	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,02	0,03	0	1
Baianópolis-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,06	0,04	3	1

ARRANJO IBGE - IPEA	REG_IND_TR ANSF_BENS_ INTERM10_R AIS	REG_IND_TRA NSF_BENS_C ONSUMO10_ RAIS	REG_I ND_EX T10_R AIS	REG_CO M_ATAC ADO10_ RAIS	REG_TRAN SPORTE_C ARGA10_R AIS	REG_SE RV_AS_ EMP10_ RAIS	REG_SE R_AS_F AM10_ RAIS	REG_ATIV_ FINANC_E IMOB10_R AIS	URB_CENTRA L_CULT_COM _SERV_REGIC 17	URB_A G_BAN C_BACE N10
Dom Macedo Costa-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	1	0
Cordeiros- BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,06	0,03	0,00	2	0
Rio do Antônio- BA	0,01	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,08	0,05	4	1
Jussiape- BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,09	0,07	4	0
Muniz Ferreira-BA	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,06	0,00	2	0
Maetinga- BA	0,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	0,07	0,00	2	0
Barro Preto-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,04	0,00	0	0
Candeal- BA	0,04	0,01	0,00	0,00	0,00	0,17	0,05	0,06	2	1
Itanagra- BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	0	0
São Gabriel-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,08	0,00	1	0
Itaeté-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	0,05	0,02	2	0
Piripá-BA	0,01	0,00	0,05	0,00	0,00	0,00	0,04	0,00	6	0
Banzaê-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	0,02	2	0
Iuiú-BA	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	0,05	3	1
Barro Alto- BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,06	0,03	3	0
Anguera- BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	0,04	3	0
Contendas do Sincorá- BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	0,00	0	0
Água Fria- BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	0,03	2	1
Iramaia-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,02	3	0
Lagoa Real-BA	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,03	3	0
Santanópolis- BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,04	1	0
Santa Cruz da Vitória- BA	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,06	0,02	2	1
Ouriçangas -BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	1	0
Apurema- BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	2	0
Caatiba-BA	0,00	0,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,01	0	1
Érico Cardoso- BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	0,00	2	0
São José da Vitória- BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,06	0,00	2	0
Presidente Jânio Quadros- BA	0,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,08	0,04	4	1
Sítio do Quinto-BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	4	0
Planaltino- BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,13	0,02	2	1
Santa Brígida-BA	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	0,01	3	1
Bom Jesus da Serra- BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	0,00	2	0
Caturama- BA	0,05	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,08	0,00	2	0
Almadina- BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	0,00	1	0
Nova Redenção- BA	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	1	0
Caetanos-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	0,03	0,00	2	0



ARRANJO IBGE - IPEA	URB_ CART _23	URB_A G_COR REIO23	URB_ _CR AS23	URB_ DEF_P UB23	URB_ AG_I NSS23	URB_SEDE_C OMARCA_EN TRANCIA23	URB_BILHET E_PAX_ROD_ ANTT_22	URB_PAX_ AEREO_O D_EPL14	URB_EDU_MED _DE_FORA10_C ENSODEMO	URB_EDU_SUP_ _DE_FORA10_CE NSODEMO
Salvador/BA	93	122	28	1	62	3	387.856	5.206.718	3.821	10.811
Feira de Santana/BA	22	16	6	1	32	3	114.651	56.237	1.150	4.346
Itabuna/BA - Ilhéus/BA	22	11	5	1	30	3	102.574	20.006	1.069	4.782
Petrolina/PE - Juazeiro/BA	9	8	9	0	29	3	142.009	110.801	1.200	2.987
Vitória da Conquista-BA	10	12	1	1	28	3	122.685	266.142	1.237	4.212
Barreiras-BA	8	3	4	1	27	3	58.800	0	674	1.307
Santo Antônio de Jesus-BA	7	1	2	1	27	3	10.209	0	421	1.047
Eunápolis-BA	3	2	1	1	1	3	350.084	5.355	255	1.053
Alagoinhas- BA	8	2	2	1	1	3	36.188	0	573	1.548
Jequié-BA	8	2	5	1	1	3	20.195	13.345	414	1.745
Irecê-BA	7	1	1	1	1	3	32.221	14.330	796	1.129
Guanambi- BA	3	1	0	1	1	3	15.929	12.392	548	1.598
Jacobina-BA	8	1	1	1	11	3	12.111	42.925	276	1.000
Itapetinga/B A	13	3	4	1	2	2	10.308	6.506	203	444
Senhor do Bonfim-BA	7	2	1	1	1	3	10.552	0	544	890
Brumado-BA	4	2	2	1	1	3	1.139	0	202	197
Bom Jesus da Lapa-BA	3	1	1	1	1	3	20.144	0	365	205
Porto Seguro/BA	10	6	6	1	1	3	43.043	854.901	87	32
Cachoeira - Muritiba/BA	14	4	4	1	2	2	8.904	9.343	448	887
Cruz das Almas-BA	3	1	1	1	1	2	5.061	0	461	1.927
Catu/BA - Pojuca/BA	7	2	2	0	2	2	16.955	0	343	65
Valença-BA	3	1	2	1	1	3	4.718	0	342	1.334
Serrinha-BA	3	2	2	1	1	2	5.131	0	187	604
Itaberaba-BA	7	1	1	1	1	2	5.504	39.753	76	472
Ribeira do Pombal-BA	3	1	1	1	1	2	2.482	0	147	176
Luís Eduardo Magalhães- BA	3	4	1	1	1	2	33.154	21.296	89	109
Teixeira de Freitas-BA	4	3	2	1	1	3	149.729	29.862	297	1.908
Paulo Afonso-BA	4	3	1	1	1	3	54.622	30.973	555	832
Ipiaú-BA	3	2	1	1	1	2	89	0	315	484
Caetité-BA	4	1	1	0	1	2	902	3.072	367	605
Santo Amaro- BA	3	1	3	1	1	2	0	0	260	108
Conceição do Coité-BA	3	1	2	1	1	2	2.037	0	38	427
Seabra-BA	3	1	1	1	1	2	12.827	0	198	347
Itamaraju-BA	3	2	2	0	1	0	88.147	0	226	226
Santa Maria da Vitória/BA	4	2	2	0	2	2	31.942	4.139	152	204
Poções-BA	3	0	1	1	1	2	3.169	0	279	116
Ibotirama-BA	3	1	1	0	1	2	13.498	2.166	155	129
Campo Formoso-BA	3	1	2	1	1	2	0	0	244	96
Euclides da Cunha-BA	3	1	1	1	1	2	1.722	7.237	184	217
Ipirá-BA	3	1	2	1	1	2	1.019	0	179	21
Livramento de Nossa Senhora-BA	3	1	1	0	1	2	795	0	76	90
Riachão do Jacuípe-BA	4	1	1	0	1	2	869	0	39	52
Xique-Xique- BA	3	1	2	0	1	2	6.820	2.289	330	95
Remanso-BA	3	1	1	0	1	2	2.118	4.449	122	110
Morro do Chapéu-BA	3	1	1	0	1	1	7.030	3.970	78	4
Santana-BA	3	1	1	0	1	1	8.077	0	200	12

ARRANJO IBGE - IPEA	URB_ CART _23	URB_A G_COR REIO23	URB_ _CR AS23	URB_ DEF_P UB23	URB_ AG_I NSS23	URB_SEDE_C OMARCA_EN TRANCIA23	URB_BILHET E_PAX_ROD_ ANTT_22	URB_PAX_ AEREO_O D_EPL14	URB_EDU_MED _DE_FORA10_C ENSODEMO	URB_EDU_SUP_ DE_FORA10_CE NSODEMO
Santa Rita de Cássia-BA	3	1	1	0	1	1	10.502	806	115	9
Paramirim- BA	3	1	1	0	1	2	714	6.375	53	97
Conceição do Jacuípe-BA	3	1	0	0	0	1	0	0	151	23
Amargosa-BA	3	1	1	1	1	2	73	0	196	428
Vera Cruz - Itaparica/BA	5	2	2	0	1	2	0	36.457	0	41
Nazaré-BA	3	1	1	1	1	2	2.849	0	221	21
Capim Grosso-BA	3	1	1	0	1	2	7.038	0	87	161
Santo Estêvão-BA	3	1	1	1	1	0	7.925	0	186	26
Caculé-BA	3	1	1	0	1	2	75	4.483	192	58
Camacan-BA	3	1	1	1	1	2	13.652	0	136	61
Gandu-BA	3	1	1	0	1	2	5.080	0	131	249
Nova Viçosa- BA	5	2	0	0	0	1	47.413	0	43	14
Jaguaquara- BA	3	1	2	0	0	2	142	0	148	70
Jaguarari-BA	4	2	1	0	1	1	6	39.022	179	0
Entre Rios-BA	4	1	1	0	0	2	9.112	0	102	28
Valente-BA	3	1	1	0	1	2	3	32.738	104	71
Ituberá-BA	3	1	1	0	1	1	0	0	189	177
Conceição do Almeida - Sapeaçu/BA	6	2	1	0	1	1	0	16.378	223	19
Ubaítaba - Aurelino Leal/BA	6	2	2	0	1	1	6.819	32.731	152	73
Itabela-BA	3	1	1	0	1	1	7.662	0	55	11
Maracás-BA	3	1	1	0	1	1	290	5.497	120	35
Cícero Dantas-BA	3	1	0	0	1	2	305	0	94	115
Itacaré-BA	3	1	0	0	0	1	10.389	0	10	0
Macaúbas-BA	3	1	0	0	0	2	63	2.757	97	80
Itororó-BA	3	1	1	0	1	1	1.258	0	193	32
Tucano-BA	3	2	2	0	1	2	1.326	33.770	51	41
Prado-BA	4	1	1	0	1	1	9.831	0	43	0
Castro Alves- BA	3	1	0	0	1	1	36	0	116	27
Casa Nova- BA	3	1	0	0	0	2	281	1.026	86	0
Canavieiras- BA	3	1	1	0	1	2	210	3.628	62	0
Barra da Estiva-BA	3	1	0	0	1	1	969	0	124	29
Santaluz-BA	3	1	1	0	1	1	3	0	109	67
Ibicaraí-BA	3	1	1	0	1	1	2.740	0	42	92
Uruçuca-BA	4	1	0	0	0	1	1.083	0	186	37
Una-BA	3	1	1	0	0	1	0	0	49	11
Riacho de Santana-BA	3	1	2	0	1	1	2.235	0	64	28
São Felipe-BA	3	1	1	0	1	1	991	0	143	0
Camamu-BA	3	1	2	0	1	1	0	0	106	61
Inhambupe- BA	3	1	0	0	0	2	6.680	0	42	33
Barra do Choça-BA	3	1	1	0	1	1	0	0	41	0
Carinhanha- BA	4	1	2	0	1	1	6.230	0	53	79
Barra-BA	3	1	0	0	1	2	1.361	5.834	57	4
Maragogipe- BA	3	1	1	0	1	1	0	0	68	78
Conde-BA	3	1	1	0	0	1	1	0	74	34
Araci-BA	3	2	1	0	0	2	1.147	0	51	0
Rio Real-BA	3	1	0	0	0	1	14	0	83	49
Abaira-BA	1	1	0	0	0	0	30	0	25	0
Aracatu-BA	1	1	1	0	0	0	0	0	41	0
Mucuri-BA	5	2	1	0	1	1	30.423	0	60	23
Esplanada-BA	4	1	1	1	1	1	10.946	0	59	188
Mucugê-BA	3	1	0	0	1	0	39.174	1.849	31	47
Correntina- BA	3	1	1	0	2	1	16.643	0	158	10

ARRANJO IBGE - IPEA	URB_ CART _23	URB_A G_COR REIO23	URB_ _CR AS23	URB_ DEF_P UB23	URB_ AG_I NSS23	URB_SEDE_C OMARCA_EN TRANCIA23	URB_BILHET E_PAX_ROD_ ANTT_22	URB_PAX_ AEREO_O D_EPL14	URB_EDU_MED _DE_FORA10_C ENSODEMO	URB_EDU_SUP_ DE_FORA10_CE NSODEMO
Cairu-BA	2	1	2	0	0	0	0	0	0	10
Itagibá-BA	3	1	1	0	0	1	0	0	68	17
Caravelas-BA	5	1	1	0	1	1	2.598	1.405	22	24
Sobradinho- BA	3	2	0	0	1	1	1	0	37	19
São Desidério-BA	5	1	1	0	1	1	1.473	0	43	3
Barrocas-BA	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0
Ibirapuã-BA	3	1	0	0	0	1	144	0	11	10
Formosa do Rio Preto-BA	3	1	1	0	1	1	7.877	312	117	15
Itapebi-BA	3	1	0	0	0	0	30.345	0	42	6
Ibicoara-BA	1	1	1	0	0	0	1	0	27	11
Igrapiúna-BA	1	1	1	0	0	0	0	0	47	12
Jaborandi-BA	1	1	1	0	0	0	750	0	63	4
Vereda-BA	1	1	1	0	0	0	490	0	36	32
Medeiros Neto-BA	3	1	1	0	1	1	6.326	0	51	3
Mutuípe-BA	3	1	2	0	2	1	119	0	128	26
Paripiranga- BA	3	1	0	1	1	1	1	0	72	1.359
Irará-BA	3	1	1	1	1	2	3	0	196	14
Lençóis-BA	3	1	1	0	0	1	0	12.754	20	5
Coaraci-BA	3	1	1	0	1	1	3	0	136	30
Miguel Calmon-BA	3	1	1	0	1	1	2.772	0	83	33
Itanhém-BA	3	1	1	0	1	1	912	0	101	21
Buerarema- BA	3	1	1	0	0	1	0	0	77	0
Milagres-BA	3	1	1	0	0	0	3.285	0	79	9
Jeremoabo- BA	5	1	1	0	0	2	1.038	0	91	5
Belmonte-BA	4	1	1	0	1	1	0	0	9	0
Antas-BA	3	1	1	0	0	1	0	0	10	0
Ubatã-BA	3	1	0	0	0	1	4.716	0	162	20
Palmeiras-BA	4	1	1	0	0	0	11	6.731	23	0
Ubaíra-BA	3	1	1	0	1	1	81	0	22	9
Mundo Novo-BA	3	1	1	0	1	2	1.396	9.812	11	45
Utinga-BA	3	1	1	0	0	1	284	1.948	71	168
Maraú-BA	3	1	1	0	0	0	0	0	86	0
Coração de Maria-BA	4	1	1	0	1	1	0	0	94	22
Mairi-BA	3	1	1	0	0	1	15	0	80	12
Presidente Dutra-BA	3	1	1	0	0	0	0	0	53	5
Andorinha- BA	1	1	1	0	0	0	0	0	109	0
Queimadas- BA	3	1	1	0	1	1	975	0	119	0
Laje-BA	3	1	1	0	0	1	0	0	103	28
Alcobaça-BA	4	1	0	0	0	0	6.709	0	5	0
Itarantim-BA	3	1	0	0	0	1	1.908	0	40	13
Piritiba-BA	3	1	1	0	1	1	1.055	3.896	24	24
Condeúba-BA	3	1	1	0	1	1	699	0	106	4
Monte Santo- BA	3	1	3	0	1	1	1.244	11.952	162	21
Brejões - Nova Itarana/BA	4	1	1	0	0	0	3	5.585	108	0
Ibirataia-BA	3	1	0	0	1	1	61	0	87	19
Iaçú-BA	3	1	1	0	1	1	438	0	22	35
Barra do Mendes-BA	3	1	1	0	0	1	621	0	124	0
Ibiciú-BA	3	2	0	0	0	0	0	0	30	31
Araças-BA	1	1	1	0	0	0	137	0	22	0
Itapicuru-BA	3	1	1	0	0	1	37.253	0	54	54
Iguaí-BA	3	1	0	0	1	1	0	0	83	47
Rafael Jambeiro-BA	1	1	1	0	0	0	0	0	59	12
Sento Sé-BA	3	1	1	0	0	1	0	443	0	0
Riachão das Neves-BA	3	1	1	0	1	1	2.306	0	49	9
Maiquinique- BA	1	1	0	0	0	0	1.123	0	42	12

ARRANJO IBGE - IPEA	URB_ CART _23	URB_A G_COR REIO23	URB_ _CR AS23	URB_ DEF_P UB23	URB_ AG_I NSS23	URB_SEDE_C OMARCA_EN TRANCIA23	URB_BILHET E_PAX_ROD_ ANTT_22	URB_PAX_ AEREO_O D_EPL14	URB_EDU_MED _DE_FORA10_C ENSODEMO	URB_EDU_SUP_ _DE_FORA10_CE NSODEMO
Canarana-BA	3	1	1	0	1	1	546	0	148	40
Catolândia-BA	1	1	1	0	0	0	0	0	5	0
Jitaúna-BA	3	1	1	0	0	1	0	0	113	0
Botuporã-BA	3	1	1	0	0	0	11.777	0	94	0
Cansanção-BA	3	1	1	0	1	1	781	0	94	6
Andaraí-BA	3	1	1	0	0	1	227	0	59	0
Nova Soure-BA	3	1	1	0	0	1	1.064	0	86	0
Teodoro Sampaio-BA	3	1	1	0	0	0	0	0	3	6
Serrolândia-BA	3	1	1	0	0	0	0	0	21	0
São Miguel das Matas-BA	1	1	1	0	0	0	1	0	48	6
Curaçá-BA	3	1	1	0	1	1	0	830	37	28
Uauá-BA	3	1	1	0	0	1	1	4.664	114	28
Saúde-BA	3	1	1	0	0	1	0	0	16	14
Piatã-BA	3	1	1	0	1	1	3	5.786	63	25
Chorrochó-BA	3	1	1	0	1	1	0	0	25	27
Guaratinga-BA	3	1	1	0	0	1	404	0	15	0
Baixa Grande-BA	3	1	1	0	1	0	147	0	176	10
Central-BA	3	1	1	0	0	1	792	0	26	5
Brotas de Macaúbas-BA	3	1	1	0	0	0	2	0	73	52
Encruzilhada-BA	3	1	1	0	1	1	3	0	71	18
Ibirapitanga-BA	3	1	1	0	1	0	13	0	88	15
Cocos-BA	3	1	1	0	0	0	4.544	1.577	42	34
Nordestina-BA	3	1	1	0	0	0	0	0	38	0
Potiraguá-BA	3	1	1	0	0	0	4.218	0	33	0
Presidente Tancredo Neves-BA	1	1	1	0	1	0	0	0	22	6
Lajedão-BA	1	1	0	0	0	0	2.519	0	27	0
Serra Dourada-BA	3	1	1	0	0	1	834	0	33	13
Nova Canaã-BA	3	1	1	0	0	0	2	0	68	25
Ibipeba-BA	1	1	1	0	0	0	213	0	30	28
Canudos-BA	3	1	1	0	0	0	0	2.396	32	0
Campo Alegre de Lourdes-BA	1	1	1	0	1	0	0	447	22	0
Sátiro Dias-BA	3	1	0	0	0	0	3	0	78	0
Filadélfia-BA	1	1	0	0	0	0	4	0	23	0
Rodelas-BA	3	1	0	0	0	0	6	0	21	4
Ouroândia-BA	1	1	1	0	0	0	39	1.986	17	0
Serra Preta-BA	3	1	1	0	0	0	36	0	79	0
Salinas da Margarida-BA	1	1	1	0	0	0	0	0	10	25
Pindobaçu-BA	3	1	1	0	0	0	0	0	43	15
Wanderley-BA	3	1	1	0	0	0	0	0	20	0
Santa Teresinha-BA	0	1	1	0	0	1	0	0	19	0
Boa Nova-BA	3	1	1	0	0	0	0	0	128	0
Wenceslau Guimarães-BA	3	1	1	0	0	1	16	0	44	0
Ibititá-BA	3	1	1	0	0	0	237	0	31	0
Jaguaripe-BA	3	1	0	0	0	0	0	0	5	0
Tremedal-BA	3	1	1	0	0	1	0	0	31	0
Coribe-BA	3	1	1	0	1	1	632	0	53	52
Itagi-BA	3	1	0	0	0	0	3.349	0	57	0



ARRANJO IBGE - IPEA	URB_ CART _23	URB_A G_COR REIO23	URB_ _CR AS23	URB_ DEF_P UB23	URB_ AG_I NSS23	URB_SEDE_C OMARCA_EN TRANCIA23	URB_BILHET E_PAX_ROD_ ANTT_22	URB_PAX_ AEREO_O D_EPL14	URB_EDU_MED _DE_FORA10_C ENSODEMO	URB_EDU_SUP_ DE_FORA10_CE NSODEMO
Mascote-BA	1	1	1	0	0	0	446	0	0	0
Firmino Alves-BA	1	1	1	0	0	0	0	0	28	0
Pilão Arcado- BA	3	1	1	0	1	1	0	0	89	17
Crisópolis-BA	0	1	1	0	0	0	0	0	53	9
Teolândia-BA	1	1	1	0	0	0	21	0	46	0
Ibipitanga-BA	1	1	1	0	0	0	333	0	82	5
Itapitanga-BA	3	1	1	0	0	0	0	0	49	5
Ichu-BA	3	1	0	0	1	0	0	0	23	13
Cabaceiras do Paraguaçu- BA	1	1	1	0	0	0	22.838	0	0	0
Pau Brasil-BA	3	1	1	0	0	0	2	0	7	0
Gentio do Ouro-BA	3	1	1	0	0	1	4	0	11	11
Ponto Novo- BA	1	1	0	0	0	0	2.343	0	53	0
Santa Luzia- BA	3	1	1	0	0	0	178	0	18	27
São José do Jacuípe-BA	3	1	0	0	0	0	3.327	16.262	22	3
Lajedo do Tabocal-BA	1	1	1	0	0	0	10	0	116	3
Itamari-BA	3	1	0	0	0	0	1	0	51	11
América Dourada-BA	3	1	1	0	0	0	199	0	120	0
Bonito-BA	1	1	1	0	0	0	143	0	26	0
Nilo Peçanha- BA	3	1	0	0	0	0	0	0	34	5
Floresta Azul- BA	1	1	1	0	0	0	0	0	69	0
Fátima-BA	1	1	1	0	0	0	1	0	57	0
Jiquiriçá-BA	3	0	0	0	0	0	41	0	30	0
Itaquara-BA	3	1	1	0	0	0	0	0	37	11
Barra do Rocha-BA	1	1	1	0	0	0	0	0	133	4
Quijingue-BA	2	1	1	0	1	0	0	0	74	0
Adustina-BA	1	1	1	0	0	0	14	39.277	118	0
Novo Horizonte-BA	1	1	1	0	0	0	7	0	4	0
Aiquara-BA	1	1	1	0	0	0	0	0	32	0
Aporá-BA	3	1	1	0	0	0	78	0	34	43
Malhada-BA	3	1	1	0	0	0	0	0	19	6
Heliópolis-BA	1	1	0	0	0	0	2	0	13	0
Sebastião Laranjeiras- BA	1	1	1	0	0	0	637	0	16	6
Quixabeira- BA	3	1	1	0	0	0	0	0	32	4
Nova Ibiá-BA	1	1	1	0	0	0	2	0	33	0
Lajedinho-BA	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0
Cotegipe-BA	3	1	1	0	0	1	2.816	0	20	6
Aratuípe-BA	1	1	0	0	0	0	0	0	43	5
Caraíbas-BA	1	1	0	0	0	0	0	0	54	10
Ribeirão do Largo-BA	1	1	1	0	0	0	16	0	37	43
Boa Vista do Tupim-BA	3	1	1	0	0	0	0	0	36	23
Coronel João Sá-BA	1	1	1	0	0	0	0	0	0	10
Elísio Medrado-BA	1	1	0	0	0	0	40	0	2	5
Irajuba-BA	1	1	0	0	0	0	0	0	19	0
Jussari-BA	1	1	1	0	0	0	0	0	60	0
Gavião-BA	3	1	0	0	0	0	0	0	28	0
Caém-BA	1	1	1	0	0	0	16	0	35	7
Manoel Vitorino-BA	1	1	1	0	0	0	42	0	34	5
Lafaiete Coutinho-BA	1	1	0	0	0	0	41	0	22	24
Mirangaba- BA	1	1	1	0	0	0	0	0	20	0
Arataca-BA	1	1	1	0	0	0	43	0	57	17

ARRANJO IBGE - IPEA	URB_ CART _23	URB_A G_COR REIO23	URB_ _CR AS23	URB_ DEF_P UB23	URB_ AG_I NSS23	URB_SEDE_C OMARCA_EN TRANCIA23	URB_BILHET E_PAX_ROD_ ANTT_22	URB_PAX_ AEREO_O D_EPL14	URB_EDU_MED _DE_FORA10_C ENSODEMO	URB_EDU_SUP_ DE_FORA10_CE NSODEMO
Morpará-BA	3	1	0	0	0	0	198	0	60	0
Cravolândia-BA	1	1	1	0	0	0	0	0	35	0
Marcionílio Souza-BA	3	1	0	0	0	0	4	0	36	0
Macururé-BA	3	1	1	0	0	0	0	0	49	10
Itaju do Colônia-BA	1	1	1	0	0	0	0	0	8	6
Biritinga-BA	1	1	1	0	0	0	202	0	11	0
Itaguaçu da Bahia-BA	1	1	1	0	0	0	51	0	105	0
Caldeirão Grande-BA	3	1	0	0	0	0	10.875	0	32	14
Dário Meira-BA	1	1	1	0	0	0	0	0	62	0
Mulungu do Morro-BA	1	1	1	0	0	0	22	0	25	0
Muquém de São Francisco-BA	0	1	1	0	0	0	472	0	0	0
Novo Triunfo-BA	1	1	1	0	0	0	0	0	123	0
Ribeira do Amparo-BA	1	1	1	0	0	0	0	0	64	0
Jandaíra-BA	1	1	0	0	0	0	4	0	9	0
Piraí do Norte-BA	1	1	0	0	0	0	4	0	30	11
Canápolis-BA	1	1	1	0	0	0	3	0	0	0
Jucuruçu-BA	1	1	0	0	0	0	33	0	0	8
Gongogi-BA	1	1	0	0	0	0	0	0	25	0
Ipecaetá-BA	1	1	1	0	0	0	0	0	34	0
Umburanas-BA	1	1	0	0	0	0	1	0	30	0
Pedro Alexandre-BA	1	1	1	0	0	0	0	0	28	5
Feira da Mata-BA	0	1	0	0	0	0	0	0	10	0
Sítio do Mato-BA	1	1	0	0	0	0	0	0	0	13
Ruy Barbosa-BA	3	1	1	0	1	2	1.789	0	194	34
Itatim-BA	1	1	1	0	0	0	1.656	0	107	10
Itajuípe-BA	3	1	1	0	0	1	17	0	20	0
Iraquara-BA	3	1	1	0	1	1	274	0	57	47
Tanhaçu-BA	3	1	1	0	0	1	53	0	89	60
Licínio de Almeida-BA	3	1	1	0	0	0	83	0	14	10
Urandi-BA	3	1	0	0	0	1	5.066	0	0	0
Santa Inês-BA	0	1	1	0	0	1	16	0	261	88
Igaporã-BA	3	1	1	0	0	1	2	0	83	15
João Dourado-BA	3	1	1	0	1	1	193	0	42	13
Oliveira dos Brejinhos-BA	3	1	1	0	1	1	2.200	0	30	0
Conceição da Feira-BA	3	1	0	0	0	0	0	0	13	40
Retirolândia-BA	3	1	1	0	0	1	19	0	34	0
Tanque Novo-BA	3	1	1	0	0	1	15	806	67	4
Cipó-BA	3	1	1	0	0	1	542	31.526	200	16
Itiruçu-BA	3	1	1	0	1	0	317	0	0	51
Terra Nova-BA	3	1	1	0	0	1	0	0	21	14
Cândido Sales-BA	3	1	1	0	1	1	18.180	0	102	9
Santa Bárbara-BA	3	1	1	0	0	1	0	0	26	0
Ibiassucê-BA	1	1	0	0	0	0	0	0	36	6
Planalto-BA	3	1	0	0	1	1	1	0	52	9
Itagimirim-BA	3	1	0	0	0	0	18.701	0	15	0
Capela do Alto Alegre-BA	3	1	1	0	0	1	0	0	159	0
Teofilândia-BA	3	1	1	0	0	1	23	0	47	26





ARRANJO IBGE - IPEA	URB_EDU_POS_DE_FORA10_CENSODEMO	URB_EDU_PART_MED_DE_FORA10_CENSODEMO	URB_EDU_PART_SUP_DE_FORA10_CENSODEMO	URB_EDU_PART_POS_DE_FORA10_CENSODEMO	URB_DIVERSIF_ACTIV10_RAIS	URB_SAU_ALTA_COMPLEX_DE_FORA10_DATASUS	URB_SAU_MED_COMPLEX_DE_FORA10_DATASUS	URB_SAU_PART_ALTA_COMPLEX_DE_FORA10_DATASUS	URB_SAU_PART_MED_COMPLEX_DE_FORA10_DATASUS	SOC_COMMANDO_LOCAL10_CENSODEMO
Salvador/BA	3.335	0,02	0,08	0,17	143	41.017	225.625	0,39	0,17	0,70
Feira de Santana/BA	672	0,04	0,25	0,45	115	410	54.015	0,39	0,22	0,69
Itabuna/BA - Ilhéus/BA	657	0,06	0,37	0,51	109	3.766	96.492	0,61	0,41	0,69
Petrolina/PE - Juazeiro/BA	247	0,05	0,22	0,22	104	241	69.232	0,42	0,35	0,63
Vitória da Conquista-BA	451	0,09	0,39	0,49	117	1.523	42.414	0,55	0,32	0,76
Barreiras-BA	294	0,09	0,25	0,45	115	1.303	27.247	0,72	0,43	0,46
Santo Antônio de Jesus-BA	91	0,11	0,53	0,83	98	46	18.602	0,51	0,50	0,76
Eunápolis-BA	125	0,06	0,45	0,45	101	0	3.374	0,00	0,15	0,50
Alagoinhas-BA	223	0,09	0,56	1,19	101	4	12.856	0,17	0,31	0,71
Jequié-BA	260	0,06	0,53	0,98	98	0	25.053	0,00	0,32	0,74
Irecê-BA	154	0,28	1,24	1,31	95	58	16.070	0,98	0,59	0,60
Guanaambi-BA	223	0,15	0,90	1,41	96	2	11.095	0,13	0,46	0,75
Jacobina-BA	175	0,08	0,77	1,61	87	0	8.690	0,00	0,30	0,68
Itapetinga/BA	71	0,06	0,34	0,35	84	0	2.066	0,00	0,08	0,74
Senhor do Bonfim-BA	74	0,15	0,73	0,51	85	0	6.174	0,00	0,29	0,60
Brumado-BA	99	0,07	0,37	0,73	89	0	3.301	0,00	0,24	0,84
Bom Jesus da Lapa-BA	8	0,12	0,27	0,40	77	0	442	0,00	0,07	0,55
Porto Seguro/BA	0	0,01	0,02	0,00	106	287	4.668	0,18	0,15	0,43
Cachoeira - Muritiba/BA	169	0,10	0,59	1,39	58	900	6.577	0,83	0,39	0,69
Cruz das Almas-BA	161	0,21	1,40	1,85	86	176	1.271	0,88	0,23	0,74
Catu/BA - Pojuca/BA	23	0,09	0,21	0,35	66	0	1.639	0,00	0,13	0,80
Valença-BA	106	0,08	0,72	0,52	88	67	9.892	0,41	0,32	0,84
Serrinha-BA	97	0,06	0,57	1,94	79	0	1.366	0,00	0,16	0,78
Itaberaba-BA	78	0,03	0,48	0,89	84	0	3.572	0,00	0,30	0,88
Ribeira do Pombal-BA	19	0,08	0,52	0,27	68	0	7.233	0,00	0,52	0,79
Luí Eduard o	29	0,03	0,09	0,16	99	0	4	0,00	0,00	0,26

ARRANJO IBGE - IPEA	URB_EDU_POS_DE_FORA10_CENSODEMO	URB_EDU_PART_MED_DE_FORA10_CENSO DEMO	URB_EDU_PART_SUP_DE_FORA10_CENSO DEMO	URB_EDU_PART_POS_DE_FORA10_CENSO DEMO	URB_DIVERSIF_A_TIV10_RAIS	URB_SAU_ALTA_COMPLEX_DE_FORA10_DATASUS	URB_SAU_MED_COMPLEX_DE_FORA10_DATASUS	URB_SAU_P ART_ALTA_COMPLEX_DE_FORA10_D ATASUS	URB_SAU_P ART_MED_COMPLEX_DE_FORA10_D ATASUS	SOC_CO MANDO_LOCAL10_CENSO DEMO
Magalhães-BA										
Teixeira de Freitas-BA	173	0,06	0,45	0,47	108	1.119	19.075	0,58	0,40	0,48
Paulo Afonso-BA	127	0,12	0,29	0,41	95	1	14.101	1,00	0,41	0,64
Ipiaú-BA	43	0,16	0,99	0,88	67	0	5.105	0,00	0,35	0,82
Caetité-BA	0	0,21	1,07	0,00	70	0	1.908	0,00	0,16	0,84
Santo Amaro-BA	7	0,11	0,22	0,11	61	0	2.107	0,00	0,35	0,70
Conceição do Coité-BA	54	0,01	0,97	1,26	70	0	1.784	0,00	0,14	0,88
Seabra-BA	56	0,10	0,72	1,02	60	0	3.283	0,00	0,28	0,83
Itamaraju-BA	0	0,09	0,27	0,00	78	0	395	0,00	0,03	0,56
Santa Maria da Vitória/BA	25	0,06	0,40	0,29	58	0	793	0,00	0,09	0,57
Poçoões-BA	6	0,15	0,36	0,67	56	0	1.024	0,00	0,14	0,75
Ibotirama-BA	10	0,13	0,38	0,37	52	0	3.916	0,00	0,50	0,75
Campo Formoso-BA	0	0,09	0,18	0,00	66	0	840	0,00	0,07	0,63
Euclides da Cunha-BA	77	0,08	0,53	1,15	58	0	238	0,00	0,03	0,86
Ipirá-BA	0	0,08	0,17	0,00	63	0	442	0,00	0,06	0,81
Livramento de Nossa Senhora-BA	18	0,04	0,66	0,64	59	0	354	0,00	0,06	0,67
Riachão do Jacuípe-BA	6	0,03	0,49	0,46	51	0	1.100	0,00	0,14	0,85
Xique-Xique-BA	21	0,13	0,20	1,62	39	0	4.737	0,00	0,17	0,59
Remanso-BA	19	0,09	0,27	0,23	42	0	4.687	0,00	0,38	0,84
Morro do Chapéu-BA	0	0,06	0,08	0,00	48	0	1.375	0,00	0,10	0,61
Santana-BA	0	0,16	0,18	0,00	39	0	60	0,00	0,02	0,90
Santa Rita de Cássia-BA	5	0,09	0,06	0,29	24	0	820	0,00	0,12	0,64
Paramirim-BA	0	0,08	0,61	0,00	46	7	4.081	1,00	0,45	0,62
Conceição do Jacuípe-BA	0	0,12	0,25	0,00	81	0	103	0,00	0,02	0,83
Amargosa-BA	8	0,14	0,78	0,25	57	0	183	0,00	0,04	0,82
Vera Cruz -	9	0,00	0,11	0,45	66	0	417	0,00	0,04	0,64

ARRANJO IBGE - IPEA	URB_EDU_POS_DE_FORA10_CENSODEMO	URB_EDU_PART_MED_DE_FORA10_CENSODEMO	URB_EDU_PART_SUP_DE_FORA10_CENSODEMO	URB_EDU_PART_POS_DE_FORA10_CENSODEMO	URB_DIVERSIF_A_TIV10_RAIS	URB_SAU_ALTA_COMPLEX_DE_FORA10_DATASUS	URB_SAU_MED_COMPLEX_DE_FORA10_DATASUS	URB_SAU_P ART_ALTA_COMPLEX_DE_FORA10_DATASUS	URB_SAU_P ART_MED_COMPLEX_DE_FORA10_DATASUS	SOC_CO MANDO_LOCAL10_CENSODEMO
Itaparica/BA										
Nazaré-BA	0	0,16	0,10	0,00	52	0	4.155	0,00	0,38	0,84
Capim Grosso-BA	0	0,09	1,00	0,00	63	0	4.287	0,00	0,41	0,66
Santo Estêvão-BA	16	0,09	0,11	0,22	61	0	610	0,00	0,16	0,86
Caçulé-BA	35	0,24	1,29	1,75	54	0	756	0,00	0,17	0,76
Camacã-BA	15	0,13	0,39	0,52	51	0	4.477	0,00	0,39	0,56
Gandu-BA	46	0,11	1,95	2,00	59	0	2.267	0,00	0,25	0,71
Nova Viçosa-BA	0	0,03	0,10	0,00	57	0	76	0,00	0,02	0,34
Jaguaquara-BA	7	0,07	0,28	0,29	55	0	536	0,00	0,05	0,79
Jaguari-BA	9	0,13	0,00	0,18	48	0	14	0,00	0,01	0,72
Entre Rios-BA	0	0,07	0,25	0,00	54	0	362	0,00	0,08	0,67
Valente-BA	0	0,12	0,41	0,00	45	0	1.108	0,00	0,20	0,85
Ituberá-BA	21	0,20	0,70	0,70	51	0	853	0,00	0,22	0,74
Conceição do Almeida - Sapeaçu/BA	21	0,12	0,08	4,20	32	0	1.702	0,00	0,20	0,77
Ubaitaba - Aurelino Leal/BA	0	0,12	0,28	0,00	43	0	1.595	0,00	0,21	0,73
Itabela-BA	13	0,06	0,11	0,28	52	0	51	0,00	0,01	0,59
Maracás-BA	0	0,09	0,45	0,00	53	0	553	0,00	0,10	0,83
Cícero Dantas-BA	16	0,07	0,70	1,00	47	0	1.816	0,00	0,21	0,89
Itacaré-BA	0	0,01	0,00	0,00	47	0	60	0,00	0,03	0,46
Macaúbas-BA	12	0,04	0,61	0,29	52	2	616	0,20	0,09	0,82
Itororó-BA	3	0,22	1,52	0,14	41	0	1.272	0,00	0,27	0,60
Tucano-BA	22	0,02	0,13	0,28	49	0	252	0,00	0,03	0,82
Prado-BA	0	0,04	0,00	0,00	45	0	6	0,00	0,00	0,57
Castro Alves-BA	5	0,11	0,35	0,00	42	0	753	0,00	0,16	0,78
Casa Nova-BA	0	0,04	0,00	0,00	53	0	16	0,00	0,00	0,58
Canavieiras-BA	0	0,06	0,00	0,00	48	0	6	0,00	0,00	0,80
Barra da Estiva-BA	8	0,13	0,13	0,17	47	0	3.967	0,00	0,39	0,93
Santaluz-BA	0	0,07	0,21	0,00	45	0	684	0,00	0,09	0,76
Ibicaraí-BA	0	0,05	0,58	0,00	47	0	205	0,00	0,10	0,76
Uruçuca-BA	7	0,18	0,24	0,44	46	0	0	0,00	0,00	0,69

ARRANJO IBGE - IPEA	URB_EDU_POS_DE_FORA10_CENSODEMO	URB_EDU_PART_MED_DE_FORA10_CENSO DEMO	URB_EDU_PART_SUP_DE_FORA10_CENSO DEMO	URB_EDU_PART_POS_DE_FORA10_CENSO DEMO	URB_DIVERSIF_A_TIV10_RAIS	URB_SAU_ALTA_COMPLEX_DE_FORA10_DATASUS	URB_SAU_MED_COMPLEX_DE_FORA10_DATASUS	URB_SAU_P ART_ALTA_COMPLEX_DE_FORA10_D ATASUS	URB_SAU_P ART_MED_COMPLEX_DE_FORA10_D ATASUS	SOC_CO MANDO_LOCAL10_CENSO DEMO
Una-BA	0	0,07	0,35	0,00	39	0	0	0,00	0,00	0,42
Riacho de Santana-BA	6	0,05	0,22	0,22	39	0	105	0,00	0,02	0,75
São Felipe-BA	0	0,14	0,00	0,00	44	0	91	0,00	0,12	0,94
Camamu-BA	0	0,05	0,41	0,00	47	0	0	0,00	0,00	0,84
Inhambupe-BA	7	0,03	0,20	0,37	45	0	72	0,00	0,02	0,56
Barra do Choça-BA	0	0,04	0,00	0,00	48	0	0	0,00	0,00	0,52
Carinhonha-BA	2	0,05	0,18	0,13	38	0	60	0,00	0,02	0,74
Barra-BA	0	0,02	0,02	0,00	43	0	2.736	0,00	0,19	0,77
Maragogipe-BA	0	0,03	0,47	0,00	32	0	0	0,00	0,00	0,87
Conde-BA	0	0,07	0,54	0,00	36	0	12	0,00	0,03	0,77
Araci-BA	0	0,03	0,00	0,00	48	0	43	0,00	0,01	0,74
Rio Real-BA	17	0,05	0,22	0,20	44	0	27	0,00	0,01	0,60
Abaíra-BA	0	0,05	0,00	0,00	27	0	0	0,00	0,00	0,00
Aracatu-BA	0	0,06	0,00	0,00	34	0	251	0,00	0,15	0,87
Mucuri-BA	10	0,04	0,20	0,43	63	0	156	0,00	0,03	0,50
Esplanada-BA	19	0,04	0,78	0,56	55	0	1.909	0,00	0,31	0,40
Mucugê-BA	6	0,07	0,42	0,00	33	1	1.587	1,00	0,41	0,72
Correntina-BA	0	0,11	0,03	0,00	58	0	47	0,00	0,01	0,54
Cairu-BA	0	0,00	0,05	0,00	35	0	0	0,00	0,00	0,35
Itagibá-BA	0	0,12	0,21	0,00	26	0	863	0,00	0,27	0,61
Caravelas-BA	0	0,03	1,14	0,00	30	0	40	0,00	0,01	0,38
Sobradinho-BA	0	0,03	0,50	0,00	37	0	0	0,00	0,00	0,36
São Desidério-BA	18	0,04	0,02	1,38	48	0	0	0,00	0,00	0,29
Barrocas-BA	0	0,00	0,00	0,00	31	0	9	0,00	0,00	0,87
Ibirapuaçu-BA	0	0,04	0,17	0,00	27	0	0	0,00	0,00	0,62
Formosa do Rio Preto-BA	0	0,07	0,07	0,00	44	0	12	0,00	0,01	0,27
Itapebi-BA	0	0,11	0,50	0,00	15	0	0	0,00	0,00	0,45
Ibicoara-BA	0	0,04	0,10	0,00	32	0	0	0,00	0,00	0,66
Igrapiúna-BA	0	0,08	0,00	0,00	21	0	0	0,00	0,00	0,00
Jaborandi-BA	0	0,16	0,33	0,00	16	0	137	0,00	0,09	0,49
Vereda-BA	0	0,19	0,44	0,00	9	0	57	0,00	0,05	0,65
Medeiros Neto-BA	11	0,06	0,02	1,22	41	0	895	0,00	0,17	0,65
Mutuíp	4	0,17	0,51	0,00	41	0	316	0,00	0,09	0,84



ARRANJO IBGE - IPEA	URB_EDU_POS_DE_FORA10_CENSODEMO	URB_EDU_PART_MED_DE_FORA10_CENSO DEMO	URB_EDU_PART_SUP_DE_FORA10_CENSO DEMO	URB_EDU_PART_POS_DE_FORA10_CENSO DEMO	URB_DIVERSIF_A TIV10_RAIS	URB_SAU_ALTA_COMPLEX_DE_FORA10_DATASUS	URB_SAU_MED_COMPLEX_DE_FORA10_DATASUS	URB_SAU_P ART_ALTA_COMPLEX_DE_FORA10_D ATASUS	URB_SAU_P ART_MED_COMPLEX_DE_FORA10_D ATASUS	SOC_CO MANDO_LOCAL10_CENSO DEMO
e-BA										
Paripiranga-BA	34	0,08	3,18	0,00	37	0	0	0,00	0,00	0,96
Irará-BA	0	0,15	0,74	0,00	38	0	80	0,00	0,03	0,83
Lençóis-BA	0	0,05	0,21	0,00	32	0	12	0,00	0,01	0,62
Coaraci-BA	20	0,15	0,32	1,82	34	0	177	0,00	0,07	0,84
Miguel Calmon-BA	11	0,08	0,30	0,33	36	0	330	0,00	0,05	0,86
Itanhém-BA	4	0,14	0,08	0,13	33	0	393	0,00	0,06	0,54
Buerarema-BA	23	0,14	0,00	0,00	32	0	0	0,00	0,00	0,71
Milagres-BA	0	0,19	0,18	0,00	26	0	117	0,00	0,05	0,72
Jeremoabo-BA	0	0,06	0,03	0,00	35	0	2	0,00	0,00	0,73
Belmonte-BA	0	0,01	0,00	0,00	35	0	94	0,00	0,03	0,36
Antas-BA	0	0,01	0,00	0,00	19	0	13.959	0,00	0,72	0,98
Ubatã-BA	4	0,23	0,11	0,00	41	0	163	0,00	0,06	0,78
Palmeiras-BA	0	0,07	0,00	0,00	23	0	0	0,00	0,00	0,86
Ubaíra-BA	0	0,04	0,17	0,00	33	0	1.411	0,00	0,18	0,75
Mundo Novo-BA	4	0,01	0,25	0,13	32	0	453	0,00	0,12	1,00
Utinga-BA	36	0,08	0,77	1,20	36	0	53	0,00	0,03	0,47
Maraú-BA	0	0,13	0,00	0,00	32	0	0	0,00	0,00	0,47
Coração de Maria-BA	0	0,10	0,54	0,00	30	0	12	0,00	0,01	0,93
Mairi-BA	0	0,12	0,08	0,00	23	0	1.588	0,00	0,33	0,93
Presidente Dutra-BA	4	0,07	0,23	0,00	18	0	70	0,00	0,03	0,76
Andorinha-BA	0	0,18	0,00	0,00	21	0	0	0,00	0,00	0,54
Queimadas-BA	0	0,11	0,00	0,00	30	0	554	0,00	0,13	0,59
Laje-BA	0	0,13	0,37	0,00	31	0	394	0,00	0,16	0,90
Alcobaça-BA	0	0,01	0,00	0,00	34	0	67	0,00	0,02	0,73
Itarantim-BA	0	0,05	0,11	0,00	28	0	3	0,00	0,00	0,63
Piritiba-BA	0	0,03	0,56	0,00	24	0	460	0,00	0,14	0,93
Condeúba-BA	5	0,16	0,05	0,28	28	0	0	0,00	0,00	0,67
Monte Santo-BA	0	0,09	0,26	0,00	36	0	1.042	0,00	0,12	0,94
Brejões - Nova Itarana/BA	7	0,10	0,00	0,78	22	0	51	0,00	0,02	0,83
Ibirataia-BA	4	0,11	0,31	0,12	31	0	551	0,00	0,05	0,76
Iaçú-BA	0	0,02	0,26	0,00	33	0	29	0,00	0,00	0,81
Barra do Mendes-BA	0	0,16	0,00	0,00	21	0	19	0,00	0,01	0,86

ARRANJO IBGE - IPEA	URB_EDU_POS_DE_FORA10_CENSODEMO	URB_EDU_PART_MED_DE_FORA10_CENSO DEMO	URB_EDU_PART_SUP_DE_FORA10_CENSO DEMO	URB_EDU_PART_POS_DE_FORA10_CENSO DEMO	URB_DIVERSIF_A_TIV10_RAIS	URB_SAU_ALTA_COMPLEX_DE_FORA10_DATASUS	URB_SAU_MED_COMPLEX_DE_FORA10_DATASUS	URB_SAU_P ART_ALTA_COMPLEX_DE_FORA10_D ATASUS	URB_SAU_P ART_MED_COMPLEX_DE_FORA10_D ATASUS	SOC_CO MANDO_LOCAL10_CENSO DEMO
Ibicuí-BA	0	0,06	0,53	0,00	32	0	472	0,00	0,18	0,67
Araças-BA	0	0,04	0,00	0,00	21	0	7	0,00	0,01	0,53
Itapicuru-BA	5	0,07	0,69	1,00	25	0	1.397	0,00	0,25	0,73
Iguaí-BA	0	0,09	0,30	0,00	32	0	95	0,00	0,01	0,87
Rafael Jambeiro-BA	0	0,07	0,09	0,00	19	0	1	0,00	0,00	0,50
Sento Sé-BA	0	0,00	0,00	0,00	26	0	8	0,00	0,00	0,80
Riachão das Neves-BA	0	0,04	0,05	0,00	20	0	21	0,00	0,01	0,37
Maiquinique-BA	0	0,15	0,41	0,00	19	0	0	0,00	0,00	0,76
Canarana-BA	9	0,13	0,35	0,16	26	0	60	0,00	0,02	0,81
Catolândia-BA	0	0,08	0,00	0,00	12	0	0	0,00	0,00	0,90
Jitaúna-BA	0	0,20	0,00	0,00	31	0	0	0,00	0,00	1,00
Botuporã-BA	0	0,19	0,00	0,00	19	0	1.201	0,00	0,24	1,00
Cansanção-BA	5	0,08	0,03	0,26	36	0	6	0,00	0,00	0,75
Andaraí-BA	34	0,10	0,00	0,00	24	0	16	0,00	0,02	0,00
Nova Soure-BA	0	0,09	0,00	0,00	23	0	0	0,00	0,00	0,71
Teodoro Sampaio-BA	0	0,01	0,67	0,00	17	0	0	0,00	0,00	0,75
Serrolândia-BA	0	0,05	0,00	0,00	22	0	165	0,00	0,07	0,87
São Miguel das Matas-BA	0	0,17	0,14	0,00	21	0	381	0,00	0,12	0,82
Curaçá-BA	0	0,03	0,23	0,00	34	0	71	0,00	0,04	0,61
Uauá-BA	0	0,08	0,20	0,00	29	0	64	0,00	0,02	0,78
Saúde-BA	0	0,05	0,21	0,00	23	0	97	0,00	0,05	1,00
Piatã-BA	0	0,09	0,26	0,00	19	0	49	0,00	0,01	0,80
Chorrochó-BA	0	0,06	1,35	0,00	16	0	0	0,00	0,00	0,49
Guaratinga-BA	14	0,02	0,00	0,00	23	0	0	0,00	0,00	0,58
Baixa Grande-BA	4	0,20	0,07	0,00	29	0	2	0,00	0,00	0,90
Central-BA	0	0,04	0,20	0,00	19	0	49	0,00	0,02	0,63
Brotas de Macaúbas-BA	26	0,17	2,00	6,50	16	0	0	0,00	0,00	1,00
Encruzilhada-BA	0	0,08	0,32	0,00	26	0	508	0,00	0,08	0,56
Ibirapitanga-BA	23	0,10	0,16	0,00	23	0	70	0,00	0,02	0,70
Cocos-BA	4	0,05	0,85	0,12	32	0	214	0,00	0,08	0,61

ARRANJO IBGE - IPEA	URB_EDU_POS_DE_FORA10_CENSODEMO	URB_EDU_PART_MED_DE_FORA10_CENSO DEMO	URB_EDU_PART_SUP_DE_FORA10_CENSO DEMO	URB_EDU_PART_POS_DE_FORA10_CENSO DEMO	URB_DIVERSIF_A TIV10_RAIS	URB_SAU_ALTA_COMPLEX_DE_FORA10_DATASUS	URB_SAU_MED_COMPLEX_DE_FORA10_DATASUS	URB_SAU_P ART_ALTA_COMPLEX_DE_FORA10_D ATASUS	URB_SAU_P ART_MED_COMPLEX_DE_FORA10_D ATASUS	SOC_CO MANDO_LOCAL10_CENSO DEMO
Nordestina-BA	0	0,05	0,00	0,00	22	0	13	0,00	0,02	1,00
Potiraguá-BA	2	0,07	0,00	0,00	19	0	0	0,00	0,00	0,56
Presidente Tancredo Neves-BA	0	0,02	0,07	0,00	35	0	14	0,00	0,01	0,50
Lajedão-BA	0	0,17	0,00	0,00	17	0	0	0,00	0,00	0,63
Serra Dourada-BA	5	0,04	0,12	1,25	21	0	83	0,00	0,03	0,78
Nova Canaã-BA	0	0,15	2,78	0,00	25	0	30	0,00	0,01	0,81
Ibipeba-BA	0	0,04	1,12	0,00	16	0	70	0,00	0,04	0,73
Canudos-BA	0	0,06	0,00	0,00	16	0	213	0,00	0,06	0,86
Campo Alegre de Lourdes-BA	0	0,02	0,00	0,00	27	0	166	0,00	0,03	0,79
Sátiro Dias-BA	0	0,10	0,00	0,00	17	0	174	0,00	0,07	1,00
Filadélfia-BA	0	0,04	0,00	0,00	26	0	114	0,00	0,03	0,57
Rodelas-BA	0	0,07	0,11	0,00	16	0	0	0,00	0,00	0,75
Ourolândia-BA	0	0,02	0,00	0,00	27	0	0	0,00	0,00	0,82
Serra Preta-BA	0	0,13	0,00	0,00	24	0	0	0,00	0,00	1,00
Salinas da Margarida-BA	0	0,01	0,08	0,00	24	0	0	0,00	0,00	0,66
Pindobaçu-BA	0	0,05	0,29	0,00	19	0	519	0,00	0,10	0,00
Wanderley-BA	0	0,04	0,00	0,00	25	0	20	0,00	0,03	0,67
Santa Teresinha-BA	0	0,04	0,00	0,00	18	0	45	0,00	0,06	0,68
Boa Nova-BA	0	0,17	0,00	0,00	14	0	0	0,00	0,00	1,00
Wenceslau Guimarães-BA	0	0,07	0,00	0,00	19	0	864	0,00	0,15	0,75
Ibititá-BA	11	0,04	0,00	1,38	17	0	89	0,00	0,04	0,76
Jaguaripe-BA	0	0,01	0,00	0,00	14	0	0	0,00	0,00	0,87
Tremedal-BA	0	0,04	0,00	0,00	19	0	13	0,00	0,01	0,00
Coribe-BA	0	0,06	1,58	0,00	20	0	21	0,00	0,01	0,56
Itagi-BA	0	0,10	0,00	0,00	24	0	13	0,00	0,03	0,86
Mascote-BA	0	0,00	0,00	0,00	20	0	0	0,00	0,00	0,47
Firmino Alves-BA	0	0,22	0,00	0,00	12	0	0	0,00	0,00	0,66
Pilão Arcado-BA	0	0,08	0,13	0,00	25	0	7	0,00	0,01	0,97
Crisópolis-BA	12	0,07	0,13	1,00	23	0	6	0,00	0,00	1,00

ARRANJO IBGE - IPEA	URB_EDU_POS_DE_FORA10_CENSODEMO	URB_EDU_PART_MED_DE_FORA10_CENSO DEMO	URB_EDU_PART_SUP_DE_FORA10_CENSO DEMO	URB_EDU_PART_POS_DE_FORA10_CENSO DEMO	URB_DIVERSIF_A TIV10_RAIS	URB_SAU_ALTA_COMPLEX_DE_FORA10_DATASUS	URB_SAU_MED_COMPLEX_DE_FORA10_DATASUS	URB_SAU_P ART_ALTA_COMPLEX_DE_FORA10_D ATASUS	URB_SAU_P ART_MED_COMPLEX_DE_FORA10_D ATASUS	SOC_CO MANDO_LOCAL10_CENSO DEMO
Teolândia-BA	0	0,09	0,00	0,00	21	0	741	0,00	0,22	0,77
Ibipitanga-BA	0	0,15	1,00	0,00	22	0	0	0,00	0,00	0,79
Itapitanga-BA	0	0,12	0,00	0,00	17	0	6	0,00	0,01	0,60
Ichu-BA	0	0,09	0,93	0,00	14	0	96	0,00	0,05	0,60
Cabaceiras do Paraguaçu-BA	0	0,00	0,00	0,00	25	0	0	0,00	0,00	0,78
Pau Brasil-BA	0	0,01	0,00	0,00	19	0	5	0,00	0,00	0,51
Gentio do Ouro-BA	0	0,02	0,11	0,00	14	0	11	0,00	0,01	0,00
Ponto Novo-BA	9	0,08	0,00	0,41	25	0	59	0,00	0,02	0,66
Santa Luzia-BA	0	0,04	0,57	0,00	19	0	0	0,00	0,00	0,76
São José do Jacuípe-BA	0	0,08	0,04	0,00	11	0	0	0,00	0,00	0,86
Lajedo do Tabocal-BA	0	0,25	0,00	0,00	15	0	134	0,00	0,06	0,72
Itamarí-BA	0	0,18	0,11	0,00	9	0	164	0,00	0,05	0,71
América Dourada-BA	0	0,21	0,00	0,00	16	0	89	0,00	0,04	0,54
Bonito-BA	0	0,04	0,00	0,00	24	0	0	0,00	0,00	0,82
Nilo Peçanha-BA	0	0,06	0,26	0,00	21	0	0	0,00	0,00	0,75
Floresta Azul-BA	0	0,18	0,00	0,00	20	0	0	0,00	0,00	0,81
Fátima-BA	0	0,08	0,00	0,00	17	0	0	0,00	0,00	0,80
Jiquiriçá-BA	0	0,08	0,00	0,00	22	0	14	0,00	0,00	0,50
Itaquara-BA	0	0,09	0,46	0,00	11	0	21	0,00	0,01	1,00
Barra do Rocha-BA	0	0,53	0,50	0,00	13	0	0	0,00	0,00	0,84
Quijingue-BA	0	0,07	0,00	0,00	23	0	0	0,00	0,00	0,88
Adustina-BA	0	0,19	0,00	0,00	14	0	0	0,00	0,00	0,85
Novo Horizonte-BA	4	0,01	0,00	0,00	11	0	0	0,00	0,00	0,00
Aiquara-BA	0	0,24	0,00	0,00	7	0	4	0,00	0,00	0,00
Aporá-BA	0	0,07	0,43	0,00	17	0	0	0,00	0,00	0,84
Malhada-BA	0	0,03	0,08	0,00	12	0	18	0,00	0,01	0,73
Heliópolis-BA	17	0,03	0,00	1,21	17	0	0	0,00	0,00	0,73
Sebastião Laranjeiras-BA	0	0,04	0,08	0,00	18	0	4	0,00	0,00	0,70
Quixaba	0	0,07	0,11	0,00	13	0	0	0,00	0,00	0,62

ARRANJO IBGE - IPEA	URB_EDU_POS_DE_FORA10_CENSODEMO	URB_EDU_PART_MED_DE_FORA10_CENSO DEMO	URB_EDU_PART_SUP_DE_FORA10_CENSO DEMO	URB_EDU_PART_POS_DE_FORA10_CENSO DEMO	URB_DIVERSIF_A_TIV10_RAIS	URB_SAU_ALTA_COMPLEX_DE_FORA10_DATASUS	URB_SAU_MED_COMPLEX_DE_FORA10_DATASUS	URB_SAU_P ART_ALTA_COMPLEX_DE_FORA10_D ATASUS	URB_SAU_P ART_MED_COMPLEX_DE_FORA10_D ATASUS	SOC_CO MANDO_LOCAL10_CENSO DEMO
eira-BA										
Nova Ibiá-BA	0	0,20	0,00	0,00	12	0	0	0,00	0,00	0,82
Lajedinho-BA	0	0,00	0,00	0,00	8	0	0	0,00	0,00	0,60
Cotegipe-BA	0	0,03	0,06	0,00	16	0	0	0,00	0,00	0,93
Aratuípe-BA	0	0,14	0,14	0,00	11	0	0	0,00	0,00	0,82
Caraíbas-BA	0	0,16	0,63	0,00	16	0	0	0,00	0,00	1,00
Ribeirão do Largo-BA	8	0,10	0,61	1,14	7	0	0	0,00	0,00	0,77
Boa Vista do Tupim-BA	0	0,04	0,56	0,00	18	0	4	0,00	0,00	0,56
Coronel João Sá-BA	0	0,00	0,18	0,00	15	0	0	0,00	0,00	0,49
Elísio Medrado-BA	0	0,01	0,12	0,00	14	0	0	0,00	0,00	1,00
Irajuba-BA	0	0,07	0,00	0,00	11	0	211	0,00	0,08	0,86
Jussari-BA	0	0,20	0,00	0,00	15	0	0	0,00	0,00	0,87
Gavião-BA	0	0,22	0,00	0,00	11	0	0	0,00	0,00	1,00
Caém-BA	0	0,13	0,44	0,00	11	0	113	0,00	0,03	0,60
Manoel Vitorino-BA	0	0,05	0,08	0,00	20	0	0	0,00	0,00	0,81
Lafaiete Coutinho-BA	0	0,18	0,00	0,00	9	0	0	0,00	0,00	0,89
Mirangaba-BA	6	0,03	0,00	0,60	12	0	0	0,00	0,00	0,55
Arataca-BA	0	0,15	0,00	0,00	13	0	0	0,00	0,00	0,60
Morpará-BA	0	0,14	0,00	0,00	14	0	0	0,00	0,00	0,00
Cravolândia-BA	0	0,12	0,00	0,00	8	0	0	0,00	0,00	0,95
Marcionílio Souza-BA	0	0,08	0,00	0,00	16	0	221	0,00	0,08	0,87
Macururé-BA	0	0,12	0,13	0,00	10	0	0	0,00	0,00	1,00
Itaju do Colônia-BA	0	0,02	0,22	0,00	13	0	0	0,00	0,00	0,65
Biritinga-BA	0	0,03	0,00	0,00	19	0	0	0,00	0,00	0,61
Itaguaçu da Bahia-BA	0	0,21	0,00	0,00	13	0	51	0,00	0,02	0,20
Caldeirão Grande-BA	0	0,07	0,10	0,00	11	0	416	0,00	0,13	0,00
Dário Meira-BA	0	0,13	0,00	0,00	16	0	0	0,00	0,00	0,76
Mulungu do Morro-BA	0	0,04	0,00	0,00	12	0	112	0,00	0,04	0,86
Muquém de	0	0,00	0,00	0,00	11	0	0	0,00	0,00	0,51

ARRANJO IBGE - IPEA	URB_EDU_POS_DE_FORA10_CENSODEMO	URB_EDU_PART_MED_DE_FORA10_CENSO DEMO	URB_EDU_PART_SUP_DE_FORA10_CENSO DEMO	URB_EDU_PART_POS_DE_FORA10_CENSO DEMO	URB_DIVERSIF_A TIV10_RAIS	URB_SAU_ALTA_COMPLEX_DE_FORA10_DATASUS	URB_SAU_MED_COMPLEX_DE_FORA10_DATASUS	URB_SAU_P ART_ALTA_COMPLEX_DE_FORA10_D ATASUS	URB_SAU_P ART_MED_COMPLEX_DE_FORA10_D ATASUS	SOC_COMANDO_LOCAL10_CENSO DEMO
São Francisco-BA										
Novo Triunfo-BA	0	0,23	0,00	0,00	12	0	0	0,00	0,00	1,00
Ribeira do Amparo-BA	5	0,10	0,00	0,00	16	0	10	0,00	0,02	1,00
Jandaíra-BA	0	0,02	0,00	0,00	20	0	0	0,00	0,00	0,39
Pirai do Norte-BA	0	0,07	0,28	0,00	11	0	0	0,00	0,00	0,77
Canápolis-BA	0	0,00	0,00	0,00	15	0	22	0,00	0,01	0,85
Jucuruçu-BA	10	0,00	0,13	0,45	12	0	0	0,00	0,00	0,00
Gongogi-BA	0	0,07	0,00	0,00	10	0	9	0,00	0,02	0,31
Ipecaetá-BA	0	0,04	0,00	0,00	15	0	0	0,00	0,00	0,58
Umburanas-BA	0	0,04	0,00	0,00	22	0	0	0,00	0,00	1,00
Pedro Alexandre-BA	0	0,04	0,50	0,00	9	0	0	0,00	0,00	0,96
Feira da Mata-BA	0	0,04	0,00	0,00	15	0	0	0,00	0,00	0,84
Sítio do Mato-BA	0	0,00	0,14	0,00	11	0	21	0,00	0,07	0,78
Ruy Barbosa-BA	11	0,14	0,19	1,00	42	0	2.662	0,00	0,27	0,84
Itatim-BA	0	0,23	0,12	0,00	31	0	0	0,00	0,00	0,72
Itajuípe-BA	0	0,04	0,00	0,00	30	0	417	0,00	0,12	0,74
Iraquara-BA	11	0,06	0,43	0,15	29	0	1.996	0,00	0,40	0,68
Tanhaçu-BA	2	0,09	0,51	0,00	31	0	0	0,00	0,00	0,69
Licínio de Almeida-BA	0	0,03	2,50	0,00	26	0	4	0,00	0,00	0,97
Urandi-BA	23	0,00	0,00	0,85	35	0	0	0,00	0,00	0,69
Santa Inês-BA	0	0,45	4,00	0,00	20	0	49	0,00	0,02	0,72
Igaporã-BA	0	0,18	0,24	0,00	23	0	124	0,00	0,04	0,91
João Dourado-BA	0	0,04	0,15	0,00	30	0	20	0,00	0,01	0,53
Oliveira dos Brejinhos-BA	5	0,02	0,00	0,22	34	0	0	0,00	0,00	0,76
Conceição da Feira-BA	0	0,02	0,43	0,00	39	0	0	0,00	0,00	0,89
Retirolándia-BA	0	0,06	0,00	0,00	29	0	33	0,00	0,02	0,95
Tanque Novo-BA	0	0,11	0,07	0,00	33	0	57	0,00	0,02	0,81
Cipó-BA	5	0,34	0,21	1,25	20	0	504	0,00	0,17	0,84
Itiruçu-BA	0	0,00	0,88	0,00	24	0	155	0,00	0,05	0,76
Terra	0	0,03	4,67	0,00	20	0	0	0,00	0,00	0,60

ARRANJO IBGE - IPEA	URB_EDU_POS_DE_FORA10_CENSODEMO	URB_EDU_PART_MED_DE_FORA10_CENSO DEMO	URB_EDU_PART_SUP_DE_FORA10_CENSO DEMO	URB_EDU_PART_POS_DE_FORA10_CENSO DEMO	URB_DIVER_SIF_A_TIV10_RAIS	URB_SAU_ALTA_COMPLEX_DE_FORA10_DATASUS	URB_SAU_MED_COMPLEX_DE_FORA10_DATASUS	URB_SAU_P ART_ALTA_COMPLEX_DE_FORA10_D ATASUS	URB_SAU_P ART_MED_COMPLEX_DE_FORA10_D ATASUS	SOC_CO MANDO_LOCAL10_CENSO DEMO
Nova-BA										
Cândido Sales-BA	0	0,10	0,04	0,00	28	0	24	0,00	0,00	0,58
Santa Bárbara-BA	0	0,04	0,00	0,00	26	0	130	0,00	0,08	1,00
Ibiassucê-BA	0	0,10	0,17	0,00	27	0	2.547	0,00	0,48	0,00
Planalto-BA	12	0,06	0,09	0,00	29	0	8	0,00	0,00	0,75
Itagimirim-BA	0	0,06	0,00	0,00	21	0	0	0,00	0,00	0,77
Capela do Alto Alegre-BA	4	0,40	0,00	0,29	23	0	14	0,00	0,01	0,97
Teofilândia-BA	0	0,05	0,20	0,00	36	0	0	0,00	0,00	0,69
Ituaçu-BA	0	0,08	0,00	0,00	34	0	27	0,00	0,01	0,56
Rio de Contas-BA	0	0,02	0,00	0,00	24	0	53	0,00	0,07	1,00
Anagé-BA	0	0,14	0,24	0,00	28	0	26	0,00	0,01	0,83
Nova Fátima-BA	0	0,01	4,50	0,00	20	0	0	0,00	0,00	1,00
São Domingos-BA	0	0,17	0,39	0,00	22	0	39	0,00	0,02	1,00
Olindina-BA	0	0,08	0,00	0,00	35	0	123	0,00	0,03	0,68
Itiúba-BA	10	0,02	0,26	0,67	32	0	104	0,00	0,02	0,80
Lapão-BA	0	0,01	0,00	0,00	25	0	7	0,00	0,00	0,77
Palmas de Monte Alto-BA	5	0,12	0,00	0,38	25	0	222	0,00	0,06	0,62
Boninal-BA	5	0,11	0,10	0,00	21	0	210	0,00	0,10	0,60
Ipupiará-BA	0	0,08	0,00	0,00	25	0	273	0,00	0,14	0,88
Belo Campo-BA	0	0,08	0,19	0,00	26	0	255	0,00	0,12	0,64
Saubara-BA	0	0,04	0,00	0,00	24	0	12	0,00	0,01	0,49
Ibitiara-BA	0	0,06	0,10	0,00	20	0	2.541	0,00	0,39	0,90
Boquira-BA	7	0,05	0,11	0,16	31	0	17	0,00	0,01	0,90
Jacaraci-BA	0	0,03	0,61	0,00	23	0	14	0,00	0,01	1,00
Antônio Gonçalves-BA	0	0,05	0,04	0,00	16	0	0	0,00	0,00	1,00
Taperoá-BA	0	0,02	0,24	0,00	29	0	2	0,00	0,00	0,76
Uibaí-BA	0	0,02	0,00	0,00	14	0	12	0,00	0,01	0,59
Rio do Pires-BA	0	0,42	0,00	0,00	21	0	358	0,00	0,21	0,00
Várzea do Poço-BA	0	0,09	0,38	0,00	20	0	253	0,00	0,10	0,74
Várzea Nova-BA	0	0,22	0,00	0,00	20	0	259	0,00	0,08	0,55

ARRANJO IBGE - IPEA	URB_EDU_POS_DE_FORA10_CENSODEMO	URB_EDU_PART_MED_DE_FORA10_CENSO DEMO	URB_EDU_PART_SUP_DE_FORA10_CENSO DEMO	URB_EDU_PART_POS_DE_FORA10_CENSO DEMO	URB_DIVER_SIF_A_TIV10_RAIS	URB_SAU_ALTA_COMPLEX_DE_FORA10_DATASUS	URB_SAU_MED_COMPLEX_DE_FORA10_DATASUS	URB_SAU_P ART_ALTA_COMPLEX_DE_FORA10_D ATASUS	URB_SAU_P ART_MED_COMPLEX_DE_FORA10_D ATASUS	SOC_CO MANDO_LOCAL10_CENSO DEMO
Candiba-BA	0	0,01	1,00	0,00	25	0	4	0,00	0,00	1,00
Mortugaba-BA	0	0,06	0,38	0,00	28	0	75	0,00	0,03	0,82
Cardeal da Silva-BA	0	0,00	0,00	0,00	13	0	0	0,00	0,00	1,00
Serra do Ramalhão-BA	0	0,03	0,34	0,00	32	0	14	0,00	0,00	0,46
Pindaí-BA	0	0,06	0,00	0,00	24	0	73	0,00	0,03	0,80
Tabocas do Brejo Velho-BA	0	0,19	0,04	0,00	18	0	685	0,00	0,42	0,38
Antônio Cardoso-BA	0	0,00	0,00	0,00	11	0	0	0,00	0,00	0,93
Dom Basílio-BA	0	0,03	0,00	0,00	26	0	4	0,00	0,01	0,72
Malhada de Pedras-BA	0	0,06	0,00	0,00	21	0	0	0,00	0,00	0,78
Cafarnaum-BA	0	0,04	0,27	0,00	22	0	85	0,00	0,03	0,84
Tanquinho-BA	0	0,42	1,35	0,00	25	0	425	0,00	0,24	0,90
Paratinga-BA	0	0,04	0,29	0,00	30	0	41	0,00	0,01	0,90
Abaré-BA	0	0,11	0,07	0,00	20	0	116	0,00	0,08	0,77
Wagner-BA	0	0,08	0,47	0,00	16	0	1.536	0,00	0,28	0,61
Aramari-BA	0	0,00	0,00	0,00	26	0	0	0,00	0,00	0,60
Tapiramutá-BA	0	0,07	0,00	0,00	19	0	119	0,00	0,05	0,88
Pé de Serra-BA	0	0,11	0,00	0,00	24	0	7	0,00	0,20	0,93
Varzedo-BA	0	0,04	0,00	0,00	20	0	0	0,00	0,00	0,98
Jussara-BA	0	0,11	0,11	0,00	19	0	29	0,00	0,01	0,75
Acajutiba-BA	0	0,03	0,00	0,00	25	0	0	0,00	0,00	0,95
Várzea da Roça-BA	9	0,02	0,31	0,31	26	0	0	0,00	0,00	0,60
Pintadas-BA	0	0,09	0,00	0,00	22	0	19	0,00	0,03	1,00
Souto Soares-BA	0	0,01	0,00	0,00	13	0	72	0,00	0,02	1,00
Cristópolis-BA	3	0,06	0,03	0,18	17	0	0	0,00	0,00	0,68
Itapé-BA	0	0,08	0,00	0,00	22	0	0	0,00	0,00	0,72
Glória-BA	0	0,03	0,00	0,00	18	0	0	0,00	0,00	0,20
Angical-BA	0	0,09	0,00	0,00	18	0	0	0,00	0,00	0,68
Baianópolis-BA	0	0,11	0,05	0,00	14	0	290	0,00	0,10	0,92
Dom Macedo Costa-BA	0	0,06	0,00	0,00	11	0	0	0,00	0,00	0,00
Cordeirópolis-BA	7	0,31	1,33	0,00	15	0	7	0,00	0,00	0,60



ARRANJO IBGE - IPEA	URB_EDU_POS_DE_FORA10_CENSODEMO	URB_EDU_PART_MED_DE_FORA10_CENSO DEMO	URB_EDU_PART_SUP_DE_FORA10_CENSO DEMO	URB_EDU_PART_POS_DE_FORA10_CENSO DEMO	URB_DIVERSIF_A TIV10_RAIS	URB_SAU_ALTA_COMPLEX_DE_FORA10_DATASUS	URB_SAU_MED_COMPLEX_DE_FORA10_DATASUS	URB_SAU_P ART_ALTA_COMPLEX_DE_FORA10_DATASUS	URB_SAU_P ART_MED_COMPLEX_DE_FORA10_DATASUS	SOC_COMANDO_LOCAL10_CENSO DEMO
os-BA										
Rio do Antônio-BA	0	0,03	0,00	0,00	20	0	0	0,00	0,00	0,47
Jussiape-BA	0	0,04	0,00	0,00	16	0	0	0,00	0,00	0,90
Muniz Ferreira-BA	0	0,19	0,00	0,00	14	0	0	0,00	0,00	1,00
Maetinga-BA	0	0,07	0,00	0,00	14	0	0	0,00	0,00	0,90
Barro Preto-BA	0	0,00	0,00	0,00	15	0	0	0,00	0,00	0,00
Candeal-BA	0	0,00	0,00	0,00	14	0	0	0,00	0,00	0,95
Itanagra-BA	0	0,02	0,00	0,00	12	0	0	0,00	0,00	0,45
São Gabriel-BA	0	0,12	0,00	0,00	19	0	32	0,00	0,01	0,73
Itaeté-BA	0	0,07	0,11	0,00	22	0	14	0,00	0,06	0,54
Piripá-BA	0	0,09	0,00	0,00	16	0	0	0,00	0,00	0,64
Banzaê-BA	0	0,26	0,00	0,00	19	0	0	0,00	0,00	0,97
Iuiú-BA	0	0,01	0,05	0,00	14	0	0	0,00	0,00	0,00
Barro Alto-BA	0	0,05	0,00	0,00	15	0	70	0,00	0,03	0,78
Anguera-BA	0	0,02	0,00	0,00	19	0	0	0,00	0,00	0,00
Contendas do Sincorá-BA	0	0,12	0,00	0,00	11	0	0	0,00	0,00	0,94
Água Fria-BA	11	0,00	0,00	1,10	23	0	0	0,00	0,00	0,85
Iramaia-BA	0	0,05	0,38	0,00	14	0	0	0,00	0,00	0,77
Lagoa Real-BA	0	0,08	0,14	0,00	21	0	0	0,00	0,00	0,00
Santanópolis-BA	0	0,14	2,18	0,00	14	0	7	0,00	0,01	0,00
Santa Cruz da Vitória-BA	2	0,20	0,67	0,00	15	0	0	0,00	0,00	0,67
Ouriçangas-BA	0	0,03	0,00	0,00	13	0	0	0,00	0,00	0,60
Apurama-BA	0	0,04	0,10	0,00	11	0	0	0,00	0,00	0,60
Caatiba-BA	0	0,00	0,00	0,00	15	0	38	0,00	0,02	0,76
Érico Cardoso-BA	0	0,06	0,06	0,00	18	0	0	0,00	0,00	0,72
São José da Vitória-BA	0	0,15	0,00	0,00	11	0	0	0,00	0,00	0,80
Presidente Jânio Quadros-BA	0	0,06	0,00	0,00	17	0	0	0,00	0,00	0,98
Sítio do Quinto-BA	0	0,03	0,00	0,00	11	0	0	0,00	0,00	0,72
Planaltino-BA	0	0,03	0,00	0,00	16	0	12	0,00	0,01	0,95
Santa Brigida-BA	0	0,04	0,18	0,00	17	0	0	0,00	0,00	0,81

ARRANJO IBGE - IPEA	URB_EDU_POS_DE_FORA10_CENSODEMO	URB_EDU_PART_MED_DE_FORA10_CENSO DEMO	URB_EDU_PART_SUP_DE_FORA10_CENSO DEMO	URB_EDU_PART_POS_DE_FORA10_CENSO DEMO	URB_DIVERSIF_A_TIV10_RAIS	URB_SAU_ALTA_COMPLEX_DE_FORA10_DATASUS	URB_SAU_MED_COMPLEX_DE_FORA10_DATASUS	URB_SAU_P ART_ALTA_COMPLEX_DE_FORA10_DATASUS	URB_SAU_P ART_MED_COMPLEX_DE_FORA10_DATASUS	SOC_CO_MANDOC_LOCAL10_CENSO DEMO
Bom Jesus da Serra-BA	0	0,25	0,13	0,00	11	0	1.140	0,00	0,40	0,72
Caturama-BA	0	0,14	0,00	0,00	8	0	0	0,00	0,00	1,00
Almadina-BA	0	0,00	0,00	0,00	7	0	0	0,00	0,00	1,00
Nova Redenção-BA	0	0,11	0,00	0,00	13	0	0	0,00	0,00	0,69
Caetanós-BA	0	0,06	0,00	0,00	19	0	0	0,00	0,00	0,60
Macajuba-BA	0	0,00	0,00	0,00	16	0	92	0,00	0,05	1,00
Mirante-BA	0	0,04	0,00	0,00	10	0	0	0,00	0,00	1,00
Pedraõ-BA	0	0,01	0,00	0,00	12	0	0	0,00	0,00	0,00
Buritirama-BA	0	0,04	0,00	0,00	13	0	0	0,00	0,00	0,89
Matina-BA	0	0,14	0,00	0,00	10	0	56	0,00	0,03	0,67
Brejolândia-BA	0	0,03	0,00	0,00	12	0	0	0,00	0,00	0,00
Guajeruba-BA	0	0,02	0,00	0,00	16	0	0	0,00	0,00	0,00
Lamarão-BA	0	0,14	0,00	0,00	15	0	0	0,00	0,00	0,00
Ibiquera-BA	0	0,38	0,00	0,00	7	0	0	0,00	0,00	1,00
Mansidão-BA	3	0,00	0,00	0,30	6	0	0	0,00	0,00	1,00

## Anexo 2 - Código R da Análise de Componentes Principais

```

setwd(dirname(rstudioapi::getSourceEditorContext()$path))
library(tidyverse); library(psych)

#(0) Leitura dos dados
df <- read.csv('dados.csv', sep = ';')

#(1) Selecionando as variáveis #####
dfpca <- df %>% dplyr::select(CIRC_CI_PART10:SOC_COMANDO_LOCAL10_CENSODEMO)
dfpca <- as.data.frame(apply(dfpca,2,scale)) # Normalização das variáveis
names(dfpca) <- paste('var',1:71,sep='') # Renomeando as variáveis para melhor visualização

#(2) Produzindo a matriz de correlação #####
M <- cor(dfpca %>% select(-var1)) # Matriz de correlação sem a variável de circuito

#(3) Scree plot para indicação da quantidade de componentes #####
scree(M) # Indicativo de 4 componentes

#(4) Execução da Análise de Componentes principais
pca <- principal(M, nfactors = 4, rotate = 'none', scores=TRUE)
L <- pca$loadings # Matriz de carregamentos
write.csv(L,'pesos.csv') # Escrevendo matriz de carregamentos em um arquivo pesos.csv
write.csv(cor(M),'mat_cor.csv') # Escrevendo matriz de correlação em um arquivo mat_cor.csv

# (5) Obtendo escores das componentes principais #####
sc <- as.matrix(dfpca %>% select(-var1)) %*% L

for (i in 1:4){ # Normalizando valores dos escores das componentes principais
  sc[,i] <- (sc[,i] - min(sc[,i]))/(max(sc[,i]) - min(sc[,i]))
}

write.csv(sc_norm,'escores_norm.csv')

# (6) Correlação entre as componentes principais e a variável de circuito #####
Mcirc <- round(cor(cbind(dfpca %>% select(var1),sc)),3)

```

### Anexo 3 - ACP: Pesos do ensaio com a variável de circuito inferior

Tabela 6 – Pesos de cada variável em cada Componente Principal (ensaio com a variável de circuito inferior)

VARIÁVEIS	PC1	PC2	PC3	PC4
CIRC_CI_PART10	-0,122	-0,090	0,376	-0,210
REG_ATIV_FINANC_E_IMOB10_RAIS	0,137	0,316	0,348	0,115
REG_COM_ATACADO10_RAIS	0,228	0,446	-0,017	0,233
REG_EXP_PIB10	0,170	0,335	-0,444	-0,156
REG_EXP_PIB20	0,125	0,318	-0,456	-0,263
REG_IND_EXT10_RAIS	0,022	0,143	-0,332	-0,393
REG_IND_TRANSF_BENS_CAPITAL10_RAIS	0,006	0,012	-0,042	-0,014
REG_IND_TRANSF_BENS_CONSUMO10_RAIS	0,064	0,183	0,041	-0,291
REG_IND_TRANSF_BENS_INTERM10_RAIS	0,182	0,370	-0,120	-0,197
REG_IRPF_DECLAR_2017	0,953	-0,280	-0,012	-0,030
REG_IRPF_VALOR_2017	0,940	-0,310	-0,016	-0,036
REG_IRPF_VALOR_PER_CAP_MES_2107	0,499	0,500	-0,013	0,125
REG_MASSA_SAL_FORM10	0,933	-0,326	-0,023	-0,041
REG_MASSA_SAL_FORM21	0,942	-0,309	-0,023	-0,034
REG_ORIG_OD_CARGA_EPL_17	0,924	-0,308	-0,061	-0,051
REG_PART_VA ADM10	-0,339	-0,561	0,584	-0,060
REG_PART_VA ADM20	-0,329	-0,554	0,566	-0,120
REG_PART_VA AGRO10	-0,214	-0,336	-0,513	0,416
REG_PART_VA AGRO20	-0,165	-0,258	-0,552	0,431
REG_PART_VA IND10	0,248	0,428	-0,466	-0,461
REG_PART_VA IND20	0,211	0,370	-0,436	-0,437
REG_PART_VA SERV10	0,400	0,619	0,450	0,135
REG_PART_VA SERV20	0,359	0,574	0,534	0,093
REG_PIB10	0,946	-0,293	-0,031	-0,034
REG_QTDE_MUN_DEST_INSUMOS_AGRO_REGIC17	0,146	0,119	-0,023	0,183
REG_QTDE_MUN_DEST_PROD_AGRO_REGIC17	0,197	0,325	0,067	0,262
REG_RENDFAM_CENSO10	0,952	-0,283	-0,011	-0,030
REG_SER_AS_FAM10_RAIS	0,307	0,667	0,297	0,117
REG_SERV_AS_EMP10_RAIS	0,217	0,226	0,029	-0,119
REG_TRANSPORTE_CARGA10_RAIS	0,278	0,453	-0,179	-0,107
REG_VINC_PESO_FORM10	0,950	-0,293	-0,019	-0,032
REG_VINC_PESO_FORM21	0,961	-0,264	-0,019	-0,021
SOC_ABS_RIQ10	-0,089	-0,067	0,764	-0,186
SOC_COMANDO_LOCAL10_CENSODEMO	-0,009	-0,006	0,288	-0,070
SOC_CRESC_POP_00-10	0,141	0,333	-0,158	0,219
SOC_CRESC_POP_10-22	0,107	0,350	-0,201	0,229
SOC_DENSID10_URB	0,078	-0,088	-0,079	-0,342
SOC_GINI10	0,198	0,214	-0,080	0,525
SOC_POP10_TOT	0,973	-0,223	-0,002	-0,004
SOC_POP10_URB	0,970	-0,238	-0,004	-0,020
SOC_POP22	0,977	-0,194	-0,003	0,008
SOC_REND_PER_CAP10	0,478	0,723	-0,061	-0,089
SOC_TX_DESOC10	0,165	0,089	-0,106	-0,182
SOC_TX_EXT_POB10	-0,278	-0,514	-0,007	0,458

VARIÁVEIS	PC1	PC2	PC3	PC4
SOC_TX_POB10	-0,352	-0,597	-0,015	0,403
URB_AG_BANC_BACEN10	0,955	-0,267	-0,008	-0,028
URB_AG_CORREIO23	0,950	-0,294	-0,017	-0,029
URB_AG_INSS23	0,849	0,063	0,027	0,082
URB_BILHETE_PAX_ROD_ANTT_22	0,784	0,112	-0,067	0,042
URB_CART_23	0,963	-0,105	0,008	0,005
URB_CENTRAL_CULT_COM_SERV_REGIC17	0,917	0,104	0,073	0,087
URB_CGT_14	0,957	0,122	0,050	0,058
URB_CRAS23	0,908	-0,118	0,028	0,017
URB_DEF_PUB23	0,429	0,610	0,124	0,112
URB_DEP_SAU_BASICA_BUSCA_OFERTA_LOCAL20_DATASUS	-0,052	-0,102	-0,031	0,024
URB_DEPEND_INCOMP_ENTRA_SOBRE_SAI_TRAB10	0,061	0,120	-0,506	0,331
URB_DIVERSIF_ATIV10_RAIS	0,591	0,727	0,034	0,117
URB_EDU_MED_DE_FORA10_CENSODEMO	0,945	0,083	0,082	0,035
URB_EDU_PART_MED_DE_FORA10_CENSODEMO	-0,036	0,073	0,196	-0,208
URB_EDU_PART_POS_DE_FORA10_CENSODEMO	0,119	0,327	0,141	0,129
URB_EDU_PART_SUP_DE_FORA10_CENSODEMO	0,049	0,237	0,206	-0,101
URB_EDU_POS_DE_FORA10_CENSODEMO	0,977	-0,168	0,015	0,002
URB_EDU_SUP_DE_FORA10_CENSODEMO	0,926	0,074	0,069	0,067
URB_EDUC_INI_FORA10_CENSOESCOLAR	-0,057	-0,085	-0,192	-0,197
URB_IA_14	0,975	-0,120	0,028	0,029
URB_PAX_AEREO_OD_EPL14	0,910	-0,334	-0,010	-0,032
URB_SAU_ALTA_COMPLEX_DE_FORA10_DATASUS	0,923	-0,341	-0,015	-0,040
URB_SAU_MED_COMPLEX_DE_FORA10_DATASUS	0,950	-0,081	0,039	0,034
URB_SAU_PART_ALTA_COMPLEX_DE_FORA10_DATASUS	0,370	0,406	0,063	0,183
URB_SAU_PART_MED_COMPLEX_DE_FORA10_DATASUS	0,276	0,543	0,233	0,106
URB_SEDE_COMARCA_ENTRANCIA23	0,444	0,685	0,137	0,153

#### Anexo 4 - ACP: Pesos do ensaio sem a variável de circuito inferior

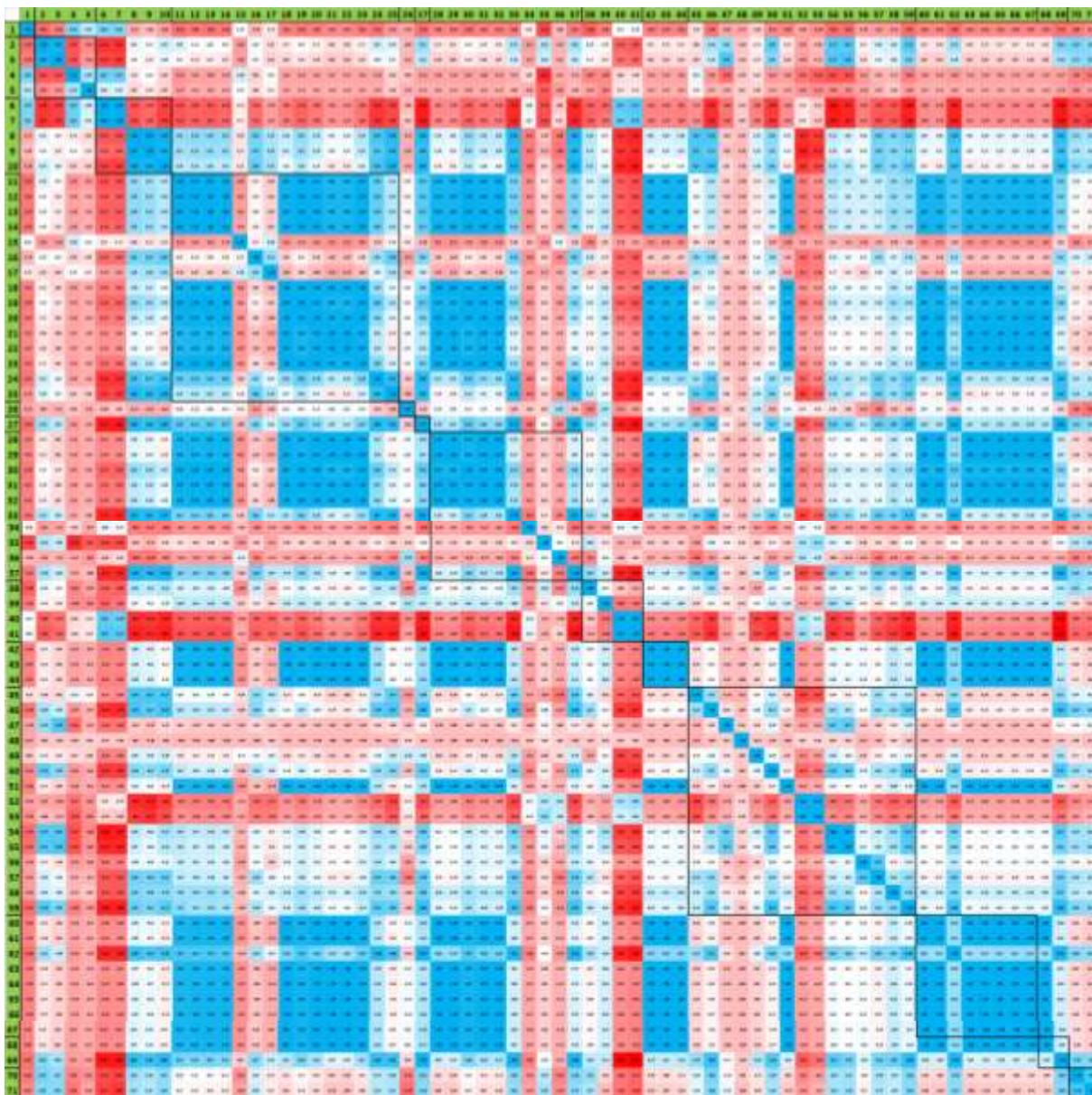
Tabela 7 – Pesos de cada variável em cada Componente Principal (ensaio sem a variável de circuito inferior)

VARIÁVEL	PC1	PC2	PC3	PC4
REG_ATIV_FINANC_E_IMOB10_RAIS	0,138	0,319	0,343	0,115
REG_COM_ATACADO10_RAIS	0,227	0,445	-0,010	0,224
REG_EXP_PIB10	0,169	0,333	-0,461	-0,100
REG_EXP_PIB20	0,124	0,317	-0,479	-0,194
REG_IND_EXT10_RAIS	0,022	0,142	-0,355	-0,339
REG_IND_TRANSF_BENS_CAPITAL10_RAIS	0,006	0,011	-0,030	-0,028
REG_IND_TRANSF_BENS_CONSUMO10_RAIS	0,064	0,185	0,029	-0,319
REG_IND_TRANSF_BENS_INTERM10_RAIS	0,181	0,369	-0,131	-0,176
REG_IRPF_DECLAR_2017	0,953	-0,279	-0,014	-0,027
REG_IRPF_VALOR_2017	0,940	-0,309	-0,018	-0,032
REG_IRPF_VALOR_PER_CAP_MES_2107	0,499	0,500	-0,017	0,126
REG_MASSA_SAL_FORM10	0,934	-0,325	-0,025	-0,037
REG_MASSA_SAL_FORM21	0,942	-0,309	-0,025	-0,029
REG_ORIG_OD_CARGA_EPL_17	0,924	-0,308	-0,064	-0,042
REG_PART_VA ADM10	-0,338	-0,558	0,586	-0,063
REG_PART_VA ADM20	-0,328	-0,551	0,567	-0,134
REG_PART_VA AGRO10	-0,216	-0,341	-0,490	0,385
REG_PART_VA AGRO20	-0,166	-0,263	-0,532	0,405
REG_PART_VA IND10	0,248	0,426	-0,490	-0,418
REG_PART_VA IND20	0,211	0,369	-0,457	-0,383
REG_PART_VA SERV10	0,400	0,622	0,450	0,122
REG_PART_VA SERV20	0,359	0,578	0,531	0,081
REG_PIB10	0,946	-0,293	-0,033	-0,029
REG_QTDE_MUN_DEST_INSUMOS_AGRO_REGIC17	0,146	0,119	-0,025	0,200
REG_QTDE_MUN_DEST_PROD_AGRO_REGIC17	0,197	0,325	0,067	0,278
REG_RENDFAM_CENSO10	0,952	-0,283	-0,013	-0,026
REG_SER_AS_FAM10_RAIS	0,307	0,669	0,299	0,100
REG_SERV_AS_EMP10_RAIS	0,217	0,227	0,022	-0,113
REG_TRANSPORTE_CARGA10_RAIS	0,278	0,453	-0,186	-0,089
REG_VINC_PESO_FORM10	0,951	-0,292	-0,021	-0,028
REG_VINC_PESO_FORM21	0,961	-0,263	-0,020	-0,017
SOC_ABS_RIQ10	-0,087	-0,062	0,761	-0,221
SOC_COMANDO_LOCAL10_CENSODEMO	-0,008	-0,003	0,279	-0,065
SOC_CRESC_POP_00-10	0,141	0,331	-0,156	0,255
SOC_CRESC_POP_10-22	0,106	0,350	-0,208	0,275
SOC_DENSID10_URB	0,078	-0,090	-0,072	-0,403
SOC_GINI10	0,197	0,212	-0,057	0,541
SOC_POP10_TOT	0,973	-0,222	-0,003	-0,002
SOC_POP10_URB	0,970	-0,237	-0,005	-0,018
SOC_POP22	0,977	-0,193	-0,004	0,010
SOC_REND_PER_CAP10	0,477	0,723	-0,066	-0,106
SOC_TX_DESOC10	0,165	0,089	-0,104	-0,206
SOC_TX_EXT_POB10	-0,278	-0,515	0,010	0,502
SOC_TX_POB10	-0,352	-0,598	0,002	0,436

VARIÁVEL	PC1	PC2	PC3	PC4
URB_AG_BANC_BACEN10	0,955	-0,267	-0,010	-0,025
URB_AG_CORREIO23	0,951	-0,293	-0,018	-0,025
URB_AG_INSS23	0,849	0,063	0,030	0,075
URB_BILHETE_PAX_ROD_ANTT_22	0,784	0,112	-0,068	0,048
URB_CART_23	0,964	-0,104	0,007	0,006
URB_CENTRAL_CULT_COM_SERV_REGIC17	0,917	0,105	0,072	0,083
URB_CGT_14	0,957	0,123	0,053	0,051
URB_CRAS23	0,909	-0,117	0,027	0,018
URB_DEF_PUB23	0,428	0,611	0,126	0,101
URB_DEP_SAU_BASICA_BUSCA_OFERTA_LOCAL20_DATASUS	-0,052	-0,102	-0,035	0,030
URB_DEPEND_INCOMP_ENTRA_SOBRE_SAI_TRAB10	0,060	0,116	-0,491	0,332
URB_DIVERSIF_ATIV10_RAIS	0,591	0,727	0,035	0,114
URB_EDU_MED_DE_FORA10_CENSODEMO	0,945	0,083	0,084	0,024
URB_EDU_PART_MED_DE_FORA10_CENSODEMO	-0,036	0,075	0,193	-0,246
URB_EDU_PART_POS_DE_FORA10_CENSODEMO	0,119	0,328	0,140	0,127
URB_EDU_PART_SUP_DE_FORA10_CENSODEMO	0,049	0,239	0,199	-0,117
URB_EDU_POS_DE_FORA10_CENSODEMO	0,977	-0,167	0,015	0,001
URB_EDU_SUP_DE_FORA10_CENSODEMO	0,926	0,074	0,072	0,058
URB_EDUC_INI_FORA10_CENSOESCOLAR	-0,058	-0,086	-0,190	-0,243
URB_IA_14	0,975	-0,119	0,029	0,026
URB_PAX_AEREO_OD_EPL14	0,910	-0,333	-0,012	-0,028
URB_SAU_ALTA_COMPLEX_DE_FORA10_DATASUS	0,923	-0,340	-0,016	-0,037
URB_SAU_MED_COMPLEX_DE_FORA10_DATASUS	0,950	-0,081	0,041	0,027
URB_SAU_PART_ALTA_COMPLEX_DE_FORA10_DATASUS	0,369	0,406	0,071	0,161
URB_SAU_PART_MED_COMPLEX_DE_FORA10_DATASUS	0,276	0,544	0,240	0,081
URB_SEDE_COMARCA_ENTRANCIA23	0,444	0,685	0,143	0,143

## Anexo 5 - ACP: Matriz de correlações

Figura 27 – Matriz de correlações par a par de variáveis usadas na ACP separadas por temas





## Anexo 6 - Categorização de cidades

Tabela 8 – Variáveis para classificação das cidades e resultado final

ARRANJO IBGE - IPEA	DEPENDENTE		ENCLAVE		COMANDANTE		EMPRESARIAL		INTERMEDIADOR (TOWN-NESS)		INTERMEDIADOR (CITY-NESS)		CLASSIFI CACAO_FINAL
	TRAB_L OCAL_I NDICE	TRAB_L OCAL_ CLASSE	ABS _IN DICE	ABS _CLA SSE	ORGA OS_I NDICE	ORGA OS_C LASSE	CONT ROL_I NDICE	CONT ROL_C LASSE	DIV_ INDI CE	DIV_ CLAS SE	ESPE C_IN DICE	ESPE C_CL ASSE	
Salvador/BA	1,15	MÉDIO-ALTO	0,48	MÉDIO-ALTO	62	ALTO	1487	ALTO	23,7 217 510 3	ALTO	1	ALTO	completo
Feira de Santana/BA	0,91	MÉDIO-ALTO	0,58	MÉDIO-ALTO	14	MÉDIO-ALTO	293	MÉDIO-ALTO	3,46 696 758 8	MÉDIO-ALTO	0,80 4195 804	ALTO	completo
Itabuna/BA - Ilhéus/BA	1,18	MÉDIO-ALTO	0,56	MÉDIO-ALTO	19	MÉDIO-ALTO	214	MÉDIO-ALTO	5,06 891 962 3	MÉDIO-ALTO	0,85 3146 853	ALTO	completo
Petrolina/PE - Juazeiro/BA	1,03	MÉDIO-ALTO	0,56	MÉDIO-ALTO	21	MÉDIO-ALTO	238	MÉDIO-ALTO	2,50 264 138	MÉDIO-ALTO	0,72 7272 727	ALTO	completo
Vitória da Conquista-BA	1,31	MÉDIO-ALTO	0,57	MÉDIO-ALTO	12	MÉDIO-ALTO	137	MÉDIO-ALTO	2,65 216 987 4	MÉDIO-ALTO	0,81 8181 818	ALTO	completo
Barreiras-BA	1,45	MÉDIO-ALTO	0,53	MÉDIO-ALTO	11	MÉDIO-ALTO	117	MÉDIO-ALTO	2,55 519 739 5	MÉDIO-ALTO	0,80 4195 804	ALTO	completo
Santo Antônio de Jesus-BA	1,40	MÉDIO-ALTO	0,59	MÉDIO-ALTO	8	MÉDIO-ALTO	55	MÉDIO-BAIXO	1,58 505 339	MÉDIO-ALTO	0,68 5314 685	ALTO	comandante e empresarial
Eunápolis-BA	1,36	MÉDIO-ALTO	0,53	MÉDIO-ALTO	9	MÉDIO-ALTO	67	MÉDIO-BAIXO	1,59 973 251 1	MÉDIO-ALTO	0,70 6293 706	ALTO	comandante e empresarial
Alagoinhas-BA	0,61	MÉDIO-BAIXO	0,56	MÉDIO-ALTO	8	MÉDIO-ALTO	47	MÉDIO-BAIXO	1,97 584 901 3	MÉDIO-ALTO	0,70 6293 706	ALTO	comandante e empresarial
Jequié-BA	0,65	MÉDIO-BAIXO	0,50	MÉDIO-ALTO	8	MÉDIO-ALTO	70	MÉDIO-BAIXO	1,60 618 751 4	MÉDIO-ALTO	0,68 5314 685	ALTO	comandante e empresarial
Irecê-BA	1,63	MÉDIO-ALTO	0,77	ALTO	8	MÉDIO-ALTO	49	MÉDIO-BAIXO	1,58 905 029 9	MÉDIO-ALTO	0,66 4335 664	ALTO	comandante e empresarial
Guanambi-BA	0,49	MÉDIO-BAIXO	0,79	ALTO	8	MÉDIO-ALTO	56	MÉDIO-BAIXO	1,45 313 591 6	MÉDIO-ALTO	0,67 1328 671	ALTO	comandante e empresarial
Jacobina-BA	0,83	MÉDIO-ALTO	0,63	ALTO	6	MÉDIO-ALTO	29	MÉDIO-BAIXO	1,12 958 313 9	MÉDIO-ALTO	0,60 8391 608	ALTO	comandante e empresarial
Itapetinga/BA	1,18	MÉDIO-ALTO	0,55	MÉDIO-ALTO	9	MÉDIO-ALTO	34	MÉDIO-BAIXO	1,42 598 917 2	MÉDIO-ALTO	0,59 4405 594	ALTO	comandante e empresarial
Senhor do	0,51	MÉDIO-	0,73	ALTO	6	MÉDIO-	35		1,17		0,59	ALTO	comanda

ARRANJO IBGE - IPEA	DEPENDENTE		ENCLAVE		COMANDANTE		EMPRESARIAL		INTERMEDIADORA (TOWNSNESS)		INTERMEDIADORA (CITYNESS)		CLASSIFICAÇÃO FINAL
	TRABALHADORALÍNDICE	TRABALHADORALÍNDICE	ABSOLUTODÍNDICE	ABSOLUTOCLASSE	ORGANOSÍNDICE	ORGANOSCLASSE	CONTROLOÍNDICE	CONTROLOCLASSE	DIVISÃOÍNDICE	DIVISÃOCLASSE	ESPECÍFICODÍNDICE	ESPECÍFICOCCLASSE	
Bonfim-BA		BAIXO		O		O-ALTO		MÉDIO-BAIXO	228899	MÉDIO-ALTO	4405594		nte e empresarial
Brumado-BA	0,61	MÉDIO-BAIXO	0,49	MÉDIO-ALTO	6	MÉDIO-ALTO	36	MÉDIO-BAIXO	1,426267721	MÉDIO-ALTO	0,622377622	ALTO	comandante e empresarial
Bom Jesus da Lapa-BA	2,06	ALTO	0,65	ALTO	6	MÉDIO-ALTO	28	MÉDIO-BAIXO	0,878440862	MÉDIO-BAIXO	0,538461538	ALTO	comandante e empresarial
Porto Seguro/BA	1,35	MÉDIO-ALTO	0,76	ALTO	4	BAIXO-MÉDIO	63	MÉDIO-BAIXO	2,864176645	MÉDIO-ALTO	0,755244755	ALTO	empresarial e comandante
Cachoeira - Muritiba/BA	0,38	BAIXO	0,72	ALTO	5	BAIXO-MÉDIO	31	MÉDIO-BAIXO	1,666511922	MÉDIO-ALTO	0,51048951	ALTO	empresarial e comandante
Cruz das Almas-BA	1,03	MÉDIO-ALTO	0,73	ALTO	5	BAIXO-MÉDIO	34	MÉDIO-BAIXO	1,158586237	MÉDIO-ALTO	0,601398601	ALTO	empresarial e comandante
Catu/BA - Pojuca/BA	1,03	MÉDIO-ALTO	0,33	MÉDIO-BAIXO	4	BAIXO-MÉDIO	26	MÉDIO-BAIXO	1,339991393	MÉDIO-ALTO	0,503496503	ALTO	empresarial e comandante
Valença-BA	0,88	MÉDIO-ALTO	0,61	ALTO	5	BAIXO-MÉDIO	27	MÉDIO-BAIXO	1,48970371	MÉDIO-ALTO	0,615384615	ALTO	empresarial e comandante
Serrinha-BA	0,45	MÉDIO-BAIXO	0,68	ALTO	4	BAIXO-MÉDIO	29	MÉDIO-BAIXO	0,914546398	MÉDIO-BAIXO	0,552447552	ALTO	empresarial e comandante
Itaberaba-BA	1,09	MÉDIO-ALTO	0,81	ALTO	5	BAIXO-MÉDIO	30	MÉDIO-BAIXO	1,077188324	MÉDIO-ALTO	0,587412587	ALTO	empresarial e comandante
Ribeira do Pombal-BA	1,08	MÉDIO-ALTO	0,66	ALTO	5	BAIXO-MÉDIO	32	MÉDIO-BAIXO	0,723434828	MÉDIO-BAIXO	0,475524476	ALTO	empresarial e comandante
Luís Eduardo Magalhães-BA	4,29	ALTO	0,29	MÉDIO-BAIXO	1	BAIXO	65	MÉDIO-BAIXO	1,666399348	MÉDIO-ALTO	0,692307692	ALTO	empresarial
Teixeira de Freitas-BA	0,77	MÉDIO-ALTO	0,72	ALTO	9	MÉDIO-ALTO	59	MÉDIO-BAIXO	2,654338122	MÉDIO-ALTO	0,755244755	ALTO	comandante
Paulo Afonso-BA	0,42	MÉDIO-BAIXO	0,33	MÉDIO-BAIXO	8	MÉDIO-ALTO	21	BAIXO	2,127559544	MÉDIO-ALTO	0,664335664	ALTO	comandante
Ipiaú-BA	1,28	MÉDIO-ALTO	0,99	ALTO	5	BAIXO-MÉDIO	21	BAIXO	0,781564998	MÉDIO-BAIXO	0,468531469	ALTO	comandante

ARRANJO IBGE - IPEA	DEPENDENTE		ENCLAVE		COMANDANTE		EMPRESARIAL		INTERMEDIA DOR (TOWN- NESS)		INTERMEDIA DOR (CITY- NESS)		CLASSIFI CACAO_F INAL
	TRAB_L OCAL_I NDICE	TRAB_L OCAL_ CLASSE	ABS _IN DIC E	ABS _CLA SSE	ORGA OS_I NDIC E	ORGA OS_C LASSE	CONT ROL_I NDICE	CONT ROL_C LASSE	DIV_ INDI CE	DIV_ CLAS SE	ESPE C_IN DICE	ESPE C_CL ASSE	
Caetité-BA	0,61	MÉDIO- BAIXO	0,83	ALTO	3	BAIXO - MÉDIO	14	BAIXO	0,77 495 176 8	MÉDIO- BAIXO	0,48 9510 49	ALTO	comanda nte
Santo Amaro-BA	0,33	BAIXO	0,68	ALTO	6	MÉDIO- ALTO	14	BAIXO	1,01 568 849 7	MÉDIO- BAIXO	0,42 6573 427	ALTO	comanda nte
Conceição do Coité-BA	0,40	BAIXO	0,69	ALTO	4	BAIXO - MÉDIO	20	BAIXO	0,69 440 327 4	MÉDIO- BAIXO	0,48 9510 49	ALTO	comanda nte
Seabra-BA	0,82	MÉDIO- ALTO	0,62	ALTO	4	BAIXO - MÉDIO	13	BAIXO	0,54 852 073 7	MÉDIO- BAIXO	0,41 9580 42	ALTO	comanda nte
Itamaraju- BA	0,63	MÉDIO- BAIXO	0,63	ALTO	5	BAIXO - MÉDIO	13	BAIXO	1,11 232 003 8	MÉDIO- ALTO	0,54 5454 545	ALTO	comanda nte
Santa Maria da Vitória/BA	0,73	MÉDIO- BAIXO	0,67	ALTO	7	MÉDIO- ALTO	20	BAIXO	0,76 646 485 2	MÉDIO- BAIXO	0,43 3566 434	ALTO	comanda nte
Poções-BA	0,35	BAIXO	0,65	ALTO	3	BAIXO - MÉDIO	16	BAIXO	0,49 393 742 9	MÉDIO- BAIXO	0,39 1608 392	ALTO	comanda nte
Ibotirama- BA	0,74	MÉDIO- BAIXO	0,70	ALTO	4	BAIXO - MÉDIO	19	BAIXO	0,40 045 919 1	MÉDIO- BAIXO	0,36 3636 364	ALTO	comanda nte
Campo Formoso-BA	0,42	MÉDIO- BAIXO	0,52	MÉDIO- ALTO	4	BAIXO - MÉDIO	10	BAIXO	0,61 810 298 4	MÉDIO- BAIXO	0,46 1538 462	ALTO	comanda nte
Euclides da Cunha-BA	1,18	MÉDIO- ALTO	0,54	MÉDIO- ALTO	5	BAIXO - MÉDIO	11	BAIXO	0,50 319 909	MÉDIO- BAIXO	0,40 5594 406	ALTO	comanda nte
Ipirá-BA	0,32	BAIXO	0,65	ALTO	3	BAIXO - MÉDIO	22	BAIXO	0,61 943 444 7	MÉDIO- BAIXO	0,44 0559 441	ALTO	comanda nte
Livramento de Nossa Senhora-BA	0,60	MÉDIO- BAIXO	0,53	MÉDIO- ALTO	3	BAIXO - MÉDIO	9	BAIXO	0,49 973 221 9	MÉDIO- BAIXO	0,41 2587 413	ALTO	comanda nte
Riachão do Jacuípe-BA	0,39	BAIXO	0,82	ALTO	3	BAIXO - MÉDIO	12	BAIXO	0,41 177 332 9	MÉDIO- BAIXO	0,35 6643 357	ALTO	comanda nte

ARRANJO IBGE - IPEA	DEPENDENTE		ENCLAVE		COMANDANTE		EMPRESARIAL		INTERMEDIA DOR (TOWN- NESS)		INTERMEDIA DOR (CITY- NESS)		CLASSIFI CACAO_F INAL
	TRAB_L OCAL_I NDICE	TRAB_L OCAL_ CLASSE	ABS _IN DICE	ABS _CLA SSE	ORGA OS_I NDICE	ORGA OS_C LASSE	CONT ROL_I NDICE	CONT ROL_C LASSE	DIV_ INDI CE	DIV_ CLAS SE	ESPE C_IN DICE	ESPE C_CL ASSE	
Xique-Xique- BA	0,70	MÉDIO- BAIXO	0,66	ALTO	3	BAIXO - MÉDIO	8	BAIXO	0,25 462 355 3	BAIXO	0,27 2727 273	MÉDIO- ALTO	comanda nte
Remanso-BA	1,50	MÉDIO- ALTO	0,73	ALTO	3	BAIXO - MÉDIO	7	BAIXO	0,31 841 087 8	MÉDIO- BAIXO	0,29 3706 294	MÉDIO- ALTO	comanda nte
Morro do Chapéu-BA	0,53	MÉDIO- BAIXO	0,64	ALTO	3	BAIXO - MÉDIO	3	BAIXO	0,45 840 818	MÉDIO- BAIXO	0,33 5664 336	MÉDIO- ALTO	comanda nte
Santana-BA	0,38	BAIXO	0,68	ALTO	3	BAIXO - MÉDIO	10	BAIXO	0,24 934 788 7	BAIXO	0,27 2727 273	MÉDIO- ALTO	comanda nte
Santa Rita de Cássia-BA	0,57	MÉDIO- BAIXO	0,76	ALTO	3	BAIXO - MÉDIO	2	BAIXO	0,16 766 317 3	BAIXO	0,16 7832 168	MÉDIO- BAIXO	comanda nte
Paramirim- BA	0,14	BAIXO	0,91	ALTO	2	BAIXO	5	BAIXO	0,37 596 016 1	MÉDIO- BAIXO	0,32 1678 322	MÉDIO- ALTO	intermed iador
Conceição do Jacuípe- BA	0,47	MÉDIO- BAIXO	0,27	MÉDIO- BAIXO	1	BAIXO	24	MÉDIO- BAIXO	0,91 873 302 3	MÉDIO- BAIXO	0,56 6433 566	ALTO	intermed iador
Amargosa- BA	0,67	MÉDIO- BAIXO	0,80	ALTO	2	BAIXO	7	BAIXO	0,53 414 205 8	MÉDIO- BAIXO	0,39 8601 399	ALTO	intermed iador
Vera Cruz - Itaparica/BA	0,52	MÉDIO- BAIXO	0,75	ALTO	2	BAIXO	9	BAIXO	1,38 008 735 7	MÉDIO- ALTO	0,48 2517 483	ALTO	intermed iador
Nazaré-BA	0,44	MÉDIO- BAIXO	0,86	ALTO	2	BAIXO	6	BAIXO	0,40 077 319 2	MÉDIO- BAIXO	0,36 3636 364	ALTO	intermed iador
Capim Grosso-BA	0,77	MÉDIO- ALTO	0,84	ALTO	1	BAIXO	24	MÉDIO- BAIXO	0,73 244 609 6	MÉDIO- BAIXO	0,44 0559 441	ALTO	intermed iador
Santo Estêvão-BA	0,62	MÉDIO- BAIXO	0,65	ALTO	2	BAIXO	5	BAIXO	0,63 272 834	MÉDIO- BAIXO	0,42 6573 427	ALTO	intermed iador
Caculé-BA	0,15	BAIXO	0,76	ALTO	2	BAIXO	17	BAIXO	0,43 175 417 4	MÉDIO- BAIXO	0,37 7622 378	ALTO	intermed iador
Camacan-BA	0,72	MÉDIO-	0,74	ALTO	2	BAIXO	10	BAIXO	0,51		0,35	ALTO	intermed

ARRANJO IBGE - IPEA	DEPENDENTE		ENCLAVE		COMANDANTE		EMPRESARIAL		INTERMEDIA DOR (TOWN- NESS)		INTERMEDIA DOR (CITY- NESS)		CLASSIFI CACAO_F INAL
	TRAB_L OCAL_I NDICE	TRAB_L OCAL_ CLASSE	ABS _IN DIC E	ABS _CLA SSE	ORGA OS_I NDIC E	ORGA OS_C LASSE	CONT ROL_I NDICE	CONT ROL_C LASSE	DIV_ INDI CE	DIV_ CLAS SE	ESPE C_IN DICE	ESPE C_CL ASSE	
		BAIXO		O					295 496	MÉDI O- BAIX O	6643 357		iador
Gandu-BA	0,67	MÉDIO- BAIXO	0,84	ALTO	2	BAIXO	8	BAIXO	0,81 634 997	MÉDI O- BAIX O	0,41 2587 413	ALTO	intermed iador
Nova Viçosa- BA	0,70	MÉDIO- BAIXO	0,61	ALTO	0	INEXI STENTE	19	BAIXO	0,51 626 71	MÉDI O- BAIX O	0,39 8601 399	ALTO	intermed iador
Jaguaquara- BA	0,55	MÉDIO- BAIXO	0,66	ALTO	2	BAIXO	22	BAIXO	0,48 664 189 6	MÉDI O- BAIX O	0,38 4615 385	ALTO	intermed iador
Jaguarari-BA	1,15	MÉDIO- ALTO	0,40	MÉD IO- ALTO	2	BAIXO	9	BAIXO	0,61 649 330 4	MÉDI O- BAIX O	0,33 5664 336	MÉD IO- ALTO	intermed iador
Entre Rios- BA	0,93	MÉDIO- ALTO	0,50	MÉD IO- ALTO	1	BAIXO	8	BAIXO	0,47 385 635 1	MÉDI O- BAIX O	0,37 7622 378	ALTO	intermed iador
Valente-BA	0,33	BAIXO	0,88	ALTO	2	BAIXO	15	BAIXO	0,32 821 579	MÉDI O- BAIX O	0,31 4685 315	MÉD IO- ALTO	intermed iador
Ituberá-BA	0,22	BAIXO	0,64	ALTO	2	BAIXO	7	BAIXO	0,45 007 701 5	MÉDI O- BAIX O	0,35 6643 357	ALTO	intermed iador
Conceição do Almeida - Sapeaçu/BA	0,58	MÉDIO- BAIXO	0,80	ALTO	1	BAIXO	10	BAIXO	0,39 639 186 2	MÉDI O- BAIX O	0,30 7692 308	MÉD IO- ALTO	intermed iador
Ubaitaba - Aurelino Leal/BA	0,66	MÉDIO- BAIXO	0,60	ALTO	1	BAIXO	16	BAIXO	0,38 279 114 8	MÉDI O- BAIX O	0,31 4685 315	MÉD IO- ALTO	intermed iador
Itabela-BA	0,72	MÉDIO- BAIXO	0,47	MÉD IO- ALTO	2	BAIXO	6	BAIXO	0,47 202 586 7	MÉDI O- BAIX O	0,36 3636 364	ALTO	intermed iador
Maracás-BA	0,60	MÉDIO- BAIXO	0,68	ALTO	1	BAIXO	16	BAIXO	0,74 164 756 1	MÉDI O- BAIX O	0,37 0629 371	ALTO	intermed iador
Cícero Dantas-BA	0,42	MÉDIO- BAIXO	0,85	ALTO	1	BAIXO	8	BAIXO	0,32 969 422 3	MÉDI O- BAIX O	0,32 8671 329	MÉD IO- ALTO	intermed iador

ARRANJO IBGE - IPEA	DEPENDENTE		ENCLAVE		COMANDANTE		EMPRESARIAL		INTERMEDIADOR (TOWN-NESS)		INTERMEDIADOR (CITY-NESS)		CLASSIFICAÇÃO_FINAL
	TRAB_L OCAL_I NDICE	TRAB_L OCAL_ CLASSE	ABS _IN DICE	ABS _CLA SSE	ORGA OS_I NDICE	ORGA OS_C LASSE	CONT ROL_I NDICE	CONT ROL_C LASSE	DIV_ INDI CE	DIV_ CLAS SE	ESPE C_IN DICE	ESPE C_CL ASSE	
										0			
Itacaré-BA	5,85	ALTO	0,86	ALTO	1	BAIXO	10	BAIXO	0,76 837 738 3	MÉDIO- BAIXO	0,32 8671 329	MÉDIO- ALTO	intermediador
Macaúbas-BA	0,13	BAIXO	0,83	ALTO	2	BAIXO	7	BAIXO	0,44 349 831 4	MÉDIO- BAIXO	0,36 3636 364	ALTO	intermediador
Iitororó-BA	1,00	MÉDIO- ALTO	0,80	ALTO	2	BAIXO	8	BAIXO	0,34 602 309 7	MÉDIO- BAIXO	0,28 6713 287	MÉDIO- ALTO	intermediador
Tucano-BA	0,30	BAIXO	0,96	ALTO	2	BAIXO	5	BAIXO	0,41 375 656 1	MÉDIO- BAIXO	0,34 2657 343	MÉDIO- ALTO	intermediador
Prado-BA	1,35	MÉDIO- ALTO	0,39	MÉDIO- ALTO	2	BAIXO	4	BAIXO	0,35 243 158 6	MÉDIO- BAIXO	0,31 4685 315	MÉDIO- ALTO	intermediador
Castro Alves-BA	0,47	MÉDIO- BAIXO	0,73	ALTO	2	BAIXO	10	BAIXO	0,33 778 600 9	MÉDIO- BAIXO	0,29 3706 294	MÉDIO- ALTO	intermediador
Casa Nova-BA	1,30	MÉDIO- ALTO	0,65	ALTO	1	BAIXO	13	BAIXO	0,45 131 099 8	MÉDIO- BAIXO	0,37 0629 371	ALTO	intermediador
Canavieiras-BA	0,52	MÉDIO- BAIXO	0,74	ALTO	2	BAIXO	1	BAIXO	0,37 802 352 7	MÉDIO- BAIXO	0,33 5664 336	MÉDIO- ALTO	intermediador
Barra da Estiva-BA	1,30	MÉDIO- ALTO	0,53	MÉDIO- ALTO	2	BAIXO	9	BAIXO	0,34 240 819 5	MÉDIO- BAIXO	0,32 8671 329	MÉDIO- ALTO	intermediador
Santaluz-BA	0,41	MÉDIO- BAIXO	0,71	ALTO	1	BAIXO	13	BAIXO	0,31 974 286	MÉDIO- BAIXO	0,31 4685 315	MÉDIO- ALTO	intermediador
Ibicaraí-BA	0,35	BAIXO	0,85	ALTO	2	BAIXO	10	BAIXO	0,41 087 022 2	MÉDIO- BAIXO	0,32 8671 329	MÉDIO- ALTO	intermediador
Uruçuca-BA	0,60	MÉDIO- BAIXO	0,85	ALTO	1	BAIXO	5	BAIXO	0,40 641 124	MÉDIO- BAIXO	0,32 1678 322	MÉDIO- ALTO	intermediador
Una-BA	3,86	ALTO	0,61	ALTO	0	INEXISTENTE	8	BAIXO	0,31 981	MÉDIO	0,27 2727	MÉDIO-	intermediador

ARRANJO IBGE - IPEA	DEPENDENTE		ENCLAVE		COMANDANTE		EMPRESARIAL		INTERMEDIA DOR (TOWN- NESS)		INTERMEDIA DOR (CITY- NESS)		CLASSIFI CACAO_F INAL
	TRAB_L OCAL_I NDICE	TRAB_L OCAL_ CLASSE	ABS _IN DICE	ABS _CLA SSE	ORGA OS_I NDICE	ORGA OS_C LASSE	CONT ROL_I NDICE	CONT ROL_C LASSE	DIV_ INDI CE	DIV_ CLAS SE	ESPE C_IN DICE	ESPE C_CL ASSE	
						E			301 3	O- BAIX O	273	ALTO	
Riacho de Santana-BA	0,13	BAIXO	0,55	MÉD IO- ALTO	2	BAIXO	0	INEXIS TENTE	0,40 428 402 5	MÉDI O- BAIX O	0,27 2727 273	MÉD IO- ALTO	intermed iador
São Felipe- BA	0,54	MÉDIO- BAIXO	0,69	ALTO	1	BAIXO	1	BAIXO	0,73 358 036 8	MÉDI O- BAIX O	0,30 7692 308	MÉD IO- ALTO	intermed iador
Camamu-BA	1,01	MÉDIO- ALTO	0,59	MÉD IO- ALTO	1	BAIXO	2	BAIXO	0,56 690 001 3	MÉDI O- BAIX O	0,32 8671 329	MÉD IO- ALTO	intermed iador
Inhambupe- BA	1,25	MÉDIO- ALTO	0,53	MÉD IO- ALTO	1	BAIXO	4	BAIXO	0,33 069 3	MÉDI O- BAIX O	0,31 4685 315	MÉD IO- ALTO	intermed iador
Barra do Choça-BA	0,64	MÉDIO- BAIXO	0,43	MÉD IO- ALTO	2	BAIXO	8	BAIXO	0,35 613 094 9	MÉDI O- BAIX O	0,33 5664 336	MÉD IO- ALTO	intermed iador
Carinhanha- BA	1,10	MÉDIO- ALTO	0,66	ALTO	2	BAIXO	4	BAIXO	0,32 011 592 5	MÉDI O- BAIX O	0,26 5734 266	MÉD IO- ALTO	intermed iador
Barra-BA	1,24	MÉDIO- ALTO	0,60	ALTO	2	BAIXO	4	BAIXO	0,49 896 912 6	MÉDI O- BAIX O	0,30 0699 301	MÉD IO- ALTO	intermed iador
Maragogipe- BA	2,16	ALTO	0,75	ALTO	2	BAIXO	3	BAIXO	0,44 304 665 5	MÉDI O- BAIX O	0,22 3776 224	MÉD IO- ALTO	intermed iador
Conde-BA	1,05	MÉDIO- ALTO	0,66	ALTO	0	INEXI STENTE	2	BAIXO	0,32 997 467 9	MÉDI O- BAIX O	0,25 1748 252	MÉD IO- ALTO	intermed iador
Araci-BA	0,64	MÉDIO- BAIXO	0,65	ALTO	1	BAIXO	3	BAIXO	0,37 966 634 7	MÉDI O- BAIX O	0,33 5664 336	MÉD IO- ALTO	intermed iador
Rio Real-BA	0,84	MÉDIO- ALTO	0,50	MÉD IO- ALTO	1	BAIXO	5	BAIXO	0,38 973 357 5	MÉDI O- BAIX O	0,30 7692 308	MÉD IO- ALTO	intermed iador
Abaíra-BA	0,33	BAIXO	0,78	ALTO	0	INEXI STENTE	1	BAIXO	0,51 062 892 9	MÉDI O- BAIX O	0,18 8811 189	MÉD IO- BAIX O	intermed iador

ARRANJO IBGE - IPEA	DEPENDENTE		ENCLAVE		COMANDANTE		EMPRESARIAL		INTERMEDIADORA (TOWNSNESS)		INTERMEDIADORA (CITYNESS)		CLASSIFICAÇÃO_FINAL
	TRAB_LOCAL_INDICE	TRAB_LOCAL_CLASSE	ABS_INDICE	ABS_CLASSE	ORGANOS_INDICE	ORGANOS_CLASSE	CONTROL_INDICE	CONTROL_CLASSE	DIV_INDICE	DIV_CLASSE	ESPEC_INDICE	ESPEC_CLASSE	
Aracatu-BA	0,13	BAIXO	1,02	ALTO	0	INEXISTENTE	2	BAIXO	0,376927687	MÉDIO-BAIXO	0,23776238	MÉDIO-ALTO	intermediador
Mucuri-BA	2,66	ALTO	0,23	BAIXO	2	BAIXO	17	BAIXO	0,582141705	MÉDIO-BAIXO	0,440559441	ALTO	enclave
Esplanada-BA	1,84	MÉDIO-ALTO	0,32	MÉDIO-BAIXO	3	BAIXO-MÉDIO	10	BAIXO	0,477129939	MÉDIO-BAIXO	0,384615385	ALTO	enclave
Mucugê-BA	2,28	ALTO	0,18	BAIXO	0	INEXISTENTE	4	BAIXO	0,188521559	BAIXO	0,230769231	MÉDIO-ALTO	enclave
Correntina-BA	8,06	ALTO	0,18	BAIXO	2	BAIXO	14	BAIXO	0,502699346	MÉDIO-BAIXO	0,405594406	ALTO	enclave
Cairu-BA	3,35	ALTO	0,09	BAIXO	0	INEXISTENTE	9	BAIXO	0,761414425	MÉDIO-BAIXO	0,244755245	MÉDIO-ALTO	enclave
Itagibá-BA	1,28	MÉDIO-ALTO	0,17	BAIXO	1	BAIXO	1	BAIXO	0,163621039	BAIXO	0,181818182	MÉDIO-BAIXO	enclave
Caravelas-BA	2,10	ALTO	0,32	MÉDIO-BAIXO	2	BAIXO	1	BAIXO	0,262673597	BAIXO	0,20979021	MÉDIO-ALTO	enclave
Sobradinho-BA	0,25	BAIXO	0,19	BAIXO	0	INEXISTENTE	4	BAIXO	0,606026095	MÉDIO-BAIXO	0,258741259	MÉDIO-ALTO	enclave
São Desidério-BA	4,15	ALTO	0,12	BAIXO	2	BAIXO	5	BAIXO	0,393248099	MÉDIO-BAIXO	0,335664336	MÉDIO-ALTO	enclave
Barrocas-BA	0,23	BAIXO	0,33	MÉDIO-BAIXO	0	INEXISTENTE	1	BAIXO	0,188093413	BAIXO	0,216783217	MÉDIO-ALTO	enclave
Ibirapuã-BA	2,70	ALTO	0,36	MÉDIO-BAIXO	0	INEXISTENTE	1	BAIXO	0,143749456	BAIXO	0,188811189	MÉDIO-BAIXO	enclave
Formosa do Rio Preto-BA	2,51	ALTO	0,15	BAIXO	2	BAIXO	6	BAIXO	0,302098733	BAIXO	0,307692308	MÉDIO-ALTO	enclave
Itapebi-BA	0,39	BAIXO	0,21	BAIXO	0	INEXISTENTE	3	BAIXO	0,060135467	BAIXO	0,104895105	BAIXO	enclave



ARRANJO IBGE - IPEA	DEPENDENTE		ENCLAVE		COMANDANTE		EMPRESARIAL		INTERMEDIA DOR (TOWN- NESS)		INTERMEDIA DOR (CITY- NESS)		CLASSIFI CACAO_F INAL
	TRAB_L OCAL_I NDICE	TRAB_L OCAL_ CLASSE	ABS _IN DIC E	ABS _CLA SSE	ORGA OS_I NDIC E	ORGA OS_C LASSE	CONT ROL_I NDICE	CONT ROL_C LASSE	DIV_ INDI CE	DIV_ CLAS SE	ESPE C_IN DICE	ESPE C_CL ASSE	
Ibicoara-BA	3,85	ALTO	0,28	MÉD IO- BAIXO	0	INEXI STENT E	4	BAIXO	0,17 798 739 3	BAIXO	0,22 3776 224	MÉD IO- ALTO	enclave
Igrapiúna-BA	4,21	ALTO	0,24	BAIXO	0	INEXI STENT E	2	BAIXO	0,12 357 866 8	BAIXO	0,14 6853 147	MÉD IO- BAIXO	enclave
Jaborandi-BA	2,75	ALTO	0,18	BAIXO	0	INEXI STENT E	3	BAIXO	0,05 741 833 4	BAIXO	0,11 1888 112	BAIXO	enclave
Vereda-BA	0,54	MÉDIO- BAIXO	0,29	MÉD IO- BAIXO	0	INEXI STENT E	0	INEXI TENTE	0,02 413 601 6	BAIXO	0,06 2937 063	BAIXO	enclave
Medeiros Neto-BA	1,14	MÉDIO- ALTO	0,61	ALTO	2	BAIXO	6	BAIXO	0,28 191 041 3	BAIXO	0,28 6713 287	MÉD IO- ALTO	simples
Mutuípe-BA	1,65	MÉDIO- ALTO	0,83	ALTO	2	BAIXO	7	BAIXO	0,25 587 583 2	BAIXO	0,28 6713 287	MÉD IO- ALTO	simples
Paripiranga-BA	0,64	MÉDIO- BAIXO	0,54	MÉD IO- ALTO	2	BAIXO	9	BAIXO	0,26 289 079 6	BAIXO	0,25 8741 259	MÉD IO- ALTO	simples
Irará-BA	0,40	MÉDIO- BAIXO	0,72	ALTO	2	BAIXO	3	BAIXO	0,23 286 159 2	BAIXO	0,26 5734 266	MÉD IO- ALTO	simples
Lençóis-BA	1,30	MÉDIO- ALTO	0,86	ALTO	1	BAIXO	2	BAIXO	0,30 147 506 9	BAIXO	0,22 3776 224	MÉD IO- ALTO	simples
Coaraci-BA	0,82	MÉDIO- ALTO	0,83	ALTO	2	BAIXO	6	BAIXO	0,28 670 592 4	BAIXO	0,23 7762 238	MÉD IO- ALTO	simples
Miguel Calmon-BA	0,82	MÉDIO- ALTO	0,72	ALTO	2	BAIXO	7	BAIXO	0,24 782 197 8	BAIXO	0,25 1748 252	MÉD IO- ALTO	simples
Itanhém-BA	0,83	MÉDIO- ALTO	0,72	ALTO	2	BAIXO	2	BAIXO	0,20 202 432 5	BAIXO	0,23 0769 231	MÉD IO- ALTO	simples
Buerarema-BA	0,60	MÉDIO- BAIXO	0,61	ALTO	1	BAIXO	3	BAIXO	0,16 627 645 8	BAIXO	0,22 3776 224	MÉD IO- ALTO	simples
Milagres-BA	0,71	MÉDIO- BAIXO	0,75	ALTO	0	INEXI STENT E	3	BAIXO	0,13 334 705 3	BAIXO	0,18 1818 182	MÉD IO- BAIXO	simples
Jeremoabo-BA	0,49	MÉDIO- BAIXO	0,67	ALTO	2	BAIXO	8	BAIXO	0,22 864 205 4	BAIXO	0,24 4755 245	MÉD IO- ALTO	simples
Belmonte-BA	1,56	MÉDIO- ALTO	0,44	MÉD IO- ALT	2	BAIXO	3	BAIXO	0,23 702 177	BAIXO	0,24 4755 245	MÉD IO- ALTO	simples

ARRANJO IBGE - IPEA	DEPENDENTE		ENCLAVE		COMANDANTE		EMPRESARIAL		INTERMEDIA DOR (TOWN- NESS)		INTERMEDIA DOR (CITY- NESS)		CLASSIFI CACAO_F INAL
	TRAB_L OCAL_I NDICE	TRAB_L OCAL_ CLASSE	ABS _IN DIC E	ABS _CLA SSE	ORGA OS_I NDIC E	ORGA OS_C LASSE	CONT ROL_I NDICE	CONT ROL_C LASSE	DIV_ INDI CE	DIV_ CLAS SE	ESPE C_IN DICE	ESPE C_CL ASSE	
				O					5				
Antas-BA	0,93	MÉDIO- ALTO	0,85	ALT O	0	INEXI STENT E	4	BAIXO	0,08 736 441 1	BAIX O	0,13 2867 133	MÉD IO- BAIX O	simples
Ubatã-BA	0,45	MÉDIO- BAIXO	0,78	ALT O	1	BAIXO	4	BAIXO	0,28 017 587 4	BAIX O	0,28 6713 287	MÉD IO- ALTO	simples
Palmeiras- BA	0,53	MÉDIO- BAIXO	0,92	ALT O	1	BAIXO	0	INEXI TENTE	0,14 307 513 3	BAIX O	0,16 0839 161	MÉD IO- BAIX O	simples
Ubaíra-BA	0,93	MÉDIO- ALTO	0,69	ALT O	1	BAIXO	1	BAIXO	0,17 887 377 4	BAIX O	0,23 0769 231	MÉD IO- ALTO	simples
Mundo Novo-BA	0,41	MÉDIO- BAIXO	0,92	ALT O	2	BAIXO	2	BAIXO	0,20 639 569 3	BAIX O	0,22 3776 224	MÉD IO- ALTO	simples
Utinga-BA	1,11	MÉDIO- ALTO	0,84	ALT O	1	BAIXO	6	BAIXO	0,24 823 336 5	BAIX O	0,25 1748 252	MÉD IO- ALTO	simples
Maraú-BA	4,06	ALTO	1,07	ALT O	1	BAIXO	3	BAIXO	0,23 497 985	BAIX O	0,22 3776 224	MÉD IO- ALTO	simples
Coração de Maria-BA	0,47	MÉDIO- BAIXO	0,60	ALT O	1	BAIXO	7	BAIXO	0,15 959 926 6	BAIX O	0,20 9790 21	MÉD IO- ALTO	simples
Mairi-BA	0,40	MÉDIO- BAIXO	0,86	ALT O	1	BAIXO	3	BAIXO	0,09 864 039 2	BAIX O	0,16 0839 161	MÉD IO- BAIX O	simples
Presidente Dutra-BA	0,82	MÉDIO- ALTO	0,76	ALT O	0	INEXI STENT E	3	BAIXO	0,07 702 487 4	BAIX O	0,12 5874 126	MÉD IO- BAIX O	simples
Andorinha- BA	1,59	MÉDIO- ALTO	0,47	MÉD IO- ALT O	0	INEXI STENT E	3	BAIXO	0,08 311 372 7	BAIX O	0,14 6853 147	MÉD IO- BAIX O	simples
Queimadas- BA	0,51	MÉDIO- BAIXO	0,66	ALT O	2	BAIXO	7	BAIXO	0,21 948 683	BAIX O	0,20 9790 21	MÉD IO- ALTO	simples
Laje-BA	0,87	MÉDIO- ALTO	0,51	MÉD IO- ALT O	0	INEXI STENT E	3	BAIXO	0,20 761 201 5	BAIX O	0,21 6783 217	MÉD IO- ALTO	simples
Alcobaça-BA	1,79	MÉDIO- ALTO	0,41	MÉD IO- ALT O	0	INEXI STENT E	2	BAIXO	0,19 446 589 2	BAIX O	0,23 7762 238	MÉD IO- ALTO	simples
Itarantim-BA	0,65	MÉDIO- BAIXO	0,76	ALT O	0	INEXI STENT E	5	BAIXO	0,13 652 843 9	BAIX O	0,19 5804 196	MÉD IO- ALTO	simples
Piritiba-BA	0,40	MÉDIO- BAIXO	0,79	ALT O	0	INEXI STENT E	5	BAIXO	0,12 380 419 3	BAIX O	0,16 7832 168	MÉD IO- BAIX O	simples

ARRANJO IBGE - IPEA	DEPENDENTE		ENCLAVE		COMANDANTE		EMPRESARIAL		INTERMEDIA DOR (TOWN- NESS)		INTERMEDIA DOR (CITY- NESS)		CLASSIFI CACAO_F INAL
	TRAB_L OCAL_I NDICE	TRAB_L OCAL_ CLASSE	ABS _IN DICE	ABS _CLA SSE	ORGA OS_I NDICE	ORGA OS_C LASSE	CONT ROL_I NDICE	CONT ROL_C LASSE	DIV_ INDI CE	DIV_ CLAS SE	ESPE C_IN DICE	ESPE C_CL ASSE	
Condeúba- BA	0,79	MÉDIO- ALTO	0,71	ALT O	2	BAIXO	3	BAIXO	0,13 133 206 5	BAIX O	0,19 5804 196	MÉD IO- ALTO	simples
Monte Santo-BA	0,54	MÉDIO- BAIXO	0,62	ALT O	1	BAIXO	9	BAIXO	0,20 083 726 3	BAIX O	0,25 1748 252	MÉD IO- ALTO	simples
Brejões - Nova Itarana/BA	0,63	MÉDIO- BAIXO	0,49	MÉD IO- ALT O	0	INEXI STENT E	6	BAIXO	0,16 330 323 7	BAIX O	0,16 7832 168	MÉD IO- BAIX O	simples
Ibirataia-BA	0,61	MÉDIO- BAIXO	0,52	MÉD IO- ALT O	1	BAIXO	4	BAIXO	0,17 715 992 1	BAIX O	0,21 6783 217	MÉD IO- ALTO	simples
Iaçu-BA	0,55	MÉDIO- BAIXO	0,74	ALT O	1	BAIXO	8	BAIXO	0,21 105 721 2	BAIX O	0,23 0769 231	MÉD IO- ALTO	simples
Barra do Mendes-BA	0,45	MÉDIO- BAIXO	0,82	ALT O	1	BAIXO	3	BAIXO	0,09 025 925 5	BAIX O	0,14 6853 147	MÉD IO- BAIX O	simples
Ibicuí-BA	0,82	MÉDIO- ALTO	0,75	ALT O	0	INEXI STENT E	5	BAIXO	0,22 647 643 1	BAIX O	0,22 3776 224	MÉD IO- ALTO	simples
Araças-BA	1,19	MÉDIO- ALTO	0,25	BAIX O	0	INEXI STENT E	0	INEXIS TENTE	0,14 682 821 7	BAIX O	0,14 6853 147	MÉD IO- BAIX O	simples
Itapicuru-BA	0,95	MÉDIO- ALTO	0,53	MÉD IO- ALT O	0	INEXI STENT E	7	BAIXO	0,15 768 208 3	BAIX O	0,17 4825 175	MÉD IO- BAIX O	simples
Iguaí-BA	0,77	MÉDIO- ALTO	0,77	ALT O	2	BAIXO	5	BAIXO	0,24 564 727	BAIX O	0,22 3776 224	MÉD IO- ALTO	simples
Rafael Jambeiro-BA	0,42	MÉDIO- BAIXO	0,54	MÉD IO- ALT O	0	INEXI STENT E	2	BAIXO	0,09 967 312 6	BAIX O	0,13 2867 133	MÉD IO- BAIX O	simples
Sento Sé-BA	3,27	ALTO	0,59	ALT O	1	BAIXO	0	INEXIS TENTE	0,13 849 920 1	BAIX O	0,18 1818 182	MÉD IO- BAIX O	simples
Riachão das Neves-BA	0,98	MÉDIO- ALTO	0,20	BAIX O	2	BAIXO	3	BAIXO	0,10 344 002	BAIX O	0,13 9860 14	MÉD IO- BAIX O	simples
Maiquinique -BA	0,81	MÉDIO- ALTO	0,54	MÉD IO- ALT O	0	INEXI STENT E	1	BAIXO	0,08 211 536 5	BAIX O	0,13 2867 133	MÉD IO- BAIX O	simples
Canarana-BA	0,42	MÉDIO- BAIXO	0,68	ALT O	1	BAIXO	1	BAIXO	0,12 739 806	BAIX O	0,18 1818 182	MÉD IO- BAIX O	simples
Catolândia- BA	1,95	MÉDIO- ALTO	0,37	MÉD IO- BAIX O	0	INEXI STENT E	0	INEXIS TENTE	0,07 586 718 1	BAIX O	0,08 3916 084	BAIX O	simples

ARRANJO IBGE - IPEA	DEPENDENTE		ENCLAVE		COMANDANTE		EMPRESARIAL		INTERMEDIA DOR (TOWN- NESS)		INTERMEDIA DOR (CITY- NESS)		CLASSIFI CACAO_F INAL
	TRAB_L OCAL_I NDICE	TRAB_L OCAL_ CLASSE	ABS _IN DIC E	ABS _CLA SSE	ORGA OS_I NDIC E	ORGA OS_C LASSE	CONT ROL_I NDICE	CONT ROL_C LASSE	DIV_ INDI CE	DIV_ CLAS SE	ESPE C_IN DICE	ESPE C_CL ASSE	
Jitaúna-BA	0,57	MÉDIO- BAIXO	0,67	ALT O	0	INEXI STENT E	4	BAIXO	0,20 288 814 2	BAIX O	0,21 6783 217	MÉD IO- ALTO	simples
Botuporã-BA	0,45	MÉDIO- BAIXO	0,65	ALT O	0	INEXI STENT E	2	BAIXO	0,06 999 030 4	BAIX O	0,13 2867 133	MÉD IO- BAIX O	simples
Cansanção- BA	1,56	MÉDIO- ALTO	0,65	ALT O	0	INEXI STENT E	13	BAIXO	0,24 627 991 6	BAIX O	0,25 1748 252	MÉD IO- ALTO	simples
Andaraí-BA	0,64	MÉDIO- BAIXO	0,68	ALT O	1	BAIXO	0	INEXIS TENTE	0,11 312 047 1	BAIX O	0,16 7832 168	MÉD IO- BAIX O	simples
Nova Soure- BA	0,47	MÉDIO- BAIXO	0,71	ALT O	1	BAIXO	2	BAIXO	0,11 480 999 8	BAIX O	0,16 0839 161	MÉD IO- BAIX O	simples
Teodoro Sampaio-BA	0,49	MÉDIO- BAIXO	0,58	MÉD IO- ALT O	0	INEXI STENT E	2	BAIXO	0,10 034 752 6	BAIX O	0,11 8881 119	BAIX O	simples
Serrolândia- BA	0,55	MÉDIO- BAIXO	0,71	ALT O	0	INEXI STENT E	2	BAIXO	0,11 151 290 1	BAIX O	0,15 3846 154	MÉD IO- BAIX O	simples
São Miguel das Matas- BA	1,38	MÉDIO- ALTO	0,44	MÉD IO- ALT O	0	INEXI STENT E	1	BAIXO	0,11 058 911 2	BAIX O	0,14 6853 147	MÉD IO- BAIX O	simples
Curaçá-BA	1,41	MÉDIO- ALTO	0,57	MÉD IO- ALT O	1	BAIXO	6	BAIXO	0,29 122 651 2	BAIX O	0,23 7762 238	MÉD IO- ALTO	simples
Uauá-BA	0,55	MÉDIO- BAIXO	0,65	ALT O	1	BAIXO	9	BAIXO	0,14 411 922 2	BAIX O	0,20 2797 203	MÉD IO- ALTO	simples
Saúde-BA	0,53	MÉDIO- BAIXO	0,66	ALT O	1	BAIXO	1	BAIXO	0,11 033 073 3	BAIX O	0,16 0839 161	MÉD IO- BAIX O	simples
Piatã-BA	0,43	MÉDIO- BAIXO	0,72	ALT O	1	BAIXO	0	INEXIS TENTE	0,08 535 846 8	BAIX O	0,13 2867 133	MÉD IO- BAIX O	simples
Chorrochó- BA	0,64	MÉDIO- BAIXO	0,66	ALT O	2	BAIXO	2	BAIXO	0,07 421 559 4	BAIX O	0,11 1888 112	BAIX O	simples
Guaratinga- BA	0,88	MÉDIO- ALTO	0,59	ALT O	0	INEXI STENT E	4	BAIXO	0,09 974 954 7	BAIX O	0,16 0839 161	MÉD IO- BAIX O	simples
Baixa Grande-BA	0,86	MÉDIO- ALTO	0,75	ALT O	0	INEXI STENT E	3	BAIXO	0,13 444 754 6	BAIX O	0,20 2797 203	MÉD IO- ALTO	simples
Central-BA	0,52	MÉDIO- BAIXO	0,70	ALT O	1	BAIXO	1	BAIXO	0,08 253 565	BAIX O	0,13 2867 133	MÉD IO- BAIX	simples

ARRANJO IBGE - IPEA	DEPENDENTE		ENCLAVE		COMANDANTE		EMPRESARIAL		INTERMEDIA DOR (TOWN- NESS)		INTERMEDIA DOR (CITY- NESS)		CLASSIFI CACAO_F INAL
	TRAB_L OCAL_I NDICE	TRAB_L OCAL_ CLASSE	ABS _IN DIC E	ABS _CLA SSE	ORGA OS_I NDIC E	ORGA OS_C LASSE	CONT ROL_I NDICE	CONT ROL_C LASSE	DIV_ INDI CE	DIV_ CLAS SE	ESPE C_IN DICE	ESPE C_CL ASSE	
									5			O	
Brotas de Macaúbas- BA	0,97	MÉDIO- ALTO	0,65	ALT O	0	INEXI STENT E	1	BAIXO	0,05 329 189 4	BAIX O	0,11 1888 112	BAIX O	simples
Encruzilhada -BA	1,05	MÉDIO- ALTO	0,50	MÉD IO- ALT O	2	BAIXO	1	BAIXO	0,12 587 564 1	BAIX O	0,18 1818 182	MÉD IO- BAIX O	simples
Ibirapitanga- BA	0,79	MÉDIO- ALTO	0,63	ALT O	1	BAIXO	0	INEXIS TENTE	0,09 814 541 4	BAIX O	0,16 0839 161	MÉD IO- BAIX O	simples
Cocos-BA	0,79	MÉDIO- ALTO	0,38	MÉD IO- BAIX O	0	INEXI STENT E	3	BAIXO	0,16 352 844 3	BAIX O	0,22 3776 224	MÉD IO- ALTO	simples
Nordestina- BA	0,95	MÉDIO- ALTO	0,63	ALT O	0	INEXI STENT E	3	BAIXO	0,09 512 522 4	BAIX O	0,15 3846 154	MÉD IO- BAIX O	simples
Potiraguá- BA	0,48	MÉDIO- BAIXO	0,78	ALT O	0	INEXI STENT E	1	BAIXO	0,07 356 941	BAIX O	0,13 2867 133	MÉD IO- BAIX O	simples
Presidente Tancredo Neves-BA	0,56	MÉDIO- BAIXO	0,68	ALT O	0	INEXI STENT E	3	BAIXO	0,22 272 741 9	BAIX O	0,24 4755 245	MÉD IO- ALTO	simples
Lajedão-BA	5,38	ALTO	0,58	MÉD IO- ALT O	0	INEXI STENT E	0	INEXIS TENTE	0,06 830 055 3	BAIX O	0,11 8881 119	BAIX O	simples
Serra Dourada-BA	0,48	MÉDIO- BAIXO	0,58	MÉD IO- ALT O	1	BAIXO	2	BAIXO	0,08 566 980 2	BAIX O	0,14 6853 147	MÉD IO- BAIX O	simples
Nova Canaã- BA	1,03	MÉDIO- ALTO	0,70	ALT O	0	INEXI STENT E	1	BAIXO	0,12 845 890 9	BAIX O	0,17 4825 175	MÉD IO- BAIX O	simples
Ibipeba-BA	0,51	MÉDIO- BAIXO	0,82	ALT O	0	INEXI STENT E	1	BAIXO	0,06 126 103 9	BAIX O	0,11 1888 112	BAIX O	simples
Canudos-BA	0,84	MÉDIO- ALTO	0,71	ALT O	0	INEXI STENT E	3	BAIXO	0,05 224 015 2	BAIX O	0,11 1888 112	BAIX O	simples
Campo Alegre de Lourdes-BA	0,51	MÉDIO- BAIXO	0,62	ALT O	1	BAIXO	1	BAIXO	0,14 493 020 6	BAIX O	0,18 8811 189	MÉD IO- BAIX O	simples
Sátiro Dias- BA	0,51	MÉDIO- BAIXO	0,56	MÉD IO- ALT O	0	INEXI STENT E	1	BAIXO	0,05 875 282 2	BAIX O	0,11 8881 119	BAIX O	simples
Filadélfia-BA	0,62	MÉDIO- BAIXO	0,76	ALT O	0	INEXI STENT E	3	BAIXO	0,13 004 065	BAIX O	0,18 1818 182	MÉD IO- BAIX O	simples
Rodelas-BA	7,55	ALTO	0,66	ALT O	0	INEXI STENT	2	BAIXO	0,07 343	BAIX	0,11 1888	BAIX O	simples

ARRANJO IBGE - IPEA	DEPENDENTE		ENCLAVE		COMANDANTE		EMPRESARIAL		INTERMEDIA DOR (TOWN- NESS)		INTERMEDIA DOR (CITY- NESS)		CLASSIFI CACAO_F INAL
	TRAB_L OCAL_I NDICE	TRAB_L OCAL_ CLASSE	ABS _IN DIC E	ABS _CLA SSE	ORGA OS_I NDIC E	ORGA OS_C LASSE	CONT ROL_I NDICE	CONT ROL_C LASSE	DIV_ INDI CE	DIV_ CLAS SE	ESPE C_IN DICE	ESPE C_CL ASSE	
						E			860 5	O	112		
Ourolândia- BA	0,52	MÉDIO- BAIXO	0,55	MÉD IO- ALTO	0	INEXI STENT E	4	BAIXO	0,15 288 659 8	BAIX O	0,18 8811 189	MÉD IO- BAIX O	simples
Serra Preta- BA	0,52	MÉDIO- BAIXO	0,71	ALTO	1	BAIXO	0	INEXIS TENTE	0,12 116 052 7	BAIX O	0,16 7832 168	MÉD IO- BAIX O	simples
Salinas da Margarida- BA	0,57	MÉDIO- BAIXO	0,61	ALTO	0	INEXI STENT E	1	BAIXO	0,13 558 907 2	BAIX O	0,16 7832 168	MÉD IO- BAIX O	simples
Pindobaçu- BA	0,48	MÉDIO- BAIXO	0,66	ALTO	1	BAIXO	2	BAIXO	0,08 407 102 9	BAIX O	0,13 2867 133	MÉD IO- BAIX O	simples
Wanderley- BA	0,49	MÉDIO- BAIXO	0,62	ALTO	0	INEXI STENT E	1	BAIXO	0,12 683 927 9	BAIX O	0,17 4825 175	MÉD IO- BAIX O	simples
Santa Teresinha- BA	0,64	MÉDIO- BAIXO	0,68	ALTO	1	BAIXO	3	BAIXO	0,08 331 432 1	BAIX O	0,12 5874 126	MÉD IO- BAIX O	simples
Boa Nova- BA	0,46	MÉDIO- BAIXO	0,68	ALTO	0	INEXI STENT E	0	INEXIS TENTE	0,04 627 467 4	BAIX O	0,09 7902 098	BAIX O	simples
Wenceslau Guimarães- BA	0,90	MÉDIO- ALTO	0,46	MÉD IO- ALTO	0	INEXI STENT E	3	BAIXO	0,06 972 651	BAIX O	0,13 2867 133	MÉD IO- BAIX O	simples
Ibititá-BA	0,93	MÉDIO- ALTO	0,62	ALTO	0	INEXI STENT E	3	BAIXO	0,07 841 825 5	BAIX O	0,11 8881 119	BAIX O	simples
Jaguaripe- BA	0,92	MÉDIO- ALTO	0,65	ALTO	0	INEXI STENT E	1	BAIXO	0,06 398 129 5	BAIX O	0,09 7902 098	BAIX O	simples
Tremedal- BA	0,54	MÉDIO- BAIXO	0,77	ALTO	1	BAIXO	2	BAIXO	0,08 790 457 1	BAIX O	0,13 2867 133	MÉD IO- BAIX O	simples
Coribe-BA	1,49	MÉDIO- ALTO	0,51	MÉD IO- ALTO	1	BAIXO	1	BAIXO	0,07 206 713	BAIX O	0,13 9860 14	MÉD IO- BAIX O	simples
Itagi-BA	0,62	MÉDIO- BAIXO	0,56	MÉD IO- ALTO	0	INEXI STENT E	3	BAIXO	0,11 864 505 3	BAIX O	0,16 7832 168	MÉD IO- BAIX O	simples
Mascote-BA	0,83	MÉDIO- ALTO	0,69	ALTO	0	INEXI STENT E	2	BAIXO	0,09 445 509 1	BAIX O	0,13 9860 14	MÉD IO- BAIX O	simples
Firmino Alves-BA	1,73	MÉDIO- ALTO	0,87	ALTO	0	INEXI STENT E	1	BAIXO	0,17 612 345 3	BAIX O	0,08 3916 084	BAIX O	simples
Pilão	3,21	ALTO	0,67	ALTO	1	BAIXO	1	BAIXO	0,10		0,17	MÉD	simples

ARRANJO IBGE - IPEA	DEPENDENTE		ENCLAVE		COMANDANTE		EMPRESARIAL		INTERMEDIA DOR (TOWN- NESS)		INTERMEDIA DOR (CITY- NESS)		CLASSIFI CACAO_F INAL
	TRAB_L OCAL_I NDICE	TRAB_L OCAL_ CLASSE	ABS _IN DIC E	ABS _CLA SSE	ORGA OS_I NDIC E	ORGA OS_C LASSE	CONT ROL_I NDICE	CONT ROL_C LASSE	DIV_ INDI CE	DIV_ CLAS SE	ESPE C_IN DICE	ESPE C_CL ASSE	
Arcado-BA				O					956 278 6	BAIX O	4825 175	IO- BAIX O	
Crisópolis- BA	1,43	MÉDIO- ALTO	0,51	MÉD IO- ALT O	0	INEXI STENT E	6	BAIXO	0,15 026 508 3	BAIX O	0,16 0839 161	MÉD IO- BAIX O	simples
Teolândia- BA	1,46	MÉDIO- ALTO	0,65	ALT O	0	INEXI STENT E	1	BAIXO	0,10 914 432 9	BAIX O	0,14 6853 147	MÉD IO- BAIX O	simples
Ibipitanga- BA	0,44	MÉDIO- BAIXO	0,82	ALT O	0	INEXI STENT E	0	INEXIS TENTE	0,09 968 755 8	BAIX O	0,15 3846 154	MÉD IO- BAIX O	simples
Itapitanga- BA	2,55	ALTO	0,59	ALT O	0	INEXI STENT E	0	INEXIS TENTE	0,07 516 464 9	BAIX O	0,11 8881 119	BAIX O	simples
Ichu-BA	0,61	MÉDIO- BAIXO	0,81	ALT O	1	BAIXO	0	INEXIS TENTE	0,04 501 570 3	BAIX O	0,09 7902 098	BAIX O	simples
Cabaceiras do Paraguaçu- BA	0,47	MÉDIO- BAIXO	0,68	ALT O	0	INEXI STENT E	1	BAIXO	0,11 003 101 1	BAIX O	0,17 4825 175	MÉD IO- BAIX O	simples
Pau Brasil- BA	0,70	MÉDIO- BAIXO	0,78	ALT O	0	INEXI STENT E	0	INEXIS TENTE	0,07 227 398 7	BAIX O	0,13 2867 133	MÉD IO- BAIX O	simples
Gentio do Ouro-BA	2,58	ALTO	0,68	ALT O	1	BAIXO	1	BAIXO	0,04 333 450 5	BAIX O	0,09 7902 098	BAIX O	simples
Ponto Novo- BA	0,71	MÉDIO- BAIXO	0,62	ALT O	0	INEXI STENT E	3	BAIXO	0,28 471 185 6	BAIX O	0,17 4825 175	MÉD IO- BAIX O	simples
Santa Luzia- BA	1,34	MÉDIO- ALTO	0,74	ALT O	0	INEXI STENT E	3	BAIXO	0,08 814 930 6	BAIX O	0,13 2867 133	MÉD IO- BAIX O	simples
São José do Jacuípe-BA	0,44	MÉDIO- BAIXO	0,74	ALT O	0	INEXI STENT E	3	BAIXO	0,04 213 218 7	BAIX O	0,07 6923 077	BAIX O	simples
Lajedo do Tabocal-BA	1,35	MÉDIO- ALTO	0,51	MÉD IO- ALT O	0	INEXI STENT E	1	BAIXO	0,06 459 253 7	BAIX O	0,10 4895 105	BAIX O	simples
Itamari-BA	1,00	MÉDIO- ALTO	0,68	ALT O	0	INEXI STENT E	1	BAIXO	0,02 416 340 4	BAIX O	0,06 2937 063	BAIX O	simples
América Dourada-BA	0,84	MÉDIO- ALTO	0,47	MÉD IO- ALT O	0	INEXI STENT E	0	INEXIS TENTE	0,05 277 229	BAIX O	0,11 1888 112	BAIX O	simples
Bonito-BA	1,00	MÉDIO- ALTO	0,35	MÉD IO- BAIX O	0	INEXI STENT E	2	BAIXO	0,13 018 941 3	BAIX O	0,16 7832 168	MÉD IO- BAIX O	simples

ARRANJO IBGE - IPEA	DEPENDENTE		ENCLAVE		COMANDANTE		EMPRESARIAL		INTERMEDIA DOR (TOWN- NESS)		INTERMEDIA DOR (CITY- NESS)		CLASSIFI CACAO_F INAL
	TRAB_L OCAL_I NDICE	TRAB_L OCAL_ CLASSE	ABS _IN DIC E	ABS _CLA SSE	ORGA OS_I NDIC E	ORGA OS_C LASSE	CONT ROL_I NDICE	CONT ROL_C LASSE	DIV_ INDI CE	DIV_ CLAS SE	ESPE C_IN DICE	ESPE C_CL ASSE	
Nilo Peçanha-BA	2,29	ALTO	0,37	MÉD IO- BAIX O	0	INEXI STENT E	3	BAIXO	0,16 786 157 8	BAIX O	0,14 6853 147	MÉD IO- BAIX O	simples
Floresta Azul-BA	0,42	MÉDIO- BAIXO	0,65	ALT O	0	INEXI STENT E	1	BAIXO	0,10 231 075 5	BAIX O	0,13 9860 14	MÉD IO- BAIX O	simples
Fátima-BA	0,56	MÉDIO- BAIXO	0,77	ALT O	0	INEXI STENT E	4	BAIXO	0,07 732 054 3	BAIX O	0,11 8881 119	BAIX O	simples
Jiquiriçá-BA	0,50	MÉDIO- BAIXO	0,73	ALT O	0	INEXI STENT E	2	BAIXO	0,11 275 021 5	BAIX O	0,15 3846 154	MÉD IO- BAIX O	simples
Itaquara-BA	0,74	MÉDIO- BAIXO	0,54	MÉD IO- ALT O	0	INEXI STENT E	1	BAIXO	0,06 102 944 4	BAIX O	0,07 6923 077	BAIX O	simples
Barra do Rocha-BA	1,03	MÉDIO- ALTO	0,65	ALT O	0	INEXI STENT E	1	BAIXO	0,11 231 322 4	BAIX O	0,09 0909 091	BAIX O	simples
Quijingue- BA	0,47	MÉDIO- BAIXO	0,66	ALT O	0	INEXI STENT E	3	BAIXO	0,11 784 924 8	BAIX O	0,16 0839 161	MÉD IO- BAIX O	simples
Adustina-BA	0,66	MÉDIO- BAIXO	0,40	MÉD IO- ALT O	0	INEXI STENT E	7	BAIXO	0,05 407 295 6	BAIX O	0,09 7902 098	BAIX O	simples
Novo Horizonte- BA	0,72	MÉDIO- BAIXO	0,70	ALT O	0	INEXI STENT E	0	INEXIS TENTE	0,04 343 403 2	BAIX O	0,07 6923 077	BAIX O	simples
Aiquara-BA	0,59	MÉDIO- BAIXO	0,61	ALT O	0	INEXI STENT E	0	INEXIS TENTE	0,01 793 565	BAIX O	0,04 8951 049	BAIX O	simples
Aporá-BA	0,62	MÉDIO- BAIXO	0,64	ALT O	0	INEXI STENT E	4	BAIXO	0,06 776 708 1	BAIX O	0,11 8881 119	BAIX O	simples
Malhada-BA	0,45	MÉDIO- BAIXO	0,56	MÉD IO- ALT O	0	INEXI STENT E	1	BAIXO	0,04 067 781 6	BAIX O	0,08 3916 084	BAIX O	simples
Heliópolis- BA	0,41	MÉDIO- BAIXO	0,72	ALT O	0	INEXI STENT E	5	BAIXO	0,10 000 629 1	BAIX O	0,11 8881 119	BAIX O	simples
Sebastião Laranjeiras- BA	0,40	MÉDIO- BAIXO	0,67	ALT O	0	INEXI STENT E	1	BAIXO	0,07 653 924 3	BAIX O	0,12 5874 126	MÉD IO- BAIX O	simples
Quixabeira- BA	1,17	MÉDIO- ALTO	0,78	ALT O	0	INEXI STENT E	5	BAIXO	0,04 424 404 2	BAIX O	0,09 0909 091	BAIX O	simples
Nova Ibiá-BA	0,76	MÉDIO- BAIXO	0,77	ALT O	0	INEXI STENT E	1	BAIXO	0,04 896 180 9	BAIX O	0,08 3916 084	BAIX O	simples



ARRANJO IBGE - IPEA	DEPENDENTE		ENCLAVE		COMANDANTE		EMPRESARIAL		INTERMEDIADORA (TOWNNESS)		INTERMEDIADORA (CITYNESS)		CLASSIFICAÇÃO FINAL
	TRAB_L OCAL_I NDICE	TRAB_L OCAL_ CLASSE	ABS _IN DICE	ABS _CLA SSE	ORGA OS_I NDICE	ORGA OS_C LASSE	CONT ROL_I NDICE	CONT ROL_C LASSE	DIV_ INDI CE	DIV_ CLAS SE	ESPE C_IN DICE	ESPE C_CL ASSE	
Lajedinho-BA	2,96	ALTO	0,45	MÉD IO- ALTO	0	INEXI STENT E	0	INEXI STENT E	0,02 499 998 4	BAIX O	0,05 5944 056	BAIX O	simples
Cotegipe-BA	0,55	MÉDIO- BAIXO	0,61	ALT O	0	INEXI STENT E	0	INEXI STENT E	0,08 219 456 6	BAIX O	0,11 1888 112	BAIX O	simples
Aratuípe-BA	0,86	MÉDIO- ALTO	0,77	ALT O	0	INEXI STENT E	0	INEXI STENT E	0,06 335 657 3	BAIX O	0,07 6923 077	BAIX O	simples
Caraíbas-BA	0,53	MÉDIO- BAIXO	0,90	ALT O	0	INEXI STENT E	2	BAIXO	0,06 339 296	BAIX O	0,11 1888 112	BAIX O	simples
Ribeirão do Largo-BA	1,60	MÉDIO- ALTO	0,49	MÉD IO- ALT O	0	INEXI STENT E	1	BAIXO	0,02 840 618 3	BAIX O	0,04 8951 049	BAIX O	simples
Boa Vista do Tupim-BA	0,89	MÉDIO- ALTO	0,52	MÉD IO- ALT O	0	INEXI STENT E	4	BAIXO	0,07 333 442 8	BAIX O	0,12 5874 126	MÉD IO- BAIX O	simples
Coronel João Sá-BA	2,65	ALTO	0,45	MÉD IO- ALT O	0	INEXI STENT E	0	INEXI STENT E	0,07 304 507 5	BAIX O	0,10 4895 105	BAIX O	simples
Elísio Medrado-BA	0,44	MÉDIO- BAIXO	0,91	ALT O	0	INEXI STENT E	3	BAIXO	0,07 636 912 2	BAIX O	0,09 7902 098	BAIX O	simples
Irajuba-BA	0,92	MÉDIO- ALTO	0,66	ALT O	0	INEXI STENT E	0	INEXI STENT E	0,04 578 356 8	BAIX O	0,07 6923 077	BAIX O	simples
Jussari-BA	0,93	MÉDIO- ALTO	0,63	ALT O	0	INEXI STENT E	5	BAIXO	0,07 390 932 1	BAIX O	0,10 4895 105	BAIX O	simples
Gavião-BA	0,59	MÉDIO- BAIXO	0,73	ALT O	0	INEXI STENT E	0	INEXI STENT E	0,04 152 688 8	BAIX O	0,07 6923 077	BAIX O	simples
Caém-BA	0,50	MÉDIO- BAIXO	0,67	ALT O	0	INEXI STENT E	1	BAIXO	0,03 255 143 7	BAIX O	0,07 6923 077	BAIX O	simples
Manoel Vitorino-BA	0,55	MÉDIO- BAIXO	0,65	ALT O	0	INEXI STENT E	3	BAIXO	0,11 960 695 2	BAIX O	0,13 9860 14	MÉD IO- BAIX O	simples
Lafaiete Coutinho-BA	1,19	MÉDIO- ALTO	0,64	ALT O	0	INEXI STENT E	0	INEXI STENT E	0,03 344 620 7	BAIX O	0,06 2937 063	BAIX O	simples
Mirangaba- BA	1,00	MÉDIO- ALTO	0,55	MÉD IO- ALT O	0	INEXI STENT E	2	BAIXO	0,03 531 113 1	BAIX O	0,08 3916 084	BAIX O	simples
Arataca-BA	2,21	ALTO	0,51	MÉD IO- ALT O	0	INEXI STENT E	3	BAIXO	0,04 920 544 6	BAIX O	0,09 0909 091	BAIX O	simples

ARRANJO IBGE - IPEA	DEPENDENTE		ENCLAVE		COMANDANTE		EMPRESARIAL		INTERMEDIA DOR (TOWN- NESS)		INTERMEDIA DOR (CITY- NESS)		CLASSIFI CACAO_F INAL
	TRAB_L OCAL_I NDICE	TRAB_L OCAL_ CLASSE	ABS _IN DIC E	ABS _CLA SSE	ORGA OS_I NDIC E	ORGA OS_C LASSE	CONT ROL_I NDICE	CONT ROL_C LASSE	DIV_ INDI CE	DIV_ CLAS SE	ESPE C_IN DICE	ESPE C_CL ASSE	
Morpará-BA	0,86	MÉDIO- ALTO	0,60	ALT O	0	INEXI STENT E	0	INEXIS TENTE	0,13 061 742 7	BAIX O	0,09 7902 098	BAIX O	simples
Cravolândia- BA	0,46	MÉDIO- BAIXO	0,65	ALT O	0	INEXI STENT E	1	BAIXO	0,02 199 961 3	BAIX O	0,05 5944 056	BAIX O	simples
Marcionilo Souza-BA	0,65	MÉDIO- BAIXO	0,51	MÉD IO- ALT O	0	INEXI STENT E	2	BAIXO	0,10 226 216 6	BAIX O	0,11 1888 112	BAIX O	simples
Macururé- BA	0,56	MÉDIO- BAIXO	0,75	ALT O	0	INEXI STENT E	1	BAIXO	0,04 609 041	BAIX O	0,06 9930 07	BAIX O	simples
Itaju do Colônia-BA	0,51	MÉDIO- BAIXO	0,59	MÉD IO- ALT O	0	INEXI STENT E	0	INEXIS TENTE	0,07 184 041 2	BAIX O	0,09 0909 091	BAIX O	simples
Biritinga-BA	0,48	MÉDIO- BAIXO	0,58	MÉD IO- ALT O	0	INEXI STENT E	1	BAIXO	0,07 006 023 5	BAIX O	0,13 2867 133	MÉD IO- BAIX O	simples
Itaguaçu da Bahia-BA	0,85	MÉDIO- ALTO	0,72	ALT O	0	INEXI STENT E	1	BAIXO	0,06 530 549 7	BAIX O	0,09 0909 091	BAIX O	simples
Caldeirão Grande-BA	0,74	MÉDIO- BAIXO	0,62	ALT O	0	INEXI STENT E	1	BAIXO	0,03 305 614 4	BAIX O	0,07 6923 077	BAIX O	simples
Dário Meira- BA	0,93	MÉDIO- ALTO	0,55	MÉD IO- ALT O	0	INEXI STENT E	1	BAIXO	0,07 142 745 3	BAIX O	0,11 1888 112	BAIX O	simples
Mulungu do Morro-BA	0,44	MÉDIO- BAIXO	0,64	ALT O	0	INEXI STENT E	0	INEXIS TENTE	0,05 294 236 4	BAIX O	0,08 3916 084	BAIX O	simples
Muquém de São Francisco-BA	1,66	MÉDIO- ALTO	0,40	MÉD IO- ALT O	0	INEXI STENT E	0	INEXIS TENTE	0,03 940 480 1	BAIX O	0,07 6923 077	BAIX O	simples
Novo Triunfo-BA	2,18	ALTO	0,82	ALT O	0	INEXI STENT E	2	BAIXO	0,06 749 496 3	BAIX O	0,08 3916 084	BAIX O	simples
Ribeira do Amparo-BA	1,79	MÉDIO- ALTO	0,54	MÉD IO- ALT O	0	INEXI STENT E	1	BAIXO	0,06 055 845 9	BAIX O	0,11 1888 112	BAIX O	simples
Jandaíra-BA	1,21	MÉDIO- ALTO	0,38	MÉD IO- BAIX O	0	INEXI STENT E	1	BAIXO	0,12 630 502 5	BAIX O	0,13 9860 14	MÉD IO- BAIX O	simples
Pirai do Norte-BA	1,85	MÉDIO- ALTO	0,63	ALT O	0	INEXI STENT E	0	INEXIS TENTE	0,05 879 789 3	BAIX O	0,07 6923 077	BAIX O	simples
Canápolis- BA	0,46	MÉDIO- BAIXO	0,67	ALT O	0	INEXI STENT E	0	INEXIS TENTE	0,05 522 381 3	BAIX O	0,10 4895 105	BAIX O	simples

ARRANJO IBGE - IPEA	DEPENDENTE		ENCLAVE		COMANDANTE		EMPRESARIAL		INTERMEDIADORA (TOWNNESS)		INTERMEDIADORA (CITYNESS)		CLASSIFICAÇÃO FINAL
	TRAB_LOCAL_INDICE	TRAB_LOCAL_CLASSE	ABS_INDICE	ABS_CLASSE	ORG_ORG_INDICE	ORG_ORG_CLASSE	CONTROL_INDICE	CONTROL_CLASSE	DIV_INDICE	DIV_CLASSE	ESPEC_INDICE	ESPEC_CLASSE	
Jucuruçu-BA	4,20	ALTO	0,30	MÉDIO-BAIXO	0	INEXISTENTE	0	INEXISTENTE	0,036407309	BAIXO	0,083916084	BAIXO	simples
Gongogi-BA	0,79	MÉDIO-ALTO	0,69	ALTO	0	INEXISTENTE	0	INEXISTENTE	0,029401228	BAIXO	0,06993007	BAIXO	simples
Ipecaetá-BA	0,46	MÉDIO-BAIXO	0,58	MÉDIO-ALTO	0	INEXISTENTE	3	BAIXO	0,049432319	BAIXO	0,104895105	BAIXO	simples
Uburanas-BA	1,23	MÉDIO-ALTO	0,50	MÉDIO-ALTO	0	INEXISTENTE	0	INEXISTENTE	0,123268918	BAIXO	0,153846154	MÉDIO-BAIXO	simples
Pedro Alexandre-BA	2,06	ALTO	0,49	MÉDIO-ALTO	0	INEXISTENTE	1	BAIXO	0,029315337	BAIXO	0,062937063	BAIXO	simples
Feira da Mata-BA	0,86	MÉDIO-ALTO	0,43	MÉDIO-ALTO	0	INEXISTENTE	0	INEXISTENTE	0,070454933	BAIXO	0,104895105	BAIXO	simples
Sítio do Mato-BA	1,53	MÉDIO-ALTO	0,25	BAIXO	0	INEXISTENTE	2	BAIXO	0,033195351	BAIXO	0,076923077	BAIXO	simples
Ruy Barbosa-BA	0,30	BAIXO	0,74	ALTO	2	BAIXO	10	BAIXO	0,267246395	BAIXO	0,293706294	MÉDIO-ALTO	dependente
Itatim-BA	0,33	BAIXO	0,41	MÉDIO-ALTO	0	INEXISTENTE	2	BAIXO	0,188362685	BAIXO	0,216783217	MÉDIO-ALTO	dependente
Itajuípe-BA	0,39	BAIXO	0,58	MÉDIO-ALTO	1	BAIXO	4	BAIXO	0,192751796	BAIXO	0,20979021	MÉDIO-ALTO	dependente
Iraquara-BA	0,33	BAIXO	0,63	ALTO	1	BAIXO	2	BAIXO	0,176974294	BAIXO	0,202797203	MÉDIO-ALTO	dependente
Tanhaçu-BA	0,09	BAIXO	0,68	ALTO	1	BAIXO	4	BAIXO	0,163009903	BAIXO	0,216783217	MÉDIO-ALTO	dependente
Licínio de Almeida-BA	0,11	BAIXO	0,77	ALTO	0	INEXISTENTE	7	BAIXO	0,125602846	BAIXO	0,1818182	MÉDIO-BAIXO	dependente
Urandi-BA	0,19	BAIXO	0,66	ALTO	1	BAIXO	3	BAIXO	0,2132356	BAIXO	0,244755245	MÉDIO-ALTO	dependente
Santa Inês-BA	0,19	BAIXO	0,83	ALTO	1	BAIXO	3	BAIXO	0,09801735	BAIXO	0,13986014	MÉDIO-BAIXO	dependente
Igaporã-BA	0,15	BAIXO	0,91	ALTO	0	INEXISTENTE	2	BAIXO	0,100697563	BAIXO	0,160839161	MÉDIO-BAIXO	dependente

ARRANJO IBGE - IPEA	DEPENDENTE		ENCLAVE		COMANDANTE		EMPRESARIAL		INTERMEDIADORA (TOWNNESS)		INTERMEDIADORA (CITYNESS)		CLASSIFICAÇÃO FINAL
	TRAB_L OCAL_I NDICE	TRAB_L OCAL_ CLASSE	ABS _IN DICE	ABS _CLA SSE	ORGA OS_I NDICE	ORGA OS_C LASSE	CONT ROL_I NDICE	CONT ROL_C LASSE	DIV_ INDI CE	DIV_ CLAS SE	ESPE C_IN DICE	ESPE C_CL ASSE	
João Dourado-BA	0,39	BAIXO	0,62	ALTO	1	BAIXO	6	BAIXO	0,15 255 507 1	BAIXO	0,20 9790 21	MÉD IO- ALTO	dependente
Oliveira dos Brejinhos-BA	0,33	BAIXO	0,66	ALTO	2	BAIXO	3	BAIXO	0,17 783 610 5	BAIXO	0,23 7762 238	MÉD IO- ALTO	dependente
Conceição da Feira-BA	0,36	BAIXO	0,78	ALTO	0	INEXISTENTE	4	BAIXO	0,27 215 068 3	BAIXO	0,27 2727 273	MÉD IO- ALTO	dependente
Retirolândia- BA	0,25	BAIXO	0,66	ALTO	0	INEXISTENTE	7	BAIXO	0,16 579 104	BAIXO	0,20 2797 203	MÉD IO- ALTO	dependente
Tanque Novo-BA	0,14	BAIXO	0,72	ALTO	0	INEXISTENTE	4	BAIXO	0,18 927 566 3	BAIXO	0,23 0769 231	MÉD IO- ALTO	dependente
Cipó-BA	0,28	BAIXO	0,83	ALTO	1	BAIXO	3	BAIXO	0,08 416 979 2	BAIXO	0,13 9860 14	MÉD IO- BAIXO	dependente
Itiruçu-BA	0,34	BAIXO	0,68	ALTO	1	BAIXO	7	BAIXO	0,11 499 827 8	BAIXO	0,16 7832 168	MÉD IO- BAIXO	dependente
Terra Nova- BA	0,14	BAIXO	0,76	ALTO	0	INEXISTENTE	0	INEXISTENTE	0,07 112 659 9	BAIXO	0,13 9860 14	MÉD IO- BAIXO	dependente
Cândido Sales-BA	0,28	BAIXO	0,81	ALTO	2	BAIXO	3	BAIXO	0,20 473 378 1	BAIXO	0,19 5804 196	MÉD IO- ALTO	dependente
Santa Bárbara-BA	0,24	BAIXO	0,64	ALTO	1	BAIXO	6	BAIXO	0,17 713 120 5	BAIXO	0,18 1818 182	MÉD IO- BAIXO	dependente
Ibiassucê-BA	0,31	BAIXO	0,84	ALTO	0	INEXISTENTE	2	BAIXO	0,13 302 403 7	BAIXO	0,18 8811 189	MÉD IO- BAIXO	dependente
Planalto-BA	0,30	BAIXO	0,64	ALTO	0	INEXISTENTE	4	BAIXO	0,12 681 759 3	BAIXO	0,20 2797 203	MÉD IO- ALTO	dependente
Itagimirim- BA	0,25	BAIXO	0,47	MÉD IO- ALTO	0	INEXISTENTE	1	BAIXO	0,12 148 840 8	BAIXO	0,14 6853 147	MÉD IO- BAIXO	dependente
Capela do Alto Alegre- BA	0,19	BAIXO	0,85	ALTO	0	INEXISTENTE	1	BAIXO	0,10 550 562 7	BAIXO	0,16 0839 161	MÉD IO- BAIXO	dependente
Teofilândia- BA	0,35	BAIXO	0,88	ALTO	0	INEXISTENTE	1	BAIXO	0,18 843 292 2	BAIXO	0,25 1748 252	MÉD IO- ALTO	dependente
Ituaçu-BA	0,39	BAIXO	0,63	ALTO	1	BAIXO	3	BAIXO	0,18 639 865 7	BAIXO	0,23 7762 238	MÉD IO- ALTO	dependente

ARRANJO IBGE - IPEA	DEPENDENTE		ENCLAVE		COMANDANTE		EMPRESARIAL		INTERMEDIADORA (TOWNNESS)		INTERMEDIADORA (CITYNESS)		CLASSIFICACAO_FINAL
	TRAB_L OCAL_I NDICE	TRAB_L OCAL_ CLASSE	ABS _IN DICE	ABS _CLA SSE	ORGA OS_I NDICE	ORGA OS_C LASSE	CONT ROL_I NDICE	CONT ROL_C LASSE	DIV_ INDI CE	DIV_ CLAS SE	ESPE C_IN DICE	ESPE C_CL ASSE	
Rio de Contas-BA	0,18	BAIXO	0,72	ALTO	0	INEXISTENTE	1	BAIXO	0,11 015 586 9	BAIXO	0,16 7832 168	MÉD IO- BAIXO	dependente
Anagé-BA	0,16	BAIXO	0,84	ALTO	2	BAIXO	7	BAIXO	0,17 318 740 7	BAIXO	0,19 5804 196	MÉD IO- ALTO	dependente
Nova Fátima-BA	0,35	BAIXO	0,79	ALTO	0	INEXISTENTE	1	BAIXO	0,08 131 903 9	BAIXO	0,13 9860 14	MÉD IO- BAIXO	dependente
São Domingos-BA	0,12	BAIXO	0,78	ALTO	0	INEXISTENTE	2	BAIXO	0,10 703 195 2	BAIXO	0,15 3846 154	MÉD IO- BAIXO	dependente
Olindina-BA	0,35	BAIXO	0,58	MÉD IO- ALTO	1	BAIXO	3	BAIXO	0,20 100 184 7	BAIXO	0,24 4755 245	MÉD IO- ALTO	dependente
Itiúba-BA	0,25	BAIXO	0,65	ALTO	1	BAIXO	2	BAIXO	0,19 813 852 6	BAIXO	0,22 3776 224	MÉD IO- ALTO	dependente
Lapão-BA	0,36	BAIXO	0,61	ALTO	1	BAIXO	0	INEXISTENTE	0,12 868 534 7	BAIXO	0,17 4825 175	MÉD IO- BAIXO	dependente
Palmas de Monte Alto-BA	0,24	BAIXO	0,74	ALTO	2	BAIXO	4	BAIXO	0,12 040 122 8	BAIXO	0,17 4825 175	MÉD IO- BAIXO	dependente
Boninal-BA	0,08	BAIXO	0,85	ALTO	0	INEXISTENTE	2	BAIXO	0,08 896 611	BAIXO	0,14 6853 147	MÉD IO- BAIXO	dependente
Ipupiara-BA	0,16	BAIXO	0,76	ALTO	0	INEXISTENTE	4	BAIXO	0,13 501 062 3	BAIXO	0,17 4825 175	MÉD IO- BAIXO	dependente
Belo Campo-BA	0,25	BAIXO	0,78	ALTO	0	INEXISTENTE	1	BAIXO	0,16 051 265 5	BAIXO	0,18 1818 182	MÉD IO- BAIXO	dependente
Saubara-BA	0,28	BAIXO	0,52	MÉD IO- ALTO	0	INEXISTENTE	0	INEXISTENTE	0,29 464 124 6	BAIXO	0,16 7832 168	MÉD IO- BAIXO	dependente
Ibitiara-BA	0,20	BAIXO	0,78	ALTO	1	BAIXO	4	BAIXO	0,07 735 298 3	BAIXO	0,13 9860 14	MÉD IO- BAIXO	dependente
Boquira-BA	0,08	BAIXO	0,92	ALTO	1	BAIXO	3	BAIXO	0,18 188 111 3	BAIXO	0,21 6783 217	MÉD IO- ALTO	dependente
Jacaraci-BA	0,11	BAIXO	0,84	ALTO	1	BAIXO	0	INEXISTENTE	0,10 111 808 9	BAIXO	0,16 0839 161	MÉD IO- BAIXO	dependente
Antônio Gonçalves-BA	0,33	BAIXO	1,00	ALTO	0	INEXISTENTE	0	INEXISTENTE	0,05 931 757	BAIXO	0,11 1888 112	BAIXO	dependente

ARRANJO IBGE - IPEA	DEPENDENTE		ENCLAVE		COMANDANTE		EMPRESARIAL		INTERMEDIADORA (TOWNNESS)		INTERMEDIADORA (CITYNESS)		CLASSIFICAÇÃO_FINAL
	TRAB_LOCAL_INDICE	TRAB_LOCAL_CLASSE	ABS_INDICE	ABS_CLASSE	ORGANOS_INDICE	ORGANOS_CLASSE	CONTROL_INDICE	CONTROL_CLASSE	DIV_INDICE	DIV_CLASSE	ESPEC_INDICE	ESPEC_CLASSE	
									6				
Taperoá-BA	0,36	BAIXO	0,62	ALTO	0	INEXISTENTE	1	BAIXO	0,176388327	BAIXO	0,202797203	MÉDIO-ALTO	dependente
Uibaí-BA	0,19	BAIXO	0,87	ALTO	1	BAIXO	3	BAIXO	0,043395565	BAIXO	0,097902098	BAIXO	dependente
Rio do Pires-BA	0,16	BAIXO	0,84	ALTO	0	INEXISTENTE	4	BAIXO	0,098624481	BAIXO	0,146853147	MÉDIO-BAIXO	dependente
Várzea do Poço-BA	0,09	BAIXO	0,77	ALTO	0	INEXISTENTE	3	BAIXO	0,073726828	BAIXO	0,13986014	MÉDIO-BAIXO	dependente
Várzea Nova-BA	0,37	BAIXO	0,57	MÉDIO-ALTO	0	INEXISTENTE	0	INEXISTENTE	0,099302784	BAIXO	0,13986014	MÉDIO-BAIXO	dependente
Candiba-BA	0,10	BAIXO	0,87	ALTO	0	INEXISTENTE	1	BAIXO	0,103650282	BAIXO	0,174825175	MÉDIO-BAIXO	dependente
Mortugaba-BA	0,07	BAIXO	0,98	ALTO	0	INEXISTENTE	6	BAIXO	0,137468644	BAIXO	0,195804196	MÉDIO-ALTO	dependente
Cardeal da Silva-BA	0,35	BAIXO	0,40	MÉDIO-ALTO	0	INEXISTENTE	5	BAIXO	0,054302992	BAIXO	0,090909091	BAIXO	dependente
Serra do Ramalho-BA	0,20	BAIXO	0,46	MÉDIO-ALTO	1	BAIXO	10	BAIXO	0,227838692	BAIXO	0,223776224	MÉDIO-ALTO	dependente
Pindaí-BA	0,08	BAIXO	0,86	ALTO	0	INEXISTENTE	1	BAIXO	0,149550681	BAIXO	0,167832168	MÉDIO-BAIXO	dependente
Tabocas do Brejo Velho-BA	0,25	BAIXO	0,58	MÉDIO-ALTO	0	INEXISTENTE	3	BAIXO	0,141573848	BAIXO	0,125874126	MÉDIO-BAIXO	dependente
Antônio Cardoso-BA	0,05	BAIXO	0,54	MÉDIO-ALTO	0	INEXISTENTE	1	BAIXO	0,160361828	BAIXO	0,076923077	BAIXO	dependente
Dom Basílio-BA	0,22	BAIXO	0,27	MÉDIO-BAIXO	0	INEXISTENTE	3	BAIXO	0,128671983	BAIXO	0,1818182	MÉDIO-BAIXO	dependente
Malhada de Pedras-BA	0,34	BAIXO	0,76	ALTO	0	INEXISTENTE	4	BAIXO	0,082634434	BAIXO	0,146853147	MÉDIO-BAIXO	dependente
Cafarnaum-BA	0,23	BAIXO	0,75	ALTO	0	INEXISTENTE	4	BAIXO	0,089170869	BAIXO	0,153846154	MÉDIO-BAIXO	dependente
Tanquinho-BA	0,14	BAIXO	0,82	ALTO	0	INEXISTENTE	1	BAIXO	0,14343	BAIXO	0,174825	MÉDIO-	dependente

ARRANJO IBGE - IPEA	DEPENDENTE		ENCLAVE		COMANDANTE		EMPRESARIAL		INTERMEDIA DOR (TOWN- NESS)		INTERMEDIA DOR (CITY- NESS)		CLASSIFI CACAO_F INAL
	TRAB_L OCAL_I NDICE	TRAB_L OCAL_ CLASSE	ABS _IN DIC E	ABS _CLA SSE	ORGA OS_I NDIC E	ORGA OS_C LASSE	CONT ROL_I NDICE	CONT ROL_C LASSE	DIV_ INDI CE	DIV_ CLAS SE	ESPE C_IN DICE	ESPE C_CL ASSE	
						E			157	O	175	BAIX O	
Paratinga- BA	0,24	BAIXO	0,57	MÉD IO- ALTO	1	BAIXO	3	BAIXO	0,13 967 080 9	BAIX O	0,20 9790 21	MÉD IO- ALTO	depende nte
Abaré-BA	0,33	BAIXO	0,68	ALTO	0	INEXI STENT E	2	BAIXO	0,08 319 039 1	BAIX O	0,13 9860 14	MÉD IO- BAIX O	depende nte
Wagner-BA	0,29	BAIXO	0,66	ALTO	0	INEXI STENT E	1	BAIXO	0,08 067 791 4	BAIX O	0,11 1888 112	BAIX O	depende nte
Aramari-BA	0,11	BAIXO	0,60	ALTO	0	INEXI STENT E	0	INEXIS TENTE	0,17 665 624 2	BAIX O	0,18 1818 182	MÉD IO- BAIX O	depende nte
Tapiramutá- BA	0,34	BAIXO	0,70	ALTO	0	INEXI STENT E	1	BAIXO	0,07 353 007 6	BAIX O	0,13 2867 133	MÉD IO- BAIX O	depende nte
Pé de Serra- BA	0,11	BAIXO	0,62	ALTO	0	INEXI STENT E	2	BAIXO	0,14 937 068 5	BAIX O	0,16 7832 168	MÉD IO- BAIX O	depende nte
Varzedo-BA	0,29	BAIXO	0,69	ALTO	0	INEXI STENT E	1	BAIXO	0,10 231 530 1	BAIX O	0,13 9860 14	MÉD IO- BAIX O	depende nte
Jussara-BA	0,31	BAIXO	0,79	ALTO	0	INEXI STENT E	2	BAIXO	0,08 741 924 9	BAIX O	0,13 2867 133	MÉD IO- BAIX O	depende nte
Acajutiba-BA	0,39	BAIXO	0,62	ALTO	0	INEXI STENT E	4	BAIXO	0,11 498 807	BAIX O	0,17 4825 175	MÉD IO- BAIX O	depende nte
Várzea da Roça-BA	0,39	BAIXO	0,73	ALTO	0	INEXI STENT E	1	BAIXO	0,13 341 042 6	BAIX O	0,18 1818 182	MÉD IO- BAIX O	depende nte
Pintadas-BA	0,28	BAIXO	0,81	ALTO	0	INEXI STENT E	1	BAIXO	0,10 409 223 5	BAIX O	0,15 3846 154	MÉD IO- BAIX O	depende nte
Souto Soares-BA	0,39	BAIXO	0,68	ALTO	0	INEXI STENT E	1	BAIXO	0,04 528 472 8	BAIX O	0,09 0909 091	BAIX O	depende nte
Cristópolis- BA	0,15	BAIXO	0,69	ALTO	1	BAIXO	0	INEXIS TENTE	0,08 519 966	BAIX O	0,11 8881 119	BAIX O	depende nte
Itapé-BA	0,38	BAIXO	0,74	ALTO	0	INEXI STENT E	0	INEXIS TENTE	0,09 385 023 2	BAIX O	0,15 3846 154	MÉD IO- BAIX O	depende nte
Glória-BA	0,30	BAIXO	0,79	ALTO	0	INEXI STENT E	1	BAIXO	0,07 852 691 1	BAIX O	0,12 5874 126	MÉD IO- BAIX O	depende nte
Angical-BA	0,34	BAIXO	0,61	ALTO	1	BAIXO	0	INEXIS TENTE	0,08 801	BAIX	0,12 5874	MÉD IO-	depende nte

ARRANJO IBGE - IPEA	DEPENDENTE		ENCLAVE		COMANDANTE		EMPRESARIAL		INTERMEDIA DOR (TOWN- NESS)		INTERMEDIA DOR (CITY- NESS)		CLASSIFI CACAO_F INAL
	TRAB_L OCAL_I NDICE	TRAB_L OCAL_ CLASSE	ABS _IN DICE	ABS _CLA SSE	ORGA OS_I NDICE	ORGA OS_C LASSE	CONT ROL_I NDICE	CONT ROL_C LASSE	DIV_ INDI CE	DIV_ CLAS SE	ESPE C_IN DICE	ESPE C_CL ASSE	
									536 1	O	126	BAIX O	
Baianópolis- BA	0,37	BAIXO	0,55	MÉD IO- ALTO	0	INEXI STENT E	2	BAIXO	0,06 542 080 5	BAIX O	0,09 7902 098	BAIX O	depende nte
Dom Macedo Costa-BA	0,28	BAIXO	0,80	ALTO	0	INEXI STENT E	1	BAIXO	0,04 306 703 6	BAIX O	0,07 6923 077	BAIX O	depende nte
Cordeiros- BA	0,22	BAIXO	0,81	ALTO	0	INEXI STENT E	1	BAIXO	0,06 921 670 7	BAIX O	0,10 4895 105	BAIX O	depende nte
Rio do Antônio-BA	0,33	BAIXO	0,74	ALTO	0	INEXI STENT E	2	BAIXO	0,07 275 930 1	BAIX O	0,13 9860 14	MÉD IO- BAIX O	depende nte
Jussiape-BA	0,07	BAIXO	1,07	ALTO	0	INEXI STENT E	2	BAIXO	0,06 869 152 4	BAIX O	0,11 1888 112	BAIX O	depende nte
Muniz Ferreira-BA	0,37	BAIXO	0,80	ALTO	0	INEXI STENT E	2	BAIXO	0,07 870 718 7	BAIX O	0,09 7902 098	BAIX O	depende nte
Maetinga- BA	0,16	BAIXO	0,85	ALTO	0	INEXI STENT E	1	BAIXO	0,04 805 220 6	BAIX O	0,09 7902 098	BAIX O	depende nte
Barro Preto- BA	0,28	BAIXO	0,65	ALTO	0	INEXI STENT E	1	BAIXO	0,15 842 231 1	BAIX O	0,10 4895 105	BAIX O	depende nte
Candeal-BA	0,19	BAIXO	0,90	ALTO	0	INEXI STENT E	1	BAIXO	0,04 747 222 9	BAIX O	0,09 7902 098	BAIX O	depende nte
Itanagra-BA	0,34	BAIXO	0,57	MÉD IO- ALTO	0	INEXI STENT E	0	INEXIS TENTE	0,09 446 313 3	BAIX O	0,08 3916 084	BAIX O	depende nte
São Gabriel- BA	0,34	BAIXO	0,70	ALTO	0	INEXI STENT E	5	BAIXO	0,06 839 571 8	BAIX O	0,13 2867 133	MÉD IO- BAIX O	depende nte
Itaeté-BA	0,29	BAIXO	0,61	ALTO	1	BAIXO	1	BAIXO	0,13 257 618 6	BAIX O	0,15 3846 154	MÉD IO- BAIX O	depende nte
Piripá-BA	0,12	BAIXO	0,87	ALTO	0	INEXI STENT E	2	BAIXO	0,08 043 209 4	BAIX O	0,11 1888 112	BAIX O	depende nte
Banzaê-BA	0,22	BAIXO	0,71	ALTO	0	INEXI STENT E	1	BAIXO	0,06 217 637 9	BAIX O	0,13 2867 133	MÉD IO- BAIX O	depende nte
Iuiú-BA	0,23	BAIXO	0,57	MÉD IO- ALTO	0	INEXI STENT E	4	BAIXO	0,04 352 618 7	BAIX O	0,09 7902 098	BAIX O	depende nte
Barro Alto-	0,16	BAIXO	0,81	ALTO	0	INEXI	2	BAIXO	0,04		0,10	BAIX	depende



ARRANJO IBGE - IPEA	DEPENDENTE		ENCLAVE		COMANDANTE		EMPRESARIAL		INTERMEDIA DOR (TOWN- NESS)		INTERMEDIA DOR (CITY- NESS)		CLASSIFI CACAO_F INAL
	TRAB_L OCAL_I NDICE	TRAB_L OCAL_ CLASSE	ABS _IN DIC E	ABS _CLA SSE	ORGA OS_I NDIC E	ORGA OS_C LASSE	CONT ROL_I NDICE	CONT ROL_C LASSE	DIV_ INDI CE	DIV_ CLAS SE	ESPE C_IN DICE	ESPE C_CL ASSE	
BA				O		STENT E			945 334 5	BAIX O	4895 105	O	nte
Anguera-BA	0,15	BAIXO	1,05	ALTO	0	INEXI STENT E	0	INEXIS TENTE	0,08 461 510 2	BAIX O	0,13 2867 133	MÉD IO- BAIX O	depende nte
Contendas do Sincorá- BA	0,39	BAIXO	0,71	ALTO	0	INEXI STENT E	0	INEXIS TENTE	0,03 562 939 8	BAIX O	0,07 6923 077	BAIX O	depende nte
Água Fria-BA	0,26	BAIXO	0,53	MÉD IO- ALTO	0	INEXI STENT E	1	BAIXO	0,11 004 901	BAIX O	0,16 0839 161	MÉD IO- BAIX O	depende nte
Iramaia-BA	0,25	BAIXO	0,71	ALTO	0	INEXI STENT E	2	BAIXO	0,05 830 761 9	BAIX O	0,09 7902 098	BAIX O	depende nte
Lagoa Real- BA	0,10	BAIXO	0,72	ALTO	0	INEXI STENT E	0	INEXIS TENTE	0,13 155 898 7	BAIX O	0,14 6853 147	MÉD IO- BAIX O	depende nte
Santanópolis -BA	0,29	BAIXO	0,81	ALTO	0	INEXI STENT E	0	INEXIS TENTE	0,04 488 401 8	BAIX O	0,09 7902 098	BAIX O	depende nte
Santa Cruz da Vitória- BA	0,33	BAIXO	0,74	ALTO	0	INEXI STENT E	1	BAIXO	0,06 721 230 6	BAIX O	0,10 4895 105	BAIX O	depende nte
Ouriçangas- BA	0,27	BAIXO	0,89	ALTO	0	INEXI STENT E	1	BAIXO	0,04 474 864 7	BAIX O	0,09 0909 091	BAIX O	depende nte
Apuarema- BA	0,31	BAIXO	0,60	ALTO	0	INEXI STENT E	1	BAIXO	0,03 756 178 8	BAIX O	0,07 6923 077	BAIX O	depende nte
Caatiba-BA	0,15	BAIXO	0,94	ALTO	0	INEXI STENT E	0	INEXIS TENTE	0,07 566 002 6	BAIX O	0,10 4895 105	BAIX O	depende nte
Érico Cardoso-BA	0,05	BAIXO	0,87	ALTO	0	INEXI STENT E	0	INEXIS TENTE	0,08 771 304 6	BAIX O	0,12 5874 126	MÉD IO- BAIX O	depende nte
São José da Vitória-BA	0,19	BAIXO	0,71	ALTO	0	INEXI STENT E	0	INEXIS TENTE	0,03 728 628	BAIX O	0,07 6923 077	BAIX O	depende nte
Presidente Jânio Quadros-BA	0,27	BAIXO	0,74	ALTO	0	INEXI STENT E	2	BAIXO	0,08 655 090 1	BAIX O	0,11 8881 119	BAIX O	depende nte
Sítio do Quinto-BA	0,38	BAIXO	0,64	ALTO	0	INEXI STENT E	3	BAIXO	0,03 531 725 9	BAIX O	0,07 6923 077	BAIX O	depende nte
Planaltino- BA	0,27	BAIXO	0,82	ALTO	0	INEXI STENT E	0	INEXIS TENTE	0,05 823 485 2	BAIX O	0,11 1888 112	BAIX O	depende nte
Santa	0,30	BAIXO	0,65	ALT	0	INEXI	1	BAIXO	0,08		0,11	BAIX	depende

ARRANJO IBGE - IPEA	DEPENDENTE		ENCLAVE		COMANDANTE		EMPRESARIAL		INTERMEDIA DOR (TOWN- NESS)		INTERMEDIA DOR (CITY- NESS)		CLASSIFI CACAO_F INAL
	TRAB_L OCAL_I NDICE	TRAB_L OCAL_ CLASSE	ABS _IN DICE	ABS _CLA SSE	ORGA OS_I NDICE	ORGA OS_C LASSE	CONT ROL_I NDICE	CONT ROL_C LASSE	DIV_ INDI CE	DIV_ CLAS SE	ESPE C_IN DICE	ESPE C_CL ASSE	
Brígida-BA				O		STENT E			906 045 9	BAIX O	8881 119	O	nte
Bom Jesus da Serra-BA	0,13	BAIXO	0,77	ALTO	0	INEXI STENT E	1	BAIXO	0,03 087 310 2	BAIX O	0,07 6923 077	BAIX O	depende nte
Caturama- BA	0,29	BAIXO	0,78	ALTO	0	INEXI STENT E	0	INEXIS TENTE	0,02 071 223 9	BAIX O	0,05 5944 056	BAIX O	depende nte
Almadina- BA	0,30	BAIXO	0,65	ALTO	0	INEXI STENT E	2	BAIXO	0,01 734 446 8	BAIX O	0,04 8951 049	BAIX O	depende nte
Nova Redenção- BA	0,20	BAIXO	0,67	ALTO	0	INEXI STENT E	2	BAIXO	0,06 114 984	BAIX O	0,09 0909 091	BAIX O	depende nte
Caetanos-BA	0,02	BAIXO	0,93	ALTO	0	INEXI STENT E	0	INEXIS TENTE	0,07 456 495 6	BAIX O	0,13 2867 133	MÉD IO- BAIX O	depende nte
Macajuba- BA	0,26	BAIXO	0,58	MÉD IO- ALTO	0	INEXI STENT E	4	BAIXO	0,05 492 119 4	BAIX O	0,11 1888 112	BAIX O	depende nte
Mirante-BA	0,19	BAIXO	0,73	ALTO	0	INEXI STENT E	1	BAIXO	0,03 016 294 1	BAIX O	0,06 9930 07	BAIX O	depende nte
Pedrão-BA	0,14	BAIXO	0,67	ALTO	0	INEXI STENT E	0	INEXIS TENTE	0,05 816 184	BAIX O	0,08 3916 084	BAIX O	depende nte
Buritirama- BA	0,13	BAIXO	0,63	ALTO	0	INEXI STENT E	0	INEXIS TENTE	0,03 978 951	BAIX O	0,09 0909 091	BAIX O	depende nte
Matina-BA	0,20	BAIXO	0,77	ALTO	0	INEXI STENT E	2	BAIXO	0,02 769 741 9	BAIX O	0,06 9930 07	BAIX O	depende nte
Brejolândia- BA	0,32	BAIXO	0,63	ALTO	0	INEXI STENT E	0	INEXIS TENTE	0,07 716 686 4	BAIX O	0,08 3916 084	BAIX O	depende nte
Guajeru-BA	0,12	BAIXO	0,84	ALTO	0	INEXI STENT E	1	BAIXO	0,05 388 351 1	BAIX O	0,11 1888 112	BAIX O	depende nte
Lamarão-BA	0,34	BAIXO	0,68	ALTO	0	INEXI STENT E	0	INEXIS TENTE	0,08 847 509 7	BAIX O	0,10 4895 105	BAIX O	depende nte
Ibiquera-BA	0,27	BAIXO	0,57	MÉD IO- ALTO	0	INEXI STENT E	1	BAIXO	0,02 303 818 4	BAIX O	0,04 8951 049	BAIX O	depende nte
Mansidão- BA	0,22	BAIXO	0,63	ALTO	0	INEXI STENT E	0	INEXIS TENTE	0,01 630 772 7	BAIX O	0,04 1958 042	BAIX O	depende nte



## Anexo 7 - Categorias x Hierarquias de cidades

Tabela 9 – Classificação dos arranjos, escores dos componentes principais e relação com a hierarquia REGIC e Concentrações Urbanas

Arranjo IBGE - IPEA	Classificação Proposta	Código Classe	Hierarquia REGIC 2018	Código REGIC	Concentrações_ Urbanas	PC1	PC 2	PC 3	PC 4
Salvador/BA	completo	1	Metrópole	1C	Grande Concentração Urbana	474,40	63,10	1,90	2,60
Feira de Santana/BA	completo	1	Capital Regional B	2B	Média concentração urbana	94,10	19,80	2,60	2,90
Itabuna/BA - Ilhéus/BA	completo	1	Capital Regional B	2B	Média concentração urbana	82,30	20,80	2,50	0,90
Petrolina/PE - Juazeiro/BA	completo	1	Capital Regional C	2C	Média concentração urbana	70,40	16,00	0,80	3,90
Vitória da Conquista-BA	completo	1	Capital Regional B	2B	Média concentração urbana	68,70	24,90	4,60	4,00
Barreiras-BA	completo	1	Capital Regional C	2C	Média concentração urbana	46,10	26,30	2,30	4,20
Santo Antônio de Jesus-BA	comandante e empresarial	2	Centro Sub-Regional A	3A	Média concentração urbana*	35,20	27,90	4,30	1,40
Eunápolis-BA	comandante e empresarial	2	Capital Regional C	2C	Média concentração urbana	34,90	28,70	7,20	0,80
Alagoinhas-BA	comandante e empresarial	2	Centro Sub-Regional A	3A	Média concentração urbana	32,20	24,80	0,40	1,50
Jequié-BA	comandante e empresarial	2	Centro Sub-Regional A	3A	Média concentração urbana	31,20	19,80	3,90	0,70
Irecê-BA	comandante e empresarial	2	Centro Sub-Regional A	3A		29,90	28,40	7,60	3,00
Guanambi-BA	comandante e empresarial	2	Centro Sub-Regional A	3A		23,90	23,20	7,10	0,60
Jacobina-BA	comandante e empresarial	2	Centro Sub-Regional B	3B		22,40	21,80	3,70	2,20
Itapetinga/BA	comandante e empresarial	2	Centro Sub-Regional B	3B		20,00	13,70	2,20	5,20
Senhor do Bonfim-BA	comandante e empresarial	2	Centro Sub-Regional A	3A		18,80	18,20	6,50	1,40
Brumado-BA	comandante e empresarial	2	Centro Sub-Regional B	3B		17,90	21,10	4,40	3,40
Bom Jesus da Lapa-BA	comandante e empresarial	2	Centro Sub-Regional B	3B		11,70	12,40	0,20	3,00
Porto Seguro/BA	empresarial e comandante	3	Centro Sub-Regional A	3A	Média concentração urbana	29,70	18,40	3,90	4,10
Cachoeira - Muritiba/BA	empresarial e comandante	3	Centro Local	5		22,80	17,10	1,20	1,70
Cruz das Almas-BA	empresarial e	3	Centro Sub-	3B		22,	24,	6,0	1,7

Arranjo IBGE - IPEA	Classificação Proposta	Código Classe	Hierarquia REGIC 2018	Código REGIC	Concentrações_Urbanas	PC1	PC 2	PC 3	PC 4
	comandante		Regional B			20	00	0	0
Catu/BA - Pojuca/BA	empresarial e comandante	3	Centro Local	5		18,50	16,90	9,00	6,50
Valença-BA	empresarial e comandante	3	Centro Sub-Regional B	3B		18,40	17,80	4,20	1,70
Serrinha-BA	empresarial e comandante	3	Centro Sub-Regional B	3B		14,30	15,20	3,60	1,00
Itaberaba-BA	empresarial e comandante	3	Centro Sub-Regional B	3B		13,90	15,70	5,10	1,50
Ribeira do Pombal-BA	empresarial e comandante	3	Centro Sub-Regional B	3B		9,40	12,90	5,00	2,50
Luís Eduardo Magalhães-BA	empresarial	4	Centro Sub-Regional B	3B	Média concentração urbana*	28,00	36,20	14,80	5,80
Teixeira de Freitas-BA	comandante	5	Centro Sub-Regional A	3A	Média concentração urbana	35,30	25,40	4,20	2,10
Paulo Afonso-BA	comandante	5	Centro Sub-Regional A	3A	Média concentração urbana	28,10	23,80	5,30	0,80
Ipiaú-BA	comandante	5	Centro Sub-Regional B	3B		12,80	16,10	6,10	1,00
Caetité-BA	comandante	5	Centro de Zona A	4A		11,30	15,00	0,10	2,40
Santo Amaro-BA	comandante	5	Centro de Zona A	4A		10,80	12,60	0,90	3,30
Conceição do Coité-BA	comandante	5	Centro Sub-Regional B	3B		10,00	13,30	1,70	1,00
Seabra-BA	comandante	5	Centro de Zona A	4A		9,60	13,30	6,00	4,00
Itamaraju-BA	comandante	5	Centro Sub-Regional B	3B		9,20	7,50	0,00	0,30
Santa Maria da Vitória/BA	comandante	5	Centro de Zona A	4A		8,30	7,70	1,80	2,00
Poções-BA	comandante	5	Centro Local	5		7,20	11,20	5,50	2,00
Ibotirama-BA	comandante	5	Centro de Zona B	4B		6,60	10,90	4,00	0,70
Campo Formoso-BA	comandante	5	Centro de Zona A	4A		6,50	7,40	3,50	1,10
Euclides da Cunha-BA	comandante	5	Centro Sub-Regional B	3B		6,10	7,10	0,40	4,30
Ipirá-BA	comandante	5	Centro de Zona A	4A		4,40	5,60	2,00	1,30
Livramento de Nossa Senhora-BA	comandante	5	Centro de Zona B	4B		3,80	7,10	0,50	3,70
Riachão do Jacuípe-BA	comandante	5	Centro de Zona B	4B		3,40	7,20	4,10	1,40
Xique-Xique-BA	comandante	5	Centro de Zona B	4B		2,50	2,00	3,20	1,20

Arranjo IBGE - IPEA	Classificação Proposta	Código Classe	Hierarquia REGIC 2018	Código REGIC	Concentrações_Urbanas	PC1	PC 2	PC 3	PC 4
Remanso-BA	comandante	5	Centro de Zona B	4B		1,0 0	2,5 0	2,9 0	2,2 0
Morro do Chapéu-BA	comandante	5	Centro de Zona B	4B		0,9 0	2,6 0	0,5 0	0,3 0
Santana-BA	comandante	5	Centro de Zona B	4B		0,4 0	2,6 0	0,6 0	1,2 0
Santa Rita de Cássia-BA	comandante	5	Centro Local	5		- 2,5 0	- 2,1 0	- 1,7 0	- 2,9 0
Paramirim-BA	intermediador	6	Centro de Zona B	4B		8,1 0	14, 70	6,3 0	1,2 0
Conceição do Jacuípe-BA	intermediador	6	Centro Local	5		7,9 0	15, 10	- 8,5 0	- 7,2 0
Amargosa-BA	intermediador	6	Centro de Zona B	4B		7,5 0	11, 60	3,8 0	0,4 0
Vera Cruz - Itaparica/BA	intermediador	6	Centro Local	5		7,2 0	10, 10	3,1 0	0,8 0
Nazaré-BA	intermediador	6	Centro Local	5		7,2 0	12, 20	5,7 0	0,5 0
Capim Grosso-BA	intermediador	6	Centro de Zona A	4A		6,6 0	12, 70	5,5 0	0,6 0
Santo Estêvão-BA	intermediador	6	Centro Local	5		6,0 0	10, 30	1,1 0	- 2,7 0
Caculé-BA	intermediador	6	Centro de Zona B	4B		5,9 0	13, 20	5,6 0	- 1,4 0
Camacan-BA	intermediador	6	Centro de Zona B	4B		5,8 0	9,6 0	4,2 0	- 1,4 0
Gandu-BA	intermediador	6	Centro de Zona B	4B		5,8 0	11, 60	4,7 0	1,1 0
Nova Viçosa-BA	intermediador	6	Centro Local	5		5,2 0	8,9 0	1,5 0	- 0,8 0
Jaguaquara-BA	intermediador	6	Centro de Zona B	4B		5,0 0	7,4 0	4,1 0	1,5 0
Jaguarari-BA	intermediador	6	Centro Local	5		4,8 0	9,0 0	- 10, 70	- 5,2 0
Entre Rios-BA	intermediador	6	Centro Local	5		3,9 0	7,6 0	- 3,8 0	- 1,2 0
Valente-BA	intermediador	6	Centro de Zona B	4B		3,3 0	8,2 0	4,1 0	- 3,7 0
Ituberá-BA	intermediador	6	Centro Local	5		3,2 0	7,0 0	1,4 0	- 1,4 0
Conceição do Almeida - Sapeçu/BA	intermediador	6	Centro Local	5		2,9 0	5,5 0	2,3 0	1,8 0
Ubaitaba - Aurelino Leal/BA	intermediador	6	Centro Local	5		2,9 0	3,1 0	1,5 0	- 1,9 0
Itabela-BA	intermediador	6	Centro Local	5		2,9	6,1	-	1,3

Arranjo IBGE - IPEA	Classificação Proposta	Código Classe	Hierarquia REGIC 2018	Código REGIC	Concentrações_ Urbanas	PC1	PC 2	PC 3	PC 4
						0	0	1,4 0	0
<b>Maracás-BA</b>	intermediador	6	Centro de Zona B	4B		1,3 0	5,5 0	3,9 0	2,8 0
<b>Cícero Dantas-BA</b>	intermediador	6	Centro de Zona A	4A		0,6 0	4,4 0	5,3 0	0,6 0
<b>Itacaré-BA</b>	intermediador	6	Centro Local	5		0,6 0	5,5 0	0,7 0	3,0 0
<b>Macaúbas-BA</b>	intermediador	6	Centro de Zona B	4B		0,5 0	2,7 0	5,4 0	2,4 0
<b>Itororó-BA</b>	intermediador	6	Centro de Zona B	4B		0,5 0	3,4 0	3,2 0	8,0 0
<b>Tucano-BA</b>	intermediador	6	Centro Local	5		0,3 0	0,2 0	3,4 0	2,2 0
<b>Prado-BA</b>	intermediador	6	Centro Local	5		0,3 0	2,6 0	5,2 0	2,7 0
<b>Castro Alves-BA</b>	intermediador	6	Centro de Zona B	4B		0,3 0	4,1 0	1,0 0	2,8 0
<b>Casa Nova-BA</b>	intermediador	6	Centro Local	5		0,2 0	2,5 0	4,8 0	0,4 0
<b>Canavieiras-BA</b>	intermediador	6	Centro Local	5		0,1 0	2,3 0	0,7 0	0,3 0
<b>Barra da Estiva-BA</b>	intermediador	6	Centro de Zona B	4B		0,1 0	4,7 0	1,2 0	3,1 0
<b>Santaluz-BA</b>	intermediador	6	Centro Local	5		0,0 0	2,8 0	1,3 0	1,5 0
<b>Ibicaraí-BA</b>	intermediador	6	Centro Local	5		0,4 0	2,0 0	4,2 0	3,3 0
<b>Uruçuca-BA</b>	intermediador	6	Centro Local	5		0,8 0	2,6 0	1,0 0	3,9 0
<b>Una-BA</b>	intermediador	6	Centro Local	5		1,0 0	2,8 0	3,0 0	0,3 0
<b>Riacho de Santana-BA</b>	intermediador	6	Centro Local	5		1,1 0	0,1 0	1,6 0	1,4 0
<b>São Felipe-BA</b>	intermediador	6	Centro Local	5		1,2 0	1,7 0	1,7 0	0,4 0
<b>Camamu-BA</b>	intermediador	6	Centro Local	5		1,4 0	0,6 0	0,0 0	1,4 0
<b>Inhambupe-BA</b>	intermediador	6	Centro Local	5		1,9 0	0,4 0	4,3 0	3,4 0
<b>Barra do Choça-BA</b>	intermediador	6	Centro Local	5		2,6 0	1,6 0	4,0 0	0,1 0
<b>Carinhanha-BA</b>	intermediador	6	Centro Local	5		2,7 0	3,4 0	1,0 0	1,6 0

Arranjo IBGE - IPEA	Classificação Proposta	Código Classe	Hierarquia REGIC 2018	Código REGIC	Concentrações_Urbanas	PC1	PC 2	PC 3	PC 4
						0	0		
Barra-BA	intermediador	6	Centro Local	5		3,3 0	2,7 0	2,1 0	3,9 0
Maragogipe-BA	intermediador	6	Centro Local	5		3,3 0	3,3 0	0,8 0	0,2 0
Conde-BA	intermediador	6	Centro Local	5		3,3 0	1,5 0	0,6 0	4,1 0
Araci-BA	intermediador	6	Centro Local	5		3,6 0	3,5 0	1,1 0	2,6 0
Rio Real-BA	intermediador	6	Centro de Zona B	4B		3,7 0	1,7 0	7,4 0	4,9 0
Abaíra-BA	intermediador	6	Centro Local	5		5,3 0	2,0 0	1,8 0	1,7 0
Aracatu-BA	intermediador	6	Centro Local	5		5,9 0	2,9 0	2,8 0	2,1 0
Mucuri-BA	enclave	7	Centro de Zona A	4A		16, 30	25, 40	23, 10	7,5 0
Esplanada-BA	enclave	7	Centro Local	5		6,7 0	10, 70	4,6 0	1,4 0
Mucugê-BA	enclave	7	Centro Local	5		3,5 0	5,7 0	10, 40	6,8 0
Correntina-BA	enclave	7	Centro Local	5		3,0 0	5,0 0	14, 10	7,6 0
Cairu-BA	enclave	7	Centro Local	5		2,6 0	9,8 0	9,9 0	1,7 0
Itagibá-BA	enclave	7	Centro Local	5		1,9 0	7,7 0	14, 10	8,8 0
Caravelas-BA	enclave	7	Centro Local	5		1,6 0	4,9 0	7,4 0	1,0 0
Sobradinho-BA	enclave	7	Centro Local	5		1,5 0	7,0 0	11, 40	6,6 0
São Desidério-BA	enclave	7	Centro Local	5		0,3 0	1,4 0	14, 70	8,5 0
Barrocas-BA	enclave	7	Centro Local	5		0,3 0	10, 30	20, 10	10, 70
Ibirapuã-BA	enclave	7	Centro Local	5		0,4 0	6,0 0	9,1 0	1,9 0
Formosa do Rio Preto-BA	enclave	7	Centro Local	5		0,9 0	0,2 0	14, 10	7,1 0
Itapebi-BA	enclave	7	Centro Local	5		1,8 0	2,0 0	12, 12	7,0 0



Arranjo IBGE - IPEA	Classificação Proposta	Código Classe	Hierarquia REGIC 2018	Código REGIC	Concentrações_ Urbanas	PC1	PC 2	PC 3	PC 4
						0		30	0
Ibicoara-BA	enclave	7	Centro Local	5		4,6 0	- 1,2 0	- 10, 50	4,0 0
Igrapiúna-BA	enclave	7	Centro Local	5		6,1 0	- 3,9 0	- 8,9 0	2,4 0
Jaborandi-BA	enclave	7	Centro Local	5		6,4 0	- 5,3 0	- 12, 70	6,1 0
Vereda-BA	enclave	7	Centro Local	5		7,7 0	- 6,0 0	- 6,3 0	- 2,4 0
Medeiros Neto-BA	simples	8	Centro Local	5		3,5 0	8,6 0	3,4 0	2,5 0
Mutuípe-BA	simples	8	Centro Local	5		3,0 0	5,6 0	2,9 0	1,4 0
Paripiranga-BA	simples	8	Centro Local	5		1,7 0	3,9 0	0,9 0	4,7 0
Irará-BA	simples	8	Centro Local	5		1,7 0	5,5 0	4,1 0	0,3 0
Lençóis-BA	simples	8	Centro Local	5		1,7 0	5,7 0	3,5 0	2,2 0
Coaraci-BA	simples	8	Centro Local	5		0,2 0	3,1 0	4,2 0	2,8 0
Miguel Calmon-BA	simples	8	Centro Local	5		0,3 0	1,5 0	2,5 0	0,5 0
Itanhém-BA	simples	8	Centro Local	5		0,3 0	1,8 0	1,3 0	0,6 0
Buerarema-BA	simples	8	Centro Local	5		0,6 0	2,9 0	2,8 0	1,4 0
Milagres-BA	simples	8	Centro Local	5		0,9 0	2,9 0	4,3 0	1,6 0
Jeremoabo-BA	simples	8	Centro de Zona B	4B		1,0 0	0,0 0	0,6 0	3,2 0
Belmonte-BA	simples	8	Centro Local	5		1,1 0	1,0 0	3,4 0	1,1 0
Antas-BA	simples	8	Centro Local	5		1,1 0	1,5 0	3,6 0	0,2 0
Ubatã-BA	simples	8	Centro Local	5		1,2 0	1,5 0	3,6 0	3,1 0
Palmeiras-BA	simples	8	Centro Local	5		1,3 0	2,5 0	1,9 0	0,6 0
Ubaíra-BA	simples	8	Centro Local	5		1,4 0	1,4 0	1,6 0	2,5 0
Mundo Novo-BA	simples	8	Centro Local	5		1,8 0	0,1 0	3,7 0	2,4 0

Arranjo IBGE - IPEA	Classificação Proposta	Código Classe	Hierarquia REGIC 2018	Código REGIC	Concentrações_ Urbanas	PC1	PC 2	PC 3	PC 4
						0			
Utinga-BA	simples	8	Centro de Zona B	4B		1,80	1,10	3,00	2,30
Maraú-BA	simples	8	Centro Local	5		2,10	1,50	2,00	4,50
Coração de Maria-BA	simples	8	Centro Local	5		2,20	0,40	0,30	0,90
Mairi-BA	simples	8	Centro Local	5		2,20	0,20	4,70	0,40
Presidente Dutra-BA	simples	8	Centro Local	5		2,30	3,60	5,70	1,50
Andorinha-BA	simples	8	Centro Local	5		2,40	2,90	9,30	6,20
Queimadas-BA	simples	8	Centro de Zona B	4B		2,50	1,40	1,80	0,20
Laje-BA	simples	8	Centro Local	5		2,50	0,30	0,80	1,90
Alcobaça-BA	simples	8	Centro Local	5		2,70	0,90	5,20	1,80
Itarantim-BA	simples	8	Centro Local	5		2,80	0,90	2,40	3,90
Piritiba-BA	simples	8	Centro Local	5		2,90	0,70	3,70	0,30
Condeúba-BA	simples	8	Centro Local	5		2,90	1,00	4,00	0,60
Monte Santo-BA	simples	8	Centro Local	5		3,10	5,00	3,10	2,60
Brejões - Nova Itarana/BA	simples	8	Centro Local	5		3,20	2,30	1,20	2,00
Ibirataia-BA	simples	8	Centro Local	5		3,20	0,40	0,50	1,30
Iaçu-BA	simples	8	Centro Local	5		3,30	1,90	0,10	1,00
Barra do Mendes-BA	simples	8	Centro Local	5		3,40	1,40	4,50	0,20
Ibicuí-BA	simples	8	Centro Local	5		3,60	1,70	1,00	1,50
Araças-BA	simples	8	Centro Local	5		3,60	0,20	7,70	2,90
Itapicuru-BA	simples	8	Centro Local	5		3,70	3,10	3,30	4,70

Arranjo IBGE - IPEA	Classificação Proposta	Código Classe	Hierarquia REGIC 2018	Código REGIC	Concentrações_ Urbanas	PC1	PC 2	PC 3	PC 4
						0	0	0	
Iguaí-BA	simples	8	Centro Local	5		3,7 0	2,5 0	2,3 0	1,5 0
Rafael Jambeiro-BA	simples	8	Centro Local	5		3,7 0	0,3 0	3,1 0	0,4 0
Sento Sé-BA	simples	8	Centro Local	5		3,8 0	2,2 0	5,4 0	0,4 0
Riachão das Neves-BA	simples	8	Centro Local	5		3,8 0	3,0 0	11, 20	4,8 0
Maiquinique-BA	simples	8	Centro Local	5		3,8 0	1,2 0	4,7 0	7,4 0
Canarana-BA	simples	8	Centro Local	5		3,9 0	2,8 0	0,9 0	0,7 0
Catolândia-BA	simples	8	Centro Local	5		3,9 0	1,2 0	0,4 0	2,7 0
Jitaúna-BA	simples	8	Centro Local	5		4,0 0	2,5 0	0,7 0	1,1 0
Botuporã-BA	simples	8	Centro Local	5		4,0 0	1,9 0	4,5 0	1,0 0
Cansanção-BA	simples	8	Centro Local	5		4,1 0	2,8 0	1,0 0	3,1 0
Andaraí-BA	simples	8	Centro de Zona B	4B		4,1 0	3,5 0	2,6 0	1,9 0
Nova Soure-BA	simples	8	Centro Local	5		4,2 0	3,1 0	1,3 0	1,0 0
Teodoro Sampaio-BA	simples	8	Centro Local	5		4,2 0	1,3 0	1,7 0	1,0 0
Serrolândia-BA	simples	8	Centro Local	5		4,3 0	1,9 0	2,6 0	1,1 0
São Miguel das Matas-BA	simples	8	Centro Local	5		4,3 0	0,5 0	0,3 0	1,0 0
Curaçá-BA	simples	8	Centro Local	5		4,4 0	3,6 0	1,2 0	0,9 0
Uauá-BA	simples	8	Centro Local	5		4,4 0	3,4 0	2,2 0	0,9 0
Saúde-BA	simples	8	Centro Local	5		4,4 0	2,9 0	3,6 0	0,7 0
Piatã-BA	simples	8	Centro Local	5		4,6 0	3,1 0	2,5 0	1,3 0
Chorrochó-BA	simples	8	Centro Local	5		4,6 0	3,1 0	2,5 0	0,9 0

Arranjo IBGE - IPEA	Classificação Proposta	Código Classe	Hierarquia REGIC 2018	Código REGIC	Concentrações_ Urbanas	PC			
						PC1	PC 2	PC 3	PC 4
						0	0		
Guaratinga-BA	simples	8	Centro Local	5		4,7 0	4,3 0	3,6 0	1,0 0
Baixa Grande-BA	simples	8	Centro Local	5		4,7 0	3,7 0	3,0 0	0,3 0
Central-BA	simples	8	Centro Local	5		4,7 0	3,6 0	2,8 0	0,2 0
Brotas de Macaúbas-BA	simples	8	Centro Local	5		4,8 0	0,4 0	5,3 0	1,9 0
Encruzilhada-BA	simples	8	Centro Local	5		4,9 0	4,4 0	0,6 0	0,5 0
Ibirapitanga-BA	simples	8	Centro Local	5		5,0 0	4,5 0	3,2 0	0,6 0
Cocos-BA	simples	8	Centro Local	5		5,0 0	3,7 0	5,6 0	4,1 0
Nordestina-BA	simples	8	Centro Local	5		5,0 0	2,0 0	1,5 0	1,3 0
Potiraguá-BA	simples	8	Centro Local	5		5,0 0	2,9 0	2,0 0	4,8 0
Presidente Tancredo Neves-BA	simples	8	Centro Local	5		5,1 0	2,0 0	1,9 0	2,0 0
Lajedão-BA	simples	8	Centro Local	5		5,1 0	1,4 0	9,3 0	1,6 0
Serra Dourada-BA	simples	8	Centro Local	5		5,2 0	3,3 0	0,2 0	1,8 0
Nova Canaã-BA	simples	8	Centro Local	5		5,2 0	2,9 0	1,5 0	2,3 0
Ibipeba-BA	simples	8	Centro Local	5		5,3 0	3,0 0	0,5 0	0,8 0
Canudos-BA	simples	8	Centro Local	5		5,3 0	3,3 0	0,5 0	1,4 0
Campo Alegre de Lourdes-BA	simples	8	Centro Local	5		5,4 0	4,0 0	0,3 0	3,0 0
Sátiro Dias-BA	simples	8	Centro Local	5		5,4 0	1,9 0	3,3 0	3,9 0
Filadélfia-BA	simples	8	Centro Local	5		5,4 0	2,5 0	1,5 0	0,5 0
Rodelas-BA	simples	8	Centro Local	5		5,5 0	2,1 0	3,5 0	2,3 0
Ourolândia-BA	simples	8	Centro Local	5		5,6 0	1,9 0	3,9 0	1,9 0

Arranjo IBGE - IPEA	Classificação Proposta	Código Classe	Hierarquia REGIC 2018	Código REGIC	Concentrações_Urbanas	PC1	PC 2	PC 3	PC 4
						0	0	0	0
Serra Preta-BA	simples	8	Centro Local	5		5,6 0	4,2 0	1,7 0	1,7 0
Salinas da Margarida-BA	simples	8	Centro Local	5		5,7 0	2,9 0	3,5 0	2,6 0
Pindobaçu-BA	simples	8	Centro Local	5		5,8 0	5,3 0	2,2 0	0,4 0
Wanderley-BA	simples	8	Centro Local	5		5,8 0	4,1 0	1,8 0	3,6 0
Santa Teresinha-BA	simples	8	Centro Local	5		5,8 0	3,7 0	0,9 0	0,2 0
Boa Nova-BA	simples	8	Centro Local	5		5,9 0	5,4 0	2,3 0	0,3 0
Wenceslau Guimarães-BA	simples	8	Centro Local	5		6,0 0	4,3 0	5,0 0	0,8 0
Ibititá-BA	simples	8	Centro Local	5		6,0 0	4,6 0	0,0 0	0,5 0
Jaguaripe-BA	simples	8	Centro Local	5		6,0 0	2,1 0	2,8 0	4,2 0
Tremedal-BA	simples	8	Centro Local	5		6,1 0	5,2 0	1,6 0	0,9 0
Coribe-BA	simples	8	Centro Local	5		6,1 0	5,1 0	2,2 0	2,9 0
Itagi-BA	simples	8	Centro Local	5		6,1 0	4,2 0	0,1 0	0,8 0
Mascote-BA	simples	8	Centro Local	5		6,3 0	4,9 0	0,7 0	0,2 0
Firmino Alves-BA	simples	8	Centro Local	5		6,3 0	2,5 0	0,1 0	7,0 0
Pilão Arcado-BA	simples	8	Centro Local	5		6,4 0	6,7 0	0,6 0	4,0 0
Crisópolis-BA	simples	8	Centro Local	5		6,5 0	5,0 0	0,4 0	3,2 0
Teolândia-BA	simples	8	Centro Local	5		6,5 0	4,2 0	2,8 0	0,6 0
Ibipitanga-BA	simples	8	Centro Local	5		6,5 0	4,5 0	3,9 0	0,1 0
Itapitanga-BA	simples	8	Centro Local	5		6,5 0	5,6 0	1,6 0	2,2 0
Ichu-BA	simples	8	Centro Local	5		6,5 0	3,4 0	2,3 0	1,9 0

Arranjo IBGE - IPEA	Classificação Proposta	Código Classe	Hierarquia REGIC 2018	Código REGIC	Concentrações_Urbanas	PC			
						PC1	PC 2	PC 3	PC 4
						0	0		0
<b>Cabaceiras do Paraguaçu-BA</b>	simples	8	Centro Local	5		6,6 0	5,7 0	0,4 0	1,4 0
<b>Pau Brasil-BA</b>	simples	8	Centro Local	5		6,6 0	6,0 0	1,7 0	1,4 0
<b>Gentio do Ouro-BA</b>	simples	8	Centro Local	5		6,6 0	5,5 0	1,6 0	0,9 0
<b>Ponto Novo-BA</b>	simples	8	Centro Local	5		6,8 0	4,4 0	0,1 0	0,2 0
<b>Santa Luzia-BA</b>	simples	8	Centro Local	5		6,8 0	5,1 0	1,0 0	2,6 0
<b>São José do Jacuípe-BA</b>	simples	8	Centro Local	5		6,8 0	4,3 0	0,5 0	1,4 0
<b>Lajedo do Tabocal-BA</b>	simples	8	Centro Local	5		6,8 0	4,8 0	0,3 0	1,0 0
<b>Itamari-BA</b>	simples	8	Centro Local	5		6,8 0	4,3 0	1,6 0	1,1 0
<b>América Dourada-BA</b>	simples	8	Centro Local	5		7,0 0	7,1 0	1,9 0	0,5 0
<b>Bonito-BA</b>	simples	8	Centro Local	5		7,0 0	5,4 0	5,1 0	0,6 0
<b>Nilo Peçanha-BA</b>	simples	8	Centro Local	5		7,0 0	4,9 0	3,9 0	3,6 0
<b>Floresta Azul-BA</b>	simples	8	Centro Local	5		7,0 0	5,9 0	0,6 0	4,2 0
<b>Fátima-BA</b>	simples	8	Centro Local	5		7,1 0	6,1 0	5,0 0	3,0 0
<b>Jiquiriçá-BA</b>	simples	8	Centro Local	5		7,1 0	4,3 0	0,2 0	0,3 0
<b>Itaquara-BA</b>	simples	8	Centro Local	5		7,1 0	5,8 0	2,5 0	0,4 0
<b>Barra do Rocha-BA</b>	simples	8	Centro Local	5		7,1 0	5,4 0	2,4 0	4,6 0
<b>Quijingue-BA</b>	simples	8	Centro Local	5		7,2 0	7,4 0	0,9 0	1,8 0
<b>Adustina-BA</b>	simples	8	Centro Local	5		7,2 0	6,4 0	4,6 0	4,6 0
<b>Novo Horizonte-BA</b>	simples	8	Centro Local	5		7,2 0	5,0 0	0,0 0	2,6 0
<b>Aiquara-BA</b>	simples	8	Centro Local	5		7,2 0	4,9 0	2,7 0	2,6 0

Arranjo IBGE - IPEA	Classificação Proposta	Código Classe	Hierarquia REGIC 2018	Código REGIC	Concentrações_ Urbanas	PC1	PC 2	PC 3	PC 4
						0	0	0	0
Aporá-BA	simples	8	Centro Local	5		7,3 0	6,6 0	2,0 0	3,0 0
Malhada-BA	simples	8	Centro Local	5		7,3 0	6,6 0	1,6 0	0,4 0
Heliópolis-BA	simples	8	Centro Local	5		7,3 0	4,7 0	0,8 0	1,5 0
Sebastião Laranjeiras-BA	simples	8	Centro Local	5		7,3 0	5,0 0	0,2 0	0,0 0
Quixabeira-BA	simples	8	Centro Local	5		7,3 0	6,0 0	1,9 0	0,7 0
Nova Ibiá-BA	simples	8	Centro Local	5		7,3 0	4,8 0	3,6 0	0,8 0
Lajedinho-BA	simples	8	Centro Local	5		7,3 0	4,9 0	1,8 0	3,1 0
Cotegipe-BA	simples	8	Centro Local	5		7,4 0	6,8 0	1,7 0	2,4 0
Aratuípe-BA	simples	8	Centro Local	5		7,4 0	4,7 0	0,2 0	1,0 0
Caraíbas-BA	simples	8	Centro Local	5		7,5 0	3,8 0	4,0 0	1,8 0
Ribeirão do Largo-BA	simples	8	Centro Local	5		7,5 0	5,2 0	4,3 0	0,1 0
Boa Vista do Tupim-BA	simples	8	Centro Local	5		7,6 0	7,6 0	1,0 0	1,4 0
Coronel João Sá-BA	simples	8	Centro Local	5		7,6 0	6,2 0	3,2 0	1,6 0
Elísio Medrado-BA	simples	8	Centro Local	5		7,6 0	4,3 0	1,2 0	1,6 0
Irajuba-BA	simples	8	Centro Local	5		7,6 0	4,8 0	2,3 0	0,8 0
Jussari-BA	simples	8	Centro Local	5		7,6 0	6,4 0	1,4 0	3,4 0
Gavião-BA	simples	8	Centro Local	5		7,6 0	5,3 0	0,9 0	4,6 0
Caém-BA	simples	8	Centro Local	5		7,7 0	6,8 0	0,4 0	0,8 0
Manoel Vitorino-BA	simples	8	Centro Local	5		7,8 0	7,0 0	0,0 0	0,5 0
Lafaiete Coutinho-BA	simples	8	Centro Local	5		7,8 0	5,3 0	1,3 0	0,5 0

Arranjo IBGE - IPEA	Classificação Proposta	Código Classe	Hierarquia REGIC 2018	Código REGIC	Concentrações_ Urbanas	PC1	PC 2	PC 3	PC 4
						0	0	0	0
Mirangaba-BA	simples	8	Centro Local	5		7,9 0	6,3 0	0,7 0	2,5 0
Arataca-BA	simples	8	Centro Local	5		7,9 0	6,7 0	4,4 0	2,0 0
Morpará-BA	simples	8	Centro Local	5		8,0 0	6,8 0	0,6 0	1,2 0
Cravolândia-BA	simples	8	Centro Local	5		8,0 0	6,5 0	1,2 0	1,5 0
Marcionílio Souza-BA	simples	8	Centro Local	5		8,1 0	7,2 0	0,4 0	0,6 0
Macururé-BA	simples	8	Centro Local	5		8,1 0	7,6 0	3,6 0	0,9 0
Itaju do Colônia-BA	simples	8	Centro Local	5		8,1 0	7,1 0	3,5 0	2,9 0
Biritinga-BA	simples	8	Centro Local	5		8,2 0	7,0 0	0,1 0	1,2 0
Itaguaçu da Bahia-BA	simples	8	Centro Local	5		8,3 0	6,9 0	1,3 0	1,7 0
Caldeirão Grande-BA	simples	8	Centro Local	5		8,3 0	7,2 0	0,6 0	1,2 0
Dário Meira-BA	simples	8	Centro Local	5		8,5 0	9,2 0	2,3 0	1,5 0
Mulungu do Morro-BA	simples	8	Centro Local	5		8,5 0	8,0 0	1,0 0	0,8 0
Muquém de São Francisco-BA	simples	8	Centro Local	5		8,5 0	7,1 0	5,3 0	4,2 0
Novo Triunfo-BA	simples	8	Centro Local	5		8,7 0	9,0 0	2,5 0	1,3 0
Ribeira do Amparo-BA	simples	8	Centro Local	5		8,7 0	8,4 0	2,8 0	3,3 0
Jandaíra-BA	simples	8	Centro Local	5		8,9 0	7,4 0	7,3 0	5,2 0
Pirai do Norte-BA	simples	8	Centro Local	5		8,9 0	6,1 0	2,2 0	1,2 0
Canápolis-BA	simples	8	Centro Local	5		9,0 0	7,3 0	0,8 0	0,8 0
Jucuruçu-BA	simples	8	Centro Local	5		9,1 0	7,7 0	9,6 0	4,4 0
Gongogi-BA	simples	8	Centro Local	5		9,1 0	8,4 0	1,1 0	3,4 0



Arranjo IBGE - IPEA	Classificação Proposta	Código Classe	Hierarquia REGIC 2018	Código REGIC	Concentrações_ Urbanas	PC1	PC 2	PC 3	PC 4
						0	0	0	0
Ipecaetá-BA	simples	8	Centro Local	5		9,3 0	9,5 0	1,5 0	0,6 0
Umburanas-BA	simples	8	Centro Local	5		9,5 0	8,7 0	1,1 0	0,1 0
Pedro Alexandre-BA	simples	8	Centro Local	5		9,5 0	10,00	2,8 0	3,3 0
Feira da Mata-BA	simples	8	Centro Local	5		10,00	8,4 0	2,6 0	2,5 0
Sítio do Mato-BA	simples	8	Centro Local	5		10,30	9,6 0	3,9 0	6,0 0
Ruy Barbosa-BA	dependente	9	Centro de Zona B	4B		1,7 0	4,8 0	1,5 0	2,4 0
Itatim-BA	dependente	9	Centro Local	5		0,3 0	6,7 0	3,7 0	0,5 0
Itajuípe-BA	dependente	9	Centro Local	5		0,2 0	3,2 0	2,3 0	6,0 0
Iraquara-BA	dependente	9	Centro Local	5		0,6 0	2,9 0	1,6 0	2,2 0
Tanhaçu-BA	dependente	9	Centro Local	5		1,1 0	2,2 0	1,8 0	0,6 0
Licínio de Almeida-BA	dependente	9	Centro Local	5		1,1 0	3,5 0	4,8 0	3,4 0
Urandi-BA	dependente	9	Centro Local	5		1,2 0	3,8 0	1,0 0	2,3 0
Santa Inês-BA	dependente	9	Centro de Zona B	4B		1,6 0	2,8 0	6,9 0	3,7 0
Igaporã-BA	dependente	9	Centro Local	5		1,8 0	1,7 0	1,7 0	3,0 0
João Dourado-BA	dependente	9	Centro Local	5		1,9 0	0,8 0	0,5 0	1,1 0
Oliveira dos Brejinhos-BA	dependente	9	Centro Local	5		1,9 0	0,0 0	1,6 0	0,8 0
Conceição da Feira-BA	dependente	9	Centro Local	5		2,0 0	1,9 0	0,8 0	1,6 0
Retirolândia-BA	dependente	9	Centro Local	5		2,1 0	3,0 0	1,8 0	4,2 0
Tanque Novo-BA	dependente	9	Centro de Zona B	4B		2,2 0	2,1 0	3,8 0	3,2 0
Cipó-BA	dependente	9	Centro Local	5		2,2	1,0 0	5,9 0	- 1,0

Arranjo IBGE - IPEA	Classificação Proposta	Código Classe	Hierarquia REGIC 2018	Código REGIC	Concentrações_ Urbanas	PC1	PC 2	PC 3	PC 4
						0			0
Itiruçu-BA	dependente	9	Centro Local	5		- 2,2 0	- 0,1 0	1,8 0	- 1,5 0
Terra Nova-BA	dependente	9	Centro Local	5		- 2,3 0	- 2,6 0	0,6 0	- 8,2 0
Cândido Sales-BA	dependente	9	Centro Local	5		- 2,8 0	- 1,7 0	4,3 0	- 1,3 0
Santa Bárbara-BA	dependente	9	Centro Local	5		- 2,9 0	- 0,3 0	2,5 0	- 0,3 0
Ibiassucê-BA	dependente	9	Centro Local	5		- 3,0 0	- 3,2 0	2,3 0	- 3,3 0
Planalto-BA	dependente	9	Centro Local	5		- 3,2 0	- 0,3 0	2,1 0	- 0,6 0
Itagimirim-BA	dependente	9	Centro Local	5		- 3,2 0	- 0,3 0	- 2,9 0	- 1,1 0
Capela do Alto Alegre-BA	dependente	9	Centro Local	5		- 3,4 0	- 0,1 0	0,6 0	- 3,8 0
Teofilândia-BA	dependente	9	Centro Local	5		- 3,5 0	- 0,8 0	3,5 0	- 0,7 0
Ituaçu-BA	dependente	9	Centro Local	5		- 3,5 0	- 1,0 0	- 0,4 0	- 1,2 0
Rio de Contas-BA	dependente	9	Centro Local	5		- 3,7 0	- 0,3 0	2,4 0	- 0,3 0
Anagé-BA	dependente	9	Centro Local	5		- 3,9 0	- 2,8 0	3,9 0	- 1,7 0
Nova Fátima-BA	dependente	9	Centro Local	5		- 4,0 0	- 0,7 0	4,0 0	- 3,4 0
São Domingos-BA	dependente	9	Centro Local	5		- 4,1 0	- 0,9 0	2,8 0	- 3,1 0
Olindina-BA	dependente	9	Centro Local	5		- 4,2 0	- 3,0 0	2,1 0	- 1,7 0
Itiúba-BA	dependente	9	Centro Local	5		- 4,4 0	- 3,8 0	2,2 0	- 3,4 0
Lapão-BA	dependente	9	Centro Local	5		- 4,4 0	- 3,7 0	- 0,7 0	- 0,4 0
Palmas de Monte Alto-BA	dependente	9	Centro Local	5		- 4,4 0	- 3,4 0	0,9 0	- 0,4 0
Boninal-BA	dependente	9	Centro Local	5		- 4,4 0	- 2,6 0	4,0 0	- 0,0 0
Ipupiara-BA	dependente	9	Centro de Zona B	4B		- 4,4	0,7 0	4,5 0	- 0,3

Arranjo IBGE - IPEA	Classificação Proposta	Código Classe	Hierarquia REGIC 2018	Código REGIC	Concentrações_ Urbanas	PC1	PC 2	PC 3	PC 4
						0			0
Belo Campo-BA	dependente	9	Centro Local	5		4,5 0	- 0,8 0	4,0 0	- 0,4 0
Saubara-BA	dependente	9	Centro Local	5		4,5 0	- 0,7 0	0,8 0	- 0,5 0
Ibitiara-BA	dependente	9	Centro Local	5		4,7 0	- 3,5 0	3,8 0	- 1,3 0
Boquira-BA	dependente	9	Centro Local	5		4,8 0	- 3,4 0	4,1 0	- 0,4 0
Jacaraci-BA	dependente	9	Centro Local	5		4,8 0	- 1,4 0	4,1 0	- 0,2 0
Antônio Gonçalves-BA	dependente	9	Centro Local	5		4,8 0	- 0,4 0	5,1 0	- 1,8 0
Taperoá-BA	dependente	9	Centro Local	5		4,9 0	- 2,7 0	0,9 0	- 1,9 0
Uibaí-BA	dependente	9	Centro Local	5		4,9 0	- 3,5 0	2,2 0	- 0,1 0
Rio do Pires-BA	dependente	9	Centro Local	5		4,9 0	- 2,0 0	4,6 0	- 1,7 0
Várzea do Poço-BA	dependente	9	Centro Local	5		4,9 0	- 0,8 0	3,0 0	- 0,4 0
Várzea Nova-BA	dependente	9	Centro Local	5		5,0 0	- 2,2 0	1,5 0	- 2,0 0
Candiba-BA	dependente	9	Centro Local	5		5,1 0	- 0,5 0	2,8 0	- 3,3 0
Mortugaba-BA	dependente	9	Centro Local	5		5,1 0	- 0,2 0	4,7 0	- 1,6 0
Cardeal da Silva-BA	dependente	9	Centro Local	5		5,2 0	- 3,0 0	3,0 0	- 2,5 0
Serra do Ramalho-BA	dependente	9	Centro Local	5		5,3 0	- 4,8 0	1,2 0	- 2,5 0
Pindaí-BA	dependente	9	Centro Local	5		5,3 0	- 1,8 0	0,8 0	- 2,8 0
Tabocas do Brejo Velho-BA	dependente	9	Centro Local	5		5,4 0	- 2,0 0	2,1 0	- 1,5 0
Antônio Cardoso-BA	dependente	9	Centro Local	5		5,5 0	- 2,2 0	2,5 0	- 0,8 0
Dom Basílio-BA	dependente	9	Centro Local	5		5,5 0	- 2,4 0	4,5 0	- 2,2 0
Malhada de Pedras-BA	dependente	9	Centro Local	5		5,5 0	- 2,1 0	0,8 0	- 1,2 0

Arranjo IBGE - IPEA	Classificação Proposta	Código Classe	Hierarquia REGIC 2018	Código REGIC	Concentrações_Urbanas	PC1	PC 2	PC 3	PC 4
						0	0		0
Cafarnaum-BA	dependente	9	Centro Local	5		5,6 0	- 3,1 0	- 3,0 0	- 0,3 0
Tanquinho-BA	dependente	9	Centro Local	5		5,6 0	- 0,5 0	- 5,3 0	- 3,2 0
Paratinga-BA	dependente	9	Centro Local	5		5,7 0	- 4,7 0	- 2,2 0	- 2,2 0
Abaré-BA	dependente	9	Centro Local	5		5,7 0	- 4,1 0	- 1,8 0	- 0,9 0
Wagner-BA	dependente	9	Centro Local	5		5,7 0	- 2,9 0	- 1,7 0	- 0,0 0
Aramari-BA	dependente	9	Centro Local	5		5,8 0	- 2,4 0	- 1,6 0	- 1,8 0
Tapiramutá-BA	dependente	9	Centro Local	5		5,9 0	- 4,6 0	- 0,3 0	- 0,2 0
Pé de Serra-BA	dependente	9	Centro Local	5		5,9 0	- 4,3 0	- 1,7 0	- 2,7 0
Varzedo-BA	dependente	9	Centro Local	5		6,0 0	- 2,2 0	- 2,9 0	- 0,4 0
Jussara-BA	dependente	9	Centro Local	5		6,2 0	- 5,3 0	- 3,0 0	- 0,4 0
Acajutiba-BA	dependente	9	Centro Local	5		6,2 0	- 3,8 0	- 0,5 0	- 2,7 0
Várzea da Roça-BA	dependente	9	Centro Local	5		6,2 0	- 4,2 0	- 2,3 0	- 0,5 0
Pintadas-BA	dependente	9	Centro Local	5		6,2 0	- 3,4 0	- 3,0 0	- 1,7 0
Souto Soares-BA	dependente	9	Centro Local	5		6,3 0	- 5,0 0	- 3,3 0	- 2,1 0
Cristópolis-BA	dependente	9	Centro Local	5		6,4 0	- 5,3 0	- 1,3 0	- 1,6 0
Itapé-BA	dependente	9	Centro Local	5		6,5 0	- 4,9 0	- 0,1 0	- 3,7 0
Glória-BA	dependente	9	Centro Local	5		6,6 0	- 5,1 0	- 3,7 0	- 2,0 0
Angical-BA	dependente	9	Centro Local	5		6,6 0	- 4,9 0	- 1,3 0	- 1,5 0
Baianópolis-BA	dependente	9	Centro Local	5		6,6 0	- 5,3 0	- 2,3 0	- 4,0 0
Dom Macedo Costa-BA	dependente	9	Centro Local	5		6,6 0	- 3,9 0	- 0,5 0	- 0,4 0

Arranjo IBGE - IPEA	Classificação Proposta	Código Classe	Hierarquia REGIC 2018	Código REGIC	Concentrações_ Urbanas	PC			
						PC1	PC 2	PC 3	PC 4
						0	0	0	0
Cordeiros-BA	dependente	9	Centro Local	5		6,7 0	4,4 0	4,2 0	4,0 0
Rio do Antônio-BA	dependente	9	Centro Local	5		6,8 0	4,5 0	3,0 0	0,4 0
Jussiape-BA	dependente	9	Centro Local	5		6,9 0	2,9 0	4,4 0	2,1 0
Muniz Ferreira-BA	dependente	9	Centro Local	5		6,9 0	3,6 0	1,9 0	2,7 0
Maetinga-BA	dependente	9	Centro Local	5		6,9 0	4,2 0	4,5 0	2,3 0
Barro Preto-BA	dependente	9	Centro Local	5		6,9 0	6,8 0	2,9 0	3,7 0
Candeal-BA	dependente	9	Centro Local	5		7,0 0	4,0 0	3,5 0	3,3 0
Itanagra-BA	dependente	9	Centro Local	5		7,1 0	4,9 0	1,6 0	0,3 0
São Gabriel-BA	dependente	9	Centro Local	5		7,2 0	6,3 0	1,8 0	1,2 0
Itaeté-BA	dependente	9	Centro Local	5		7,2 0	6,9 0	0,5 0	0,7 0
Piripá-BA	dependente	9	Centro Local	5		7,2 0	6,4 0	3,8 0	2,6 0
Banzaê-BA	dependente	9	Centro Local	5		7,2 0	6,1 0	2,7 0	1,7 0
Iuiú-BA	dependente	9	Centro Local	5		7,2 0	4,4 0	1,5 0	0,2 0
Barro Alto-BA	dependente	9	Centro Local	5		7,3 0	5,3 0	2,5 0	0,1 0
Anguera-BA	dependente	9	Centro Local	5		7,3 0	4,9 0	3,0 0	3,5 0
Contendas do Sincorá-BA	dependente	9	Centro Local	5		7,3 0	4,5 0	1,1 0	0,8 0
Água Fria-BA	dependente	9	Centro Local	5		7,4 0	6,1 0	0,1 0	2,3 0
Iramaia-BA	dependente	9	Centro Local	5		7,4 0	6,5 0	2,2 0	1,0 0
Lagoa Real-BA	dependente	9	Centro Local	5		7,6 0	5,6 0	1,2 0	0,7 0
Santanópolis-BA	dependente	9	Centro Local	5		7,7 0	5,2 0	2,6 0	1,5 0

Arranjo IBGE - IPEA	Classificação Proposta	Código Classe	Hierarquia REGIC 2018	Código REGIC	Concentrações_ Urbanas	PC			
						PC1	PC 2	PC 3	PC 4
						0	0		0
Santa Cruz da Vitória-BA	dependente	9	Centro Local	5		7,7 0	6,3 0	0,1 0	3,5 0
Ouriçangas-BA	dependente	9	Centro Local	5		7,8 0	5,8 0	1,8 0	3,2 0
Apuarema-BA	dependente	9	Centro Local	5		7,8 0	6,8 0	0,9 0	2,3 0
Caatiba-BA	dependente	9	Centro Local	5		7,9 0	6,8 0	1,6 0	7,2 0
Érico Cardoso-BA	dependente	9	Centro Local	5		7,9 0	5,6 0	3,6 0	0,6 0
São José da Vitória-BA	dependente	9	Centro Local	5		7,9 0	6,0 0	1,6 0	3,6 0
Presidente Jânio Quadros-BA	dependente	9	Centro Local	5		8,0 0	6,3 0	3,5 0	0,2 0
Sítio do Quinto-BA	dependente	9	Centro Local	5		8,0 0	6,8 0	1,2 0	1,7 0
Planaltino-BA	dependente	9	Centro Local	5		8,0 0	5,2 0	2,3 0	0,7 0
Santa Brígida-BA	dependente	9	Centro Local	5		8,2 0	6,9 0	1,2 0	0,7 0
Bom Jesus da Serra-BA	dependente	9	Centro Local	5		8,3 0	7,0 0	4,5 0	1,5 0
Caturama-BA	dependente	9	Centro Local	5		8,3 0	6,8 0	2,1 0	0,9 0
Almadina-BA	dependente	9	Centro Local	5		8,5 0	7,4 0	1,5 0	4,0 0
Nova Redenção-BA	dependente	9	Centro Local	5		8,7 0	7,7 0	0,7 0	1,4 0
Caetanos-BA	dependente	9	Centro Local	5		8,8 0	7,8 0	3,3 0	1,4 0
Macajuba-BA	dependente	9	Centro Local	5		8,8 0	8,1 0	1,1 0	1,2 0
Mirante-BA	dependente	9	Centro Local	5		9,1 0	8,3 0	1,7 0	1,3 0
Pedrão-BA	dependente	9	Centro Local	5		9,3 0	7,5 0	0,1 0	0,8 0
Buritirama-BA	dependente	9	Centro Local	5		9,5 0	9,6 0	2,0 0	1,6 0
Matina-BA	dependente	9	Centro Local	5		9,5 0	7,7 0	2,3 0	2,0 0

Arranjo IBGE - IPEA	Classificação Proposta	Código Classe	Hierarquia REGIC 2018	Código REGIC	Concentrações_Urbanas	PC1	PC 2	PC 3	PC 4
						0	0		0
<b>Brejolândia-BA</b>	dependente	9	Centro Local	5		- 9,5 0	- 9,5 0	- 3,4 0	1,6 0
<b>Guajeru-BA</b>	dependente	9	Centro Local	5		- 9,5 0	- 8,1 0	- 0,3 0	- 0,5 0
<b>Lamarão-BA</b>	dependente	9	Centro Local	5		- 9,6 0	- 9,6 0	- 0,8 0	- 0,1 0
<b>Ibiquera-BA</b>	dependente	9	Centro Local	5		- 10, 20	- 9,7 0	- 1,1 0	- 0,5 0
<b>Mansidão-BA</b>	dependente	9	Centro Local	5		- 10, 30	- 9,5 0	- 1,4 0	- 2,2 0

\*Com a alteração populacional indicada no Censo Demográfico 2022, Luís Eduardo

Magalhães e Santo Antônio de Jesus passaram de 100 mil habitantes estando enquadráveis como Concentrações Urbanas.